Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT)
Campus de Presidente Prudente (SP)

Wilians Ventura Ferreira Souza

"AQUI SE RESPIRA LUTA, AQUI SE PINTA DIVERSIDADE": POR UMA LEITURA SOCIOESPACIAL E SOCIOTERRITORIAL DO MOVIMENTO LGBTQIA+ BRASILEIRO

PRESIDENTE PRUDENTE
2023

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
CÂMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: PRODUÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO
LINHA DE PESQUISA: TRABALHO, SAÚDE AMBIENTAL E MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS

Wilians Ventura Ferreira Souza

"AQUI SE RESPIRA LUTA, AQUI SE PINTA DIVERSIDADE": POR UMA LEITURA SOCIOESPACIAL E SOCIOTERRITORIAL DO MOVIMENTO LGBTQIA+ BRASILEIRO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da FCT/UNESP – Área de Concentração: Produção do Espaço Geográfico, Linha de Pesquisa: Trabalho, Saúde Ambiental e Movimentos Socioterritoriais sob a orientação do Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Auxílio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), PROCESSO N° 130342/2021-1

PRESIDENTE PRUDENTE
2023

S729“ Souza, Wilians Ventura Ferreira
“Aqui se respira luta, aqui se pinta diversidade” : por uma leitura socioespacial e socioterritorial do Movimento LGBTQIA+ brasileiro / Wilians Ventura Ferreira Souza. -- Presidente Prudente, 2023
473 p. : il., tabs., fotos, mapas

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente
Orientador: Bernardo Mançano Fernandes

1. Movimento LGBTQIA+. 2. Movimentos Socioespaciais. 3. Movimentos Socioterritoriais. 4. Diversidade Sexual. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Presidente Prudente

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: "AQUI SE RESPIRA LUTA, AQUI SE PINTA DIVERSIDADE": POR UMA LEITURA SOCIOESPACIAL E SOCIOTERRITORIAL DO MOVIMENTO LGBTQIA+ BRASILEIRO

AUTOR: WILIANS VENTURA FERREIRA SOUZA
ORIENTADOR: BERNARDO MANÇANO FERNANDES

Aprovado como parte das exigências para obtenção do Título de Mestre em Geografia, área: Produção do Espaço Geográfico pela Comissão Examinadora:

Prof. Dr. BERNARDO MANÇANO FERNANDES (Participaçao Virtual)
Departamento de Geografia / Unesp/FCT - Câmpus de Presidente Prudente

Digitally signed by Bernardo M. Fernandes
Date: 2023.03.03 18:18:21 -03'00'

Prof. Dr. CARLOS ALBERTO FELICIANO (Participaçao Virtual)
Departamento de Geografia / Unesp/FCT - Câmpus de Presidente Prudente

Prof. Dr. ANTONIO HENRIQUE BERNARDES (Participaçao Virtual)
Departamento de Geografia / Universidade Federal Fluminense

Presidente Prudente, 02 de março de 2023

DEDICATÓRIA

À Òṣàlùfàn, meu pai.

Às minhas mães Darci Ventura (in memoriam) e Neide Ventura.

Ao Movimento LGBTQIA+ Brasileiro, pela sua luta diária em busca de liberdade e dignidade.

Às Lésbicas, Gays, Bissexuais, travestis, transgêneros, Queer, Intersexuais, Assexuais e outras orientações e identidades constantemente violadas.

À Dandara Kettley, travesti torturada e espancada até a morte.

Ao Movimento Bissexual Brasileiro pela coragem de romper os limites da bifobia e construir referências e representações positivas da bissexualidade.

Aos Geógrafos (as) Brasileiros (as) que constroem uma geografia diversa, plural e crítica.

Aos Movimentos Socioespaciais e Socioterritoriais que lutam pela diversidade sexual e de gênero.

AGRADECIMENTOS

Antes de agradecer às pessoas que foram fundamentais para a consecução deste trabalho, considero importante ressaltar a coletividade presente em uma produção tida como individual. São muitas e muitos que compõem essa dissertação e que atribuem características próprias e ricas às interpretações e leituras aqui desenvolvidas. A coletividade certamente não resolve todos os problemas do mundo, ou de um trabalho acadêmico-científico, mas tenho convicção de que é através dela que encontraremos respostas para os principais problemas sistêmicos e estruturais.

Toda e qualquer pesquisa científica deve ser construída com rigor teórico-metodológico, com ética, seriedade e comprometimento. As agências de fomento, sejam elas estaduais ou federais, são fundamentais para o desenvolvimento de todas as ciências e do desenvolvimento plural de temas, debates, diálogos e assuntos possivelmente discutidos e ampliados a partir do desenvolvimento de projetos e pesquisas. Por esse motivo, agradeço o apoio e auxílio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) sob o processo n°130342/2021-1; sem tal apoio não seria possível alcançar os resultados obtidos.

À minha mãe, Neide Ventura, pelo carinho e apoio incondicional, também por ter se tornado uma pessoa sensível aos assuntos e debates que envolvem a comunidade LGBTQIA+. Ter aliadas e pessoas comprometidas com a luta é um ganho significativo.

À minha companheira Beatriz Mercês, por suas contribuições, cuidados e incentivos durante os momentos de turbulência, ansiedade e inquietude. São muitas as geografias que nos fazem, contar com seu apoio e com sua visão crítica e cuidadosa foi fundamental para a realização desse trabalho.

Aos meus familiares que acompanharam de perto o meu crescimento e desenvolvimento intelectual, observaram também a primeira pessoa da nossa família a concluir um ensino superior e um mestrado. São eles e elas: José Ferreira (vô), Cleide (tia), Erinaldo (tio), Chu (tio), Edson (tio), Simone (tia), Leoneide (tia), Rosilaine (prima), Vinicius (primo), Mauro (primo), Lucas (primo) e Adriano (primo).

Ao Fabricio de Paiva, Acássia Perfeito, Kayque Virgens e Glória, verdadeiros amigos que fiz durante a graduação, o que certamente tornou tudo mais leve e cheio de vida e potência.

Ao Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária e aos companheiros de pesquisas e estudos que ali fiz: Guilherme Whitacker, José Sobreiro, Mateus Sampaio, Lucas (Aranha), Maria Eduarda, Ana Orlando, Douglas, Vitória, Patrícia, Lara Dalpério, Aline Albuquerque, Bruna Gonçalves, Roberta Fonseca, Michelly Ariadne, Wuelliton Felipe, Bianca Marucci, Gerson, Lucas Pauli, Rodolfo, Angela e Rubens.

Agradeço aos movimentos que me compõem e que contribuíram para o meu desenvolvimento enquanto pesquisador e militante: Levante Popular da Juventude, movimento de fibra, força e coragem. Grupo Somos LGBTI+, que apesar das profundas discordâncias, me mostrou um lado nada romântico da luta pela diversidade sexual e de gênero no Oeste do estado de São Paulo. A Acontece, Arte e Política LGBTI+ por me mostrar inúmeras outras possibilidades de lutar e contribuir para uma sociedade mais justa e diversa.

Realizo também um agradecimento especial aos meus orientadores que me acompanharam em duas importantes etapas. Prof. Dr. Carlos Alberto Feliciano por me orientar e me dar plenas condições de iniciar o debate sobre o movimento LGBTQIA+ de Presidente Prudente (SP); sem a sua coragem e compromisso não teria chegado até aqui. Ao Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes pela insistência, por acreditar na minha pesquisa, por me incentivar a melhorar e crescer, por tensionar e debater até que todas as questões fossem liquidadas; ao senhor devo muito do meu crescimento acadêmico, tenho muito prazer e orgulho de trabalhar ao seu lado.

A Flor e a Náusea

Preso à minha classe e a algumas roupas,
vou de branco pela rua cinzenta.
Melancolias, mercadorias espreitam-me.
Devo seguir até o enjoo?
Posso, sem armas, revoltar-me?

Olhos sujos no relógio da torre:
Não, o tempo não chegou de completa justiça.
O tempo é ainda de fezes, maus poemas, alucinações e espera.
O tempo pobre, o poeta pobre
fundem-se no mesmo impasse.

Em vão me tento explicar, os muros são surdos.
Sob a pele das palavras há cifras e códigos.
O sol consola os doentes e não os renova.
As coisas. Que tristes são as coisas, consideradas sem ênfase.

Vomitar esse tédio sobre a cidade.
Quarenta anos e nenhum problema
resolvido, sequer colocado.
Nenhuma carta escrita nem recebida.
Todos os homens voltam para casa.
Estão menos livres, mas levam jornais
e soletram o mundo, sabendo que o perdem.

Crimes da terra, como perdoá-los?
Tomei parte em muitos, outros escondi.
Alguns achei belos, foram publicados.
Crimes suaves, que ajudam a viver.
Ração diária de erro, distribuída em casa.
Os ferozes padeiros do mal.
Os ferozes leiteiros do mal.

Pôr fogo em tudo, inclusive em mim.
Ao menino de 1918 chamavam anarquista.
Porém meu ódio é o melhor de mim.
Com ele me salvo
e dou a poucos uma esperança mínima.

Uma flor nasceu na rua!
Passem de longe, bondes, ônibus, rio de aço do tráfego.
Uma flor ainda desbotada
ilude a polícia, rompe o asfalto.
Façam completo silêncio, paralisem os negócios,
garanto que uma flor nasceu.

Sua cor não se percebe.
Suas pétalas não se abrem.
Seu nome não está nos livros.
É feia. Mas é realmente uma flor.

Sento-me no chão da capital do país às cinco horas da tarde
e lentamente passo a mão nessa forma insegura.
Do lado das montanhas, nuvens maciças avolumam-se.
Pequenos pontos brancos movem-se no mar, galinhas em pânico.

É feia. Mas é uma flor. Furou o asfalto, o tédio, o nojo e o ódio.

Carlos Drummond de Andrade

“AQUI SE RESPIRA LUTA, AQUI SE PINTA DIVERSIDADE”: POR UMA LEITURA SOCIOESPACIAL E SOCIOTERRITORIAL DO MOVIMENTO LGBTQIA+ BRASILEIRO

RESUMO

“Aqui se respira luta, aqui se pinta diversidade” é um lema que faz parte dos movimentos LGBTQIA+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, trangêneros, queer, intersexuais, assexuais e pansexuais) e outros movimentos que atravessam a luta pela diversidade e que possuem a liberdade de seus corpos e vidas como centralidade em suas agendas e pautas. Essa dissertação buscou compreender e avaliar a permanência, continuidade e disruptividade dos diferentes movimentos socioespaciais e socioterritoriais que atuam em torno da diversidade sexual e de gênero, através dos dados levantados e sistematizados pelo DATALUTA no contexto das cidades brasileiras. A proposta foi fundamentada em duas principais abordagens: 1) a identificação, análise e avaliação sistemática das ações promovidas por movimentos socioespaciais e socioterritoriais que se vinculam, atravessam e são atravessados pela diversidade sexual e de gênero em escala nacional, tendo por objetivo compreender a diversidade presente nas possibilidades de organização coletiva, bem como as metodologias empregadas por esses movimentos no ato da produção de espaços e territórios, isto é, como esses movimentos produzem espaços e territórios desde a escala nacional. 2) a segunda abordagem se deu a partir de uma leitura verticalizada para os ativistas e militantes LGBTQIA+ que organizam as Paradas do Orgulho e ações congêneres, bem como no diagnóstico produzido em torno da materialização dos Territórios da Morte, do Medo e de Resistência LGBTQIA+ representados, respectivamente, pelos crimes de ódio, pelas violações constantes e pelas ações de resistências produzidas pelos movimentos socioespaciais e socioterritoriais. Observou-se que os movimentos socioterritoriais e socioespaciais considerados tradicionais e que possuem uma base muito vinculada ao mundo do trabalho, produção e reprodução da vida, tem nos últimos anos se dedicado a um debate intenso sobre às diversidades que compõem esses movimentos, bem como a construção de ações socioespaciais que efetivam e produzem mudanças na dinâmica espacial em que as mesmas ocorrem. Vê-se, portanto, o surgimento de inúmeros coletivos LGBTQIA+ em sindicatos, partidos e movimentos socioterritoriais. O Movimento LGBTQIA+ vem construindo nas últimas décadas amplas e complexas redes com outros movimentos socioespaciais e socioterritoriais, evidenciando uma complexificação em sua estrutura organizativa e interação com outros movimentos, organizações e instituições, como o movimento de mulheres, movimento negro, movimentos de luta por moradia urbana, movimentos de luta pela terra, sindicatos e partidos políticos. Essa pluralidade de relações e interações com outros movimentos e organizações confere ao Movimento LGBTQIA+ uma característica ímpar, as interseccionalidades e reciprocidades existentes em dadas relações se materializam em diferentes espaços e territórios, assim, um LGBTQIA+ também é rosto sem-terra, sem-teto, ribeirinho, indígena, quilombola, entre outras expressões da vida em movimento, disputa, conflito e transformação. O primeiro objetivo foi atingido a partir do levantamento de dados sistematizados pelo Banco de Dados da Luta Pelos Territórios (DATALUTA), avançando na construção de cartografias que materializam as resistências dos movimentos em escala nacional, bem como a diversidade de tipologias utilizadas por eles. O segundo objetivo foi alcançado através de um aprofundamento qualitativo, utilizando-se de metodologias como o trabalho de campo, entrevistas semiestruturadas e análise do discurso. Ademais, foram utilizadas outras metodologias importantes para a consecução desta pesquisa, são elas: coleta e tratamento de dados, análise comparativa dos dados estatísticos organizados em mapas, gráficos, tabelas e quadros, levantamento e leitura da bibliografia, trabalho de campo exploratório, produção e modelização cartográfica, entrevistas semiestruturadas e construção de bancos de dados.

Palavras-chave: Movimento LGBTQIA+; Movimentos Socioespaciais; Movimentos Socioterritoriais; Diversidade.

"HERE IS BREATHED FIGHT, HERE IS PINT DIVERSITY": FOR A SOCIOSPATIAL AND SOCIOTERRITORIAL READING OF THE LGBTQIA+ BRAZILIAN MOVEMENT

ABSTRACT

"Here we breathe struggle, here is painted diversity" is a motto that is part of the LGBTQIA+ movements (lesbian, gay, bisexual, transvestite, transgender, queer, intersex, asexual and pansexual) and other movements that go through the struggle for diversity and that have the freedom of their bodies and lives as centrality in their agendas and agendas. This dissertation sought to understand and evaluate the permanence, continuity and disruptiveness of the different socio-spatial and socioterritorial movements that act around sexual and gender diversity through data collected and systematized by DATALUTA in the context of Brazilian cities. The proposal was based on two main approaches: 1) the identification, analysis and systematic evaluation of actions promoted by socio-spatial and socio-territorial movements that are linked, crossed and crossed by sexual and gender diversity on a national scale, aiming to understand the diversity present in the possibilities of collective organization, as well as the methodologies employed by these movements in the act of the production of spaces and territories, that is, how these movements produce spaces and territories from the national scale. 2) the second approach was based on a vertical reading for LGBTQIA+ activists and activists who organize lgbtqia+ pride parades and similar actions, as well as the diagnosis produced around the materialization of the Territories of Death, Fear and LGBTQIA+ Resistance represented, respectively, by hate crimes, constant violations and actions of resistance produced by socio-spatial and socio-territorial movements. It was observed that the socioterritorial and socio-spatial movements considered traditional and that have a base closely linked to the world of work, production and reproduction of life, have in recent years been dedicated to an intense debate about the diversities that make up these movements, as well as the construction of socio-spatial actions that effect and produce changes in the spatial dynamics in which they occur. Therefore, there is the emergence of numerous LGBTQIA+ collectives in trade unions, parties and socio-territorial movements. The LGBTQIA+ Movement has been building in recent decades broad and complex networks with other socio-spatial and socio-territorial movements, evidencing a complexification in its organizational structure and interaction with other movements, organizations and institutions, such as the women's movement, black movement, urban housing movements, land struggle movements, trade unions and political parties. This plurality of relationships and interactions with other movements and organizations gives the LGBTQIA+ Movement a unique characteristic, the intersectionalities and reciprocities existing in given relationships materialize in different spaces and territories, thus, an LGBTQIA+ is also a landless, homeless, riverside, indigenous, quilombola, among other expressions of life in motion, dispute, conflict and transformation. The first objective was achieved from the survey of data systematized by the Database of Fight for Territories (DATALUTA), advancing in the construction of cartography that materialize the resistance of movements on a national scale, as well as the diversity of typologies used by them. The second objective was achieved through a qualitative deepening, using methodologies such as fieldwork, semi-structured interviews and discourse analysis. In addition, other important methodologies were used to achieve this research: data collection and treatment, comparative analysis of statistical data organized in maps, graphs, tables and tables, survey and reading of the bibliography, exploratory fieldwork, production and cartographic modeling, semi-structured interviews and construction of databases.

Keywords: LGBTQIA+ movement; Sociospatial Movements; Socioterritorial Movements; Diversity.

"AQUÍ SE RESPIRA LUCHA, AQUÍ PINTAMOS DIVERSIDAD ": POR UNA LECTURA SOCIOESPACIAL Y SOCIOTERRITORIAL DEL MOVIMIENTO LGBTQIA+ BRASILEÑO

RESUMEN

"Aquí respiramos lucha, aquí se pinta diversidad" es un lema que forma parte de los movimientos LGBTQIA+ (lesbianas, gays, bisexuales, travestis, transgénero, queer, intersex, asexuales y pansexuales) y otros movimientos que atraviesan la lucha por la diversidad y que tienen la libertad de sus cuerpos y vidas como centralidad en sus agendas y agendas. Esta tesis buscó comprender y evaluar la permanencia, continuidad y disruptividad de los diferentes movimientos socioespaciales y socioterritoriales que actúan en torno a la diversidad sexual y de género a través de datos recolectados y sistematizados por DATALUTA en el contexto de las ciudades brasileñas. La propuesta se basó en dos enfoques principales: 1) la identificación, análisis y evaluación sistemática de acciones promovidas por movimientos socioespaciales y socioterritoriales que están vinculados, atravesados y atravesados por la diversidad sexual y de género a escala nacional, con el objetivo de comprender la diversidad presente en las posibilidades de organización colectiva, así como las metodologías empleadas por estos movimientos en el acto de producir espacios y territorios, es decir, cómo estos movimientos producen espacios y territorios desde la escala nacional. 2) el segundo enfoque se basó en una lectura vertical para activistas LGBTQIA+ y activistas que organizan desfiles del orgullo lgbtqia+ y acciones similares, así como el diagnóstico producido en torno a la materialización de los Territorios de Muerte, Miedo y Resistencia LGBTQIA+ representados, respectivamente, por crímenes de odio, violaciones constantes y acciones de resistencia producidas por movimientos socioespaciales y socioterritoriales. Se observó que los movimientos socioterritoriales y socioespaciales considerados tradicionales y que tienen una base estrechamente vinculada al mundo del trabajo, la producción y la reproducción de la vida, se han dedicado en los últimos años a un intenso debate sobre las diversidades que conforman estos movimientos, así como a la construcción de acciones socioespaciales que efectúan y producen cambios en las dinámicas espaciales en las que ocurren. Por lo tanto, hay el surgimiento de numerosos colectivos LGBTQIA+ en sindicatos, partidos y movimientos socioterritoriales. El Movimiento LGBTQIA+ ha ido construyendo en las últimas décadas redes amplias y complejas con otros movimientos socioespaciales y socioterritoriales, evidenciando una complejización en su estructura organizativa e interacción con otros movimientos, organizaciones e instituciones, como el movimiento de mujeres, el movimiento negro, los movimientos de vivienda urbana, los movimientos de lucha por la tierra, los sindicatos y los partidos políticos. Esta pluralidad de relaciones e interacciones con otros movimientos y organizaciones le da al Movimiento LGBTQIA+ una característica única, las interseccionalidades y reciprocidades existentes en determinadas relaciones se materializan en diferentes espacios y territorios, por lo tanto, un LGBTQIA+ es también un país sin tierra, sin hogar, ribereño, indígena, quilombola, entre otras expresiones de vida en movimiento, disputa, conflicto y transformación. El primer objetivo se logró a partir del levantamiento de datos sistematizados por la Base de Datos de Lucha por los Territorios (DATALUTA), avanzando en la construcción de cartografías que materialicen la resistencia de los movimientos a escala nacional, así como la diversidad de tipologías utilizadas por ellos. El segundo objetivo se logró a través de una profundización cualitativa, utilizando metodologías como el trabajo de campo, entrevistas semiestructuradas y análisis del discurso. Además, se utilizaron otras metodologías importantes para lograr esta investigación: recolección y tratamiento de datos, análisis comparativo de datos estadísticos organizados en mapas, gráficos, tablas y tablas, levantamiento y lectura de la bibliografía, trabajo de campo exploratorio, producción y modelado cartográfico, entrevistas semiestructuradas y construcción de bases de datos.

Palabras clave: Movimiento LGBTQIA+; Movimientos Socioespaciales; Movimientos Socioterritoriales; Diversidad.

Lista de Figuras

Figura 1 - Palavras-chaves selecionadas para a realização do levantamento 50
Figura 2 - Representação dos dados absolutos e relativos 65
Figura 3 - Plataforma e interface dos dados do Disque 100 69
Figura 4 - Disposição e organização das ações e manifestações de resistências 70
Figura 5 - Primeiros estudiosos a trabalharem com temas em torno da homossexualidade 99
Figura 6 - Imagens de algumas edições do Jornal Lampião da Esquina 104
Figura 7 - Parada LGBT realizada em São Paulo no ano de 2019 123
Figura 8 - Revolta de Stonewall como um marco na luta pelos direitos LGBTQIA+ 125
Figura 9 - Capa dos livros de Manuel Correia de Andrade e Josué de Castro 175
Figura 10 - Manifestação da Liga Camponesa em 1960 176
Figura 11 - No campo e na cidade a luta se faz 179
Figura 12 - Notícias sobre mortes de pessoas LGBTQIA+ 236

Lista de Mapas

Mapa 1- Mapeamento das obras levantadas 57
Mapa 2 - Encontros do Movimento Homossexual Brasileiro entre as décadas de 80 e 90 109
Mapa 3 - Mortes de LGBTIQIA+, por UF, entre 2010 e 2021 117
Mapa 4 - Ações do Movimento LGBTQIA+ e congêneres, por município, em 2020 207
Mapa 5 - Ações do Movimento LGBTQIA+ e congêneres, por município, em 2021 211
Mapa 6 - Ações do Movimento LGBTQIA+ e congêneres, por município, entre 2020 e 2021 215
Mapa 7 - Mortes de LGBTI+, por UF, em 2010 243
Mapa 8 - Mortes de LGBTI+, por UF, em 2011 245
Mapa 9 - Mortes de LGBTI+, por UF, em 2012 247
Mapa 10 - Mortes de LGBTI+, por UF, em 2013 249
Mapa 11 - Mortes de LGBTI+, por UF, em 2014 251
Mapa 12 - Mortes de LGBTI+, por UF, em 2015 253
Mapa 13 - Mortes de LGBTI+, por UF, em 2016 255
Mapa 14 - Mortes de LGBTI+, por UF, em 2017 257
Mapa 15 - Mortes de LGBTI+, por UF, em 2018 259
Mapa 16 - Mortes de LGBTI+, por UF, em 2019 261
Mapa 17 - Mortes de LGBTI+, por UF, em 2020 263
Mapa 18 - Mortes de LGBTI+, por UF, em 2021 265
Mapa 19 - Mortes de LGBTI+, por UF, entre 2010 e 2021 267
Mapa 20 - Violações contra LGBTI+, por UF, em 2011 277
Mapa 21 - Violações contra LGBTI+, por UF, em 2012 278
Mapa 22 - Violações contra LGBTI+, por UF, em 2013 279
Mapa 23 - Violações contra LGBTI+, por UF, em 2014 280
Mapa 24 - Violações contra LGBTI+, por UF, em 2015 281
Mapa 25 - Violações contra LGBTI+, por UF, em 2016 282
Mapa 26 - Violações contra LGBTI+, por UF, em 2017 283
Mapa 27 - Violações contra LGBTI+, por UF, em 2018 284
Mapa 28 - Violações contra LGBTI+, por UF, entre 2011 e 2018 285
Mapa 29 - Paradas LGBTQIA+ e ações congêneres, por município, em 2006 296
Mapa 30 - Paradas LGBTQIA+ e ações congêneres, por município, em 2007 299
Mapa 31 - Paradas LGBTQIA+ e ações congêneres, por município, em 2008 302
Mapa 32 - Paradas LGBTQIA+ e ações congêneres, por município, em 2009 305
Mapa 33 - Paradas LGBTQIA+ e ações congêneres, por município, em 2010 308
Mapa 34 - Paradas LGBTQIA+ e ações congêneres, por município, em 2011 311
Mapa 35 - Paradas LGBTQIA+ e ações congêneres, por município, em 2012 314
Mapa 36 - Paradas LGBTQIA+ e ações congêneres, por município, em 2013 317

Mapa 37 - Paradas LGBTQIA+ e ações congêneres, por município, em 2014 320
Mapa 38 - Paradas LGBTQIA+ e ações congêneres, por município, em 2018 323
Mapa 39 - Paradas LGBTQIA+ e ações congêneres, por município, em 2019 326
Mapa 40 - Paradas LGBTQIA+ e ações congêneres, por município, entre 2006 e 2019 329
Mapa 41 - Territórios da Morte, do Medo e de Resistência LGBTQIA+ 331

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Ações coletivas por UFS e Macrorregiões - 2020 208
Tabela 2 - Ações coletivas por UFS e Macrorregiões - 2021 212
Tabela 3 - Local onde as violações aconteceram entre 2011 e o primeiro semestre de 2018 289
Tabela 4 – Ações coletivas por UFs e Macrorregiões - 2006 297
Tabela 5 - Ações coletivas por UFs e Macrorregiões - 2007 300
Tabela 6 - Ações coletivas por UFs e Macrorregiões - 2008 303
Tabela 7 - Ações coletivas por UFs e Macrorregiões - 2009 306
Tabela 8 - Ações coletivas por UFs e Macrorregiões - 2010 309
Tabela 9 - Ações coletivas por UFs e Macrorregiões - 2011 312
Tabela 10 - Ações coletivas por UFs e Macrorregiões - 2012 315
Tabela 11 - Ações coletivas por UFs e Macrorregiões - 2013 318
Tabela 12 - Ações coletivas por UFs e Macrorregiões - 2014 321
Tabela 13 - Ações coletivas por UFs e Macrorregiões - 2018 324
Tabela 14 - Ações coletivas por UFs e Macrorregiões - 2019 327

Lista de Quadros

Quadro 1- Lista de Plumwood 38
Quadro 2 - Procedimentos metodológicos 62
Quadro 3 - Desconstrução das notícias de acordo com as variáveis selecionadas 64
Quadro 4 - Conteúdo das atuações desempenhadas pelo Movimento LGBTQIA+ 113
Quadro 5 - Diferenças dos paradigmas acerca dos movimentos sociais 158
Quadro 6 - Nome dos Movimentos (LGBTQIA+ e congêneres) - 2020 209
Quadro 7 - Nome dos Movimentos (LGBTQIA+ e congêneres) - 2021 213
Quadro 8 - Tipos de Violações dentro de cada subcategoria presentes na planilha do Disque 100 275
Quadro 9 - Características gerais dos entrevistados 339

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Qualidade das obras selecionadas 54
Gráfico 2 - Banco ou Repositório das obras levantadas 55
Gráfico 3 - Obras selecionadas por Palavra-Chave 56
Gráfico 4 - Número de Assassinatos de LGBTs ano período de 1990 a 2021 116
Gráfico 5 - Ação matriz produzida pelos movimentos LGBTQIA+ no Espaço Urbano em 2020 210
Gráfico 6 - Ação matriz produzida pelos movimentos LGBTQIA+ no Espaço Urbano em 2021 214
Gráfico 7 - Número Total de Violações recebidas na plataforma do Disque 100 - 2011 a 2017 274
Gráfico 8 - Sexo das vítimas de violações entre 2011 e 2018 (DISQUE 100) 286
Gráfico 9 - Segmento das vítimas de violações entre 2011 e 2018 (DISQUE 100) 287
Gráfico 10 - Cor das vítimas de violações entre 2011 e 2018 (DISQUE 100) 288
Gráfico 11 - Síntese (2006 a 2019) das ações e número de municípios 294

Lista de Siglas

ABGLT	Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
ABI	Associação Brasileira de Imprensa
ABRAGAY	Associação Brasileira de Gays
ANTRA	Articulação Nacional de Travestis e Transexuais
APOGLBT	Associação da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo
CLACSO	Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales
CS	Convergência Socialista
IST/Aids	Infecções Sexualmente Transmissíveis e Aids
EBGL	Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas
EBHO	Encontro Brasileiro de Homossexuais
GGB	Grupo Gay da Bahia
GLBT	Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros
GLS	Gays, Lésbicas e Simpatizantes
GLT	Gays, Lésbicas e Travestis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ILGA	International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans na Intersex Association
IPPRI	Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
MHB	Movimento Homossexual Brasileiro
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
ONGs	Organizações Não Governamentais
PT	Partido dos Trabalhadores
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNESP	Universidade Estadual Paulista
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 27

1. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS 46

1.1. Levantamento Bibliográfico 48
1.2. Observatório de Mortes e Violências de LGBTQIA+ no Brasil 58
1.3. Banco de Dados da Violência LGBTQIA+ no Brasil (DISQUE 100) 67
1.4. Como e por que mapear a violência, ações e resistências LGBTQIA+ 69
1.5. Elaboração dos roteiros e aplicação das entrevistas semiestruturadas 71

2. ESCALAS DE LUTA, AÇÃO E REPRESENTAÇÃO LGBTQIA+ NO BRASIL 75

2.1. O surgimento do Movimento Homossexual Brasileiro (MHB): primeiras ações, mobilizações e redes 96
2.2. Novas estratégias, disputas e tipos de ações engendradas pelos Movimentos Socioespaciais e Socioterritoriais LGBTQIA+ brasileiros 114
2.3. A diversidade sexual e de gênero como um território em disputa 137

3. MOVIMENTOS SOCIAIS, SOCIOESPACIAIS E SOCIOTERRITORIAIS: POR UMA LEITURA GEOGRÁFICA DO MOVIMENTO LGBTQIA+ BRASILEIRO 151

3.1. O que são os movimentos sociais? Composição de um quadro teórico do conceito a partir de outras áreas do conhecimento 151
3.2. MOVIMENTOS SOCIOESPACIAIS E MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS: por uma leitura geográfica dos movimentos sociais 172
3.3. Luta e disputa dos Movimentos Socioterritoriais e Socioespaciais LGBTQIA+ na cidade 197

4. O MOVIMENTO DA DIVERSIDADE E A DIVERSIDADE EM MOVIMENTO 218

4.1. Territórios da Morte 228
4.2. Territórios do Medo 268
4.3. Territórios de Resistência 290
4.4. Mapa Síntese dos Territórios da Morte, do Medo e de Resistência LGBTQIA+ no Brasil 331

4.5. Territorialidades e espacialidades LGBTQIA+ na cidade 336
4.5.1. Entrevistado A 340
4.5.2. Entrevistado B 343
4.5.3. Entrevistada C 346
4.5.4. Entrevistado D 350
4.5.5. Entrevistada E 353
4.5.6. Entrevistado F 357
4.5.7. Entrevistado G 360
4.5.8. Entrevistado H 367
4.5.9. Entrevistado I 371
4.4.10 Entrevistado J 373
4.4.11. Entrevistada K 377
4.4.11. Entrevistado L 380
4.4.12 Entrevistado M 383
4.4.13. Entrevistado N 386

CONSIDERAÇÕES FINAIS 389

REFERÊNCIAS 396

ANEXOS 407

PRÓLOGO

A dissertação é uma produção desafiadora. Representa, de certa maneira, a aglutinação de um conjunto de debates, discussões, teorias, conceitos e temas sobre um determinado assunto ou sobre a relação entre vários conceitos. Um dos aspectos que sobrelevam o desafio de construir e fazer ciência é a temporalidade em que ela é construída, são poucos meses para edificar algo novo, relevante e potente. Para além das dificuldades temporais e de se fazer ciência no Brasil, em que nos últimos anos se observou diferentes instabilidades, o tema proposto e construído também é desafiador, sobretudo, para algumas concepções e visões geográficas que ainda possuem os pés fixados nos monotemas, na unidimensionalidade e na negação da importância dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais para a constituição de espaços e territórios de esperança e cidadania.

Esta dissertação avança em diferentes frentes e sentidos. O seu objetivo está fundamentado na compreensão, avaliação, permanência, continuidade e disruptividade dos diferentes movimentos socioespaciais e socioterritoriais que atuam em torno da diversidade sexual e de gênero, através dos dados levantados e sistematizados pelo Banco de Dados da Luta Pelos Territórios (DATALUTA) no contexto das cidades brasileiras.

A proposta avança em torno de duas principais abordagens: 1) a identificação, análise e avaliação sistemática das ações promovidas por movimentos socioespaciais e socioterritoriais que se vinculam, atravessam e são atravessados pela diversidade sexual e de gênero em escala nacional, tendo por objetivo compreender a diversidade presente nas possibilidades de organização coletiva, bem como as metodologias empregadas por esses movimentos no ato da produção de espaços e territórios. 2) a segunda abordagem se deu a partir de uma leitura verticalizada para os ativistas e militantes LGBTQIA+ que organizam Paradas e ações congêneres. Justifica-se tal escolha a partir da compreensão de que movimentos socioterritoriais e socioespaciais considerados tradicionais e que possuem uma base muito vinculada ao mundo do trabalho, produção e reprodução da vida, tem nos últimos anos se dedicado a um debate intenso sobre às diversidades que compõem esses movimentos, bem como a construção de ações socioespaciais que efetivam e produzem mudanças na dinâmica espacial em que as mesmas ocorrem.

Vê-se, portanto, o surgimento de inúmeros coletivos LGBTQIA+ em sindicatos, partidos e movimentos. O acúmulo de discussões e resultados traz uma contribuição

significativa para o debate sobre o corpo e as práticas espaciais a partir do conjunto de entrevistas semiestruturadas aplicadas a ativistas e militantes LGBTQIA+ de diferentes cidades do estado de São Paulo, avança no debate teórico e conceitual sobre sexualidade, gênero e práticas espaciais dissidentes, produz uma compreensão da totalidade que envolve o espaço geográfico e as disputas engendradas a partir de diferentes interesses e objetivos, os territórios da morte, do medo e de resistência representam a materialização dessas relações que produz um alijamento sobre as normas e comportamentos dos grupos divergentes e dissidentes.

Para além das discussões sobre os territórios da morte, medo e resistência, também se evidenciou outros processos geográficos marcados pela compreensão generificada e sexualizada do espaço. Os poderes e as tensões são elementos que constituem a compreensão do espaço para além do seu sentido e representação material. Duncan (1990), por exemplo, realiza uma contribuição em torno da paisagem urbana e dos seus múltiplos sistemas de significados que evidencia a partir da linguagem expressa em texto um conjunto de informações. A paisagem é compreendida como um discurso presente na estrutura social da cidade dentro da qual todas as práticas são comunicadas, negociadas e desafiadas, "assim, os discursos estão sempre permitindo recursos e limites dentro de certas direções de pensamentos e ações que aparentemente são naturais" (SILVA, 2008, p. 4).

Embora concordemos com Duncan (1990), atribuímos uma leitura mais próxima das espacialidades e territorialidades construídas pelas sexualidades dissidentes nas cidades. Nesse sentido, nos aproximamos de Silva (2008) que observa a partir da intertextualidade as relações sociais que se entrecruzam e que são instituintes e instituídas na "cidade texto". As dinâmicas são processuais e relacionais entre os diferentes sistemas de significados e práticas que vão se modificando com o tempo. Em diferentes tópicos e capítulos dessa produção, foram evidenciados e expostos inúmeros processos que revelam que o comportamento do Movimento LGBTQIA+ e dos sujeitos ativos e envolvidos na produção da cidade, configuram-se como protagonistas da mudança e transformação – a mudança é espacial e inclui o corpo e a produção de imaterialidades.

O pensamento *queer,* presente em alguns dos tópicos dessa dissertação, concebeu um movimento de contestação ao ativismo homossexual norte-americano que possuía um caráter conservador e que privilegiava a imagem e representação do homem branco, homossexual, de classe média alta e acabava por excluir a diversidade presente no movimento de luta pela

liberdade sexual, que também era composto por pessoas não brancas, travestis, transgêneros, lésbicas e bissexuais. As contribuições de uma leitura *queer*, se dão a partir do desvendamento ou da crítica a uma falsa universalização dos sujeitos, revela as hierarquias sexuais presentes a partir dos ditames da heteronormatividade e as questionam para que, assim, outras realidades sejam percebidas.

Na geografia, esse conjunto de discussões e debates se manifestam a partir da chamada "geografia das sexualidades". É a partir desses apontamentos que surgem um conjunto de pesquisadores que passam a investigar os diferentes enfoques de gênero e sexualidade presentes no espaço. A construção das estruturas dessa dissertação buscou atender um conjunto de intencionalidades presentes nos objetivos iniciais da pesquisa, perseguiu-se uma resposta para as demandas e questões primordiais sobre os movimentos que enfocam suas lutas em torno da diversidade sexual e de gênero, a questão central é: como realizar uma leitura geográfica sobre o Movimento LGBTQIA+ brasileiro? Observou-se, a partir dos resultados alcançados, que, ao mesmo tempo que o espaço contém e está contido em uma realidade cis-heteronormativa, também revela um conjunto de resistências e disputas que buscam subverter essa lógica.

Infográfico 1 – Estrutura da Dissertação

Organização: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.

O capítulo I corresponde a questão dos procedimentos metodológicos adotados e desenvolvidos e, que, se apresentaram como importantes ferramentas para se obter os resultados obtidos, sem o desenvolvimento e adaptação desses procedimentos e técnicas não seria possível alcançar a excelência e o rigor necessário. Dessa forma, foram desenvolvidas alguns debates e discussões sobre abordagens localizadas na dissertação e os procedimentos de sistematização para a espacialização das mortes, violências, violações e resistências sobre a temática LGBTQIA+ como: levantamento bibliográfico, banco de dados da violência LGBTQIA+ (Grupo Gay da Bahia, Observatório de Mortes e Violências LGBTQIA+ e Disque 100), banco de dados das ações socioespaciais e socioterritoriais (Grupo Dignidade e Rede DATALUTA – Espaço Urbano), etapas de mapeamento das violências, das ações de resistência e entrevistas semiestruturadas.

O capítulo II corresponde a discussão e introdução do tema sobre os elementos gerais que envolvem os aspectos estruturais e organizacionais do Movimento LGBTQIA+, apresentação do Movimento LGBTQIA+ brasileiro, suas escalas de luta, ação e representação, a constituição da Parada do Orgulho LGBTQIA+ como uma resposta ao "cistema[1]", realização do mapeamento das Paradas e das ações congêneres e, por fim, uma leitura sobre as redes, as atuações e construção de diversidade em diferentes espaços e territórios são tópicos contemplados no referido capítulo.

O capítulo III constrói um debate sobre a posicionalidade e relevância dos conceitos de movimentos sociais, socioespaciais e socioterritoriais. São apresentados os principais debates e definições sobre esses conceitos, bem como a possibilidade de se construir uma abordagem socioespacial e socioterritorial sobre os movimentos que lutam pela diversidade sexual e de gênero no Brasil. Ver-se-á diferentes definições a partir de distintas compreensões, entretanto, a linha conceitual e teórica adotada corresponde aos avanços conquistados nas últimas décadas pelas geógrafas e geógrafos latino-americanos que tem se dedicado a investigação dos movimentos desde a perspectiva geográfica.

O capítulo IV esboça um conjunto de debates, conflitualidades e tensionamentos sobre a importância do corpo para a constituição de uma cidadania plena. O debate sobre sexualidade, gênero e corpo é atravessado pelas espacialidades e territorialidades vividas pelos sujeitos que compõem a comunidade LGBTQIA+. Tornou-se explícito os processos de violação das vidas que margeiam ou estão fora da margem do padrão cis-heteronormativo e

[1] Em referência a cis-heteronormatividade que impõe a toda as pessoas um modelo cisgênero e heterossexual.

se observou que tais determinações estão intrinsicamente relacionadas aos seus corpos a partir da "passibilidade". A brutalização constante e ininterrupta que viola, mata e destrói o que o corpo representa, seja materialmente, seja simbolicamente, foi representada pela constituição dos Territórios do Medo e da Morte, que revelam a negação dos direitos básicos e produz de maneira sistemática o medo sobre as práticas espaciais desses sujeitos, sobretudo, daquelas pessoas que rompem com as performances enquadradas a partir da cis-heteronormatividade. Para além do debate em torno do corpo, das espacialidades e territorialidades presentes nas experiências espaciais dos ativistas e militantes, realizou-se uma construção cartográfica simbólica e significativa em torno dos crimes de ódio, dos processos violadores e da construção de resistências e tipologias socioespaciais e socioterritoriais por parte dos movimentos investigados. Denominamos estes territórios de: Territórios da Morte, Territórios do Medo e Territórios de Resistência.

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

A construção dessa introdução buscou estabelecer algumas relações entre os assuntos que envolvem o conceito de sexo, gênero e diversidade sexual. Para isso buscamos historicizar, em linhas gerais, o desenvolvimento de alguns desses conceitos, objetivando desnaturalizar as definições estabelecidas no passado e construir uma compreensão relacional dessas leituras e interpretações. Nesse sentido, adotamos os estudos *queer* como um campo relevante dos debates estabelecidos sobre gênero e sexualidade, portanto, algumas autoras dessa corrente ganham notório destaque. Assumimos a aplicação de um recorte que impossibilitou – pela amplitude dos debates – a inserção de todos os principais autores que investigam estes assuntos. Em se tratar de uma introdução aos conceitos de sexo, gênero e sexualidade, acreditamos cumprir com excelência o objetivo da introdução que é evidenciar algumas definições básicas e históricas dos conceitos que acompanham a leitura dessa dissertação do início ao fim.

O *queer* é uma expressão que vem ganhando cada vez mais visibilidade no Brasil e no mundo, esse termo que tem sua origem do inglês é comumente utilizado para se referir ou apontar pessoas que se comportam, performam ou se apresentam de maneira "excêntrica", "estranha" e "insólita". Dessa forma, podemos entender as pessoas *queer* como aquelas que não se encaixam nos modelos ou padrões cis-heteronormativos[2] de comportamentos e práticas espaciais.

É provável que esses sujeitos compreendidos como "estranhos" continuem provocando curiosidade e desconfiança, mas agora circulam na mídia, assumido por uns, repudiado por outros. Aparece eventualmente numa novela, numa exposição de arte, causa escândalo aqui, ou ali. Talvez ainda se encontre restrito a certos espaços e grupos. Talvez transite com desenvoltura apenas entre alguns ativistas, intelectuais e artistas. Ainda deve parecer, para muitos, uma coisa estranha. E é mesmo! Queer costuma ser o rebelde, o mal-comportado. Não importa se falamos de um indivíduo ou de um grupo, um movimento ou de um pensamento, tudo ou todos que se revelem ou se reconheçam como *queer* se mostram de algum modo "estranhos", afinal é parte da sua "natureza" desacatar normas e perturbar cânones (LOURO, 2020, p. 9).

[2] Ordenamento político, cultural e social que tem como norma e referência a cisgeneridade e a heterossexualidade. Nesse sentido, a cis-heteronormatividade se apresenta enquanto uma estrutura que fundamenta e constrói valores que se contrapõem às ditas sexualidades e práticas dissidentes.

As viagens que fizemos e as que ainda iremos realizar, os caminhos que trilhamos e os que ainda iremos trilhar, de certa maneira faz parte do que somos, as viagens, os caminhos e os percursos nos afetam e nos transformam. Uma vez dada a largada jamais seremos os mesmos, jamais retornaremos para o mesmo ponto da mesma forma, antes mesmo do nascimento já iniciamos uma viagem que, por sua vez, é controlada por outras pessoas que de maneira insolúvel "determinam" o que somos: como será o nosso quarto, quais as cores das roupas que usaremos, assim, "a afirmativa, mais do que uma descrição, pode ser compreendida como uma definição ou decisão sobre um corpo" (LOURO, 2020, p. 15).

A atribuição a-histórica, binária e imutável que é dada ao sexo (pênis e vagina), constrói e alicerça um contexto artificial em que o que somos não depende de nós, tampouco faz parte de um conjunto de símbolos e significados que sustentam ideias que não são naturais, mas socialmente construídas. Dessa forma, o ato de nomear o corpo acontece no interior da lógica que supõe o sexo como um dado anterior à cultura.

A partir da construção de valores bem fixados e estrategicamente construídos. a sexualidade vai sendo arquitetada e reafirmada incessantemente, de maneira hostil e sutil, em vários níveis e escalas, o tempo todo ela é reafirmada, "meninos não se comportam assim", "meninas não sentam dessa forma", entre outras expressões que revelam a vigilância acompanhada da punição que regula, ao mesmo tempo que proíbe que aquele corpo se desvie do que é compreendido como "normal".

Existem espaços que não devem ser atravessados por corpos considerados dissidentes, neles estão contidos o ódio a subversão, ao compreendido e posicionado como "desviante", neles estão presentes a violência e os processos de violação que constantemente impedem e perturbam corpos contra-heteronormativos de ali estarem.

A construção de temáticas que cruzam o campo das sexualidades se intensificou consideravelmente nas últimas décadas, várias áreas e conhecimentos se dedicam constantemente a entender e a produzir materiais que facilitam a nossa compreensão em torno da questão da sexualidade. A geografia também se faz presente e produziu nas últimas décadas importantes contribuições sobre a relação entre espaço, gênero e sexualidade.

É necessário antes de introduzir alguns dos conceitos como sexo e gênero, recompor o histórico da temática na geografia brasileira, evidenciando os múltiplos esforços e possibilidades que dão sustentação teórica-metodológica para a referida proposta.

Ao afirmar que a geografia está em toda parte, Ornat (2008) convida-nos a refletir sobre as múltiplas possibilidades e especificidades da vida humana, que poderiam ser estudadas e investigadas pela ciência geográfica, entretanto, não o são. A construção de um mundo monotemático (mono deus, monossexualidades, monocultura etc.), perpassa uma tentativa de apagamento de outras sexualidades, culturas e *performances*. Butler (2003) realiza uma compreensão desses monotemas e binarismos, evidenciando que o mundo é estruturado intencionalmente entre dois pólos, masculino e feminino, assim, ambos são projetados como universais, irrefutáveis e intocáveis. O corpo, para a autora, está subordinado a um conjunto de regras e normas orientadas a partir da discursividade que o define e regula e, principalmente, orienta o dito e o não dito de um determinado momento histórico e contexto geográfico-espacial. Assim, os processos disciplinares inerentes às sociedades tornam dóceis os comportamentos dos indivíduos através da domesticação dos seus corpos e costumes, através da regulação do seu viver (PEAKE, 1993).

São fatídicas as dificuldades de estudar temas como gênero e sexualidade em virtude dos inúmeros confrontos epistemológicos existentes na atualidade, entretanto, foram positivos os resultados alcançados graças aos esforços de inúmeros pesquisadores que desde a década de 1980, ousaram inserir debates como gênero, raça, sexualidades; aprimorando-os e aprofundando-os. Nesse sentido, é possível afirmar que temos no campo de produção de nossa ciência, não apenas uma geografia, mas incontáveis geografias que se fazem a partir de uma diversidade significativa de espaços, territórios e vivências (NOGUÉ; ROMERO, 2006).

Na produção geográfica localizada nos periódicos de circulação nacional, algumas discussões demonstram o desejo da constituição de novos horizontes para a geografia. Novos assuntos e temáticas surgem e são postuladas por geógrafas (os) como Oliveira e Vianna (1988), Mattos e Ribeiro (1996), Campos (2000) e Costa (2005). Esses trabalhos percorrem assuntos em torno das questões das mulheres, território, sexo e a prostituição a partir de suas espacialidades e territorialidades.

Os trabalhos sobre gênero e sexualidades inseridos no bojo da geografia têm avançado significativamente a partir do surgimento de novas pesquisas. Ao mesmo tempo, são poucos os que abordam o tema de uma maneira que ultrapasse o entendimento dicotômico dos conceitos. Nesse sentido, a preocupação com as relações de gênero no espaço é uma realidade consolidada e que adquiriu respeito no campo do saber geográfico desde meados dos anos 1980 e início dos anos 1990 com a inserção de estudos que correlacionaram e

compreenderam elementos e relações ligadas ao corpo, espaço, território, gênero, feminismos e sexualidades (SILVA; ORNAT, 2016).

Foi a partir dos esforços de Rosa Ester Rossini que o caminho para o gênero na geografia foi sendo construído, tanto que hodiernamente, novos nomes apareceram e hoje se configuram como as principais referências nos estudos que envolvem sexualidade, gênero, raça e geografia no Brasil. Pode-se citar, como exemplo, as professoras Joseli Maria Silva, Maria Franco García, Maria das Graças Silva Nascimento Silva e Susana Maria Veleda da Silva. E professores, como Marcio Jose Ornat, Alides Baptista Chimin Junior, Benhur Pinós da Costa e Alecsandro J. Prudêncio Ratts.

Todos esses nomes tornaram-se referências dentro da geografia de gênero e feminista brasileira e em demais áreas da ciência, por se dedicarem incansavelmente a estes estudos, além de contribuírem com o alargamento da temática a partir de suas orientações e da formação de novos pesquisadores, semeando uma nova geografia e integrando-se em projetos e publicações com profissionais de demais países da América Latina, países europeus e os Estados Unidos da América (EUA).

O histórico de pesquisas sobre a temática na geografia está atrelado ao surgimento e desenvolvimento de conceitos já consolidados em outras áreas do conhecimento. Torna-se importante para a intelecção deste trabalho, um aprofundamento na definição de alguns conceitos ainda em processo de construção. Nesse sentido, conceitos amplamente utilizados pelos movimentos como “homofobia” ou “LGBTfobia”, Territórios da Morte, Medo e Resistência, diversidade sexual e de gênero etc. ainda carecem de exploração teórica, problematização conceitual e, possivelmente, uma ressignificação política e geográfica. Para isto, são necessários acúmulos em diversos espaços da sociedade, tanto por parte da militância teórica organizada nos espaços acadêmicos, quanto da militância junto aos movimentos socioespaciais/socioterritoriais e demais órgãos públicos. Retratar alguns dos conceitos empregados na pesquisa torna-se tarefa importante, assim, serão estabelecidas algumas definições prévias em torno de alguns conceitos e temáticas objetivando potencializar a existência das principais teorias e definições.

Louro (2020) aponta que as entendidas “minorias sexuais” são apreendidas equivocadamente como minoria numérica, quando na verdade representam uma maioria silenciosa, ou seja, sujeitos que não tiveram acesso aos mesmos direitos que outros e por esse motivo foram colocadas em um lugar que não se sabe o nome, um espaço interdito. Dessa

maneira, quando esses sujeitos se posicionam politicamente, transformam os guetos em territórios e ganham maior visibilidade.

> O grande desafio não é apenas assumir que as posições de gênero e sexuais se multiplicaram e, então, que é impossível lidar com elas apoiadas em esquemas binários; mas também admitir que as fronteiras vêm sendo constantemente atravessadas e – o que é ainda mais complicado – que o lugar social no qual alguns sujeitos vivem é exatamente a fronteira. (LOURO, 2020, p. 27).

Sabemos que a homossexualidade, bem como o sujeito homossexual são invenções do século XIX. As práticas entre pessoas do mesmo sexo antes entendidas como sodomia (atividade indesejável e pecaminosa), hoje são colocadas à margem, violentadas e invalidadas pela violência e brutalização dos seus corpos, resumidamente são sexualidades compreendidas como "desviantes" e "subversivas" que, quando externalizadas, coloca aquele corpo em um lugar de incômodo e risco.

Ser *queer* significa lutar contra todo processo de normalização e normatização, assim, essa comunidade se coloca no campo de batalha do lado oposto da heteronormatividade e da heterossexualidade compulsória que estigmatiza e viola corpos considerados dissidentes; "*queer*" representa explicitamente a diferença que não quer ser assimilada ou tolerada e, portanto, sua forma de ação é muito mais transgressiva e perturbadora".

O surgimento da teoria *queer* está vinculada a diferentes vertentes do pensamento ocidental contemporâneo, que durante algumas décadas problematizaram e trouxeram para o centro do debate noções clássicas de sujeitos, identidades, identificação etc. Um exemplo destas construções e interpretações é Foucault (2018), que compreende o discurso como uma importante ferramenta de edificação da sexualidade, dessa maneira, somos mergulhados em diferentes narrativas que constroem e adaptam comportamentos e práticas.

O trabalho de Mariano (2005) percorre as abordagens críticas em torno das teorias feministas pós-estruturalistas às teorizações do sujeito universal, alvitrando a negação das noções de identidades essenciais de gênero. O objetivo é desconstruir o pensamento binário existente em diferentes leituras e abordagens. A noção de sujeito social é um elemento importante abordado na leitura realizada, trilhando uma percepção que coloca dada categoria de análise como um problema, assim, "a noção de sujeito social universal, ainda que de diferentes formas, sempre esteve presente nas Ciências Sociais. Trata-se da própria preocupação com a ação política na sociedade e com a definição do objeto de estudo da pesquisa" (MARIANO, 2005, p. 483).

A homogeneidade e a unidade criada em torno da concepção e, até mesmo, da cosmogonia atribuída aos sujeitos sociais é uma construção, sobretudo, do pensamento liberal influenciado pelo pensamento iluminista, que posicionou dados sujeitos como universais, livres, autônomos e racionais. Entretanto, Mariano (2005) relembra que a crítica marxista às chaves elementares contidas no pensamento liberal, foi muito importante para a construção de outros campos e elementos de investigação e debate, como classe social, mais-valia, alienação, força de trabalho, superestrutura, entre outros temas.

Para além da crítica marxista a partir da criação de novos elementos reais e interseccionais, pensadoras feministas marxistas como Gerstein (1973), Castro (2000), Free (1976), Saffioti (1978), agregaram mais uma crítica, apontando que o sujeito do liberalismo, além de burguês, é também masculino, portanto, sua pretensa universalidade esconde, na verdade, sua especificidade.

> Temos aqui um problema de duas naturezas com a noção de sujeito: primeiro a crítica ao sujeito masculino como universal, revelando as operações hierárquicas das diferenças sexuais; depois a crítica à essencialização do sujeito (sexo ou classe social), postulando um descentramento da constituição dos sujeitos e das identidades. Nos dois casos, a rejeição à oposição binária masculino/feminino faz-se presente. (MARIANO, 2005, p. 484).

Beauvoir (1970) em seu livro "Segundo sexo", foi uma das primeiras autoras a questionar a concepção construída em torno dos sujeitos universais e neutros, ela argumentou que no mundo social existem aquelas pessoas que ocupam uma posição "não específica", que não possuem marcações (sexual, racial, religiosa). Portanto, são posições presumidamente universais, entretanto, ao mesmo tempo existem aqueles sujeitos que são marcados pela sua diferença, é como se estivessem presos a determinadas especificidades que o posicionam como o outro/diferente. Por esse motivo, torna-se imprescindível desconstruir a ideia de sujeito universal, tal como fez Beauvoir.

Scott (1994) também enseja um debate importante acerca das categorias e dos marcadores sociais designados a determinados sujeitos, o surgimento de uma análise a partir de um outro ângulo, isto é, evidenciando que incluísse as próprias categorias como classe, trabalhador, cidadão, homem e mulher, possibilitou o surgimento das teorias de gênero.

> A emergência da categoria [gênero] representou, pelo menos para aquelas e aqueles que investiram na radicalidade que ela sugeria, uma virada epistemológica. Ao utilizar gênero, deixava-se de fazer uma história, uma psicologia, ou uma literatura

> das mulheres, sobre as mulheres e passava-se a analisar a construção social e cultural do feminino e do masculino, atentando para as formas pelas quais os sujeitos se constituíam e eram constituídos, em meio a relações de poder. O impacto dessa nova categoria analítica foi tão intenso que, mais uma vez, motivou veementes discussões e mesmo algumas fraturas internas. Também as relações de gênero passaram a ser compreendidas e interpretadas de muitas e distintas formas, ajustando-se (a) ou interpelando referenciais marxistas, psicanalíticos, lacanianos, foucaultianos, pós-estruturalistas. (LOURO, 2020, p. 15).

O primeiro ponto a se observar a partir da leitura de Louro (2020), é de que os estudos de gênero não devem ser confundidos com os estudos das mulheres, pelo contrário, os estudos de gênero estabelecem um enfoque analítico e conceitual em torno das relações de poder estabelecidas entre homens e mulheres, dada leitura também foi incorporada por outras correntes e paradigmas.

Todo esse movimento e construção de referencial teceu críticas a ideia desse sujeito universal, estático e acabado, assim, "na medida que pretendiam universalizar as especificidades do homem branco, heterossexual e detentor de propriedades, este sujeito tornava-se uma categoria normativa e opressora" (MARIANO, 2005, p. 484).

É a partir do pós-estruturalismo que Joan Scott analisa a categoria gênero, a autora entende que o pós-estruturalismo, na medida em que permite questionar as categorias unitárias e universais e tornar históricos conceitos que são normalmente tratados como naturais, como, por exemplo, homem e mulher. Também é importante delimitarmos que o feminismo pós-estruturalista e a crítica pós-estruturalista, compreendem como sujeito, dessa forma, "o reconhecimento de que o sujeito se constrói dentro de significados e de representações culturais, os quais por sua vez encontram-se marcados por relações de poder" (COSTA, 2000, p. 57).

Scott (1990) nos orienta para a fuga dos essencialismos, binarismos e hierarquias desnecessárias, e para a aproximação e desenvolvimento de uma leitura plural, heterogênea e que contemple as diversidades, bem como as potencialidades existentes em cada contexto histórico, territorial, político, econômico, cultural e social.

Para Lauretis (2000), os escritos e as práticas culturais feministas dos anos 1960 e 1970 tornaram o conceito de gênero como significado de diferença sexual, assim, o gênero era compreendido, principalmente, como uma diferença biológica a partir do dualismo ou binarismo entre o ser homem e ser mulher; essa leitura e concepção é limitada pois não rompe com esses falsos dualismos e binarismos.

A articulação teórica e política em torno da construção da ideia de gênero, percorre também uma disputa em torno da concepção e do entendimento do que é gênero. Inicialmente, gênero foi um conceito utilizado para contrapor o determinismo biológico, assim, foi desenvolvido e posicionado como uma oposição ao sexo. A partir dessa compreensão, gênero é algo socialmente construído e o sexo biologicamente dado (NICHOLSON, 2000).

Caminhando no sentido oposto, Rubin não entende o sistema sexo/gênero como opostos, pelo contrário, a autora avalia que nessa abordagem o sexo atua como uma base importante para a construção do gênero. Muitas críticas ao fundacionalismo biológico foram tecidas pelas teóricas feministas, sobretudo, Judith Butler, entendendo que tanto o determinismo biológico, quanto o fundacionalismo biológico, devem ser abandonados pelo feminismo, pois entendem o corpo apenas como uma entidade biológica.

Butler (2003) acaba por rejeitar a ideia de que sexo e gênero são distintos, diferentes, ou percebidos diferencialmente. Assim, ela entende o corpo como uma construção em si mesmo, rejeita a ideia de que gênero é uma interpretação cultural do sexo, na medida que o próprio sexo é tomado também como cultural e, portanto, construído a partir do discurso.

A desconstrução da categoria não mulher, não se trata do apagamento de suas experiências e especificidades, pelo contrário, é uma reconstrução a partir de outros prismas analíticos-conceituais que possibilitam o surgimento de outras leituras e interpretações.

A forma ou o modo como compreendemos o mundo dependem de forma geral dos dualismos que são construídos em torno de temas e conceitos que se apresentam como objetos ou sistemas de crenças opostas. É partindo do desafio de colocar em xeque os dualismos e sua historicidade, isto é, como os conceitos foram construídos e arquitetados pelo discurso científico, que Fausto-Sterling (2002) realiza uma reflexão em torno de três destes dualismos: sexo/gênero, natureza/criação e real/construído. Assim, "entender como operam raça e gênero – em conjunto e independentemente – nos ajuda a compreender melhor como o social se torna corporificado" (FAUSTO-STERLING, 2002, p. 9).

Um exemplo clássico dos dualismos, leia-se também binarismos, é a história mencionada por Fausto-Sterling em torno do caso da atleta espanhola Maria Patiño, umas das principais corredoras com barreiras da Espanha, que por esquecer o certificado médico atestando o fato de ser mulher teve a sua identidade de gênero questionada.

> Mas o Comitê Olímpico Internacional (COI) tinha previsto a possibilidade de que algumas competidoras esquecessem seus certificados de feminilidade. Patiño apenas

> tinha que se apresentar ao "escritório central de controle da feminilidade", raspar algumas células da bochecha, e tudo ficaria em ordem – ou ela assim pensou. (FAUSTO-STERLING, 2002, p. 11)

O resultado do teste de Patiño foi surpreendente. A atleta se dirigiu ao estádio olímpico para realizar sua primeira corrida, entretanto, foi impedida de competir pelo fato de não ser mulher (não ser considerada mulher pelos médicos e pelo discurso científico construído em torno dos instrumentos e metodologias de aferição de uma suposta feminilidade). Assim, para os médicos e Comitê Olímpico Internacional (COI), ela podia até parecer mulher, ter força de mulher e ninguém nunca suspeitaria do fato de ser mulher, mas os exames apontavam um cromossomo Y nas células de Patiño e que seus lábios ocultavam testículos, não possuía ovários e útero.

Portanto, para o COI, Patiño não era uma mulher e sendo impedida de competir e participar da equipe olímpica da Espanha, "Os funcionários olímpicos espanhóis sugeriram a Patiño que fingisse um acidente e se retirasse sem dar publicidade a fatos tão embaraçosos" (FAUSTO-STERLING, 2002, p. 12).

> Diante de sua recusa, a imprensa europeia acabou descobrindo o acontecido e o segredo foi revelado. Poucos meses depois de sua volta à Espanha, a vida de Patiño se esboroou. Os funcionários espanhóis lhe retiraram os títulos conquistados e a impediram de voltar a competir. Seu namorado a abandonou. Foi despejada da moradia atlética nacional, sua bolsa de estudos foi revogada e, repentinamente, se viu diante da perspectiva de ter que lutar para sobreviver. A imprensa do país fez a festa às suas custas. Como ela disse mais tarde, "fui apagada do mapa, como se nunca tivesse existido. Dediquei doze anos aos esportes." (FAUSTO-STERLING, 2002, p. 12).

Neste exemplo, fica explícito quais foram os parâmetros utilizados pelo Comitê Olímpico Internacional (COI) para "definir" se Patiño era ou não uma mulher, isto é, o conceito de mulher adotado pelo COI e pelos comitês de esporte estão intrinsicamente ligados ao fator essencialmente biológico e natural. O caso de Patiño nos ajuda a entender como a ideia de masculino e feminino, homem e mulher e outras categorias são criadas e posicionadas, além de se materializarem como um discurso legítimo e inquestionável.

A atleta realizou dezenas de exames, investiu dinheiro em diferentes profissionais da saúde para desvendar o seu "segredo", assim, foi nessa busca que Patiño descobriu que nasceu com uma síndrome identificada como "insensibilidade ao andrógeno". Isso significa que embora a atleta tivesse um cromossomo Y e seus testículos produzissem testosterona suficiente, suas células eram incapazes de detectar esse hormônio masculinizante, por esse

motivo o seu corpo nunca produziu características masculinas. Entretanto, na puberdade seus testículos produziam estrógeno (como os testículos de todos os homens), que por causa da incapacidade do seu corpo de reagir à testosterona, provocaram o aumento dos seus seios, estreitamento da cintura e alargamento dos quadris (FAUSTO-STERLING, 2002).

Após essa experiência desastrosa envolvendo a atleta espanhola, o COI permanece na busca por um teste ou um método científico que comprove o sexo de seus/suas atletas. Assim, é importante realizar questões em torno da motivação do COI em estabelecer dado parâmetro que tem o poder e o aparato do discurso científico para negar e deslegitimar um (a) atleta olímpico.

Até o ano de 1968, as mulheres que competiam nas olímpiadas eram convidadas a desfilarem sem roupa diante de uma banca de examinadores. Assim, se determinado corpo possuísse seios e vaginas já bastava para averiguarem se aquele corpo, de fato, representava a materialização de uma mulher ou não, eram, portanto, esses símbolos associados a mulher que verificavam a existência de sua feminilidade.

É importante, a partir de exemplos como esse, ressaltar que não existe isto ou aquilo, mas sim, uma infinidade de possibilidades, experiências e práticas corporais e simbólicas construídas pelos sujeitos. É nesse sentido que rotular o que é ser homem, mulher e outras identidades se coloca como uma decisão social, "podemos utilizar o conhecimento científico para nos ajudar a tomar a decisão, mas só nossas crenças sobre o gênero também afetam o tipo de conhecimento que os cientistas produzem sobre o sexo" (FAUSTO-STERLIN, 2002, p. 15).

Nesse mesmo sentido, as mulheres feministas da década de 70, também afirmavam que o sexo era algo diferente do gênero, que as instituições sociais, elas próprias projetadas para perpetuar a desigualdade de gênero, produziam a maioria das diferenças entre homens e mulheres. Assim, "as feministas argumentavam que, embora os corpos de homens e mulheres tenham diferentes funções reprodutivas, são poucas as diferenças de sexo que não podem ser mudadas pelas vicissitudes da vida" (FAUSTO-STERLING, 2002, p. 16).

Como expressa a antropóloga Henrietta Moore (1988), não é coerente reduzir cultura, experiência e explicações de gênero, a seus elementos linguísticos e cognitivos, na realidade o que está em questão é a natureza corporificada das identidades e das experiências, assim, a experiência não é individual e fixa, mas social, política e cultural. O que se constata é que as colocações, práticas e discursos que dependem uns dos outros para existirem e representam

uma dualidade, que nem sempre é saudável para avançarmos em discussões importantes como gênero e sexualidade.

Ao contrário dos biólogos e de diferentes áreas do conhecimento científico que tentam de alguma forma naturalizar e essencializar o corpo, as teóricas feministas não compreendem o corpo como uma essência em si, mas sim, como um suporte vazio em que o "discurso e a *performance* constroem um ser completamente aculturado" (FAUSTO-STERLING, 2002, p. 22).

Em outro sentido, Foucault (1976) apresenta um conjunto de ideias que nos permite entender que a sociedade ainda necessitava de alguma forma de disciplina em um capitalismo nascente para controlar a inserção de corpos no maquinário da produção e o ajuste dos fenômenos da população ao processo econômico, assim, dividiu esse poder sobre os corpos vivos (biopoder) em duas formas. A primeira seria centrada no corpo individual.

> O papel de muitos profissionais da ciência (inclusive das ciências ditas humanas – psicologia, sociologia e economia) passou a ser o de otimizar e padronizar a função do corpo. Na Europa e na América do Norte, o corpo padronizado de Foucault foi sempre masculino e caucasiano [branco]. Embora este texto verse sobre gênero, discuto regularmente o modo como as ideias de raça e gênero surgem a partir de supostos subjacentes sobre a natureza física do corpo. Entender como operam raça e gênero – em conjunto e independentemente – nos ajuda a compreender melhor como o social se torna corporificado. (FAUSTO-STERLING, 2002, p. 25).

A segunda forma de poder sobre os corpos vivos, como aponta Foucault (1978), estaria centrado numa biopolítica da população, essa ideia surgiu no início do século XIX quando os primeiros cientistas sociais começaram a desenvolver os métodos estatísticos de levantamentos para supervisionar e administrar nascimentos e mortalidade, o nível da saúde, a expectativa de vida e longevidade.

A potência desse discurso pode ser exemplificada a partir do caso de pessoas intersexuais como Maria Patiño. Esses corpos não cabem naturalmente em classificações binárias, assim o instrumento cirúrgico pode fazê-los caber, adequando-os a uma dessas esferas binárias e dualistas, eis uma disputa socioterritorial explícita.

Fausto-Sterling (2002) reflete sobre a política da ciência e da geografia do corpo que está se transformando, nesse mesmo sentido, as feministas e outras pesquisadoras que estudam o modo como os cientistas criam o conhecimento empírico já começaram a reconstruir a própria natureza do processo científico.

A formulação dicotômica em torno do sexo e gênero é refletida e materializada em nossas vidas como possibilidades fixas, irrefutáveis e imóveis. Um exemplo é o fato de que as pessoas são posicionadas inerentemente como homossexuais ou heterossexuais, o fato de ser isto ou aquilo anula completamente outras experiências e vivências sexuais que constituem os sujeitos, o que torna a sexualidade absurdamente simplificada e reduzida a um falso dualismo.

Foi durante o século XX que a categoria homossexual passa a ser construída e cunhada cientificamente a partir da publicação de relatos de homossexualidade – o primeiro em 1869, em uma publicação alemã. A diferenciação como uma forma de apontar o diferente, acabou por tornar-se um instrumento político de autoidentificação, isso significa que os homossexuais (homens gays e mulheres lésbicas) que se identificavam como homossexuais procuravam ajuda e a compreensão dos médicos, utilizando tal identificação para construir suas próprias autodescrições e experiências espaciais.

É durante os anos 30 que muitos desses conceitos são disputados e colocados à prova: nesse momento, a heterossexualidade chega à consciência do público e, na época da Segunda Guerra Mundial, a heterossexualidade se posicionava como uma característica permanente da paisagem sexual. Não era somente o movimento de gays e lésbicas que disputavam esse território da identificação e do reconhecimento, mas feministas, pessoas intersexuais e transgêneros também apresentavam suas possibilidades e potencialidades.

Usar os dualismos para analisar e compreender o mundo e suas relações, não é interessante, pois suas interdependências acabam ficando invisíveis e silenciadas, assim, é possível observar a partir da lista de *"Plumwood"* a limitação de encarar o mundo a partir dos dualismos:

Quadro 1- Lista de Plumwood

Razão	Natureza
Macho	Fêmea
Mente	Corpo
Senhor	Escravo
Liberdade	Necessidade
Humano	Natural
Civilizado	Primitivo
Produção	Reprodução
Eu	Outro

Fonte: FAUSTO-STERLING, 2002.

A matéria está totalmente sedimentada com discursos sobre o sexo e a sexualidade que prefiguram e limitam os usos que podemos fazer desse termo, cada vez que tentamos voltar para o corpo como algo que existe antes da socialização, antes do discurso sobre macho e fêmea, sofremos alguns impasses e limitações que circundam o corpo e o discurso.

Se a matéria já apresenta e contém noções de gênero e sexualidade, ela não pode ser um recurso neutro sobre a qual pode-se construir teorias objetivas ou cientificas do desenvolvimento e da diferenciação sexual, ao mesmo tempo, temos que reconhecer e usar aspectos de materialidade "que fazem parte do corpo". Em grande parte das discussões públicas, o sexo e a natureza são considerados reais (materiais) e o gênero e a cultura são vistos como elementos construídos; entretanto, essa distinção, desde uma perspectiva filosófica, se trata de uma falsa dicotomia.

As disputas teóricas e conceituais em torno de conceitos tão importantes como gênero e sexualidade, ganham de maneira mais intensa e veemente, um entrelaçamento com os conceitos geográficos de espaço e território. Vê-se o surgimento de pesquisas que buscam investigar e dialogar com esses assuntos e temas, esse movimento tem favorecido e potencializado os estudos também sobre os movimentos socioespaciais e socioterritoriais que lutam pela diversidade sexual e de gênero.

Ferreira e Aguinsky (2013) realizam um aprofundamento das discussões presentes nos movimentos socioespaciais e socioterritoriais que centram suas lutas em torno da diversidade sexual e de gênero. É edificado um quadro de ações, temáticas e aproximações presentes nos objetivos dos movimentos com as políticas públicas construídas efetivamente. Entende-se que, especificamente, a atuação do Movimento LGBTQIA+ no Brasil centrou suas estratégias e ações na construção de políticas públicas e em ações mais pragmáticas, essa mudança de perspectiva se deu a partir da década de 80, através do surgimento de uma série de Organizações Não Governamentais (ONGs).

Antes de adentrar especificamente na construção de um quadro teórico-conceitual em torno do Movimento LGBTQIA+ e dos movimentos que atravessam e são atravessados pelas pautas da diversidade, bem como da atuação dos movimentos a partir de uma multiescalaridade objetivando a conquista de espaços e territórios, é importante se construir um entendimento em torno do conceito de diversidade sexual, sexualidade e gênero, para além dos binarismos e das dicotomias apontadas anteriormente.

Compreender a sexualidade e o gênero na contemporaneidade exigi dos pesquisadores um esforço importante de distanciamento das fronteiras rígidas e intransitivas do conhecimento científico acumulado até hoje por uma elite branca, heterossexual e cisgênero. Se distanciar desses limites rígidos e das definições estáticas de sexualidade é um passo importante para a compreensão de que esses conceitos são construídos cotidianamente a partir da multiplicidade de sujeitos que reivindicam espaços e territórios existe, como aponta Milskolci (2007), um conjunto de práticas e disputas que contornam e subvertem as fronteiras morais, leia-se também os territórios da moralidade e os paradigmas do sexo, gênero e sexualidade alicerçados na moralidade.

Apesar de se ter avançado na compreensão da sexualidade, do gênero, do desejo e das diferentes *performances* possíveis, ainda é sabido que diferentes instituições ideológicas como a família, igreja, Estado, medicina, sistema escolar, de justiça, de segurança, entre outros, acabam por construir um conjunto de regras que condicionam determinados corpos, sujeitos e práticas, o que ocorre é na verdade uma disputa material e imaterial pluriescalar e que acontece simultaneamente em todos esses espaços.

Você já se perguntou em que momento da sua vida você decidiu se tornar o que é hoje? Você considera o fato de ser homem ou mulher algo natural? Dado por Deus? Essas são perguntas importantes e que devem ser realizadas para a realização de um movimento de desconstrução e compreensão de todas essas escalas que estão contidas e contém as contradições entre a construção da "normalidade" e da "anormalidade".

Também não é da atualidade, como aponta Bento (2006), que as temáticas que envolvem gênero e sexualidade são negadas e invisibilizadas dentro do ambiente acadêmico. Quantas pesquisas sobre movimentos socioespaciais e socioterritoriais do campo, da cidade, da água e da floresta que abordaram as temáticas de gênero, sexualidade e diversidade nós tivemos acesso? Quantos foram os debates sobre esses territórios que atravessam os limites rígidos e intransitivos da sexualidade nós acompanhamos? Certamente foram poucos os debates e as discussões dentro do contexto acadêmico e até mesmo fora dele. Esse movimento é claramente uma disputa territorial e espacial, disputa essa marcada pelo reconhecimento das espacialidades e territorialidades desses sujeitos que compõem a sociedade e os movimentos socioespaciais e socioterritoriais brasileiros.

O que está explícito é que existe ainda na atualidade um conjunto de instituições que se territorializam em nossas vidas e mentes e que constroem um conjunto de saberes que

exercem, por fim, um controle sobre os nossos corpos, sistema esse observado por Foucault (1988), quando investigou no discurso um poder atuante na construção das instituições e das relações sociais. Trabalhar com esses temas se conforma, portanto, como um desafio aos movimentos "que atuam com as políticas de grupos sociais vulneráveis, pois embora lutem por afirmar seus direitos em um cenário de desigualdades sociais, são constantemente sucateados e colocados literalmente na fronteira" (FERREIRA; AGUINSKY, 2013, p. 224).

A construção dos valores éticos e morais em torno da sexualidade nos dias de hoje nos parece, em muitos momentos, como algo dado ou natural, entretanto, o que se entende como "norma" na atualidade, não o era nos séculos passados. É importante sempre desconstruir os valores de uma determinada sociedade a partir da história. Observa-se na obra de Trevisan (2018), que antes do advento do cristianismo e da igreja católica, o homoerotismo e as relações sexuais entre pessoas do mesmo gênero era comum e utilizada como um instrumento pedagógico que objetivava a educação sexual a partir da prática entre homens mais velhos e jovens; o objetivo era explorar o próprio corpo, se conhecer e possibilitar o alcance do prazer e das potencialidades do sexo. Entretanto, com o surgimento das religiões, em especial a católica e evangélica, as práticas sexuais passaram a ter por objetivo e centralidade na procriação, pormenorizando as relações homoeróticas e sexuais que não visavam a reprodução – eis uma mudança significativa de comportamentos e práticas espaciais materializadas no passado.

Essa dissertação representa o encerramento de um ciclo e o início de outra etapa da pesquisa sobre os Movimentos Socioespaciais e Socioterritoriais que atuam em diferentes escalas e atingem diferentes temas e estruturas. O Movimento LGBTQIA+ é, sem dúvida, um dos movimentos mais diversos e plurais já registrados em toda a história dos movimentos no mundo. Sua diversidade e pluralidade não está contida somente na bandeira que se tornou o símbolo da luta pela diversidade sexual e de gênero no Brasil e em todo o planeta, mas também nas estruturas e nas tipologias criadas por esses diferentes grupos organizados e ativos que possuem especificidades em torno dos seus corpos e coletividades em torno de pautas que objetivam a conquista de ganhos sociais e o reconhecimento efetivo de suas espacialidades e territorialidades.

Serão apresentados os resultados de toda uma caminhada científica, teórica, conceitual e metodológica que posiciona este trabalho como um produto inovador em torno da leitura sobre os Movimentos Socioespaciais e Socioterritoriais LGBTQIA+ brasileiros.

Revela também a nossa trajetória e a profunda necessidade de se criar uma metodologia capaz de possibilitar a leitura sobre as diferentes dinâmicas espaciais que envolvem esse movimento. Chegará um momento em que será possível identificar tudo o que foi feito, conquistado e produzido a partir de uma visão panorâmica.

Essa dissertação é resultado do acúmulo não somente dos dois anos necessários para a sua elaboração, mas de um conjunto de práticas e relações estabelecidas desde o primeiro ano da graduação até a execução da pesquisa participante desenvolvida juntamente com o Movimento LGBTQIA+ de Presidente Prudente (SP) e com a atuação ativa e altiva junto ao Observatório de Mortes e Violências LGBTQIA+ no Brasil.

Os dados e os conceitos aqui debatidos, possibilitaram o desenvolvimento e discussões sobre temas importantes acerca da centralidade do assunto da pesquisa, isto é, os movimentos socioespaciais e socioterritoriais, mas, principalmente, os movimentos e coletivos que lutam pela diversidade em suas mais diferentes instâncias e espaços de atuação e representação. O movimento LGBTQIA+ e os seus diferentes formatos, evidencia a existência de um leque de possibilidades que devem ser estudados e investigados a partir da pesquisa científica, produzindo um aumento qualitativo e significativo sobre o tema investigado.

Vale lembrar e ressaltar que a consecução desta pesquisa se tornou possível graças ao apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA), Rede DATALUTA, bem como a orientação do Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes e, também, da colaboração da ampla rede de pesquisadores e professores que atuam na linha de pesquisa Trabalho, Saúde Ambiental e Movimentos Socioterritoriais.

Foram realizados durante os dois anos de consecução da pesquisa diferentes eventos que se mostraram inovadores e necessários diante do contexto de grave crise política, econômica e social potencialmente agravada pela pandemia da COVID-19. Diversos espaços e debates uniram temas, centraram discussões e possibilitaram que militantes e ativistas do Movimento LGBTQIA+ tivessem acesso ao material histórico acerca das ações socioespaciais e socioterritoriais, bem como de temas e debates necessários para o pleno desenvolvimento dos sujeitos e do quadro teórico presente nos movimentos e coletivos atuantes.

Nesse documento, busco entender, compreender, analisar e avaliar as dinâmicas espaciais e territoriais, histórias, os conflitos, as similitudes, as distinções, as organizações, as

relações entre as organizações, as dinâmicas espaciais de alguns municípios, as mudanças provocadas pelas ações socioespaciais e socioterritoriais, a atuação dos movimentos em redes, o corpo como escala de atuação e vida, a materialização dos crimes de ódio, através do mapeamento dos dados produzidos e organizados pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), desde 1980 e pelo Observatório de Mortes e Violências LGBTQIA+, a partir de 2020, compreendendo estes espaços como *Territórios da Morte*, a materialização dos processos de violação em curso através dos dados produzidos pelo Ministério dos Direitos Humanos (MDH), o Disque 100, entendendo estes espaços como *Territórios do Medo*, bem como, o mapeamento das ações e manifestações realizadas pelos movimentos socioespaciais e socioterritoriais LGBTQIA+ no Brasil, na escala municipal, a partir dos dados disponibilizados pelo Grupo Dignidade e pela sistematização das ações socioespaciais e socioterritoriais produzidas pela Rede DATALUTA, grupos estes que tem se mostrado importantes apoiadores da pesquisa e contribuído significativamente para sua execução, entendendo também a espacialização dessas ações em torno da luta promovida pelos movimentos como *Territórios de Resistência*.

Pretendeu-se, assim, investigar como os movimentos socioespaciais e socioterritoriais, instituições e organizações atuam, quais são os temas centrais, quais os pontos que convergem as ações do movimento com outros movimentos, o que de fato os torna diferentes neste contexto composto por um universo de movimentos, sendo o movimento LGBTQIA+ apenas uma estrela inserida nesta gigantesca constelação.

É pela relevância da geografia brasileira e latino-americana, bem como pela possibilidade de se compreender e investigar as disputas e os conflitos em torno do tema da diversidade sexual e de gênero no Brasil, que a leitura sobre esses movimentos se estabeleceu em torno da abordagem dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais para se ler e interpretar uma realidade que é histórica e geográfica, aliás, todos os movimentos aqui investigados fazem parte de uma história, mas também de uma realidade geográfica, espacial, territorial, escalar e dotada de processos geográficos que revelam intencionalidades, disputas e estratégias pensadas pelos movimentos.

Também foram compreendidos e posicionados no debate sobre os coletivos e movimentos, a atuação dos intitulados novos movimentos socioespaciais que surgiram em diferentes contextos geográficos e momentos históricos. São esses os movimentos que centram e especializam a sua luta nos debates de gênero e sexualidade. Nesse mesmo sentido,

também foi investigada a atuação de movimentos, coletivos e sujeitos no formato de redes de movimentos socioespaciais e socioterritoriais, sendo as Paradas do Orgulho LGBTQIA+ uma relevante e significativa estratégia de ligação entre os movimentos e as instituições (ONGs, partidos políticos, Estado e Sindicatos). As Paradas interferem na dinâmica dos municípios, na economia, na mobilidade, na cultura, na infraestrutura, produzem espacialidades e territorialidades, impactam o turismo, enfim, são várias as interfaces e elementos que poderão ser mais bem apreendidos e verificados nas páginas futuras.

1. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

CAPÍTULO I

1. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O método científico está fundamentado em um elemento que é indispensável, a observação. Através da observação a partir de todos os nossos sentidos e não somente daquilo que vemos, elaboramos questões e reflexões entendendo, assim, como se dão os fenômenos e processos sociais e geográficos.

Além da observação contida no método científico, devemos sempre nos atentar para a formulação de um problema e pergunta que norteará os nossos passos nessa caminhada, a pergunta é baseada na observação de um determinado fenômeno e tem como um dos principais objetivos resolver ou apresentar caminhos para os problemas encontrados.

As ciências sociais regrediram quando se adaptaram a uma visão unidimensional da realidade a partir da influência do positivismo da escola norte-americana, que possuía uma visão centrada no funcionalismo, na ordem que leva ao progresso, na suposta neutralidade do pesquisador, entre outros elementos que levaram às ciências sociais a interpretar e a ler a realidade que nos cerca. No entanto, é a partir da segunda metade dos anos 60 que ocorrem mudanças significativas no campo das ciências sociais e o espírito crítico e reflexivo passa a ser incorporado por uma gama de pesquisadores ancorados por uma visão crítica.

O materialismo histórico é concebido por Richardson (1999), como uma ideologia e ciência do marxismo que se opõe de forma clara ao positivismo e ao estruturalismo; os principais motivos dessa oposição está contido na compreensão e no olhar que esse método tem em relação a interpretação da natureza, ao olhar pela janela da ciência o materialismo histórico vislumbra a realidade e a partir da constatação do material aproxima-se do método e do estudo através da dialética.

> O que se entende por materialismo? De acordo com Marx e Engels, significa que o mundo exterior existe independente da consciência. Para o senso comum, isto é óbvio. Por exemplo, a árvore existe, independentemente da noção que tenhamos da árvore. Prova disso é que, ao bater nela, podemos nos machucar. Em termos de pensamento filosófico, porém, a questão não é tão clara. Para os idealistas, tudo que sabemos não passa de representações que se sucedem na consciência. Não se pode saber nada que não seja um fenômeno de consciência. Assim, o mundo não existe independentemente da consciência humana. (RICHARDSON, 1999, p. 44)

A mudança qualitativa não é somente quando os números que representam um elemento quantitativo transformam-se em algo qualitativo, significa, sobretudo, a passagem de um estado para o outro, isto é, da quantidade para a qualidade, ressignificando e tornando

possível diferentes leituras sobre o objeto de estudo investigado. Um exemplo desta compreensão é a construção no capítulo IV do que chamamos de Territórios da Morte, do Medo e de Resistência, são definições baseadas a partir de análises estatísticas que relevam a "qualidade" de um determinado recorte territorial e escalar.

Desta forma, para compreendermos o materialismo devemos olhar para o mundo que nos cerca e identificar as pequenas interações físico-químicas que acontecem ininterruptamente até as interações mais complexas e permanentemente visíveis. Com isso, os objetos se diferenciam a partir de sua estrutura, de sua composição e de suas características, entretanto, "todos os fenômenos da natureza têm algo em comum, algo que os une", isto é, todos eles existem, são unidos em um conceito material (RICHARDSON, 1999, p. 44).

A dialética está diretamente associada ao processo dialógico e construção dos contrários, caminha no sentido de refutar um processo ou interação a partir da redução do mesmo tornando-o verdadeiro ou falso, é o processo de desnudação do fenômeno, é retirado todo véu que esconde ou que nega a essência em si mesma e, o elemento que antes estava escondido, é colocado à prova, evidenciando seus reais processos e contradições.

Seus argumentos são divididos em três etapas, a tese, a antítese e a síntese. A tese está relacionada a elaboração de um argumento que torna evidente, claro e desnudado o fenômeno ou processo que será questionado; a antítese é o argumento oposto a tese apresentada inicialmente e, por fim, a síntese é a união das duas proposições e mantém os elementos que foram comprovados a partir dos contrários, é através da síntese que uma tese se eleva e é colocada em outro patamar.

A negação da negação é uma das leis mais interessantes contidas no materialismo dialético, é a partir dos processos antagônicos que novas formas e conteúdo são criados, o novo só existe porque o velho foi consumido e superado pelas forças existentes na matéria, nós estamos incessantemente trocando de células e para que as novas células possam nascer as velhas se findam.

A forma como analisamos e compreendemos a extensão e em alguns momentos a continuidade de um problema cientifico é o que de certa forma possibilitará a utilização de um método mais qualitativo ou quantitativo, parte novamente da intencionalidade do pesquisador, bem como dos objetivos que pretende alcançar, assim "a abordagem qualitativa de um problema, além de ser uma opção do investigador, justifica-se, sobretudo, por ser uma

forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social" (RICHARDSON, 1999, p. 79).

Mas afinal o que é a pesquisa qualitativa, como ela estrutura e estabelece tom à pesquisa científica? Embora haja uma enorme discussão acerca do que é a pesquisa qualitativa e das diferenças existentes entre a abordagem qualitativa e a quantitativa, sabemos que de forma geral a pesquisa qualitativa busca compreender a disposição de significados e elementos situacionais de um determinado sujeito ou fenômeno social.

Além da adoção de uma abordagem qualitativa para construir uma pesquisa social bem como geográfica, podemos utilizar a perspectiva da pesquisa social crítica através da investigação de um fenômeno particular reconhecendo e atribuindo valor a sua história, ao seu desenvolvimento e ao produto que investigamos, fruto, portanto, de um processo acumulativo, antagônico e dialético, assim "o propósito desse estudo não é apenas registrar mudanças em sua aparência ou essência, mas revelar a natureza dinâmica da relação entre a aparência e a essência do fenômeno" (RICHARDSON, 1999, p. 92).

Buscamos construir a pesquisa dentro do rigor necessário para comprovar a seriedade e a veracidade contida nas linhas aqui apresentadas, no próximo item daremos início aos procedimentos metodológicos que nos trouxeram os resultados aqui apresentados, traremos o escopo de como realizamos o levantamento bibliográfico, banco de dados da violência LGBTfóbica, banco de dados referentes a ações e Paradas, desenvolvimento das entrevistas semiestruturadas e o processo de mapeamento.

1.1. Levantamento Bibliográfico

A primeira afirmação em torno da etapa metodológica que envolve o levantamento de obras como teses, dissertações, livros, capítulos de livros, artigos, entre outras obras, é compreender, que como vimos anteriormente, a pesquisa bibliográfica é a base para todo e qualquer trabalho científico. As pesquisas bibliográficas ou levantamentos bibliográficos podem se resumir a busca, seleção, filtragem e organização das informações sobre determinados assuntos, temas e conceitos.

O processo de levantamento bibliográfico ou seleção de obras científicas em seus mais variados formatos é realizado a partir da intencionalidade do pesquisador, esse é um ponto

central para se compreender os resultados obtidos e o caminho percorrido até se chegar no banco de obras e materiais levantados.

Por meio do levantamento bibliográfico e do material recolhido e organizado é possível também a realização de um mapeamento das obras facilitando a busca das informações a partir dos diferentes recortes e intencionalidades, seja a partir do todo da dissertação, seja a partir dos capítulos específicos que envolvem sua construção.

No passado, os levantamentos bibliográficos e até mesmo a pesquisa documental, era realizada por meio de catálogos de bibliotecas ou materiais impressos, hoje em dia esses materiais podem ser facilmente encontrados em plataformas digitais, bancos e repositórios que disponibilizam todo o conteúdo de forma gratuita e aberta.

Para Fonseca (2002) a pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento das referências teóricas que já foram analisadas, isto é, são pesquisas concluídas e que resultaram na publicação efetiva de algum material ou conteúdo, seja através de plataformas virtuais ou bibliotecas físicas. A pesquisa bibliográfica é, portanto, o primeiro passo para a construção de qualquer pesquisa científica, é nesse processo que se compreende e se tem contato com a totalidade do tema pesquisado e como ele é abordado nas diferentes áreas do conhecimento científico.

Como já apresentado, o levantamento bibliográfico trata-se de forma inicial, da busca e filtragem de materiais expressos em artigos, monografias, teses e dissertações, que são investigadas e selecionadas através do interesse em áreas temáticas que possibilitem uma leitura em torno de aspectos relevantes na construção da pesquisa e, de uma boa base teórico-conceitual.

A busca foi realizada através de um refinamento que envolveu a seleção de palavras-chaves, bancos e repositórios a partir das intencionalidades e objetivos da pesquisa. Adotou-se e debateu-se conceitos, elementos e características presentes dentro das discussões acerca da geografia, dos Movimentos Sociais[3], Movimentos Socioterritoriais, Movimentos Socioespaciais, Movimento LGBTQIA+; Espaço e Espacialidade; Território e Territorialidade; Diversidade Sexual e de Gênero e Violência.

Deste modo, livros, teses, dissertações, artigos e monografias, são ferramentas que nos auxiliaram no processo de construção e ampliação do conhecimento já produzido,

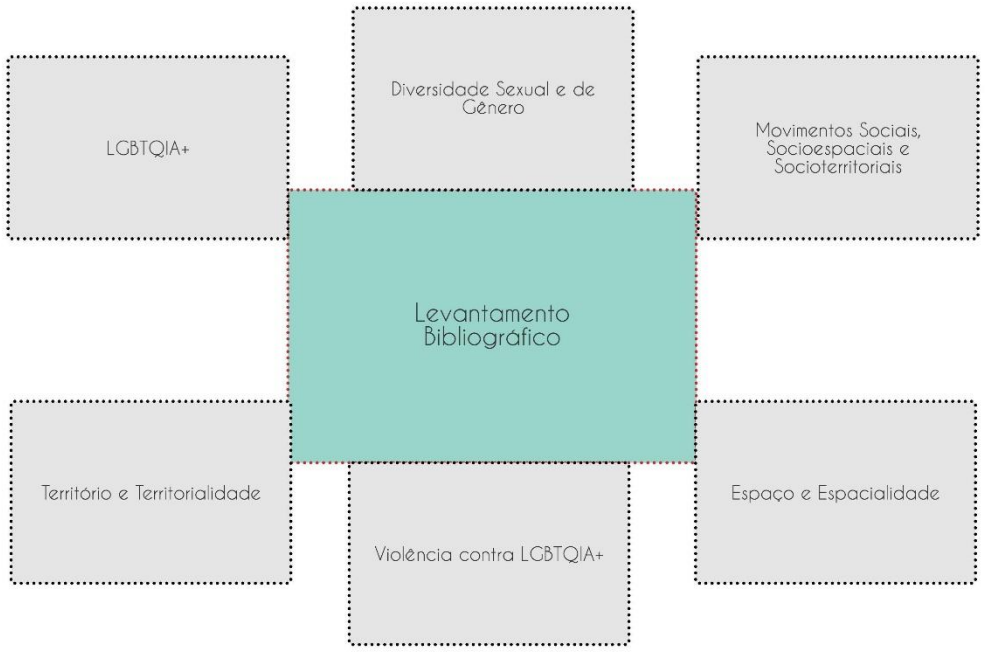
[3] Apesar do conceito de movimentos sociais a partir de um enfoque sociológico não ser um dos temas centrais da investigação, considerou-se importante a realização de um levantamento e reflexão que fornecesse bases conceituais e teóricas para tecer críticas, bem como estabelecer às potencialidades da geografia em relação a esse conceito.

provocando conflitos e críticas em relação à diversas temáticas que trouxeram desconforto, nos fazendo buscar novas interpretações e leituras da teoria e da práxis acerca desses temas adjacentes.

A metodologia utilizada para a aplicação do levantamento bibliográfico, consistiu, na seleção de palavras-chave e na escolha de bibliotecas que disponibilizam obras *online*, e, por fim, na leitura de cada resumo, identificando conceitos, elementos e características que fazem parte da geografia e/ou se adequam aquilo que estamos procurando, ou que não destoam tanto da ciência geográfica e da concepção teórica e metodológica dos movimentos socioterritoriais e socioespaciais. Quando foram selecionadas obras mais destoantes foi exatamente no sentido de estabelecer um quadro conceitual dos extremos e das diferentes maneiras de se analisar um mesmo objeto.

As palavras-chaves utilizadas foram selecionadas mediante debates e discussões entre orientando e orientador, na busca por uma seleção e filtragem adequada, possibilitando o acesso a obras importantes em diferentes áreas do conhecimento. É válido destacar que a construção científica de conceitos, teorias e métodos perpassa etapas como a descrita neste tópico. Sem o levantamento bibliográfico, certamente não seria possível conhecer novos trabalhos, objetos e debates sobre os assuntos que atravessam essa pesquisa e podem, portanto, potencializar a leitura do objeto investigado nesta dissertação.

Figura 1 - Palavras-chaves selecionadas para a realização do levantamento



Organização: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.

As palavras-chaves selecionadas para a realização do levantamento bibliográfico foram: Diversidade Sexual e de Gênero; Espaço e Espacialidade; Território e Territorialidade; LGBTQIA+; Movimentos Sociais, Socioespaciais e Socioterritoriais e Violência contra LGBTQIA+. Para além da escolha das palavras-chaves selecionadas intencionalmente, realizou-se uma breve discussão para que o processo de levantamento não fosse realizado de qualquer maneira, portanto, cada palavra-chave selecionada corresponde a uma intencionalidade específica e um diálogo com partes da dissertação.

Diversidade Sexual e de Gênero: a palavra-chave diversidade sexual e de gênero foi selecionada, pois surgiram nas últimas décadas, e, sobretudo, no âmbito acadêmico, diferentes debates e discussões acerca da diversidade Sexual e de gênero, são trabalhos que atravessam às ciências sociais, filosofia, antropologia, sociologia, psicologia, geografia etc. Como aponta Facchini e Rodrigues (2018), o movimento LGBTQIA+ organizado surge pelos fins da década de 1970, com o objetivo de trazer discussões e temáticas que correspondiam as suas vidas, vivências e experiências, é evidente que a partir do surgimento do Movimento Homossexual Brasileiro (MHB) essas discussões se tornaram assuntos recorrentes. Portanto, a escolha desta palavra nasce juntamente com a nossa intenção de compreender como os sujeitos que investigam essas temáticas tem trabalhado e construído conhecimento sobre o assunto.

Movimentos Sociais, Socioespaciais e Socioterritoriais: a palavra-chave Movimentos Sociais, Socioespaciais e Socioterritoriais se apresentou como relevante para a pesquisa, visto que pretendeu-se aprofundar a discussão acerca da atuação dos movimentos a partir de outras áreas do conhecimento para além da geografia, dessa forma, levantou-se trabalhos que abordem o conceito e a compreensão do que são os movimentos sociais e os seus reflexos, disputas e produções no campo e na cidade. A abordagem dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais desenvolvida por um conjunto de pesquisadores, possibilita a realização não somente de uma leitura sociológica dos movimentos sociais, sobretudo, do Movimento LGBTQIA+, mas também, uma leitura geográfica, centrada nas ações, nos tipos de movimentos, nas práticas, nas manifestações, ocupações, dentre outras ações que revelam um caráter também espacial e territorial.

Espaço e Espacialidade: as palavras-chave Espaço e Espacialidade foram selecionadas para a etapa do levantamento bibliográfico dada a sua importância enquanto um conceito e categoria da geografia. É possível a partir do levantamento de obras que dialoguem com a

temática da pesquisa, evidenciar os diferentes trabalhos e temáticas desenvolvidas na geografia e que possuem o espaço e a espacialidade como um conceito central da discussão teórica desenvolvida. É importante ressaltar que, para além da importância do conceito, o Espaço nos ajudou a compreender e a complementar a leitura em torno dos movimentos socioespaciais e dos processos decorrentes de suas ações.

Território e Territorialidade: as palavras-chave Território e Territorialidade foram selecionadas para a etapa do levantamento bibliográfico por também se tratar de um importante conceito da ciência geográfica e que também assumiu uma centralidade a partir das análises que foram feitas em torno dos movimentos socioterritoriais que se manifestam na cidade a partir de diferentes intencionalidades e processos geográficos.

Violência Contra LGBTQIA+: a palavra-chave Violência contra LGBTQIA+, foi central para se identificar e agrupar os trabalhos que enriqueceram a leitura em torno dos processos de violência e violação que envolvem a comunidade LGBTQIA+ no Brasil. Como aponta o Relatório anual produzido pelo Grupo Gay da Bahia, o Brasil é o país que mais mata LGBTQIA+ no mundo; somente em 2018, como aponta a instituição, foram assassinadas 420 pessoas, havendo ainda muitos dados subnotificados. Essa constatação evidencia uma relação espacial e territorial marcada pela disputa não somente dos territórios materiais, mas também de conceitos que afirmam e reafirmam um modelo de sexualidade, dada relação apresenta uma evidente complexidade. As violências e violações acontecem em um determinado território, sob uma influência normativa, portanto, a busca pela intelecção da violência é um elemento crucial para a leitura das espacialidades e territorialidades, como também da espacialização e territorialização desses sujeitos, elementos evidenciados e presentes nas narrativas das pessoas entrevistadas.

LGBTQIA+: A abreviação LGBTQIA+ corresponde a Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, Queer, intersexuais e Assexuais; utiliza-se essa sigla como palavra-chave e aplicação, objetivando resultados mais específicos, já que são sobre esses sujeitos que compõem o Movimento LGBTQIA+ que se pretendeu falar e escrever, portanto, identificar o que há de produção acerca desta temática foi uma busca importante.

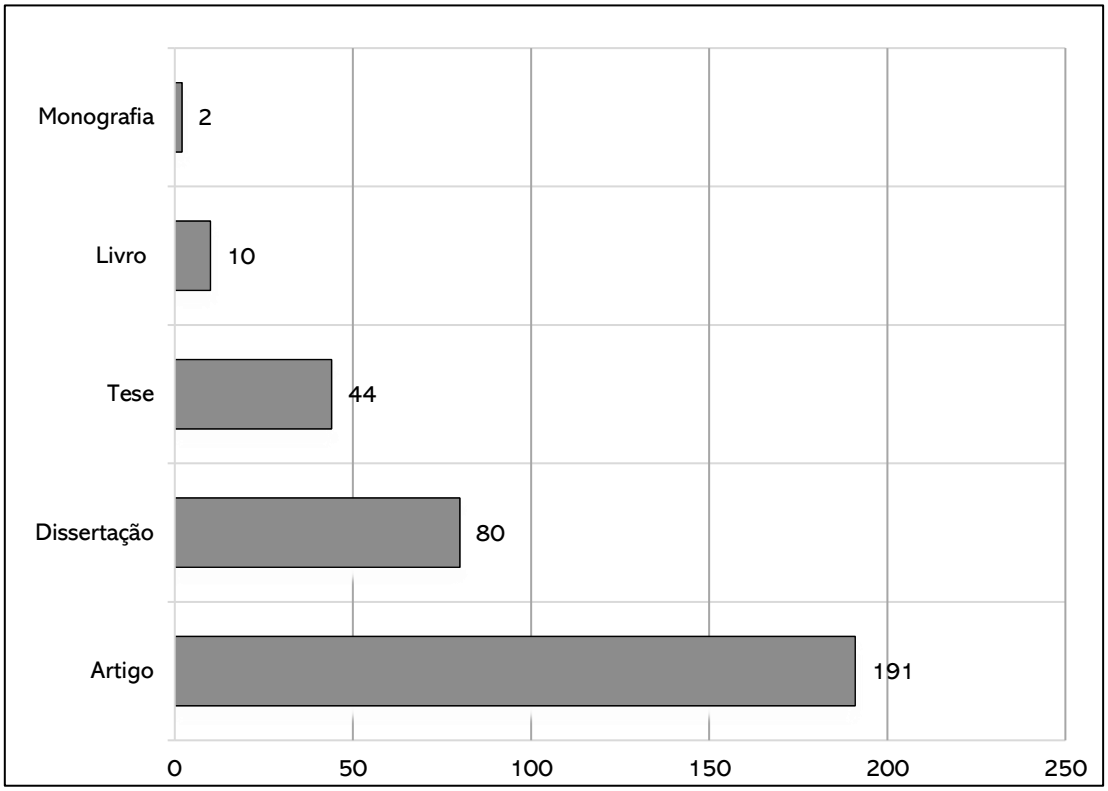
Para a busca efetiva das produções acerca de todos os temas e palavras-chaves previamente selecionados, foram necessárias a construção e a seleção estratégica de algumas plataformas, bancos e repositórios que poderiam, de alguma maneira, contribuir com a busca dos trabalhos e produções presentes na temática da pesquisa.

Nesse sentido, realizou-se a escolha de 8 plataformas que proporcionaram o acesso a um número elevado de artigos, monografias, dissertações, teses e livros que se interseccionam com a temática da pesquisa e com o campo de investigação, são elas: Athena – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Biblioteca Digital da Unicamp (UNICAMP), Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP (USP), Catálogos de Teses e Dissertações da CAPES, Base Minerva da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Plataforma Scielo e, por fim, Google Acadêmico.

Todas as plataformas selecionadas foram essenciais para a obtenção dos títulos e arquivos levantados que, sem dúvida, trouxeram mais discussões e aprofundamentos sobre conceitos e temas que atravessam essa pesquisa. Optou-se pela escolha de três bancos e repositórios das universidades que mais realizam produções bibliográficas no estado de São Paulo: Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual Paulista (UNESP) e Universidade de Campinas (UNICAMP). Entretanto, para além dessas três universidades, também foram realizadas buscas no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES o que possibilitou e ampliou o acesso a diferentes dissertações e teses produzidas em grande parte dos Programas de Pós-Graduação espacializados pelo país, bem como o Google Acadêmico que possibilitou o contato com diferentes obras, inclusive trabalhos em repositórios internacionais.

Foram levantadas ao todo 327 obras nas 8 plataformas digitais de pesquisa. Essas obras foram previamente analisadas e identificadas como importantes referências e por esse motivo foram levadas ou foram escolhidas por possuírem um debate próximo com a temática da pesquisa desenvolvida. A metodologia utilizada para a realização da escolha foi a leitura dos resumos e a identificação da relevância da obra.

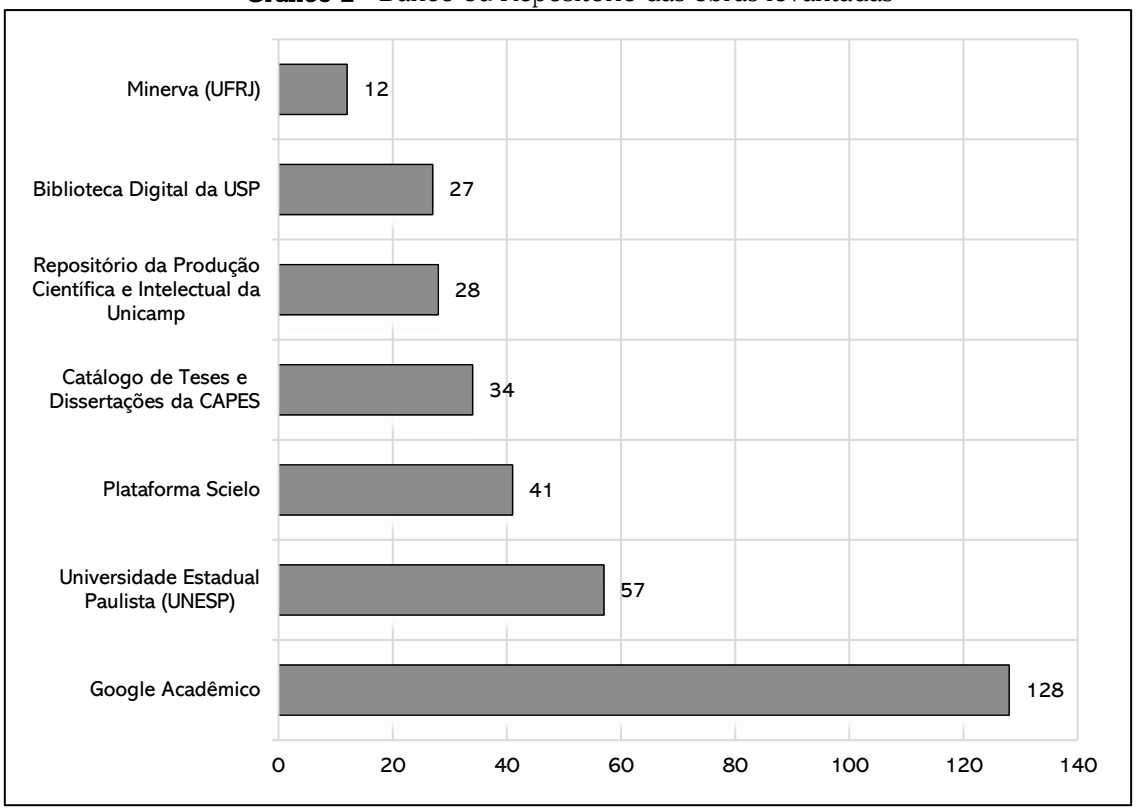
Gráfico 1 - Qualidade das obras selecionadas



Fonte: Bibliotecas e Bancos consultados.
Organização: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.

Das 327 obras levantadas, 191 (58%) são artigos científicos nacionais e internacionais, 80 (25%) são dissertações produzidas pelos alunos dos programas de pós-graduação de todo o Brasil, 44 (13%) são livros publicados com seletiva política editorial e, por fim, 2 (1%) monografias que foram escolhidas pela relevância do tema e contribuição teórico-conceitual.

Gráfico 2 - Banco ou Repositório das obras levantadas

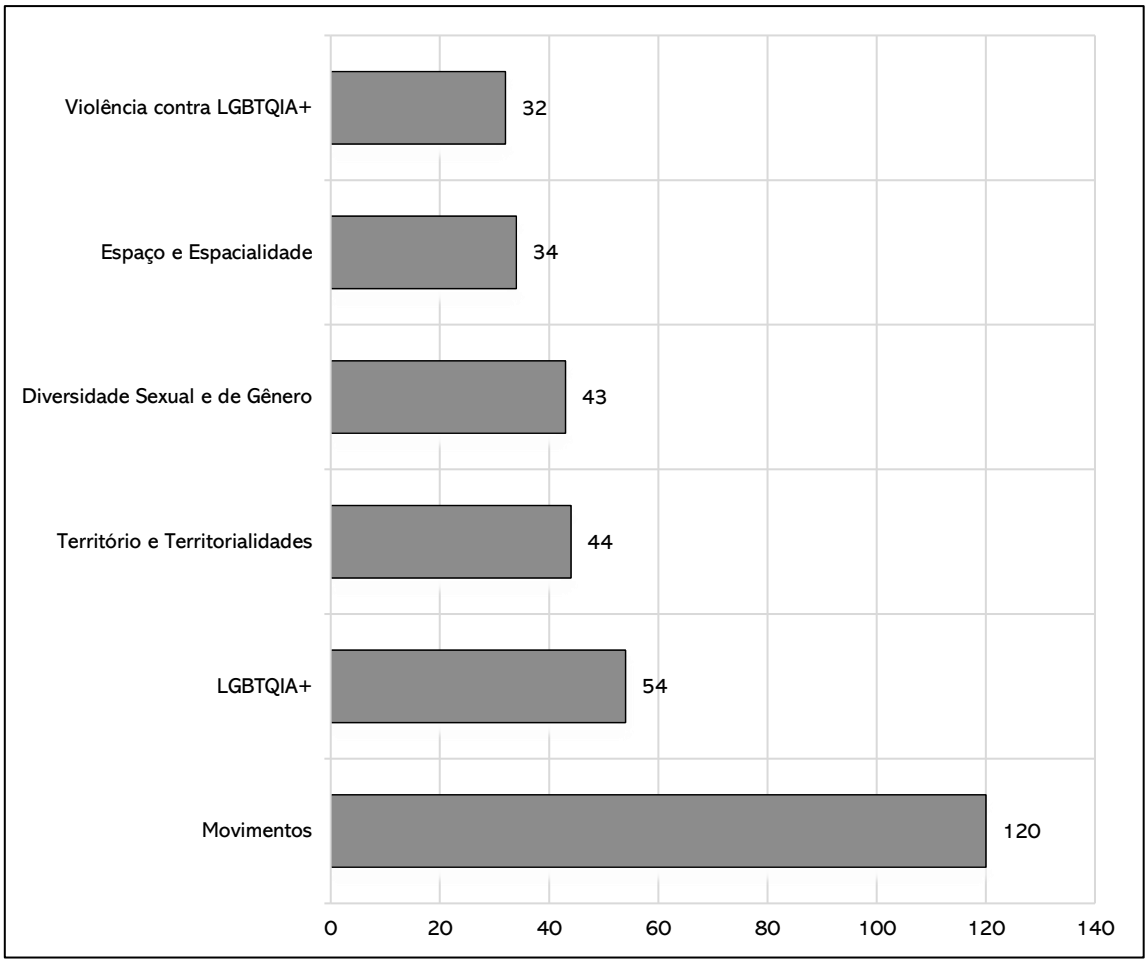


Fonte: Bibliotecas e Bancos consultados.
Organização: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.

Já em relação às 8 plataformas selecionadas para a realização do levantamento das monografias, artigos, livros, teses e dissertações, é possível observar a partir do gráfico 2, uma maior concentração de materiais levantados no Google Acadêmico com 128 (39%) produtos, seguido pela Athena – Universidade Estadual Paulista (UNESP) com 57 (17%) produtos, Plataforma Scielo com 34 (10%), seguido do Repositório da Produção Científica da Unicamp com 28 (9%) produtos levantados, Biblioteca Digital da USP com 27 (8%) produtos levantados e, por fim, a plataforma Minerva da UFRJ com 12 (4%) produtos levantados.

Vale ressaltar, que quando aplicamos as palavras-chave no Google Acadêmico obtivemos um enorme volume de trabalhos, sobretudo, pela capacidade de busca que a plataforma possui, principalmente, por estabelecer entrecruzamentos com diferentes outros bancos e repositórios nacionais e internacionais.

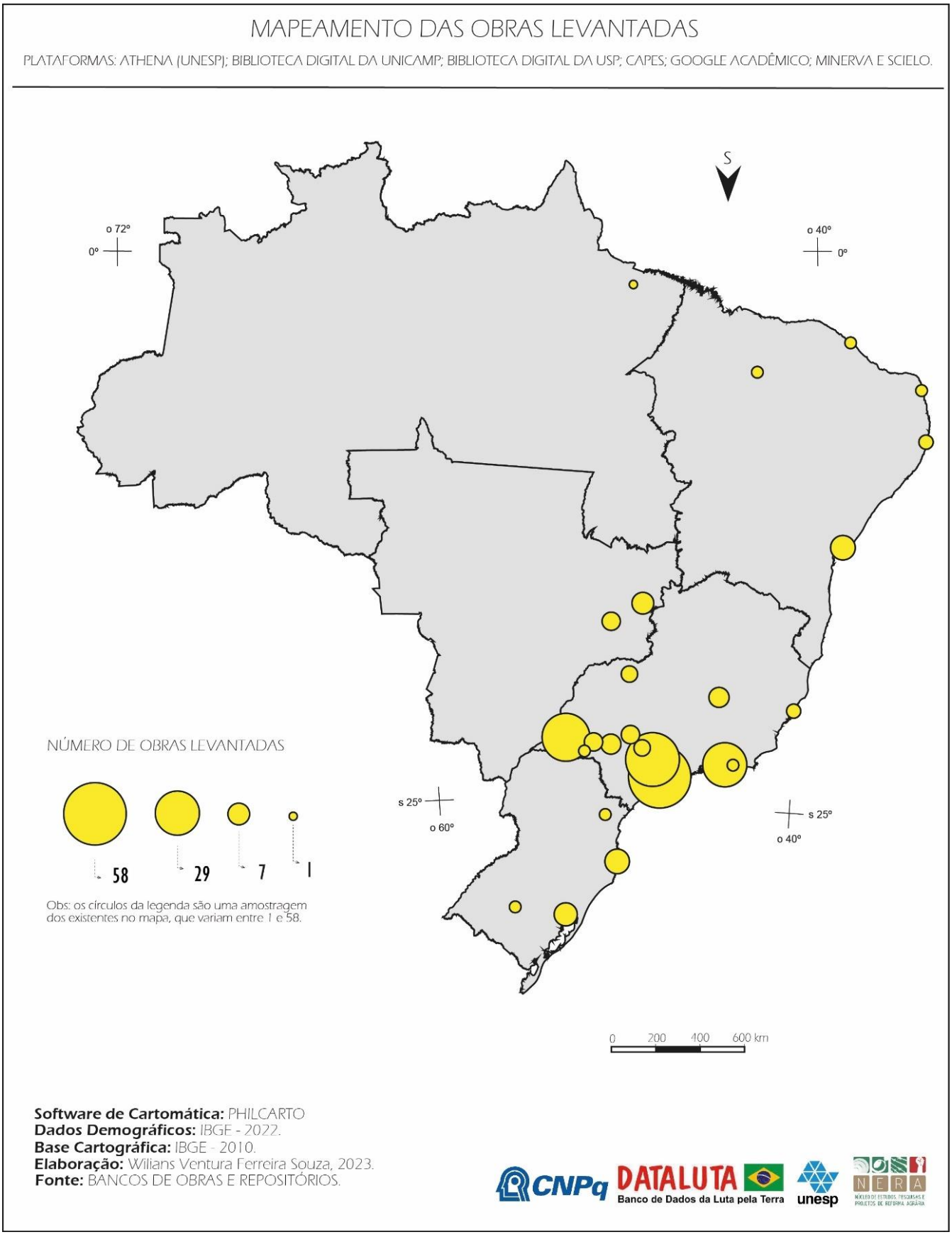
Gráfico 3 - Obras selecionadas por Palavra-Chave



Fonte: Bibliotecas e Bancos consultados.
Organização: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.

Em relação as palavras-chaves aplicadas nos bancos e repositórios, é possível observar um maior acúmulo de obras levantadas a partir da palavra-chave movimentos sociais, socioespaciais e socioterritoriais totalizando 120 (35%) obras, seguido da palavra LGBTQIA+ com 54 (16%), território e territorialidades com 44 (13%) das obras levantadas, diversidade sexual e de gênero com 43 (13%) das obras levantadas, espaço e espacialidade com 34 (10%) obras levantadas, seguido de violência contra LGBTQIA+ com 32 (9%) das obras que foram levantadas.

Mapa 1- Mapeamento das obras levantadas



Fonte: Bibliotecas e Bancos consultados.
Organização: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.

Como é possível observar no mapa 1, houve uma maior concentração de obras levantadas na região Sudeste do país. Os municípios de origem das obras (artigos, monografias, dissertações, teses e livros) que mais apareceram foram: São Paulo com 58 obras levantadas, Campinas com 43 obras, Presidente Prudente com 34 obras, Rio de Janeiro com 29 obras, Salvador e Florianópolis com 9 obras cada, Porto Alegre com 8 obras, entre outros municípios.

1.2. Observatório de Mortes e Violências de LGBTQIA+ no Brasil

Antes de iniciar a exposição do passo a passo em torno da construção do banco de dados relacionado à violência contra pessoas LGBTQIA+ no Brasil, é necessário realizar algumas reflexões e questionamentos que dirigem a construção dos procedimentos metodológicos e do efetivo estabelecimento de redes de pesquisas e discussões que culminaram em relevantes bancos de dados que aglutinam os processos de violência, violação e resistência direcionados as pessoas LGBTQIA+. Assim, o que significa construir um banco de dados sobre violência? Agora, aprofundando ainda mais a questão: o que significa construir um banco de dados sobre a violência contra a população LGBTQIA+ brasileira?

Existem inúmeras problemáticas acerca dos bancos de dados já construídos ou dos relatórios lançados que apontam, ou não, a existência da violência contra pessoas que fogem ou margeiam o padrão cis-heteronormativo. O primeiro ponto a ser evidenciado é que a construção e levantamento desses dados é feita na maioria dos casos por movimentos sociais e coletivos, evidenciando a ausência de apoio do Estado na elaboração dos relatórios de violência contra essa comunidade. A segunda observação é a eventual falta de rigor metodológico e estatístico no tratamento dos dados e informações apresentadas.

Ainda que insuficientes, tivemos tentativas de esforços estatais a partir de ações esporádicas e sem os entrecruzamentos e as relações necessárias para a continuidade dos trabalhos e levantamentos. O presidente Fernando Henrique (PSDB) criou o Conselho Nacional de Combate à Discriminação (2001), o presidente Lula (PT) criou no Ministério dos Direitos Humanos (2003), o programa Brasil sem Homofobia (2004), Conferência Nacional LGBT (2008), Plano Nacional LGBT (2009). No governo Dilma (PT) foi criado módulo LGBT no Disque 100, o 1º Relatório Oficial sobre Violência Homofóbica no Brasil (2012); a 2ª e 3ª

Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos LGBTI+ (2011 e 2015) e ocorreu a ampliação do Processo Transexualizador no SUS (2013).

> No Brasil, testemunhamos, desde os primeiros anos da década de 2000, um conjunto de ações do Estado visando o reconhecimento dos direitos das mulheres e da população LGBTI enquanto Direitos Humanos fundamentais, cabendo mencionar, em particular, o direito à equidade de gênero e ao combate à violência contra as mulheres e à população LGBTI. Tais ações estatais decorriam de um conjunto de conquistas dos movimentos sociais feminista e LGBTI, que então passavam a fazer parte de uma agenda de governo e de governamento de corpos, sexualidade e gênero que poderia ser descrita como uma parceria entre Estado e movimentos sociais de caráter progressista (CESAR; DUARTE, 2017, p. 145).

No governo interino de Temer (MDB) as demandas LGBTQIA+ passaram a ser somente de uma Diretoria do Ministério de Direito Humanos (2016). No governo Bolsonaro (2019-2022), as pautas LGBTQIA+ retrocedem significativamente, retirando das diretrizes de direitos humanos as "minorias sexuais", que serviam como base orientativa do então recém-criado "Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos". Propôs veto ao termo gênero e afins em resoluções da ONU e reafirmou o entendimento de vida desde a concepção, reinserindo a discussão sobre o aborto numa dinâmica de criminalização e efetiva perseguição. Ainda, observou-se que nos últimos quatro anos, tal fundamentalismo ganhou força e aparelhou de maneira incisiva diversas instituições públicas no país, trazendo um viés teocrático para inúmeras ações do Estado.

O judiciário que tomou a frente atendendo as principais demandas dos movimentos, nesse contexto de fortalecimento do neofascismo e do pânico moral contra os direitos sexuais e reprodutivos. De qualquer forma, tem-se no Brasil importantes grupos que evidenciam e tornam geograficamente reconhecidas as múltiplas violências e as suas diferentes intensidades, desde processos relacionados a violação (violência psicológica, verbal, sexual, moral, patrimonial etc.), até os crimes de ódio – mortes cometidas com crueldade e violência.

O tratamento dos dados, o passo a passo e o rigor metodológico adotados durante a construção da dissertação, evidenciam não somente a existência de mortes por motivação LGBTIfóbica, ou do que se compreende como LGBTfobia estrutural, mas também diferentes outros elementos e recortes como: classe, cor, gênero e orientação sexual. É evidente e se torna necessário o debate em torno da divulgação dos dados, visto que essa reflexão feita pelos movimentos sociais, por sujeitos da sociedade civil, pelas pessoas LGBTQIA+, pelos municípios, estados e a esfera federal, materializa a possibilidade de se avançar na discussão

em torno das violências, das violações, das impunidades, além de refinar as etapas metodológicas da construção do banco de dados, como também do rigor científico interpretativo.

Os relatórios do GGB sobre mortes violentas de LGBTQIA+ surgiram com o objetivo de denunciar a grave situação de violação dos Direitos Humanos dessa população no Brasil. Esta série estatística foi publicada pela primeira vez, em agosto de 1981, no Boletim do Grupo Gay da Bahia (GGB), com a nominação de "Pesquisa: Homossexuais Assassinados no Brasil". Naquela época, "homossexuais" era o termo genérico, usado pelos próprios subgrupos, que incluía todas as categorias hoje referidas como LGBTQIA+.

A sistematização de tais dados serve também para demonstrar a urgência do poder público em construir estratégias de enfrentamento desse grave problema de violação dos direitos humanos e segurança pública. Apesar da redução dos assassinatos em determinados anos, ainda estamos longe de um horizonte de pacificação social em relação a preservação da vida e cidadania LGBTQIA+ em território brasileiro.

A atmosfera preconceituosa e alicerçada no pânico moral, encabeçada pelo governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), favoreceu a disseminação de discursos de ódio nas redes sociais, com consequente inexistência de campanhas de resgate da cidadania voltadas a esse segmento, mesmo porque a regra foi afastar toda e qualquer inserção de lideranças LGBTQIA+ nas esferas de decisão de Governo, enquanto se assistiu ao desmantelamento dos conselhos consultivos, especialmente no Ministério da Saúde e Presidência da República.

O modelo adotado nesta dissertação para o monitoramento de mortes violentas de LGBTQIA+ segue a orientação básica de identificar notícias jornalísticas publicadas em mídia brasileira e demais meios de comunicação, coleta realizada cotidianamente através de militantes e colaboradores do movimento de cidadania LGBTQIA+ que trabalham no formato de rede através do Observatório de Mortes e Violências de LGBTQIA+ no Brasil.

Somos os primeiros a reconhecer a subnotificação desta compilação, pois a mídia está longe de noticiar a totalidade dos casos, quer por ignorar a identidade de gênero ou orientação sexual das vítimas, quer, devido às lacunas dos registros policiais que impossibilitam ao olhar não especializado, identificar às características subjacentes às mortes violentas, mesmo porque a violência contra a população LGBTQIA+ é multiforme e, sem instrumentos precisos para seu monitoramento, especialmente devido à LGBTfobia e ao desinteresse das autoridades estatais em promover a cidadania dessas pessoas.

A subnotificação de mortes violentas de LGBTQIA+ no Brasil, constitui um obstáculo ao verdadeiro e crudelíssimo dimensionamento dessa tragédia social, impedindo a construção de políticas públicas de enfrentamento e, o mais importante, erradicar a cultura da impunidade que cerceia e ceifa as vidas desses sujeitos.

Essa é a realidade vivenciada na seara penal, quando se observa o baixíssimo número de homicídios elucidados face daqueles esquecidos, devido a graves falhas nas investigações por falta de pessoal capacitado e infraestrutura pericial, quando não por explícita ou disfarçada LGBTfobia das forças da ordem. Aspecto amplamente denunciado pelo repórter César Menezes, para o Jornal da Globo, em 2014[4], quando buscou compreender a situação da impunidade em nosso país, numa espécie de radiografia dos institutos médicos legais e institutos de criminalísticas.

A impunidade no Brasil não é uma condição presente somente em casos de homicídios contra a população em geral, ela se faz sentir nos casos de mortes violentas de pessoas LGBTQIA+ e, isto pode ser visualizado na tese de doutorado "Desejo, preconceito e morte: assassinatos de LGBT em Sergipe – 1980 a 2010" de Oliveira (2014), defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, quando aponta o comportamento inadequado da autoridade policial, ao presidir o inquérito e os desdobramentos nos julgamentos na Justiça.

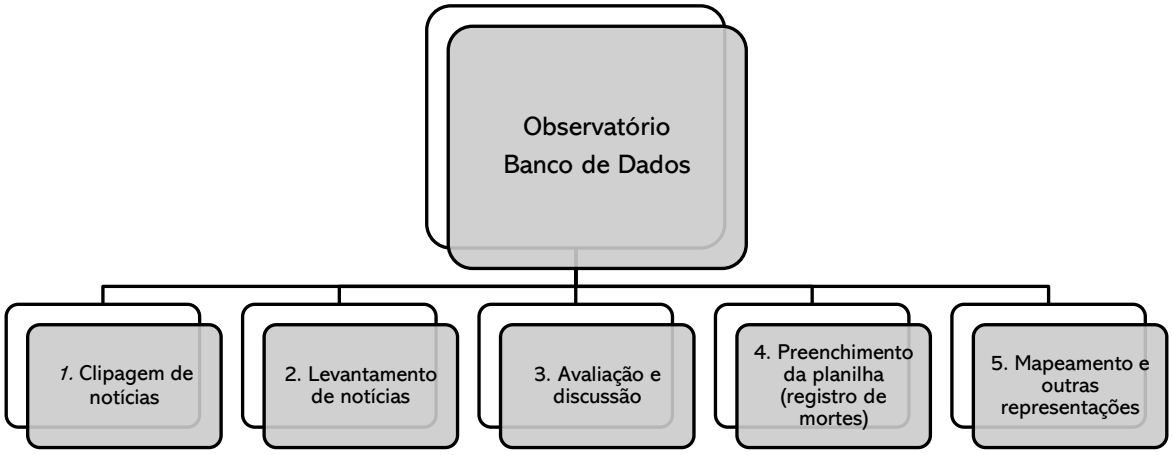
Em síntese: não se observa no noticiário um padrão objetivo inquestionável quanto ao relato dessas mortes, ao contrário, é constante o uso inadequado de termos para designar a orientação sexual e identidade de gênero da vítima, desrespeito ao nome social da travesti e transexual, forma sensacionalista para construir as manchetes e, em certos casos, exposição da vítima na cena do crime, em evidente demonstração de desprezo e ausência da ética jornalística. O mesmo se diga a respeito dos casos de agressões, tentativas de homicídio, lesão corporal grave, além das mortes violentas (homicídios, latrocínios), impondo a muitas das vítimas o esquecimento e a injustiça, quando não desaparecem para sempre, em corpos putrefatos ao relento.

A criação de um banco de dados que concentre, classifique e abalize as formas de violência praticada contra esses sujeitos, é de suma relevância, pois serve como suporte básico

[4] A reportagem do Jornal da Globo foi exibida em cinco episódios. Na primeira parte abordou o fato da maioria dos crimes no Brasil nem sequer chegar a ser investigada pela Polícia. A segunda tratou da incapacidade da perícia em identificar todos os criminosos no Brasil. A terceira parte foi dedicada a incapacidade da polícia em processar provas e punir os culpados. A quarta explorou as etapas da condenação e suas dificuldades de efetivação e, por fim, trouxe o modelo chileno de combate à violência através da segurança pública (JORNAL DA GLOBO, 2020).

para a criação e o desenvolvimento de políticas públicas e ações integradas que diminuam as desigualdades existentes e potencializem um processo de cidadanização dessas pessoas que lutam cotidianamente contra a violência e a ausência total de oportunidades.

Quadro 2 - Procedimentos metodológicos



Fonte: Observatório de Mortes e Violências LGBTI+.
Organização: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.

O quadro 2, exemplifica e sintetiza os procedimentos e as etapas metodológicas adotadas para a construção do banco de dados em torno dos crimes de ódio. De forma geral, são cinco etapas percorridas e que possibilitam a finalização do banco, são elas: 1. Clipagem de notícias 2. Levantamento de notícias 3. Avaliação e discussão 4. Preenchimento da planilha 5. Mapeamento e outras representações.

A clipagem de notícias corresponde inicialmente ao cadastramento de algumas palavras-chave selecionadas intencionalmente após discussões e debates entre os propositores da pesquisa. A clipagem, de forma geral, é o recorte de todas as informações que saem e circulam na mídia sobre determinada palavra-chave cadastrada no *Google Alerts*.

Inicialmente, é cabível informar sobre a natureza da coleta dos dados, os instrumentos utilizados, a periodicidade, para então se compreender a busca diária no *Google*, com utilização de palavras chaves revistas constantemente, para assegurar a possibilidade de o buscador conseguir selecionar matérias com casos de violência e mortes de pessoas LGBTQIA+.

Assim, sempre são utilizados os seguintes vocábulos: travesti, homossexual, gay, lésbica, transexual, bissexual, entretanto, o resultado tende a apontar matérias diversas, mesmo assim, é importante considerar o fato do *Google* ter sinalizado a data de publicação da matéria, com isso se obteve uma maior facilidade para ir direto às informações do ano em curso e, por outro lado, a leitura das manchetes também ofereceram uma importante pista quanto as categorias a serem utilizadas, em vez das palavras indicativas a orientação sexual, logo, optou-se por trabalhar com "encontrado morto", "professor morto", "travesti morta", entre outras palavras-chaves cadastradas na plataforma.

Nota-se também uma dificuldade em relação a localização dos casos de suicídios, apesar de o GGB ter incluído acertadamente dados dessa natureza desde a edição de 2010. É uma dimensão a ser considerada na luta pela preservação da vida LGBTQIA+, mesmo porque por trás desse ato extremo de morte voluntária, encontra-se a LGBTIfobia estrutural, como mobilizadora do fracasso da autoestima da pessoa, minando suas forças para construir estratégias de sobrevivência em meio a tantas incompreensões e dificuldades de toda ordem, ainda mais desgastante para as pessoas LGBTQIA+, desde financeiras, relacionais, afetivas, entre outras.

Diariamente são recebidos do *Google* relatórios com o recorte das notícias provenientes de diferentes fontes, desde as grandes empresas e corporações até as mídias alternativas que circulam em escala regional e local, relatórios que são construídos a partir do cadastramento das palavras-chaves já mencionadas. Assim, realiza-se a leitura diária dos relatórios e, consequentemente, levanta-se notícias que possivelmente trata-se de homicídios ou suicídios de pessoas LGBTQIA+ em nosso país.

Tais notícias são salvas no formato *Portable Document Format (PDF)* em pastas organizadas de 1 a 12 (indicando o mês do homicídio, latrocínio ou suicídio). Após o levantamento das notícias, realiza-se a discussão, avaliação e pesquisa investigativa para identificar, se de fato, a notícia traz a informação de uma morte motivada pela LGBTIfobia.

Se a notícia levantada, lida e avaliada, de fato representar a morte de uma pessoa LGBTQIA+, realiza-se o registro numa planilha no formato *Excel*. É a partir desse momento que se produz a desconstrução da notícia, isto é, são selecionadas todas as informações possíveis, além de investigar a existência de outras informações complementares a partir de outras fontes.

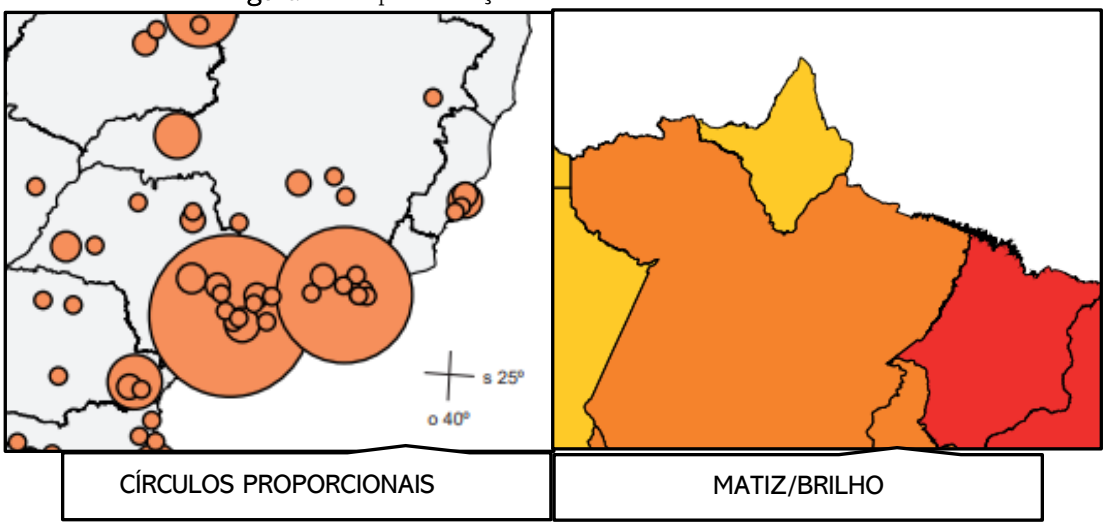
Quadro 3 - Desconstrução das notícias de acordo com as variáveis selecionadas

Colunas	Desconstrução
COD.PDF	A coluna COD.PDF é utilizada para renomear as notícias de forma sistemática e organizada. Quando subimos as notícias para as pastas dos meses mantemos o seu título original, dado início ao processo de sistematização e desconstrução realizamos a renomeação da notícia. O código do PDF é composto por Ano+ Mês da morte + Dia + A, B, C, D etc. indicando a ordem da leitura. Ex: 20200223A.pdf.
Código do município	Indica o código do município onde o crime ou o suicídio aconteceu
Município	Indica o nome do município onde o crime ou suicídio aconteceu
UF	Indica em qual Unidade da Federação (UF) onde o crime ou o suicídio aconteceu
Região	Indica a região onde o crime ou suicídio aconteceu.
Local	Indica o local onde o crime ou o suicídio aconteceu.
Data da notícia	Indica a data em que foi veiculada a informação do crime ou suicídio
Data da morte	Indica a data da morte da vítima
Período	Indica o período (Matutino, Vespertino, Noturno) em que o crime ou suicídio ocorreu.
Título da notícia	Indica o título original da notícia
Orientação Sexual	Indica a orientação sexual da vítima
Identidade de gênero	Indica a identidade de gênero da vítima
Cor	Indica a cor da vítima
Idade	Indica a idade da vítima
Profissão	Indica a profissão ou ocupação da vítima
Tipificação	Indica se o caso se trata de um homicídio, suicídio ou latrocínio
Quantidade de golpes	Indica a quantidade de golpes (tiros, facadas, pauladas) que a vítima recebeu
Nome da vítima	Indica o nome da vítima
Nome social	Indica o nome social da vítima
Vítima X Agressor	Indica a relação existente entre a vítima e o agressor
Causa Mortis	Indica a causa da morte
Circunstâncias	Indica em que circunstâncias o crime ou suicídio aconteceu
Fonte e autor	Indica a fonte e o autor do veículo/notícia
URL	Indica o endereço eletrônico da notícia
Redes Sociais	Indica as redes sociais da vítima

Fonte: Observatório de Mortes e Violências LGBTI+.
Organização: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.

Por fim, realiza-se o mapeamento dos dados relacionados a mortes e suicídios de LGBTQIA+ no Brasil. Os mapas são construídos levando em consideração três escalas e recortes: 1. Escala municipal 2. Escala estadual 3. Escala regional. Os dados foram trabalhados a partir de duas formas de representação: dados absolutos e dados relativos. Os dados absolutos foram representados em todas as escalas a partir dos círculos proporcionais e os dados relativos a partir do matiz e brilho.

Figura 2 - Representação dos dados absolutos e relativos



Fonte: Observatório de Mortes e Violências LGBTI+.
Organização: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.

Considera-se necessária a espacialização dos crimes e suicídios a partir dos dados absolutos e relativos pela capacidade de interpretação e compreensão do leitor. Assim, tem-se duas distintas representações que se complementam e se aproximam da realidade do dado representado. Os dados absolutos correspondem aqueles dados inteiros, como exemplo, pode-se tomar a cidade de São Paulo que registrou 10 mortes violentas em 2020, ou seja, 10 mortes é o dado absoluto e que foi representado através dos círculos proporcionais. Os dados relativos correspondem aqueles representados pelo matiz/brilho e que foram transformados a partir da relação com um outro dado/informação, a fórmula para alcançar a taxa por 1 milhão de habitantes é a seguinte: HOMICÍDIOS / POPULAÇÃO DO TERRITÓRIO X 1.000.000 = Taxa por 1 milhão de habitantes.

Recorremos a cartografia como objetivo, tendo em vista a potencialidade do mapa para análise espacial-territorial e como procedimento metodológico, utilizou-se o *Philcarto*© como um dos softwares de mapeamento, permitindo técnicas de exploração de dados a partir da visualização cartográfica. O Sistema de Informação Geográfica (SIG) – QGIS, igualmente foi utilizado como uma opção de mapeamento ao longo do desenvolvimento da pesquisa. Feito o mapeamento no *Philcarto*©, posteriormente realizou-se a diagramação final dos mapas no *Adobe Ilustrator*©.

Cabe ainda algumas observações acerca das dificuldades de aplicação metodológica. Nota-se que as manchetes nem sempre trazem indicativos da orientação sexual da vítima, sendo necessária uma leitura atenta e contínua a detalhes do acontecimento, a forma como se processou a agressão e/ou a morte; por exemplo, quando há informação de mutilação

sexual ou empalamento, se a vítima morava sozinha ou era solteira, profissão mais associada ao segmento LGBTQIA+, se a mulher vivia na mesma casa com outra mulher, ou os vizinhos informando que a vítima costumava receber rapazes em sua residência etc.

> Um dado essencial para este tipo de pesquisa é a definição dos limites do conceito de homotransfobia, mesmo porque nem todos os casos de mortes violentas de LGBT+ entram nessa categoria, podendo prejudicar a credibilidade de nossa pesquisa e a possibilidade de elaboração de políticas públicas de enfrentamento. Um exemplo dessa dificuldade é a questão da exploração da prostituição de rua (cafetinagem), quando ocorrem casos cruéis de agressões, ou envolvimento com drogas, quer na condição de usuário (a) ou tráfico. Contudo, mesmo nesses casos, sobretudo as travestis de pista devem ser consideradas vítimas da transfobia estrutural que empurra milhares de jovens trans para as margens da sociedade, levando-as ao envolvimento com ilícitos frequentes nas áreas de prostituição. (OLIVEIRA; MOTT, 2019, p. 26)

Esse ponto merece um debate mais apropriado e aprofundado, mesmo porque os últimos relatórios do Grupo Gay da Bahia (GGB) tem recebido algumas críticas da ala conservadora, negacionista e de membros do segmento LGBTQIA+, especialmente em relação ao conceito de homotransfobia, como rótulo inclusivo para todos os casos de mortes violentas de LGBTQIA+.

Tem-se adotado a mesma postura epistemológica e política do movimento feminista, negro, indígena etc., que incluem em suas listas todas as mulheres, negros e indígenas como vítimas do machismo e racismo estrutural. Considera-se, portanto, LGBTIfobia não somente as mortes violentas com indícios diretos de ódio, mas também os frequentes casos de LGBTIfobia estrutural, por isto não é tarefa fácil apontar uma causa única de tais mortes violentas, mesmo porque a condição de ser travesti em situação de rua/prostituição, de lésbicas serem perseguidas por seus ex-parceiros ou conflitos conjugais com outras mulheres, de um homem gay morar sozinho e ser alvo de bullying de vizinhos e parentes, tais constrangimentos podem conduzir a adoção de práticas de risco, a exemplo de levar desconhecidos para casa e terminar em latrocínio.

Persistem, contudo, os questionamentos: a LGBTIfobia estaria inscrita no rol das causas e materialização dos atos criminóginos? Como comprovar a relação direta entre o ódio/aversão ao LGBTQIA+ e o ato violento? É pertinente esclarecer o fato de o Grupo Gay da Bahia (GGB) não receber nos últimos anos nenhum apoio financeiro para a realização de tal estudo. Os dados aqui aportados foram colhidos pelo esforço beneditino de colaboradores, que doaram energia e tempo para a construção deste corpus documental, com o firme

propósito de contribuir para a plena cidadania LGBTQIA+ no Brasil através da reflexão, crítica e elaboração de políticas públicas efetivas.

O acesso a recursos financeiros poderia abrir espaço para maior profissionalização da coleta dos dados, com possibilidade de verificação das informações junto ao Instituto Médico Legal (IML), Polícia Técnica, Varas da Justiça, Delegacias, familiares e amigos. A ausência dos recursos foi contornada com o trabalho voluntário, a exemplo das lideranças LGBTQIA+ de todos os Estados contatadas através da Aliança Nacional LGBTI+, mobilizada através do Dr. Toni Reis, do Grupo Dignidade de Curitiba e da Acontece Arte e Política LGBTI+ de Florianópolis.

O trabalho de coleta e sistematização dos dados impõe agora repensar também uma forma de publicização e debate contínuo, evitando ser este um expediente anual, ou mesmo vinculado apenas a um único pesquisador e mesmo porque há uma série de informações que precisam ser mais bem trabalhadas, com vistas a assegurar um debate mais ampliado sobre os direitos LGBTQIA+ em nosso país.

É consenso entre todas as pessoas que pesquisam e investigam as mortes violentas de LGBTQIA+ no Brasil, que a constituição destes relatórios são importantes denúncias dos diferentes processos de violação que atravessam escalas, espaços e territórios. Nesse sentido, mapear as mortes e as violações constantes que levam tais sujeitos a uma prática espacial cada vez mais reduzida e limitada, torna-se um passo necessário e fundamental para a construção de políticas e diretrizes direcionadas a essas pessoas na ainda e constante tentativa de resgate e cidadanização.

1.3. Banco de Dados da Violência LGBTQIA+ no Brasil (DISQUE 100)

Além do Grupo Gay da Bahia (GGB) e do Observatório de Mortes e Violências LGBTI+, foram utilizadas as informações contidas no "Disque 100" que produz dados relacionadas a violação de LGBTQIA+. O "Disque 100", é uma ferramenta disponibilizada pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, que garante a todo e qualquer pessoa, a seguridade dos seus direitos presentes na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Ele funciona 24 horas por dia, incluindo sábados, domingos e feriados, as ligações podem ser feitas de todo o Brasil por meio de discagem gratuita de qualquer terminal telefônico, seja ele fixo ou móvel, basta discar 100. O serviço pode ser considerado como

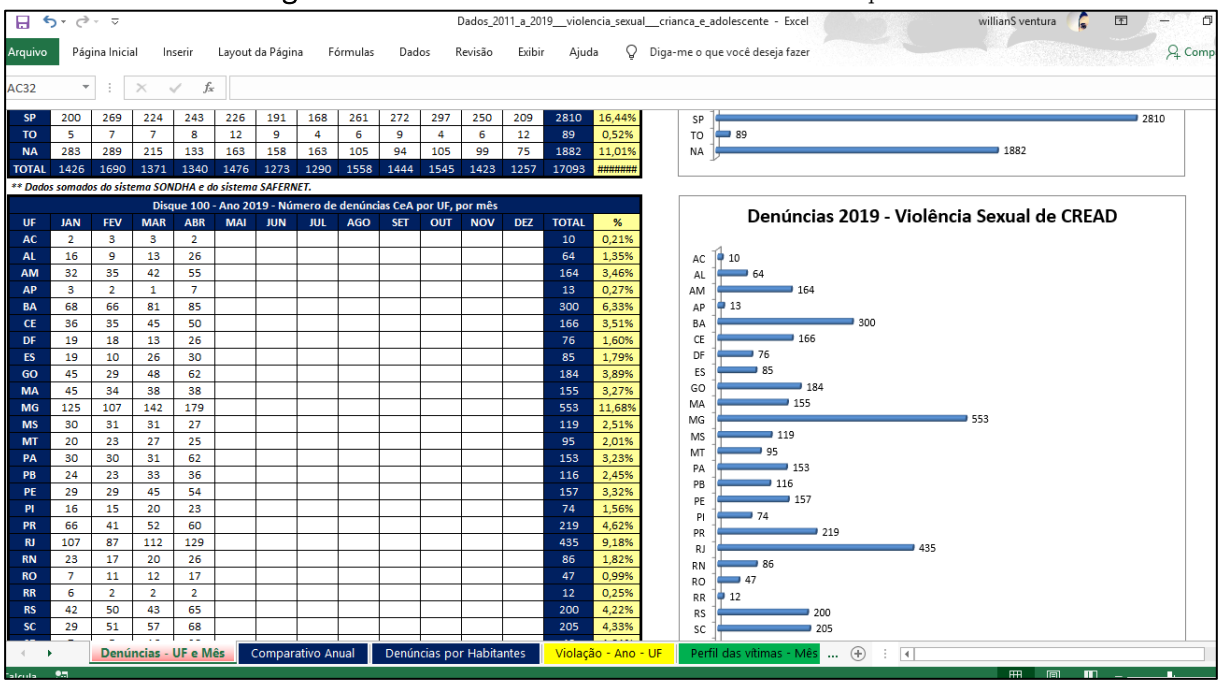
“pronto socorro” dos direitos humanos, pois atende também graves situações de violações que acabaram de ocorrer ou que ainda estão em curso, acionando os órgãos competentes, possibilitando o flagrante e os devidos encaminhamentos.

Sendo assim, quando algum direito o for negado, qualquer cidadão brasileiro poderá recorrer a essa ferramenta para que os órgãos competentes tomem as medidas necessárias para assegurar o cumprimento da lei e dos direitos a todo cidadão. O Disque 100 atende aos seguintes grupos ou temas: crianças e adolescentes, pessoas idosas, pessoas com deficiência, pessoas em restrição de liberdade, população LGBTQIA+, população em situação de rua, discriminação étnica ou racial, tráfico de pessoas, trabalho escravo, terra e conflitos agrários, moradia e conflitos urbanos, violência contra ciganos, quilombolas, indígenas e outras comunidades tradicionais, violência policial, violência contra comunicadores e jornalistas, violência contra migrantes e refugiados.

Foram tratados, exclusivamente, os dados relacionados a População LGBTQIA+, através da análise, do agrupamento e da leitura dos dados disponibilizados em planilhas pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania através do “Disque 100”. Salienta-se que, assim como as informações dos relatórios disponibilizados pelo GGB e pelo Observatório de Mortes e Violências LGBTI+, esses dados foram gerados por fontes secundárias, isto é, não foram produzidos durante o desenvolvimento desta pesquisa.

Como expresso na figura 3, o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania disponibiliza uma planilha contendo todas as informações relacionadas as violações que sujeitos LGBTQIA+ sofreram entre os anos de 2011 e 2019, foi realizado a partir desse grande conjunto de dados, processos de filtragem e identificação dos conceitos e categorias adotados pelo documento – Disque 100 - para que assim fosse possível construir uma leitura precisa como também produzir mapas, gráficos e tabelas significativas.

Figura 3 - Plataforma e interface dos dados do Disque 100



Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.
Organização: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.

É importante lembrar e balizar, que o agrupamento das informações no banco de dados sobre a violência sofrida pelos LGBTQIA+, possuí uma ramificação de acordo com a sua respectiva classificação. Quando se agrupou os dados relacionados aos relatórios anuais divulgados pelo Grupo Gay da Bahia e Observatório, se evidenciou as informações referentes a assassinatos, quando se agrupou os dados relacionados ao Disque 100, se evidenciou as informações referentes à violação dos direitos básicos dos cidadãos.

Os dados relativos aos processos de violência e violação direcionados as pessoas LGBTQIA+ foram agrupados, sistematizados e processados a partir da escala estadual, bem como representados através de tabelas que evidenciaram também o perfil regional das violações.

1.4. Como e por que mapear a violência, ações e resistências LGBTQIA+

A etapa metodológica que envolve o mapeamento do conjunto de informações e dados agrupados dentro do banco de dados da violência e das ações e manifestações realizadas pelo movimento LGBTQIA+, criado durante o caminhar científico, nos possibilitou a interpretação mais aguçada da realidade desses sujeitos, seja com relação à violência explícita expressa em assassinatos brutais, seja através da violência institucional presente no

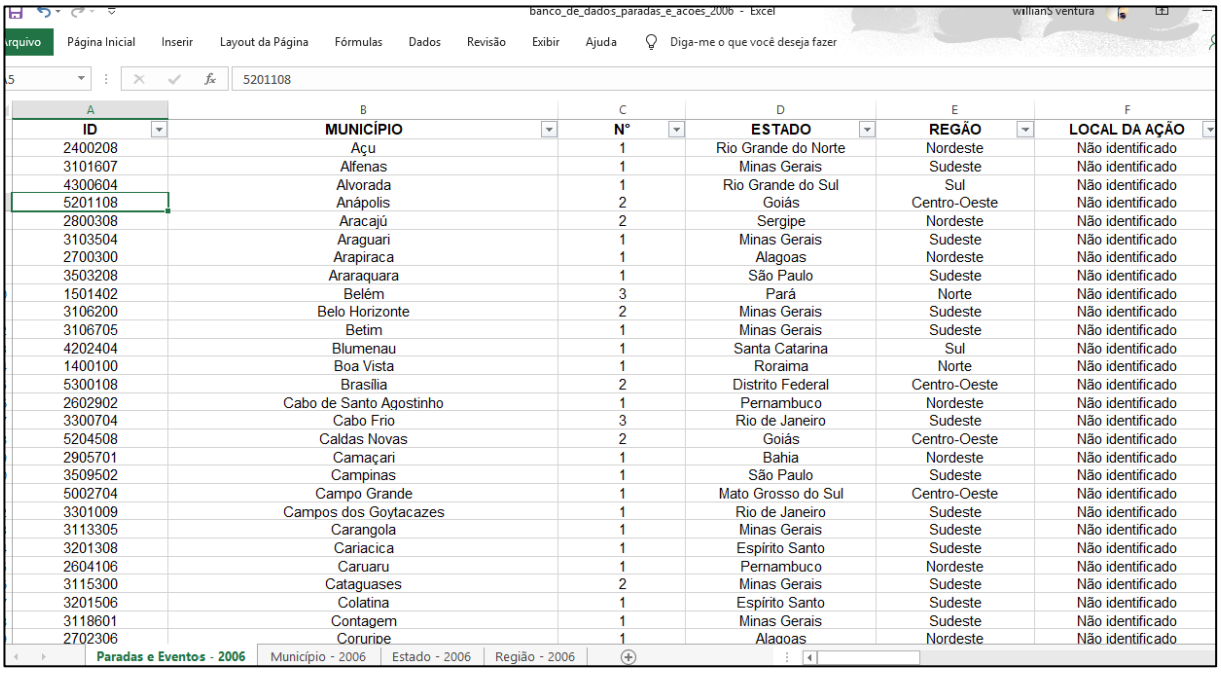
desrespeito ao nome social. Todas essas violências materializadas na realidade da população LGBTQIA+ brasileira.

Além da violência explicita e implícita, nessa dissertação foram evidenciados um conjunto de ações e manifestações realizadas por movimentos, coletivos e sujeitos organizados e não organizados. Essa representação se deu através do mapeamento das ações e Paradas do Orgulho LGBTQIA realizadas entre 2006 e 2019, bem como das ações produzidas pelos movimentos socioespaciais e socioterritoriais no Espaço Urbano entre 2020 e 2021 a partir dos dados do Banco de Dados da Luta por Espaços e Territórios (DATALUTA).

O mapeamento faz parte de um processo de construção longo e desafiador. É importante lembrar que mapear ou tornar algo identificável espacialmente, não se configura como um procedimento simples, já que em diferentes momentos nos colidimos com dados incompletos, com a subnotificação e a generalização que acaba por prejudicar a representação.

Foi realizada inicialmente a coleta das informações, se alimentou o banco de dados utilizando o EXCEL©, realizou-se a separação dos dados geograficamente referenciados e dos dados relacionados ao que se pretendeu representar cartograficamente, assim, é possível observar através da figura 4 como os dados referentes as ações e Paradas foram agrupados.

Figura 4 - Disposição e organização das ações e manifestações de resistências



banco_de_dados_paradas_e_acoes_2006 - Excel — willians ventura

Arquivo | Página Inicial | Inserir | Layout da Página | Fórmulas | Dados | Revisão | Exibir | Ajuda | Diga-me o que você deseja fazer

5201108

ID	MUNICÍPIO	Nº	ESTADO	REGÃO	LOCAL DA AÇÃO
2400208	Açu	1	Rio Grande do Norte	Nordeste	Não identificado
3101607	Alfenas	1	Minas Gerais	Sudeste	Não identificado
4300604	Alvorada	1	Rio Grande do Sul	Sul	Não identificado
5201108	Anápolis	2	Goiás	Centro-Oeste	Não identificado
2800308	Aracajú	2	Sergipe	Nordeste	Não identificado
3103504	Araguari	1	Minas Gerais	Sudeste	Não identificado
2700300	Arapiraca	1	Alagoas	Nordeste	Não identificado
3503208	Araraquara	1	São Paulo	Sudeste	Não identificado
1501402	Belém	3	Pará	Norte	Não identificado
3106200	Belo Horizonte	2	Minas Gerais	Sudeste	Não identificado
3106705	Betim	1	Minas Gerais	Sudeste	Não identificado
4202404	Blumenau	1	Santa Catarina	Sul	Não identificado
1400100	Boa Vista	1	Roraima	Norte	Não identificado
5300108	Brasília	2	Distrito Federal	Centro-Oeste	Não identificado
2602902	Cabo de Santo Agostinho	1	Pernambuco	Nordeste	Não identificado
3300704	Cabo Frio	3	Rio de Janeiro	Sudeste	Não identificado
5204508	Caldas Novas	2	Goiás	Centro-Oeste	Não identificado
2905701	Camaçari	1	Bahia	Nordeste	Não identificado
3509502	Campinas	1	São Paulo	Sudeste	Não identificado
5002704	Campo Grande	1	Mato Grosso do Sul	Centro-Oeste	Não identificado
3301009	Campos dos Goytacazes	1	Rio de Janeiro	Sudeste	Não identificado
3113305	Carangola	1	Minas Gerais	Sudeste	Não identificado
3201308	Cariacica	1	Espírito Santo	Sudeste	Não identificado
2604106	Caruaru	1	Pernambuco	Nordeste	Não identificado
3115300	Cataguases	2	Minas Gerais	Sudeste	Não identificado
3201506	Colatina	1	Espírito Santo	Sudeste	Não identificado
3118601	Contagem	1	Minas Gerais	Sudeste	Não identificado
2702306	Coruripe	1	Alagoas	Nordeste	Não identificado

Paradas e Eventos - 2006 | Município - 2006 | Estado - 2006 | Região - 2006

Fonte: Grupo Dignidade.
Organização: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.

Posteriormente a esse procedimento realizamos a utilização do software de cartomática, aplicamos a planilha em EXCEL© e reproduzimos cartograficamente os dados contidos na planilha. Por fim, o mapa é salvo no formato *Adobe Illustrator* (AI). Nesse software de edição realizamos o processo de criação de legenda, titulação do mapa e o salvamento em formatos como (JPEG, PNG), entre outros formatos resultando, por fim, nos mapas apresentados na parte três e quatro desta dissertação.

1.5. Elaboração dos roteiros e aplicação das entrevistas semiestruturadas

Na pesquisa qualitativa a relação entre pesquisador e objeto pode ser mais direta e as ações propostas pelo pesquisador pode envolver diferentes sujeitos; essa relação direta possibilita uma troca de experiências, vivências e percepções acerca de determinado objeto de estudo, nesse sentido "a melhor situação para participar na mente de outro ser humano é a interação face a face, pois tem o caráter, inquestionável, de proximidade entre as pessoas" (RICHARDSON, 1999, p. 207).

Essa proximidade proporciona uma melhor possibilidade de entrar e visitar a mente das pessoas, sua vida e os símbolos que carrega, essa forma de construir dados, informações, mas, principalmente, narrativas e histórias de vida, é um elemento fundamental e faz parte da constituição da pesquisa humana e social (BRUYNE; HERMAN; SCHOUTHEETE, 1991).

O termo entrevista é construído a partir de duas palavras, entre e vista. Vista refere-se ao ato de ver, ter preocupação de algo. Entre indica a relação de lugar ou estado no espaço que separa duas pessoas ou coisas. Portanto, o termo entrevista refere-se ao ato de perceber realizado entre duas pessoas (RICHARDSON, 1999, p. 208).

Mas, afinal, o que é uma entrevista? Como aponta Minayo (2006) a entrevista é uma técnica que possibilita o desenvolvimento, bem como a aproximação de um sujeito X para um sujeito Y, é a troca direta de informação através da comunicação, sobretudo, oral. No domínio das ciências sociais a entrevista vem sendo construída a partir do estabelecimento de um conjunto de perguntas e ideias que são previamente construídas através da intencionalidade do pesquisador, a pessoa que responde essas perguntas é conhecida como entrevistado ou respondente, aquele que realiza e aplica as perguntas é conhecido como o entrevistador.

A entrevista semiestruturada foi selecionada para essa pesquisa como um dos procedimentos metodológicos pelo fato de possibilitar uma leitura crítica e reflexiva em torno

dos diferentes temas abordados e contidos no cotidiano dos sujeitos LGBTQIA+. Os tópicos que guiam a aplicação desse roteiro compõem um conjunto de objetivos, vale relembrar alguns deles: 1) compreender as dinâmicas provocadas na cidade a partir da realização das Paradas do Orgulho LGBTQIA+ e demais tipologias de ações; 2) verificar se as ações socioespaciais e socioterritoriais produzem mudanças nas dinâmicas espaciais das cidades; 3) realizar uma leitura socioespacial em torno dos movimentos presentes nas cidades, bem como a sua atuação no formato de redes de movimentos, ou seja, quais são os movimentos ligados ao coletivo LGBTQIA+ o que revela a intercambialidade e a interseccionalidade existente entre os assuntos que envolvem sexualidade, gênero, etnia e raça.

Para cumprir e alcançar todos esses objetivos, foram selecionados criteriosamente diferentes sujeitos que fizeram parte desta dissertação, possibilitando a ampliação do leque de informações acerca da organicidade dos movimentos e coletivos, a centralidade presente, ou não, nas Paradas do Orgulho LGBTQIA+, as formas de atuação, as estratégias contidas e expressas através da ação, o discurso e os símbolos, entre outros elementos que fazem parte da construção desse ideário guiado pelas entrevistas semiestruturadas.

O modelo de entrevista construído teve por objetivo identificar alguns elementos acerca da vivência desses sujeitos em relação a sua sexualidade e a construção de espacialidades e territorialidades, assim, o que significa ser LGBTQIA+ em diferentes contextos, escalas e a partir de diferentes *performances*? A partir das vivências expressas pelos sujeitos foram sistematizadas possíveis violências e dificuldades compreendidas desde a dimensão espacial, além da participação desses sujeitos em movimentos, coletivos e organizações sociais que visam a transformação social. Por fim, abordou-se o tema da Parada do Orgulho LGBTQIA+ buscando compreender como esses participantes compreendem e enxergam essa ação e a sua capacidade de transformação e mudança.

A entrevista semiestruturada direcionada para militantes e ativistas possui cinco grandes tópicos de abordagem: 1) dados gerais do participante; 2) sobre ser LGBTQIA+; 3) violências e dificuldades por ser LGBTQIA+; 4) movimentos sociais e coletivos LGBTQIA+ e 5) Paradas e ações congêneres.

Os objetivos a partir da aplicação das entrevistas foram construídos na busca pela reconstrução das vivências e práticas espaciais desses sujeitos a partir do seu registro oral e das histórias presentes no processo legítimo de aceitação em relação aos seus corpos e suas sexualidades, assim pode-se evidenciar, ou não, processos de violação e violência direcionado

a esses sujeitos simplesmente por serem LGBTQIA+, bem como a construção de redes de sociabilidade, aproximações e afetividades com espaços que representem acolhimento e aceitação em contraposição aos espaços de medo, violência e exclusão.

Constatou-se que as interseccionalidades atuam ativamente na construção das sociabilidades urbanas expressa a partir das espacialidades e das territorialidades dos sujeitos entrevistados. Nota-se que determinadas identidades sofrem de maneira diferenciada processos de violência e subjetivação, a exemplo das travestis e das mulheres transgêneros que disputam metro a metro os territórios da prostituição.

O termo "passibilidade" aparece inúmeras vezes nas falas das pessoas entrevistadas, sua definição mais didática estaria centrada na compreensão da conformidade entre o discurso e o corpo, ou seja, se tal sujeito se declara homem deverá comprovar a partir de elementos materiais tal afirmação, o exemplo de Maria Patiño se encaixa perfeitamente em tal compreensão. É nesse sentido que as travestis, mulheres e homens transgêneros, bem como as pessoas não-binarias e *gender fluids* são constantemente violadas a partir da tentativa de readequação do discurso que afirma a identidade e da produção material que atua sobre ele.

Para o sistema cis-heteronormativo os dualismos são essenciais pois criam hierarquias, valores e símbolos que evidenciam constantemente o discurso e o que ele produz. Para tal sistema todos os homens possuem pênis e todas as mulheres possuem vaginas, o que posiciona as identidades que atravessam tais compreensões como representações dissidentes e marginais.

2. ESCALAS DE LUTA, AÇÃO E REPRESENTAÇÃO LGBTQIA+ NO BRASIL

2. ESCALAS DE LUTA, AÇÃO E REPRESENTAÇÃO LGBTQIA+ NO BRASIL

O objetivo deste capítulo é construir um quadro teórico, conceitual, histórico e geográfico do Movimento LGBTQIA+ no Brasil, valorizando suas diferentes escalas de luta, ação e representação. Compreender como o movimento surge e como suas estruturas se complexificam rompendo com os armários da heteronormatividade, binariedade e cisnormatividade.

Também foi realizado um aprofundamento sobre alguns conceitos como sexo, sexualidade, gênero e performatividade a partir de diferentes perspectivas que produzem em determinados momentos consensos e em outros discordâncias que enriquecem o debate proposto. Ver-se-á que a geografia não é meramente uma ciência coadjuvante no processo de interpretação e intelecção sobre os elementos que constituem e atravessam os sujeitos como o gênero, sexualidade, etnia e raça.

Verificou-se na introdução que a sexualidade não é um resultado meramente biológico, mas é construída a partir das relações e interações sociais que se dão cotidianamente, as sexualidades tidas como desviantes são colocadas à margem e categorizadas como pecado, como crime e até em alguns determinados momentos históricos como doença. Existe, assim, um projeto de masculinidade e feminilidade, um programa vigente que encerra e coordena as maneiras de se viver a sexualidade, neste interim, as relações de poder influenciam na sociabilidade humana e constroem um modelo hegemônico, a heterossexualidade e a cisgeneridade, como uma norma, a cis-heteronormatividade.

A heterossexualidade é imposta a homens e mulheres na tentativa de controlar os seus corpos e vidas e o resultado dessa imposição é lamentável, já que diversas pessoas são impedidas de viverem sua plena sexualidade e liberdade. As práticas espaciais desses sujeitos também nos revelam o medo contido a partir dessa imposição, portanto, o "estabelecimento dessa mesma conduta social conta com o suporte de uma série de instituições e se traduz na perseguição e no combate à diversidade sexual e de gênero" (ASSUNÇÃO; 2018, p. 55)

> A lógica binária de divisão das atividades humanas em "coisas de homem" e "coisas de mulher" – reificada pelo machismo e pelo heterossexismo – determina não só as tarefas e as características que devem ser desempenhadas por sexo, mas também determina valorações e importâncias distintas e assimétricas para essas atividades, sobretudo, quando se refere à produção e à reprodução (ASSUNÇÃO; 2018, p. 57).

Reforçamos que esse processo em que homens e mulheres são construídos socialmente a partir das imposições diretas e indiretas, explicitas ou implícitas manifestadas no seu cotidiano, podemos destacar a divisão social do trabalho como um dos elementos marcantes de dada imposição, já que ela passa a diferenciar e atribuir atividades específicas para homens e mulheres, imposição construída a partir de valorações e parâmetros sociais.

A divisão sexual do trabalho é compreendida como o estágio mais primitivo das relações sociais e se estabelece a partir de suas bases materiais, entretanto, no desenrolar do processo histórico vai ganhando e adquirindo características essenciais para a construção do que temos hoje em torno dos papéis de sexo e gênero, ambos socialmente produzidos. Logo, "os desdobramentos da divisão social do trabalho, a partir de sua divisão sexual, originaram, portanto, a diferenciação essencialista entre os sexos" (ASSUNÇÃO; 2018, p. 59).

Os papéis que historicamente foram atribuídos aos homens e mulheres e a função que cada gênero passou a desempenhar a partir das imposições sociais, fortaleceram um sistema de valores que favoreceu também na construção de sociabilidades e práticas espaciais, consolidando valores capitalistas e patriarcais que firmam e alimentam o sistema de exploração vigente até a atualidade.

> Percebe-se a partir das análises anteriores que a heterossexualidade historicamente foi construída não somente como identidade e "preferência" sexual, mas como regime político e ordem sexual. Assim, o heterossexismo, ou a heterossexualidade compulsória, existe de forma a atender às necessidades vitais do capitalismo e, juntamente com a família monogâmica, operam de forma a asseverar a continuidade das relações de produção capitalista por meio da reprodução social e reprodução biológica (ASSUNÇÃO; 2018, p. 69).

Devemos encarar o heterossexismo e a heteronormatividade como imposições que naturalizam e torna obrigatória a sexualidade vivida a partir dos seus ditames, tudo que foge do padrão e da norma é violentado ou violado a partir de diferentes níveis e intensidades. A violência já se inicia na consciência desses sujeitos que passam a exercer a dualidade entre macho e fêmea, impondo parâmetros de comportamento e vida.

A construção de um discurso religioso em torno das sexualidades reforçou o processo de estigmatização e violência, ao mesmo tempo em que o Estado reconhecia a existência de outras sexualidades e de suas liberdades, o diálogo entre a igreja e o Estado também diminuía. Na contemporaneidade surgem outros discursos que legitimam uma prática violenta contra

sexualidades que não correspondem aos padrões impostos, o discurso médico e o discurso legal são exemplos da continuidade do processo de violação e estigma.

Neste mesmo sentido, o fundamentalismo religioso ganha corpo e, de certa forma, visibilidade, atingindo em cheio temas como a diversidade sexual e de gênero no Brasil a partir do acirramento dessas temáticas, colocando em risco os avanços significativos que foram resultados de décadas de luta. Nesse mesmo contexto, a violência direcionada a lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transgêneros, queer, intersexuais e assexuais reforça ainda mais a conjuntura marcada pela imposição de uma norma sexual e de gênero.

Essa política de Estado dotada de elementos contraditórios e conflitivos em torno dos temas da diversidade sexual e de gênero se coloca como um dispositivo de controle e de poder sobre os corpos e as sexualidades. Dessa forma, os movimentos conservadores constroem uma narrativa completamente equivocada em torno da diversidade e "colocam o corpo e a sexualidade em cena de modo extremamente conservador, combatendo todas as interpretações sociológicas, antropológicas e filosóficas do corpo" (CESAR; DUARTE, 2017, p. 144).

Os temas referentes ao gênero, a sexualidade, bem como a diversidade sexual, estão no centro de um debate que parece infindável: de um lado avançam as discussões em torno da multiplicidade de sujeitos e maneiras de vivenciar e viver suas sexualidades, do outro lado observa-se um retrocesso e uma tentativa de (re)naturalizar o corpo, sexo e o desejo. O contexto está montado e o embate principal se dá sobre temas polêmicos e que inflam opiniões como a ideologia de gênero.

> No Brasil, testemunhamos, desde os primeiros anos da década de 2000, um conjunto de ações do Estado visando o reconhecimento dos direitos das mulheres e da população LGBTI enquanto Direitos Humanos fundamentais, cabendo mencionar, em particular, o direito à equidade de gênero e ao combate à violência contra as mulheres e à população LGBTI. Tais ações estatais decorriam de um conjunto de conquistas dos movimentos sociais feminista e LGBTI, que então passavam a fazer parte de uma agenda de governo e de governamento de corpos, sexualidade e gênero que poderia ser descrita como uma parceria entre Estado e movimentos sociais de caráter progressista. (CESAR; DUARTE, 2017, p. 145)

Como relatado acima, a construção de uma agenda reconhecida marcadamente como progressista não se deu de forma natural, mas foi fruto de lutas e embates travados nas mais diferentes escalas e espaços que caminharam pela via institucional e pela construção de debates com a sociedade civil. No entanto, agora, reconhecemos um novo período de disputa

entre dois dispositivos de governamento da biopolítica. A "ideologia de gênero", o "pânico moral" e outros discursos são pontos importantes para a leitura que pretendemos fazer em torno das respostas construídas pelos movimentos socioespaciais e socioterritoriais, é fato que esses ordenamentos políticos arquitetados pela ala conservadora buscam a promoção de um medo generalizado, surgem na tentativa de suprimir os debates e discussões que perpassam a diversidade sexual e de gênero. Mas quais são as origens do debate sobre sexo, gênero e diversidade sexual? Antes de desconstruir falácias e inverdades sobre os movimentos que lutam pela diversidade sexual e de gênero no Brasil, é importante evidenciar as principais definições sobre tais conceitos e relações.

Nicholson (2000) realiza uma importante contribuição ao desconstruir dois importantes conceitos da crítica feminista: o conceito de gênero e mulher, debate importante para compreendermos os binarismos que de certa maneira dão base e sustentação para discursos de negação da diversidade. A palavra gênero é estranha no feminismo, como aponta Nicholson (2000), e comumente é usada de duas maneiras e intencionalidades, utilizações que apresentam contradições. De um lado o gênero foi desenvolvido e é sempre utilizado em oposição ao sexo, ou seja, materializa um entendimento dos contrários, gênero é aquilo que é construído socialmente, enquanto sexo seria aquilo que é biologicamente dado; deixamos claro que não é essa a nossa definição.

Nicholson (2000, p. 1) relata que "gênero é tipicamente pensado como referência a personalidade e comportamento, não ao corpo: gênero e sexo são, portanto, compreendidos como distintos". A outra compreensão de gênero está assentada na utilização e referência daquilo que é construído socialmente, sobretudo, a partir da distinção feminino e masculino, entendendo tais diferenciações como separações e rupturas.

O termo gênero tem suas origens na junção de duas ideias relevantes do pensamento ocidental moderno: a da base material da identidade e a da construção social do caráter humano, como aponta Nicholson (2000). A primeira ideia surge no final dos anos 60 como pensamento dominante na maioria das sociedades industrializadas, partindo de que a distinção entre masculino e feminino era causada pelos "fatos da biologia", a forte associação do "sexo" levou e encaminhou os teóricos para dada interpretação. Nesse sentido, as feministas do final dos anos 60 se voltaram para a ideia e constituição social do caráter humano para minar o poder desse conceito.

> Nos países de língua inglesa, esse poder foi enfraquecido pela ampliação do significado do termo gênero. Em meados dos anos 60, o termo gênero ainda era usado principalmente como referência a formas feministas e masculinas dentro da relação ao papel da sociedade na distinção entre fenômenos codificados em termos masculinos e femininos. (NICHOLSON, 2000, p. 3).

O conceito de gênero é introduzido não para substituir o conceito de sexo, pelo contrário, a existência do conceito de gênero perpassa também a existência do sexo. A contribuição de Rubin em "*The trafic in Women",* contribui para esse entendimento, nesse sentido, ela revela que é a partir de um conjunto de acordos sobre os quais a sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana e nos quais essas necessidades sexuais são satisfeitas. A contribuição de Rubin evidencia como o biológico foi assumido como base sobre as quais os significados culturais foram historicamente edificados.

O fundacionalismo biológico é uma proposição de Nicholson, não rompe, portanto, com as ideias que surgem a partir da biologia e das relações sociais, mas em contraste com o determinismo biológico, o fundacionalismo permite que os dados da biologia coexistam com os aspectos da personalidade e do comportamento. (NICHOLSON, 2000). A distinção entre o determinismo biológico para o fundacionalismo biológico, reside, sobretudo, na concepção da ideia de que o fundacionalismo biológico também recebe uma carga e conteúdo do construcionismo social, ou seja, estabelece uma relação dialética entre o biológico e o social.

Não existem aspectos comuns emanando da biologia, assim, tal abordagem dualista acaba por prejudicar uma leitura mais complexa e relacional, estabelecendo, principalmente, o que há de comum entre as mulheres está entrelaçado com o que há de diferente entre elas. Assim, o feminismo precisa, segundo Nicholson (2000), abandonar o fundacionalismo biológico junto com o determinismo, a diferença humana entre os seres não somente em termos das expectativas sociais sobre como pensamos, sentimos e agimos, existem também diferenças em como concebemos o corpo, gênero e sexualidade.

A distinção entre masculino e feminino passa a ser empregada como uma diferenciação altamente binária, assim, "como uma superação maior entre a esfera pública e privada, essas mudanças significavam que as características físicas passavam a ser vistas não só como causa da distinção masculino e feminino" (NICHOLSON, 2000, p. 10). A reprodução dessa suposta inferioridade construída até mesmo pelo discurso científico e médico do século XVIII, posicionou o corpo e, principalmente, o órgão sexual feminino não como sendo

elementos e órgãos diferenciados em relação aos masculinos, mas sim, como sendo uma versão de pênis menos desenvolvida.

A diferenciação e a hierarquização construída a partir dos dualismos contribuiu de maneira significativa para o surgimento e a permanência das opressões de gênero, o que se evidencia a partir das leituras produzidas pela ótica das feministas marxistas e do materialismo histórico e dialético, afinal, a reprodução biológica representa a permanência e, em determinados contextos geográficos, o crescimento exponencial das bases materiais para a reprodução do capitalismo.

Marx (1996) a partir do materialismo contribuiu com um modo de pensar o humano que reconhece a grande importância da sociedade na constituição de seu caráter, assim, fica claro que os sujeitos são construídos não somente a partir dos elementos biológicos e facilmente diferenciáveis entre homens e mulheres (ainda nessa concepção binária), mas sim, a partir das suas relações e dos discursos produzidos em determinados momentos históricos.

Rubin (1986) realiza uma contribuição importante para o entendimento e apreensão de alguns conteúdos, sobretudo, da literatura feminista existente que avançou em alguns debates e discussões e que, certamente, potencializaram o entendimento que se tem sobre algumas estruturas e organizações sociais que percorrem esse tema.

> E, mais importante, a análise das causas da opressão das mulheres serve de base à definição do que deveria ser mudado para que se construísse uma sociedade sem hierarquia baseada em gênero. Assim, se a agressão e a dominação masculinas inatas estão na origem da opressão das mulheres, os programas feministas deveriam logicamente exigir ou a exterminação do sexo agressor, ou um projeto eugênico para modificar o seu caráter. (RUBIN, 1986, p. 1).

Rubin (1986) aponta que o sexismo é um subproduto do apetite insaciável do capitalismo pelo lucro, dessa forma, seria dissolvido a partir de uma revolução socialista, por exemplo. Assim, "se a derrota histórica das mulheres, em nível mundial, se deu frente a uma revolta armada patriarcal, então é tempo de começar a treinar guerrilheiras amazonas nos montes Adirondancks" (RUBIN, 1986, p. 2).

As condições estabelecidas para as mulheres, condições estas que as colocam numa posição de subalternidade e violência, foi criada de forma intencional e direcionada a determinados sujeitos; Marx (1986) revela que uma mulher só se transforma numa criada, escrava, mulher do lar, empregada, prostituta, entre outras subordinações, a partir do estabelecimento de determinadas relações sociais, culturais, políticas e econômicas etc.

Assim, se essa mulher subordinada a determinadas práticas e violências se apartar de dada estrutura não mais estabelecerá relações e interações com esse sistema.

Para construir um caminho em torno da compreensão desse sistema de opressão e violação das mulheres, Rubin (1986) estabelece um diálogo com Claude Lévi-Strauss e Sigmund Freud, sendo que a domesticação da mulher é amplamente discutida na obra desses dois autores.

> Um "sistema de sexo/gênero", numa definição preliminar, é uma série de arranjos pelos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e nos quais essas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas. (RUBIN, 1986, p. 3).

Rubin (1986) aponta alguns erros do marxismo clássico em observar as relações de gênero existentes nas interações sociais entre os sujeitos, revela que a falha advém do fato de que o marxismo clássico não se preocupou, minimamente, em discutir os temas relacionados as questões de gênero e sexo, assim, "no mapa de Marx do mundo social, os seres humanos são trabalhadores, camponeses ou capitalistas; o fato de que são também homens e mulheres parece não ter muita importância" (RUBIN, 1986, p. 4).

> Não obstante, muitos trabalhos buscaram fazer algo muito mais ambicioso – situar a opressão das mulheres no coração da dinâmica capitalista, apontando as relações entre trabalho doméstico e reprodução do trabalho. Fazer isso é colocar, de forma absolutamente clara, as mulheres na definição do capitalismo, o processo pelo qual o capital é produzido pela extorsão da mais-valia do trabalho pelo capital. (RUBIN, 1986, p. 5)

Para Rubin (1982), o capitalismo se distingue de outros modos de produção por seu único objetivo: a criação e a expansão de mais capital. O capitalismo é, portanto, um modelo que engloba interações sociais, econômicas, culturais e políticas, que visa, unicamente, a transformação de coisas e pessoas em capital e capital em mais capital.

> A troca entre capital e trabalho que produz mais-valia, e, portanto, capital, é bastante clara. O operário recebe um salário; o capitalista fica com as coisas que o trabalhador ou trabalhadora fez durante o tempo em que trabalhou para ele. Se o valor total das coisas que o trabalhador ou trabalhadora fez exceder o valor de seu salário, o capitalismo terá atingido o seu objetivo (RUBIN, 1986, p. 6).

Vale lembrar que o capitalista recupera o custo do salário e mais um adicional, identificado como *mais-valia*. Esse processo é possível porque o salário do trabalhador ou

trabalhadora é definido pelo investimento necessário para mantê-lo, dessa forma, "a mais-valia é a diferença entre o valor total produzido pela classe operária, e a parte daquele total que é usada para mantê-la" (RUBIN, 1986, p. 6).

Dentro de todo esse sistema de reprodução e acumulação do capital, o trabalho doméstico é uma importante atividade, tendo em vista que mantém o processo de reprodução do trabalhador, de quem o capitalismo retira a mais-valia, assim, "dado que em geral cabe às mulheres realizarem o trabalho doméstico, já se observou que é através da reprodução da força de trabalho que as mulheres se inserem no circuito da mais-valia, que é condição *sine qua non* do capitalismo" (RUBIN, 1986, p. 7).

> É precisamente esse "elemento histórico e moral" que determina que uma "mulher" esteja entre as necessidades de um trabalhador, que as mulheres, e não os homens, façam o trabalho doméstico, e que o capitalismo seja herdeiro de uma longa tradição na qual as mulheres não herdam, na qual as mulheres não lideram, e na qual as mulheres não falam com deus. Foi esse "elemento histórico e moral" que dotou o capitalismo de uma herança cultural de formas de masculinidade e feminilidade. É nesse "elemento histórico e moral" que todo o campo do sexo, da sexualidade e da opressão sexual está incluído. E a brevidade do comentário de Marx serve apenas para enfatizar a vasta área da vida social que ele abrange e que deixa de examinar. Somente submetendo esse "elemento histórico e moral" à análise pode-se delinear a estrutura da opressão sexual (RUBIN, 1982, p. 9).

Já para Engels (2000) no livro "A origem da família, da propriedade privada e do Estado", a opressão sexual vem como parte da herança deixada pelas estruturas sociais anteriores ao capitalismo, o mais interessante é que Engels acaba por incorporar o sexo e a sexualidade em sua teoria de sociedade. Rubin (1982) disserta sobre o significado do sistema sexo/gênero ao dizer que sexo é sexo, entretanto, a forma pela qual será executada ganha ou adquiri significados diferentes de acordo com o contexto cultural, político, territorial etc.

Além da discussão contida no âmbito conceitual em torno dos sistemas de opressão, sexo, sexualidade e gênero, estabelecemos uma relação entre estes sistemas de opressão e as ações socioespaciais e socioterritoriais produzidas pelos movimentos analisados desde o Banco de Dados da Luta Pelos Territórios (DATALUTA) até as Paradas do Orgulho LGBTQIA+ e ações congêneres. Mas antes de entrar especificamente no debate sobre os movimentos, sobre as ações e sobre a organicidade desse conjunto de estratégias e tipologias, devemos permanecer mais um pouco neste diálogo necessário em torno dos conceitos primordiais para a compreensão da totalidade que envolve os sistemas de violência e violência direcionados as pessoas LGBTQIA+.

O trabalho desenvolvido por Almeida (2019) contribuiu significativamente para o olhar da geografia sobre as temáticas de gênero e sexualidade, sobretudo, pelo motivo de adentrar com profundidade através das utilizações de técnicas e procedimentos cartográficos nos dados da violência sobre corpos dissidentes das normas sexuais e de gênero. O que se verifica é que a violência contra a população LGBTQIA+ está presente em grande parte dos espaços em que essa comunidade se insere, isso nos traz inúmeros questionamentos acerca da capacidade que os espaços e territórios possuem de produzir normas, deflagrar e gerenciar os corpos de diferentes sujeitos e grupos sociais.

A cartografia e o processo de mapeamento revelam uma leitura potente sobre os processos de violação direcionados às pessoas LGBTQIA+. Mapear e discutir os elementos geográficos presentes na cena de um crime ou na violação de um direito básico torna-se relevante neste trabalho, pois revela um olhar geográfico e cuidadoso sobre a relação entre o espaço e a sociedade, especialmente nas interações estabelecidas por pessoas LGBTQIA+.

A cis-heteronormatividade, resultado dos binarismos e dos falsos dualismos apontados anteriormente, é compreendida como a constituição da cisgeneridade como expressão do padrão de gênero, e da heterossexualidade como padrão de sexualidade, ambas construídas sobre discursos de normalidade. Dada normalidade, bem como os comportamentos e suas práticas espaciais nem sempre se expressam em discursos de ódio explícitos ou em ações violentas que culminam na morte de pessoas que caminham para além desta compreensão. Um exemplo da inscrição destas normas de maneira silenciosa e objetiva, está no oferecimento de apenas duas únicas opções para o registro do sexo-gênero de um recém-nascido, o que se evidencia é que sexo e gênero são construções, sobretudo, discursivas fundadas na binaridade existente entre masculino e feminino, homem e mulher, menino e menina. Dados aspectos discursivos estão presentes na obra de Foucault (2014) e revela que a relação heterossexual é pensada para concretização e reprodução da sociedade moderna.

Uma interface que poucas pesquisas voltadas para a produção do conhecimento geográfico evidenciam, é a existência de uma relação direta e intrínseca entre a cis-heteronormatividade e a sua dimensão espacial. São poucos os trabalhos sobre movimentos socioespaciais e socioterritoriais que ao analisar grupos e coletivos revelam suas múltiplas interfaces e composições, dentre elas o gênero e a sexualidade, conceitos e estruturas presentes de maneira massiva nesta dissertação. Neste sentido, é importante evidenciar que uma sociedade cis-heteronormativa produz um espaço normativo nos termos e condições da

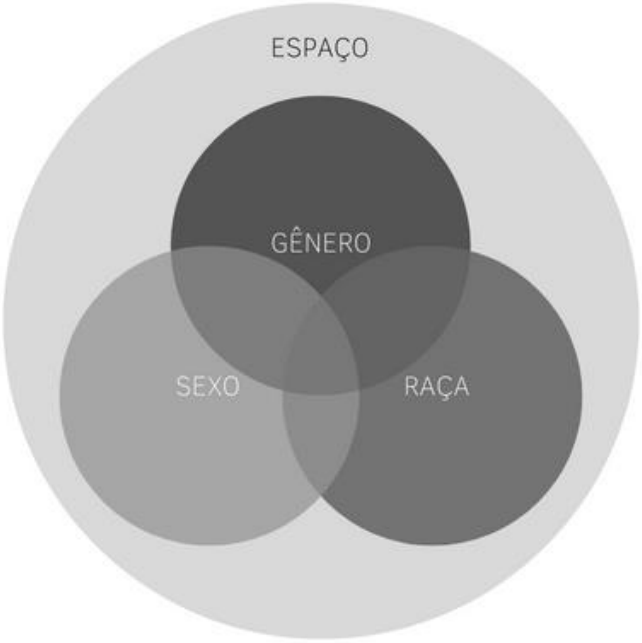
cisgeneridade e heteronormatividade, portanto, a disputa por cada centímetro de território produz inúmeras conflitualidades que são observadas a partir da construção de referências espaciais em torno das sexualidades que resistem à norma e produzem territorialidades da diversidade.

A reprodução das relações capitalistas, patriarcais e cis-heteronormativas estão inseridas em diversas dimensões do espaço, o que confere a esse conceito uma multidimensionalidade que não se finda em si, mas é construída de maneira relacional e composicional. É importante desde já, negar a interpretação do espaço como um dado pré-social ou como um "palco" no qual os fenômenos ocorrem; o espaço é um conceito vivo e que deve ser compreendido, lido e interpretado a partir da relatividade e relacionalidade. Nesse sentido, "O espaço é resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos, naturais e artificiais" (SANTOS, 2012, p. 78).

> [...] algo dinâmico e unitário, onde se reúnem materialidade e ação humana. O espaço seria o conjunto indissociável de sistemas de objetos, naturais ou fabricados, e de sistemas de ações, deliberadas ou não. A cada época, novos objetos e novas ações vêm juntar-se às outras, modificando o todo, tanto formal quanto substancialmente. (SANTOS, 2008, p. 46).

É imprescindível que para se compreender os elementos e processos que constituem e fazem parte do espaço geográfico, realizemos um melhor detalhamento de que conceito estamos falando e quais os outros temas e assuntos presentes nessa discussão teórica e conceitual. Nesse sentido, a noção de espaço contém as relações generificadas, racializadas e sexualizadas que estão em constante interação, relacionamento e negociação, como expresso no infográfico 2.

Infográfico 2 – A composicionalidade das relações entre gênero, sexo, raça e espaço



Elaboração: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.

Para se discutir gênero, sexualidade e a produção do sujeito utilizamos alguns autores e obras que contribuem de maneira potente e significativa para a compreensão genealógica desses conceitos e processos estruturantes da sociedade, são elas: a genealogia do sexo de Michel Foucault (1976), a genealogia da categoria de gênero, de Judith Butler (2017) e a genealogia da potência sexual, de Paul Preciado (2008).

Foucault (2018) realiza uma importante reflexão no primeiro volume de sua obra "História da Sexualidade", impõe-se uma nova interpretação e reflexão sobre as interpretações e compreensões. São identificados dois objetivos: o primeiro objetivo pretende evidenciar um ponto de ruptura entre o regime de produção do sexo até o século XIX; o segundo é para utilizar a forte repressão para com todas as pessoas consideradas improdutivas socialmente pelo reinado, sobretudo, as sexualidades consideradas desviantes da norma reprodutiva.

O argumento principal utilizado por Foucault (2018) para propor uma genealogia dos saberes do sexo, iniciam-se a partir de três principais questionamentos: o primeiro estaria fundamentado na história, referindo-se especialmente a falta de evidência sobre a repressão do sexo; o segundo seria de ordem histórico-teórica, evidenciando como o poder e o controle é exercido sobre a sociedade analisada; a terceira indagação de ordem histórico-política que

versa sobre a veracidade da existência de uma ruptura entre a Idade da Repressão e o momento no qual os defensores desse regime se encontravam, ou seja, de crítica à repressão.

Ao propor uma genealogia dos saberes sobre o sexo, Foucault busca ir além da crítica sobre a hipótese repressiva, pretende questionar os efeitos do poder, os discursos estabelecidos e as suas relações, ou seja, quais saberes são formados e construídos pela sociedade e pelas instituições? Como funciona e se estabelece o "regime" do poder-saber-prazer, que sustenta diretamente os discursos sobre a sexualidade humana.

É nesse sentido, que se torna importante compreender a sexualidade como um pontapé inicial da abrangência da vida em sociedade e do estabelecimento das relações e práticas espaciais. A sexualidade é também produto da incitação de saberes sobre o sexo, de poderes que circulam ao seu redor e dos discursos construídos sobre ele. O sexo passa a ser compreendido como um assunto a ser debatido e discutido sobre as diferentes instâncias e matizes. Foucault (2018) e Preciado (2018) versam sobre os diversos processos e eventos históricos com o objetivo de produzir uma genealogia dos discursos sobre o sexo.

Como expressa Foucault (2018), a confissão cristã enquanto a constituição e o exercício religioso sobre os sujeitos a partir da igreja, passa a perder sua força com o advento do protestantismo, com a contrarreforma, a pedagogia do século XVIII e a medicina do século XIX, sendo extinguido também o seu caráter ritualístico, surgindo a partir deste novo momento relatos em primeira pessoa de suas práticas sexuais e o estabelecimento de categorizações, laudos clínicos e diferentes métodos de ensino.

Nesse novo momento, os jovens são reorientados e adequam suas práticas a um comportamento mais retido, contido e cuidadoso acerca dos assuntos que atravessam essa temática. Passam a ser disciplinados em colégios especializados, a recreação e os estudos com horários preestabelecidos, os dormitórios e suas camas agora são separados, também são inseridas cortinas a fim de instituir uma privacidade e uma intimidade em torno dos corpos.

O poder para Foucault (2018) é uma ação em movimento, um fazer, não meramente uma coisa hierárquica. O poder em seu movimento também é circulante, ou seja, não pode ser resumido a uma pessoa, uma instituição ou um grupo (uma classe social, igreja, Estado, por exemplo).

Assim, Foucault (2018, p. 100-101) definiu sua compreensão sobre o poder:

> Dizendo poder, não quero significar o Poder, como conjunto de instituições e aparelhos garantidos da sujeição dos cidadãos em um Estado determinado. Também não entendo poder como modo de sujeição que, por oposição a violência, tenha a forma de regra. Enfim, não o entendo como um sistema geral de dominação exercida por um elemento ou grupo sobre outro e cujos efeitos, por derivações sucessivas, atravessem o corpo social inteiro. [...] Parece-me que se deve compreender o poder, primeiro, como a multiplicidade de correlações de forças imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes, as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de formas encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas, ou ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais. [...] Sem dúvida, devemos ser nominalistas: o poder não é uma instituição nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada.

As proposições de Foucault (2018) sobre o poder revelam uma composição intensa e plural de seu significado, ele elabora 5 proposições interessantes sobre poder: 1) o poder não é algo adquirido e que pode ser perdido, ele é exercido a partir de pontos e entre relações móveis e de desigualdade; 2) as relações de poder não estão separadas das outras relações, como as econômicas, de conhecimento ou sexuais, mas são imanentes a elas; 3) o poder vem de baixo, não é matriz, princípio, oposição binária, estrutura central do poder; 4) as relações de poder são intencionais e não subjetivas, são escolhas coletivas; 5) o poder não é externo a nós, sociedade, nós estamos no poder e o poder contém a resistência.

O importante da análise feita sobre a teoria foucaultiana é compreender que o seu método não se encaixa em binarismos como a discussão sobre dominadores e dominados e opressor e oprimido. Porém, são nas correlações de forças múltiplas que atuam através de diferentes tecnologias que ocorre a produção do saber. Ao mesmo tempo, a tecnologia para Foucault (2018) se configura como um conjunto de técnicas cujo objetivo principal é ser dispositivo de poder e de saber, atuante nos discursos, nas leis e, sobretudo, nas verdades do corpo.

A família para Foucault é, sem dúvida, o primeiro núcleo de socialização. A compreensão de família para o autor ainda seria em certa medida equivalente com a organização familiar nos dias de hoje é, portanto, uma construção histórica do século XX, na Europa, que se expande para as terras colonizadas como um modelo.

É neste momento histórico que se constrói a necessidade de transformar e modificar a compreensão sobre assuntos que envolviam o comportamento e, sobretudo, a sexualidade humana. Surgem os corpos dóceis que se configuram como corpos de sujeitos que fazem parte

da própria reprodução da vida civil urbana industrial, com a constituição de novos horários para dormir, acordar, se alimentar, trabalhar, cumprir ritos e práticas religiosas etc. É assim, que a incorporação desta nova consciência é posicionada no sentido de que o seu cumprimento faz parte de um todo que depende de sua organização, assim, "não conseguir manter uma rotina ideal, não ter as condições físicas ideais, não ter a sexualidade ideal para os padrões normativos, constitui em defeitos que devem ser sentidos como culpa" (ALMEIDA, 2019, p. 33).

O poder disciplinar presente nos dispositivos do saber-fazer relacionam-se diretamente com o poder do corpo, a disciplina do corpo e um olhar sobre a produção do corpo. O corpo para Foucault (2018) não está preocupado com a construção de uma ontologia, mas sim, com a produção do corpo no momento da interação realizada a partir do espaço.

O diálogo interdisciplinar entre as diferentes áreas do conhecimento sobre o corpo e, mais especificamente sobre a sua produção, atravessa um conjunto de disciplinas, conceitos, temas e assuntos ainda pouco explorados. Apesar dessa questão parecer um pouco nebulosa, torna-se imprescindível compreender que o poder perpassa as instituições e, nas relações que cria, produz materialidade, "ora, estamos trabalhando com a afirmação de que gênero existe, e o estruturalismo não dá conta de explicar sua função, porque está preso em uma análise de repressão à forma" (ALMEIDA, 2019, p. 34).

A produção da verdade sobre o sexo, como elucida Foucault (2018), não está na ausência do assunto na idade moderna, ou no fato de terem condenado o sexo a permanecer na obscuridade e no silêncio absoluto, mas sim, a construção da valorização deste assunto como um segredo, ele está posicionando o ato de falar sobre o sexo como algo que nem sempre é explícito, mas é sempre estipulado.

Nesse caminho, também são construídas outras compreensões em torno da verdade do sexo, como o regime da aliança. As relações construídas entre as pessoas tinham como objetivo a manutenção e permanência de laços hereditários, sobretudo, o nome da família (nome do homem). Já nos séculos XVII e XVIII, observa-se o retorno de um "movimento centrífugo" em relação à monogamia heterossexual, naturalizando o casal heterossexual, não se questionando mais sobre a sua sexualidade ou sobre a sexualidade das crianças, dos loucos e dos criminosos.

Algumas obras como "História da Sexualidade" (FOUCAULT, 2018), "Problemas de Gênero" (BUTLER, 2017), "O segundo sexo" (BEAUVOIR, 1970), "O desejo Homossexual"

(HOCQUENGHEM, 2009), "Devassos no Paraíso" (TREVISAN, 2018), "Três ensaios sobre a teoria da sexualidade" (FREUD, 2016), "Sexo e temperamento em três sociedades primitivas" (MEAD, 2006), são estudos que potencializaram o debate sobre o contexto histórico sobre sexo e sexualidade a partir da perspectiva da contestação e normatividade.

Dialogando um pouco com Butler (2017) em "Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade", é possível identificar um conjunto de questões construídas pela autora sobre a sua compreensão em torno do que sempre ouviu sobre o sexo enquanto crescia e era educada. A partir dessas questões e diálogos, Butler (2017) inicia um processo de desconstrução das funções desempenhadas pela concepção de mulher como identidade ontológica.

Butler (2017) constrói uma análise crítica sobre as categorias mulher e sexo em diferentes momentos históricos, entretanto, o avanço significativo dessa análise e compreensão cunhada pela autora, é que a compreensão desses conceitos é feita a partir das construções históricas, ou seja, sexo e gênero são construídos de maneira pré-discursiva e seus códigos e comportamentos são inscritos historicamente e geograficamente. É, portanto, a partir desta compreensão, que Butler constrói uma crítica às autoras do século XX, consideradas as fundadoras e herdeiras diretas da segunda onda do feminismo, como Simone de Beauvoir, Luce Irigaray e Monique Witig.

As críticas de Butler, de certa maneira, propõem um distanciamento da fenomenologia que estaria presente em teorias feministas do século XX, como as obras de Simone de Beauvoir, a autora deixa de lado a descrição e a interpretação da vivência individual como uma forma de entender um fenômeno e se concentra, principalmente, no *modus operandi* da questão.

A performatividade é um conceito chave para se compreender a evolução do pensamento de Butler. É a partir da performatividade que se torna possível identificar os elementos sócio-históricos presentes em sua leitura, Assim:

> A performatividade caracteriza primeiro, e acima de tudo, aquela característica dos enunciados linguísticos que, no momento da enunciação faz alguma coisa acontecer ou traz algum fenômeno à existência. [...] Como, então, uma teoria performatividade dos atos de fala pode se tornar uma teoria da performatividade de gênero? (BUTLER, 2018, p. 36).

As imposições em torno da construção social do gênero é explícita e se inicia até mesmo antes do nascimento, "é menino" ou "é menina", os diferentes documentos e formulários médicos informando e reafirmando que o bebê que acabou de nascer é de determinado gênero, são exemplos de toda uma expectativa criada e construída em torno de uma binaridade imposta socialmente através de saberes e discursos.

As relações estabelecidas entre o discurso e a aceitação de um determinado conceito são históricas e sociais. Butler (2017) também busca identificar as questões que envolvem o gênero e passa a entender como ele é produzido a partir da interpelação, obviamente que esse trabalho é realizado olhando e dando um enfoque para as diferentes correntes do feminismo e seus momentos históricos. É, portanto, a partir das investigações realizadas por Butler sobre as chamadas "ondas" do feminismo que ela elabora o fundamento para sua afirmação de que sexo não se distingue de gênero.

Butler constrói uma análise crítica acerca da maneira como a categoria "mulher" vai sendo produzida e discursivamente estabelecida como um "ser oprimido". Nesse sentido, a noção de representação política é construída a partir de estruturas jurídicas, as possibilidades de reconhecimento são erigidas pelo sistema jurídico. Butler (2017) instaura um conjunto de questões que chamam a atenção para o cuidado que devemos ter ao analisar as funções que a categoria mulher exerceu ao longo da história, tendo em vista que elas estão intrinsicamente ligadas às possibilidades jurídicas de reconhecimento enquanto sujeito, "o poder jurídico produz inevitavelmente o que alega meramente representar" (BUTLER, 2017, p. 19).

A crítica às construções ontológicas do sujeito feminista começam com a chamada invocação performativa de uma mulher tida como universal, que é também produto do sistema jurídico, pelo qual não tem problema algum em ser governada. Almeida (2019), relata que a busca por um feminismo e um patriarcado universais foi usada para criar um Oriente onde as desigualdades de gênero não estivessem ligadas ao Ocidente, a partir de características próprias daquele, inseridas no mesmo pacote da universalidade.

A partir das críticas sobre a construção dessa identidade feminista muito presa nos binarismos e alicerçada no que Butler (2017) chamou de "matriz heterossexual" que se constrói uma leitura de que não se deve basear na identidade do sujeito feminista, sugere ainda que a representação política só pode fazer sentido para o feminismo quando o sujeito mulher, enquanto identidade ontológica, não estiver mais presente em suas preocupações e quando o binarismo de gênero não for mais um pressuposto.

É no final do século XIX até meados do século XX, que o movimento de mulheres procurou estabilizar a categoria mulher em seus trabalhos e elaborações teóricas e práticas. Entretanto, a construção deste tipo de mulher estava assentada em um tipo de mulher branca, europeia, de classe média, cisgênero e heterossexual. Os debates giravam em torno de uma diferenciação biológica em relação ao corpo do homem é, portanto, neste momento que surge a ginecologia utilizada como um saber específico, regulador e disciplinador do corpo feminino. É importante salientar que essa distinção e diferenciação não seria puramente biológico e natural, mas uma produção histórica e social da categoria mulher.

Para Butler (2017), o sexo também é uma construção social. O corpo feminino e o corpo masculino, e a vagina, tanto quanto o pênis, possuem significados sociais e que variam de determinados espaços e contextos culturais, sociais e políticos. Neste sentido, talvez seja mais apropriado dizer que estas obras são produtos do olhar e do discurso humano, é a partir das subjetividades que se constroem as objetividades.

O conceito de sexo assume uma relacionalidade e uma composicionalidade em relação a outros conceitos, é, portanto, algo mutável, já que são atribuídas ao pênis a à vagina, bem como os testículos, aos espermatozoides, ao útero e aos óvulos são construções historicamente localizadas e que operam de forma a naturalizar a classificação dos seres humanos em dois sexos, base para a atribuição de gênero (ALMEIDA, 2019).

O que Butler (2017) identifica como leitura fundamental, é que o próprio feminismo criou uma noção de mulher específica e paradoxal, que reifica e reitera as relações de gênero: neste sentido, para se obter e alcançar o fim da dominação masculina sobre as mulheres, é imprescindível a destruição da ideia de mulher dominada. A identidade do sujeito feminista não deve ser o fundamento da política feminista, pois a formação do sujeito ocorre no interior de um campo de poder sistematicamente encoberto pela afirmação desse fundamento. (BUTLER, 2017, p. 23)

É a partir desta concepção que Butler constrói uma leitura de que para haver uma mulher livre é necessário destruir a ideia de mulher dominada, ou seja, aniquilando a rigidez das performatividades de gênero feminino e masculino, bem como o seu deslocamento de um campo binário de reprodução da espécie – a heterossexualidade compulsória.

Para Butler (2017) não existe uma verdade de gênero, também não existe um gênero biológico, original ou verdadeiro, o que existe são significados repetidos e que constroem uma performatividade em torno da gramática de gênero e sexualidade.

Butler realiza uma significativa contribuição quando introduz um pensamento coeso em torno do gênero enquanto uma construção social. Assim, realiza um deslocamento de gênero da esfera do ser (identidade) para a esfera do fazer (performatividade). Nesse sentido, a frase de Beauvoir "não se nasce mulher, torna-se", ganharia um novo sentido a partir da compreensão e leitura de Butler (2017) e seria envolvida a partir do fazer-se mulher e a partir de construções socioculturais intercambiadas pelas interações, "a prática não gera uma nominação pela causa (ser), mas pelo efeito (fazer)".

Para além das críticas tecidas por Butler (2017), as ondas do feminismo e a naturalização da binaridade, do forte em detrimento do fraco etc. É possível observar outras leituras e autoras que produzem teorias críticas e que atacam diretamente posições rígidas e absolutas de sexo, sexualidade e gênero. Preciado (2010), por exemplo, constrói uma posição crítica dos efeitos naturalizantes de qualquer identidade, o *queer* passa a ser uma interpretação fora dos regimes ontológicos e rígidos dos debates sobre os temas aqui investigados.

O desafio de Preciado (2010) é evidenciar a partir das obras de Michel Foucault, sobretudo, de "História da Sexualidade I", que os regimes de regulação são construídos a partir ou por meio das biotecnologias (fármacos e cirurgias), bem como das tecnologias da comunicação (pornografia e outras interfaces), instrumentos que se destinam para a produção de potências sexuais ou como menciona Preciado (2018, p. 44) "forças orgásmicas".

O ponto de partida é a década de 1940 com a instauração de um conjunto de técnicas de produção e controle da sexualidade que não é mais disciplinário, é pautado em uma sexualidade que existe para garantir a reprodução humana, a pílula contraceptiva é um exemplo emblemático utilizado por Preciado (2018).

A pílula contraceptiva é também um exemplo interessante para se identificar os limites da performatividade e dos discursos construídos por Butler para interpretar o sexo e gênero, ela nos obriga a entender o conceito de Butler de performatividade de gênero para além da imitação teatral e linguística. A pílula se apresenta como: 1) técnica microprostética de controle de natalidade; 2) uma técnica eugênica; 3) uma técnica de produção de gênero e feminilidade; 4) uma paródia de gênero naturalizada – uma pastiche.

É em 1963, como aponta Joan Scott (1995), que o termo gênero (*gender)* apareceu nas ciências humanas cunhado por Robert Stolen, um psicanalista que estava tentando estabelecer uma relação entre sexo e biologia, gênero e identidade. A utilização e a apropriação do termo

nos estudos de gênero e sexualidade focaram no sujeito mulher, o que foi se modificando com o passar das décadas para estudos e discussões mais completas e relacionais.

No governamento farmacopornográfico, alguns aspectos biológicos são naturalizados, ao mesmo tempo que está em operação uma lógica ultraconstrutivista. Outro exemplo, a castração química iniciada nos anos 1950 como tratamento para a homossexualidade. Ou as pesquisas feitas nos anos 1990 e descobertas em 2004, do exército estadunidense, na tentativa de criar um composto químico capaz de transformar os soldados do exército inimigo em homens gays, de forma a enfraquecê-los para derrotá-los. Para Preciado (2018, p. 245), não só o gênero, mas o desejo também é "tecnoconstruído, inegavelmente múltiplo, maleável e mutável dos corpos e prazeres".

Os aspectos mais relevantes presentes na transversalidade de obras que compõem essa dissertação estão assentados na possibilidade de diálogos e interlocuções com conceitos da geografia e com temas genéricos que fundamentam um amplo e complexo debate, como as discussões sobre gênero e sexualidade. A pergunta primordial é: de que forma a discussão de gênero e sexualidade contribui para pensar e construir esta obra desde um viés geográfico e dos seus processos ativos em diferentes escalas?

A resposta para essa questão se torna explícita a partir das diferentes construções, camadas e subcamadas sobrepostas em torno de uma geografia crítica, relativa e relacional. As pesquisas, os autores citados sobrelevam o debate sobre gênero e sexualidade desde a geografia, bem como possibilita uma rica compreensão da totalidade a partir das disputas espaciais e territoriais, materiais e imateriais e dos debates paradigmáticos.

A alguns determinados grupos sociais e sujeitos são reservados espaços de precariedade, estigmatizados e subalternos, podem ser representados a partir das ruas onde a prostituição ocorre de maneira ostensiva, bairros periféricos, favelas ou hospitais psiquiátricos. A existência desses grupos é incessantemente questionada e, por esse motivo, podem desaparecer, assim, "devemos perguntar porque as pessoas estão onde estão, de que forma se dá sua existência e ocupação e se elas poderiam estar em outros lugares para entender qual é o limite das possibilidades relacionais" (ALMEIDA, 2019, p. 68).

> Qual é o saber espacial de uma travesti? Qualquer pessoa poderia dizer que se trata da rua onde ela trabalha, em uma pressuposição violenta de que ela trabalha com serviços sexuais. Não conhecemos as geografias das travestis porque no sistema sexopolítico normativo, o espaço reservado para suas vidas é aquele do desconhecimento, da marginalização. (ALMEIDA, 2019, p. 68).

É importante compreender como o poder se espacializa. Nesse sentido, podemos entender o espaço a partir das disputas impostas e orientadas pela vigilância de gênero. É no espaço que estão presentes as ferramentas para garantir a normalidade e o seu oposto, "aceitar que a rua é o espaço da travesti ou, em casos muitos raros, que uma travesti pode trabalhar formalmente em uma empresa são duas faces de um mesmo discurso" (ALMEIDA, 2019, p. 69).

É a partir dessas relações e interlocuções que podemos pensar não somente o espaço, mas a produção do espaço a partir dos marcadores de gênero e sexualidade. Percebemos que o espaço é um produtor de discursos de normalidade sexual e de gênero. As ações socioespaciais, representadas pelas Paradas do Orgulho LGBTQIA+, apresentam uma disputa desempenhada e travada a partir da hegemonia do sistema cis-heteronormativo que se impõe e influencia as relações sociais que culminam na produção de espacialidades e territorialidades.

O diálogo com a obra de Santos (2012) e, especificamente, a formulação sobre o meio técnico-científico-informacional e sobre a técnica, possibilitam uma compreensão/chave para se entender a relação espaço, gênero e sexualidade. A técnica é, como apontou Santos (2012, p. 29), um conjunto de meios instrumentais e sociais com os quais os sujeitos realizam sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria o espaço. Quando pensamos e dialogamos sobre esses conceitos também podemos nos perguntar quais são as técnicas de produção de gênero e sexualidade inscritas nas relações espaciais.

Quando discutimos sobre a técnica devemos abandonar aquela visão de que ela estaria materializada em máquinas, fábricas, automóveis, técnicas agrícolas etc. A posição de Sorre (1984) é mais coerente, pois define seu sentido como tudo que pertence à indústria e à arte humana, em todos os domínios da atividade da espécie.

O meio técnico-científico-informacional são elaborados a partir dos mandamentos da ciência e se servem de uma técnica informacional da qual lhes vem o alto coeficiente de intencionalidade com que servem às diversas etapas de produção (SANTOS, 2012, p. 235), essas estruturas complexas surgem a partir do Pós-Segunda Guerra Mundial, de maneira significativa a partir de 1970, no período pós-fordista. É nesse conjunto de transformações e mudanças que se observa o surgimento da tecnoesfera, se referindo especificamente à artificialização cada vez maior do espaço, em outro sentido se tem a psicoesfera, que devemos

interpretar como a produção subjetiva da tecnoesfera, aquela que vai criar percepções de medo, insegurança, pertencimento, estímulos, identidade, segregação etc. sobre um espaço.

A produção não é somente de mercadorias, mas da própria espécie humana: mente, corpo, desejos e afetos são as novas mercadorias. Entretanto, como observa Almeida (2019), não são todos os corpos que estão nesse processo, alguns ainda não foram ativados, outros nunca serão e, portanto, são eliminados em diferentes sentidos e instâncias. Assim, observamos que o corpo é um novo meio técnico-científico-informacional, o corpo passa a ser território porque estamos olhando e apreendendo elementos de uma existência localizada, com extensão e diferentes significados políticos.

> Algumas técnicas de produção de gênero e sexualidade são consumíveis e operam no corpo de dentro para fora: a farmacologia, a pornografia, o mercado imobiliário, a lei anti-estupro, a cultura do estupro, o audiovisual, a binaridade de gênero, a prostituição, a virgindade, a transmissão de dados online, a clínica estética, a mesa de operações. Algumas tecnologias de gênero e sexualidade operam no corpo de dentro para fora: o viagra, a testosterona, a pílula anticoncepcional, a cocaína, os antirretrovirais, a insulina, o pênis penetrador, a vagina penetrável, a relação heterossexual reprodutiva, a divisão binária dos banheiros, a sala de amamentação, o casamento hétero, o casamento homo, o cruzeiro gay, a prótese de silicone, a hipermasculinidade, a hiperfeminilidade, os bordeis, a privatização do ânus, o desejo anal masculino reprimido, o sistema carcerário. (ALMEIDA, 2019, p. 73).

Os símbolos, as representações e as performances se misturam e produzem um conjunto de relações espaciais no meio técnico-científico-informacional, como aponta Almeida (2019, p. 74), são alguns exemplos: não segurar a mão do seu namorado no espaço público, não demonstrar feminilidade no espaço público (para homens), não demonstrar masculinidade no espaço público (para mulheres), permanecer no armário para não ser expulso de casa pela família etc.

O corpo é definido como um espaço desde a perspectiva relacional. O corpo é também, sobretudo, para aquelas pessoas que produzem rupturas e crises no sistema cis-heteronormativo, um território em disputa. Esse território é produzido constantemente a partir do discurso que faz nascer materialidades sobre diferentes sujeitos e grupos sociais. As travestis, os homens e as mulheres transgêneros são exemplos didáticos dessa compreensão, lutam para a retificação do nome, posteriormente e, em alguns casos, lutam pela construção de um novo corpo que produzirá uma aproximação a tão sonhada forma idealizada, lutam pela conquista no mercado de trabalho, pelo direito de se exercer uma religião, pela representação política e institucional, lutam pela vida desde que saem de suas casas até o momento em que retornam. Todos esses processos possuem no corpo a centralidade, as

relações se estabelecem a partir dele, e é a partir delas que os corpos são socialmente e geograficamente construídos.

As violências e as violações produzidas e direcionadas para determinados corpos é, de maneira explícita, a tentativa de controlar e destruir símbolos e significados produzidos pelos corpos dissidentes e, em alguns casos, pela contrassexualidade proposta por Preciado (2017). Tais compreensões reforçam de maneira incisiva que, sexo, gênero e sexualidade não podem ser compreendidas à margem das discussões que envolvem a geografia e seus conceitos, pelo contrário, tais marcadores são categorias constitutivas e relacionais que potencializam a produção dos espaços e territórios desde diferentes lógicas e perspectivas. Ver-se-á nas páginas futuras que a constituição dos Territórios de Resistência representa uma resposta sólida para as violências e as violações constantes. É no espaço que estão concentradas a totalidade dessas relações e interações contínuas, entretanto, em alguns momentos o espaço é apropriado e gerenciado a partir de discursos alicerçados no medo e na violência.

2.1. O surgimento do Movimento Homossexual Brasileiro (MHB): primeiras ações, mobilizações e redes

O ponto inicial para se introduzir a diversidade sexual e de gênero é compreender como se dão as relações patriarcais que constroem modelos ou normativas do que é ser homem ou mulher, essa construção se dá a partir de um interesse centralizado na busca pela produção e reprodução da vida social da forma como ela está organizada, assim homens e mulheres são seres sociais, construídos socialmente a partir de influências e interações diretas e indiretas, constantes e, em muitos momentos, opressora e repressiva, assim findam-se os papéis de gênero aceitos socialmente a partir da heteronormatividade e do heterossexismo, colocando à margem as outras sexualidades tidas como desviantes.

As determinações patriarcais e heterossexistas foram construídas desde as organizações mais simples da sociedade até as mais complexas, sendo hoje reforçada por discursos naturalistas que acabam por oprimir e violar, entretanto, com o desenvolvimento e as transformações frutos da tecnologia e da mudança na forma de produzir, esse contexto é legitimado a partir de um maior controle sobre os papéis de gênero, ou seja, do que é ser homem ou mulher (NOGUEIRA, 2018).

A divisão sexual do trabalho, bem como o que ela produz e o que Nogueira (2018) identifica como um embrião que surge a partir dela, isto é, a divisão social do trabalho, coloca

algumas questões pertinentes, inclusive para a temática da diversidade sexual, afinal, os papéis de gênero foram e são, como já vimos, construídos socialmente e isso implica diretamente na diversidade e suas facetas. Assim, existe um atraso e abismo entre os papéis exercidos por homens e mulheres em que essas últimas sofrem diretamente uma imposição social desigual, o patriarcado ancora-se nas velhas estruturas e sobrevive a partir de discursos conservadores, "nesta direção, compreende-se o patriarcado como um conjunto de relações sociais complexas em que a dominação das mulheres se expressa por meio de uma hierarquia que torna subalternas as representações construídas socialmente como femininas" (NOGUEIRA, 2018, p. 38).

A heterossexualidade dentro do patriarcado é imposta para os homens e para as mulheres, ela é tida como uma norma a ser seguida, se o patriarcado regula e sustenta um sistema de dominação de homens sob mulheres, desta forma, o heterossexismo cria ao mesmo tempo que impõe um universo onde todos os sujeitos são, ou pelo menos deveriam ser heterossexuais, é, portanto, um padrão com normativas sexuais que avalia e regula outras expressões de sexualidade, como bem postula Borrillo (2010), é a constituição de uma crença na existência de uma hierarquia em relação às outras sexualidades, a heterossexualidade ocuparia o topo da pirâmide.

> O heterossexismo atua engessando as fronteiras que foram definidas como papéis (im)postos aos homens e mulheres. Valendo-se de uma pretensa determinação natural, o heterossexismo extrapola o mero controle da sexualidade. Ao contrário, atua para organizar o conjunto das relações sociais prescrevendo os modos de ser homem e de ser mulher necessários para a preservação das relações patriarcais de gênero (NOGUEIRA; 2018, p. 37).

A construção das sexualidades nos moldes da heteronormatividade se dá a partir de um antagonismo em que o homem é exatamente o oposto da mulher, em que o heterossexual é o contrário de homossexual e assim por diante, dessa forma, alguns valores contidos em algumas expressões sexuais e de gênero são supervalorizados enquanto outras menosprezadas. Com isso "a construção do "ser homem" é permeada pelo reforço de uma "virilidade", demonstração de força, impossibilidade de demonstrar fraquezas e vulnerabilidades, contenção de sentimentos etc." (NOGUEIRA, 2018, p. 38).

A LGBTIfobia surge a partir da expressão de relações sexuais e afetivas que fogem do padrão heteronormativo, bem como da cisgeneridade, essas formas de se assumir e ser

espacialmente revela uma outra possibilidade ao mesmo tempo que questiona o padrão imposto.

Quando mergulhamos no universo de possibilidades contidos dentro da diversidade sexual e de gênero somos impactados pelas possibilidades existentes a partir de outros campos e particularidades que resultam em práticas espaciais diferenciadas, a particularidade pode ser a relação social assumida por determinado sujeito, a sua classe social, a sua etnia, sua sexualidade e sua geração.

O Movimento LGBTQIA+ brasileiro, se colocou como importante grupo na luta pelos direitos individuais, da sexualidade, de gênero, de liberdade e dos Direitos Humanos. Portanto, compreender como se deu o seu surgimento e quais as etapas que culminaram na sua criação é, sem dúvida, um passo importante para se chegar próximo daquilo que nos propomos a executar.

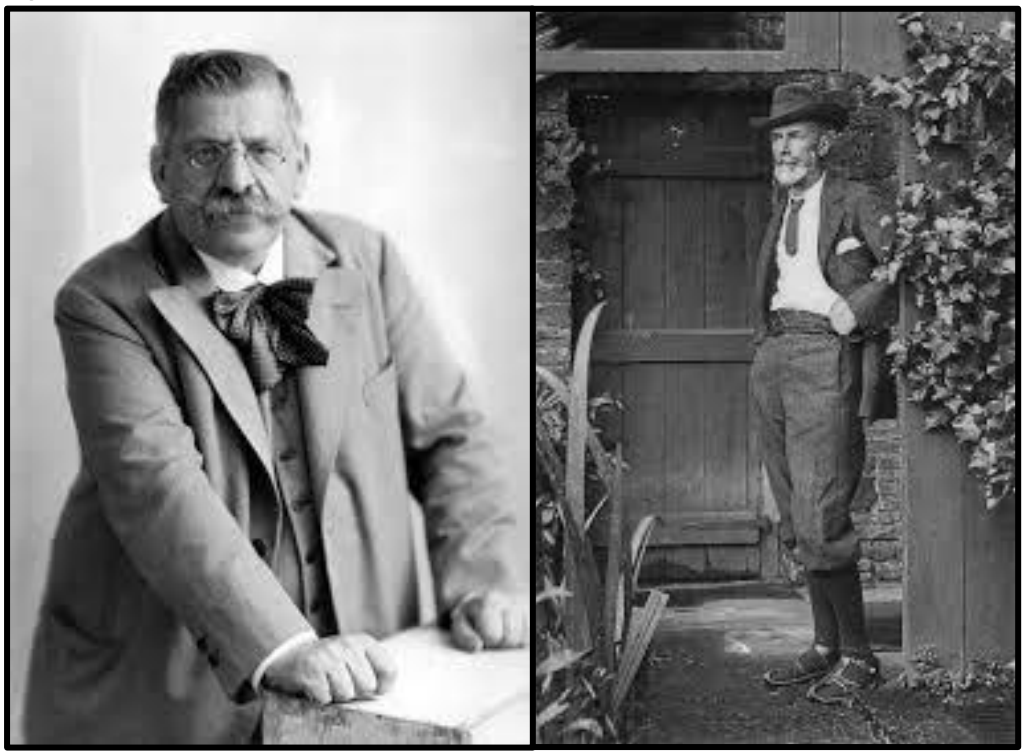
Os (as) autores (a) como Paris (2015), Ortolano (2012; 2013; 2015), Vieira e Costa (2014), Lacerda (2012), Fernandes (2018), Mota (2017), Maia (2012), Santos (2018), Dutra (2013), Camarotti (2009), Coletto (2013), Conde (2003), Facchini (2000; 2003; 2018), Freire (2014), Molina (2011), Nogueira (2018) e Vianna (2015) levantados, foram essenciais para a leitura em torno da história do Movimento LGBTQIA+ brasileiro, já que demonstram através de diferentes perspectivas e posicionamentos, as passagens realizadas pelo movimento durante o seu processo de construção histórica.

Quando realizamos reflexões em torno dessa comunidade devemos nos atentar para o tempo histórico e suas implicações. O movimento passou e passa por diferentes transformações de caráter econômico, social e cultural, ou seja, quando analisamos o movimento da década de 1970, realizamos uma leitura determinada, hoje essa leitura é diferente.

Como aponta Facchini e Rodrigues (2018), a categoria "homossexual" é muito recente, ela surge e integra os próprios processos de consolidação da sociedade e é utilizado para designar pessoas que mantinham relações sexuais e afetivas com outras do mesmo sexo, é, portanto, uma forma de criar uma categoria para designar um determinado comportamento e prática social. Vale lembrar, que o processo de consolidação da categoria homossexual surge a partir da imposição de termos legais e médicos que reforçam a prática e a leem como algo ruim, desviante e que corrompe os padrões existentes.

Os primeiros estudiosos a trabalhar com temas em torno da homossexualidade devem ser reconhecidos, além de terem seus trabalhos avaliados no contexto atual, já que de certa forma abriram caminho para novas leituras e possibilidades, grande parte desses intelectuais apresentaram-se como defensores dos direitos humanos e militantes socialistas como o inglês Edward Carpenter e o alemão Magnus Hirschefeld, assim "não podemos subestimar a importância dos discursos médico e legal para a constituição da "condição homossexual", como mostra o clássico exemplo do julgamento de Oscar Wilde" (FACCHINI; RODRIGUES, 2018, p. 232).

Figura 5 - Primeiros estudiosos a trabalharem com temas em torno da homossexualidade



Fonte: Google Imagens, 2023.

As leituras impostas pelos impedimentos legais sobre a homossexualidade tornaram-se um elemento importante para a construção da categoria homossexual denotando, principalmente, um comportamento, modo de ser, de pensar, de sentir, de viver, de se expressar etc. A construção dos saberes científicos sobre a homossexualidade potencializou a sua constituição não como prática efetiva, mas como uma possível leitura dessas práticas ajudando a criar uma identidade entre as pessoas que se orientavam dessa forma.

> Também não podemos dizer que as proibições legais tenham sido regra em todos os lugares. No Brasil nunca houve leis contra a "sodomia", ou a aplicação de penas sobre atos sexuais entre pessoas do mesmo sexo. Em contrapartida, também aqui, no início do século XX, os que tinham práticas homoeróticas, especialmente os homens, foram objeto do esquadrinhamento perpetrado por médicos e "estudiosos do comportamento humano" que procuravam classificar e explicar seu comportamento (FACCHINI; RODRIGUES, 2018, p. 233).

As esferas de sociabilidade nascem a partir da tentativa de tornar o corpo homossexual doente, desviante e anormal, esses sujeitos provocam uma atitude reversa e passam então a se identificar de fato como homossexuais e a valorizar suas práticas e comportamentos, criando e fortalecendo laços, assim, "antes que houvesse um movimento homossexual organizado, desenvolveram-se redes de sociabilidade" (FACCHINI; RODRIGUES, 2018, p. 233).

As bibliografias retratam o nascimento do movimento homossexual no final da década de 1940, com a primeira organização construída para produzir uma nova leitura da homossexualidade, compreendido como COC (*Center For Culture and Recreation*), que tinha como principal objetivo investir na promoção de sociabilidade e numa tentativa inicial de fomentar a tolerância para com os homossexuais.

Na mesma década nascia no mesmo sentido e promoção, o *Mattachine Society*, grupo clandestino que como aponta Facchini e Rodrigues (2018) tinha como lideranças alguns articuladores da esquerda socialista estadunidense, também ligado ao *Mattachine* nascia na década de 1950 o *Daughters of Bilitis*, especificamente direcionada às lésbicas.

> O grande marco do movimento homossexual nesse período, que perdura até hoje, foi a "revolta de Stonewall" um bar de frequência homossexual em Nova York. Constantemente abordados pela polícia, os(as) frequentadores(as) do bar partiram para o confronto aberto com os policiais em 28 de junho de 1969 data que se internacionalizou como o "Dia do Orgulho Gay" (FACCHINI; RODRIGUES, 2018, p. 234).

É importante situar as ações do movimento homossexual e de outros movimentos que ganharam visibilidade, o contexto era marcado por movimentos que demonstravam um mesmo propósito, motivação, espírito de liberdade que se fazia presente no início da década de 1970, nascia, portanto, o movimento feminista, o movimento estudantil e o movimento negro.

Para remontar o histórico do Movimento LGBTQIA+ é importante compreender e (re)afirmar algumas das máculas históricas que culminam até hoje em processos de violação,

exclusão, marginalização e violência sistêmica. A promoção das ideias e dos valores científicos, jurídicos, políticos e morais veiculados nos últimos quatrocentos anos, mesmo que adormecidas e muitas superadas, não se extinguiram por completo da sociedade. Não é incomum, políticos, artistas, líderes religiosos, ou seja, pessoas formadoras de opinião, utilizarem espaços de grande visibilidade, como as mídias, para destilarem ódio e preconceito contra a população LGBTQIA+. A associação da homossexualidade à patologia, disfunção psíquica, hormonal, fisiológica ou doenças congênitas foi amplamente problematizada até o início do século XX pela medicina na Europa e no Brasil.

Schwarcz e Starling (2015), apontam que o Brasil e sua população ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII, foi objeto de dominação e exploração da metrópole portuguesa. Neste contexto, o Brasil recebeu missionários jesuítas, criminosos cumprindo sentença e diversos viajantes. Foram várias as inferências e representações que aqui vieram habitar, as quais quase sempre posicionaram a colônia como um lugar de devassidão e pecado em meio a uma natureza potente e exuberante. Para além da exploração das riquezas naturais, os povos europeus investiram também na destruição da vida humana materializada no genocídio indígena e a imposição violenta da cultura e religião hegemônica do ocidente.

É a partir desse conjunto de relações e interações entre os diferentes sujeitos e instituições que se inicia a história do legado brasileiro: terra de "aberrações", aborígenes, população composta de todo tipo de devassidão sexual, indolências, enfim, uma terra onde seus habitantes não se assemelhavam em nada com os costumes da civilização europeia renascentista. Essa é a narrativa construída por homens brancos, europeus e devotos ao cristianismo que por aqui passaram e viveram.

Durante todo o período colonial e escravocrata brasileiro, é possível observar uma relação intrínseca e constante entre o sagrado e o profano, entre a aspiração de uma nação economicamente e moralmente desenvolvida e um modelo de colonização referenciado no moralismo e nas práticas violentas de punição. Na realidade brasileira do período colonial, a perseguição a esses sujeitos considerados anormais, sobretudo, tendo como parâmetro a moral cristã, provocou uma constante violação e produção de inúmeros cerceamentos aos considerados "sodomitas" pela igreja católica, sendo estes identificados como aqueles que renunciam a uma vida circunscrita à moral cristã e que produz a partir dos seus instintos sexuais atos de corrupção contra a alma e o corpo.

As mudanças na identidade do sujeito homossexual se dão com o advento do século XIX, quando os ideais de nação próspera vão se consolidando na direção de uma identidade genuinamente brasileira. É neste processo histórico que o sujeito homossexual, ou na denominação da época, o sodomita, transita da condição de criminoso e pecador para um perfil patológico, de doente moral e psíquico, sendo considerado agora como um "invertido sexual". Como aponta Trevisan (1986), mesmo transpassados cerca de 400 anos, ainda persistem máculas das abordagens criminalísticas e moralistas sobre a homossexualidade do Brasil colonial e Primeira República, à época considerado neófito em termos de desenvolvimento político, social e cultural.

O surgimento do movimento homossexual brasileiro é marcado pelo endurecimento da ditadura militar, pela imposição de um comportamento, pela ausência de liberdade, entre outros elementos fundamentais para o desenvolvimento pleno da cidadania e para os direitos humanos. É nesse contexto que nasce o movimento homossexual brasileiro, mas não somente ele, nasce também um movimento estudantil combativo e rebelde que atuava na ilegalidade e que seria duramente reprimido pela ditadura militar nas duas décadas seguintes, diferentes outros grupos de esquerda também almejavam espaços de liberdade e mais democráticos, assim, combatiam a ditadura inspirados, principalmente, nas correntes marxistas existentes na época.

Aproximadamente em 1970, o movimento feminista também ganha espaço e visibilidade e na segunda metade da década de 1970, surge o movimento negro contemporâneo, o Movimento Negro Unificado e o movimento homossexual representado pelo Grupo Somos – Grupo de Afirmação Homossexual localizado em São Paulo – SP.

> O nascimento do movimento homossexual no Brasil é marcado pela afirmação de um projeto de politização da questão da homossexualidade em contraste às alternativas presentes no "gueto" e em algumas associações existentes no período anterior ao seu surgimento. Essas associações, apesar de reunir homossexuais, possuíam uma atuação qualificada pelos militantes como "não politizada (FACCHINI; RODRIGUES, 2018, p. 236).

Esse projeto de politização é uma proposta de saída do gueto, espaço que representava muito mais uma esfera de sociabilidade, convivência, criação de símbolos do que um espaço propriamente político. Politizar temas como sexualidade, homossexualidade, corpo, direitos humanos, sobretudo, a partir do olhar da diversidade, foi um passo importante de construção

e empoderamento dessas pautas, como grupos tidos como "não politizados" tínhamos o Jornal *"O Snob"* e a Associação Brasileira de Imprensa Gay.

O grupo Somos foi o primeiro grupo brasileiro que construiu debates politizados em torno da homossexualidade. Como aponta Facchini e Rodrigues (2018), o Somos se constituiu num momento marcado pelo crescimento de movimentos sociais diversos, principalmente, aqueles que tinham como pauta central a luta contra a ditadura militar e a ascensão do novo sindicalismo. O Somos nasce em abril de 1978, a partir da união de diferentes intelectuais articulados por João Antônio Mascarenhas que juntos produziram o número zero do Jornal Lampião da Esquina, tido como principal articulador e instrumento político do movimento homossexual naquele contexto.

Mas por que esses intelectuais que atuavam juntos na construção do jornal Lampião da Esquina resolveram fundar o Grupo Somos?

> Ainda em abril, a *Revista Versus,* ligada à Convergência Socialista, promovia uma semana de debates com um dia reservado à imprensa alternativa. O "boicote" ao Lampião na convocação para esse debate e as resistências à especificação das "minorias" que seriam apoiadas de acordo com Edward MacRae (1990), teriam estimulado João Silvério Trevisan, que já havia tentado criar outro grupo em 1976, e alguns homossexuais presentes no último dia de debate a formarem grupos para refletir sobre estas questões. No mês seguinte, cerca de 15 a 20 pessoas se reuniram semanalmente (FACCHINI; RODRIGUES, 2018, p. 238).

O nascimento do Grupo Somos é marcado por uma polarização entre a "esquerda" e a "autonomia das lutas das minorias", momento importante para compreendermos o comportamento do movimento nos anos seguintes. No primeiro momento, o Somos era frequentando exclusivamente por homens, o que evidencia um caráter seletivo e machista por parte dos militantes da época, no entanto, posteriormente, passa a ser frequentado também por mulheres, que se organizavam em um grupo separado, o Grupo de Ação Lésbico-Feminista (GALF).

Figura 6 - Imagens de algumas edições do Jornal Lampião da Esquina

Fonte: Grupo Dignidade.

O jornal *Lampião da Esquina* é considerado por muitos pesquisadores como uma das principais ferramentas de comunicação política instrumentalizada pelo movimento homossexual brasileiro (MHB) durante o período da ditadura militar (1964-1985), teve durante a sua existência o importante papel de politizar debates, além de estremecer e afrouxar os limites do conservadorismo vivido em território brasileiro. Esse mesmo jornal e instrumento político e politizador também sofreu duras repressões e ataques que em determinados momentos impossibilitaram a consecução de objetivos e pautas importantes para o debate da época.

Quinalha (2021) constrói um quadro histórico em torno dos processos que envolvem a importante atuação do jornal, bem como a sua inserção nas camadas mais conservadores da sociedade a época, buscando compreender como a ditadura de 1964 buscou afetar direta ou indiretamente o jornal e seus editores.

A troca política e cultural entre diferentes sujeitos, inclusive, editores de revistas internacionais, possibilitou o surgimento do jornal Lampião da Esquina[5]; é importante frisar que o jornal teve uma célebre importância para a constituição de quadros políticos que

[5] Em abril de 1978, a edição experimental número zero fora lançada ao público, circulando mensal e ininterruptamente até junho de 1981, perfazendo um total de 37 edições em pouco mais de 3 anos de existência.

posteriormente se organizaram em coletivos organizados que passaram a reivindicar e disputar espaços e territórios em plena ditadura militar. Um marco dessa interação em rede é 30 de agosto de 1977 quando o jornal *Folha de São Paulo* publicou uma nota chamando a atenção para a chegada de Winston Leylard; a matéria tinha por objetivo instigar e inflamar a participação de homossexuais com o tão famoso editor da revista *Gay Sunshine*.

> De fato, em outubro de 1977, Leyland, editor do mais importante periódico literário do movimento homossexual dos EUA, fundado em São Francisco e contando então com mais de 30 mil leitores, visitou o Brasil por mais de um mês, percorrendo diversas capitais. Desde 1971, ele já dirigia esse jornal trimestral, que tinha a colaboração de escritores gays célebres, como Tennessee Williams, Gore Vidal, Allen Ginsberg e Jean Genet. Hospedado inicialmente no Rio pelo advogado João Antônio Mascarenhas, o "papa da homossexualidade", como alguns o apelidavam, veio ao país para aprofundar sua pesquisa sobre literatura e arte na América Latina, com um enfoque na sexualidade (QUINALHA, 2021, p. 3).

A visita de Winston Leylard possibilitou não somente uma troca entre alguns outros expoentes da discussão homossexual no Brasil, como também contribuiu para uma maior compreensão da diversidade latino-americana a partir da visualização de práticas e comportamentos dos homossexuais brasileiros em relação aos homossexuais norte-americanos. Vale ressaltar, que a visita do editor da revista *Gay Sunshine,* atuou como um efeito catalisador em sujeitos que possuíam o desejo de se articularem politicamente em torno da formação de uma revista brasileira que tratasse de temas que correspondessem aos temas discutidos por uma significativa parcela da sociedade naquele momento já que "os homossexuais se faziam mais presentes nas grandes cidades e surgia, em diversos veículos de imprensa, uma curiosidade crescente em torno dessas pessoas que desafiavam as normas de comportamento" (QUINALHA, 2021, p. 3).

O contato de diferentes jornalistas brasileiros com Leylard, permitiu que posteriormente um coletivo de jornalistas construíssem o então chamado *Lampião da Esquina,* considerado como um projeto de publicação feita por homossexuais e direcionada para os grupos minoritários, atingindo, portanto, o foco da instituição que desafia valores, comportamentos e normas vigentes no período.

O número zero desta ferramenta tão importante criada por esse coletivo de brasileiros e expoentes do debate sobre sexualidade, norma e costumes, foi publicado em abril de 1978 e possuía como título "saindo do gueto", uma explícita referência não somente ao processo

de abertura política, mas também a referência ao gueto e aos espaços de sociabilidade construídos e vividos pelos homossexuais da época.

O jornal estabelecia a construção de um diálogo bastante claro e contundente com o "jeito de ser homossexual" criticando, portanto, o pré-estabelecimento de um comportamento homossexual, muito vinculado à noite, sombra e que encarava a "preferência sexual" como uma maldição, "questionava-se, assim, a existência de uma única identidade homossexual confinada nos guetos e estigmatizada pela associação recorrente com o submundo da criminalidade, da corrupção moral e das drogas" (QUINALHA, 2021, p. 4).

O trabalho de Quinalha (2021) avança a partir da análise documental na compreensão dos distintos modos pelos quais a ditadura militar afetou e alterou o curso e as estratégias do jornal Lampião da Esquina e seus editores. É possível observar que o regime atuou de maneira intensa e direta, por meio de investidas autoritárias no sentido de vigiar e produzir informações e dossiês que pudessem prejudicar e impactar a produção do jornal; por outro lado, como aponta Quinalha (2021), houve uma certa influência indireta no regime, provocando órgãos policiais e o ministério público para processar os editores, reforçando uma cultura do medo que contribuiu, de forma significativa, para acentuar o temor e os problemas vivenciados pelo jornal.

> Apesar dos pesares, o jornal que marcou toda uma geração de gays que começavam a viver fora do armário, com todas as adversidades que isso implicava em um momento de conservadorismo acentuado, não passaria despercebido aos olhos atentos da ditadura. Foram diversas as modalidades de violência e repressão que atingiram o Lampião e seus editores. A espionagem oficial esteve atenta para o risco que ele representava, sobretudo à moral e aos costumes, desde a primeira hora de seu funcionamento. (QUINALHA, 2021, p. 4)

O boicote ao jornal Lampião da Esquina, não se deu apenas financeiramente, foram várias as tentativas de silenciamento e intimidação por parte de órgãos e instituições que constantemente fiscalizavam a atuação do jornal e de seus editores, a exemplo do Centro de Informações do Exército (CIE), Agência Central do Serviço Nacional de Informações (AC/SNI), Centro de Informações da Aeronáutica (CISA), Centro de Informações da Marinha (CENIMAR) e Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça (DSI/MJ). Nesse sentido, "diante da ineficiência dessas medidas de boicote e da insistência dos órgãos de informação em chamar a atenção para o Lampião, a repressão passou a ocorrer de outras maneiras menos sutis" (QUINALHA, 2021, p. 6).

> Um manifesto em defesa da imprensa alternativa foi também organizado, contando com a rápida adesão de amplo setor da intelligentsia brasileira, tais como Plínio Marcos, Ivan Lins, Antonio Candido, José Arthur Giannotti, Fernando Henrique Cardoso, Ruth Cardoso, Cândido Procópio, Nicete Bruno, José Celso Martinez Corrêa, Fernando Morais, Eduardo Suplicy, entre outros. Além disso, jornais tais como Versus, Convergência Socialista e Movimento, bem como entidades de trabalhadores como a APEOESP, Sindicato dos Jornalistas de SP e Sindicato dos Bancários de SP, também saíram em defesa do jornal. A coleta de novas assinaturas foi interrompida porque logo após o início da campanha, houve o arquivamento do inquérito. (QUINALHA, 2021, p. 12)

O Movimento Homossexual Brasileiro (MHB) ganhava tons e cores em busca da luta pela liberdade dos seus corpos e vidas, este movimento foi, sem dúvida, imprescindível para a consolidação de argumentos que visavam proteger a integralidade do jornal e de sua equipe editorial. Também é fato, que tanto o jornal quanto o movimento se retroalimentavam e contribuíam com os debates e as lutas que nasciam naquele momento histórico.

Sobre as inúmeras declarações e resistências, o jornal Lampião da Esquina teve o seu inquérito arquivado. Entretanto, até mesmo em um momento de êxito e vitória conquistada a partir da constituição de uma ampla rede de apoio e solidariedade, foi necessário aliviar e pormenorizar os aspectos ligados a orientação sexual de seus editores para que o tema "homossexualidade" não influenciasse nas decisões que envolviam o inquérito.

Os militantes do grupo Somos sofriam uma forte influência da contracultura existente na época e do espírito contestatório que colocava o movimento em evidência, principalmente, por estarem marcados por um contexto de repressão e violência (das mais diferentes formas e intensidades), acreditavam que a mudança viria através de uma transformação social e cultural e seu movimento se daria pelas margens.

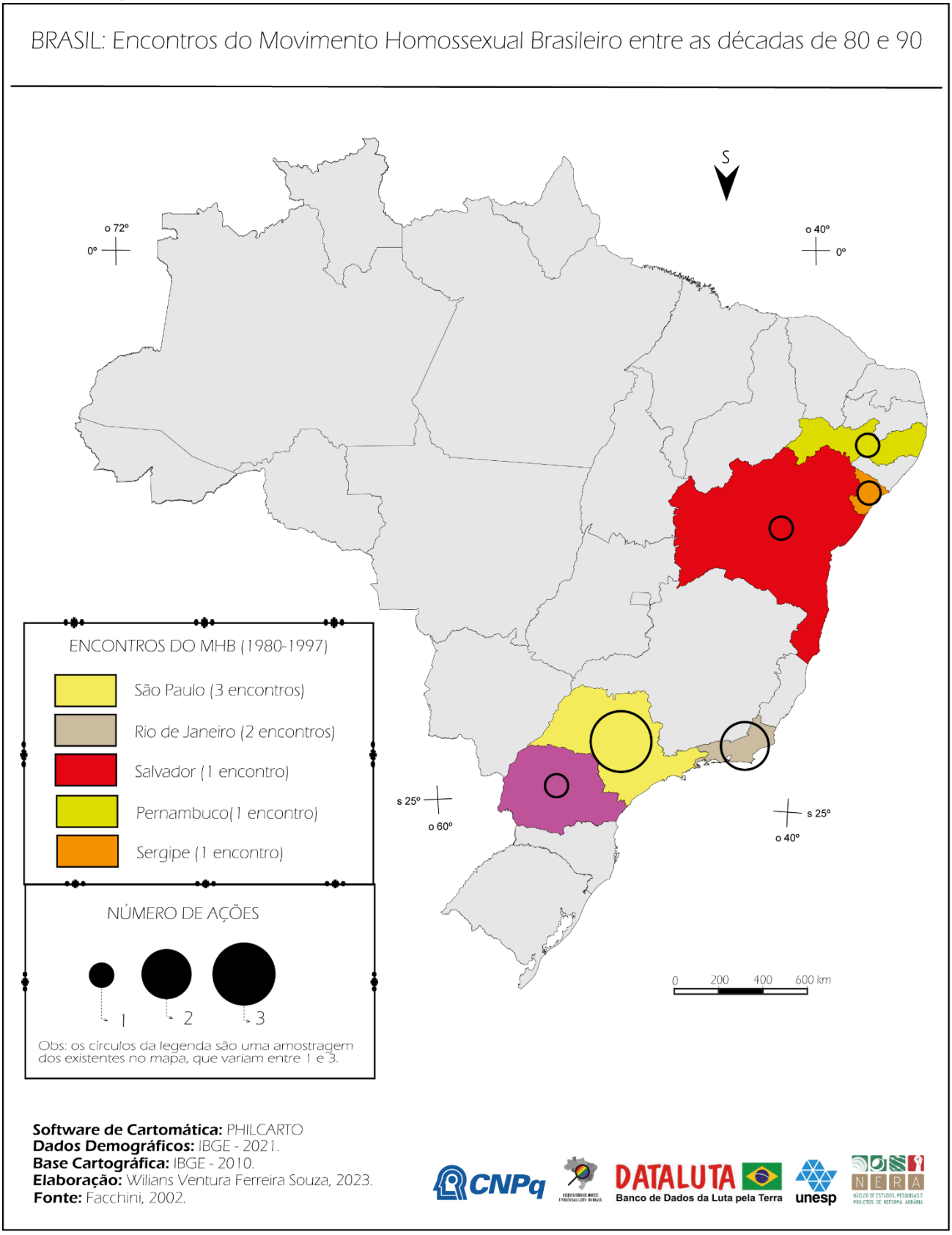
Além do grupo Somos, surgiam outros movimentos de importante projeção e representatividade sendo as principais demandas desses movimentos pautas que carregam até hoje: luta contra a violência e a discriminação direcionada a homossexuais, luta pelo casamento homossexual, pelo tratamento digno na mídia, por educação sexual nas escolas e contra a patologização de homossexuais.

Esse momento de euforia e projeção do movimento homossexual se encerra antes dos anos 1982 com uma redução significativa no número de movimentos e no número de ativistas existente. Além da mudança de contingente o comportamento político de muitos grupos também se altera. Devemos compreender o que estava acontecendo naquele momento que provocou tamanho impacto no movimento homossexual brasileiro. Vários fatores podem ser

elencados como importantes para essa redução física, o surgimento da epidemia da Aids e o seu forte poder de desconstrução e desmobilização e o direcionamento da força dos movimentos para a luta contra a epidemia, o fim do jornal Lampião da Esquina que se apresentava como um dos principais articuladores do movimento e o novo contexto marcado pela abertura política e pela democracia que cobrava dos militantes uma nova postura e a construção de um novo ideário.

Os grupos passam a se organizar em encontros, conhecidos como EBHO (Encontro Brasileiro de Homossexuais Organizados), que se constituíam como importante ferramenta de expansão da discussão em torno das pautas voltadas para a liberdade. A partir de 1992, a quantidade de grupos e ativistas presentes nos encontros nacionais volta a crescer, indicando que existia um certo vigor e uma vontade de atuar em diferentes estados.

Mapa 2 - Encontros do Movimento Homossexual Brasileiro entre as décadas de 80 e 90



Fonte: FACCHINI, 2009.
Organização: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.

Como é possível observar no mapa 2, cabe ressaltar, que houve um grande aumento no número de grupos presentes nos encontros a partir de 1993 e, também, a presença de financiamentos estatais a partir de 1995, que visavam combater às IST/aids, ocorrendo, paralelamente, aos encontros nacionais de "gays e lésbicas que trabalham com aids", rebatizados posteriormente de "gays, lésbicas e travestis que trabalham com aids".

Assim, o fim da ditadura representou também mudanças substanciais na organização política e social dos movimentos sociais, refletindo no movimento homossexual, assim:

> Ao contrário, o fim da ditadura acenava com a abertura de canais de comunicação com o Estado, embora, com relação ao movimento homossexual, tais canais só tenham surgido quando se compreendeu que a epidemia do HIV era um problema de saúde pública e não somente de "grupos de risco". Em tempos de Aids, vista como "câncer gay", não se tratava de afirmar a necessidade de "abrir abcessos" e de gerar "cânceres" no corpo social (FACCHINI; RODRIGUES, 2018, p. 239).

Dessa forma, a partir dos anos 1980, ocorre uma mudança no eixo de atuação do movimento homossexual brasileiro, os movimentos saem do eixo Rio de Janeiro – São Paulo e se direcionam para o eixo Rio de Janeiro – Nordeste e novos sujeitos assumem um papel marcante perante a esse novo contexto, João Antônio Mascarenhas[6] e Luiz Mott[7]. Assim a atuação desses novos quadros demonstra uma forma de agir diferente da existente anteriormente, ou seja, apresenta um menor envolvimento com projetos de transformação social e o direcionamento de ações mais específicas e pragmáticas, direcionada, principalmente, para a garantia dos direitos civis e luta contra a violência aos homossexuais.

> Há três marcos importantes da atuação desses grupos nesse período: a adoção da categoria "orientação sexual" como forma de procurar superar as disputas entre as ideias de ser ou estar homossexual. A participação no processo de constituinte procurando inserir a não discriminação por "orientação sexual" e a condução de campanha que, em 1985, obteve a retirada da homossexualidade do código de doenças do Inamps (FACCHINI; RODRIGUES, 2018, p. 239).

Essa nova postura do movimento homossexual é lida em alguns momentos por ter uma menor resistência a institucionalidade, mas claro que não se limita somente a esse comportamento, é preciso lembrar que a partir de 1990 o número de grupos e organizações volta a crescer e se espalha por todo o país, há também uma mudança no formato de atuações e uma diversificação de organizações atuantes, principalmente, pela via institucional. Além da

[6] Articulador inicial do grupo de intelectuais que compôs o jornal Lampião da Esquina e fundador do grupo Triângulo Rosa.
[7] Fundador do Grupo Gay da Bahia – GGB.

mudança da postura do movimento, ocorre a ampliação de rede de relações e formatos de atuação, a mídia, agências estatais, parlamentares e o mercado especializado são elementos novos dessa conjuntura.

Em 1995 as instituições, movimentos e coletivos passam a atuar num formato de redes, encontros e articulações, potencializando, assim, debates em torno da sexualidade e da vida desses sujeitos, a exemplo se tem a fundação da ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais), o Senale (Seminário Nacional de Lésbicas), LGL (Liga Brasileira de Lésbicas), ENTLAIDS (Encontro Nacional de Travestis e Transexuais que atuam em luta contra a Aids), ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais).

Além da mudança no formato da ação do movimento, é necessário entender as mudanças nas categorias de referência, entendendo essas alterações como uma ação política, dessa forma, durante a história e construção do movimento homossexual foram utilizadas diferentes nomenclaturas para designar a representação desses sujeitos e a coletividade do movimento. Assim, em 1993, o movimento aparece descrito como MGL (Movimento de Gays e Lésbicas), após 1995 aparece como GLT (Gays, Lésbicas e Travestis) e, depois em 1999, passa a utilizar GLBT ou LGBT a partir da intencionalidade e das "hierarquizações" existentes no cerne de cada movimento. Como aponta Facchini e Rodrigues (2018), em 2005 o XIII Encontro Nacional aprova o uso GLBT, incluindo oficialmente o B de bissexuais e convencionando o T como travestis, transexuais e transgêneros.

> O uso de diversas siglas na tentativa de definir o sujeito político do movimento passa a conviver com a necessidade de pensá-las em relação as outras siglas (sejam elas vindas de iniciativas relacionadas ao mercado, como o GLS – "gays, lésbicas e simpatizantes" – ou de políticas de saúde, como o HSH – "homens que fazem sexo com homens" (FACCHINI; RODRIGUES, 2018, p. 241).

Além da designação do sujeito presente no movimento e dos acordos coletivos, surgem também outras formas de ação e trabalho, entre elas a visibilidade massiva, a incidência política e as Paradas do Orgulho LGBTQIA+ e suas manifestações similares, como: encontros, marchas, seminários, fóruns, mesas, rodas de conversa etc.

As políticas públicas criadas nos anos dois mil são marcos importantes de combate à discriminação, ao preconceito e o respeito aos direitos humanos e direitos básicos aos cidadãos. Dessa forma, as gestões de Lula são marcos representativos para a luta LGBTQIA+, já que constrói políticas que são compreendidas como medidas de cidadanização da homossexualidade, a partir da participação de LGBTQIA+ em editais que focalizaram na

promoção de direitos. As políticas que representam um grande avanço nesse sentido são: Programa Brasil Sem Homofobia em 2004, I Conferência LGBT em 2008, o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBTs em 2009 e a criação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

Os avanços não param por aí, se espacializam em diferentes escalas e contribuem para o crescimento dessa visibilidade e construção da cidadanização desses sujeitos, assim, a partir de 2004, os avanços ganham tonalidade no executivo, governos estaduais, prefeituras e judiciário, tendo como marco a constitucionalidade da união estável entre pessoas do mesmo sexo em 2011.

Os processos políticos são históricos e contraditórios, Facchini e Rodrigues (2018) são certeiros quando realizam uma leitura política desses processos que culminaram na criação de políticas para a população LGBTQIA+ e, ao mesmo tempo representaram a ascensão de uma ala extremamente conservadora que penetrou nas vias institucionais (bancada evangélica) e conquistou espaço político e cultural, culminando no recrudescimento de políticas e interrompendo a expansão da ala progressista, sobretudo, em âmbito legislativo.

> Segmentos católicos organizados também se engajaram na campanha contra a candidata Dilma Rousseff, apoiada por Lula. Para reagir a esses ataques, a candidata fez vários gestos simbólicos e políticos, desde visitar a cidade de Aparecida no feriado de 12 de outubro até lançar uma "Carta Aberta ao povo de Deus", assumindo compromissos, como o de não tomar nenhuma iniciativa para alterar a legislação relativa ao aborto, nem nenhuma iniciativa que "afronte a família" (FACCHINI; RODRIGUES, 2018, p. 245).

Elementos que antes eram impensáveis hoje fazem parte do cotidiano de pessoas LGBTQIA+ brasileira, ainda que os elementos políticos em alguns momentos favoreçam e em outros tentem deslegitimar a luta, o movimento cresce e ganha adeptos e multiplica as suas tipologias de ação objetivando a produção de espaços e territórios, bem como seus objetivos.

Apesar dessas conquistas importantes e significativas, o Brasil, país onde ocorre a maior Parada do Orgulho LGBTQIA+ do mundo, é também o país que mais mata pessoas dessa comunidade, além disso, vivemos uma reação ultraconservadora que tem ameaçado os avanços conquistados nos últimos quarenta anos de luta do movimento.

A visibilidade que o movimento ganha no século XXI atrai também sujeitos, principalmente, políticos, de campos conservadores, que ganham apoio de uma grande parcela da sociedade, chegando até as vias institucionais com pautas especificamente anti-LGBTs. Essa mudança provocada pela institucionalização dos movimentos e pela cooptação de sujeitos aos formatos institucionais, provoca, também, uma rigidez, que limita as atuações desses sujeitos que agora se veem atrelados ao Estado. Esse processo, então, transforma ativistas em especialistas na atuação mais voltada para o meio acadêmico, criando perfis muito específicos que passam a ser valorizados como uma forma de atuação ou ativismo.

Quadro 4 - Conteúdo das atuações desempenhadas pelo Movimento LGBTQIA+

De visibilidade – Manifestações Socioespaciais	A realização de Paradas
	A realização de eventos culturais de estímulo ao respeito à diversidade e valorização da identidade LGBT
	A realização de manifestações e protestos
De denúncia	A documentação e acompanhamento de casos de violência contra LGBTs
	O acompanhamento da mídia e tomada de providências nos casos considerados de discriminação aos LGBTs
Da presença no campo político formal	A proposição e pressão para aprovação de leis
	A proposição, execução e monitoramento de políticas públicas
	A candidatura a cargos legislativos e executivos e o estabelecimento de alianças com políticos favoráveis à causa LGBT
	A atuação junto ao poder judiciário visando assegurar direitos dos LGBTs
De articulação	A criação de redes LGBTs transnacionais, nacionais e locais
	O incentivo ao surgimento de novas organizações LGBT
	O estabelecimento de redes com outros movimentos sociais

Fonte: Camarotti, 2009
Organização: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.

O quadro 4, expressa de forma sintética os nuances presentes na ação socioespacial do Movimento LGBTQIA+ brasileiro, desde a construção de espaços e manifestações socioespaciais representadas pelas Paradas do Orgulho LGBTQIA+, até a articulação que permeia a criação de amplas redes nacionais e internacionais de debate em torno de pautas especificamente que atravessam as diversidades.

A partir do próximo tópico, realizaremos uma leitura socioespacial da atuação do Movimento LGBTQIA+ e de sua principal ação, a Parada do Orgulho LGBTQIA+.

2.2. Novas estratégias, disputas e tipos de ações engendradas pelos Movimentos Socioespaciais e Socioterritoriais LGBTQIA+ brasileiros

O surgimento de um conjunto de ações e práticas inovadoras dentro dos mais variados espaços no Brasil, vem ganhando intensidade e corpo a partir das discussões que surgem e se iniciam em torno do debate sobre gênero e sexualidade. No campo artístico, o "artivismo" (COLLING, 2018) atravessa e rompe com os limites rígidos da sexualidade marcada pela neutralidade e, principalmente, por uma falsa naturalidade. Dadas formas e maneiras de engajamento conquistam o público mais experiente, mas, sobretudo, o público jovem LGBTQIA+ e pessoas aliadas, que se utilizam deste importante espaço e ferramenta para disputar os significados de gênero, sexualidade, raça, entre outros, no contexto das artes e da cultura.

Dentro deste debate o corpo assume centralidade, afinal, é a partir dele que alguns limites e significados são respectivamente superados e ganham um novo sentido. O corpo é para Colling (2018) a superfície de inscrição dos acontecimentos, é também o lugar da dissociação do eu que se encontra em perpétua pulverização de conhecimentos, acúmulos e significados. Para além de significados e de um aglomerado de referências e produções, o corpo é aqui apresentado como um espaço e território em disputa pelos sujeitos, movimentos, coletivos e instituições que conferem incessantemente e ininterruptamente significado e poder a partir do discurso a estes corpos, práticas e vidas.

Ao analisar a realidade a partir dos números de mortes da população LGBTQIA+, bem como dos processos violadores que impedem o acesso à diferentes espaços conquistados politicamente por esta população, é possível identificar a materialidade do discurso de inúmeras pessoas que compõem a comunidade. Este discurso é dotado de geografia, de espaço, poder, território e lugar. Negligenciar estas possibilidades é apagar a existência de um conjunto de pessoas que lutam diariamente pelo gerenciamento pleno de seus territórios, isto é, de seus corpos.

Existe disputa mais explícita do que a luta pelo reconhecimento da cidadania plena a partir de uma imagem, pedaço e espaço que fala, se move e luta? As marcas presentes nos diferentes corpos conduzem, condicionam e potencializam uma linguagem geográfica desses territórios que se movimentam; as diferentes tipologias de movimentos socioespaciais e socioterritoriais, assim como as ações engendradas pelas pessoas LGBTQIA+ leva-nos para

uma interpretação geográfica das mortes, das resistências e de seus corpos enquanto um produto material e dialético desta relação conflituosa.

É importante remontar o que Foucault (1988) produziu acerca da dinâmica do poder, ou seja, de que a lógica sobre o poder não é e nunca foi essencialmente repressiva. Foucault não pretendeu dizer que hipótese repressiva era falsa, mas que é preciso reposicioná-la dentro de uma economia geral dos discursos que coincidem, cultural e historicamente, com interesses distintos, em especial aos interesses do capitalismo e da igreja católica (cristianismo).

O conjunto de reflexões sobre a repressão e a instrumentalização do poder visando atender interesses distintos foi importante para a constituição das práticas e dos discursos construídos em torno da polícia do sexo; dadas reflexões e trabalhos se juntam a de outros autores importantes como Deleuze, Guatarri e Butler.

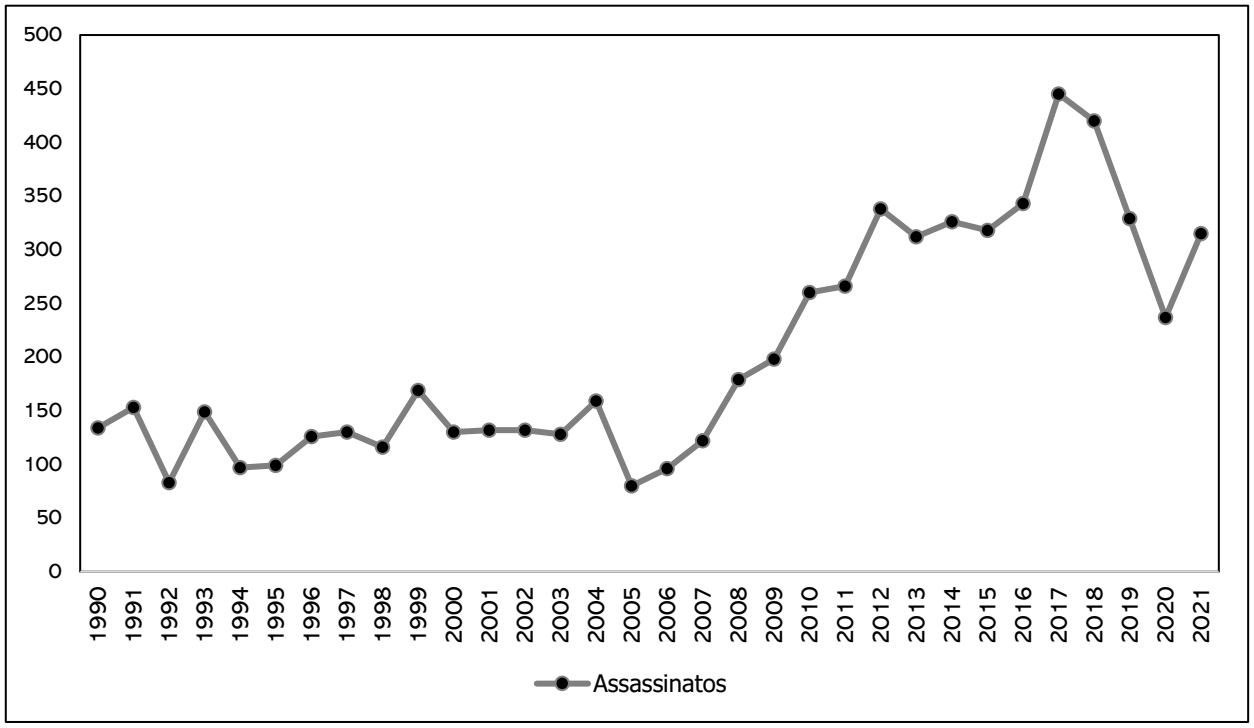
De forma muito resumida, as políticas geradas em torno do paradigma da igualdade e da afirmação das identidades levadas a cabo por parte significativa do movimento LGBTQIA+, via de regra, trabalham com as seguintes ideias: (1) apostam quase que exclusivamente na conquista de marcos legais, em especial do matrimônio ou de outras leis e normativas; (2) possuem poucas ações que combatam os preconceitos e as discriminações por meio do campo da cultura; (3) explicam a sexualidade e as identidades de gênero dentro de uma perspectiva que, a rigor, flerta ou adere com a ideia de que há apenas dois gêneros (masculino e feminino) e de que tanto os gêneros quanto as orientações sexuais são "naturais" ou até gerados por componentes biológicos/genéticos; (4) através da afirmação das identidades, forçam todas as pessoas não heterossexuais a se enquadrarem em uma das identidades da sigla; (5) consideram que, para conquistar direitos, as pessoas LGBTQIA+ precisam criar uma "representação respeitável", uma "boa imagem", o que significa, no final das contas, uma aderência à heteronormatividade.

Iniciamos esse tópico com a provocação: a Parada do Orgulho LGBTQIA+ é uma ação-resposta ao sistema heteronormativo, heterossexista e patriarcal ou foi engolido pela sua lógica de exploração, acumulação, fetichização e comercialização de significados e símbolos do movimento LGBTQIA+ brasileiro a partir de suas ações?

Na contramão desse processo de conquistas e avanços em algumas políticas públicas, principalmente, aquelas centradas nas liberdades individuais, alguns autores, como apresentaremos em sequência, realizam uma crítica importante acerca do mercado do consumo construído em torno das ações e pautas erigidas historicamente pelo movimento

LGBTQIA+, ou seja, sustentam o argumento de que símbolos e imagens que representam o movimento LGBTQIA+ hoje se inserem em políticas de mercado e consumo para o público do arco-íris. Mas devemos realizar uma pergunta central para entendermos as ações dos movimentos e coletivos LGBTQIA+: pelo que ou por qual motivo se organizam em uma ação pontual, efêmera e diversa?

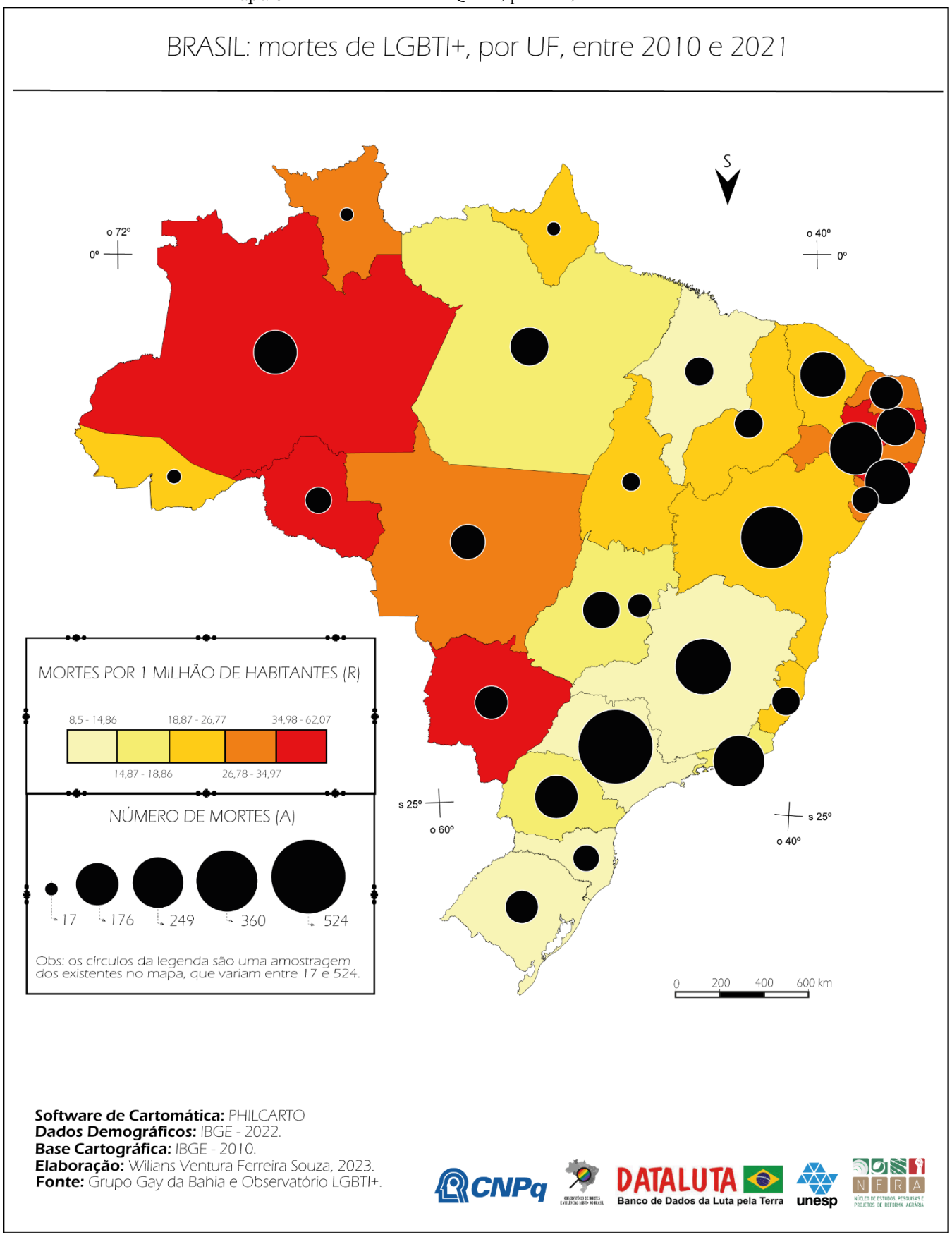
Gráfico 4 - Número de Assassinatos de LGBTs ano período de 1990 a 2021



Fonte: Grupo Gay da Bahia e Observatório de Mortes e Violências LGBTI+ no Brasil.
Organização Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.

O gráfico 4, concentra o número de assassinatos de LGBTQIA+ de 1990 a 2018. No primeiro momento de observação torna-se explicito um processo de crescimento no número de crimes. No ano de 1990 foram mortos no Brasil 164 LGBTQIA+, vinte anos depois, em 2010 foram mortos 260 LGBTQIA+ no Brasil, um aumento de 63% no número de homicídios. No entanto, o maior número de assassinatos registrado foi no ano de 2017, onde foram documentadas 445 mortes de LGBTQIA+ no Brasil, segundo o relatório produzido pelo Grupo Gay da Bahia (GGB).

Mapa 3 - Mortes de LGBTIQIA+, por UF, entre 2010 e 2021



Fonte: Grupo Gay da Bahia e Observatório de Mortes e Violências LGBTI+ no Brasil.
Organização: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.

Entendemos a partir da exposição do mapa 3, que a violência se espacializou ano após ano, atingindo enormes números. No entanto, é possível observar através do mapa, onde, de fato, a violência se espacializou e em quais territórios se fez presente. Em relação aos dados absolutos, representados pelos crimes de ódio, o estado de São Paulo se apresentou como o mais violento, concentrando um total de 524 mortes, seguido da Bahia com 360 mortes, Minas Gerais com 294 mortes, Pernambuco com 261 mortes, Rio de Janeiro com 249 mortes, entre outros.

Em relação aos dados relativos, isto é, o número de mortes para cada um milhão de habitantes, Alagoas se colocou como o estado mais violento com 62,1 mortes para cada um milhão de habitantes, seguido do Amazonas com 45,3 mortes para cada um milhão de habitantes, Rondônia com 40,2 mortes, Mato Grosso do Sul com 36,3 mortes para cada um milhão de habitantes, entre outros.

A espacialização da violência ou a materialização da violência no espaço, é para a geografia um importante dado, já que a concepção de violência sempre está ligada a um território que possivelmente tem como estrutura básica a desigualdade, a violação, o estigma, e, até mesmo, à subalternidade dos sujeitos que sofrem diferentes processos de violação. A análise dos dados relacionados ao número de crimes e denúncias feitas por pessoas LGBTQIA+ que sofreram algum tipo de violação, é justificada a partir do que Fernandes (2012, p. 11) traz ao dizer que "no espaço, as relações sociais se materializam e se reproduzem, produzindo espaços e territórios em movimentos desiguais, contraditórios e conflitivos". Denominamos esses movimentos de processos geográficos, assim, os processos geográficos identificados com base em nosso mapeamento e nas denúncias feitas por esses sujeitos, se coloca como procedimentos em que a violência tem papel hegemônico.

A leitura, análise e a criação de mapas, gráficos e tabelas, teve por objetivo enriquecer esse trabalho na busca pela compreensão dos processos geográficos relacionados à população LGBTQIA+; identificar onde a violência acontece, nos faz compreender melhor os processos geográficos, os espaços de disputa, os territórios e territorialidades, assim como nos leva, de fato, para uma análise geográfica da ação da violência e do surgimento de movimentos contra-hegemônicos ou contra-heteronormativos, através da identificação dos Movimentos Socioespaciais e Socioterritoriais existentes, que lutam contra essa violência imposta aos corpos LGBTQIA+, fazendo com que suas vidas tenham menor valor.

Através dos dados anteriormente expostos, é possível identificar um processo de violação em curso no Brasil, uma violência que mata e em diferentes momentos viola direitos básicos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transgêneros, queer, intersexuais e assexuais.

Assim, tentamos construir um possível caminho lógico para responder à pergunta feita nas primeiras linhas desse tópico, pelo que ou por qual motivo esses sujeitos se organizam em movimentos, coletivos, organizações, partidos, entre outros e realizam uma ação pontual, efêmera e diversa como a Parada do Orgulho LGBTQIA+ ou ações congêneres?

É evidente que a Parada é uma resposta. Sabemos que essa ação foi construída nos moldes de uma manifestação, sobretudo, política e reivindicativa, assim, entendemos essa ação como uma outra possibilidade, dessa forma, veremos que a parada nas últimas décadas alcançou uma inquestionável visibilidade e manifestação socioespacial em centenas de cidades brasileiras.

O trabalho de Ortolano (2015) realiza uma leitura em torno da análise psicopolítica e das diferentes possibilidades de se compreender a sexualidade e os direitos humanos, desta forma a Parada revela-se como ação central para dada compreensão, já que a partir dela diferentes ações acontecem em torno de vários temas e assuntos.

As ações expressas pelos militantes LGBTQIA+ ora se aproximam, ora se antagonizam, isso nos leva a pensar quais seriam os pontos e pautas que aproximariam o movimento, de fato, numa luta coletiva e uníssona, ao mesmo tempo quais seriam os pontos e pautas que afastariam uns dos outros, tornando o processo político mais dissidente. O discurso assume centralidade e dialoga diretamente com o ideário desses sujeitos que comportam e dão tom político ao movimento, assim é "por meio do discurso que se cria acontecimentos e condição existencial em uma realidade simbolicamente produzida" (ORTOLANO, 2015, p. 19).

Como expresso pelo autor o espaço atua como um importante conector entre os discursos, ele aproxima diferentes sujeitos possibilitando, assim, uma interação, uma troca de experiências. Desta forma, como aponta Ortolano (2015, p. 22) "as paradas LGBTQIA+ representam, assim, um espaço de relevância capaz de congregar a diversidade sexual, a pluralidade de sujeitos e de performatividade".

O sexo e a sexualidade são expressões distintas e ganharam também diferentes tonalidades no decorrer dos séculos, herança do período medieval, iluminismo e da contemporaneidade, assim, como aponta Ortolano (2015, p. 31) "tanto a biologia do sexo

único e hierarquizado, quanto a biologia da incomensurabilidade entre dois sexos e a afirmação de que não há diferença sexual relevante ou nenhum sexo restringiram a interpretação dos corpos e as estratégias da política social", o sexo foi postulado como um marco regulatório e se refletiu na vida social, acadêmica, econômica e cultural.

Os elementos que ligam a diversidade sexual, suas manifestações e expressões, estão intimamente ligados com a garantia dos direitos universais, bem como a liberdade como uma efetivação desses direitos. Nesse sentido, Bobbio (2004) aponta que os sujeitos são compreendidos de uma outra forma, passam a ter seus direitos legitimados e não somente os seus deveres, tratamos, principalmente, de uma concepção democrática envolvida em elementos que condicionam a paz e o bem-estar. Logo, como aponta Ortolano (2015, p. 73) "os direitos humanos são frutos de processos históricos, a ética que lhe envolve se dá na vigilância sobre a moral que o constitui, a partir dos elementos significativos da época em que são concebidos".

Um dos pontos centrais na luta pela valorização das liberdades individuais e, consequentemente, do reforçamento dos Direitos Humanos, está contido na compreensão de que relações homoafetivas também merecem a devida atenção e compromisso, seja na esfera econômica, garantindo-lhes oportunidades, seja na vida conjugal, garantindo o casamento, seja na esfera pública, através da adoção, entre outros.

Ao conceber nossa leitura em torno dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais, é imprescindível que enalteçamos o papel do ideário contido na cartilha de Direitos Humanos, apresentada anteriormente, bem como a sua importância frente aos ataques direcionados a uma classe social, a uma determinada etnia, a um determinado sujeito considerado "desviante" pelo padrão que é imposto. Assim, denunciamos esse processo de violação e violência e caminhamos para uma leitura sobre e com os movimentos que atuam pela transformação da realidade que os cerca.

Ortolano (2015) a partir da construção da perspectiva da psicologia política/psicopolítica compreende os sujeitos que participam das paradas LGBTQIA+ ou paradas do Orgulho LGBTQIA+ e ações congêneres, como pontos de ruptura, são sujeitos que carregam símbolos, valores e crenças cristalizados consigo dia após dia. A participação desses sujeitos na parada do Orgulho LGBT é, portanto, o momento da ruptura dessa cristalização, assim Ortolano (2015, p. 107) pontua que "o sujeito coletivo que abordamos

nesse estudo, participantes da parada do Orgulho LGBTQIA+, compartilha desse momento de cristalização de valores, sendo o evento um momento de ruptura".

O momento de construção dos espaços de sociabilidade e comunicação de uma linguagem possivelmente coletiva, bem como simbólica, estava a ser construída dentro dos guetos. A Parada é um ponto de encontro de todos esses sujeitos políticos, o gueto se sobressai, ganha símbolo, força e cor, desta forma, as paradas se constituem como ação e organização coletiva, tendo como símbolo maior lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transgêneros, queer, intersexuais, assexuais, pansexuais e outras identidades aqui não mencionadas.

Ortolano (2015) a partir do seu estudo sobre as Paradas realizadas em São Paulo e Campinas observa a partir da aplicação de questionários que:

> 50% deles acreditam que os participantes são parcialmente conscientes da dimensão política da parada, 20% acreditam que os participantes são conscientes e 20% que os participantes não são conscientes da dimensão política das paradas. 3% marcam que os participantes não acham que a parada tenha uma dimensão política, 5% não respondem ou não sabem responder, 1% responde mais de uma alternativa e 1% tem outra opinião de como são os participantes da parada. (ORTOLANO, 2015, p. 131)

Ortolano (2015) em sua tese trabalhou na busca pela compreensão das concepções de sexualidades e direitos humanos, a partir da aplicação de entrevistas aos militantes e participantes da Parada de São Paulo e Campinas, identificando as diferentes opiniões e visões acerca desses temas.

Paris (2015) compreende as Paradas do Orgulho LGBTQIA+ como uma ação política e cultural que tem como principal objetivo a promoção da visibilidade de LGBTQIA+. Dadas ações ocorrem no espaço urbano através de sua ocupação ou da transformação de dinâmicas ocasionadas pela ação geralmente no período de um dia.

O conteúdo político da Parada se reflete, principalmente, numa atitude contestatória e reivindicatória, abordando temas que perpassam a saúde, sexo, direitos humanos, desigualdade e cultura. Ao mesmo tempo, a Parada é reflexo de uma ação política, também é vislumbrada como uma festa, assumindo um crítico caráter festivo que, como bem postula Paris (2015), aproxima-se do lúdico e do carnavalizado.

> Mesclando cores, sons e imagens em celebração da diversidade sexual, de etnias, crenças, de identidades de gênero, assim como denunciando injustiças,

> desigualdades e discriminações por meio de práticas comunicativas, se estabelece um envolvimento coletivo, uma relação com os sujeitos na sociedade. (PARIS, 2015, p. 4)

Nos últimos anos, a ação socioespacial compreendida como Parada do Orgulho LGBTQIA+, acentuou-se no cenário nacional e internacional pela sua potente capacidade de penetração nas mais diferentes camadas da sociedade. A Parada LGBTQIA+ representa uma ação de um ou vários movimentos socioespaciais e socioterritoriais que levantam uma bandeira, assumem um compromisso que, ora se aproximam do que pode ser compreendido como militância, a partir da constrição quadros e estudos profundos acerca de determinado tema e, ora de ativismo, a partir de ações pontuais e locais. Mas qual é o principal objetivo de uma ação como essa que, ao mesmo tempo que é lida como uma ação de um movimento e o seu conteúdo de protesto, também é entendida como ação cultural e festiva? As respostas se dividem em muitas opiniões, mas a verdade que circunda dada pergunta é a de que esses militantes/ativistas e aliados, buscam como produto dessa ação uma nação que possibilite uma maior visibilidade e acesso à população.

Paris (2015, p. 11) pontua que "as paradas do Orgulho LGBT, alavancadas por um formato considerado bem-sucedido pela militância, não só em São Paulo como também no Rio de Janeiro, expandiram-se de norte a sul do país, seguindo formato de ações similares".

O formato de ações similares expostos por Paris (2015), pode ser compreendido na forma como toda ação é preparada, bem como executada, são multidões que acompanham trios elétricos, bandeiras e decorações com as cores da diversidade, *Drag Queen*, militantes, partidos políticos, sindicatos e, em alguns casos, o setor privado (figura 7).

Figura 7 - Parada LGBT realizada em São Paulo no ano de 2019

Fonte: Google Imagens.

Segundo os dados divulgados pela Secretária Municipal de Turismo o evento movimentou o total de R$ 403 milhões na economia da cidade de São Paulo e reuniu um público de aproximadamente 3 milhões de pessoas na Avenida Paulista, um dos pontos mais conhecidos e visitados da cidade.

O *desfile-mobilização* compreendido por Paris (2015), está contido na ação desempenhada pela Parada, realiza esse esforço a partir do conceito bakhtiniano de *carnavalização,* o espaço de análise utilizado pela autora situa-se no Rio de Janeiro, pontua que a Parada realizada na cidade não atrai somente pessoas LGBTQIA+ e outras expressões e identidades, mas também diferentes sujeitos, coletivos e grupos que atuam na luta contra a discriminação, a violência e o preconceito contidos em diferentes seções.

Ainda sobre a ação e sua compreensão, bem como a carnavalização contida na Parada, a autora expressa o que compreende por desfile: "organizado, compassado e ensaiado, em geral, com filas menos milimetricamente definidas como no grupo de militares do exemplo anterior, entretanto, com o mesmo objetivo de atrair olhares a partir do ato de desfilar" (PARIS, 2015, p. 12).

Já no que se refere a mobilização contida na Parada, Paris (2015) pontua que essa compreensão de mobilização pode ser entendida como uma atividade ou prática que coloca algo em movimento, há, portanto, uma vontade ou intencionalidade em se movimentar, seja a mobilização pela visibilidade ou pelo rompimento de estruturas normativas de gênero e sexualidade.

A visibilidade também pode ser compreendida como um produto almejado pela organização e pelos participantes da Parada, nesse interim, a aparição na mídia e a divulgação das manifestações compõem a lista de objetivos dos movimentos, desta forma, torna-se possível a exposição de causas e pautas que circundam o universo LGBTQIA+.

Vale ressaltar que o aumento da visibilidade dessa população nos últimos anos, sobretudo, nas últimas duas décadas, decorre, principalmente, das ações afirmativas e políticas públicas direcionadas a essa população. Dessa forma, Paris (2015, p. 14) retrata que "o período de 2010 a 2014 representa uma fase do movimento LGBT, devido à implantação do Plano da Cidadania e Direitos Humanos LGBT pelo presidente Lula".

Como postula Paris (2015), no século XIX, as relações afetivo-sexuais entre pessoas do mesmo sexo alteram-se de uma conotação e sentido pecaminoso, ou seja, de que tais práticas eram consideradas subversivas e pecados mediante a moral cristã para doença e crime, através de códigos e leis que se agravavam pelo simples fato de um homem gostar de outro homem ou uma mulher gostar de outra mulher. Portanto, nos finais da década de 1960, surge nos Estados Unidos uma série de mobilizações e manifestações que ficaram conhecidas como "acontecimentos de Stonewall". Sobre esse momento, as "prisões arbitrárias eram comumente realizadas pela polícia local de forma a criar um clima de medo fomentando a prática da extorsão contra frequentadores de um bar gay" (PARIS, 2015, p. 16).

> Em 28 de junho de 1969, durante uma fiscalização da polícia, um grupo de clientes recusou ceder às extorsões revidando o ataque policial, o que deu início a uma série de revoltas que perduraram por alguns dias, quando os homossexuais reprimidos demonstraram uma fúria até então desconhecida contra seus tradicionais opressores, culminando na prisão de várias pessoas. Nas semanas seguintes, novos protestos eclodiram até que, por fim, no dia 27 de julho, foi organizada aquela que é considerada a primeira marcha gay dos Estados Unidos, em que ativistas se reuniram na Washington Square e caminharam em marcha até o bar Stonewall Inn, gritando palavras de ordem que não eram habituais naquela época como: "Poder Gay", "Sou bicha e me orgulho disso", "Eu gosto de rapazes". (PARIS, 2015, p. 16)

As revoltas, mobilizações e manifestações expressas e decorrentes do bar Stonewall Inn ilustram bem o nascimento de um movimento homossexual organizado e ativo, com

agendas, pautas, lutas e gritos de ordem; vale lembrar que o movimento nasce como homossexual, no entanto, futuramente a sigla LGBT é padronizada, utilizamos nesta dissertação a sigla LGBTQIA+, por uma questão de adotarmos uma política de inclusão de siglas que tem reivindicado a sua participação em dado processo coletivo.

Figura 8 - Revolta de Stonewall como um marco na luta pelos direitos LGBTQIA+

Fonte: Google Imagens.

No Brasil, os movimentos homossexuais organizados, como vimos anteriormente, surgem, sobretudo, no final dos anos 70 e início dos anos 80, pautando-se, principalmente, na luta pela liberdade democrática, já que vivíamos em um contexto marcado pela dura repressão e cerceamento de suas liberdades pela ditadura militar. Esses grupos surgem marcados pelo forte ideário contestatório em favor de suas liberdades e sexualidades; posteriormente, vários desses movimentos, coletivos e grupos se transformam em Organizações não Governamentais (ONGs) e passam a atuar em outros formatos adotando novas intencionalidades e agendas.

Atualmente, as Paradas do Orgulho LGBTQIA+ se constituem como principal mecanismo político dos movimentos e coletivos que se situam no universo da diversidade, a realização das Paradas em grandes centros urbanos reunindo milhões de pessoas como Rio de Janeiro e São Paulo, tornou-se um exemplo pedagógico para que outros municípios também se engajassem na construção de Paradas que se assemelham às Paradas dos grandes

centros urbanos. Desta forma, vemos surgir cada vez mais ações e manifestações em cidades médias e até mesmo em cidades pequenas, como será possível evidenciar a partir das espacialidades construídas pelas pessoas entrevistadas.

Retornando o debate em torno do conteúdo político e festivo da Parada LGBTQIA+, devemos nos atentar para algumas situações e símbolos presentes em dada ação, a presença de músicas, decoração com cores fortes e que atraem a atenção, trios elétricos, *Drag Queens,* celebridades do universo LGBTQIA+, entre outros, são elementos estrategicamente posicionados para atraírem o público.

O espaço que em alguns momentos denota um sentido "carnavalesco" ou de "carnavalização", assume-se também como refúgio para pessoas LGBTQIA+ que durante todo ano se espacializam em guetos e lugares restritos, onde de fato podem assumir-se enquanto sujeitos, desta forma, torna-se mais fácil e possível a compreensão em torno do que muitos compreendem como "carnaval fora de hora", já que o carnaval apresenta-se também como um momento de refúgio e libertação, bem como um movimento político, assim surgem novas questões e a principal se estabelece em torno da busca de se compreender se a Parada é um festa politizada ou uma política festiva?

> Desse modo, o modelo adotado para a construção das Paradas LGBT, ao escolher uma ruidosa ocupação de territórios, extrapola o objetivo de busca por visibilidade, e demanda uma efetiva conquista de direitos fundamentais não só para a minoria ativa formada por seus militantes, mas também para a maioria silenciosa que pode ser abarcada pelos temas abordados nessas mobilizações. (PARIS, 2015, p. 36)

As Paradas acontecem uma vez por ano, assumem, portanto, um caráter pontual e tem ano após ano agregado um número cada vez maior de militantes e ativistas ou pessoas que simpatizam com as pautas e lutas. Paris (2015, p. 48), exemplifica o motivo desses sujeitos irem até as manifestações "diversão, de vivenciar a liberdade, de lutar por direitos, de conhecer a diversidade existente em nossa sociedade presente neste desfile-mobilização que intenciona se apresentar colorido e reivindicatório".

Paris (2015) faz relatos importantes em torno da dinâmica realizada na organização da Parada do Rio de Janeiro no ano de 2015. Pontua diferentes fases e etapas que culminaram, assim, no produto final, a Parada do Orgulho. Ainda que diferentes sujeitos atestem que a Parada possui um conteúdo festivo exacerbado, alguns sujeitos defendem o modelo festivo presente na Parada e o veem como uma estratégia e promoção de suas pautas.

É importante ressaltar que nos últimos anos as paradas se expandiram de forma exponencial, atingindo as mais variadas camadas da sociedade, bem como os espaços de socialização que agora acontecem desde as grandes metrópoles até as pequenas cidades, dos grandes centros aos bairros mais periféricos, reunindo pessoas numa manifestação de caráter efetivo, político e festivo.

As Paradas têm se constituído como importante festa popular nas cidades onde são realizadas, desta forma, explora a compreensão em torno da festividade contida na ação, bem como da não-festa, os elementos de confrontação política, contra a ordem, buscando compreender como acontece a territorialização nesses espaços.

> As paradas LGBTs têm atraído paulatinamente maior quantidade de público nas cidades em que se realizam, tornando-se mesmo um grande evento turístico em determinados locais, como São Paulo (SP) e Juiz de Fora (MG). Porém, em outras cidades, forças políticas conservadoras ainda dificultam ou não apoiam a festa, talvez pelas "inversões e perversões" que vogam na sua ocorrência aos olhos das "caretas" empedernidos. (MAIA, 2013, p. 274)

Maia (2012) introduz o tema da Parada como um importante assunto, ao mesmo tempo que revela os seus aspectos de antifesta a partir dos espaços de opressão baseados numa cultura judaico-cristã, utiliza, portanto, a Parada goianiense efetuando análises a partir de suas territorialidades.

Dentro do contexto de formação social temos uma sociedade fundamentada sobre valores judaico-cristãos, assim, a homossexualidade e outras formas de expressões da diversidade sexual e de gênero são violentamente negadas e oprimidas por um sistema que fere e viola seus direitos enquanto humanos; a sua condenação vem como pecado e sua punição como sinônimo de purificação do pecador.

O conjunto de valores presentes dentro da nossa formação cristã orienta e condiciona a nossa forma de enxergar e conceber temas como sexualidade, diversidade sexual e família, assim, como aponta Maia (2012, p. 276) "não se pode negar que na sociedade brasileira, o ideário cristão oriente nosso sistema de valores e representações sobre sexualidade, família e casamento". Desta forma, insere-se no debate a festa e a antifesta e no meio desse deslocamento é possível verificar a existência de bares, boates, saunas, entre outros espaços de construção coletiva e esferas de sociabilidade.

Na ala das manifestações representadas pelas paradas, é possível identificar a existência de microterritórios, no trabalho de Maia (2012) ele compreende a existência de dois

microterritórios, o primeiro coloca-se em evidência a partir da manifestação de religiosos da ala progressista da igreja que manifestam seu apoio a Parada LGBTQIA+ de Goiânia e o outro microterritório é composto por sujeitos que proferem frases e dizeres contra a igreja e suas leis.

A Parada possui pautas e ideários que representam, de certa maneira, a luta travada por militantes e ativistas, ao mesmo tempo revela e tem em sua festa diferentes símbolos que carregam e trazem aspectos da identidade LGBTQIA+. Se perguntarmos a um participante qual seria o maior símbolo de representatividade para um LGBTQIA+ durante a manifestação certamente ele responderia a "bandeira do arco-íris".

Essa construção é feita Parada após Parada e se consolidou a partir do acúmulo de experiências vividas nessas ações, desta forma, a Parada é também sinônimo de protesto e luta por ser quem se é, por questionar os poderes e imposições contidas na heteronormatividade, assim "os excessos dão visibilidade aos participantes; retirando-os de guetos e constituindo temporariamente o centro da cidade como palco do orgulho" (MAIA, 2012, p. 278).

É evidente e como bem postula Maia (2012), que a ação motivada pela Parada é eficaz e provoca mudanças nas dinâmicas espaciais pré-estabelecidas na cidade, desta forma, ao cruzar as avenidas e ruas com sons, cores, gritos de ordem e outros elementos que compõem a festa-manifestação, há a inserção de elementos que perpassam temas como diversidade sexual, identidades de gênero, orientação sexual e outros que mostram a dimensão da diferença existente entre esses sujeitos que lutam. No entanto, suas pautas se chocam e se cruzam, o diferente está unido em um momento do ano em determinado ponto da cidade disputando suas espacialidades e territorialidades pelo fato de lutarem pelas suas vidas e identidades.

As territorialidades que compõem as cidades estão cercadas de disputas e conflitos entre o que é imposto socialmente e o que é colocado em xeque a partir de diferentes outras formas de ser e de se colocar nos espaços, assim "o encaixotamento em padrões heteronormativos, além de concepções arcaicas de moral, revela como se produzem territórios excludentes na cidade, apesar em virtude de sua diversidade" (MAIA, 2012, p. 282).

> Em meio a constrangimentos, restrições e exclusões, não é de se admirar que a parada seja um momento em que a diversidade LGBT se exponha e, mais que isso, exiba publicamente seus desejos, sua afetividade, seus sentimentos. Diferentemente de uma parada militar como festa da ordem, em que as diferenças são mantidas,

> dado que estas são "ritos de reforço", as paradas LGBTs possuem propriedades estruturais dos "ritos de inversão" (MAIA, 2012, p. 283)

A Parada é uma festa popular que atrai um vasto público para além de sujeitos que compõem a comunidade LGBTQIA+, abriga também participantes heterossexuais que pretendem participar da ação como uma forma de desconstrução e apoio a mobilização.

A construção das territorialidades presentes no dia da ação possui um caráter festivo e diverso que aglutina uma concentração significativa de diversidade(s) que cotidianamente são excluídas do espaço urbano. A fala do entrevistado A revela uma percepção bastante interessante sobre a ação.

> **P**: Como você caracteriza a Parada do Orgulho LGBTQIA+?
> **E**: Bom, há muita discussão em relação ao que é a Parada LGBT né, alguns dizem que é uma festa outros dizem que é um ato político, eu vejo como as duas coisas né, porque é como se fosse um aniversário, a gente sofre o ano inteiro e em um dia a gente celebra que diante de tudo isso a gente conseguiu sobreviver porque ser LGBT no Brasil é ser sobrevivente, é um dia que você pode encontrar pessoas, andar de mãos dadas, você pode ser você sem sentir vergonha e sem sentir medo, porém, o que está por traz desse ato,? A Parada é um ato político porque é um momento de reinvindicação dos nossos direitos, de se buscar respeito né, então para mim é um misto das duas coisas né, especialmente da Parada que participo e do grupo SOMOS que a promove, ela é a finalização da Semana da Diversidade que é uma semana que a gente debate vários temas, então ela é a finalização dessa semana da diversidade, então o que é a Parada LGBT em si é uma questão muito individual, do que cada um busca com aquilo, há pessoas que buscam status e estrelato, que buscam mostrar a sua arte, outras pessoas que vão para politizar mesmo, mas para mim a Parada LGBT é um ato político e também é um ato de celebração.

Vieira e Costa (2014), observam que a Parada compõe e abarca uma enorme diversidade de identidades, culturas e manifestações espaciais expressas e concentradas em um único dia. Eventos são reconhecidos com uma das mais importantes ações socioculturais do mundo contemporâneo, pois se entende que estas reuniões de pessoas, acontecem no contexto de beneficiar as sociedades e, portanto, indivíduos, no âmbito das atualizações profissionais, do ambiente em que vivem e assim no mundo. (VIEIRA; COSTA, 2014, p. 3)

Os eventos se apresentam como efetivas possibilidades de comunicação, transmissão de informações, marketing, construção de roteiros e pautas, bem como de manifestações e reivindicações acerca de determinados temas. Logo, a obtenção, construção e lapidação de determinados eventos, trazem excelentes contribuições para o desenvolvimento de uma cidade, região, estado e nação, assim como o desenvolvimento de outros setores como o econômico, político, social e cultural.

O caráter festivo que há na ação-protesto representada pela Parada do Orgulho LGBTQIA+, traz também uma série de outros elementos que compõem tamanha manifestação. O aspecto que também devemos ressaltar ao discutir tamanha ação está contido no caráter de sua manifestação, protesto e reivindicação, já que milhares de pessoas se manifestam politicamente no ato da Parada.

A Parada já se tornou um evento de grandes estruturas representando um papel significativo na economia das cidades que a realizam, como bem postula Vieira e Costa (2014), quando trazem contribuições significativas a partir do impacto que a Parada proporciona nos meios hoteleiros, é crível que a Parada impacta os municípios economicamente, nesse sentido, também é importante compreender as mudanças e alterações ocorridas nas dinâmicas das cidades provocadas por sua ação.

O turismo é uma ação recente e, como expressam Vieira e Costa (2014), não possui um roteiro específico ou uma forma única de sê-lo, mas se transforma e se adapta a partir de necessidades locais e de dispositivos já dispostos como, por exemplo, a infraestrutura presente em uma cidade. Com isso "o turismo se vale não só dos serviços e equipamentos que nasceram para seu desenvolvimento, mas de uma possibilidade infinita de outros serviços que pertencem a outros setores da vida atual" (VIEIRA; COSTA, 2014, p. 4).

Assim, o turismo constrói aproximações e interações entre diferentes setores de uma cidade, possibilita a aproximação de pessoas e o reconhecimento de diferentes outras possibilidades de troca mútua e práticas espaciais contidas nas ações turísticas.

> O turismo é também identificado como uma atividade que tem como força motivacional o atrativo, porque provoca que pessoas se desloquem dos seus locais de residência fixa, para viverem a experiência do atrativo e após isso, retornam aos seus logradouros. Nesse "giro", utilizam equipamentos, serviços e souvenires que foram criados ou não para o turismo, situação que explicita resultados econômicos para o local e a população visitada. Sob esse ponto de vistas, pode-se entender a interface dos eventos com o turismo e reconhecê-lo como atrativos impulsionadores do turismo. (VIEIRA; COSTA, 2014, p. 5)

Vieira e Costa (2014) relevam que a Parada, sobretudo, a Parada do estado de São Paulo, já está incluída no calendário de ações turísticas da cidade, visto que possibilitam uma maior e potente interação entre pessoas, grupos, comunidades e identidades, assim, a interação não acontece somente entre as pessoas, mas também entre espaços de cultura, como museus e centros de convivências.

Ortolano (2012) aborda o turismo direcionado para a juventude durante as Paradas realizadas nas cidades de São Paulo e Campinas, para a realização de dada investigação o autor realizou um total de 24 entrevistas que foram feitas entre os anos de 2008 e 2010, direcionando o seu público-alvo, sobretudo, para os jovens, participantes, organizadores da Parada, bem como, para a rede hoteleira que recebe e hospeda o público externo que se dirigem até essas cidades para participarem da ação.

Como aponta Ortolano (2012), o espaço destinado para a população jovem é muito precário, sendo por vezes inacessível, a partir dessa afirmação podemos evidenciar o surgimento de diferentes dificuldades que atingem diretamente essa população, negando-lhes o direito a construção de espaços dotados de sociabilidade, interação e que de forma direta ou indireta construirão as suas espacialidades e vivências.

As Paradas contrapõem-se a toda essa estrutura limitante quando recebe e potencializa o ser jovem no espaço urbano, assim, "podem proporcionar e promover a emancipação de identidades, bem como a manifestação das sexualidades oprimidas pelos padrões normativos, estes instituídos variavelmente de forma compulsória" (ORTOLANO, 2012, p. 316)

O turismo se insere dentro da discussão e da ação representada pelas Paradas quando estas promovem a construção de um contexto que aglutina diferentes sujeitos em uma ação que acontece, geralmente, em um único dia do ano, ao mesmo tempo, possui enorme potência, caráter festivo e reivindicatório, desta forma, movimenta de maneira significativa as pessoas e a economia de diferentes cidades.

Ortolano (2012) postula alguns elementos essenciais para compreendermos o motivo pelo qual os jovens aderem as ações realizadas no dia da Parada, participando de forma massiva e provocando ainda mais alcance e engajamento. As crianças e jovens brasileiras possuem poucos instrumentos de aproximação as sociabilidades, portanto, disfrutam pouco de espaços culturais e de lazer, a sociedade construiu um padrão e ideário que deve ser seguido pelos jovens brasileiros, estes por sua vez devem se ocupar de ações relacionadas à sua formação educativa e construção de sua imagem para a inserção no mercado de trabalho, ficando por último o lazer.

Ao mesmo tempo que discutimos o papel das políticas públicas para a inserção de jovens nos diferentes espaços da cidade, também devemos nos indagar de que jovem falamos? Já que diferentes elementos como cor, identidade de gênero, orientação sexual, perfil

socioeconômico, dentre outros, são condicionadores para que esse jovem frequente, ou não, determinado espaço de lazer, não é somente sobre o espaço e o jovem, mas sim, sobre o espaço e o jovem a partir de todas as características apontadas anteriormente, falamos também do direito à cidade, do direito ao lazer e do direito aos espaços de sociabilidade.

O turismo é exposto por Ortolano (2012), como uma ferramenta importante na criação de espaços de encontro, troca, experiências e sociabilidade, não deve ser visto somente como um setor econômico ou que movimenta a economia de um município, vai além disso, desta forma aponta que "é também uma ferramenta de desenvolvimento social e de impacto nas relações sociais estabelecidas na prestação dos serviços" (ORTOLANO, 2012, p. 6).

As Paradas do Orgulho LGBTQIA+ se constituem como megaeventos que atraem milhares e milhões de pessoas, se apresentam como um importante espaço de interação, de trocas e da presença de sujeitos plurais. A Parada de São Paulo que teve seu início no ano de 1997 com o lema "Somos muitos, estamos em todas as profissões", aconteceu na Avenida Paulista e reuniu aproximadamente duas mil pessoas, hoje reúne milhões de pessoas, essa ação concatena um pensamento síntese em torno de todas as Paradas LGBTQIA+ do Brasil e do mundo e traz a confirmação de que sim, é possível produzir uma festa-movimento ou movimento-festa e aliar diferentes outras pautas que perpassam inclusive o seu aspecto econômico.

A produção de novos espaços a partir do afunilamento da festa-movimento e do setor turístico das cidades que recebem tamanha manifestação como Campinas, que reúne cem mil pessoas ou São Paulo, que se apresenta como a maior ação de diversidade sexual e de gênero do mundo, com aproximadamente dois, três milhões de pessoas, são termômetros para iniciarmos uma outra discussão, essa por sua vez, muito próxima de pautas e contextos do mercado e economia, são, portanto, milhares e milhões de pessoas consumindo, bebendo, comprando produtos que possuem uma identidade com a ação que se realiza, nesse sentido, o ato que possui um caráter reivindicatório é cooptado pelo mercado que é consumido excessivamente e ininterruptamente.

Em 2008, a gerência de comunicação da São Paulo Turismo (SPTuris) classificou a Parada do Orgulho LGBTQIA+ como o segundo evento que mais gerou lucros para o município, atrás apenas do evento Fórmula1 e o segundo evento que mais atraiu turistas à cidade, perdendo apenas para a Virada Cultural. Nessas estimativas, a SPTuris apontou que, segundo o ministério do Turismo, o visitante da Parada gastou aproximadamente 30% a mais

que o turista médio e que o segmento de vendas registrou bons índices no período do evento. Em 2011, o relatório do Observatório de Tendências da mesma empresa (SPTuris), apontou dados referentes à cadeia produtiva atrelada a parada do orgulho LGBTQIA+, sendo revelado um aumento médio entre 20 e 25% de faturamento dos estabelecimentos participantes, bem como um aumento de 30% em contratação de profissionais. Quanto ao perfil socioeconômico do público presente no evento de 2011, a instituição supracitada informa que 4,9% são turistas, sendo que 1,4% são estrangeiros, em destaque aqueles oriundos dos Estados Unidos, Inglaterra, África do Sul e Itália.

Ao mesmo tempo que se tem a impressão de que junto com a ascensão de ações LGBTQIA+ que possuem um conteúdo em torno da diversidade representadas pelas Paradas, bem como a sua união com o mercado, aglutinando, portanto, três elementos em um, isto é, manifestação, turismo e mercado expressas em dada ação, também precisamos retroceder e Ortolano (2012) faz isso em seu artigo, ao relembrar a relação estabelecida entre a emancipação política de pessoas LGBTQIA+ na década de 1970 e a ampliação e ascensão do gueto *gay* paulistano, aumentando, portanto, o número de bares, boates e espaços de convívio *gay*, assim ele postula:

> Para alguns, a proliferação dessas casas noturnas revelava um ganho a causa homossexual, para outros era o reflexo da permanência do grupo às margens. Segundo ela, é nesse momento que os espaços de sociabilidade e consumo passam a incorporar os discursos ativistas do orgulho e da visibilidade homossexual, compartilhando alguns símbolos, como, por exemplo, o arco-íris (ORTOLANO, 2012, p. 8).

De tal modo, o mercado de turismo e outros mercados afins adaptam-se, mas, principalmente, especializam-se em atender o público LGBTQIA+ e o megaevento da Parada, devido ao seu potencial de consumo e capacidade de atingi-los de alguma maneira. Essa especialização estende-se desde agências de turismo, departamentos públicos, hotéis a restaurantes especializados.

A partir da aplicação das entrevistas aos militantes, ativistas, participantes e redes de hotéis, Ortolano (2012) obteve alguns resultados significativos acerca da Parada e do seu impacto econômico e turístico nas cidades de Campinas e São Paulo. O primeiro ponto está centrado na diferença existente entre a Parada da cidade de Campinas e da Parada realizada em São Paulo. O segundo ponto é que os espaços de hotéis e Parada se constituem como espaços de lazer para a população LGBTQIA+ que frequenta ambos os espaços. O terceiro

ponto diz respeito a capacidade financeira que os jovens moradores das periferias possuem de frequentarem, ou não, esses espaços visto que não possuem poder de consumo, logo, são excluídos. O quarto ponto é decisivo para a leitura feita pelo autor, já que ela diz respeito a capacidade da Parada e de todos os seus atributos de provocarem ou criarem espaços e redes de inclusão através do turismo, desta forma, as entrevistas por ele analisadas apontam que a Parada e o turismo não correspondem as expectativas que se associam a Parada e o turismo às demandas da juventude (ORTOLANO, 2012).

A Parada de São Paulo, já possui uma ampla rede de atuação em torno de seu aspecto econômico que se tornou abrangente a partir do volume de pessoas participantes da ação, são pessoas oriundas de diferentes partes do Brasil e até mesmo de outros países, possuem também uma variedade socioeconômica que pode ser percebida a partir da análise de Ortolano (2012), assim, o público jovem pobre não acessa os recursos turísticos existentes na Parada e nos dias que a precedem, "por não terem voz, os jovens pouco participam da organização ou das tomadas de decisões das paradas, são considerados como não organizados e não reivindicativos de seus espaços" (ORTOLANO, 2012, p. 13).

O fato da temática LGBTQIA+ já existir há algum tempo no campo científico, grande parte dos seus estudos se concentram sob uma perspectiva histórica, de certa forma, essa informação nos possibilita e sustenta as constrições posteriores, elas dão margem e potencializam uma leitura geográfica, é sempre importante lembrar que não se trata da geografia pela geografia, mas por todas as humanidades, elas juntas realizam um trabalho analítico, descritivo, metodológico e crítico relevante e contribuem para o entendimento de diferentes fenômenos e processos geográficos materializados na cidade.

Em termos geográficos, o Movimento LGBTQIA+ é um objeto de estudo ainda em construção, ao mesmo tempo, já existem alguns materiais, sobretudo, de geógrafas feministas e autores LGBTQIA+ que contribuem significativamente para uma leitura geográfica desses sujeitos ou de práticas congêneres, dessa maneira "essa correlação nos permite um primeiro entendimento: que os indivíduos buscam moldar o espaço à sua forma, ao passo que também se adaptam às condições dele" (SANCHEZ, ZANETTI, TONIOLO; 2020, p. 15).

É possível observar e interpretar esses fenômenos a partir do lócus do poder e da disputa territorial, seja ela imaterial ou material, isso significa que há uma constante disputa não só no território físico que expressa e representa poder, como também uma disputa moral-ideológica, isto é, a heteronormatividade x não heteronormatividade, o heterossexismo x não

heterossexismo, a cisgeneridade x não cisgeneridade, entre outras expressões e normas ou não normas.

É possível identificar uma diferenciação espacial feita pela própria comunidade LGBTQIA+ entre os territórios que representam perigo e os que representam conforto e tranquilidade para serem quem são; essa informação carrega em seu bojo uma outra leitura: mesmo nesses espaços há a reprodução das desigualdades entre essa comunidade, em outras palavras, o mesmo lugar que acolhe e possibilita a construção de vivências e sociabilidade é o lugar que limita e reproduz um processo contínuo de exclusão.

O trabalho de Sanchez, Zanetti e Toniolo (2020), tem por principal finalidade compreender se os bairros centrais de São Paulo (República e Baixa Augusta) representam para as pessoas LGBTQIA+ territórios de afirmação, parte do estabelecimento da região moral, da construção de afetividades e espacialidades homoeróticas, segue para uma leitura socioeconômica do consumo realizado por esses sujeitos e, por fim, explora alguns elementos contidos nas entrevistas semiestruturadas que revelam de forma mais explícita suas territorialidades.

É interessante o papel do "gueto" nesse processo de inclusão/exclusão. O "gueto" é um termo geralmente utilizado para se referir a esses espaços de sociabilidades materializados nas cidades, isto é, onde geralmente as pessoas que fugiam da lógica heteronormativa se encontravam e construíam afetividades, referências, entre outras expressões dessa relação. Da mesma maneira, é possível observar uma mudança característica na construção desses guetos, eles se expandem na medida que pessoas LGBTQIA+ passam a ser vistos como potenciais consumidores e se orientam para um determinado nicho de consumo, especificamente, direcionado para tal público. Dessa maneira, é possível observar que "tal visibilidade atribuída aos LGBTs, pelo seu poder de consumo alinhados com o discurso de militância se, por um lado, fortificou a relação do espaço, por outro, não acabou com o estigma" (SANCHEZ; ZANETTI; TONIOLO, 2020, p. 102).

Sobre o papel das marcas e empresas e o processo de positivação da diversidade sexual e de gênero no Brasil, é crível identificar avanços e estagnações, é um movimento paradoxal, que evidencia um processo de inclusão desse seguimento em apenas um dos espaços, o espaço econômico, assim, falamos de um processo que inclui e exclui, ao mesmo tempo, mantendo o *status quo* e o não rompimento da lógica cis-heteronormativa.

> Na organização da vida citadina, a população tende a se apropriar do espaço conforme seus interesses, cuja "região moral" exprime uma leitura espacializada das questões identitárias no contexto urbano. A produção do espaço nos moldes capitalistas, ao mesmo tempo que consagra desigualdades permite a realização de determinadas atividades em espaços regulados (SANCHEZ; ZANETTI; TONIOLO, 2020, p. 104).

As autoras evidenciam de forma relevante a importância da República e da Baixa Augusta na constituição desses espaços "permitidos" para pessoas LGBTQIA+, ou seja, são os territórios que aceitam parcialmente um corpo ou uma performance fora do padrão vigente, bem como práticas sexuais como a prostituição, também há a utilização e identificação desses territórios como "territórios marginais" ou "territorialidades marginais" que exprimem exatamente o que foi dito anteriormente.

O território é poder, seja material ou imaterial, ele também é simbólico, pois carrega marcas, expressões e comportamentos, se constitui na ação de apropriar-se e lutar por algo, assim sendo, fica claro e explícito a importância da ocupação e territorialização em curso na Baixa Augusta, bem como na República, Largo do Arouche e bairros que representam uma parcela dessa população que disputa este território cotidianamente a partir de suas efemeridades.

> O conceito de Região moral e territorialidade não são sinônimos, mas conceitos complementares, que nos ajudam a compreender o espaço social dos LGBTs como processos que se formam de acordo com a produção, uso e ocupação do território e, sobretudo, como suportes da identidade dos diferentes grupos que a sigla não consegue mais comportar. As territorialidades da República e do Baixo Augusta são históricas e carregam, consigo, a dimensão política e cultural dos diferentes momentos que o tempo imprimiu na configuração social (SANCHEZ; ZANETTI; TONIOLO, 2020, p. 106).

É possível realizarmos algumas breves conexões com outros municípios a partir do trabalho elaborado pelas autoras, sobretudo, com municípios que produzem uma ação de tamanha visibilidade e efemeridade como as Paradas. Essa ação não só carrega uma informação política e festiva, como também contribui a partir de um processo de ocupação/territorialização significativamente para a compreensão e leitura geográfica das ações dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais que se reproduzem e acontecem em uma determinada via que simbolicamente e territorialmente traz uma relevante visibilidade.

O ativamento econômico é um dos elementos prioritários para aceitação desses sujeitos que estão à margem das normas, comportamentos e performances de gênero, o

processo de exclusão e violação está em curso, mas a inserção dessas pessoas, algumas pessoas, se dá, sobretudo, pelo fato de serem consumidores em potencial, não necessariamente por serem LGBTQIA+, assim, "o mesmo espaço que aloja a diversidade é palco das tensões e das distinções daqueles que buscam afirmações e fazem, do seu espaço, o seu território" (SANCHEZ; ZANETTI; TONIOLO, 2020, p. 106).

2.3. A diversidade sexual e de gênero como um território em disputa

Observamos atentamente o fortalecimento de diferentes campos políticos em torno de grupos, movimentos, coletivos e instituições que possuem interesses conflitantes na América Latina. No contexto dos movimentos socioespaciais LGBTQIA+ e do debate de gênero e sexualidade se observa a aglutinação e a concatenação dos movimentos feministas e LGBTQIA+, por outro lado, diferentes segmentos católicos carismáticos e evangélicos, sobretudo, pentecostais, constroem uma narrativa ultraconservadora aliada à política do combate e do enfrentamento à diversidade em todas as instâncias possíveis. O fato é que estamos evidenciando uma disputa por espaços e territórios, a vitória de um grupo, coletivo e paradigma significa a efetivação e materialização de políticas públicas que podem potencializar a vida e a diversidade ou então reduzi-las drasticamente nos espaços de representação e poder.

Os conceitos, os ideais e as pautas de cada um destes movimentos estão bem definidas no campo da disputa simbólica e material. Os movimentos LGBTQIA+, feministas e, de maneira geral, os movimentos que lutam pela diversidade sexual e de gênero, constroem uma agenda tendo por objetivo promover a igualdade de gênero e a extensão dos direitos sexuais e reprodutivos. Por outro lado, os setores conservadores presentes no catolicismo e no pentecostalismo adotam uma política também de identidade e representação, entretanto, com uma agenda voltada para a defesa da "liberdade religiosa", da família e da moral cristã. Assim, "Sem desconsiderar a heterogeneidade existente nos dois lados, quando se trata das disputas em torno do gênero e da sexualidade, é possível detectar o antagosnismo entre uma agenda marcada pelo pluralismo étnico e outra orientada por concepções morais unitárias" (VAGGIONE; MACHADO; BIROLI, 2020, p. 13).

O ponto inicial para se observar a ascensão das pautas ultraconservadoras no Brasil e em certa medida no mundo, é averiguar e compreender os caminhos históricos, políticos e

ideológicos cunhados por alguns setores estratégicos da sociedade. A pauta é construída sobre a família e a moral e reafirmada e sustentada pelo discurso religioso, neste contexto, a moral serviria de base para a reprodução da vida social.

A reação dos religiosos conservadores e a ascensão das pautas acima supramencionadas, se inicia na década de 1990 a partir da incorporação de temáticas voltados para a diversidade sexual e de gênero como uma das diretrizes da Organização das Nações Unidas (1990). As mobilizações contrárias a essas incorporações e debates se dariam inicialmente, sobretudo, no âmbito do judiciário, legislativo e de protestos de rua em "defesa da família" e contra a política de gênero.

Como apontam Vaggione, Machado e Biroli (2020), a noção de "ideologia de gênero", que tem sua origem em 1990, seria neste contexto histórico e político transformado em uma política estratégica que facilitou e contribuiu para a atuação conjunta de diferentes sujeitos conservadores fornecendo, em certa medida, novos e diferentes recursos para a mobilização popular.

Se observa na década de 2010 a difusão do termo "ideologia de gênero", isso se dá como parte de uma estratégia política extremamente eficaz. É apresentada como uma espécie de "cola simbólica" que contribuiu significativamente para a atuação conjunta de católicos e evangélicos conservadores cujos interesses são em sua origem distintos.

No Brasil, observa-se um conjunto de reações negativas ao Programa Nacional de Direitos Humanos de 2009 (PNDH-3) e ao Plano Nacional de Educação para o decênio de 2011-2020, o que evidenciou de maneira espantosa que as disputas assumiriam a partir de então um caráter ainda mais intenso e insípido. O apelo popular em torno dessa estratégia se tornaria evidente no ciclo de protestos de rua dos anos 2010, inicialmente na Europa e, em seguida, a partir de 2016, em diversos países latino-americanos, a começar por Colômbia, México e Peru (VAGGIONE; MACHADO; BIROLI, 2020, p. 22).

Na América Latina, as políticas voltadas para a educação sexual integral , incluídas em planos educacionais e em legislações específicas em vários países a partir de 2010 e o reconhecimento do casamento igualitário por meio de leis específicas (Argentina, 2009; Uruguai, 2013) ou de decisões judicializadas (Brasil, 2011; Colômbia, 2016; Equador, 2019), acabaram por disparar um conjunto de manifestações, entre elas a "Marcha de La Familia" na Colômbia, que levou milhares de pessoas às ruas em 10 de agosto de 2016; a marcha organizada pela Frente Nacional por La Familia, no México, um mês depois; e, em novembro

do mesmo ano, o lançamento da campanha #ConMisHijosNoTeMetas no Peru, que anteciparia marchas massivas naquele país a partir de março de 2017.

O aspecto mais interessante a ser observado em torno da lógica neoconservadora, é de que ela atua sobre alguns modelos e sistemas de governabilidade que tem procurado associar o neoconservadorismo com as exigências do neoliberalismo. Esta aliança entre neoliberais e conservadores, que produz um sistema neoconservador, gera também uma convergência em torno da narrativa de crise que tem como lócus a família.

A aliança conjuntural entre sujeitos católicos e evangélicos tradicionalistas, impelida pelo forte crescimento dos pentecostais em vários países do continente, defende a família heterossexual, a vida desde a concepção e a moralidade cristã. Opera unificando esses atores no debate e na ação política, como se as disputas morais dentro do catolicismo e do pentecostalismo não existissem.

A sexualidade não é um resultado meramente biológico, mas é construída a partir das relações e interações sociais que se dão cotidianamente, as sexualidades tidas como desviantes são colocadas a margem e categorizadas como pecado, como crime e, até em alguns momentos, como doença. Existe assim um projeto de masculinidade e feminilidade, um projeto vigente que encerra e coordena as maneiras de se viver a sexualidade, como bem expressa Assunção (2018), as relações de poder influenciam na sociabilidade humana e constroem um modelo hegemônico, a heterossexualidade, como uma norma, a heteronormatividade.

> A lógica binária de divisão das atividades humanas em "coisas de homem" e "coisas de mulher" – reificada pelo machismo e pelo heterossexismo – determina não só as tarefas e as características que devem ser desempenhadas por sexo, mas também determina valorações e importâncias distintas e assimétricas para essas atividades, sobretudo, quando se refere à produção e à reprodução (ASSUNÇÃO; 2018, p. 57).

Reforçamos, portanto, esse processo em que homens e mulheres são construídos socialmente a partir das imposições diretas e indiretas, explicitas ou implícitas manifestadas no seu cotidiano, podemos destacar a divisão social do trabalho como um dos elementos marcantes de dada imposição já que ela passa a diferenciar e atribuir atividades específicas para homens e mulheres, imposição construída a partir de valores e parâmetros sociais, dessa forma, a sexualidade humana passa a ser construída socialmente.

A divisão sexual do trabalho é elencada por Assunção (2018) como o estágio mais primitivo das relações sociais e tem sua divisão a partir de suas bases materiais, no entanto, no desenrolar do processo histórico foi ganhando e adquirindo características essenciais para a construção do que temos hoje em torno dos papéis de sexo e gênero, ambos socialmente produzidos, logo, "os desdobramentos da divisão social do trabalho, a partir de sua divisão sexual, originaram, portanto, a diferenciação essencialista entre os sexos" (ASSUNÇÃO; 2018, p. 59)

A construção de um discurso religioso em torno das sexualidades reforçou o processo de estigmatização e violência, ao mesmo tempo em que o Estado reconhecia a existência de outras sexualidades e de suas liberdades, o diálogo entre a igreja e o Estado também diminuía. Assim, como aponta Assunção (2018), na contemporaneidade surgem outros discursos que legitimam uma prática violenta contra sexualidades que não correspondiam aos padrões impostos, o discurso médico e o discurso legal são exemplos da continuidade do processo de violação e estigma.

Pelúcio (2016) observa que a categoria gênero é algo que permeia e atravessa a vida de todas as pessoas, dessa maneira, já naturalizamos equivocadamente a ideia de gênero e, de certa forma, distanciamos a construção de tal conceito das interações entre os sujeitos e suas diversidades culturais. O objetivo, portanto, do seu trabalho é desnaturalizar o conceito de gênero e problematizar suas relações.

A descrição de Scott (2009) sobre gênero traz, desde já, um conjunto de ideias que disputam um território paradigmático, território do saber e do nomear. Assim, ela diz:

> Gênero é um saber que estabelece significados para as diferenças corporais. Esses significados variam de acordo com as culturas, os grupos sociais e no tempo, já que nada no corpo, incluídos aí os órgãos reprodutivos femininos, determina univocamente como a divisão social será definida (SCOTT, 2009, p. 12-13).

Pelúcio (2016) aponta para a necessidade de pensarmos em gêneros, ou na diversidade dos gêneros, tendo em vista que a construção do gênero se dá a partir do estabelecimento de normas e condutas construídas, principalmente, por meio da cultura e das relações sociais, pré-estabelecidas e estabelecidas pela sociedade/cultura que esse sujeito e corpo está inserido, assim, "temos de pensar em masculinidades e feminilidades e em diversidades de gêneros" (PELÚCIO, 2016, p. 103).

Pelúcio (2016) de uma maneira muito didática e interessante, realiza uma contraposição do que seria gênero a partir do essencialismo e do construcionismo. Assim, ela aponta que a vertente essencialista naturaliza os gêneros vinculando-os a um determinante biológico, dessa forma, se apresenta determinista e biologizante, o que faz com que tenha um enfoque a-histórico e transcultural. Entretanto, a vertente construcionista propõe que os gêneros são produtos de relações históricas e sociais, sendo assim, são simbolicamente construídos, o que faz com que tenham e apresentem diferentes dimensões culturais.

> Quando falamos de gênero, pela matriz essencialista, o associamos diretamente ao sexo genital, e o tomamos também como um definidor absoluto da nossa forma de viver, perceber, sentir, desejar. Acabamos por desconsiderar que há uma boa dose de aprendizado nisso tudo, que ser homem ou mulher é algo que varia de sociedade para sociedade, e, mesmo em uma dada sociedade, temos variações (PELÚCIO, 2016, p. 104).

Para além da ideia de gênero como uma construção social e marcada pelas interações, deve-se também entender o gênero em toda a sua dimensão social, assim, estabelecendo relações e correlações com raça, etnia, classe social, pertencimento de geração, entre outras marcas de diferenciação social.

Pelúcio (2016) aponta que o conceito de gênero não era muito utilizado dentro dos grupos e movimentos feministas, essa informação se confirma, tendo em vista que feministas como a Simone de Beauvoir identificaram a existência de um grande silêncio político, social e, principalmente, científico em torno dos temas e questões que envolvem a mulher na sociedade.

Assim, o direcionamento e atenção se deu, sobretudo, na construção dessa categoria e na disputa pelo seu espaço. Mas quem era essa mulher proferida pelas feministas? Pelúcio (2016) aponta que esses questionamentos se tornaram cada vez mais latentes, assim, questões como classe social, raça, etnia, religião, cultura etc. se entrelaçaram e passaram a ocupar um espaço importante neste debate.

> Havia muito mais a ser considerado nesse campo de disputas e de reconstrução de modelos sociais que a categoria "mulher" parecia não dar conta. É assim que o conceito de "gênero" vai se firmando como um instrumento importante de reflexão e luta, não sem provocar reações de alguns setores do feminismo que seguiram apostando no termo "mulher" como termo político (PELÚCIO, 2016, p. 108).

Entende-se que gênero não é sexo, tampouco algo dado pela natureza, também não é imutável, mas apresenta mudanças e modificações importantes de acordo com o contexto histórico, político e, principalmente, cultural. As mudanças e concepções em torno do conceito de gênero não sofrem variações unicamente se comparadas de sociedade para sociedade, existem também, variações que se manifestam no interior de uma sociedade a partir dos recortes já mencionados, assim:

> A ideia de pluralidade implicaria admitir não apenas que sociedades diferentes teriam diferentes concepções de homem e de mulher, como também que no interior de uma sociedade tais concepções seriam diversificadas, conforme a classe, a religião, a raça, a idade etc.; além disso, implicaria admitir que os conceitos de masculino e feminino se transformam ao longo do tempo (LOURO, 1996, p. 10).

O corpo é, portanto, generificado, o que significa dizer que as marcas de gênero se inscrevem nele a partir dos diferentes parâmetros já expostos. A norma é repetida inúmeras vezes e de forma ininterrupta, daí porque a norma se faz penetrante, daí porque ela é capaz de se "naturalizar" nos corpos e nas relações estabelecidas por eles.

Foucault alerta para os silêncios ao indagá-los e evidenciar sua potência e capacidade de inscrever fronteiras e práticas espaciais sexualizadas e generificadas, assim, os silêncios são discursos poderosos. A escola é um importante espaço onde se estabelece e se constrói o silêncio, é no ambiente escolar que se tem o contato com diferentes sujeitos sociais, diferentes práticas culturais e políticas, tratar de temas como gênero e sexualidade acaba sendo um verdadeiro desafio para muitos professores que não tiveram qualificação ou contato com esses temas e discussões.

Nesse intenso diálogo e processo o corpo ganha centralidade e passa a ser entendido como um objeto em disputa, assim:

> Essa maneira de olhar para o corpo implica entendê-lo não apenas como um dado natural e biológico, mas, sobretudo, como produto de um intrínseco inter-relacionamento entre natureza e cultura. Em outras palavras: o corpo não é algo que está dado a priori. Ele resulta de uma construção cultural sobre a qual são conferidas diferentes marcas em diferentes tempos, espaços, conjunturas econômicas, grupos sociais, étnicos etc. (GOELLNER, 2010, p. 72).

Gênero é algo que se aprende, portanto, a partir de pedagogias domésticas, constrói-se ideologicamente e imageticamente o que é ser homem, o que é ser mulher, quais são os comportamentos aceitáveis e os não aceitáveis, quais as punições, quais as gratificações etc.

Butler afirma que o gênero é discursivo, assim, significa dizer que o gênero é construído por distintas linguagens que, mais do que descrevê-los, formam o que ele é.

O conceito de gênero disseminou-se rapidamente a partir da década de 1980, dado conceito se apresenta desafiador e instigante tendo em vista que afeta a vida das pessoas e as maneiras como se relacionam e interagem. Assim, "parte significativa da atração exercida por esse conceito reside no convite que ele oferece para um novo olhar sobre a realidade, situando as distinções entre características consideradas femininas e masculinas no cerne das hierarquias presentes no social" (PISCITELLI, 2002, p. 1).

> Entre os acadêmicos (as) que dialogam com as discussões feministas, o conceito de gênero foi abraçado com entusiasmo, uma vez que foi considerado um avanço significativo em relação às possibilidades analíticas oferecidas pela categoria "mulher". Essa categoria passou a ser quase execrada por uma geração para a qual o binômio feminismo/" mulher" parece ter se tornado símbolo de enfoques ultrapassados. Mas, no marco das discussões das acadêmicas feministas percebe-se, nos últimos anos, uma nova ênfase na utilização da categoria "mulher". Evidente em alguns Encontros sobre gênero no Brasil, esse retorno é discutido na produção internacional, inclusive naquela difundida nas principais publicações feministas do País. Num número recente da Revista de Estudos Feministas, Linda Nicholson alude abertamente à importância da utilização dessa categoria, confrontando-a com ideias embutidas no conceito de gênero. Nos termos dessa autora, não se trata exatamente de um "retorno", uma vez que as novas formulações não estariam contaminadas pelo "fundacionalismo biológico" -- termo que explicou adiante -- que perpassaria os usos anteriores da categoria mulher e do conceito de gênero (PISCITELLI, 2002, p. 2).

Foi no século XIX a partir do desenvolvimento da ideia de "direitos iguais à cidadania", pressupondo também a luta pela igualdade entre os sexos, que impulsionou uma mobilização coletiva feminista no continente Europeu, na América do Norte e em outros países. Foi entre as décadas de 1920 e 1930 que as mulheres avançaram em vários lugares a partir do rompimento com algumas das expressões mais agudas e que mantinham as desigualdades existentes e cristalizadas.

O pensamento feminista é heterogêneo e diversificado, é possível observar uma série de vertentes e prismas analíticos e conceituais a partir das escolas de pensamento feminista, entretanto, existem alguns pontos centrais e que podem ser compartilhados, pontos esses que alimentam o diálogo na busca pela elaboração de respostas universais quando se trata das mulheres.

> Em termos políticos, consideram que as mulheres ocupam lugares sociais subordinados em relação aos mundos masculinos. A subordinação feminina é pensada como algo que varia em função da época histórica e do lugar do mundo que

> se estude. No entanto, ela é pensada como universal, na medida em que parece ocorrer em todas as partes e em todos os períodos históricos conhecidos. (PISCITELLI, 2002, p. 2).

É interessante observar as causas das opressões direcionadas às mulheres partindo de algumas vertentes do feminismo, Piscitelli (2002) ressalta a vertente do feminismo socialista ao apresentar a ideia de que a divisão do trabalho baseada no sexo implicou desigualdade ou opressão sexual apenas no momento que surgiram as classes sociais baseadas na propriedade privada, veremos que as questões são ainda mais complexas e extrapolam os limites materiais.

> A opressão das mulheres, assim como a exploração de classe, poderia ser superadas através da instauração de uma forma de organização social mais desenvolvida, numa sociedade sem classes, por exemplo, no socialismo. Para esse estilo de pensamento feminista, portanto, a reprodução é opressiva na sociedade de classes. Quero dizer, o problema não é a reprodução, mas o surgimento das classes sociais baseadas na propriedade privada (PISCITELLI, 2002, p. 3).

Ao mesmo tempo que a superação do capitalismo se apresenta também como a superação dessas opressões, algumas vertentes do feminismo relatam que as hierarquias de gênero e, portanto, um sistema de opressão direcionado às mulheres, persistiram mesmo nos países socialistas nos quais teve lugar a transformação da organização social que supostamente libertaria as mulheres.

Para o feminismo radical, a superação das opressões viria a partir do momento que as mulheres derrotassem o patriarcado se livrando, portanto, do controle que os homens e a sociedade exercem sobre a reprodução: "na verdade, para Firestone, a meta do movimento feminista deveria ser não apenas a eliminação do privilégio do homem, mas a eliminação da própria distinção sexual" (PISCITELLI, 2002, p. 4).

A categoria mulher é constituída a partir da inclusão de traços biológicos e, também, aspectos sociológicos e culturais. As feministas radicais sublinharam a conexão entre as mulheres através do tempo e das culturas, considerando que o corpo feminino era uma pré-condição necessária para a permanência da opressão patriarcal. O conceito de patriarcado é pensando enquanto um sistema de opressão que regula as práticas sociais e espaciais de mulheres a partir da violação do seu direito de ser e existir plenamente, assim, "o pensamento feminista procurou no patriarcado a ideia de uma origem, de um tempo anterior, quando teria começado a história da opressão das mulheres" (PISCITELLI, 2002, p. 7).

Rubin, como já vimos, apresenta uma outra possibilidade para avaliar esse sistema, assim, evidencia a proposta do sistema sexo/gênero como um conjunto de arranjos através

dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos construídos a partir da atividade humana.

> Com esse objetivo, ela propõe uma pesquisa genealógica que, ao mostrar como foi construída a dualidade sexual, como diversos discursos científicos produziram essa dualidade discursivamente, desafie o caráter imutável do sexo. Nesse procedimento, o sexo aparece como culturalmente construído. Por esse motivo, Butler considera que o gênero não deveria ser pensado como simples inscrição cultural de significado sobre um sexo que é considerado como "dado" (PISCITELLI, 2002, p. 15).

A partir da leitura de Butler, gênero pode ser compreendido como gestos performáticos no sentido de que a essência ou identidade que supostamente expressam são construções manufaturadas e sustentadas através de signos corporais e de outros meios. Assim, "na perspectiva de Butler, gênero poderia ser considerado como um "ato" intencional e, ao mesmo tempo, "performático", no sentido de construção dramática e contingente de significado" (PISCITELLI, 2002, p. 16).

A disputa pelos conceitos trabalhados durante o desenvolvimento dessa dissertação revela a presença de diferentes intencionalidades, programas e projetos que, ao ser considerado como hegemônico, produz uma compreensão de território baseada em diferentes valores e significados, por esse motivo a diversidade sexual e de gênero se configura enquanto um território em disputa pelos sujeitos, pelo Estado, pela Igreja, enfim, pelas diferentes instituições que buscam conferir e produzir significados sobre o corpo e sobre os diferentes comportamentos. O trabalho construído por Fernandes (2009) em torno das tipologias dos territórios é uma tentativa relevante de edificar uma leitura sobre as disputas territoriais e os seus processos marcados pelo conflito, assim "convivemos com diferentes tipos de territórios produtores e produzidos por relações sociais distintas, que são disputados cotidianamente" (FERNANDES, 2009, p. 197).

Os territórios devem, portanto, serem observados a partir da diversidade e da multiescalaridade existentes em diferentes contextos socioespaciais, é nesse sentido que pensar uma tipologia dos territórios traz à tona uma série de relações e possibilidades analíticas, dada leitura tem como estrutura a produção espacial e territorial que se dá por meio das relações sociais.

Como se sabe o território é um dos mais importantes conceitos da geografia e, nos últimos anos e décadas tornou-se também uma categoria utilizada por outras áreas do conhecimento e das humanidades que centram suas leituras e análises em torno da produção

do espaço, assim, "essa diversidade promoveu compreensões e significações imputadas ao conceito de território de acordo com as intencionalidades dos sujeitos" (FERNANDES, 2009, p. 198).

Ao se falar de território é imprescindível que se trabalhe com a ideia de geograficidade, tendo em vista que, como aponta Haesbaert (2010), não há como trabalhar com o indivíduo, grupo ou comunidade sem inseri-lo num determinado contexto geográfico e territorial.

> Recentemente, surgiram diversos trabalhos que se referem às perspectivas, desenvolvimentos, enfoques, abordagens territoriais, entre outras denominações. Esses textos são propostos de políticas ou análises de projetos em implantação ou implantados, que envolvem diferentes instituições: multinacionais, governos nacionais, estaduais e municipais, movimentos socioterritoriais, sindicatos, igrejas etc. Para compreender os interesses, ações, relações e conflitos entre as instituições e os diferentes territórios, consideramos insuficiente a compreensão do território apenas como espaço de governança (FERNANDES, 2009, p. 199).

Ao se analisar e compreender o território apenas como um palco ou como o espaço de governança, acabamos por reduzir tal capacidade analítica e sua potente aptidão de ser relacionado com outras escalas e conceitos. É nesse sentido que a compreensão das tipologias dos territórios revela uma multiescalaridade presentes no ideário, objetivos e intencionalidades de determinados sujeitos, grupos ou movimentos socioespaciais e socioterritoriais.

Dentre as várias maneiras de conceituar e utilizar o território para se ler e analisar uma determinada disputa ou prática, destaca-se a leitura do território a partir da implantação das políticas públicas e privadas no campo, nas cidades, água e floresta, dadas políticas são promovidas por diferentes sujeitos como: movimentos socioespaciais e socioterritoriais, governos, instituições e outros.

> Essas políticas formam diferentes modelos de desenvolvimento que causam impactos socioterritoriais e criam formas de resistências, produzindo constantes conflitualidades. Nesse contexto, tanto o conceito de território quanto os territórios passam a ser disputados. Temos então disputas territoriais nos planos material e imaterial (FERNANDES, 2009, p. 200).

Fernandes (2009, p. 200), ressalta duas importantes concepções de território. A primeira estaria vinculada aos territórios de governança apresentando-se de maneira multidimensional e pluriescalar, assim, "é o território da nação, do país, dos estados, províncias, microrregiões, departamentos, municípios e outras unidades geográficas da divisão

escalar dos espaços de governança". A segunda concepção de território e que se apresenta como o desafio ensejado pelo autor, é a ideia da tipologia dos territórios que partem dos territórios de governança, mas reconhecem outros tipos de territórios fixos e fluxos, materiais e imateriais, que se formam a partir das relações sociais e das classes.

Fernandes (2009) expressa que a leitura em torno das tipologias do território é uma das possibilidades que podem ser utilizadas para além do referencial teórico-conceitual, é também uma visão e intencionalidade que posiciona os elementos a partir de uma perspectiva relacional. É nesse sentido, que a pluriescalaridade torna-se um princípio básico para a compreensão das diferentes escalas do território.

Um dos elementos centrais para que uma tipologia dos territórios fosse pensada e construída por Fernandes (2009), se deu pelo fato de identificar que os territórios eram quase sempre compreendidos apenas como espaço de governança, o território enquanto uma superfície unidimensional.

Entretanto, sabemos que existem diferentes relações e, principalmente, conflitualidades que se dão nos territórios e que produzem os territórios e que não necessariamente estão vinculadas com espaços de governança, um exemplo explícito é a disputa em torno dos conceitos como gênero e sexualidade apresentados anteriormente. Nesse sentido, "as classes e relações sociais não estão alheias aos territórios porque elas os produzem e por estas são produzidas" (FERNANDES, 2009, p. 205).

A promoção da ideia dos tipos de território parte desde uma concepção material até imaterial, fixa e fluxa e, principalmente, relacional, assim, "a interdependência entre espaço de governança, propriedades e espaço relacional é compreendida pela indissociabilidade das condições físicas, relacionais e intencionais" (FERNANDES, 2009, p. 205). Assim, o autor propõe as seguintes denominações de ordem dos territórios: espaços de governança como primeiro território, propriedades como segundo território e os espaços relacionais como terceiro território.

O terceiro território, por sua vez, é representado pelo espaço relacional a partir de suas conflitualidades e reúne todos os outros tipos de territórios. É nesse sentido que o caráter relacional, por unir as propriedades fixas e móveis, promovem movimentos de expansão e refluxo (FERNANDES, 2009, p. 2010). É importante destacar que o enfoque do terceiro território são as relações sociais que se estabelecem a partir das disputas territoriais e conflitualidades entre classes, grupos sociais, sociedade e Estado.

O terceiro território está fortemente vinculado às formas de uso dos territórios, nesse sentido, apresenta suas territorialidades. Ao mesmo tempo, é importante ressaltar que o terceiro território não se resume a produção de sua territorialidade. Um outro exemplo explícito do que seria o terceiro território, é a comercialização e circulação de produtos, sabe-se que empresas perdem e ganham territórios de acordo com o aumento e diminuição do consumo de seus produtos.

É a partir desta concepção de território, isto é, do território relacional, que construímos uma leitura entre diferentes variáveis e conceitos que possibilitam uma compreensão da totalidade e das diferentes matizes e nuances que envolvem a disputa territorial desde a escala do corpo até o urbano (SOUZA, 2020). A inscrição dos gêneros – feminino ou masculino – nos corpos é feita, sempre, no contexto de uma determinada cultura e, portanto, com as marcas dessa cultura. As possibilidades da sexualidade – das formas de expressar os desejos e prazeres – também são sempre socialmente estabelecidas e codificadas. As identidades de gênero e sexuais são, portanto, compostas e definidas por relações sociais, espaciais e territoriais, elas são moldadas pelas redes de poder de uma sociedade, essa disputa é em muitos momentos violenta e revela a construção de um território normatizado (heteronormatividade, cisnormatividade e patriarcado).

Na transitoriedade das construções das relações, dos afetos, dos desejos, apresentam-se a nós, diferentes outras realidades e possíveis experimentações. Da mesma forma é a sexualidade, entendida como um código impresso em nossos corpos, devemos – como nos foi imposto – apresentá-las e vivê-las de forma fixa, rígida e intransitiva, mas, na verdade, os pontos fixos se dissolvem e a fluidez é cada vez mais evidente e percebida espacialmente e territorialmente. Logo, a partir dos sistemas de regulação as sociedades ditam o corpo que será aceito ou não, aquele que terá passe livre e aquele que será proibido de frequentar determinados espaços, aquele que será condecorado pela forma com que se apresenta e aquele que sofrerá diferentes punições por se apresentar de uma maneira diferente.

A partir do exposto, podemos compreender os conceitos e o corpo como um importante componente do espaço geográfico em disputa, que numa apresentação carregada de símbolos e significados, modifica e é modificado pelas relações espaciais desempenhadas por dinâmicas e práticas espaciais corporificadas e generificadas. O espaço como conceito chave para a interpretação das ações do movimento LGBTQIA+ e também o corpo como uma escala geográfica viva e potente, nos possibilita construir leituras como essa, em torno

das dinâmicas espaciais, das ações coletivas dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais, dos processos de violação em curso, da construção de redes de movimentos e territórios de esperança, entre outros temas e questões que ainda serão mais bem detalhados.

3. MOVIMENTOS SOCIAIS, SOCIOESPACIAIS E SOCIOTERRITORIAIS POR UMA LEITURA GEOGRÁFICA DO MOVIMENTO LGBTQIA+

CAPÍTULO III

3. MOVIMENTOS SOCIAIS, SOCIOESPACIAIS E SOCIOTERRITORIAIS: POR UMA LEITURA GEOGRÁFICA DO MOVIMENTO LGBTQIA+ BRASILEIRO

3.1. O que são os movimentos sociais? Composição de um quadro teórico do conceito a partir de outras áreas do conhecimento

Na tentativa de buscar respostas para questões tão complexas e que tem provocado debates intensos e calorosos em diferentes áreas das ciências humanas, realizamos um levantamento bibliográfico específico em torno da palavra-chave movimentos sociais, assim utilizaremos para compor a nossa construção e compreensão em torno dos movimentos autores como: Sobreiro Filho (2016; 2017), Melo (2016), Sales (2019), Pedon (2009), Silva (2018), Nascimento (2012), Torres (2017), Castro (2019), Sant'Anna (2017), Scheren-Warren (2006), Fernandes (2000; 2004; 2009; 2012), Gohn (2003; 2010) e Castells (2013).

As ações promovidas pelos movimentos sociais, movimentos socioespaciais e socioterritoriais LGBTQIA+, podem ser lidas e interpretadas a partir de outras correntes teóricas, sobretudo, da sociologia, que englobam e introduzem na discussão um conjunto de possibilidades analíticas, teóricas e conceituais que, sem dúvida, potencializam a fundamentação teórica e os procedimentos metodológicos adotados para a leitura da ação dos movimentos, bem como a sua intelecção. Um exemplo explícito dessa orientação teórica que fundamenta os procedimentos, são as bibliografias que tratam das mobilizações e dos protestos, bem como dos episódios políticos com quebras de rotina.

Como apontam McAdam, Tarrow e Tilly (2009), o confronto político tem início quando, de maneira coletiva, os sujeitos realizam reivindicações a outras pessoas cujos interesses seriam afetados se fossem atendidas. O repertório dos movimentos varia de acordo com as suas intencionalidades e o engendramento da disputa por espaços e territórios. Nesse ínterim, as reivindicações vão desde súplicas humildes até ataques extremos, passando por petições e reivindicações, através de gritos de ordem e manifestos revolucionários. Todo esse repertório faz parte do Movimento LGBTQIA+ brasileiro que, na atualidade, vem construindo uma série de tipologias de ações adequadas às suas intencionalidades.

As leituras realizadas por Tilly (1978), apesar de se relacionarem com a perspectiva da mobilização de recursos, centram-se na disputa política. Assim, seu modelo de análise – o qual caracteriza como modelo de mobilização – privilegia os interesses, a organização, a mobilização de recursos e as oportunidades políticas. Tilly (1978) ressalta que, entretanto, os

interesses, a organização e a mobilização que criam a capacidade da ação e sua efetivação, estão subordinados à avaliação dos custos e benefícios resumidos sobre o frontispício da repressão ou facilitação, do poder, das oportunidades e das ameaças. Nessa relação dialética ocorre a efetivação de ações oportunas que os atores recorrem e inovam o repertório de ações coletivas.

A construção de um mapa do confronto político, bem como a explicitação dos episódios políticos que produzem quebras de rotinas são estruturas e materiais fornecidos por um conjunto de autores da literatura, sobretudo, McAdam, Tarrow e Tilly (2009), que fornecem uma cartografia que contém quatro conjuntos principais das características inerentes ao confronto político: 1) um vasto e crescente conjunto de histórias políticas agrupadas principalmente por tempo e lugar e ligadas por pouca teorização explícita; 2) estudos teoricamente mais autoconscientes sobre a mudança social local/regional e/ou da categoria nos quais o confronto político constitui apenas parte de uma matriz causal mais ampla; 3) análises de políticas orientadas para o Estado como tal; e 4) tentativas de selecionar várias formas de conflito e violência para serem explicadas em seus próprios termos.

Tarrow (1994) trouxe inúmeros debates e avanços a partir do desenvolvimento teórico, o qual desloca a questão da ação coletiva do "como" para uma análise estrutural presente na intervenção crucial das variáveis políticas ou oportunidades políticas. Apesar de Tilly e Tarrow inserirem categorias da teoria da mobilização de recursos, eles acabam se distanciando ao enfatizarem o papel do Estado, as oportunidades externas em detrimento das oportunidades internas e da organização. Os autores da teoria do processo coletivo também se aproximaram da teoria dos novos movimentos sociais na medida em que incorporaram questões de identidade e a dimensão cultural como um recurso importante para a construção de repertórios de ação e protestos que evidenciam uma multiplicidade de intencionalidades e tipologias de ações.

Navickas (2016), por sua vez, relembra momentos históricos em que diferentes movimentos se mobilizaram no século XIX, particularmente movimentos da Inglaterra. Centra-se, sobretudo, em torno do protesto e da organização política do espaço para apresentar um novo olhar sobre as diferentes lutas que mobilizaram inúmeros grupos. O ponto mais exitoso da produção de Navickas (2016), é o dimensionamento dado ao conceito de espaço, se distanciando de uma visão unilateral e monotemática, compreendendo-o como o resultado/produto de processos complexos atrelados a construção social desenhado

igualmente sobre o discurso, a representação e o poder. Isto é, compreender como o espaço foi contestado, avaliado e disputado é um importante ponto de partida para a orientação teórica, conceitual, mas, principalmente, metodológica dessa pesquisa.

A conexão entre os movimentos sociais, os ciclos históricos, as identidades coletivas e as redes sociais, bem como uma política institucional e ação coletiva, são algumas das pistas dadas por McAdam, Tarrow e Tilly (2009), que potencializam, por exemplo, a leitura dos movimentos que possuem pautas atreladas à diversidade sexual e de gênero. Isto é, metodologicamente esses movimentos utilizam um conjunto de mecanismos para chamar atenção, para mobilizar e para promover conflitos e quebras de rotinas.

Muitas das mobilizações e tipologias de ações articuladas pelo Movimento LGBTQIA+ brasileiro, vai de encontro com o conjunto de critérios teóricos-metodológicos propostos por McAdam, Tarrow e Tilly (2009, p. 22). Assim, dadas ações só fazem uma diferença na medida em que ela: a) forja alianças de consciências ou de interesses com membros existentes no sistema político; b) representa uma ameaça plausível de interromper processos políticos rotineiros; c) coloca outra ameaça plausível ou influência direta no contexto eleitoral; e/ou d) provoca pressão de detentores de poder externos sobre as autoridades.

Tilly (1978) no livro *From mobilization to revolution,* produziu uma série de bases que se apresentam enquanto consenso mais amplo dentro dos estudos das ações coletivas nos Estados Unidos, com significativa influência para outras partes do mundo. Nessa obra, Tilly (1978) realiza uma interpretação bastante aguçada acerca das possibilidades existentes, assim, elabora variáveis fundamentais como o "interesse" para a mobilização e as "oportunidades" para a produção de ações coletivas (de repressão à facilitação, de maiores oportunidades a diferentes tipos de ameaças).

Tilly (1978), por sua vez, introduz sua discussão acerca das ações coletivas e de sua capacidade de mobilização afirmando que a maioria das ações coletivas consistem em episódios de conflito e cooperação, ao mesmo tempo, não é apropriado observar somente um corpo perante a multidão que profere palavras de ordem e se organizam em torno de determinadas pautas, há, portanto, outros sujeitos que compõem uma ação coletiva e, entre esses sujeitos, conflitos também são percebidos a partir das mediações e das disputas, vide a Parada LGBTQIA+ como um exemplo dessas relações de conflito e cooperação.

É valido sempre ressaltar que o conjunto conceitual das abordagens contemporâneas, com suas aproximações e distanciamentos, apresenta um amplo leque plural formado pelas contribuições da teoria da mobilização de recursos, teoria do processo político, teoria dos novos movimentos sociais, da crítica pós-colonial, além das contribuições das teorias feministas (BUTLER, 2007), da sociologia das emoções (SCRIBANO, 2009; FLAM; KING, 2005; MOUFFE, 2000), bem como abordagens vindas de outras disciplinas, a exemplo da geografia, utilizando-se do espaço e território (BRINGEL, 2007; POLETTO, 2009).

Um dos principais problemas em algumas leituras sociológicas é de que o espaço é visto como um mero contexto ou palco onde a vida e as interações sociais, econômicas, históricas e culturais se materializam. É, portanto, um pano de fundo neutro e não problematizado e sua compreensão se distância de uma leitura voltada para a construção social (LEFEBVRE, 1991).

Martin e Miller (2003) trazem perspectivas espaciais e iluminam às conexões entre as experiências cotidianas mais amplas, processos políticos, culturais, espaciais e econômicos. Em uma perspectiva relacional as ações orientam a organização espacial e a organização espacial orienta as ações dos movimentos e sujeitos moldando, como declaram Martin e Miller (2003), as ações coletivas. São vários os estudiosos das ciências sociais e humanidades que tem se dedicado a investigar as ações coletivas atreladas às espacialidades, em pesquisas sobre os movimentos sociais é possível identificar um conjunto de autores como McAdam, Tarrow e Tilly (2001) e, também, estudiosos que investigaram o papel do espaço na disputa como Routledge (1993), Pile e Keith (1997) e Miller (2000).

As preocupações espaciais se fazem presentes em diferentes estudos e trabalhos já mencionados, embora esses estudos se esforcem para empreender uma leitura espacial, cada vez mais saboreiam a literatura e uma gama diversa de estudos que enfatizam a constituição espacial da contenção. É importante ressaltar que perspectivas espaciais podem revelar uma ampla gama de questões nas *Contentius Politcs,* incluindo como e o porquê os grupos realizam reivindicações em e por determinados espaços e territórios. Como apontam Halvorsen, Fernandes e Torres (2021), existe uma relação intrínseca entre a constituição espacial da vida cotidiana e a formação da identidade coletiva dos movimentos e sujeitos que negociam uma diversidade de tensões e conflitos espaciais e territoriais, muitos destes atrelados à existência do movimento.

A leitura de McAdam, Tarrow e Tilly (2001) em *Dynamics Of Contention*, revela que os grupos e sujeitos que produzem tensões e conflitos intencionalmente, constroem e produzem estratégias específicas para alcançar determinado objetivo, portanto, as condições para a resistência e a reprodução de uma leitura e práticas contra-hegemônicas não está posta, mas sim, é criada por esses sujeitos. Nesse sentido, "*They argue that key processes such as attribution of an opportunity or threat must be situated; their analysis brings the relational elements of contention to the fore*" (MARTIN; MILLER, 2003, p. 144).

Ainda sobre as manifestações e a disputa por espaços e territórios, Auyero (2016) traz uma outra perspectiva e abordagem a partir do contexto Argentino. O autor revela que na perspectiva dos estudos sobre política, a "espera" foi um assunto pouco tematizado, considerada um "tempo morto", em que aparentemente nada acontece. Nesse sentido, ações como greves, protestos, retomada de territórios (leia-se reterritorialização) e ocupações de terra foram privilegiadas em detrimento de algo naturalizado e pouco palpável que é a espera das pessoas em uma fila, ou no escritório de um órgão público para serem atendidas.

Os conceitos de espaço e território são caros e importantes para os movimentos sociais, assim, pensar como esses sujeitos organizados em diferentes setores da sociedade se mobilizam e promovem confrontos políticos e ações que alteram dinâmicas políticas, econômicas e espaciais, se constitui enquanto um importante questionamento que nos leva para um aprofundamento do debate acerca dos movimentos sociais na geografia. É nesse sentido que Sam, Fernandes e Torres (2021) tecem uma discussão dos movimentos socioterritoriais e socioespaciais a partir de uma perspectiva comparativa, discussão que será mais bem detalhada.

O livro da autora Maria da Glória Gohn (2010), intitulado "Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos", realiza uma leitura muito específica em torno dos paradigmas que historicamente explicaram, ou melhor, realizaram uma leitura de determinados movimentos sociais. O livro traz a intencionalidade de atingir quatro grandes objetivos.

O primeiro objetivo vem pelo esforço de sistematizar e organizar as principais teorias existentes e os paradigmas sobre os movimentos sociais atuantes nas ciências sociais contemporânea; lembramos, que um paradigma é um conjunto de ideias, conceitos e categorias que buscam realizar uma leitura de um determinado objeto em uma determinada

ciência. Essa leitura, por fim, produz resultados que explicam a realidade na qual está sob investigação.

O segundo objetivo é identificar e analisar os principais pontos de cada corrente teórica e encontrar suas diferenças, semelhanças e as múltiplas formas com que realizam suas leituras sobre os Movimentos Sociais, já que cada realidade possui processos históricos caracterizados por uma heterogeneidade. Evidentemente que a partir desta contestação, devemos utilizar "lentes" específicas para ler realidades também especificas. O terceiro objetivo vem na intenção de categorizar as utilizações de teorias para explicar os Movimentos sociais, isto é, as teorias utilizadas como elemento analítico tem realizado leituras corretas da realidade dos Movimentos Sociais atuantes? O quarto objetivo traz um dimensionamento socioespacial e socioterritorial atrelado com questões mais atuais como a globalização e as mudanças profundas ocorridas na sociedade, mas, sobretudo, mudanças que atingiram e modificaram as formas de atuação dos Movimentos Sociais.

É a partir dos anos 60 que o tema movimentos sociais ganha relevância em diferentes regiões do mundo, sobretudo, do mundo ocidental, assim esse campo de estudo se projeta no cenário das ciências e passa a ganhar diferentes estudos acerca dos movimentos sociais existentes, possibilitando o surgimento de diferentes teorias, leituras e paradigmas.

> Simultaneamente, o Estado, objeto de investigação de grande parcela de cientistas sociais, passou, no plano da realidade concreta, a ser deslegitimado, criticado, e com a globalização perdeu sua importância como regulador de fronteiras nacionais, controles sociais etc. Ocorreu um deslocamento de interesse para a sociedade civil, e nesta os movimentos sociais foram as ações sociais por excelência (GOHN, 2010, p. 11).

Uma das contribuições mais significativas de Gohn (2010) em torno dos movimentos sociais são as inúmeras questões colocadas pela autora que dialogam com o surgimento dos movimentos, o que são os movimentos sociais, os seus desafios, os seus problemas mais urgentes, a sua distinção de outras ações como ONGs por exemplo, o que atribuem a esses movimentos a característica de novos movimentos, qual o seu papel na atualidade, entre outras questões que norteiam o debate para uma reflexão profunda e necessária acerca desse campo de estudo e investigação.

A ação e a manutenção de ações realizadas pelos movimentos sociais são compreendidas por Gohn (2010) a partir de elementos que transitam, fluem e acontecem nos espaços não consolidados, espaços onde a estrutura de organização social, política e cultural

ainda não está completamente posta. Há, portanto, uma movimentação, uma dinâmica, que pode ser entendida também como uma disputa.

A autora chama atenção para o que os pesquisadores das ciências sociais consideram como movimentos sociais, afinal, o que são os movimentos sociais e o que diferenciam de outras ações? Essa é, sem dúvida, uma questão norteadora para a discussão acerca dos movimentos sociais, além da discussão necessária sobre o conceito muitos autores, segundo Gohn (2010), têm realizado leituras equivocadas em torno dos movimentos, não os diferenciando, são, portanto, movimentos sociais que têm sido tratados da mesma forma.

O que já podemos compreender é que não há um único conceito acerca dos movimentos sociais, mas várias formas de conceber e interpretar a partir de diferentes paradigmas, dessa forma, fica claro que a intencionalidade do autor é relevante quando pretende realizar uma leitura ou reflexão sobre o tema.

Mas o que é um paradigma? Como expresso por Gohn (2010, p. 13) um paradigma é um conjunto de elementos que explicam ou procuram desvendar as faces e interações de um determinado fenômeno, assim "para nós um paradigma é um conjunto explicativo em que encontramos teorias, conceitos e categorias, de forma que podemos dizer que o paradigma X constrói uma interpretação Y sobre determinado fenômeno ou processo da realidade social".

Mas o que explica o surgimento de diferentes paradigmas e leituras sobre a realidade que nos cerca? A resposta mais objetiva para essa pergunta está fundamentada na construção histórica e no acúmulo de experiências que cada movimento social desenvolveu durante a construção de agendas de luta e outros formatos de ação, portanto, a realidade é a matéria prima para a elaboração de paradigmas acerca da ação dos movimentos.

Para elucidar melhor o contexto e os elementos históricos e culturais presentes nos paradigmas dos movimentos sociais, utilizaremos o texto de Gohn (2010) para elucidar e separar as especificidades de um paradigma em relação ao outro.

Quadro 5 - Diferenças dos paradigmas acerca dos movimentos sociais

Paradigma norte-americano	Explicações centradas, principalmente, na **estrutura das organizações**, o que compreendem como sistema sociopolítico e econômico. As **categorias** básicas desse paradigma são: sistema, organização, ação coletiva, comportamentos organizacionais, integração social, entre outros. Os **conceitos e noções analíticas** são: privação cultural, escolhas racionais, mobilização de recursos, institucionalização de conflitos, ciclos de protestos, micro mobilizações, *frames,* oportunidades políticas etc.
Paradigma marxista (Europa)	O paradigma marxista está centrado, principalmente, no estudo dos **processos históricos globais**, nas contradições existentes e nas lutas entre as diferentes classes sociais, contradições, lutas, experiências, consciência, conflitos, interesses de classe, reprodução da força de trabalho, Estado etc. **As noções gerais e os conceitos** desenvolvidos são: experiência coletiva, campo de forças, organização popular, projeto político, cultura, política, contradições urbanas, movimentos sociais urbanos, meios coletivos de consumo etc.
Paradigma NMS (Europa)	O paradigma dos Novos Movimentos Sociais parte de **explicações mais conjunturais**, localizada em âmbito político ou dos micros processos da vida cotidiana, fazendo recortes na realidade para observar a política dos novos atores sociais. **As categorias básicas** deste paradigma são: cultura, identidade, autonomia, subjetividade, atores sociais, cotidiano, representações, interação política etc. **Os conceitos e noções analíticas** criados são: identidade coletiva, representações coletivas, micropolítica do poder, política de grupos sociais, solidariedade, redes sociais, impactos das interações políticas etc.
Paradigma latino-americano	O paradigma latino-americano concentrou-se em sua quase totalidade, nos **estudos sobre movimentos sociais libertários ou emancipatórios** (indígenas, negros, mulheres, minorias em geral); nas lutas populares urbanas por bens e equipamentos coletivos, ou espaço para moradia urbana (nas associações de moradores e nas comunidades de base da igreja) e nas lutas pela terra, na área rural. **As teorias** que orientaram a produção a respeito foram as dos paradigmas europeus, tendo predominância nos anos 70 a vertente marxista e nos anos 80 a abordagem dos Novos Movimentos Sociais. Os estudos baseados nas **teorias marxistas destacaram certas categorias:** hegemonia, contradições urbanas e lutas sociais. **Os estudos que aplicaram o paradigma dos Novos Movimentos Sociais** às categorias da autonomia e da identidade tiveram maior destaque. Mas houve certa releitura daquelas teorias, resultando também na criação de outras categorias de análise tais como: novos sujeitos históricos, campo de força popular, cidadania coletiva, espoliação urbana, exclusão social, descentralização, espontaneidade, redes de solidariedade, setor terciário privado e público etc.

Fonte: Gohn, 2010, p. 15-16, *grifo nosso*.
Organização: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.

No contexto latino-americano, a opção paradigmática e abordagem utilizada para realizar leituras acerca da ação dos movimentos sociais se dividiu, sobretudo, em torno duas grandes escolhas paradigmáticas: de um lado os estruturalistas que acreditavam que antes de qualquer leitura era necessário a realização de um mapeamento das condições estruturais, das causas, dos processos conflitivos, das lutas travadas pelos movimentos, partindo, principalmente, de temas como a desigualdade social, a discriminação, a repressão, a violência, aspectos ligados também a ideologia, enquanto que os interacionistas centrariam suas preocupações sobre os enfrentamentos políticos, estratégias de mobilização, relações de poder, lideranças e alianças, entre outros (GOHN, 2010).

Os movimentos sociais se transformam e caminham em diferentes direções, devemos, portanto, permanecer atentos a essas mudanças, o contexto histórico, os tensionamentos

políticos, sociais e econômicos e as transformações estruturais são caminhos importantes para as mudanças, Gohn (2010) relembra que os movimentos são como estrelas que acendem enquanto outras se apagam.

A Escola de Chicago é compreendida como um dos principais momentos para a sociologia, tornando-a como um campo legítimo de disciplina e investigação, gerando grandes proposições e contribuições acerca do campo das relações sociais. Gohn (2010) compreende que a Escola de Chicago está fundamentada, principalmente, na concepção de "mudança social" e pelo tema "desenvolvimento de comunidade", os processos sociais decorrentes dessa abordagem eram vistos como interacionistas, revelando uma crença de que esses sujeitos quando inseridos em processos educativos se ordenariam em movimentos sociais.

> A sociologia deveria buscar formular leis científicas para descobrir como a mudança social ocorria. Deveriam ser utilizados estudos comparativos e investigações sobre as condições particulares ocorridas onde se desenvolviam processos interacionistas, destacando-se aquelas relacionadas com a participação criativa dos indivíduos (GOHN, 2010, p. 27).

A sociologia foi tida como uma ciência chave para a compreensão dessas interações, seja em seu âmbito escalar, seja na intensidade das interações, acreditava-se que a mudança social viria a partir da reforma social, sendo as lideranças sociais os principais agentes dessa mudança. Os líderes dentro dessa concepção teriam um papel central, sobretudo, na articulação realizada em torno da desmobilização dos conflitos, na dissolução dos movimentos e na transformação dos movimentos em instituições sociais.

Os elementos básicos da teoria da mudança social da Escola de Chicago eram a educação e a criação de instituições, os movimentos eram compreendidos como ações que surgiam a partir da conflitualidade, ou seja, do comportamento coletivo conflituoso. Como aponta Gohn (2010), os movimentos sociais são como empreendimentos que se organizam a partir da coletividade para estabelecer um novo padrão ou ordem de vida, surgem de inquietações, de desconfortos, de problemas do dia a dia e se manifestam para que esse contexto seja transformado.

Blumer divide os movimentos específicos em dois, os reformistas e os revolucionários. O primeiro, busca mudanças em pontos particulares, enquanto os revolucionários querem produzir uma transformação da sociedade e da ordem social vigente, assim "os reformistas

estariam sempre tentando persuadir a opinião pública e os revolucionários estariam em busca da conversão dessa opinião" (GOHN, 2010, p. 34).

A segunda teoria sobre os movimentos sociais no paradigma clássico, a sociedade de massas, desenvolvida, sobretudo, por From (1941), Hoffer (1951) e Kornhauser (1959), apresenta uma leitura acerca desse objeto. Os comportamentos coletivos são vistos como resultados das ações de sujeitos desvinculados de uma prática normal ou tradicional, isto é, uma ação que foge dos moldes tradicionais de um dado momento histórico.

A terceira teoria sobre os movimentos sociais dentro paradigma clássico, a abordagem sociopolítica, surge numa conjuntura política internacional marcada pela Guerra Fria e o aparecimento de movimento sociais com orientações ideológicas bem postuladas, assim "para alguns autores o tema reforma ou revolução era a agenda do momento, e a compreensão dos movimentos sociais deveria passar pela discussão política da questão" (GOHN, 2010, p. 37).

A quarta teoria sobre os movimentos sociais no paradigma clássico, o comportamento coletivo sob a ótica do funcionalismo. Em 1951, Parson elabora uma teoria do sistema social, integrando conceitos como valores centrais, normas, papéis, estrutura, função-equilíbrio e diferenciação estrutural, para ele existem quatro dimensões básicas dos sistemas de ação: adaptação, consecução de metas, latência ou manutenção de padrão e integração, cada um agindo e interagindo de uma forma diferente. Assim, "o desenvolvimento do sistema de ação social parsoniano não leva ao desenvolvimento do ator ou agente da ação, mas ao do sistema social, por meio do desenvolvimento das ações individuais" (GOHN, 2010, p. 39).

Gohn (2010) exprime que Turner e Killian definem um movimento como a ação de uma coletividade que apresenta alguma continuidade no sentido de promover ou resistir a alguma determinação imposta a um grupo, a continuidade é, portanto, um elemento chave para distinguir um movimento de qualquer outra ação, ela estabelece um conjunto de ações, objetivos e estratégias que orientarão o movimento; o movimento é, como aponta a autora, dinâmico por definição.

As mudanças que fizeram parte da sociedade norte-americana nos anos 60 produziram uma nova interpretação dos movimentos sociais, bem como de uma leitura importante, sobretudo, naquele contexto, essa teoria é compreendida como teoria da Mobilização de Recursos (MR). Ela surge como uma crítica ao paradigma tradicional que dava de certa forma ênfase aos sentimentos e ressentimentos dos grupos coletivos, assim a "psicologia foi rejeitada como foco explicativo básico das ações coletivas, assim como todas as análises centradas no

comportamento coletivo dos grupos sociais e a visão dos movimentos sociais como momentos de quebras da norma daqueles grupos" (GOHN, 2010, p. 49).

> Ou seja, o protesto político passou a ser visto como um recurso como qualquer outro, que pode ser trocado num mercado de bens políticos. Demandatários e seus adversários trocam bens num mercado de barganhas, num processo em que todos os atores agem racionalmente, segundo cálculos de custos e benefícios. A ênfase toda é colocada numa visão exclusivamente economicista, baseada na lógica racional da interação entre os indivíduos que buscam atingir metas e objetivos, e em estratégias que avaliam os custos e benefícios das ações (GOHN, 2010, p. 51).

Sabemos que a teoria da Mobilização de Recursos priorizava inicialmente a análise econômica, no entanto, é possível identificar também uma análise política contida nas entrelinhas da teoria, esse fato se dá, sobretudo, porque o campo de surgimento dos novos movimentos sociais, a sociedade organizada em associações, compõe e recria um cenário pluralista, um canal de diálogo e expressão como coloca a autora.

Gohn (2010) ainda analisando as teorias contemporâneas norte-americanas da ação coletiva e dos movimentos sociais, compreende a partir da bibliografia analisada que o comportamento coletivo se refere ao espectro do comportamento das multidões, aglomerações, manifestações públicas, que caminham desde uma proposição pacífica até uma revolta coletiva, também são considerados por ela como ações episódicas, ou seja, não ocorrem com tanta frequência e não tem a continuidade como elemento fundamental e prioridade do movimento, suas pautas são, portanto, efêmeras, acontecem e logo se findam. Os movimentos sociais possuem características diferentes das ações coletivas uma vez que demonstram um esforço coletivo em busca de mudanças que podem determinar a existência do movimento ou não, assim, as mudanças alteram a vida das pessoas, bem como a organização dos movimentos sociais.

> Após longa análise sobre os comportamentos coletivos, Oberschall pergunta: o que ocasiona os movimentos sociais? Como alguns de seus assuntos se tornam públicos e outros ignorados? Ele afirma que muitos movimentos começam como uma reação às mudanças ou às novas políticas que afetam negativamente os interesses ou o modo de vida de muitas pessoas. Porque as autoridades são, direta ou indiretamente, responsáveis pelas mudanças, os ativistas organizam a oposição, atraem adeptos e buscam adesões públicas para suas metas e objetivos (GOHN, 2010, p. 63).

O movimento social não nasce somente de uma causa justa ou uma mensagem que atraia o público, mas de toda uma complexidade em torno de marcos referenciais

significativos. É necessário um conjunto de sujeitos que colocarão o movimento em ação, símbolos, pautas, orçamentos, ou seja, um conjunto de elementos e práticas que transformarão uma movimentação em movimento.

Nos anos 70, a teoria da mobilização de recursos recebe diferentes críticas, sobretudo, ao seu comportamento utilitarista e individualista, construindo a partir desse momento um novo cenário para o debate do paradigma norte-americano, destacando a busca de conceitos que solucionam as dúvidas existentes naquele momento, assim "a segunda etapa destacou o desenvolvimento do processo político, o campo da cultura foi reativado e a interpretação das ações coletivas foi enfocada como processo" (GOHN, 2010, p. 69)

Gohn (2003) aponta que o assunto relacionado aos movimentos sociais se transformou numa das grandes novidades, sobretudo, na sociologia brasileira nos anos de 1970 e 1980, contribuindo enormemente para o avançar científico, principalmente, nas ciências sociais, esta que foi fortemente atingida e mobilizada pela ação dos movimentos e organizações que provocaram curiosidade e interesse.

O momento inicial da luta social representada pelos movimentos sociais no espaço urbano se deu a partir dos movimentos que reivindicavam bens e equipamentos coletivos de consumo, bem como o tema da moradia que estava articulado numa escala local ou regional a partir da intencionalidade do movimento. O processo histórico se desenrolou e surgiu novos movimentos com pautas específicas em torno das novas identidades que inclusive estavam inseridas nos movimentos sociais que tinham como centralidade o meio ambiente, direitos humanos, gênero, questões étnico-raciais, religiosas, movimento cultural e outros.

De tudo isso fica uma constatação: os movimentos sociais têm fluxos e refluxos; na realidade, eles constituem um campo de ação social coletiva, parte do objeto de estudo da própria sociologia. Existe uma sociologia dos movimentos sociais que não pode ser separada ou ignorada enquanto objeto de investigação. O repertório de ações coletivas que os movimentos constroem demarcam interesses, identidades, subjetividade e projetos de grupos sociais específicos. (GOHN; 2003, p. 8)

> A pergunta centralizadora para entender o trabalho de Gohn (2003) e como enxerga os movimentos sociais é: o que são os movimentos sociais para a autora? Logo no início do livro "Movimentos sociais no início do século XXI" ela torna claro o que compreende como movimento social, assim, ela os vê como ações coletivas pensadas a partir do caráter sociopolítico e cultural possibilitando que diferentes populações e sujeitos se organizem em torno de suas pautas e demandas sociais, culturais etc.

Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.) até as pressões indiretas. Na atualidade os principais movimentos sociais atuam por meio de redes sociais, locais, regionais, nacionais e internacionais, e utilizam-se muito dos novos meios de comunicação e informação, como a internet. (GOHN; 2003, p. 13)

A partir da citação exposta acima adquirimos diferentes indícios de como a Gohn (2003) lê os movimentos sociais e, consequentemente o que, de fato, a autora considera como movimentos sociais ou não. É interessante avaliar, portanto, como a autora imprime um olhar sociológico para os movimentos sociais, assim como os autores da geografia que trabalharam e trabalham nessa temática imprimem um olhar geográfico para as mesmas ações, isso nos revela algo também muito relevante, a intencionalidade do pesquisador.

Os elementos carregam consigo uma série de informações herdadas ou não de outros momentos históricos e movimentos sociais, assim um movimento atual a partir do seu interesse, intencionalidade, causa histórica, causa material, causa, causa política, enfim, uma série de linhas que levam sujeitos a se organizarem em movimentos sociais, da mesma forma que muitos dos movimentos existentes almejam a transformação da realidade a partir de suas pautas, existem aqueles movimentos criados para manter e impor a sua visão de mundo a partir de seus interesses particulares.

Para além da compreensão do que é movimento social, devemos agora compreender o que significa atuar em rede, Gohn (2003) cita vários exemplos de ações coletivas, umas mais combativas outras mais propositivas e, assim, constrói um ideário que guiará a ação de um movimento.

A autora ainda desenvolve o seu pensamento em torno do associativismo e diferencia o associativismo que é de massa e o que não é. Ela diz que o associativismo de massa é conduzido pela organização de militantes que se dedicam a uma determinada causa guiados por alguns diretrizes, regras e programas, já o associativismo que não é identificado a partir das massas, a mobilização é feita a partir de um entendimento em relação a um tema e de um apelo realizado por alguma entidade cunhada, sobretudo, sobre objetivos humanitários.

Nesse formato de ação os sujeitos não são levados a tornarem-se quadros ou referências em determinada luta, são sim levados a contribuir, mas sem obrigações e deveres

contínuos, assim "o novo associativismo é mais propositivo, operativo e menos reivindicatório – produz menos mobilizações ou grandes manifestações, é mais estratégico" (GOHN; 2003, p. 18).

É preciso destacar quando os movimentos sociais surgem no Brasil, sobretudo, os movimentos de caráter mais contestatório e reivindicativo, que respiravam a luta pela liberdade e emancipação política. Assim, é na década de 1970 e 1980, que surgem no Brasil e em diferentes outros países da América Latina, uma série de movimentos sociais populares que se colocavam como oposição aos regimes autoritários existentes em dado contexto histórico. No final dos anos 1980 e início dos anos 1990 esse cenário começa a se alterar, as manifestações de rua caem drasticamente e a partir de 1990 surgem outras formas de organização popular, estas por sua vez mais institucionalizadas e próximas dos Estados.

É impossível dissociar o caráter político predominante da época (1990) com os efeitos produzidos naquele momento pelos movimentos sociais, vivia-se um momento de abertura e ascensão das políticas neoliberais no Brasil, bem como na América Latina com exceção de alguns Estados. Dessa forma, muitas das organizações existentes nesse momento histórico são frutos de um processo marcado pelo contraste da desigualdade e das mudanças na vida política, social e cultural vividas até então, assim "algumas dessas ações coletivas surgiram como respostas à crise socioeconômica, atuando mais como grupos de pressão do que como movimentos sociais estruturados" (GOHN; 2003, p. 21).

Os autores Siqueira, Castro e Araújo (2003) trabalham a partir da construção e conhecimento do termo Globalização Corporativa Neoliberal destacando o ponto de vista dos movimentos sociais e associações que, de certa maneira, foram engolidos pelo sistema, assim discute os impactos da Globalização Corporativa e as respostas antiglobalização dada pelos movimentos que se articulam através de redes de movimentos sociais potencializando, portanto, o seu alcance e a mensagem emitida a partir de sua intencionalidade.

O surgimento de novas plataformas e maneiras de lutar foi potencializado pelas redes, assim Siqueira, Castro e Araújo (2003, p. 848) postulam que "grupos e organizações não governamentais (ONG) se desenvolvem rapidamente e começam a formar o arcabouço de um novo mundo possível, como sugere o lema do Fórum Social Mundial".

Para entendermos como se dá o impacto da Globalização Corporativa Neoliberal é importante entendermos os aspectos da globalização e dessa nova conjuntura que se apresenta ainda mais complexa e heterogênea. A globalização é um processo que acontece,

principalmente, no século XX, mais especificamente na metade do século XX, traz em sua formação um conjunto de interações que atuam num formato de redes que se ligam a partir de interesses e circunstâncias que caminham em sentidos econômicos, políticos, culturais, sociais, entre outros.

Os aspectos dessa nova fase em que tudo se atinge a partir dos instrumentos de informação e, consequentemente, comunicação, foram potencializados pelos novos mecanismos de poder, dessa forma, "fala-se de neoliberalismo em vez de capitalismo ou imperialismo, globalização em vez de recolonização, e Era da informática em vez de especulação financeira" (SIQUEIRA *et al;* 2003, p. 850).

Quando tratamos da Globalização Corporativa Neoliberal, falamos implicitamente da relação centro e periferia, entre os que criam e estabelecem a ordem do jogo e aqueles que obedecem a partir de consensos e receitas que supostamente prezam pela mundialização do capital e integração dos Estados.

Os movimentos sociais surgem como resposta a esse suposto desenvolvimento que coloca em risco a sobrevivência de comunidades e povos, assim, a ação desperta em níveis globais e assume a mesma escala de atuação que o próprio neoliberalismo corporativo, portanto, se as amarras do desenvolvimento a partir da receita neoliberal impõe uma forma de crescimento e não de desenvolvimento que respeite as comunidades e os povos, a resposta desses sujeitos se estabelece e edifica também em nível internacional, agindo, sobretudo, no formato de redes de movimentos sociais.

As dimensões econômica e política são ressaltadas no trabalho de Scherer-Warren (2005), principalmente, pelo recorte feito em torno dos movimentos sociais, a crise que se espalha em diferentes setores modifica o comportamento e as ações contidas na esfera econômica e política, algumas mudanças provocam transformações.

É nesse sentido que os movimentos sociais nos ajudam a compreender o contexto em que vivemos, já que podem ser compreendidos, segundo a autora, como laboratórios nos quais testamos novas propostas de sociedade e organização (política, econômica, cultural etc.).

> Não se trata de projetos globais de discutida aplicação, mas de experiências localizadas e concretas, talvez mais eficazes e com potencial efeito multiplicador. Ao lado dos movimentos tradicionais, surgem os novos movimentos – ecológicos, femininos, negros – que ampliam enormemente as perspectivas de transformações sociais. Talvez seja aí que ocorrem as práticas mais fecundas e originais (SCHERER-WARREN, 2005, p. 7).

O conceito de redes é empregado aqui para que a análise em torno da atuação dos movimentos parta de uma perspectiva clássica e de certa forma rígida a uma leitura dinâmica, fluida e em redes, ou seja, as transformações tecnológicas, as mudanças na técnica de produção, o mundo industrial centralizador e concentrador, as redes e os computadores, o aumento da desigualdade, o aumento da velocidade da informação são alguns elementos e mudanças que nos ajudam a entender todo esse processo e as novas configurações da sociedade.

Scherer-Warren (2005), aponta que a ideia de rede está contida na possibilidade de integração de diversidade, opondo-se, portanto, a ideia de unicidade e processo totalizador, essa leitura possibilita uma reflexão em torno das diferentes formas de articulação entre o local e o global, particular e universal, parte e todo, assim "trata-se de buscar os significados dos movimentos sociais num mundo que se apresenta cada vez mais como interdependente, intercomunicativo, no qual, surge um número cada vez maior de movimentos" (SCHERER-WARREN, 2005, p. 10). É notável que a temática em torno das ações coletivas ganhou durante muitas décadas importantes discussões e propostas de leitura, no entanto, a ação coletiva analisada se refere aqui como movimento social.

No primeiro momento (em torno dos anos 70), o paradigma dominante se dividia em duas grandes correntes: a marxista e a funcionalista. As mudanças eram compreendidas como mudanças globais tomando como referência básica o desenvolvimento, assim, essa leitura se reflete na teoria social latino-americana da seguinte forma:

> A teoria social latino-americana da ação coletiva e do conflito sob o predomínio de perspectivas marxistas, concebe o real enquanto totalidade inteligível, macroestrutural. Segundo esta concepção, há um sujeito privilegiado ao qual se atribui teleologicamente a missão de transformação histórica – a classe determinada a partir de sua condição objetiva no processo produtivo (SCHEREN-WARREN, 2005, p. 15).

No entanto, a existência de diferentes lacunas, sobretudo, no desenvolvimento da consciência de classe na América Latina, vários pesquisadores são direcionados para uma leitura mais centrada no Estado e no seu potencial de transformação, assim, como aponta Scheren-Warren (2005), menos atenção foi dada para pesquisas sobre as organizações da sociedade civil, sobre o significado de suas ações, sua organização etc.

No 2° período, a leitura teórica em torno dos movimentos sociais sofre algumas mudanças, traz novas compreensões e leituras sobre os movimentos sociais, do macro ao micro, do geral para o particular, das lutas de classe para os movimentos sociais, ou seja, há uma inversão dos elementos que possibilita uma outra leitura dos movimentos e das ações, leitura que se diferencia das lutas de classe.

> Naquele momento, Touraine estabelecia uma relação teórica entre as categorias de classe e movimentos sociais, e, em substituição a uma sociologia das contradições, pretende constituir uma sociologia do conflito. Portanto, em substituição à centralidade na análise das condições objetivas de classe (com ênfase na estrutura econômica), propõe o estudo das ações de classe, ações que podem ser defensivas ou contestatárias diante da dupla dialética de exploração e da dominação respectivamente (SCHEREN-WARREN, 2005, p. 16).

Para a sociologia da ação, o tema central é a historicidade, ou seja, como a sociedade está organizada, como os "atores" sociais se movimentam, produzem e acumulam cultura e conhecimento, surge uma outra possibilidade de leitura e ações dos movimentos, a centralidade econômica é modificada para um pluralismo e uma multiplicidade.

No terceiro momento de análise e leitura em torno dos movimentos sociais, Scheren-Warren (2005) aponta que a categoria movimento social se tornará a principal reflexão e tema central desenvolvido em teorias e entre pesquisadores, assim "trata-se na maioria dos casos, de substituir as análises em termos de processos históricos globais, por estudos mais intensivos de grupos específicos organizados" (SCHEREN-WARREN, 2010, p. 17)

A categoria de classe social passa a ser substituída pela categoria de sujeito popular e de ator social, a categoria de movimento social passa a ser compreendida como movimento popular, produzindo, assim, a leitura de que ao invés de uma tomada revolucionária, teríamos que pensar em transformações culturais e políticas que reverberariam no cotidiano.

Os movimentos sociais são para Scherer-Warren (2006) dinâmicos e complexos, se apresentam de múltiplas maneiras em diferentes realidades, além de sua dinamicidade nas últimas décadas, ocorreu um processo globalizante extremamente importante para compreendermos os movimentos sociais hoje, bem como as suas redes de atuação que se tornou cada vez mais complexo.

A autora aponta uma série de ações que representam as mobilizações da sociedade civil, estas acontecem em vários níveis e esferas, tem como alvo políticas sociais e públicas, manifestações sociais, ocupações, lutas simbólicas, entre outras ações. Como primeiro nível,

Scherer-Warren (2006) destaca o associativismo local representados palas associações civis, os movimentos comunitários e sujeitos sociais expressos no formato de Organizações Não-Governamentais (ONGs). O segundo nível apresenta formas de articulação intraorganizacionais e pode ser destacado os fóruns de sociedade civil, associações nacionais de ONGs bem como as redes de redes. O terceiro nível diz respeito a atuação às mobilizações na esfera pública é, portanto, o resultado da atuação de sujeitos organizados em movimentos sociais, ONGs, fóruns e redes de redes, atuam, sobretudo, na luta pela visibilidade e construção de espaços de resistência e pressão popular.

> Finalmente, como resultado de todo esse processo articulatório vai se constituindo o que denominamos, enquanto conceito teórico, de rede de movimento social. Esta pressupõe a identificação de sujeitos coletivos em torno de valores, objetivos ou projetos em comum, os quais definem os atores ou situações sistêmicas antagônicas que devem ser combatidas e transformadas. Em outras palavras, o Movimento Social, em sentido mais amplo, se constitui em torno de uma identidade ou identificação, da definição de adversários ou opositores e de um projeto ou utopia, num contínuo processo em construção e resulta das múltiplas articulações acima mencionadas. A ideia de rede de movimento social é, portanto, um conceito de referência que busca apreender o porvir ou o rumo das ações de movimento, transcendendo as experiências empíricas, concretas, datadas, localizadas dos sujeitos/atores coletivos (SCHERER-WARREN; 2006, p. 113).

Se um movimento social é por si só dotado de complexidade e identidade(s), a atuação desses mesmos movimentos em diferentes escalas no formato de redes de movimentos apresenta ainda outros elementos que os tornam mais complexos, o seu campo de atuação é expandido e o impacto que provoca é potencializado, fica claro que a atuação em rede possibilita um maior alcance e atuação desses sujeitos nas mais diferentes escalas.

A autora compreende que no contexto atual em que vivemos onde a informação corre, onde cada sujeito reivindica ou pretende se movimentar em torno de pautas e demandas especificas, há a construção de lutas que estão presentes em diversas escalas de ação, é a luta pela identidade, étnica, classe, valores políticos e sociais, igualdade, liberdade, entre outras, que movimentam esses sujeitos, bem como a sociedade de forma geral.

A transversalidade impressa na luta e demandas por direitos potencializa a forma como as pautas são construídas e como elas impactam a sociedade, dessa forma, a atuação em rede possibilita uma ampliação de espaços de luta e visibilidade, bem como uma maior mobilização.

Essa leitura em torno da atuação dos movimentos sociais em redes de movimentos é ainda mais bem explorada pelo sociólogo espanhol Manuel Castells em seu livro “Redes de

indignação e esperança", apresenta uma leitura ousada dos movimentos sociais e da utilização de outros mecanismos de mobilização e disputa territorial, seja do território enquanto matéria, seja da ideologia ou da construção e manutenção de paradigmas dispostos no território imaterial.

Castells (2013) traz para a discussão um elemento importante acerca das novas características atribuídas aos movimentos sociais contemporâneos, isto é, o papel das redes na formação e organização desses movimentos, visto que a sua capacidade de articulação foi potencializada pela informação que chega instantaneamente.

> Eu havia passado a maior parte da última década estudando a transformação das relações de poder em conjuminância com as mudanças na comunicação, e detectei o desenvolvimento de um novo padrão de movimento social – talvez as novas formas de mudança social do século XX. (CASTELLS, 2013, p. 7).

Os canais de comunicação que há muito tempo foram ocupados pelos poderosos representava um importante espaço de dominação e coerção popular, no entanto, Castells (2013) traz uma excelente contribuição ao indagar esses poderes e espaços, apontando as suas fragilidades no contexto atual em que as redes sociais ganham cada vez mais dimensão projetando-se sobre os espaços dominados pelos poderosos, as redes sociais como ele postula são espaços de autonomia que ultrapassa o controle e a monopolização do meio que exerce um poder sobrepujante.

A extensão e o volume de informações produzidas pelos movimentos organizados nas redes causam espanto, Castells (2013, p. 12) diz "os movimentos espalharam-se por contágio num mundo ligado pela internet sem fio e caracterizado pela difusão rápida, viral, de imagens e ideias". Essa observação traz à tona a dimensão e a complexidade presente no novo formato de atuação desses movimentos e sujeitos agora conectados de maneira diferente, nas pontas dos extremos e mesmo assim aliados de uma única ou várias causas.

O poder que controla a população está diluído nas múltiplas relações sociais, assim como expressa Castells (2013, p. 14) "as relações de poder estão embutidas nas instituições da sociedade", logo essas instituições limitam e coagem os sujeitos a respeitarem determinadas regras e normativas que devem ser seguidas para que a "ordem" permaneça, ao mesmo tempo que ele expõe o poder embutido em nossa sociedade. Ele também aponta a atuação de sujeitos que exercem um contrapoder, são aqueles que desafiam o poder vigente e lutam pela representação de outros símbolos e valores, "a verdadeira configuração do

Estado e de outras instituições que regulam a vida das pessoas depende dessa constante interação entre poder e contrapoder" (CASTELLS, 2013, p. 14).

Os movimentos sociais atuam, a partir do que Castells (2014) expõe, na construção de novos símbolos e valores que serão e são disputados na mente de cada sujeito que compõem o círculo de informações, leis e normas regidos por um único ou poucos sujeitos que detém o poder, dessa forma os movimentos sociais produzem novos valores, símbolos e significados, portanto, exercem o contrapoder através da comunicação autônoma.

> Assim, os movimentos sociais têm um conjunto de causas estruturais e motivos individuais para se erguer contra uma ou várias dimensões da dominação social. Mas conhecer suas raízes não responde à questão do seu nascimento. Uma vez que, em minha opinião, os movimentos sociais são a fonte da mudança social, e, portanto, da constituição da sociedade, essa questão é fundamental (CASTELLS; 2014, p. 21).

Touraine (2006) tece uma crítica relevante em torno do conceito de movimento social ao dizer que é necessário distinguir claramente e em cada tipo de sociedade, os movimentos sociais propriamente ditos, aqueles que realizam e que fazer oposição as estruturas de poder econômica e política vigente atualmente. Ao mesmo tempo, existem também como aponta o autor, um conjunto de movimentos considerados históricos e que fazem parte da própria construção espacial, territorial e identitária de um determinado Estado, esses movimentos acompanharam os processos de ruptura e transformações estruturais.

A necessidade de recompor o conceito e reestruturá-lo dentro de um conjunto de teóricos que dialogam com os movimentos se dá por mudanças que necessitam de um maior aprofundamento teórico e conceitual. As duas principais críticas de Touraine (2006) aparecem quando o autor declara que a ideia de movimentos sociais é menos uma categoria propriamente analítica do que uma categoria de natureza histórica, ou seja, os movimentos estão ligados a um tipo de sociedade que já não existe mais, como por exemplo a sociedade industrial. A segunda maneira de estabelecer críticas ao conceito, é enfatizar que os fenômenos da globalização ou de mundialização deslocaram consideravelmente os espaços e mecanismos de conflitos, de tal modo que os movimentos sociais merecedores de estudos são aqueles que colocam em questão os mecanismos de globalização.

Touraine (2006) também realiza duras observações acerca da generalização e ao mesmo tempo homogeneização do conceito de movimentos sociais, sobretudo, ao ser comparado com ações coletivas, ele alerta, portanto, da importância de não confundir ações

coletivas e movimentos sociais, para ele são conceitos e processos distintos, sendo aceitável a aplicação da noção de *"resource mobilization"* a todas as formas de ação coletiva e de conflito.

Mas então se as ações coletivas espontâneas dotadas de conflitualidade, tensionamentos e resistências não são consideradas por Touraine (2006) como movimentos sociais, qual seria a melhor definição para o conceito? É evidente que ao negligenciar tal possibilidade embrionária dos movimentos que nascem a partir dos conflitos políticos engendrados na atualidade – e que são vários os temas e motivos – o autor enterra outras possibilidades de interpretação que colocam grupos e movimentos organizados no centro da disputa espacial e territorial.

> Em compensação, a sabedoria residiria em reservar o emprego da categoria "movimentos sociais" ao conjunto dos fenômenos que, de fato, receberam esse nome no decorrer de uma longa tradição histórica. O essencial, aqui, é reservar a ideia de movimento social a uma ação coletiva que coloca em causa um modo de dominação social generalizada. Entendo que uma relação social de dominação só pode suscitar uma ação que mereça o nome de movimento social se atuar sobre o conjunto dos principais aspectos da vida social, ultrapassando as condições de produção em um setor, de comércio ou de troca ou, ainda, a influência exercida sobre os sistemas de informação e de educação (TOURAINE, 2006, p. 19).

Concordamos com Touraine (2006) da necessidade de se construir referenciais e critérios para definição dos movimentos e das ações coletivas que não objetivam mudanças e transformações reais, ao mesmo tempo a guia de exclusão que determina a retirada de ações coletivas de movimentos contemporâneos contestatórios deve ser reavaliada.

A definição razoável para o conceito de movimentos sociais perpassa a compreensão de que só são movimentos sociais aqueles que colocam em questão as condições particulares, ou seja, os domínios socialmente definidos. A primeira afirmação nos leva para a segunda, só existem movimentos sociais se existirem também ações coletivas, desde que dadas ações possuam um impacto considerável e não esteja centralizada a interesses particulares.

As críticas construídas sobre o conceito perpassam o uso da noção de movimento social com aspectos centrais da sociedade considerada. Neste sentido, o movimento operário é apontado por Touraine (2006) como um movimento que havia culminado quando métodos de organização do trabalho e em particular o fordismo, ameaçaram de maneira mais grave e sistemática a autonomia do trabalho operário.

A indagação sobre a efetividade da utilização do conceito de movimento social aplicadas em sociedades pós-industriais é feita, apesar da construção deste conceito preceder

o que hoje chama-se de sociedade da informação e tecnologia, Touraine (2006) evidencia que as possibilidades para a construção de novas interpretações frentes aos movimentos sociais que atuam neste novo contexto é possível, assim, "não é difícil ver, em diversos países e em tipos de sociedades muito diferentes, conflitos tocando a apropriação da informação e do conhecimento" (TOURAINE, 2006, p. 24).

Os movimentos sociais são expressões humanas carregadas por uma construção simbólica e valorativa, portanto, atribui-se valores a ideários, a práticas, a discursos, as maneiras de ser e de se perceber no espaço, as manifestações, entre outros elementos que simbolizam a ação dos movimentos em torno de um universo que é único e local, ao mesmo tempo que é estrutural e global. Os movimentos sociais surgem em contextos de diferentes e possuem suas especificidades e lutas, podem estar ligados à dominação, à exploração, ao abismo causada pela desigualdade social, ao racismo, a xenofobia, a LGBTfobia, desrespeito às liberdades individuais, sexismo, Estados violentos, intolerância e uma infinidade de práticas violentas que despertam e provocam uma ação organizada, sistemática e complexa expressa nos movimentos sociais.

3.2. MOVIMENTOS SOCIOESPACIAIS E MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS: por uma leitura geográfica dos movimentos sociais

As relações de poder e a forma como os sujeitos disputam os espaços o confere a característica de território, partimos do aspecto que narra a ação aliada a intencionalidade de determinado movimento social, afinal, qual o seu trunfo e qual ou quais são suas estratégias de atuação e militância, assim "consequentemente, a delimitação de seu poder manifestado na forma de território amplia suas capacidades, permitindo um controle maior sobre os processos que condicionam suas vidas" (PEDON, 2009, p. 13).

Pedon (2009) compreende os movimentos sociais como um tipo ou forma de mobilização coletiva que possui duração perene, organizada e complexa, que se realiza a partir de suas ações e movimentações e que, ao se movimentar, motivam reflexões e discussões acerca de temas macroestruturais que percorrem a organização-mundo e as suas estruturas de opressão, violência, violação e, principalmente, exploração, expressões estas que se materializam no território.

Assim:

> Esses processos têm como resultado a exclusão e a subordinação das classes populares. A proposta de conceituação dessas manifestações a partir de uma perspectiva geográfica baseia-se na formulação e emprego dos conceitos de movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais. Inserindo, dessa forma, a perspectiva geográfica no campo da teoria social crítica (PEDON, 2009, p. 15.)

O estudo dos movimentos sociais e de sua inserção no contexto político nacional a partir de um olhar geográfico se deu entre as décadas de 1970 e 1980 acompanhando, como expressa Pedon (2009), o processo de renovação da geografia, a sua introdução nesse cenário de estudos e investigações se dá pelo aumento exponencial de movimentos sociais, bem como pela valorização dos sujeitos sociais como elementos importantes na construção de territórios, ou seja, os sujeitos são responsáveis pela construção de suas histórias ou da história de seu país, esse viés e corrente filosófica, teórica e conceitual de conceber a realidade é reforçado pela corrente da geografia crítica.

A concepção do espaço geográfico como um acúmulo, produto, ou resultado histórico dotado de contradições é uma construção recente da ciência geográfica, assim Pedon (2009, p. 18) diz "o que significa dizer que, na relação que os homens estabelecem entre si e com seu espaço, este último raras vezes tomava sentido de construção social", ou seja, não era visto como um produto das relações e contradições, era compreendido como recurso natural que poderia ser modificado a partir da relação humana ou como barreira a ser superada, no entanto, a geografia critica surge para romper com esses limites de interpretação e galgar novas possibilidades e leituras.

O espaço antes da geografia crítica era compreendido como um palco onde a vida acontecia, era metaforizado ou um reflexo das relações sociais, a leitura marxista rompe com essa visão naturalizada do espaço, o espaço não é resultado do natural, mas sim de contradições, lutas, processos de disputa, dotado de contenção, resistência e contra resistência.

> Dessa forma, o materialismo histórico-dialético passou a vigorar como vertente epistemológica no conjunto das pesquisas que adotaram a categoria espaço não mais de forma puramente complementar no processo de conhecimento dos fatos sociais, mas como uma categoria a partir da qual se desenvolveram quadros explicativos cada vez mais próximos da realidade contraditória vivida por homens e mulheres (PEDON, 2009, p. 18).

O materialismo histórico-dialético surge como proposta de leitura da realidade brasileira que vivia constantes mudanças sociais e, também como uma orientação metodológica que atendia os rigores necessários para a investigação cientifica, assim "a parca teorização e a supervalorização das pesquisas pautadas em procedimentos tradicionais passaram a sofrer severas críticas nesse momento" (PEDON, 2009, p. 19).

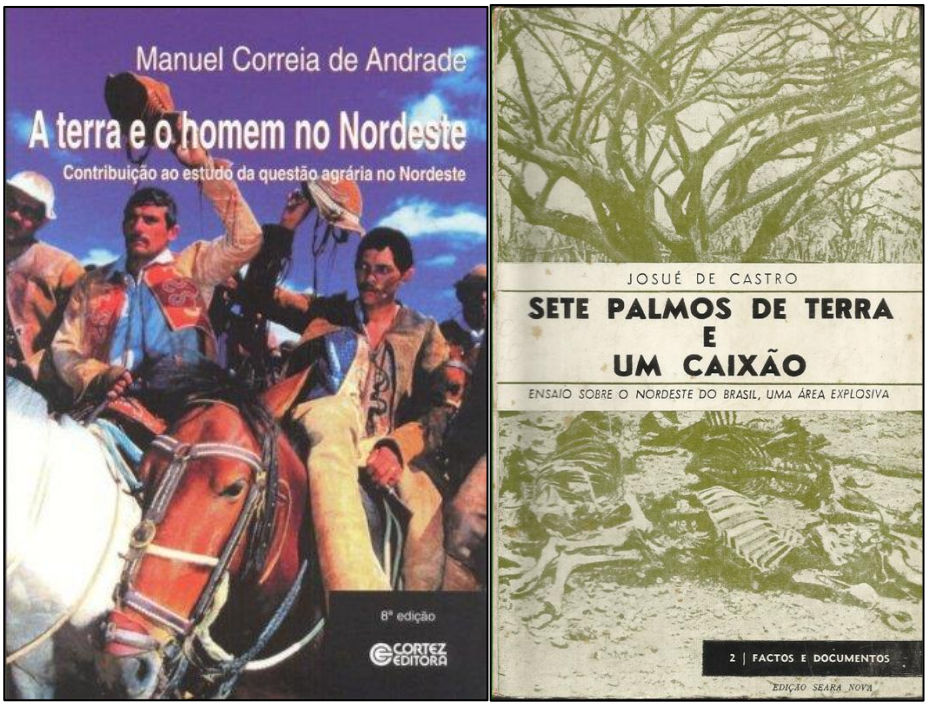
A produção do espaço discussão trabalhada largamente pelo filósofo Henri Lefebvre, é um dos elementos importantes para compreendermos o espaço como resultado da existência dos sujeitos, bem como de uma troca que nem sempre é harmoniosa, assim, essa produção é lida a partir das intencionalidades, seja do sujeito, seja do Estado e até mesmo dos agentes opressores que dominam a cadeia de exploração assim "o espaço passa a ser fundamental na manutenção da reprodução social" (PEDON, 2009, p. 24).

> Nas décadas de 1960 e 1970 poucos foram os geógrafos que se envolveram com o tema dos movimentos sociais, já que as correntes teóricas predominantes nesse período, a *Geografia Tradicional* e a *Geografia Teorética*, tratavam de temas sociais e políticos somente de forma complementar às análises regionais. Podemos observar a ausência de pesquisas relacionadas ao tema dos movimentos sociais em revistas de geografia e anais de eventos no Brasil na passagem das décadas de 1960 e 1970. Na década de 1960, quando os conflitos rurais já vinham ganhando expressão por meio da ação das Ligas Camponesas, dois autores, Manuel Correia de Andrade e Josué de Castro, romperam com o ostracismo da geografia com relação aos movimentos sociais (PEDON, 2009, p. 26).

Os trabalhos que inauguram a construção de um saber científico sobre a ação de sujeitos organizados em movimentos sociais, nascem, sobretudo, através de autores estrangeiros e de outras disciplinas como pontua Pedon (2009), a área que mais explora esse assunto é a sociologia.

Pedon (2009) compreende que nos momentos de ataque aos valores democráticos, às liberdades individuais e a diversidade representada pela multiplicidade de sujeitos, os assuntos que permeiam a escala de atuação social centrando a análise aqui aos movimentos sociais recrudescem e são pormenorizados pelo medo que os cerca, assim sendo, num contexto oposto marcado pela abertura política esses debates renascem e produzem um movimento de discussões que possibilitam o avançar do campo científico, desta forma " no momento em que essa repressão perde força, justamente pela pressão exercida pelos sujeitos organizados, abre-se espaço para a adoção de posturas mais críticas" (PEDON, 2009, p. 25)

Figura 9 - Capa dos livros de Manuel Correia de Andrade e Josué de Castro



Fonte: Google Imagens.

Os trabalhos que dão início a uma leitura geográfica dos movimentos sociais podem ser observados a partir de dois autores, Manuel Correia de Andrade e Josué de Castro, respectivamente com as obras: "A terra e o homem no Nordeste" e "Sete palmos de terra e um caixão: ensaio sobre o Nordeste uma área explosiva". Esses autores são os precursores quando o tema está relacionado a movimentos sociais e geografia, ainda que suas leituras sejam descritivas e objetivas sem o exercício de aprofundar numa discussão teórica e conceitual acerca da ação dos movimentos sociais.

O quadro agrário brasileiro na década de 1960 sofria importantes abalos provocados pela movimentos das Ligas Camponesas que surgiram, inicialmente, em 1940, através do Partido Comunista do Brasil (PCB). No entanto, é a partir de 1960 com uma reorganização e da instauração de um novo formato de atuação, que as ligas se expandiram e adquiriram formas de luta diferenciadas, colocando em xeque e criticando o que denominavam de "latifúndio improdutivo e decadente".

Dessa forma a geografia brasileira foi praticamente obrigada a trabalhar e abordar o tema relacionado às Ligas Camponesas em seus trabalhos e discussões, visto que elas trouxeram debates acerca de temas como organização política e social, movimentos sociais, direitos humanos, entre outros assuntos que vão se desenrolando a partir das obras de Manuel Correia de Andrade e Josué de Castro.

Figura 10 - Manifestação da Liga Camponesa em 1960

Fonte: MST/Memorial da Democracia.

Os elementos históricos aliados a uma leitura espacial e as disputas territoriais possibilitam ao geógrafo a ampliação do seu campo de visão/estudo, supera o tradicional e o matemático e adentra numa leitura social, histórica, geográfica e potente, a partir do materialismo histórico e dialético é possível desvendar mistérios e segredos espaciais contidos, principalmente, na esfera social.

Pedon (2009) aponta que foi a partir de 1979 que o número de trabalhos com a temática relacionada aos movimentos sociais cresce exponencialmente, sobretudo, na sociologia que buscava compreender os diferentes movimentos sociais que emergiam naquele momento. Esse crescimento quantitativo é fruto de uma relação dialética mais intensa entre esses movimentos sociais, partidos políticos e outras organizações como entidades que prestavam assessoria aos movimentos, assim "junto ao crescimento do volume destes trabalhos, cresceu também o volume das imprecisões conceituais acerca do fenômeno" (PEDON, 2009, p. 45).

Um movimento social para Pedon (2009) só pode existir a partir de uma concepção voltada para as classes sociais, esse movimento por sua vez adota práticas e ações que

dialogam com seu lugar no mundo, isto é, com sua classe social, em alguns momentos históricos em que a pressão por parte de uma das classes é exercida ocorre o antagonismo de classes que se materializam em manifestações e ações que como aponta o autor vão além da compreensão de ação coletiva, já que a mesma se apresenta de forma sistemática e ordenada.

O autor ainda se preocupa em diferenciar a ação coletiva da organização expressa pelos movimentos sociais, assim os movimentos sociais se diferem das ações coletivas pois possuem um percurso de identificação e seleção dos problemas que geralmente estão vinculados a uma estrutura de poder e dominação; essa estrutura de poder e dominação é resultado de um processo antagônico e dialético, um processo histórico e a partir de sua história podemos verificar os elementos que provocaram o movimento a se projetarem na realidade que os oprime, "é aí que reside a profundidade e extensão que as simples manifestações coletivas não alcançam" (PEDON, 2009, p. 47).

A partir da década de 1980, a teoria dos Novos Movimentos Sociais (NMS) foi amplamente utilizada pelas ciências sociais, sobretudo, pelos geógrafos brasileiros para explicar as ações e movimentos que vinham se projetando naquele contexto, essa abordagem teórica que teve seu nascimento na Europa imprimia um novo olhar para os movimentos sociais, entendendo que as perspectivas tradicionais e os paradigmas clássicos implantavam o conceito de classe na tentativa de ler movimentos que não se limitavam somente a ela.

A teoria dos Novos Movimentos Sociais (NMS) cumpriu o papel de questionar a abordagem dos movimentos sociais a partir da classe social e das contradições contidas no sistema capitalista, a nova abordagem evidenciou o processo de globalização e o surgimento de novas identidades, bem como de novas pautas políticas.

> Em suma, pode-se concluir que na geografia brasileira o materialismo histórico marxista ajudou a fundamentar a historicidade do espaço e nos mostrou que é impossível pensar o espaço sem pensar no sujeito dessa historicidade. O espaço assim como sua carga histórica é produto do sujeito. Desse modo, os movimentos sociais podem ser considerados os sujeitos responsáveis por importante parte das mudanças vividas pela sociedade atual, sobretudo de seu espaço e sua espacialidade (PEDON, 2009, p. 64).

Pedon (2009) aponta que os primeiros estudos em torno dos movimentos sociais na geografia brasileira reforçaram a dicotomia existente entre o espaço urbano e o espaço rural; os estudiosos que trabalhavam com as manifestações do espaço rural pouco se arriscavam em realizar uma leitura da totalidade, ou seja, analisar também os movimentos urbanos e vice-

versa, isso refletiu na "tradicional organização teórico-conceitual e metodológica dessas ciências, assim é com a geografia, tradicionalmente dividida entre Geografia Rural e Geografia Urbana" (PEDON, 2009, p. 65).

Avançando numa leitura geográfica em torno da totalidade e das ações contidas no campo e na cidade, Silva (2018) contribui significativamente para uma leitura completa em torno dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais. Silva (2018) realiza uma leitura relevante sobre os processos de espacialização da luta pela terra em dois espaços, campo e cidade, realizando tal leitura a partir do enfoque teórico-conceitual dos movimentos socioterritoriais, é, portanto, uma leitura geográfica da atuação do MST e do MTST com enfoque na disputa territorial.

A construção de sua dissertação é o resultado de importantes acúmulos que se originam desde seu trabalho dentro do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA, até a sua relação com as categorias analisadas pelo grupo de pesquisa como manifestação e ocupação. A construção e a participação nessas etapas, foi o que possibilitou também uma sólida abordagem conceitual em torno da atuação dos movimentos, seja no campo ou na cidade, a leitura de Silva (2018), nos traz importantes indagações, entretanto, vale ressaltar o papel do geógrafo na construção do conhecimento, este por sua vez aliado a realidade que o cerca, assim, os movimentos socioespaciais e socioterritoriais quando lidos pela visão de um geógrafo, são potencializados e melhor compreendidos em suas múltiplas escalas de atuação, isto é, em sua multiescalaridade, em sua estratégia de ação e trunfo, etc.

O grande cerne da leitura feita em torno da luta no campo representada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a luta na cidade representada pelo Movimentos dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) é o intercâmbio que acontece entre esses movimentos, possibilitando, assim, a troca de experiências de luta e militância.

Figura 11 - No campo e na cidade a luta se faz

Fonte: Google Imagens.

A autora construiu a partir de suas intencionalidades uma metodologia adequada e precisa para captar e construir sua teoria em torno da ação do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). Essa construção é resultado também do acúmulo que os anos de experiencia e trabalho na Rede DATALUTA proporcionaram, desta forma, a pesquisa de Silva (2018) inclui o cadastro de palavras-chave na plataforma *Google Alerts* para obtenção de notícias que estão relacionadas a manifestações e ocupações do movimento.

A leitura integrada entre campo e cidade objetivando a análise dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais é uma etapa imprescindível para a compreensão da totalidade. A sua importância pode ser reafirmada e reforçada a partir dos trabalhos que já evidenciam a formação de Coletivos LGBTQIA+ no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MTST).

O trabalho de Mariano e Paz (2018) evidenciam uma construção única, potente e coletiva que vem sendo realizada dentro do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Dada construção representa um importante passo para a transformação da realidade a partir de diretrizes socialistas e revolucionárias. O objetivo do trabalho é apresentar reflexões sobre a construção do debate da diversidade sexual e de gênero no Movimento, que tem como marco a realização do 1° Seminário "O MST e a Diversidade Sexual" construído em 2015.

A construção de um trabalho como o de Mariano e Paz (2018) evidencia a existência de uma disputa de modelo de sociedade e respeito as diversidades de uma maneira geral. O objetivo é realizar uma contribuição ao debate político não apenas para o MST, mas para toda a classe trabalhadora que tem como tarefa construir a luta pela liberdade sexual aliada à superação do sistema capitalista-racista-patriarcal. (MARIANO; PAZ, 2018, p. 290).

Vale ressaltar que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), desde sua criação, em 1984, construiu sua unidade em torno de três objetivos: a luta pela terra, pela reforma agrária e por transformações sociais mais amplas através da construção de um modelo de sociedade socialista.

O MST, desde sua formação buscou a realização de uma integração da família, entretanto, esse processo também apresentou inúmeras contradições e as primeiras questões e queixas foram trazidas pelas mulheres visando a construção de mecanismos e espaços de suporte para que efetivamente pudessem participar dos espaços de decisão política.

> Na busca por organizar os sujeitos, o MST foi aprendendo que a luta pela terra é muito mais que sua expressão literal. Nela está contida a organização da vida em suas diversas dimensões. É a partir dessa compreensão que se estruturam os setores e coletivos dentro do Movimento: educação, formação, saúde, produção, frente de massas, gênero, cultura, comunicação, relações internacionais e juventude. Podemos dizer que a vitalidade do MST vem, fundamentalmente, da sua capacidade de se reinventar, de buscar formas para dar respostas organizativas às múltiplas necessidades que envolvem a vida das(os) Sem Terra (MARIANO; PAZ, 2018, p. 291).

Um dos aspectos relevantes da história do Movimento LGBTQIA+, inicialmente reconhecido como Movimento Homossexual Brasileiro, são os aspectos e as características que ligam e atrelam o movimento a luta à esquerda e anti-imperialista que se difundiu com enorme velocidade nas décadas de 1960 e início de 1970, sobretudo, em cidades latino-americanas, como por exemplo as culturas homossexuais urbanas da Cidade do México, de San Juan e de Buenos Aires. Nesse sentido, "não surpreenderia que um desses grupos que se formaram no México em 1978, a *Frente Homossexual de Acción Revolucionária*, adotasse a linguagem e o simbolismo da esquerda" (MARIANO; PAZ, 2018, p. 291).

Ao mesmo tempo que se tem uma relação próxima entre os Movimentos Homossexuais e a luta engendrada pela esquerda, também é possível observar posições contrárias a liberação sexual, dada posição possui uma raiz histórica. Entre as consequências da ascensão de Stalin ao poder no final de 1924, estava o Estatuto de 1934 que criminalizava os envolvimentos sexuais consentidos entre homens adultos, com a punição de três a quatro anos de encarceramento.

A afirmação de que a homossexualidade estaria vinculada ou seria um "desvio burguês", acabou por afastar muitos militantes do movimento LGBT da esquerda marxista,

provocando um esvaziamento e a construção de uma nova compreensão sobre a diversidade fora das fronteiras da transformação da sociedade a partir do socialismo.

> Percebemos que antes da alteração das normas gerais do MST em 2016, não havia uma linha política clara sobre a forma de tratar a orientação sexual e a identidade de gênero na organização. Apesar da produção do MST apontar a superação das desigualdades e a construção do homem e mulher novos, ao não nomear a orientação sexual e a identidade de gênero deixava-se uma brecha para interpretações variadas sobre a questão. Reunimos relatos que passam por não aceitar LGBTs em alguns acampamentos, coagir militantes a não publicizar sua orientação sexual sob o risco de serem expulsas das instâncias, ou mesmo perseguidas e, ainda, diversas situações de violência nas suas variadas expressões (MARIANO; PAZ, 2018, p. 294).

Mariano e Paz (2018) ressaltam que a participação de pessoas LGBTQIA+ não é tão recente quanto a sua auto-organização. Na história do Movimento podem ser encontrados muitos militantes orgânicos e dirigentes LGBTQIA+ que tiveram uma trajetória bem-sucedida, o que não significa que não sofreram inúmeras violações e violências por serem LGBTQIA+.

As conflitualidades em torno da temática que envolve a diversidade sexual e de gênero no Brasil se acirrou nos últimos anos, sobretudo, a partir do crescimento da extrema-direita e do conservadorismo, que vem impondo a partir do Estado (de cima para baixo) uma política de controle e violência dos corpos interpretados como dissidentes ou transgressores. É nesse momento histórico e de importante disputa que o MST se posiciona a favor da diversidade em todas as suas instâncias e representações.

A possibilidade de criação de um coletivo LGBTQIA+ dentro do MST foi sendo construída a partir de relações, experiências, relatos e intercâmbios com outros movimentos socioespaciais e socioterritoriais, dados movimentos recebiam pessoas LGBTQIA+ Sem Terra. Entretanto, a partir de 2013 esse debate vai ganhando cada vez mais força e traz à tona algumas potencialidades ao pensar a diversidade como um elemento essencial para a luta pela terra e pela transformação da realidade.

Apesar de toda essa mobilização e discussão em torno da temática da diversidade sexual no MST, foi somente em agosto de 2015 que foi realizado o primeiro seminário "O MST e a Diversidade Sexual" na Escola Nacional Florestan Fernandes. Segundo Mariano e Paz (2018, p. 298), o evento contou com a participação de 35 militantes de 13 Estados do país e marcou o que foi considerado como o início da auto-organização das LGBTs no MST, lançando, por assim dizer, a identidade LGBTQIA+ Sem Terra.

Dentre os encaminhamentos dados no primeiro seminário LGBTQIA+ realizado no MST, um deles assume uma real importância dado o seu inevitável acúmulo, isto é, o Grupo de Estudos LGBT Sem Terra. Dado espaço foi responsável por acumular debates, discussões e coordenar com os setores e instâncias do MST o acompanhamento das ações planejadas, assim como propor novas atividades.

As relações do coletivo LGBTQIA+ do MST com o seu setor de gênero é intrínseca e se deu por vários motivos, dentre eles cabe destacar as aproximações com as estruturas e os processos que violam determinados corpos e sexualidades em detrimento de outros modelos. Nesse sentido, o patriarcado, sexismo, heteronormatividade, racismo e o capitalismo se entrelaçam e potencializam as estruturas de opressão e violência. Estabelecer relações e aprofundar o debate acerca do gênero e da sexualidade a partir da prática revolucionário foi um excelente caminho construído pelo MST ao debater diversidade de maneira ampliada e a partir de sua totalidade.

> Para compreender o primeiro ponto, precisamos apresentar por quais caminhos vem sendo desenvolvimento o debate em torno da sexualidade. A perspectiva que apresentamos aqui coincide com a construção que o MST vem apontando. Inicialmente, é importante assinalar que, embora o fator orgânico/biológico seja um elemento fundamental, é nas determinações sociais que devemos compreender a forma pela qual homens e mulheres vivenciam sua sexualidade (MARIANO; PAZ, 2018, p. 305).

A construção de um modelo de sociedade a partir do MST perpassa também uma transformação e disputa territorial em cada corpo que compõe o coletivo. Avaliar os limites e as potencialidades dessas relações talvez seja um ponto a ser explorado futuramente com o desenvolvimento de novas pesquisas. Nesse sentido, "o esforço deve ser, portanto, compreender quais determinações sociais tem estruturado as situações reconhecidas como discriminações contra LGBTQIA+ e os motivos para que elas se reproduzam" (MARIANO; PAZ, 2018, p. 305).

É sempre importante lembrar que patriarcado, heterossexismo e racismo estão articulados com a luta de classes. Dada perspectiva evidencia uma relação de dominação que mantém um modelo de sujeitos, família e sociedade, modelo este que facilita a reprodução não somente das sexualidades consideradas "normais", mas também do próprio sistema capitalista.

Assim, no capitalismo, a divisão sexual do trabalho – considerada a base material do patriarcado – é combinada e relacionada com à divisão social do trabalho, em que a família nuclear, monogâmica e heterossexual passa a se constituir como núcleo fundamental da sociedade de classes forjando mecanismos de dominação social e de acumulação de riquezas (MST, 2017, p. 10).

> A construção do coletivo LGBT no MST representa, sem dúvida, o início de um novo ciclo para o movimento camponês, bem como uma novidade para todas as pessoas que se ocupam cotidianamente na luta pela transformação da sociedade e emancipação humana. Nesse sentido, o MST não só apresenta soluções e uma nova proposta de sociedade, mas se desafia a trazer a dimensão da liberdade sexual na prática política cotidiana de forma articulada com a luta pela terra, pela reforma agrária popular, por uma sociedade socialista (MARIANO; PAZ, 2018, p. 311).

A leitura geográfica dos movimentos sociais compreendida a partir da abordagem socioespacial e socioterritorial possibilita uma análise e leitura dos movimentos que ultrapassa os limites da história e da sociologia, já que em muitos momentos essas áreas das ciências sociais não consideraram a dimensão espacial e posicionaram o conceito, em muitos momentos, como apenas um palco onde a vida acontece; sabemos que o espaço é mais do que um palco, ele é objeto que é produzido a partir da ação de sujeitos organizados ou não, o espaço é elemento essencial para uma leitura geográfica da intenção e ação dos movimentos sociais.

> As formas de organização, as relações e as ações acontecem no espaço. Elas se realizam no espaço geográfico e em todas as suas dimensões: social, político, econômico, ambiental e cultural etc. Portanto, a partir do momento que nos propomos a realizar uma análise geográfica dos movimentos, além da preocupação com as formas, ações e relações, é fundamental compreender os espaços e territórios produzidos ou construídos pelos movimentos (FERNANDES, 2005, p.30).

Fernandes (2000) no artigo "Movimento social como categoria geográfica" apresenta uma série de subsídios que auxiliam os geógrafos na leitura dos movimentos, sobretudo, aqueles que tem os movimentos sociais como objeto de estudo e análise, assim, "é uma reflexão que venho desenvolvendo com o objetivo de propor análises de movimentos sociais a partir de dois processos geográficos: a espacialização e a territorialização" (FERNANDES, 2000, p. 59).

A grande crítica realizada por Fernandes (2000) é a utilização de conceitos de outras ciências para explicar os fenômenos geográficos, principalmente, aqueles centrados nos

movimentos sociais, assim, "os movimentos sociais podem ser categorias de diferentes áreas do conhecimento, desde que os cientistas construam os respectivos referenciais teóricos" (FERNANDES, 2000, p. 60).

Os movimentos se apresentam como formas de organização, política, econômica e social que visam a construção de estruturas e processos, organizam e dominam territórios das mais diversas formas, assim, temos um amplo espectro de movimentos que se organizam no campo e na cidade e que possuem intencionalidades distintas que em alguns momentos se complementam e outros se distanciam, o termômetro dessa relação é a história.

> Na geografia, essa preocupação é recente. Uma referência é o trabalho de Oliveira (1991, p. 9) que registra os estudos de Orlando Valverde e Manuel Correa de Andrade a respeito da questão agrária e dos movimentos camponeses nas décadas de 1950 e 1960. Ainda assim, desde a década de 1980 vem crescendo o número de estudos geográficos a respeito dos movimentos sociais. São várias teses e dissertações em geografia referentes a esse tema (FERNANDES, 2000, p. 60).

O conceito elaborado por Fernandes (2000) em torno dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais é amplo, já que envolve uma série de outros espaços que juntos representam a totalidade, assim, engloba o espaço geográfico, político, econômico, social, cultural etc. O conceito desenvolvido por Fernandes (2000), contribui significativamente para interpretarmos esses movimentos, bem como as ações realizadas por eles, já que a intencionalidade desses coletivos se orientará para aquilo que luta (espaço/território); essa distinção posiciona determinados movimentos como socioespaciais e socioterritoriais, além de ser uma distinção material é também conceitual, são categorias diferentes que nos orientam para diferentes intencionalidades.

Os conceitos e as palavras ou terminologias utilizadas pelos movimentos são importantes para entendermos o seu referencial, bem como o quadro de luta que estabelecem e constroem, dessa maneira, "compreendemos os processos desenvolvidos e formadores de movimentos socioterritoriais, na perspectiva da interação, considerando o território e/ou o espaço como condição para formação do movimento social" (FERNANDES, 2000, p. 61).

O sentido espacial e geográfico de atuação dos movimentos sociais é, portanto, a conquista e produção de territórios, produção esta que parte do imaterial, ou seja, elementos que compõem a intencionalidade ou conjunto de ideias de determinado movimento que o orientam a agir estrategicamente, ora pela conquista de espaços ora pela conquista de territórios (FERNANDES; 2005).

Como aponta Silva (2018), para que a conquista de territórios seja alcançada são desenvolvidas uma série de relações e práticas espaciais que se materializam na construção de diferentes espaços e territórios, alicerçando, portanto, o movimento como um movimento socioterritorial ou socioespacial, desta forma a autora lê o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) como um movimento socioterritorial. Uma das contribuições mais significativas que a ciência geográfica pode dar é uma leitura espacial e escalar dos movimentos sociais, surge, assim, uma leitura importante que busca revelar e compreender as formas de atuação e espacialização dos movimentos sociais, seja no espaço agrário ou urbano.

Os movimentos socioespaciais e socioterritoriais são expressões da contradição presente na realidade e no cotidiano, revela as mazelas sociais, os problemas políticos, a violência, entre outros elementos, movimentar-se em torno de algo é, portanto, modificar a si, aos outros e os espaços que são tocados por esse movimento, ora modificando completamente o território, ora modificando os espaços e essa intencionalidade dependerá exclusivamente do ideário e da forma de atuação do movimento.

Fernandes (2012) expressa que nas últimas décadas muitos autores que liam e interpretavam os movimentos sociais passaram a adotar o território em suas análises ainda que elas não fossem estritamente geográficas, no entanto, muitos desses autores inclusive geógrafos trabalharam com o conceito de território a partir de uma perspectiva unidimensional, quando na verdade o território é multidimensional.

O autor mergulha numa análise relevante para a compreensão das ações desses sujeitos no espaço, para isso ele utiliza autores como Santos (1988; 1996), Lefebvre (1991), Raffestin (1993), Oliveira (1991), Gonçalves (2001) e Fernandes e Martin (2004), assim constrói uma compreensão crítica e geográfica em torno dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais.

> Reforçamos nossos argumentos sobre a importância dos conceitos de movimentos socioterritorial e socioespacial para estudar as realidades contemporâneas frente às mudanças paradigmáticas. As ideias aqui apresentadas ainda estão em processo de formação, todavia se constituindo como referências importantes para as leituras geográficas dos movimentos sociais (FERNANDES; 2012, p. 26).

O revelar-se de espaços e territórios antes não imaginados, como coloca Fernandes (2012), é um pontapé inicial para a realização de leituras completas dotadas de escala, de conflitualidades, processos antagônicos e contraditórios que revelam a face das ações, das

movimentações, das manifestações, das ocupações compreendidas como processos geográficos à luz dos conceitos de espaço e território. Assim como expressa Fernandes (2012, p. 26) o "espaço é uma dimensão da realidade", portanto, compreendê-lo a partir de uma perspectiva geográfica é essencial para a leitura das ações realizadas sobre ele.

Pela dimensão e amplitude do espaço e de sua compreensão conceitual e teórica, ele pode ser utilizado de diferentes maneiras, no entanto, são cometidos diferentes equívocos na sua interpretação e exposição, principalmente, quando o autor não define de qual espaço fala, assim "para evitar equívocos é preciso esclarecer que o espaço social está contido no espaço geográfico, criado orginalmente pela natureza e transformado continuamente pelas relações sociais" (FERNANDES; 2012, p. 26)

O autor apresenta que, para que o leitor ou autor compreenda o espaço em sua totalidade, é necessário defini-lo a partir da composicionalidade, sendo compreendido em todas as dimensões existentes, assim como aponta Fernandes (2012, p. 26) "manifesta as propriedades de ser produto e produção, movimento e fixidez, processo e resultado, lugar de onde se parte e aonde se chega". Além da composicionalidade o espaço também apresenta o caráter de completitude, apresentando-se também como um todo ao mesmo tempo que é parte.

> O Espaço geográfico contém todos os tipos espaços sociais produzidos pelas relações entre as pessoas, e entre estas e a natureza, que transformam o espaço geográfico, modificando a paisagem e construindo territórios, regiões e lugares. Portanto, a produção do espaço acontece por intermédio das relações sociais, no movimento da vida, da natureza e da artificialidade, principalmente no processo de construção do conhecimento. O espaço social é uma dimensão do espaço geográfico e contém a qualidade da completividade. Por causa dessa qualidade, o espaço social complementa o espaço geográfico. O mesmo acontece com todos os outros tipos de espaços. Esse é o caráter da composicionalidade, em que as dimensões são igualmente espaços completos e completivos (FERNANDES; 2012, p. 26).

A intencionalidade na produção cientifica, bem como no cerne do conhecimento geográfico, sempre foi e sempre será um combustível que possibilita a criação de conceitos e teorias, no entanto, a visão de alguns sujeitos é parcial e unidimensional em relação ao objeto analisado assim apresentam o "espaço político somente como político, o espaço econômico somente como econômico e o espaço cultural somente como cultural" (FERNANDES; 2012, p. 27).

Além da compreensão da multiescalaridade do espaço, surge também a partir da leitura de Fernandes (2012) em torno dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais uma

leitura e compreensão sobre o território. Assim, o território se apresenta como conflituoso e disputado, ele é, portanto, uma fração do espaço geográfico, "são as relações sociais que transformam o espaço em território e vice-versa, sendo o espaço uma priori e o território uma posteriori" (FERNANDES; 2012, p. 27)

> As relações sociais, por sua diversidade, criam vários tipos de territórios, que são contínuos em áreas extensas e ou são descontínuos em pontos e redes, formados por diferentes escalas e dimensões. Os territórios são países, estados, regiões, municípios, departamentos, bairros, fábricas, vilas, propriedades, moradias, salas, corpo, mente, pensamento, conhecimento (FERNANDES; 2012, p. 27).

Os territórios materiais e imateriais são expressões da vida e da relação humana e se manifestam de diferentes formas no espaço, como bem coloca Fernandes (2012). Assim, as manifestações de todas essas pluralidades e dos resultados que saem dessa interação entre os sujeitos que produzem e disputam territórios pode ser expressa pela espacialização e espacialidade.

Os movimentos sociais podem ser lidos a partir da geografia, produzem informações interessantes e que revelam um papel inerente entre esses sujeitos e suas intencionalidades, isto é, pelo que lutam, o que representa a sua bandeira, as pautas são essencialmente materiais ou imateriais? São muitas as informações que os movimentos sociais carregam, portanto, "da mesma forma como alguns movimentos produzem e constroem espaços, também se espacializam e possuem espacialidades", assim os movimentos tem vida e lutam pelo seus ideais e pautas, essas lutas repercutem espacialmente e são lidas a partir de uma perspectiva geográfica através da aplicação da compreensão em torno dos movimento elaborada por Fernandes (2012), por fim, "do mesmo modo que alguns movimentos transformam espaços em territórios, também se territorializam e são desterritorializados e se reterritorializam" (FERNANDES; 2012, p. 30)

A tese de Sobreiro Filho (2016) realiza uma leitura e contribuição em torno de uma teoria geográfica dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais, para além disso, avança e nos leva a pensar sobre a produção do espaço e os principais conceitos da geografia: espaço, território, lugar, paisagem e redes, a partir de um olhar crítico e de uma abordagem essencialmente geográfica. A discussão realizada por Sobreiro Filho (2016) acerca da construção de um dos capítulos voltada especificamente para a discussão em torno da

produção do espaço, evidencia a sua preocupação em transmitir uma base teórica e conceitual, antes, de fato, de inserir um debate geográfico acerca dos movimentos.

O espaço passa a ser pensado e entendido como um conjunto de elementos e relações, a produção das coisas e a relação da existência humana, o espaço também passa a ser entendido como um produto simbólico, mental, sentimental, sexual etc. O processo de produção está relacionado a transformação de algo, isto é, a mudança de qualidade, de apresentação, de composição e estrutura, dessa forma, quando Sobreiro Filho (2016) fala da produção do espaço, se refere especificamente a essa capacidade de ser e de se transformar, é, portanto, um processo dialético, conflitante e contínuo.

A produção do espaço é, portanto, um processo inerente a geografia, é a dialética que se apresenta a nós a partir de uma teia de relações e relacionamentos, assim, o espaço não pode ser visto somente como uma mercadoria pura e imutável, mas sim, como um elemento que contém a conflitualidade em si. A produção do espaço é o resultado de uma ação anterior, que por sua vez, é provocada, produzida e imbricada pela ação de sujeitos sociais excluídos desse processo de produção.

Milton Santos circula pelo conceito de espaço e contribui significativamente para o seu entendimento, além de potencializar a força desse conceito, dessa maneira, os livros "Espaço e Método", "Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-Científico-Informacional" e "A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção", são fundamentais para o seu entendimento.

O território é um elemento central na ciência geográfica, deve ser compreendido a partir de um olhar cuidadoso inerentemente atrelado a vida. O conceito de território traz para muitos a ideia de território nacional, isto é, aquilo que está diretamente relacionado ou ligado ao Estado-Nação, "no entanto, o conceito de território transborda, rompe e vincula escalas espaciais e temporais as mais diferentes" (SOBREIRO FILHO, 2016, p. 64).

Dessa forma, Ratzel (1990) se posiciona como uma das principais influências na construção e (re)produção deste conceito. Ratzel constrói uma ideia de território muito atrelada ao espaço da vida, da disputa, do poder, do conflito, da existência e, além de influência na construção deste conceito, também contribui para o entendimento da ideia de Estado-Nação.

Assim, Raffestin (1993) é cirúrgico na definição de território:

> É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator "territorializa" o espaço. Lefebvre mostra muito bem como é o mecanismo para passar do espaço ao território: "A produção de um espaço, o território nacional, espaço físico, balizado, modificado, transformado pelas redes, circuitos e fluxos que aí se instalam: rodovias, canais, estradas de ferro, circuitos comerciais e bancários, autoestradas e rotas aéreas etc. O território, nessa perspectiva é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a "prisão Original", o território é a prisão que os homens constroem para si (RAFFESTIN, 1993, p. 143-4)

A classe é um conceito muito caro nas ciências humanas e muito utilizado na geografia, sobretudo, crítica. É a partir das classes que entendemos alguns processos de disputa territorial, desenvolvimento, planejamento, estratégia política, geopolítica etc. Marx e Engels no *Manifesto do Partido Comunista* publicado em 1848, deixam algumas pistas substanciais para entendermos a ideia de classe a partir da visão dos autores quando expõem que a história da sociedade moderna é a história da luta de classes, isto é, não se trata de uma relação natural, tampouco superficial, mas sim, de um processo dialético e conflituoso, que parte de um ponto e chega em outro, mas durante o percurso se transforma e é modificado a partir das relações estabelecidas.

As classes surgem como contradição e como um produto dialético. Sobreiro Filho (2016) torna claro esse processo dialético quando relembra que o papel central desempenhado pela burguesia que hierarquiza vidas e corpos, sublevando uma classe em detrimento da outra e detendo os meios de produção, produz não só um campo de conflitos, mas também de desigualdades de classe.

O conceito de classes está atrelado ao conceito de movimentos sociais, logicamente que em alguns momentos históricos veremos que esses conceitos são usados para os distanciar, empregando outras leituras em torno da esfera do indivíduo e das identidades, no entanto, é possível atestar a partir das fontes trabalhadas posteriormente, que um conceito (classe), não exclui o outro (identidade), mas fazem parte de um mesmo processo que coexistem e se relacionam, assim, é possível observar que vivemos não somente numa sociedade de classes, mas também de identidades.

Os trabalhos que são desenvolvidos em torno do conceito de movimento social, disputam espaço em um campo minado, já que a utilização do conceito é polissêmica e em alguns momentos conflituosa, ou seja, temos ideias distintas e um campo de pesquisas vasto.

Para Gohn (2009) os movimentos são como estrelas que acendem e se apagam, são fluidos, fragmentados e perpassam uma enorme gama de processos socais. Assim, "como numa teia de aranha eles tecem redes que se quebram facilmente, dada sua fragilidade; como as ondas do mar que vão e voltam eles constroem ciclos" (GOHN, 2009, p. 343). Melucci (1989) também contribui para o entendimento e significância do conceito de movimento social, ele considera movimentos sociais como "sistemas de ação que operam num campo sistêmico de possibilidades e limites" (MELUCCI, 1989, p. 52).

Um dos grandes problemas ao tratarmos dos movimentos sociais na geografia e pormenorizar os conceitos balizadoras dessa ciência, isto é, espaço, território, lugar, redes etc. Dessa forma, ao falar de movimentos sociais sobre uma abordagem geográfica, geógrafos se utilizam de conceitos da sociologia, filosofia, história, entre outros e, secundarizam os conceitos geográficos.

É a partir desse olhar e dessa crítica projetada, que adotamos politicamente e intencionalmente a utilização da abordagem socioespacial e socioterritorial, conferindo aos movimentos sociais características primeiramente geográficas. Segundo Sobreiro Filho (2016) essa discussão tem início em Martin (1997) e Fernandes (1999, 2005). Os autores realizam uma construção teórico-conceitual em torno do entendimento de movimentos sociais a partir dos estudos já feitos sobre movimentos que possuem o território como trunfo.

> O espaço, o território, o lugar, as relações sociais, as escalas das ações nos ajudam a compreender os tipos de movimentos socioespacial ou socioterritorial e seus processos geográficos (isolados, territorializados ou espacializados). Esses movimentos são tanto instituições não formais, políticas no sentido lato, por sua materialidade, ação, estabelecimento e dinâmica, quanto são igualmente instituições formais como os sindicatos, as empresas, os estados, as igrejas e as organizações não governamentais (ONGs). Nesse sentido, é preciso diferenciar entre os movimentos socioespaciais e os movimentos socioterritoriais. Os movimentos socioterritoriais têm o território não só como trunfo, mas este é essencial para sua existência. Os movimentos camponeses, os indígenas, as empresas, os sindicatos e os estados podem se constituir em movimentos socioterritoriais e socioespaciais. Porque criam relações sociais para tratarem diretamente de seus interesses e assim produzem seus próprios espaços e seus territórios (FERNANDES, 2005, p. 31).

A partir dos avanços conceituais explorados até aqui, podemos caminhar num sentido de entender a escala do corpo, isto é, a escala da vida, como um território também em disputa, a modificação do corpo, a permanência do corpo, a imposição de um modelo de corpo, todos esses movimentos refletem simbólica e materialmente um conflito, um território em disputa,

sendo disputado por sujeitos que possuem diferentes perspectivas e posições acerca da vida, da sexualidade e do ser.

Os movimentos socioespaciais estão atrelados a complexidade do espaço, dessa forma, transformam e produzem espaço através da sua luta e resistência. Os movimentos socioterritoriais são aqueles que possuem o território como trunfo, assim, resistem e lutam por territórios, sejam eles materiais ou imateriais. Fernandes (2012) faz um alerta em relação a compreensão e atuação desses movimentos nas diferentes ciências, assim os movimentos podem ser enxergados a partir de um viés sociológico, histórico ou geográfico, portanto, não existe movimentos sociais e movimentos socioterritoriais "existe movimentos sociais desde uma perspectiva sociológica e movimentos socioterritoriais ou movimentos socioespaciais desde uma perspectiva geográfica" (FERNANDES; 2012, p. 31).

O trabalho desenvolvido por Sam, Fernandes e Torres (2021) avança na reflexão sobre a ação dos movimentos socioterritoriais como uma categoria analítica que tem como objetivo central analisar a mediação do espaço e apropriação do território. Contrastam os conceitos de movimentos socioterritoriais, movimentos sociais e movimentos socioespaciais em quatro eixos de análise: 1) como o espaço e o território são produzidos como estratégia central para a realização dos objetivos de um determinado movimento, isto é, a partir de suas intencionalidades e objetivos que ordenam e reúnem um conjunto de estratégias expressas no espaço e território; 2) os espaços e os territórios produzem as identidades dos movimentos e geram novas subjetividades políticas; 3) o espaço e o território são lugares de socialização política que tecem novos valores e alteram conjunturas; 4) por meio dos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, os movimentos criam novas instituições.

> Por que o espaço e o território são importantes para os movimentos sociais e como eles os produzem? Apesar da sempre aparente centralidade do espaço e do território - mediado e apropriado pelos movimentos sociais em todo o mundo (por exemplo: acampamentos de protestos, ocupações de terra, resistências indígenas, ocupações de terrenos e edifícios em áreas urbanas, organização de bairro e lutas por questões ambientais, pela educação, saúde, alimentos e outras políticas públicas, ativismos de mulheres, LGBTQIA+, feministas, estudantes, etc.), tem havido uma surpreendente falta de atenção a esta questão por estudiosos e estudiosas de várias áreas do conhecimento, por exemplo, geógrafos anglófonos em comparação com a extensa literatura sobre política contenciosa e lugar, escala e redes (MILLER, 2000; NICHOLLS, 2009; ROUTLEDGE & CUMBERS, 2009; NICHOLLS et al., 2013). (SAM; FERNANDES; TORRES, 2021, p. 26).

O território tem sido um conceito central para a compreensão das disputas e narrativas espaciais construídas pelos movimentos na América Latina, ao mesmo tempo, observa-se uma fraca interação ou discussão dos movimentos sociais a partir de um enfoque territorial ou quiçá geográfico entre os geógrafos anglófonos. O trabalho de Sam, Fernandes e Torres (2021) avança na construção de uma nova (entretanto, antiga discussão) possibilidade de se abordar os movimentos socioespaciais e socioterritoriais não somente a partir do recorte latino-americano, mas também de todo o mundo.

Para iniciar o debate em torno dos movimentos, é necessário conceituá-los e construir algumas questões que potencializam o debate em torno da abordagem adotada, nesse sentido, o que são os movimentos socioterritoriais? Quais as relações possíveis e existentes entre um determinado movimento social e o território disputado? Quais as potencialidades da utilização da abordagem socioterritorial e quais suas fragilidades? Os movimentos socioterritoriais são os movimentos que possuem um olhar cuidadoso para os territórios disputados, isso significa, que esses movimentos deixam e entregam seus corações em uma determinada porção do espaço geográfico dotada de conflitualidade, disputa, contenção e poder, esses movimentos "têm o território como sua característica definidora, sua razão de ser, sem a qual eles não existiriam" (SAM; FERNANDES; TORRES, 2021, p. 26).

A partir dessa perspectiva, o território passa a ser percebido essencialmente como um conceito dinâmico e relacional, passa a ser interpretado para além das formas modernas e das relações de poder que se dão a partir da ideia de Estado Soberano, ou simplesmente da afirmação de que território é poder. Sim, território é poder, mas é também um conjunto de outros processos, dinâmicas, relações que se dão no âmbito social, político, econômico e cultural, extrapolando, portanto, sua redução a uma porção do espaço geográfico controlada e gerida por um grupo vencedor.

O território é um conceito multidimensional, multiescalar, nele está contido o espaço material e imaterial, bem como as diversas intencionalidades construídas dialeticamente pelos movimentos sociais a partir de suas estratégias coletivas, nesse movimento, o conceito de território também expõe sua capacidade de produzir contradição, solidariedade e conflitualidade (FERNANDES, 2005; 2009).

> Os movimentos socioterritoriais surgem por meio de tentativas de se apropriar do espaço - por meio de processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (TDR) - na realização de objetivos estratégicos de existência. O território apropriado (por exemplo, ocupação de terras no campo e de terrenos na

> cidade) é, por sua vez, objeto de disputa de movimentos que buscam conquistar uma fração do território disputando contra os projetos hegemônicos de corporações capitalistas com apoio do Estado (SAM; FERNANDES; TORRE, 2021, p. 27).

Ao mesmo tempo, dada tentativa de apropriar-se de determinados territórios não se dá e restringe somente a porção material do espaço geográfico dotada de poder, contenção, resistência, disputa e conflito, isto é, o território, também pode se dar no plano imaterial, a partir da disputa de paradigmas, conceitos e abordagens. Um exemplo explícito dessa relação e disputa é a construção da abordagem socioespacial e socioterritorial como categoria de análise dos movimentos no mundo, dada abordagem estabelece uma disputa e conflito no campo de construção do conhecimento científico com outras abordagens que negligenciam os espaços e territórios, dando enfoques para as subjetividades, identidades, estratégias e outros quadros e categorias que compõem e estão presentes no cerne dos movimentos.

Sam, Fernandes e Torres (2021, p. 27) trazem movimentos socioterritoriais que explicitamente traçam estratégias que margeiam o conflito e disputa pelo território, nesse sentido, estabelece uma relação comparativa entre movimentos e entre campos do conhecimento científico, como a história e a geografia.

O território passa a ser para esses movimentos uma estratégia importante de autorrealização, um movimento socioterritorial só existe porque se estabelece uma relação dialética e de pares entre movimento social – estratégias – intencionalidades e território. Apesar de muitos movimentos se apropriarem do espaço como meio de luta, para os movimentos socioterritoriais o território é o objeto central de sua luta e é a chave de seus objetivos e metas (SAM; FERNANDES; TORRES, 2021, p. 28).

Sam, Fernandes e Torres (2021, p. 28) apontam que apesar do crescente interesse pelas espacialidades das ações dos movimentos, tem ocorrido uma falta de atenção ao território de movimentos sociais, especialmente na geografia anglófona. Nesse sentido, observa-se a partir do trabalho pioneiro de Routledge e Miller, que a análise espacial fora crucial para entender como e por que determinados movimentos se mobilizam, potencializando o conceito de lugar a partir dessa perspectiva. No mesmo sentido, os trabalhos anteriores enfatizaram como as redes articulam e moldam as reivindicações e identidades dos movimentos, permitindo que a solidariedade seja forjada através da distância geográfica, assim, "propomos a noção de movimento socioterritorial como uma categoria analítica útil para estudiosos anglófonos, bem como para todas as pessoas que trabalham com movimentos e comunidades" (SAM; FERNANDES; TORRES, 2021, p. 28).

Fernandes (2000a; 2000b; 2005; FERNANDES & MARTIN, 2004) é o pensador criador do conceito de movimento socioterritorial, foi com base em como Harvey, Lefebvre, Raffestin, Santos e Soja, que o autor defendeu a inseparabilidade dos movimentos sociais e do espaço, contribuindo para o surgimento de uma leitura socioespacial dos movimentos sociais.

> Embora todos os movimentos sociais, como qualquer fenômeno social, sejam necessariamente constituídos no e através do espaço, em certos casos a produção do território torna-se um objetivo central e uma característica definidora. Território é aqui entendido como a apropriação do espaço por relações sociais que o produzem e o mantêm na construção de projetos de desenvolvimento (FERNANDES, 2000b), definição comum nas literaturas latino-americanas que remontam a Raffestin (1980) (SAM; FERNANDES; TORRES, 2021, p. 29).

O território é entendido pelos autores como um conceito dinâmico dotado de conflito, confronto e disputa entre projetos políticos concorrentes que se territorializam, desterritorializam e reterritorializam com o intuito de alcançar os seus objetivos, nesse processo assumem territórios e formas materiais e imateriais. É nesse sentido, portanto, que os movimentos socioterritoriais não são apenas produzidos por ocupações de terra, mas incluem qualquer tentativa de apropriação e controle do espaço com o objetivo de promover uma determinada ideia ou projeto político.

Todos os movimentos sociais podem ser analisados como movimentos socioespaciais, esta afirmação está correta, pois todos os movimentos sociais se mobilizam e constroem suas lutas a partir do espaço e das relações espacialmente estabelecidas; entretanto, nem todos os movimentos sociais que se apropriam do espaço tem como objetivo central se apropriar para desenvolver seus projetos políticos.

> Eles podem gerar identidades e laços fortes no lugar e podem ter como alvo detentores de poder em várias escalas, mas o território costuma ser secundário em relação aos objetivos ou metas dos movimentos. Movimentos de lésbicas, gays, transgêneros e bissexuais, dentre outros (LGTBQIA+) ou de direitos humanos, por exemplo, podem ter como objetivo principal a emancipação e empoderamento de grupos sociais marginalizados ou a prevenção contra abusos aos direitos humanos, por sua vez, contribuindo com sociedades socioespacialmente justas e inclusivas (SAM; FERNANDES; TORRES, 2021, p. 30).

Se para os movimentos socioespaciais não é necessária a apropriação de um determinado espaço para a execução de seus projetos políticos, para os movimentos socioterritoriais essa relação é absolutamente necessária e vital. O espaço é objeto e objetivo central de sua mobilização, assim, “embora todos os movimentos socioterritoriais sejam

socioespaciais, nem todos os movimentos socioespaciais são movimentos socioterritoriais" (SAM; FERNANDES, TORRES, 2021, p. 30).

O território excede a ideia de gerenciamento dos conflitos pelo Estado, o território para Sam, Fernandes e Torres (2021) é aquele espaço apropriado por meio das ideias e práticas de qualquer ator em busca de seu projeto político, os movimentos socioespaciais são principalmente orientados para a transformação das relações socioespaciais por meio do controle político e da apropriação de um espaço demarcado.

> Embora os movimentos socioterritoriais também sejam moldados por um sentido relacional de lugar, a identidade dos ativistas é principalmente transformada por meio da construção do território, na medida em que os ativistas frequentemente optam por se identificar explicitamente em relação a um território apropriado. Por sua vez, as novas identidades produzidas e enraizadas na apropriação do território podem gerar novas subjetividades políticas que antes lutavam para se articular em torno de uma forma de organização comum (SAM; FERNANDES, TORRES, 2021, p. 32).

É importante se atentar para socialização política, tendo em vista que os movimentos socioterritoriais produzem intensas trocas, a materialidade do espaço apropriado (território) fornece um território demarcado para a geração de novos encontros, que também podem gerar locais de ativismos altamente efetivos e performativos (SAM; FERNANDES, TORRES, 2021, p. 33).

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é um dos principais exemplos utilizados por Sam, Fernandes e Torres (2021) para exemplificar o que são os movimentos socioterritoriais, tendo em vista que a apropriação do espaço por esse movimento assume uma centralidade em seus objetivos e estratégias de luta e atuação, "seu objetivo tem sido a reforma agrária em um país com uma das maiores concentração fundiária do mundo" (SAM; FERNANDES; TORRES, 2021, p. 34).

> Embora não seja o único movimento socioterritorial ativo, o MST tem sido o protagonista central dessa história. Entre 2000 e 2016 um relatório da DATALUTA registrou 138 movimentos de luta pela terra, mobilizando 828.326 famílias ou mais de 3 milhões de pessoas, das quais 64 por cento estavam organizadas no MST(SAM; FERNANDES; TORRES, 2021, p. 34).

Sabe-se que o MST atua não somente na ocupação de territórios, mas pela alteração de uma estrutura territorial marcadamente desigual, nesse sentido, no movimento de territorialização proposto pelo movimento também ocorre um processo de

desterritorialização já que esses sujeitos disputam os territórios com diferentes grupos que em muitas vezes se utilizam da violência e até assassinam os líderes dos movimentos de luta pela terra.

Sam, Fernandes e Torres (2021, p. 35) apontam que foram por meio de ocupações de terras em movimento, o MST se consolidou e se territorializam em dez estados brasileiros na década de 1990. Com o tempo, o MST desenvolveu vasta experiência em territorializar a luta pela terra, criando espaços de socialização política para os camponeses sem-terra por meio de ocupações onde as famílias mobilizaram territórios para gerar apoio na sociedade brasileira e pressionar o governo a responder. Essa estratégia territorial está mobilizada desde o seu nascimento e continua sendo a principal forma de luta pelo acesso à terra e pela reforma agrária. A conquista de terras se inicia com a territorialização do MST e esta é a razão de sua existência.

A identidade construída durante o processo de luta pelo território de determinados grupos e segmentos sociais se apresenta como um dado importante, cabe destaque para luta dos sem-terra, dos sem-teto e dos indígenas, que no processo de disputa, contenção, conflito e conquista do território vão assumindo e construindo suas identidades. A construção dialética dessa identidade é importante, pois ela reforça a importância da luta para esses sujeitos, assim, "há uma mudança qualitativa à medida que as famílias começam a olhar para fora e tornar pública a luta que estão construindo, conquistando e produzindo mais territórios" (SAM; FERNANDES; TORRES, 2021, p. 37).

Um outro ponto analisado por Sam, Fernandes e Torres (2021) foi o processo de institucionalização vivido pelo MST, assim, se institucionalizou visando a territorialização de suas práticas e a criação de infraestruturas necessárias para a sustentação do movimento. O seu crescimento exigiu uma estrutura organizacional em escala nacional para lidar com questões como produção agrícola, infraestrutura, escola, saúde, comércio, tecnologia, indústria etc.

> Apesar dos contratempos durante os governos PSDB e PT, o MST manteve sua autonomia e continuou a perseguir políticas públicas por meio da mobilização do território. Além do assentamento, o MST tem pressionado por várias formas de apoio do Estado, incluindo crédito financeiro, habitação, educação, saúde e assim por diante. Durante o governo Fernando Henrique Cardoso, o MST ajudou a criar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAG) e o Programa Nacional de Educação para a Reforma Agrária (PRONERA), além de contribuir para a implementação de programas durante o governo do PT: o Programa de Aquisição do Programa de Alimentação e Agricultura Familiar (PAA),

> do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e do Programa de Agroindustrialização e Reforma Agrária nos Assentamentos (TERRA FORTE). (SAM; FERNANDES; TORRES, 2021, p. 40).

A luta pela terra e por um ideal de família agrícola potencializou a apropriação dos espaços em busca de projetos políticos essenciais para a transformação da estrutura e da mudança do modo de vida, é nesse caminho que o MST vai tecendo suas estratégias e alianças, sejam elas institucionais ou não.

Sam, Fernandes e Torres (2021, p. 45) alertam que ao analisar os sucessos de movimentos socioterritoriais, é importante prestar atenção às formas como suas práticas e modalidades são institucionalizadas, particularmente em relação ao Estado. Talvez, então, a forma institucional (informal) mais importante seja o território diretamente apropriado e construído pelos movimentos socioterritoriais que dá durabilidade e solidez às construções coletivas transformadoras. Ainda assim, as relações de poder que definem e apoiam a territorialização dos movimentos socioterritoriais podem ser altamente dependentes e dinâmicas e requerem atenção crítica de acadêmicos e militantes.

Quando se discute sobre determinado movimento socioterritorial ou socioespacial, é importante evidenciar durante o processo de reflexão e discussão a sua capacidade de ser multidimensional, assim, a análise a partir da matriz construída potencializa as leituras sobre os movimentos socioterritoriais "incorporando percepções do movimento social e análises do movimento socioespacial" (SAM; FERNANDES; TORRES, 2021, p. 45).

3.3. Luta e disputa dos Movimentos Socioterritoriais e Socioespaciais LGBTQIA+ na cidade

É sabido que nas últimas décadas a temática da diversidade sexual e de gênero tem sido tratada e abordada por algumas e alguns pesquisadores da geografia em vários países a partir da grade curricular de disciplinas de graduação e pós-graduação. Apesar da temática ganhar proporções jamais vistas, o número de publicações e eventos com a temática no Brasil ainda é insuficiente para afirmar que o assunto se capilarizou, especialmente na ciência geográfica (ORNAT, 2008).

Ornat (2008) ao afirmar que a geografia está em toda parte, convida a todos a refletirem sobre as múltiplas possibilidades e especificidades da vida humana que poderiam ser estudadas e investigadas pela ciência geográfica, entretanto, não o são. A construção de um mundo monotemático (mono deus, monossexualidades, monocultural etc.), perpassa uma

tentativa de apagamento de outras sexualidades, culturas e performances. Butler (2003) traz para a compreensão desses monotemas e binarismos, que como já vimos o mundo é estruturado entre dois polos, masculino e feminino, assim, ambos são projetados como universais e intocáveis.

Ornat (2008) realiza uma reflexão em torno da aridez presente na produção científica geográfica sobre gênero e sexualidade, aponta a pouca produção de dissertações e teses sobre a temática, bem como a construção de eventos científicos e espaços de interlocução com as temáticas já apresentadas. Isto é, quais são os geógrafos e as geógrafas que têm produzido ciência a partir desses outros diferentes recortes, temáticas e assuntos tão importantes para a vida e para a geografia?

Ao mesmo tempo, na produção geográfica localizada nos periódicos de circulação nacional, novas discussões demonstram o desejo de constituição de novos horizontes para a geografia. Novos assuntos e temáticas surgem e são postuladas por geógrafas como Oliveira e Vianna (1988), Mattos e Ribeiro (1996), Campos (2000) e Costa (2005). Dados trabalhos percorrem assuntos em torno das questões das mulheres, território, sexo e a prostituição a partir de suas espacialidades. Nesse sentido, "estas reflexões buscam pensar o gênero e a sexualidade a partir de novas orientações epistemológicas, em sua maioria, desvencilhadas de perspectivas masculinistas" (ORNAT, 2008, p. 312).

Os movimentos LGBTQIA+ tem produzido suas ações e construído suas estratégias de maneira massiva no Espaço Urbano, entretanto, a compreensão dessas ações envolve também a leitura correta, dialética e relacional do Urbano, dos seus conceitos e de suas contradições. O espaço urbano pode ser considerado como um conjunto de pontos, linhas e áreas que constituem as relações, interações, disputas e produções ininterruptas, o que confere uma dinâmica e complexidade substancial. Também pode ser abordado a partir da percepção que seus habitantes ou alguns dos seus segmentos possuem do espaço urbano e de seus fragmentos. Entretanto, como bem postula Corrêa (1989), o espaço urbano é, de maneira geral, um conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si, sendo esses os usos que definem locais de concentração de atividades industriais, comerciais, residenciais etc.

O espaço urbano é fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campos de luta. Nesse sentido, o espaço urbano é a própria sociedade em uma de suas dimensões, aquela estrutura mais aparente materializada nas formas espaciais. A produção do espaço urbano envolve, portanto, um conjunto de sujeitos e

instituições que possuem intencionalidades distintas e que se orientam para a produção e disputa de espaços e territórios, os agentes produtores do espaço urbano podem ser identificados como sendo: os proprietários dos meios de produção, sobretudo, os grandes industriais, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos.

Existe um conjunto de leituras, abordagens e concepções em torno da urbanização, das cidades, entre outros conceitos e temas. Estas leituras ora se aproximam do urbanismo, ora se aproximam da arquitetura, da geografia etc. A cidade contemporânea e os seus fragmentos se colocam como verdadeiros desafios para a leitura e compreensão das dinâmicas e da totalidade que compõe o urbano, nesse sentido, muitas pesquisas vêm tentando reconstruir pacientemente a partir dos diferentes desafios uma compreensão em torno da fragmentação e dispersão, "procurando colher nas situações pesquisadas as ligações de continuidade ou de oposição com o contexto; de pesquisar a relação entre infraestrutura, fragmentação e dispersão" (SECHI, 2007, p. 116).

É sempre importante ressaltar que pesquisas em torno da geografia urbana ou que tem sua centralidade no urbano vem sendo trabalhadas a partir de diferentes perspectivas e abordagens, isso revela uma diversidade de estudos, temáticas e proposições que disputam espaço no campo de produção do conhecimento científico. A geografia, sem dúvida, tem se debruçada em compreender, avaliar e sintetizar os processos que ocorrem no urbano. É nesse sentido que Aragão (2018) dialoga com a perspectiva do espaço relacional e a questão urbana, assim, "a cidade e o urbano são construídos pela sociedade que neles se desenvolvem, pela interpretação que deles fazem seus moradores em sociedade" (ARAGÃO, 2018, p. 336).

Monet (1999) ao propor uma leitura do urbano e da cidade realiza também uma discussão em torno do que compreende por espaço, sendo assim, ele diz:

> [...] a matéria das relações. Ele constitui a matéria da relação do sujeito ao objeto, de si para o outro, de nós a eles, do interior ao exterior, da consciência ao mundo. Que o espaço seja concebido em uma perspectiva objetiva, subjetiva ou trajetiva, ele aparece sempre como condição da relação. Que se trate de consciência, de conhecimento ou de comunicação: é necessário que aí tenha diferenciação e distância (MONNET, 1999[a], p. 126. Grifo nosso).

A concepção de Monnet (1999a) em torno do espaço é relativa e relacional, ou seja, os corpos e os objetos dispostos espacialmente só são percebidos em relação aos outros corpos e objetos, nesse mesmo sentido, dados corpos e objetos exercem uma relação uns

com os outros, relações de proximidades, de diferenças, semelhanças processuais, distâncias processuais etc. Toda essa relação que pode se dar a partir de uma posição harmônica, bem como conflituosa, constrói os corpos e os objetos na mesma medida que transformam o espaço em diferentes escalas e profundidades.

Monnet (1999a) traz um conjunto de contribuições para a interpretação e avaliação do mundo a partir de suas relações, nesse sentido, se utiliza de autores como Augustin Berque, Guy di Méo, Jacques Lévy e Regis Debray, para fundamentar e sustentar dada perspectiva a partir de aspectos relacionais do espaço. A realidade não é, portanto, construída a partir de dualismos absolutos, cuja característica é de produzir determinismos de sentido único, a exemplo do mundo objetivo separado categoricamente do mundo subjetivo, assim, "a realidade seria um conjunto, ou seja, a totalidade das relações entre temas, fatos, ditos, conceitos, matéria, espírito, lugares, etc." (ARAGÃO, 2018, p. 338).

> Portanto, o autor vê a questão da urbanidade como uma questão de pluralidade de existências na cidade o que leva à necessidade de coexistência ou "maneiras de ser" na cidade, ou em escala mais ampla, de "ser no espaço". Se há uma pluralidade de lugares na cidade, há também uma pluralidade de pessoas mantendo relações com seu lugar e com as outras pessoas do mesmo lugar. São pluralidades de urbanidades particulares na cidade ou urbanidades mínimas comuns, como destaca (ARAGÃO, 2018, p. 342).

Todos os sujeitos que habitam o urbano recorrem às suas próprias concepções, produzem conceitos e objetos sobre a realidade, compreender esta relação, talvez seja um dos maiores desafios do geógrafo, assim, "para se alcançar uma superação desse dualismo radical e a de que não há subjetivo sem a consciência do objeto como não há objeto sem a consciência que o apreende e reconhece" (ARAGÃO, 2018, p. 341).

As mudanças que ocorrem na cidade são resultados de processos que apresentam e representam uma multiplicidade de causas concorrentes, como aponta Sechi (2007), entretanto, a falta de solução para os processos se colocam como barreiras na leitura e na compreensão dessas dinâmicas, os quatro desafios/problemas principais são: a) a emersão em crescente importância do sujeito, b) a emersão de imponentes e simultâneos fenômenos de concentração e dispersão urbana, c) a emersão do cotidiano, d) a progressiva democratização do espaço.

É possível observar ao longo dos séculos e do acúmulo das relações sociais, culturais e políticas que surgiram a partir da cidade, a ocorrência de um embaraço e uma confusão em

torno dela, é, portanto, uma cidade desconhecida que está se formando a partir do rompimento com a tradição da modernidade e inserção de uma descontinuidade na história da cidade ocidental. A fragmentação da cidade e sua transformação em ilhas, potencializou um certo higienismo, a técnica dos transportes e a urbanística moderna têm, progressivamente, afastado entre si, imergindo-as em um espaço urbano cada vez mais dilatado.

Duhau e Giglia (2016) postulam uma questão de extrema relevância, sobretudo, atualmente, questionam a existência de espaços públicos nas colônias populares da cidade do México. As mudanças e as transformações, sobretudo, a partir da globalização possibilitou o surgimento de uma série de dinâmicas que se dão e se materializam no Espaço Urbano. É nesse intenso processo de transformações econômicas, políticas e sociais, que a cidade também é modificada, um ponto interessante e que vale sempre ser lembrado é essa relação dialética entre macroestruturas como a economia e a cultura de um determinado território que foi modificada a partir de um intenso processo de globalização e da divisão social do trabalho.

Sabe-se que o capitalismo por consequência das crises que fazem parte do seu sistema, cria e recria um conjunto de formas de produção e reprodução do espaço para que haja uma constante acumulação do capital. As transformações socioeconômicas, políticas, e culturais ocorridas em decorrência da ascensão do pós-fordismo, neoliberalismo e globalização impactam significativamente no processo de reestruturação do espaço urbano, sobretudo, das grandes cidades.

A reprodução do espaço é uma importante estratégia de acumulação do capital, nesse processo se vincula a hegemonia do capital financeiro ao imobiliário da destruição, construção e reconstrução dos espaços, assim "a reprodução econômica muito se realiza por meio da produção do espaço, estando a esfera material de sobremaneira ligada àquela do território entendido enquanto permeado de relações de poder" (MOTTA, 2017, p. 3).

É nesse processo de interação econômica, política e social que a segregação socioespacial se apresenta como característica inerente ao meio urbano em economias capitalistas, nesse sentido, a cidade ordenada pelo modo de produção capitalista simboliza um conjunto de desigualdades materializadas de variadas formas, a partir de diferentes processos e intensidades.

A fragmentação da cidade é marcada pela perda da unidade espacial como apontam Prévôt-Schapira (2001), Sposito (2011) e Mendes (2011). Nesse sentido, a falta de coesão entre as áreas urbanas evidencia a ação e a apropriação do espaço de forma cada vez mais parcelar e fractual, "pois cada grupo social atuaria de forma segmentada de acordo com suas particularidades: renda, escolaridade, perfil cultural, idade, estilo de vida" (MOTTA, 2017, p. 3).

> [...] a divisão da cidade em partes (fragmentos) que podem ser individualizadas, a partir da identificação dos diversos padrões de uso e ocupação do solo, bem como dos níveis de provimento das infraestruturas, mais particularmente das redes de mobilidade de matéria (pessoas e bens) e informação. Esses níveis, por sua vez, definem o grau de integração de cada uma das partes com as demais e, até mesmo, com as de outras cidades do país e do exterior (LACERDA, 2012, p. 22).

A ideia de que a segregação possui variadas causas como a desigualdade de renda (entre grupos sociais e indivíduos) é correta, tendo em vista que representa a busca de status de determinados segmentos sociais, a segregação é, portanto, considerada um fenômeno multidimensional e multiescalar. A partir das mudanças econômicas e políticas, sobretudo, pós transição do modo de regulação fordista para uma crescente internacionalização da economia (pós-fordismo, acumulação flexível, globalização), é possível notar e evidenciar um modelo de cidade caracterizado cada vez mais a partir das desigualdades, integração e mobilidades sociais. Da mesma maneira que a segregação, a fragmentação deve ser entendida e percebida como um conceito polissêmico e um fenômeno multidimensional, sua adoção dependerá do contexto em que for utilizada e adotada.

Milton Santos foi um dos primeiros pesquisadores a trabalhar com o conceito e a ideia de fragmentação no Brasil no livro "Metrópole corporativa fragmentada: o caso de São Paulo" (1990). Entretanto, a ideia de fragmentação adotada por Santos (1990) se remete à relativa imobilidade dos pobres, o que acaba se configurando quase que em uma situação de isolamento, "quando ocorre a imobilidade – e, portanto, isolamento – total dos pobres, a cidade criaria verdadeiros guetos e transformaria sua fragmentação em desintegração" (MOTTA, 2017, p. 5).

A possibilidade da reprodução de um espaço simultaneamente homogêneo e fragmentado se dá tendo em conta o poder político e a ação política de seus aparelhos administrativos que difundem a racionalidade do urbano baseada nos ciclos de acumulação do capital. Fragmentado, o espaço se hierarquiza ao se estabelecerem funções e o lugar de

cada um na cidade: "espaços residenciais, espaços comerciais, espaços de lazer, espaços para os marginais" (LEFEBVRE, 1991, p. 7).

A integração entre o capital financeiro e o capital imobiliário contribui para o aprofundamento da segregação socioespacial. Essa segregação é resultado dos processos de valorização imobiliária e de fragmentação, homogeneização e hierarquização do espaço urbano. Nesse sentido, os mais abastados se segregam e produzem espacialidades divididas e fragmentadas como os condomínios residenciais fechados e os shopping centers, assim "em última instância, a radicalização da tríade homogeneização-fragmentação-hierarquização culmina na anti-cidade, na não-cidade, onde a unidade da diversidade é perdida" (MOTTA, 2017, p. 6). Esse novo momento histórico da cidade está marcado por complexos padrões e é fluída, fragmentada, descentralizada, constituindo-se na chamada cidade fractal.

Os condomínios fechados materializam assertivamente o reflexo de uma cidade fractal já que são espaços privatizados, fechados e monitorados para a residência, consumo, lazer ou para o trabalho. Os condomínios fechados foram inicialmente pensados e idealizados como uma possível solução para os problemas que permeiam à violência urbana e a "sensação" de insegurança. Atualmente esses enclaves/condomínios fechados sofreram algumas mudanças, nesse sentido os ditos enclaves fortificados se diversificaram e não podem ser mais entendidos como espaços apropriados e ocupados somente pela alta classe como era no início do seu processo de idealização e construção, já que houve uma disseminação de práticas securitárias para habitação de grupos de média e baixa renda que se multiplicaram nas periferias pobres.

Dessa forma, percebe-se que a convivência entre iguais promove a sensação de segurança, de pertencimento a um "lugar comum", enfim, de identidade que possui um recorte sociocultural e econômico. Este "lugar comum" é, na verdade, um exemplo de não-lugar na medida em que tempo e espaço desaparecem – não se percebem relógios nem janelas nesses ambientes. Uma espécie de bolha na qual são isolados todos os problemas reais da cidade (violência, trânsito, poluição sonora e atmosférica, pobreza, mendicância etc.) e tem-se um ambiente neutro, de padrão internacional. Essa bolha é um fragmento que está isolado ou pouco conectado com a cidade ao seu redor.

O discurso construído em torno da "crise", "decadência" e "regressão" dos espaços públicos na cidade é erigido sobre o argumento de que essa atual "crise" estaria vinculada a ideia de que o crescente individualismo da sociedade moderna triunfou e os sujeitos perderam a confiança e o interesse nas experiências comuns e coletivas praticadas na cidade. O *boom*

dos condomínios fechados cada vez mais protegidos do "outro" é um exemplo didático dessa crise e dificuldade.

Habermas (1984) acaba por reconhecer que o potencial completo da concepção burguesa de esfera pública nunca fora concretizado na prática, pois os espaços fundamentais de exercício da esfera pública politicamente ativam no início da Era Moderna, os famosos cafés franceses entre 1680 e 1730 e os salões ingleses que funcionaram entre a regência e a revolução, não eram acessíveis a todos. Já a filósofa Hannah Arendt (1994), realiza uma leitura e discussão sobre o que ela chama de espaços públicos, a leitura de Arendt (1994) traz uma interessante percepção geográfica e uma valorização da política da vida pública, tornando relevante a espacialidade do fenômeno.

A pós-modernidade e o pós-modernismo aparecem como um processo que provocou o surgimento de diferentes teses, opiniões e ideias acerca do fim dos espaços públicos das cidades, espaços estes cada vez mais marcados pela privatização e fragmentação socioespacial. Fala-se muito na superação do pós-modernismo, isto é, a superação racionalista/funcionalista que são características do urbanismo moderno. Em oposição a essa ideia presente no urbanismo moderno, o pós-modernismo nega o universalismo e a generalização, é nesse sentido que a cidade ganha uma conotação cada vez mais fragmentada e polissêmica, é a materialização de uma colagem (AMENDOLA, 2000).

A questão central observada é que com o passar do tempo essas distinções entre público e privado e as relações que se dão nessas esferas sofreram uma mistura e junção que propiciou o surgimento de espaços juridicamente privados, mas que são frequentados de maneira pública, a exemplo dos Shopping Center, galerias e cafés. O que ocorre, de fato, é que esses espaços privados utilizados por uma parcela homogênea da população ou por uma determinada classe, provocaria a perda da troca e do conhecimento do outro e da diversidade.

No Brasil, o debate sobre a tese do fim dos espaços públicos tem ganhado novos contornos e elementos, sobretudo, a partir dos estudos de Caldeira (2000) e Serpa (2007), possibilitando uma reflexão especialmente nas cidades brasileiras. O livro de Caldeira (2000), por exemplo, acaba relacionando uma série de outros processos geográficos como a segregação urbana e o surgimento de muros representados pelos enclaves residenciais e pelo processo de autossegregação enquanto marca da negação da cidade.

É a partir de um extenso e amplo conjunto de contradições e processos urbanos que os movimentos socioespaciais e socioterritoriais disputam e produzem espaços e territórios.

Compreendo os processos de segregação, fragmentação e disputas pelos significados presentes nas cidades mencionados anteriormente, como conceitos que estão intimamente relacionados com a maneira com que os movimentos constroem suas estratégias e objetivos.

Ver-se-á a partir dos mapas e dos dados construídos pelo Banco de Dados da Luta por Espaços e Territórios no Espaço Urbano, um conjunto de objetivos e de movimentos que se diferenciam no que tange a temática de atuação e nas estratégias construídas (leia-se tipologias de ação) adotadas para se disputar e produzir espaços e territórios. Antes de adentrar especificamente nos dados produzidos pela REDE DATALUTA sobre as ações dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais que atravessam a temática da diversidade sexual e de gênero, considero importante expor os desafios e as etapas metodológicas que envolvem a construção do dado.

Os movimentos socioterritoriais no espaço urbano são observados através de suas ações em diversos contextos socioterritoriais, como educação, economia, questões sociais, ações de solidariedade, ativismo LGBTQIA+, questões religiosas, transporte público, luta por direitos das mulheres, entre outros temas que são analisados no e durante processo de sistematização.

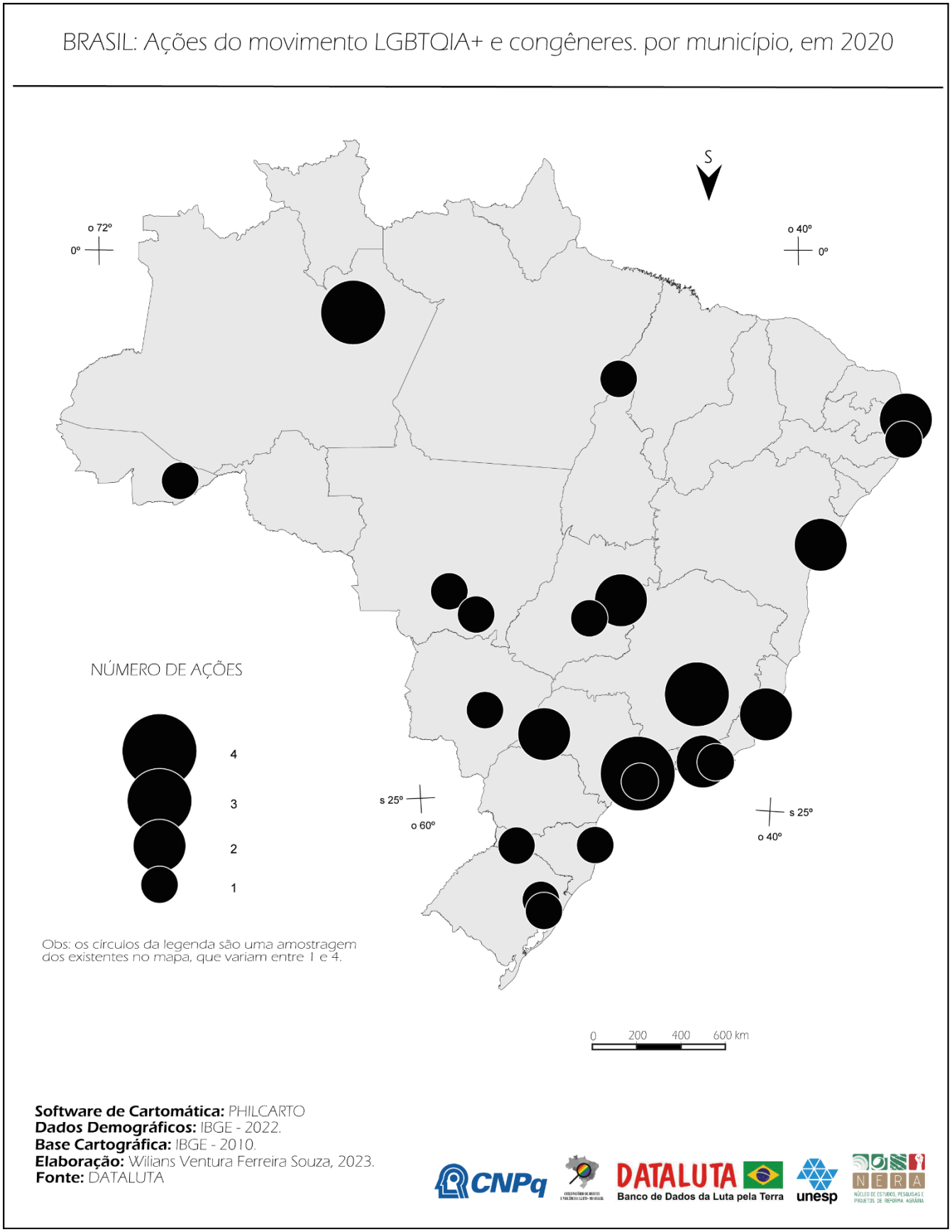
O processo metodológico foi dividido em duas etapas: a primeira consiste no cadastramento das palavras-chave - movimentos sociais urbano, sem teto, mobilidade urbana, direito à cidade, associação de bairro, organização de moradores, movimento social de luta por moradia, movimento estudantil, secundarista, LGBTQ, feminista, movimento de mulheres, movimento negro, conflito por moradia, ocupação, invasão, agricultura urbana, agroecologia, minha casa, minha vida, movimento sindical, Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), indígenas, etc. - através do Google Alerta; em seguida as notícias são lidas e filtradas pela a equipe de coleta e encaminhadas para a equipe de sistematização, por meio do Google Drive.

A equipe de sistematização encarrega-se da segunda etapa, que consiste na releitura sistematizada das notícias onde realiza o processo de extrair as informações, tabulação através de uma planilha do Excel e posterior arquivamento. Identificamos as notícias e realizamos o registro a partir de várias informações, sendo as principais: os tipos de movimentos, tipos de ações e em que lugar ocorreu a ação.

As duas etapas apresentadas coleta e sistematização de notícias, realizam-se em momentos distintos, mas é necessária uma integração entre as partes buscando um melhor

direcionamento para a pesquisa. No primeiro está o refinamento de diversas notícias encontradas em diversos sites sobre várias ações no espaço urbano, onde são gerados os dados e já no segundo momento se dá a criação de tipologias dos movimentos socioterritoriais e a identificação das ações que contribuem para que esses movimentos possam se espacializar e se territorializar através de diversas lutas.

Mapa 4 - Ações do Movimento LGBTQIA+ e congêneres, por município, em 2020



Fonte: Banco de Dados da Luta por Espaços e Territórios.
Elaboração: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.

A partir do mapa 4 é possível observar a espacialização dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais brasileiros que lutaram pela diversidade sexual e de gênero em 2020. Assim sendo, São Paulo (SP) concentrou o maior número de ações com 4 ações de movimentos socioespaciais e socioterritoriais, seguido de Belo Horizonte (MG) e Manaus (AM) com 3 ações cada, Brasília (DF), Guarapari (ES), João Pessoa (PB), Presidente Prudente (SP), Rio de Janeiro (RJ) e Salvador (BA) com 2 ações cada, entre outros municípios.

Tabela 1 - Ações coletivas por UFS e Macrorregiões - 2020

REGIÃO/UF	Nº DE AÇÕES COLETIVAS
NORTE	**5**
AC	1
AM	3
AP	0
PA	0
RO	0
RR	0
TO	1
NORDESTE	**5**
AL	0
BA	2
CE	0
MA	0
PB	2
PE	1
PI	0
RN	0
SE	0
CENTRO-OESTE	**6**
DF	2
GO	1
MS	1
MT	2
SUDESTE	**15**
ES	2

MG	3
RJ	3
SP	7
SUL	**4**
PR	0
RS	2
SC	2
BRASIL	**35**

Fonte: Banco de Dados da Luta por Espaços e Territórios.
Elaboração: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.

A partir da tabela 1 é possível observar um volume maior de ações na região Sudeste com 15 ações sistematizadas, seguido do Centro-Oeste com 6 ações, Norte e Nordeste com 5 ações e, por fim, a região Sul com 5 ações sistematizadas. Vale ressaltar que o pequeno número de ações promovidas por movimentos socioespaciais e socioterritoriais que atravessam a temática da diversidade sexual e de gênero, se deu por conta do momento político e sanitário provocado pela pandemia da COVID-19. Ao mesmo tempo, existem alguns dados e informações que revelam a multiescalaridade e a diversidade de movimentos que atuam pela temática da diversidade no espaço urbano.

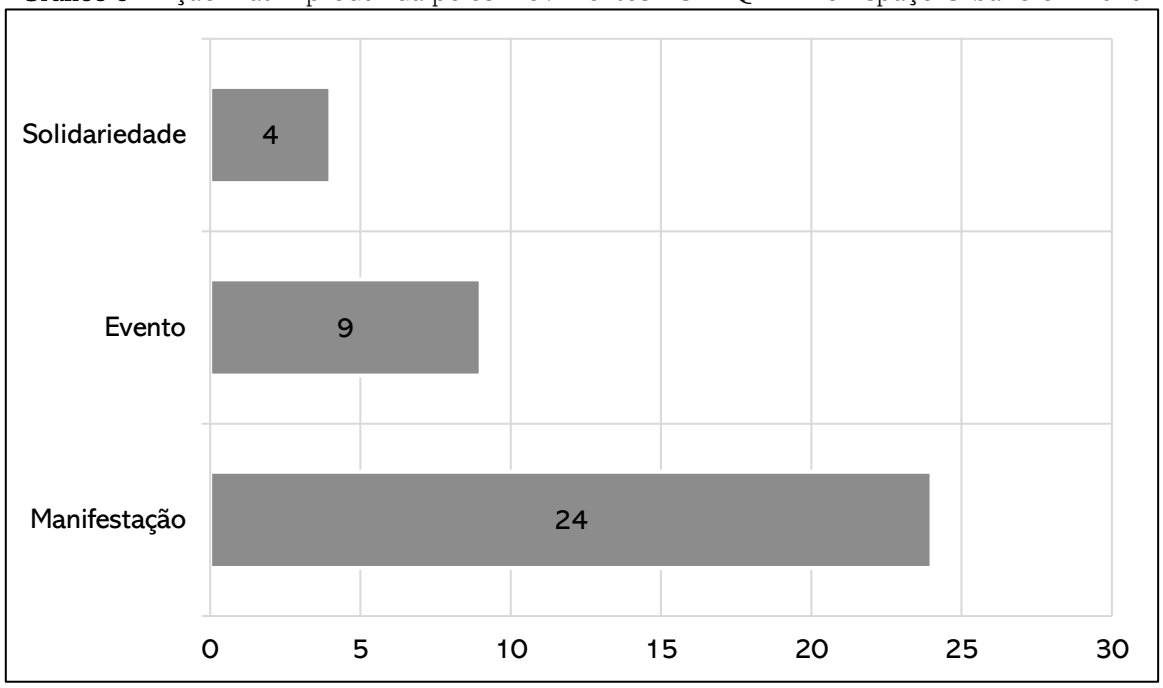
Quadro 6 - Nome dos Movimentos (LGBTQIA+ e congêneres) - 2020

Aliança Nacional LGBTI+; Associação da Parada do Orgulho LGBT de Praia Grande (APOLLGTB); Associação de Moradores da Rocinha; Associação em Defesa e Garantia dos Direitos das Mulheres do Estado de Mato Grosso; Bloco Feminista Pagu; BotaFOGO no Assédio; Coletivo Cultural Sankofa; Coletivo Feminista de Guarapari Mulheres que lutam; Coletivo Feminista Interseccional de Guarapari; Coletivo LGBTQIA+ de Manaus; Fórum LGBTQIA+ de Pernambuco; Frente pela Vida e pela Diversidade; Grupo SOMOS LGBTI+; Grupos Meninas Livres; Instituto Mulheres da Amazônia (IMA); Levante das Mulheres Brasileiras; Marcha do Empoderamento Crespo; Marcha Mundial das Mulheres; Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); MBLGBT; MinhoQueens; Movimento de Mulheres Olga Benário; Movimento do Espírito Lilás (MEL); Movimento LGBTQIA do Mato Grosso do Sul; Movimento Maricá das Mulheres; Movimento Mulheres da Parada; Movimento Vai ter Gorda; Parada de Orgulho LGBT; de SP Sindicato das Empresas de Transportes Coletivos do Acre (Sindcol); Sindicato dos Bancários de Criciúma e região; Sindicato dos Trabalhadores dos Correios e Telégrafos do Distrito Federal e Região do Entorno (Sintect-DF); Sindicato dos Vigilantes de Alagoas (Sindvigilantes); Sintrajud; UNA LGBT Chapecó; União da Juventude Socialista (UJS).

Fonte: Banco de Dados da Luta por Espaços e Territórios.
Elaboração: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.

Um dos dados mais interessantes e que revelam a riqueza do trabalho desenvolvido pela REDE DATALUTA em torno das ações produzidas pelos movimentos no espaço urbano, agrário, água e floresta, está nas características e nos temas dos movimentos que participaram de ações que diretamente produziram ou objetivaram a produção de espaços e territórios mais diversos. É possível observar a participação de movimentos sindicais, movimento de mulheres, movimento de atingidos por barragens, todos estes movimentos não são movimentos genuinamente LGBTQIA+, mas possuem no seu interior coletivos e grupos de trabalho e discussão sobre a temática LGBTQIA+. Esse movimento evidencia que a produção dos espaços e territórios engendrada por esses movimentos vem buscando contemplar a diversidade sexual e de gênero presente no interior dessas organizações

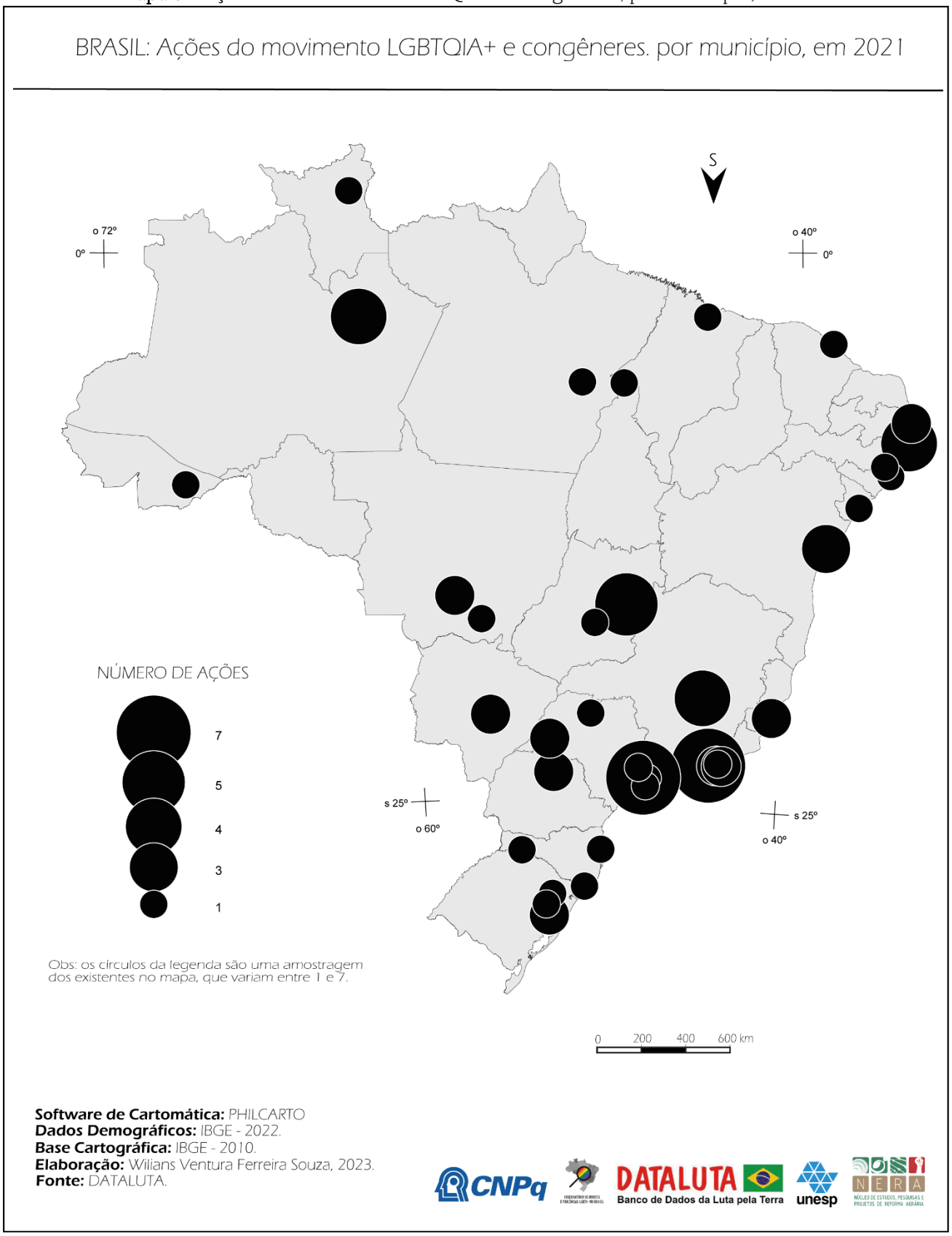
Gráfico 5 - Ação matriz produzida pelos movimentos LGBTQIA+ no Espaço Urbano em 2020



Fonte: Banco de Dados da Luta por Espaços e Territórios.
Elaboração: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.

A ação matriz mais presente nas ações produzidas pelos movimentos foi Manifestação com 24 sistematizações, seguido de Evento com 9 ações e, por fim, Solidariedade com 4 ações. Dentro da categoria Manifestação, é possível observar ações como: nota de repúdio ou denúncia, passeatas, carreatas, bloqueio de vias, intervenção urbana e ações realizadas no espaço virtual. Em Evento é possível observar ações como: celebração e reunião ou encontro. Em Solidariedade é possível observar ações como: ações de apoio a mulheres e ações de apoio ao enfrentamento de crises sanitárias.

Mapa 5 - Ações do Movimento LGBTQIA+ e congêneres, por município, em 2021



Fonte: Banco de Dados da Luta por Espaços e Territórios.
Elaboração: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.

A partir do mapa 5 é possível observar a espacialização dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais brasileiros que lutam pela diversidade sexual e de gênero em 2021. Assim sendo, Rio de Janeiro (RJ) e São Paulo (SP) concentraram o maior número de ações com 7 registros de movimentos socioespaciais e socioterritoriais cada, seguido de Brasília com 5 ações, Belo Horizonte (MG), Manaus (AM) e Recife (PE) com 4 ações cada, entre outros municípios.

Tabela 2 - Ações coletivas por UFS e Macrorregiões - 2021

REGIÃO/UF	Nº DE AÇÕES COLETIVAS
NORTE	**3**
AC	0
AM	1
AP	0
PA	1
RO	0
RR	1
TO	0
NORDESTE	**9**
AL	2
BA	1
CE	1
MA	1
PB	0
PE	3
PI	0
RN	0
SE	1
CENTRO-OESTE	**5**
DF	3
GO	0
MS	1
MT	1
SUDESTE	**16**
ES	0
MG	1

RJ	9
SP	6
SUL	**5**
PR	2
RS	2
SC	1
BRASIL	**38**

Fonte: Banco de Dados da Luta por Espaços e Territórios.
Elaboração: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.

A partir da tabela 2 é possível observar um volume maior de ações na região Sudeste com 16 sistematizações, seguido do Nordeste com 9 ações, Centro-Oeste e Sul com 5 ações cada e, por fim, a região norte com 3 ações. Vale novamente ressaltar que o pequeno número de ações promovidas por movimentos socioespaciais e socioterritoriais que atravessam a temática da diversidade sexual e de gênero, se deu por conta do momento político e sanitário provocado pela pandemia da COVID-19.

Quadro 7 - Nome dos Movimentos (LGBTQIA+ e congêneres) - 2021

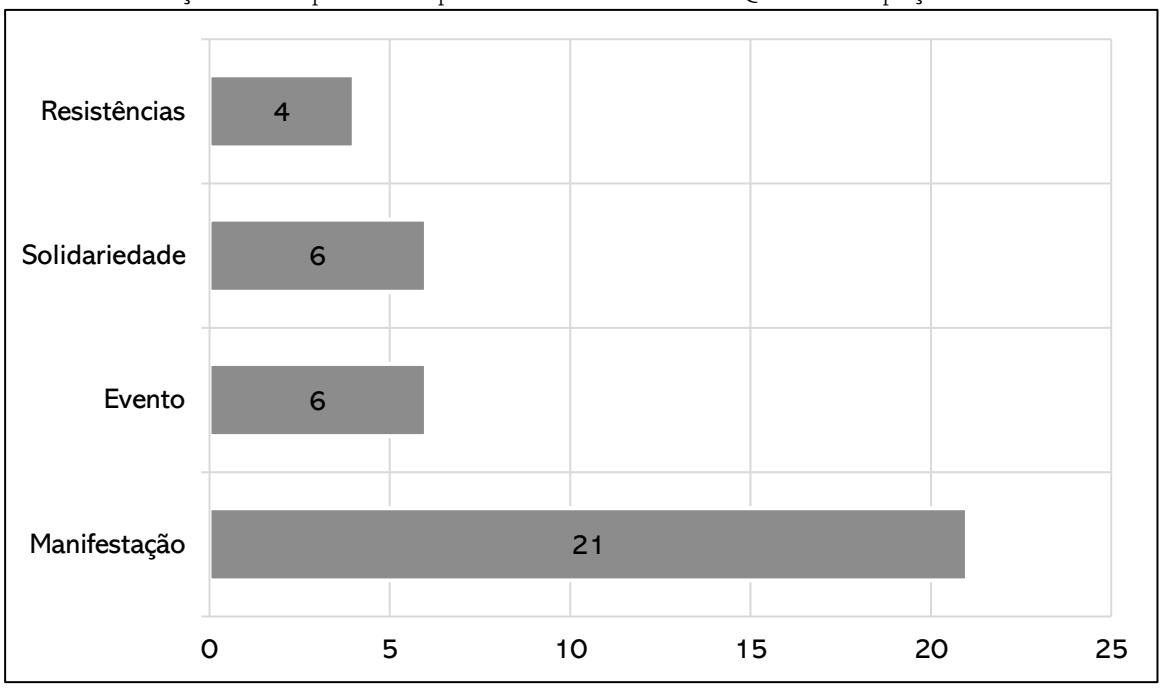
Aliança Nacional LGBTI+; Articulação e Movimento para Travestis e Transexuais de Pernambuco (AMOTRANS); Associação de Travestis, Transexuais e Transgêneros do Amazonas (ASSOTRAM); Associação Gonçalense LGBTI; Casa de Acolhimento de Caxias do Sul; Casa de Acolhimento Ezequias Rocha Rego (CAERR); Central Única dos Trabalhadores (CUT); Frente Brasil Popular (FBP); Frente Povo Sem Medo; Coletivo Brasília Orgulho; Coletivo Entidade Maré; Coletivo Madalenas Tuíra; Comitê de Apoio - Niterói (RJ); Congresso Homossexual Brasileiro; Fiel LGBT; Frente Fora Bolsonaro; Frente Trans de Londrina; Frente Trans e Frente Feminista; Grupo Arco Íris de Cidadania LGBT; Grupo de Advogados pela Diversidade Sexual e de Gênero (GADVS); Marcha Mundial das Mulheres; Movimento de Mulheres Camponesas (MMC Brasil); Movimento Boa Bixa; Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB); Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST); Movimento Elas por Elas; Movimento Negro Unificado (MNU); Movimento RUA (Juventude Anticapitalista); Movimento Trans Baiano; Parada LGBT Criciúma; Parada LGBT de Sergipe; Pedalada pela visibilidade lésbica, coletivo feminista de mulheres ciclistas; Sarau da Visibilidade; União Nacional dos Estudantes (UNE); Xica Manicongo.

Fonte: Banco de Dados da Luta por Espaços e Territórios.
Elaboração: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.

Um dos dados mais interessantes e que revelam a riqueza do trabalho desenvolvido pela REDE DATALUTA em torno das ações produzidas pelos movimentos no espaço urbano, agrário, água e floresta, está nas características e nos temas dos movimentos que participaram

de ações que diretamente produziram ou objetivaram a produção de espaços e territórios mais diversos. É possível observar a presença de movimentos sindicais, movimento de mulheres, movimentos de luta pela terra, movimento de juventude, movimento de atingidos por barragens, todos estes movimentos não são movimentos genuinamente LGBTQIA+, mas possuem no seu interior coletivos e grupos de trabalho e discussão sobre a temática LGBTQIA+. Esse movimento evidencia que a produção dos espaços e territórios engendrada por esses movimentos vem buscando contemplar a diversidade sexual e de gênero presente no interior de cada um deles.

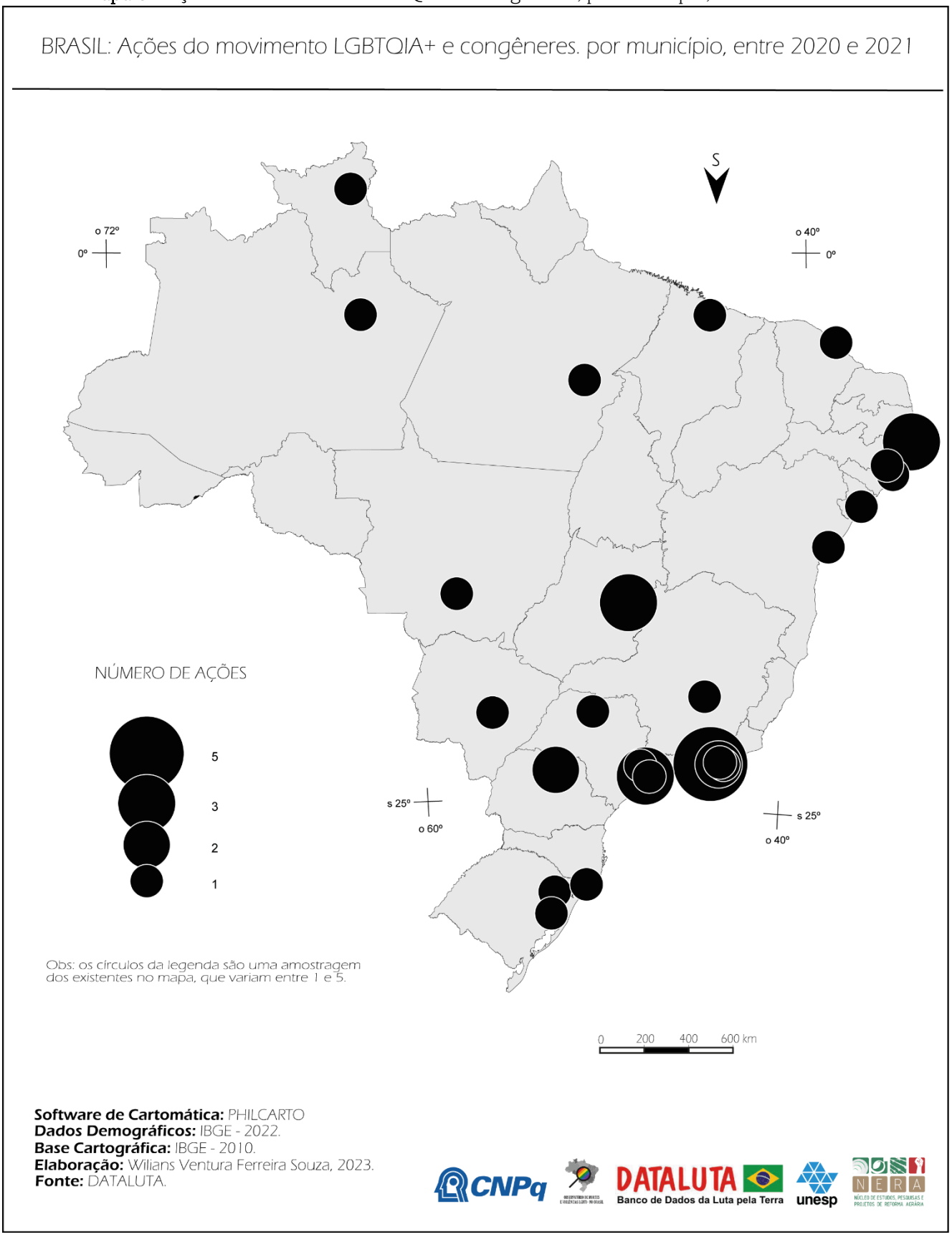
Gráfico 6 - Ação matriz produzida pelos movimentos LGBTQIA+ no Espaço Urbano em 2021



Fonte: Banco de Dados da Luta por Espaços e Territórios.
Elaboração: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.

A ação matriz mais presente nas ações produzidas pelos movimentos foi Manifestação com 21 sistematizações, seguido de Evento com 6 ações, Solidariedade com 6 sistematizações e, por fim, Resistências com 4 ações. Dentro da categoria Manifestação, é possível observar ações como: nota de repúdio ou denúncia, passeatas, carreatas, bloqueio de vias, intervenção urbana e ações realizadas no espaço virtual. Em Evento é possível observar ações como: celebração e reunião ou encontro. Em Solidariedade é possível observar ações como: ações de apoio a mulheres e ações de apoio ao enfrentamento de crises sanitárias. Em Resistências é possível observar ações como: ações de mobilidade e resistências e greve.

Mapa 6 - Ações do Movimento LGBTQIA+ e congêneres, por município, entre 2020 e 2021



Fonte: Banco de Dados da Luta por Espaços e Territórios.
Elaboração: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.

O mapa 6 representa a síntese dos dados agrupados e sistematizados entre 2020 e 2021 pela REDE DATALUTA, especialmente a equipe responsável pelo Espaço Urbano. O primeiro aspecto a ser ressaltado está presente na multiescalaridade e na capacidade de relação e interação presente nos dados sistematizados. Os movimentos socioespaciais e socioterritoriais LGBTQIA+ e os movimentos que atravessam essa temática, alinham-se e constroem diferentes estratégias e disputas pela produção de espaços e territórios, estes, por sua vez, menos desiguais e mais diversos. Tem-se movimentos socioespaciais reivindicando por mais liberdade, por espaços mais diversos e representativos, por espaços sem repressão e violência direcionada a comunidade LGBTQIA+. Nesse mesmo sentido, se observa um conjunto de movimentos socioterritoriais que não possuem como pauta principal a luta LGBTQIA+, entretanto, construíram historicamente a partir de demandas internas e externas, coletivos LGBTQIA+ que acabam por produzir movimentos mais diversos, é o caso do Coletivo LGBT do MST e do Coletivo LGBT do MTST, ambos movimentos socioterritoriais.

4. O MOVIMENTO DA DIVERSIDADE E A DIVERSIDADE EM MOVIMENTO

CAPÍTULO IV

4. O MOVIMENTO DA DIVERSIDADE E A DIVERSIDADE EM MOVIMENTO

Durante a construção dos capítulos anteriores foram vários os exemplos dados e construídos em torno da nossa compreensão e conceituação do território. Entretanto, para cada um dos tópicos trabalhados no capítulo "Movimento da Diversidade e Diversidade em Movimento", serão apresentados um conjunto de questões sobre o que chamamos e compreendemos como Territórios da Morte, Medo e Resistência LGBTQIA+.

Antes de mais nada, é necessário enfatizar que não se trata de neologismos, tampouco de adjetivações para o conceito de território, mas sim, de um conjunto de elementos, de reciprocidades constitutivas (EFREM FILHO, 2017) e de determinações que possibilitam a leitura desenvolvida sobre as resistências construídas pelos movimentos socioespaciais e socioterritoriais – Territórios de Resistência, sobre os processos de violação e denúncia de Direitos Humanos relacionados a pessoas LGBTQIA+ via Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania – Territórios do Medo e, por fim, os crimes de ódio praticados contra a população LGBTQIA+ brasileira a partir da sistematização dos dados do Grupo Gay da Bahia (GGB) e mais recentemente do Observatório de Mortes e Violências de LGBTQIA+ do Brasil – Territórios da Morte.

Ver-se-á a partir de cada uma das exposições e dos processos de mapeamento, bem como na fala de quase todas as pessoas entrevistadas, um conjunto de narrativas, manifestações, anseios, questões pessoais e coletivas, comportamentos, práticas espaciais, urbanidades e reciprocidades constitutivas, isto é, o fato de ser isto e aquilo ao mesmo tempo que, evidenciam de maneira relevante, a diferenciação de cada um dos territórios analisados e compreendidos a partir de suas especificidades. O que diferencia os territórios da morte, do medo e de resistência? Por que estamos atribuindo elementos como o medo, a morte e a resistência aos territórios em disputa pelos diferentes grupos, movimentos, coletivos e instituições? São várias as questões que nos levam a diferentes respostas e compreensões. A resposta que será dada em cada um destes tópicos é apenas uma das possibilidades analíticas, teóricas e conceituais de evidenciar as diferentes mazelas e conflitualidades presentes no espaço geográfico, especialmente nas cidades brasileiras, sejam elas pequenas, médias ou grandes.

Nossa leitura está fundamentada na compreensão relacional do espaço, sendo Harvey (2012) uma sumária referência na construção e leitura dos processos geográficos desde as suas múltiplas relações e dimensões. Como aponta Harvey (2012), é a partir da ideia do

pensamento espacializado que Lefebvre (quase certamente inspirado em Cassirer) construiu sua própria divisão tripartite: o espaço material (o espaço da experiência e da percepção aberto ao toque físico a à sensação); a representação do espaço (o espaço como concebido e representado); e os espaços de representação (o espaço vivido das sensações, a imaginação, das emoções e significados incorporados no modo como vivemos o dia a dia). A necessidade, portanto, da utilização do conceito de espaço relacional surge a partir da dificuldade de se compreender processos que envolvem outras múltiplas relações e interações a partir do emprego do espaço absoluto, em outras palavras, se assume a dificuldade de se compreender esses processos a partir de uma visão unidimensional.

> O conceito relacional de espaço é mais frequentemente associado ao nome de Leibniz que, em uma famosa série de cartas a Clarke (efetivamente uma relação próxima de Newton), faz sérias objeções à visão absoluta do espaço e tempo tão central às teorias de Newton. Sua principal objeção é teológica. Newton dava a entender que até mesmo Deus estava dentro do espaço e do tempo absolutos mais do que no comando da espaço-temporalidade. Por extensão, a visão relacional do espaço sustenta que não há tais coisas como espaço ou tempo fora dos processos que os definem. (Se Deus faz o mundo então Ele também escolheu fazer, fora de muitas possibilidades, espaço e tempo de um tipo particular). Processos não ocorrem no espaço, mas definem seu próprio quadro espacial. O conceito de espaço está embutido ou é interno ao processo. Esta formulação implica que, como no caso do espaço relativo, é impossível separar espaço e tempo. Devemos, portanto, focar no caráter relacional do espaço-tempo mais do que no espaço isoladamente. A noção relacional do espaço-tempo implica a ideia de relações internas; influências externas são internalizadas em processos ou coisas específicos através do tempo (do mesmo modo que minha mente absorve todo tipo de informação e estímulos externos para dar lugar a padrões estranhos de pensamento, incluindo tanto sonhos e fantasias quanto tentativas de cálculo racional). Um evento ou uma coisa situada em um ponto no espaço não pode ser compreendido em referência apenas ao que existe somente naquele ponto (HARVEY, 2012, p. 12).

A utilização do espaço absoluto, relativo ou relacional é feita a partir da análise dos quadros existentes entre os objetos e as relações que se dão em determinado recorte. Assim, Harvey (2012) ressalta que a decisão de utilizar uma ou outra concepção depende certamente da natureza dos fenômenos considerados. São variadas as relações estabelecidas entre os espaços e territórios analisados e evidenciados a partir das pessoas entrevistadas e do processo de mapeamento. É possível identificar a presença da produção e influência dos três territórios em um único sujeito, uma pessoa LGBTQIA+ pode sofrer diferentes processos de estigmatização, subalternização e violações na escola, na igreja, em casa, na comunidade etc., existem inúmeros territórios do medo que relativamente limitam e impedem que determinados sujeitos frequentem determinados espaços; cabe evidenciar que o

gerenciamento destes espaços é feito sob a lógica da heterocisnormatividade. Nesse mesmo sentido, muitos sujeitos que são violados cotidianamente se organizam em movimentos socioespaciais e socioterritoriais e passam a pautar a luta pela dignidade, pelo reconhecimento e pelo respeito, iniciando a produção em diferentes escalas dos territórios de resistências que, por sua vez, fazem frente aos territórios do medo e da morte. Os movimentos constroem uma resposta, que por sua vez é material e imaterial, objetiva e subjetiva.

O enfoque analítico-teórico-conceitual e metodológico é ensejado a partir da perspectiva relacional do espaço e do território, ou seja, como que uma ação produzida pelo Movimento LGBTQIA+ na maioria dos grandes centros urbanos das grandes cidades e metrópoles produz um conjunto de disputas que se materializam no espaço?

A disputa é material e imaterial, pois as mentes também são espaços do conflito, do gerenciamento, do ato de ressignificar conceitos e desconstruir dualismos, que por sua vez, produz a sociedade e seus paradigmas, um exemplo explícito dessa disputa é a chamada "cura gay" que produz uma tentativa insólita de reverter a homossexualidade ou qualquer comportamento tido como dissidente.

Os trabalhos geográficos que de alguma maneira utilizam outros conceitos para inaugurar o debate sobre gênero e sexualidade e, que, porventura, adotam o conceito de território usado, partem de uma perspectiva que também possui diferentes enfoques, qualidades e fragilidades. Entretanto, não queremos nos limitar, queremos ir além da dimensão material e física, por esse motivo que o território para nós, é multiescalar, multidimensional e está constantemente sendo disputado pelas instituições e movimentos; a presença se faz nas mentes, nos corpos, nas ruas, esquinas, casas e em diferentes outros espaços onde a vida acontece e as relações são produzidas.

Nesta perspectiva, é possível observar que as cidades possuem um conjunto ilimitado de diversidades e representações das inúmeras possibilidades de ser e se fazer espacial e territorialmente, entretanto, muitos destes corpos e sujeitos que conferem dada e significativa diversidade, não estão representados nos espaços de poder e visibilidade. É importante reconfigurar e postular o que foi dito anteriormente, a diversidade existe, mas possui uma sub-representação, portanto, *"lo corporal como lo espacial están atravesados por múltiples ejes de poder"* (CENICEROS, 2020, p. 71).

Os eixos de poder direcionam e constroem um conjunto de signos e normas que limitam e tensionam a existência de determinados sujeitos e suas práticas culturais, corporais

e geográficas. O gênero é um desses eixos que atua como um sistema de classificação duplamente binário. Dado sistema referenciado a partir de eixos construídos geograficamente, culturalmente, historicamente e politicamente, fabricam corpos sem direitos, marginalizados, violados e violentados por todas as vias imagináveis.

A invenção do gênero como um parâmetro de verificação da normalidade (BUTLER, 2006; CONNEL, 2006; DE LAURETIS, 2000; FAUSTO-STERLING, 2006; PRECIADO, 2008), é apenas um dos eixos/matrizes de conotação hierarquizante que através do tempo e de diferentes sociedades foi se estabelecendo e se consolidando. O gênero é, portanto, um marcador social que postula, constrói e produz determinados corpos, sujeitos e práticas espaciais. A invenção desta categoria não é natural, tampouco inocente, deve-se reconhecer as múltiplas intencionalidades presentes na criação do gênero enquanto uma matriz capaz de hierarquizar e produzir desigualdades múltiplas.

Um conjunto de discursos e práticas produz uma falsa sensação de que os conceitos historicamente construídos como corpo, sexo, sexualidade e gênero, sempre foram como se apresentam na atualidade, portanto, posicionam dados conceitos como a-históricos e universais. Entretanto, estes conceitos são resultados da produção social, cultural e geográfica de um determinado tempo, cujos significados se alteram entre as diversas sociedades e os momentos históricos (LE BRETON, 2002).

O corpo é um exemplo desta relação, já que o lugar que ocupa nas distribuições sociais e espaciais de cada cultura é condicionado a partir de um conjunto variado de significados alicerçados historicamente, politicamente e culturalmente. Esse conjunto de significações sobre os corpos são produzidos discursivamente a partir do que é considerado "natural", "verdadeiro", "genuíno" e "legítimo".

O corpo é um espaço e território em movimento que produz e modifica outros espaços e territórios à medida que os coloca em questão. O corpo também carrega um conjunto variado de símbolos e significados socialmente construídos, o que pode em determinadas circunstâncias provocar crises de conceitos e temas adotados com naturalidade e inocência por diferentes setores da sociedade. Neste sentido, ver-se-á a elaboração de sínteses e reflexões de diferentes autoras que atestam as transformações espaciais provocadas por determinados corpos considerados "estranhos", "subversivos" e "abjetos".

> el cuerpo imagen es un indicador del proceso de cómo «veo que me ven». Por su parte, el cuerpo piel señala el proceso de cómo «siento-naturalmente» el mundo, y

> el cuerpo movimiento es la inscripción corporal de las posibilidades de acción» (SCRIBANO, 2013, p. 99).

Para Ceniceros (2020), o corpo é uma representação social marcada por modelos, formas e formatos adotados a partir de valores e simbolismos que trazem o sentido do social de maneira hierárquica e disciplinar sobre determinadas populações. Um exemplo deste processo de hierarquização e disciplinarização sobre determinadas populações, está no processo da racialização como derivação do colonialismo a partir da invenção do conceito de raça caracterizando o corpo não branco como bárbaro e incivilizado.

A categoria gênero produz significado que pressupõe a superioridade/inferioridade, assiná-la valores diferenciados as corporalidades que atuam sobre uma natureza aparentemente irrefutável e que é legitimada globalmente a partir de múltiplos dispositivos de poder e controle que atuam, principalmente, a partir do discurso. Ao mesmo tempo, ao usar o exemplo do conceito de raça como uma exemplificação dos processos de hierarquização e domínio, não podemos separar raça e gênero, neste sentido, o corpo generificado não deixa de ser racializado ou vice-versa, assim, é importante aplicar o que Lugones (2008) destaca ao dizer que o conceito de gênero nunca está desvinculado de outras categorias como raça, classe e sexualidade.

> Ahora bien, habitar lo urbano implica poner el cuerpo en circulación e interrelación con otros cuerpos, otras presencias; ello tiene efectos muy variados para la diversidad de habitantes: algunos encuentros son hostiles y ello impacta en la configuración de una memoria espacial que activa estados de alerta hacia situaciones venideras. Al habitar conocemos y reconocemos, y –en ello– apropiamos, intervenimos y planeamos.

Habitar é produzir significados e valores sobre as relações espaciais vividas na cidade a partir da relação com outros sujeitos-habitantes. O processo de habitar a cidade influência ativamente a dimensão emocional e afetiva dos espaços cotidianos, como resultado da incorporação da espacialidade experienciada. A experiência urbana é inscrita em determinados corpos e este é a marca material da relação entre corpo, cidade e significados socialmente construídos.

> Circular los diversos espacios públicos se presenta discursivamente, desde la administración del espacio, como un derecho incuestionable; sin embargo, en la vida cotidiana existen numerosos ejemplos que demuestran lo contrario. Colocar el cuerpo en el espacio público tiene implicaciones en la producción de interacciones sociales, lo que deriva en una variedad de experiencias mediadas precisamente por

> las lecturas socioculturales de lo corporal. El género se devela como un modelo dominante de esas lecturas fundamentalmente sobre dos lógicas binarias: femenino/masculino, normal/abyecto. De esta manera, las corporalidades femeninas o feminizadas experimentan el espacio público dentro de una trama interaccionista predominantemente vulnerante al ser significadas como cuerpos inferiores y transgredibles: en el encuentro urbano con los otros hay preeminencia de experiencias de acoso hacia ellas (CENICEROS, 2020, p. 80).

A relação destes variados corpos LGBTQIA+ resultam na disputa e apropriação de determinados espaços visando a construção de referências e possibilidades no que se refere a representação destas pessoas na cidade. A partir da teoria *queer*, pode-se dizer que estes corpos são socialmente lidos como "corpos impróprios", logo, o impróprio carrega a noção de "não próprio" e "não apropriado" para pertencer ou estar em um determinado espaço.

O binarismo sexo-gênero atua como um sistema hierarquizante de sujeitos, corpos e práticas que são orientadas para a normalidade ou anormalidade, para a aceitação ou negação, para a liberdade ou a reclusão, este sistema também pode ser reconhecido como sistema sexo-gênero como postulou Rubin (1996), onde compreende que as representações de gênero se realizam sobre uma série de elaborações sociais que conferem significado ao corpo.

O corpo, assim como os territórios da morte, do medo e de resistência, comparece neste capítulo de maneira significativa e potente. A exposição das corporeidades e das relações que pessoas LGBTQIA+ possuem com os espaços da cidade são diferenciados e atravessados por um conjunto de outros recortes como: classe, gênero, cor, etnia, sexualidade etc. As interseccionalidades presentes em cada uma das entrevistas realizadas revelaram o ordenamento das escalas e dos conflitos engendrados por cada pessoa que compõem a significativa diversidade presente no Movimento LGBTQIA+. Uns sofrem inúmeros processos de violação, outros conseguem "se passar" por heterossexuais o que os confere um "privilégio" efêmero e violador. Neste sentido, ser quem se é torna-se um ato de coragem e rebeldia, esconder "trejeitos", afetos e comportamentos pelo medo e pela imposição de um comportamento é, sem dúvida, disputar e estabelecer significado na mente das pessoas.

Na transitoriedade das construções das relações, dos afetos, dos desejos, apresentam-se a nós, diferentes outras realidades e possíveis experimentações. Da mesma forma é a sexualidade, entendida como um código impresso em nossos corpos, devemos – como nos foi imposto – apresentá-las e vivê-las de forma fixa, rígida e intransitiva, mas, na verdade, os pontos fixos se dissolvem e a fluidez é cada vez mais evidente e percebida espacialmente. Os

corpos que antes ocupavam apenas os "guetos" nos grandes centros urbanos, agora disputam o conceito de cidade, produzem diversidade e ressignificam a cidade a partir de suas práticas espaciais.

É partir dos sistemas de regulação que as sociedades ditam o corpo que será aceito ou não, aquele que terá passe livre e aquele que será proibido de frequentar determinados espaços, aquele que será condecorado pela forma com que se apresenta e aquele que sofrerá diferentes punições por se apresentar de uma forma diferente.

> De modo mais amplo, as sociedades, as sociedades realizam esses processos e, então, constroem os contornos demarcadores das fronteiras entre aqueles que representam a norma (que estão em consonância com seus padrões culturais) e aqueles que ficam fora dela, às suas margens. Em nossa sociedade, a norma que se estabelece, historicamente, remete ao homem branco, heterossexual, de classe média urbana e cristão e essa passa a ser a referência que não precisa ser mais nomeada (LOURO, 2000, p. 15).

A partir da ideia de que as instituições como escolas, igrejas, governos etc., produzem diferentes normas e regras sobre os diferentes sujeitos, podemos evidenciar, que há um processo de modelização desses corpos, que passam a ser avaliados, examinados, coagidos e categorizados por sujeitos e instrumentos de regulação.

Os estudos de gênero e sexualidades no âmago da geografia, iniciam-se a partir dos anos 1990. Como aponta Silva, Ornat e Junior (2016, p. 9) "em 2003 surge em Ponta Grossa, Paraná, o Grupo de Estudos Territoriais (GETE), sob a liderança da geógrafa feminista Joseli Maria Silva e seus companheiros de pesquisa". Este grupo potencializou o surgimento de um debate muito seguro e pioneiro dentro da geografia brasileira. Surge novos olhares, novos saberes, novas vivências e novas geografias, estas por sua vez, pautadas em discussões em torno do gênero e sexualidades.

> Em pleno final da segunda década do século XXI, ainda vivemos a discriminação contra mulheres, gays, bissexuais, travestis, transgêneros e transexuais. A violência marca os espaços, tornando tais grupos sociais vítimas de assassinatos. Não importa a escala espacial, o sofrimento diário faz parte da sua vivência: em casa, no trabalho, nos locais de lazer, nas ruas e em qualquer outro espaço público (SILVA; ORNAT; JUNIOR, 2016, p. 9)

A adoção de novos temas emergentes na geografia, como feminismo, sexualidade, gênero, raça, entre outros, produziu e continua produzindo um movimento em direção ao fazer geográfico em torno destas temáticas tão caras e esquecidas no círculo da história. A partir

desse movimento é necessário a busca incessante por formas de compreender e ler esses sujeitos, responsáveis pelas mudanças.

Milton Santos já faz parte da vida de todos nós, geógrafos, está presente na construção de pesquisas, discussões e novas teorias. Alicerça o pensamento geográfico brasileiro, imprime sua marca em nosso olhar sobre o espaço geográfico.

A profunda mudança ocorrida nas últimas décadas com a consolidação de conquistas sociais representada pela constituição de 1988, possibilitou uma aproximação cada vez mais potente e legitima com as desigualdades presentes em nosso país, compreendidas por nós, pela luta de classes, tão evidente e presente nos espaços. No entanto, como aponta Silva, Ornat e Junior (2016, p. 9) "a classe não era a única identidade que promovia os processos reivindicatórios pela cidade", as intersecções se fazem presentes em diferentes espaços da cidade, representadas pela participação de mulheres, LGBTQIA+, negros e negras etc.

> Mesmo diante dessa realidade concreta, nossas imaginações geográficas construídas até então nos limitavam a compreensão das muitas e distintas reinvindicações por espaço. Essas experiencias localizadas em nosso cotidiana conflitavam com a formação teórica que pautava nossas práticas geográficas. Se as mulheres com as quais tínhamos que negociar as ações políticas espaciais traziam elementos estranhos às nossas teorizações sobre a produção do espaço, teríamos nós, cientistas, a autoridade de dizer que tais elementos não eram passíveis de serem contemplados porque à ciência a qual estávamos afiliados não reconhecia tais aspectos como estruturadores da realidade espacial? (SILVA; ORNAT; JUNIOR, 2016, p. 15).

O questionamento exposto, dedica-se em mostrar um novo caminho para as problemáticas atuais e que devem ser enfrentadas por nós, geógrafos. O saber teórico tradicional em conflito com as novas possibilidades de leitura e análise, careceu de uma transformação. Os autores indagam "quais eram as geografias produzidas por elas que traziam elementos tão distintos de nossa tradição epistemológica?"

Um dos debates mais polêmicos em torno das lutas pautadas por movimentos como: feministas, LGBTQIA+, antirracistas, ambientalistas etc. É o de que esses movimentos estariam propondo ou realizando uma fragmentação que prejudica a luta maior, isto é, a luta de classes. Diante do exposto, podemos identificar uma outra leitura, uma outra possibilidade.

> Os movimentos sociais pautados na luta contra o racismo, o heterossexismo, o sexismo e a xenofobia não podem ser vistos como fragmentadores da possibilidade de reinvindicação por justiça, mas devem ser considerados como aliados à luta de classe. Para ela, é socialmente contraproducente alegar que esses movimentos

> retiram o foco central da luta contra o capital, em função de uma pretensa fragmentação reivindicatória (SILVA; ORNAT; JUNIOR, 2016, p. 24).

No entanto, dedicamos a nossa em torno do corpo a partir da utilização e aplicação dos conceitos de movimentos socioterritoriais e socioespaciais. Logo, a partir de diferentes leituras, caminhamos para a compreensão do corpo como uma escala geográfica de atuação política, mas também ora como espaço (socioespacial), ora como território (socioterritorial), exercendo o que Fernandes (2012) insiste em colocar em sua leitura feita a partir desses conceitos. Os territórios estão contidos nos espaços, logo, todo movimento socioterritorial é também socioespacial, os corpos ocupam uma dimensão da realidade, todos os corpos ocupam uma dimensão espacial da realidade, como também atuam de forma política na defesa de seus corpos assumindo-os como territórios particulares.

Observe:

> **P: Você já sofreu algum tipo de violência (física, psicológica etc.), como foi?**
> E: Olha, violência, gente... Violência, todo mundo sofre, né, sendo uma T ou não. Mas assim eu posso falar por todas, porque eu conheço desde a primeira travesti, eu conheço travesti de 80 anos de idade, de 60, de 40, de 30 e de 15. É, todo mundo sofre alguma coisa, né. Eu já, eu não sou uma pessoa que leva desaforo pra casa, nunca apanhei nem de bandido, nem de polícia, nem de ninguém. É, eu tenho um apelido carinhoso que, meu apelido na polícia é "Patrícia", porque a primeira transexual de silicone na cidade foi a Patrícia e a Patrícia era muito perigosa, então (risos) as pessoas me levam nessa referência da Patrícia. Eu nunca levei desaforo pra casa, não abaixo a bola pra ninguém e eu acho que, na verdade, de sofrer a violência física, psicológica, ou qualquer outro tipo de coisa, eu acho que sou eu que faço a pessoa sofrer, graças a Deus, eu nunca levei tapa de ninguém. Mas assim, eu não posso falar por todas, né, é, têm amigas minhas que já quebraram a perna, que já quebraram o braço, já racharam a cabeça delas, porque tem pessoas ainda que tem esse preconceito, essa falta de conhecimento e acha estranho, né. Mas a maioria assim, leva prejuízo, eu "tô" falando, porque eu tenho esse pensionato de travestis e transexuais, então eu "tô" falando por elas, né. Mas eu não posso reclamar, mas existem muitas que já sofreram agressões horrorosas aqui na cidade de Prudente e nenhuma providência foi tomada. A gente já procurou a polícia, já procuro os direitos, os deveres, nada..., mas é assim que a vida toca, vai ter que passar muita água debaixo dessa ponte pra ainda as pessoas olhar pra gente e ver que o diferente é normal, né. (ENTREVISTADA E, 2019)

O corpo como apresentado por Silva e Ferreira (2017) é biológico e social, onde se materializam um conjunto de sentimentos e emoções. Ele é um instrumento que sente os espaços, por ele entramos, os reflexos do nosso pensamento podem ser percebidos em nossos corpos.

O que constrói os corpos?

A casa, a escola, a universidade, a igreja, a rua, etc. são espaços, onde existem testamentos contendo normas e regras que ditam a forma, o conteúdo e a intensidade das relações e que relações devem e podem ser percebidas ali. Evidentemente, estamos falando de um espaço marcado por normas heterossexuais, patriarcais e brancas.

> A análise da experiencia espacial de travestis implica colocar o corpo como um elemento central. As travestis são pessoas designadas como seres masculinos no nascimento, mas que se reconhecem com o gênero feminino e, assim, se valem de uma série de práticas para transformar seus corpos a fim de atingir a feminilidade que lhes proporcione conforto psicológico e social. Transformar o próprio corpo, contrariando as normas de gênero institucionalizadas pela classificação do gênero por meio da genitália, significa travar imensas batalhas cotidianas, que são sociais e simultaneamente espaciais (BARBOSA, 2017, p. 69).

A partir do exposto, podemos compreender o corpo como um importante componente do espaço geográfico, que numa apresentação carregada de símbolos e significados, modifica e é modificado pelas relações espaciais desempenhadas por dinâmicas e práticas espaciais corporificadas e generificadas. Como aponta Barbosa (2017, p. 70) "os corpos são interpretados a partir de uma aparente naturalização que se objetiva de inúmeras formas, produzindo uma ordem que institui o mundo social".

As experiencias espaciais desempenhadas por corpos contra-heteronormativos são permeadas pela violência indireta e direta, que pune e fere a integridade daquele corpo. No entanto, é necessário identificarmos de que corpo estamos falando.

Os símbolos presentes nos mais variados corpos são lidos pela sociedade de duas maneiras, como símbolos masculinos e femininos. Portanto, aqueles corpos que fogem do padrão cis-heteronormativo, são potenciais vítimas do preconceito.

> Os corpos, apesar de pouco presentes na análise geográfica brasileira, são elementos de compreensão que devem ser contemplados a fim de conceber um espaço geográfico plural e complexo. Embora a força reguladora de gênero e sexualidades marque de modo contundente a experiencia de travestis, tornando sua existência abjeta e forçando-as a habitar as zonas inóspitas da vida social, há um processo de resistência e luta que perturba, altera e coloca em xeque a ideia de ordem. (BARBOSA, 2017, p. 79)

Alves (2010) expressa de forma muito relevante o papel dos instrumentos de saúde representados pelos serviços e a relação que estes estabelecem com a produção do espaço urbano, já que em alguns casos podem determinar diferenças espaciais, além de mudanças na circulação de diferentes corpos.

Através da discussão realizada pela frase "nosso corpo nos pertence" proferida por mulheres feministas, que Alves (2010), inicia um debate em torno da geografia e da escala do corpo. A partir das mulheres que realizaram o procedimento cirúrgico da mastectomia, a autora explora as diferentes relações que as mulheres desempenham em relação aos seus corpos antes e depois do procedimento, logo, Alves (2010, p. 70) expressa ser possível a partir do exposto que "a análise das marcas do corpo tanto do ponto de vista material quanto subjetiva", além da dimensão espacial que é estabelecida pelos corpos.

> Foi no século XVIII que o corpo passou a ser estudado num contexto médico-científico, quando a classificação dos casos de patologia física e psíquica era uma preocupação com a finalidade de normatização de condutas tidas como anormais/desviantes. Isto deu origem a uma ciência que precisava saber tudo sobre o corpo para poder controlá-lo melhor no campo da saúde pública, reduzindo-se o estudo do ser humano à sua existência biológica (ALVES, 2010, p. 71).

É evidente, portanto, que o corpo possui uma característica intrinsicamente biológica, no entanto, ressaltamos que este mesmo corpo é capaz de se transformar ou ser transformado por processos históricos e geográficos, materiais e imateriais, dotados de escala, de relação, de composicionalidade, elementos presentes na totalidade do espaço. Como aponta Alves (2010, p. 71) "assim, o corpo humano é um projeto inacabado, que a cada instante nos transforma em outro".

Um outro elemento importante e que surge no debate estabelecido pela autora, é de que o corpo necessita ser pensado além da temática que há tempos vem sendo tratada, isto é, da sexualidade, ele deve assumir a posição de lócus da ação política, um produto da ação social, um conjunto de práticas que atuam na esfera do poder, que atuam em disputa espacial e territorial constante.

4.1. Territórios da Morte

Os territórios do medo, da morte e de resistência são produzidos espaço-temporalmente atravessando perenidades e efemeridades (Políticas Públicas x Parada LGBTQIA+) pelas relações de poder construídas por diferentes grupos sociais e instituições. Essa produção pode se dar de maneira temporária ou permanente, pode se estabelecer em diferentes escalas, desde o corpo até o território nacional a partir da politização de debates e políticas – o que se verificou durante o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022).

Para falar sobre os territórios da morte e de suas representações, cabe o aprofundamento sobre o direito à cidade e os fenômenos crescentes de invisibilidade e violência contra as pessoas LGBTQIA+. Falar de cidade é fundamental, já que é a partir dela que as sociabilidades são construídas e é também nela que sexualidades tidas como dissidentes são assassinadas e violadas continuamente e cotidianamente. A cidade, neste sentido, representa a materialização de um conjunto de relações, interações, disputas e conflitos engendrados pela disputa territorial. A cidade é uma construção permanente e contínua, ela está em constante transformação e mudança, nela estão presentes uma mescla de culturas, identidades, *performances*, visuais, corpos e experiências. Neste sentido, a reprodução do espaço urbano não pode ser compreendida a partir do distanciamento ideológico que atua sobre ela, já que o espaço em que as pessoas vivem e constroem suas vidas é incessantemente remodelado e adequado às subjetividades dos seus habitantes.

O direito à cidade e o direito a prática de territorialidades diversas e plurais se insere no bojo das pautas e objetivos construídos pelos movimentos socioespaciais e socioterritoriais que lutam pela liberdade de seus corpos, vidas e culturas. Esses movimentos não se limitam apenas ao que estamos chamando genericamente de Movimento LGBTQIA+, mas também aos movimentos precursores do debate sobre o corpo e sobre o direito à vida, como o Movimento de Mulheres/Movimento Feminista, Movimento de Negros e Negras, Movimentos de Pessoas com Deficiência e os Movimentos de Trabalhadoras e Trabalhadores, que contestam de maneira efetiva uma lógica de mercado que se constitui a partir de uma racionalidade neoliberal e hegemônica.

As desigualdades expressas e manifestadas no espaço urbano representam a materialização de um conjunto de contradições e conflitos que foram produzidos a partir do aprofundamento das desigualdades socioespaciais, desigualdades que são reflexos do modelo de produção e acumulação de capital, o que faz com que a cidade seja um espaço de intensas disputas e conflitos.

A concepção construída por Carvalho e Júnior (2020) sobre a "cidade-armário" traz importantes contribuições para a nossa concepção de Territórios da Morte e do Medo materializados também nas cidades brasileiras. A "cidade-armário" é uma construção ideológica que orienta a produção e a reprodução do espaço urbano a partir da lógica e da racionalidade heteronormatividade, evidentemente que essa concepção produz um conjunto de regras, normas e violências contra pessoas LGBTQIA+ na cidade. Entretanto, vale sempre

ressaltar que cada um desses grupos sofrem e sentem os processos de violência e violação de diferentes formas, nesse sentido, também vivem e produzem territorialidades distintas no espaço urbano.

O objetivo da classe dominante é transformar a mentalidade do oprimido e não a conjuntura que os oprime. Nesse mesmo sentido, a sexualidade, como aponta Millett (1970), é uma categoria de status com implicações políticas, mesmo com a aparência muda em que ela não pode se apresentar, a dominação sexual obtém, sobretudo, a talvez a mais perversa ideologia de nossa cultura e apresenta a mais potente fundamentação de poder. A cidade-armário não deve ser compreendida somente como o apagamento das sexualidades e identidades de gênero tidas como desviantes e dissidentes, mas, sobretudo, uma denúncia à invisibilidade que produz legitimidade sobre a violência.

A cidade pode ser compreendida como uma grande escrita (ROLNIK, 2012), nela os diversos sujeitos, grupos, coletivos, instituições e sujeitos produzem novas realidades. Lefebvre (1991) foi muito importante ao pensar o direito à cidade e a evidenciar alguns dos seus mais importantes processos. Ele compreendia a cidade como um lugar de investimento das riquezas, transformando a cidade numa obra de arte complexa, existe, portanto, um processo de reificação da classe trabalhadora: a cidade, enquanto objeto, passa a valer mais do que quem a produz.

Dialeticamente, ao transformar a natureza, os sujeitos se adequam para caber a nova realidade produzida a partir de suas transformações, esse movimento também transforma as relações sociais. Nesse sentido, dentro da compreensão capitalista, as relações humanas podem ser avaliadas a partir do espectro majoritário de suas vidas: o trabalho.

As regras e normas conduzidas a partir das sociabilidades urbanas tidas como corretas e, portanto, aceitáveis, são erigidas a partir do conjunto das legislações urbanísticas que ao demarcarem territórios, são responsáveis por delimitarem também diferentes relações de poder existentes nela. Assim, são criadas "linhas invisíveis" que produzem uma delimitação cartográfica presente na realidade urbana, os espaços do cidadão e os espaços marginais são evidentes e facilmente percebidos, já que o poder político, econômico, cultural e, portanto, territorial, procura reorganizar as infraestruturas urbanas, bem como a vida urbana com o objetivo de manter tudo sobre controle, ainda que a vida na cidade não esteja satisfatória.

Concordamos com Lefebvre (1991) que constrói uma leitura relacional e multiescalar sobre a totalidade do espaço geográfico e a produção contínua das cidades. Nesse sentido,

cabe afirmar que a cidade é a materialização de um conjunto de normas, práticas, valores, objetivos e estratégias que evidenciam a produção de um conjunto de diversos de espaços e territórios. A cidade é construída não somente de aço, concreto e ferro, mas de pessoas que possuem desejos, anseios e interesses; a sua produção é também marcada pelo conflito provocado pela supressão da diferença.

Para além do entrecruzamento político e, sobretudo, econômico da produção da cidade e do conflito, notamos a forte presença a partir das falas das pessoas entrevistadas e dos dados materializados em mapas e gráficos, que o cruzamento da sexualidade com o urbano evidencia um conflito que é marca central de um espaço urbano que foi criado e é sustentado a partir da reprodução social e biológica da heteronormatividade e da cisnormatividade, inclui-se também a monogamia como uma estrutura importante para a manutenção da reprodução biológica que dá sustentação ao modo de produção capitalista, afinal, é a partir desse falso dualismo que a cidade hetero-cis-normativa acredita criar mais e mais força de trabalho.

A cidade ao não produzir espaços de acolhimento e respeito as pessoas LGBTQIA+, acaba por empurrar todas as sexualidades tidas como dissidentes para o precipício da marginalização e da violência. Para além do reforçamento da universalidade em torno dos sujeitos que compõem o Movimento LGBTQIA+, é imprescindível destacar que determinados segmentos da comunidade sofrem de maneiras distintas a LGBTIfobia estrutural. Uma travesti sofre diferentemente de um homem bissexual, que porventura distingue-se das violências direcionadas aos corpos de mulheres lésbicas etc. Aspectos como raça, etnia, cultura e classe social se entrecruzam e produzem na dimensão do corpo o que Efrem Filho (2017) denomina de reciprocidades constitutivas. Isso fica evidente ao relatar o caso do assassinato de Safira, travesti, preta, pobre e "manca"; nesse sentido, é preciso superar leituras monotemáticas e construir uma crítica e resistência ao sujeito universal.

As violências materializadas contra a população LGBTQIA+ nas cidades brasileiras, de norte a sul, leste a oeste, das grandes metrópoles aos pequenos distritos, evidencia de maneira escandalosa o comportamento e a prática da cidade que se afirma sobre a heterossexualidade e a cisgeneridade e ignora a existência e presença de pessoas LGBTQIA+ como importantes sujeitos na produção de espaços e territórios diversos.

Os territórios do medo e da morte estão predominantemente representados pela rua. É nela que travestis e mulheres transgêneros são brutalmente assassinadas, mortes que são

motivadas pela LGBTIfobia estrutural e que, em grande parte dos casos, evidencia também as reciprocidades constitutivas, isto é, a classe, a cor, a sexualidade, a geração, a etnia, a religião, enfim, são vários as esferas que compõem os contextos de violação e morte dessas pessoas.

Apesar das fontes jornalísticas e midiáticas reportarem aos casos como latrocínio, envolvimento com o tráfico de drogas ou brigas e confusões provocados a partir do não cumprimento de acordos em torno dos programas ofertados pelas travestis e mulheres trans nas esquinas das cidades brasileiras, não é necessário ir muito longe nas leituras destes documentos para se compreender que as reciprocidades gritam nos territórios do medo e da morte. A exposição, a humilhação e o inexplicável número de golpes direcionados a espaços específicos do corpo, como as genitálias, o rosto e o coração, evidenciam a brutalização e a destruição do território-corpo que institui uma nova compreensão da sexualidade e da estética que transita pela cidade heterossexual e cisgênero.

Pensar a hierarquia social é refletir sobre a subjugação que ocorre no interior da luta de classes. É importante evidenciar que a produção espacial e a produção das cidades é atravessada e contém classe, gênero, raça, etnia e sexualidade, neste sentido, sobreleva-se a dominação do burguês, branco e heterossexual que advoga pela instituição "família" e pelos "espaços de respeito". Até que ponto os corpos de pessoas LGBTQIA+ são livres para transitar em todo o espaço urbano? É evidente que pessoas LGBTQIA+ acabam construindo determinadas sociabilidades no espaço, essas espacialidades e até territorialidades evidenciam ainda a forte presença do gueto, poderíamos substituir o gueto pelo refúgio ou pelo efêmero momento em que posso ser quem de fato sou.

Os binarismos possuem um papel fundamental na fundição do espaço urbano fragmentado e violento, ou seja, é a partir da construção do homem e da mulher, do heterossexual e do homossexual, do lícito e do ilícito, do pecado e da virtude, da lei e do crime, que são geridos os discursos que são a base de sustentação para a violência e para a violação sistemática de diferentes direitos básicos como: trabalhar, estudar, andar na rua, formar uma família, etc.

> O próprio mutismo, aquilo que se recusa dizer ou que se proíbe mencionar, a discrição exigida entre certos locutores não constitui propriamente o limite absoluto do discurso, ou seja, a outra face de que estaria além de uma fronteira rigorosa, mas, sobretudo, os elementos que funcionam ao lado de (com e em relação a) coisas ditas nas estratégias de conjunto. Não se deve fazer divisão binária entre o que se diz e o que não se diz; é preciso tentar determinar as diferentes maneiras de

> não dizer, como são distribuídos os que podem e os que não podem falar, que tipo de discurso é autorizado ou que forma de discrição é exigida a uns e outros. Não existe um só, mas muitos silêncios e são parte integrante das estratégias que apoiam e atravessam os discursos (FOUCAULT, 2003, p. 30).

A cidade-armário representa a construção de uma compreensão relacional das dinâmicas urbanas e dos temas que atingem a diversidade sexual e de gênero presente nela, nesse sentido, a saída do armário não é encarada como uma escolha individual e a decisão de sair dele também não depende do fato de se ter coragem e capacidade de realizar tal ação. As falas das pessoas entrevistadas evidenciam que, em muitos casos, o ato de "assumir-se" significa a expulsão de casa, a perda do emprego, a saída da escola/faculdade e, até em alguns casos, a morte.

> **P:** Como foi para você e sua família o processo de conhecimento em relação a sua sexualidade?
> **E:** Quando eu me percebi homossexual, eu tive uma briga interna dentro de mim pois não sabia se o que eu estava sentindo era real, se de fato fosse real era certo e ao mesmo tempo eu me questionava o porquê não seria certo, durante dois anos eu passei tentando me entender, me entendi, me assumi, primeiro aos amigos mais próximos porque existia um sentimento de confiança, uma liberdade, um sigilo, pelo menos na minha cabeça, eu me assumi em primeiro lugar para a minha mãe, foi um pouco difícil no início, ela entrou em depressão durante três meses mas não pela questão de quem eu era, mas o que a sociedade poderia fazer comigo, nos espaços que poderiam me ser negados, seja no trabalho, em âmbito escolar, entretanto, isso depois que passou essa época que meu pai me aceitou tudo caminhou de forma tranquila, então eu me coloco numa posição muito privilegiada, de ter a família que eu tenho e ter sido aceito no meu ambiente familiar (ENTREVISTADO F).

A existência dos territórios da morte e do medo reforça a presença dos dualismos e da subalternização e marginalização dos corpos de pessoas LGBTQIA+, "a situação, aparentemente, insuperável do grande armário social produz economias sobre o sexo e a sexualidade através do discurso da normalidade/anormalidade, definindo, limitando, apagando e invisibilizando tudo aquilo que seja prejudicial a ordem sexual posta" (CAVALHO, JÚNIOR, 2019, p. 153).

As travestis que não exercem a passibilidade - conceito que marca e atravessa quase que a totalidade das pessoas entrevistadas durante a consecução desta pesquisa – sofrem uma violência mais intensa e inúmeras formas de preconceitos, isso ocorre porque as marcas da transgressão é nítida e perceptível, é a representação da afronta ao sistema vigente dilatado na totalidade que envolve o espaço urbano.

O que sobra para estes corpos? São reservadas para esse grupo a cidade noturna, ocupam as ruas quando estas mudam sua função, de dia determinadas ruas são especializadas em comércio, de noite elas se transformam em territórios de prostituição. Para as travestis o direito livre à cidade é negado, direitos como o acesso à saúde e a educação são inalcançáveis. Chega-se à conclusão, tudo lhes é negado menos a marginalização social e a exposição a inúmeras violações. Quando uma pessoa se autocompreende como marginal, significa dizer que determinado sujeito está à margem da sociedade, ou seja, assume a condição de "não-cidadão" que foi simbolicamente assassinado por não estar enquadrado a norma.

Antes de iniciar a apresentação dos mapas que materializam a existência dos territórios da morte no Brasil, torna-se relevante a realização da discussão em torno das violências.

Os autores do livro "Hasteemos a bandeira colorida: diversidade sexual e de gênero no Brasil", trazem uma reflexão interessante para a discussão em torno das temáticas que perpassam o gênero e a diversidade sexual. O olhar praticado pelos autores no livro, baseia-se numa concepção materialista-histórico-dialética, evidenciando uma outra possibilidade de análise dos movimentos LGBTQIA+, que surgem e ressurgem a todo instante no país que mais mata pessoas LGBTQIA+ no mundo.

Portanto, analisar a violência e o preconceito consolidados na sociedade brasileira, é resgatar um debate em torno dos poderes exercidos historicamente, em torno das evidentes desigualdades socioespaciais que atinge essa população, assim como outras discussões que estão intimamente ligadas com a temática da diversidade sexual, como: a luta anticapitalista, antipatriarcal, antirracista.

As relações de preconceito marcadas pelas fortes determinações patriarcais e de gênero na sociedade, só podem ser percebidas, como aponta Nogueira (2018, p. 29), a partir do entendimento de "que homens e mulheres são seres sociais que se relacionam a partir da necessidade da produção e reprodução da vida social". A heterossexualidade aparece, assim, como padrão para avaliar todas as outras sexualidades. Essa qualidade normativa – e o ideal que ela encarna – é constitutiva de uma forma específica de dominação, chamada heterossexismo, que se define como a crença na existência de uma hierarquia das sexualidades, em que a heterossexualidade ocupa a posição superior, segundo Borrillo (2010, p. 31)

A heterossexualidade é imposta para um conjunto de pessoas e essa imposição resulta numa série de violências que ferem e marcam o corpo desses sujeitos que subvertem a norma

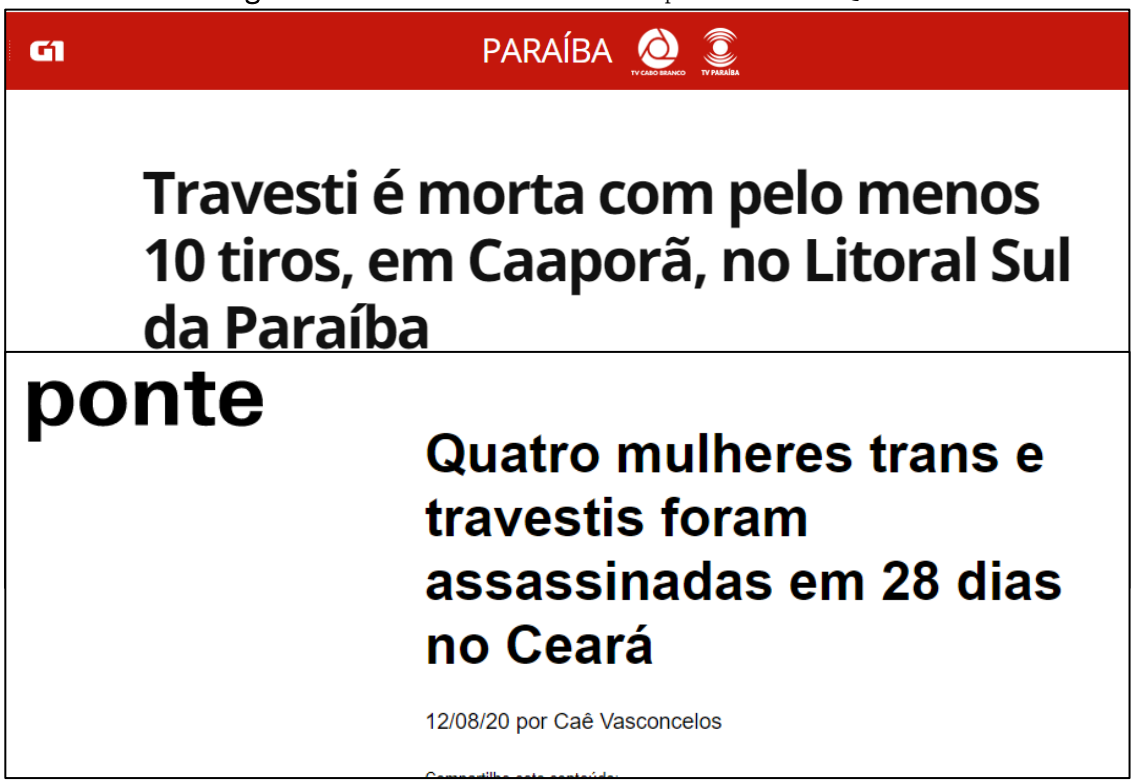
vigente, a norma heterossexual – a heteronormatividade. Como aponta Assunção (2018, p. 57), "discriminação às sexualidades que estão fora do modelo heterossexual é um processo que está circunscrito numa ideologia sexual e no projeto vigente da masculinidade e feminilidade", portanto, as relações baseadas nas normas da heterossexualidade dizem o que deve ser considerado feminino e masculino, fazem isso através de símbolos e marcas representados espacialmente, assim, quando um determinado corpo ou sexualidade foge dos padrões heteronormativos, ele é punido.

> A partir das mudanças impulsionadas pela emergência da propriedade privada e o imperativo da heterossexualidade e da monogamia, as relações entre pessoas do mesmo sexo passaram a ter uma conotação negativa, observando-se o consequente desenvolvimento do controle social sobre a sexualidade e o afeto, visando reprimir a liberdade e a diversidade sexual e o que mais se considerasse "desvios" de conduta sexual. (ASSUNÇÃO, 2018, p. 69)

Existem outras esferas que contribuem para a manutenção e regulação da norma heterossexual. Por exemplo, a igreja que desempenha um papel importante de regulação dentro da estrutura social que está colocada. Dentro do conjunto de símbolos, práticas narrativas, padrões corporais e sinais emitidos pelos corpos, é evidente que nas sociedades ocidentais a heterossexualidade foi construída como modelo que deveria ser seguido por estar enquadrado dentro das normas e, portanto, considerada a forma de sexualidade adequada e correta.

Todos os outros símbolos, expressões corporais, práticas narrativas e sinais emitidos através dos plurais espaços, foram historicamente combatidos de diferentes formas, seja pela criminalização da sexualidade tida como "desviante" ou "anormal", seja pela patologização, o tornar doente o que não é doente. Todas essas práticas que se materializam nos espaços e nos corpos, podem ser identificados através da prática da LGBTIfobia.

Figura 12 - Notícias sobre mortes de pessoas LGBTQIA+



Fonte: Ponte, 2023; G1, 2023.
Organização: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.

A partir da figura 12, podemos iniciar uma discussão em torno do que se constitui ou caracteriza como crimes de ódio, isto é, a violência explícita, o número inexplicável de golpes, o ódio contido na inscrição de símbolos, todos esses elementos permeiam e margeiam o que os movimentos, coletivos, associações, ONGs e outros, entendem por crimes de ódio.

A descrição das mortes identificadas como crimes de ódio traz à tona uma intencionalidade contida na luta e reinvindicação de ativistas e militantes do movimento LGBTQIA+ brasileiro. Como ressalta Efrem Filho (2016), essa explicitação das violências, isto é, o ato de tornar as mortes visíveis, faz parte do conjunto de estratégias utilizadas para denunciar os crimes bárbaros cometidos diariamente contra essa população.

O autor identifica os crimes de ódio como sendo:

> Assim, expressões derivadas da palavra "homofobia" são reivindicadas para adjetivar gestos de agressão e discriminação contra homossexuais.2 De regra, as imagens de brutalidade, como as anteriormente descritas, aparecem em composição com a utilização desses adjetivos: elas os qualificam, garantem o seu preenchimento semântico. A injustificável quantidade de facadas – ou o seu lugar geográfico no corpo da vítima: o ânus – diferencia os "crimes de ódio" dos crimes comuns, e mesmo dos passionais. As brutalidades exemplificam a crueldade. Esta pode até se achar associada a outros crimes – como notaram Sérgio Carrara e Adriana Vianna

> (2004; 2006) – mas, segundo o Movimento LGBT, ela demonstra sobremaneira a presença da homofobia. (EFREM FILHO, 2016, p. 314)

Como expresso por Efrem Filho (2016), a utilização dos relatórios, dossiês e documentos, de forma geral, para expor os crimes de ódio direcionados a população LGBTQIA+, se configura como um agente/ator político na trama desempenhada pelas disputas de poderes, narrativas e espaço.

Dessa forma, o conjunto de violências materializadas nos documentos, juntamente com o expressivo número de vítimas da LGBTIfobia, além de evidenciar um processo de marginalização tão evidente, como também de legitimar o discurso cada vez mais indissociável, de que o Estado precisa assumir as esferas que permeiam e estão circunscritas nos contextos destes crimes.

Historicamente, não é somente o movimento LGBTQIA+ que tem se utilizado de relatórios, dossiês, documentos e, principalmente, de denúncias para reivindicar a vida de seus mortos, outros movimentos utilizam-se estrategicamente dessa mesma narrativa para assegurar que o problema fora motivado pelo ódio materializado na aversão a sexualidade, a política, a ideologia, em suma, aos direitos humanos.

Efrem Filho (2016, p. 316), de forma multiescalar, ressalta que a brutalização dos crimes de ódio está intrinsicamente ligada também a brutalização dos corpos, "na classificação de um determinado crime como homofóbico, a intensidade com que a violência é empregada e as marcas produzidas nos corpos das vítimas preenchem alguns dos critérios classificatórios utilizados pelo Movimento LGBT".

> O número de facadas sobre o corpo de Safira pertence ao inexplicável, tal qual a quantidade de homens organizados para o assassinato de uma "travesti aleijada". O "ódio", por si, não explica a aritmética dos golpes, o porquê dos 30 e não de 5, ou o número de facadas que permite a configuração do excesso. Mas esse inexplicável reside no fato de que o brutal não perfaz uma obviedade. As brutalidades são disputadas e construídas palmo a palmo, golpe a golpe, relatório a relatório. Entretanto, aqui, o domínio do inexplicável perde espaço para as investidas políticas do Movimento (EFREM FILHO, 2016, p. 329).

É importante ressaltar as interseccionalidades presentes nos crimes de ódio cometidos contra a população LGBTQIA+, havendo, sobretudo, uma relação muito próxima com o local do assassinato, com a arma utilizada no crime de ódio, com a profissão desempenhada pelas vítimas. Em suma, as travestis são vitimadas em via pública, na maioria das vezes por armas de fogo, evidenciando um processo ainda maior de marginalização e estigma. Logo, os

aspectos de raça, cor, condições socioeconômicas e socioculturais formam um conjunto de elementos que atenuam a exposição de determinados corpos no espaço.

No artigo "Safira: violência, gênero e sexualidade", Efrem Filho (2018) expõe, os processos de violação referentes aos mais diversos preconceitos direcionados a população LGBTQIA+ brasileira. Neste trabalho, ele explora os limites e a crueldade presente nos assassinatos contra pessoas LGBTQIA+, sobretudo, Travestis, Transexuais e Transgêneros.

Os assassinatos são marcados pelo excessivo número de golpes, que continuam a ser inferidos a vítima mesmo após a sua morte, como foi o caso de Safira, uma travesti, profissional do sexo, morta com mais de trinta facadas inferidas por quatro homens.

> Os conflitos em torno da designação da homofobia – ou da transfobia – como "causa" das violências cometidas contra LGBTs aparecem frequentemente nas denúncias desempenhadas por militantes do Movimento e atravessam o seu cotidiano de lutas. Associadas as reclamações sobre as impunidades, ou seja, sobre a notável quantidade de casos que restam sem solução ou punição, essas denúncias envolvem tanto a necessidade de disputar a legibilidade da vítima, sua apreensão como uma vítima legítima, merecedora de atenção das instâncias estatais competentes, quanto a necessidade de fazer reconhecer a existência da transfobia ou da homofobia nesses episódios de violência (EFREM FILHO, 2018, p. 193).

O número excessivo de golpes, é apresentado pelos militantes do movimento LGBTQIA+, como uma expressão da brutalidade proferida em determinados corpos, portanto, como aponta Efrem Filho (2018, p. 95), "as 30 facadas não estão sozinhas".

> Safira sofreu trinta golpes de facada, mas Lua levou, à queima roupa, um tiro em cada perna porque se recusou a realizar sexo oral num policial militar que a abordou durante uma seresta. Otávio foi espancado, praticamente degolado. Com lâminas, os rapazes que o assassinaram riscaram cruzes em todo o seu corpo. Severino Antônio, violentado sexualmente antes da morte, teve uma faca peixeira cravada em seu ânus. Todas essas imagens remetem ao excesso. Implicam a inevitável pergunta "por quê" e, conforme os integrantes do Movimento, ensejam a inescapável resposta: "homofobia" (EFREM FILHO, 2018, p. 195).

A leitura feita pelo autor e uma série de outros autores mediantes ao crime de ódio, isto é, o crime marcado pela forte presença da violência que brutaliza o corpo, também é permeado por uma série de outras escalas que devem ser lidas e analisadas. A racialidade e a classe social, são exemplos de intersecções presentes juntamente com o gênero e a sexualidade. Quando interpretamos o caso de Safira, identificamos esses fatores, a partir da esfera social e de sociabilidade desempenhada por ela, a partir da cor de sua pele e da condição em que se encontrava.

Efrem Filho (2016) evidencia as múltiplas facetas da violência e da violação em curso contra as ditas minorias identificadas como lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transgêneros, queer, intersexuais, assexuais, pansexuais e outras orientações e identidades que fogem do padrão cisgênero e heteronormativo. A violência contra a comunidade LGBTQIA+ é mais do que a materialização do ódio contra esses sujeitos, é uma tentativa, em muitos momentos, exitosa de silenciar a diversidade e impor parâmetros de gênero e sexualidade socialmente referenciados em bases tradicionais e conservadoras.

A construção histórica e espacial da violência materializada no corpo de pessoas LGBTQIA+ é construída por Efrem Filho (2016) a partir de três tematizações centrais: a) a de que o recurso discursivo à brutalidade atua na compleição identitária do próprio movimento, ao perfazer suas estratégias e pautas políticas; b) a de que as imagens de brutalidade acionadas pelo Movimento performatizam os corpos como vitimados, em espacial, pela homofobia; e c) a de que os conflitos entre o Movimento e setores do Estado manipulam as materialidades dos crimes e, consequentemente, as materialidades dos corpos.

> Sobre o corpo de José Renato dos Santos, os peritos contaram 26 facadas. Sobre o de Sandro Almeida Lúcio, 30. Jurandir Leite foi estrangulado. Seu cadáver trazia marcas de luta corporal. Laís Martins sofreu violências sexuais antes de ser assassinada. Seu rosto foi completamente desfigurado por pedradas. Severino Antônio, esfaqueado e estuprado antes da morte, levou um golpe de faca peixeira no ânus. Djalma Matos morreu por espancamento. Teve a face deformada. Carlos de Lima recebeu diversos tiros, antes ou depois da morte. A cabeça de Jeová Albino foi esmagada por uma pedra; disparos de arma de fogo, contudo, causaram o homicídio. Assassinado, Ronaldo Carvalho teve seu pênis decepado (EFREM FILHO, 2016, p. 313).

São essas as imagens de violência, barbárie e brutalidade praticadas cotidianamente contra a população LGBTQIA+ documentadas nos relatórios produzidos pelos diferentes movimentos socioespaciais e instituições vinculadas às secretárias de segurança pública de alguns estados. Tornar essas mortes públicas é uma das estratégias do Movimento LGBTQIA+ brasileiro, que vem nas últimas décadas levantando verdadeiros debates acerca da violação dos direitos de dada população. Para além do tom denunciador, é imprescindível que se ressalte o caráter geográfico das mortes que conformam para um território da morte e do medo que silencia grupos considerados marginais a partir da lógica e racionalidade conservadora. Assim, "a injustificável quantidade de facadas – ou o seu lugar geográfico no corpo da vítima: o ânus – diferencia os "crimes de ódio" dos crimes comuns, e mesmo dos passionais" (EFREM FILHO, 2016, p. 314).

> O investimento político, por parte do Movimento LGBT, nos contornos dessas brutalidades se contrapõe, não raramente, a um movimento inicial, promovido por setores estatais centrais, de descaracterização dos laços entre a violência e a sexualidade. "Não existem crimes homofóbicos" – argumentou o Secretário de Segurança da Paraíba, em reunião conquistada, a duras penas, pelo Movimento. "Não se trata de homofobia, mas de vingança" – alegou, de antemão, a delegada de polícia responsável pelas investigações do assassinato, a 30 golpes de facão, de Sandro Almeida Lúcio. Safira, como Sandro se nomeava, travestia-se e mantinha um ponto de prostituição numa via pública da cidade de Campina Grande. Sua morte foi filmada pelas câmeras de rua da Superintendência de Trânsito e amplamente divulgada pelos meios de comunicação. Segundo a delegada e alguns desses meios, Sandro praticava roubos, consumia e traficava drogas. Um dos autores do crime teria sido vítima de um roubo de R$ 800,00 (EFREM FILHO, 2016, p. 315).

O dito investimento representa na prática, uma disputa de narrativas e diálogos com o Estado acerca dos processos constantes de violação. Cai-se na tendência de agrupar todos os crimes como se fossem sinônimos da brutalidade e da banalização da vida, é comum ler-se ou ouvir-se frase do tipo "heterossexuais também morrem em assaltos" ou "não existe crime LGBTIfóbico no Brasil, o que existe é violência". Entretanto e, sem negar a violência enquanto um marcador presente na sociedade brasileira, é preciso reconhecer que os crimes de ódio possuem motivações que extrapolam os limites da desigualdade social etc. São crimes motivados pelo ódio ao que o outro representa e carrega espacialmente pela cidade, produzindo espaços, territórios e marcas que transformam ou produzem conflitos e rupturas, um exemplo explícito dessa relação dialética são os territórios de prostituição.

A violência ao ser posicionada nos discursos dos movimentos enquanto um produto da impunidade, também pode descaracterizar o real significado da LGBTIfobia enquanto um sentimento de aversão e ódio aos LGBTQIA+, porque ao se combater a impunidade dos crimes cometidos contra essa população, a aversão e o ódio permaneceriam, sendo estes o combustível que motiva e impulsiona essas pessoas a agirem de tal maneira.

Existe um entrelaçamento político e pessoal entre as narrativas e os discursos disputados pelos movimentos socioespaciais e socioterritoriais. Não é somente o Movimento LGBTQIA+ que reivindica os seus mortos e os levantam em gritos de ordem e palavras de encorajamento, outros movimentos também assim o fazem como movimento de luta pela terra, pela moradia, pela água e pela floresta. Nesse sentido, é imprescindível que se conheça a história e formação espacial/territorial de cada um dos movimentos investigados, para que se construa, portanto, um quadro teórico e conceitual harmonizado e adequado as análises geográficas que se pretende realizar.

É preciso inicialmente, construir-se uma ideia e pensamento em torno dos contextos das mortes das pessoas LGBTQIA+. Sabe-se que são mortes violentas e, em muitos casos, com crueldade. Indo mais afundo é necessário ler e interpretar as relações espaciais e territoriais que se estabelecem e engendram conflitos, processos, disputas e, em alguns momentos conquistas, a partir do trânsito de corpos considerados anormais, doentes, pecado, subversão e tudo que é posicionado enquanto marginal, não no sentido geográfico, mas sim, no sentido histórico, cultural e social. O marginal é a posição que não deve ocupar e usufruir de instrumentos e equipamentos que potencializam a qualidade de vida, assim, resgatar as mortes e realizar a reconstituir do espaço ou território de brutalização daquele corpo é uma estratégia utilizada pelos militantes e ativistas LGBTQIA+ que resgatam/revivem os seus mortos em tom político e reivindicador.

> A brutalização dos sujeitos se correlaciona à brutalização dos corpos. Na classificação de um determinado crime como homofóbico, a intensidade com que a violência é empregada e as marcas produzidas nos corpos das vítimas preenchem alguns dos critérios classificatórios utilizados pelo Movimento LGBT. O grau de violência, portanto, dimensiona a qualificação do crime e autoriza, em muitas ocasiões, a reivindicação das mortes pelo Movimento (EFREM FILHO, 2016, p. 326).

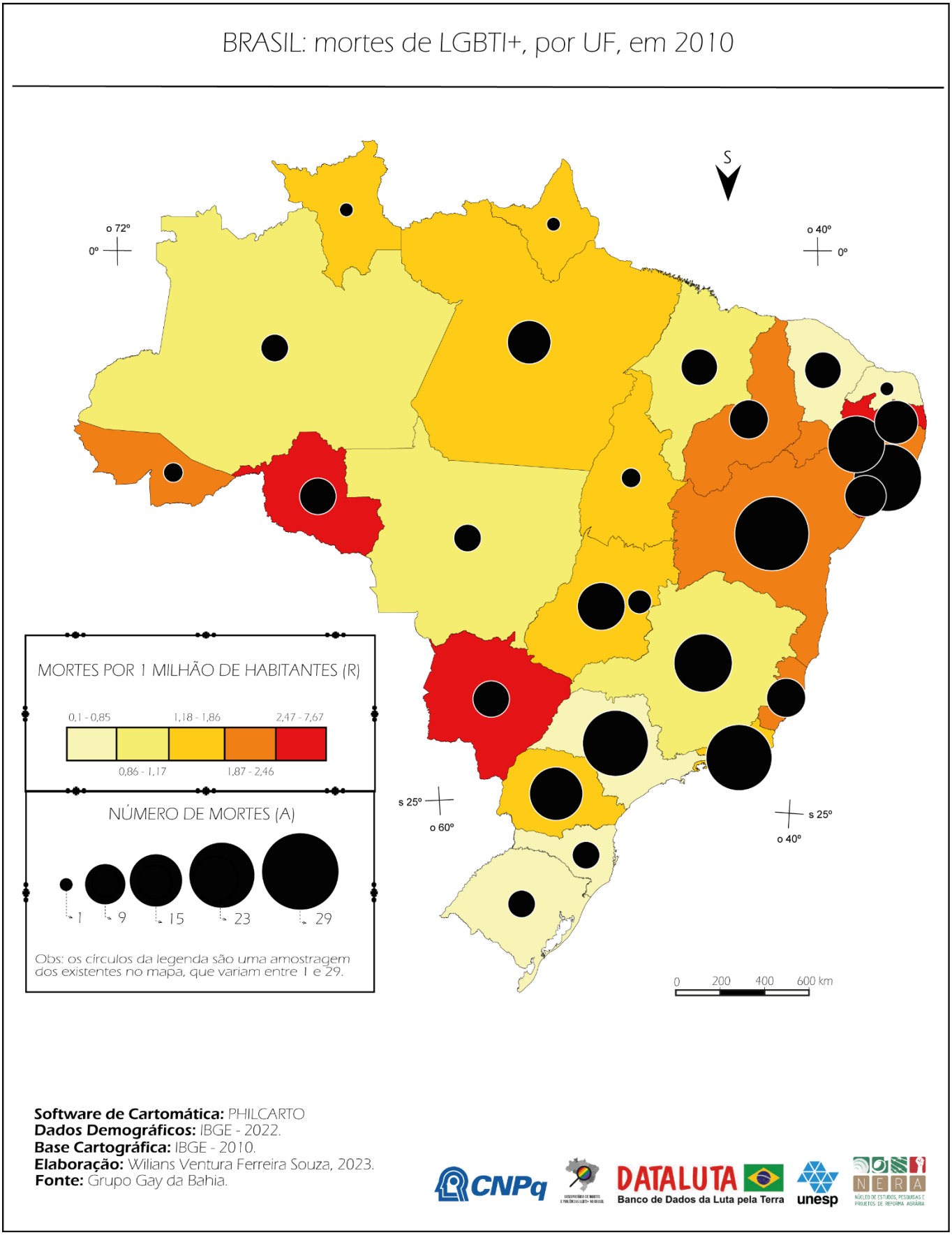
O contexto histórico, social e geográfico das mortes de LGBTQIA+ contribuem para a formação de um quadro de elementos e símbolos materiais e imateriais que percorrem o inexplicável número de golpes, facadas, tiros, ou seja, a brutalidade no ato da violência representa não apenas a execução da vítima, mas a destruição da sua imagem e, principalmente, os símbolos, marcas e disputas que essas imagens carregam e produzem ao se espacializarem no urbano, assim, "é nos interstícios entre o excessivo e o inexplicável que a homofobia se constrói" (EFREM FILHO, 2016, 326).

Os contextos geográficos e as relações espacializadas e territorializadas são importantes elementos para a constituição do cenário de brutalização e violência. Como bem postula Efrem Filho (2016), o território sexualizado pelo perambular das travestis que se prostituem é o mesmo território criminalizado pela atuação policial e pela circulação de mercadorias ilegais. Nesse sentido e processo, não só a travesti se confunde com o traficante, como a sexualidade se imiscui no crime, esse é um dos vários exemplos que revelam a constituição de territórios marcados pela disputa, medo, violência, crime e morte.

Os movimentos socioespaciais e socioterritoriais, mais precisamente o Movimento LGBTQIA+, denunciam o crime, como um ato extremo de transfobia, alegando que Safira foi morta por ser uma travesti. É evidente e certo a alegação desempenhada pelos movimentos, no entanto, como já dissemos, as interseccionalidades também demonstram outras expressões e faces da violência cotidiana contra essa população.

A materialidade dos crimes de ódio, são palpáveis, possuem rosto, corpo, espaço, número de golpes ou inexplicável número de golpes. Como exposto pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), as vítimas que mais morrem em vias públicas são identificadas como travestis e a grande maioria desempenham a atividade de profissional do sexo. Existe uma relação direta entre os crimes de ódio e o espaço, isto é, onde os crimes acontecem. Além dessa leitura, é possível identificar as diferenças sociais e de raça nos relatórios divulgados pelo Grupo Gay da Bahia (GGB).

Mapa 7 - Mortes de LGBTI+, por UF, em 2010



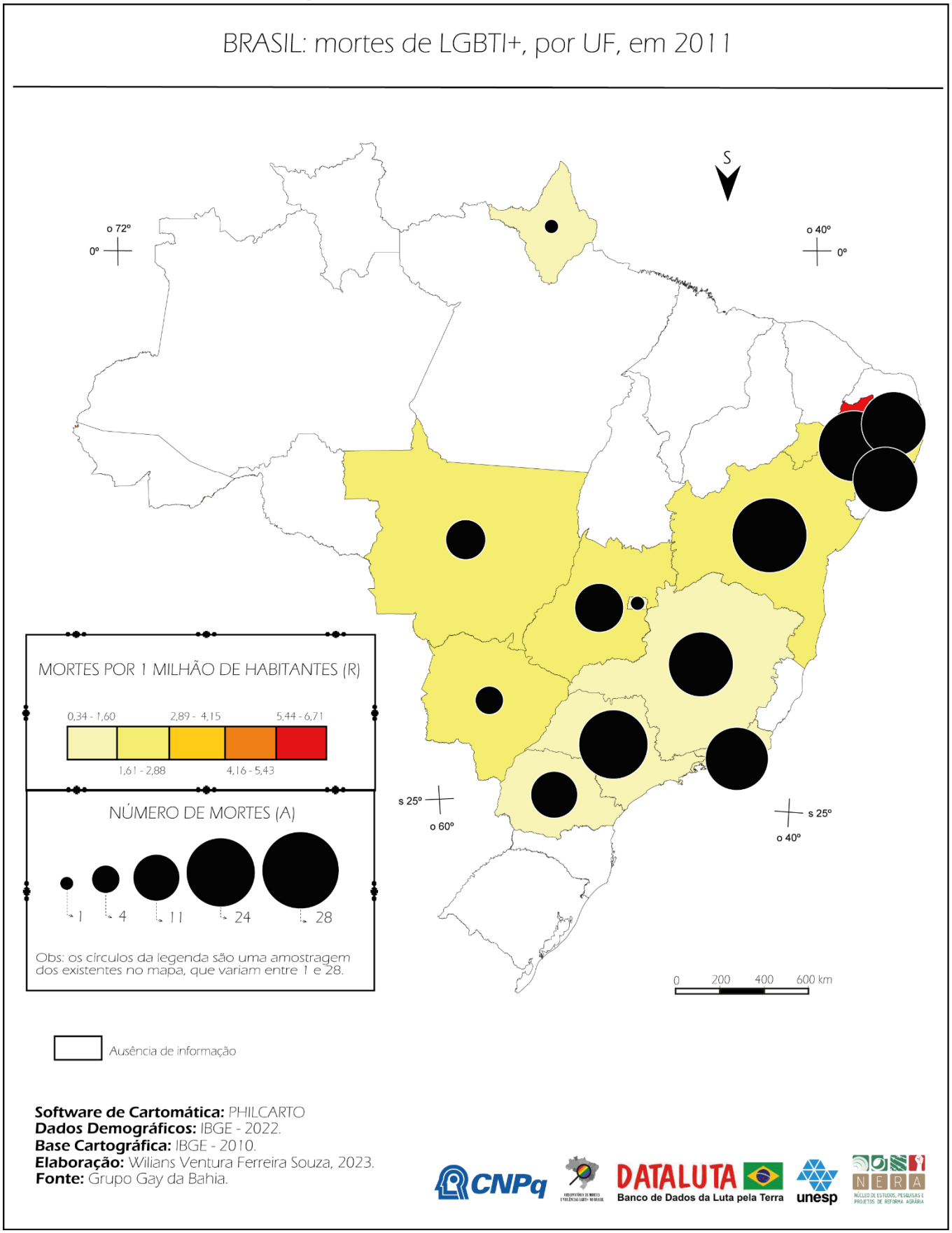
Fonte: Grupo Gay da Bahia.
Elaboração: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.

Segundo o banco de dados criado durante a construção e encaminhamento desta pesquisa e através da utilização dos relatórios produzidos pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), em relação ao número absoluto de crimes de ódio em 2010, o Estado da Bahia acumulou um maior volume de casos com um total de 29 crimes, seguido do Alagoas com 24 crimes, São Paulo e Rio de Janeiro com 23 assassinatos e, por fim, Minas Gerais com 18 crimes de ódio. Ao realizarmos a leitura a partir do número de crimes de ódio para cada 1 milhão de habitantes, o Estado de Alagoas se apresentou como o mais violento acumulando um total de 7,67 crimes para cada um milhão de habitantes, seguido do Estado de Rondônia com 4,33 crimes para cada milhão, Sergipe com 4, Mato Grosso do Sul com 2,47 crimes para cada um milhão de habitantes e, por fim, o Estado do Piauí com 2,44 crimes para cada um milhão de habitantes.

Em relação ao número absoluto de crimes de ódio por região em 2010, o Nordeste acumulou o maior número de casos com um total de 135 crimes de ódio, seguido do Sudeste com 49, Norte com 29 casos, Centro-Oeste com 26 e, por fim, a região Sul com 23 crimes de ódio. Ao realizarmos a leitura a partir do número de crimes de ódio para cada um milhão de habitantes, a região Nordeste permanece como a mais violenta com 2,44 crimes de ódio para cada um milhão de habitantes, seguido da região Centro-Oeste com 1,58, Norte com 1,51, Sul com 0,75 e, por fim, a região Sudeste com 0,56 crimes de ódio para cada um milhão de habitantes.

No respectivo ano, os gays foram os mais atingidos pela violência concentrando 140 casos de assassinatos, suicídios ou crimes de ódio, seguido das travestis; é importante salientar que o GGB ao longo de sua história e do processo de construção do relatório sobre a violência LGBTIfóbica, foi se aprimorando, portanto, ao utilizarmos a categoria "travestis" estamos nos referindo também a homens e mulheres trans, essa categoria concentrou um expressivo número de 110 crimes e, por fim, as mulheres lésbicas com 10 crimes.

Mapa 8 - Mortes de LGBTI+, por UF, em 2011



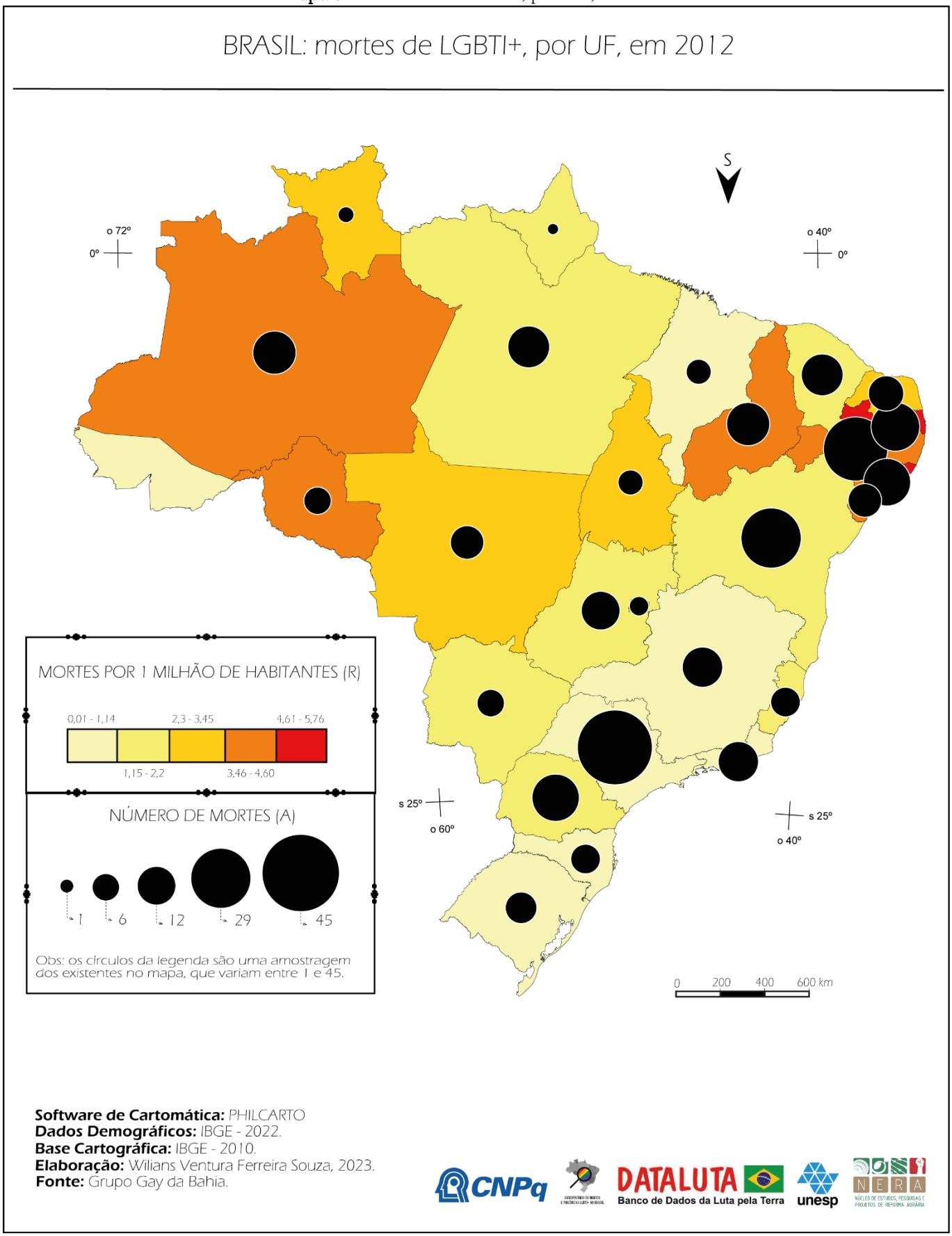
Fonte: Grupo Gay da Bahia.
Elaboração: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.

Em relação ao número absoluto de crimes de ódio em 2011, o Estado da Bahia acumulou os maiores casos com um total de 28 crimes, seguido de Pernambuco com 25 crimes, São Paulo com 24 crimes, Alagoas, Minas Gerais e Paraíba com 21 crimes cada etc. Ao realizarmos a leitura a partir do número de crimes de ódio para cada um milhão de habitantes, o Estado do Alagoas se apresentou como o mais violento acumulando um total de 6,72 crimes para cada um milhão de habitantes, seguido do Estado da Paraíba com 5,21 crimes, Pernambuco com 2,76 crimes, Mato Grosso com 2,11 crimes, Bahia com 1,91 crimes para cada um milhão de habitantes, entre outros.

Em relação ao número absoluto de crimes de ódio por região em 2011, é possível observar que a região Nordeste acumulou o maior número de mortes com 95 crimes, seguido do Sudeste com 66 crimes, Centro-Oeste com 25 crimes, Sul com 11 crimes e, por fim, a região Norte com 1 crime. Ao realizarmos a leitura a partir do número de crimes de ódio para cada 1 milhão de habitantes, a região mais violenta foi o Nordeste com 1,72 crimes para cada um milhão de habitantes, seguido da região Centro-Oeste com 1,52 crimes, Sudeste com 0,76 crimes, Sul com 0,36 crimes etc.

No ano de 2011, foram documentados, segundo o GGB, 266 assassinatos no Brasil. Os gays lideram os homicídios com 162 casos, seguido das travestis com 98 casos, e, por fim, lésbicas com 7 registros.

Mapa 9 - Mortes de LGBTI+, por UF, em 2012



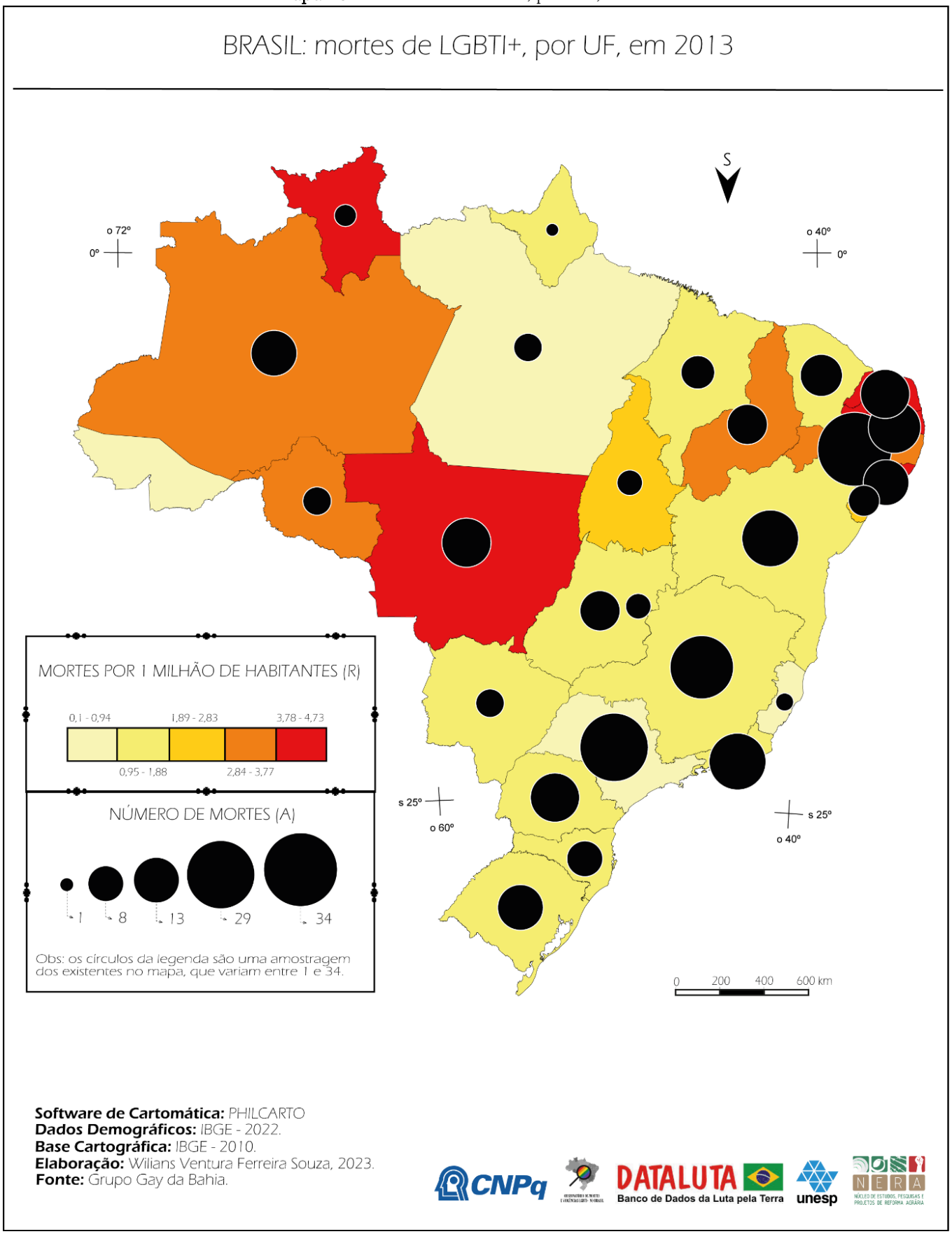
Fonte: Grupo Gay da Bahia.
Elaboração: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.

Em relação ao número absoluto de crimes em 2012, o Estado de São Paulo acumulou o maior número de mortes com um total de 45 vítimas, seguido de Pernambuco com 33 mortes, Bahia com 29 mortes, Paraíba com 19 mortes, Alagoas e Paraná com 18 mortes etc. Ao realizarmos a leitura a partir do número de crimes de ódio para cada 1 milhão de habitantes, Alagoas se apresenta como o Estado mais violento com 5,76 crimes para cada um milhão de habitantes, seguido da Paraíba com 4,71 crimes, Piauí com 4,59 crimes, Sergipe com 4,07 crimes, Amazonas com 3,80, etc.

Em relação ao número absoluto de crimes de ódio por região em 2012, é possível observar uma maior concentração de crimes na região Nordeste com 152 casos, seguido do Sudeste com 78 crimes, Norte com 43 crimes, Sul com 33 crimes e, por fim, a região Centro-Oeste com 30 crimes. Ao realizarmos a leitura a partir do número de crimes para cada 1 milhão de habitantes, a região mais violenta foi o Nordeste com 2,74 crimes para cada um milhão de habitantes, seguido da Norte com 2,41 crimes, região Centro-Oeste com 1,82 crimes, Sul com 1,08 e, por fim, Sudeste com 0,89 crimes.

No ano de 2012 foram documentados, segundo o Grupo Gay da Bahia, o assassinato de 338 pessoas LGBTQIA+ no Brasil. Os gays novamente lideraram o ranking da violência acumulando um total de 188 casos, seguido das travestis com 128 crimes, 19 lésbicas e 2 bissexuais.

Mapa 10 - Mortes de LGBTI+, por UF, em 2013



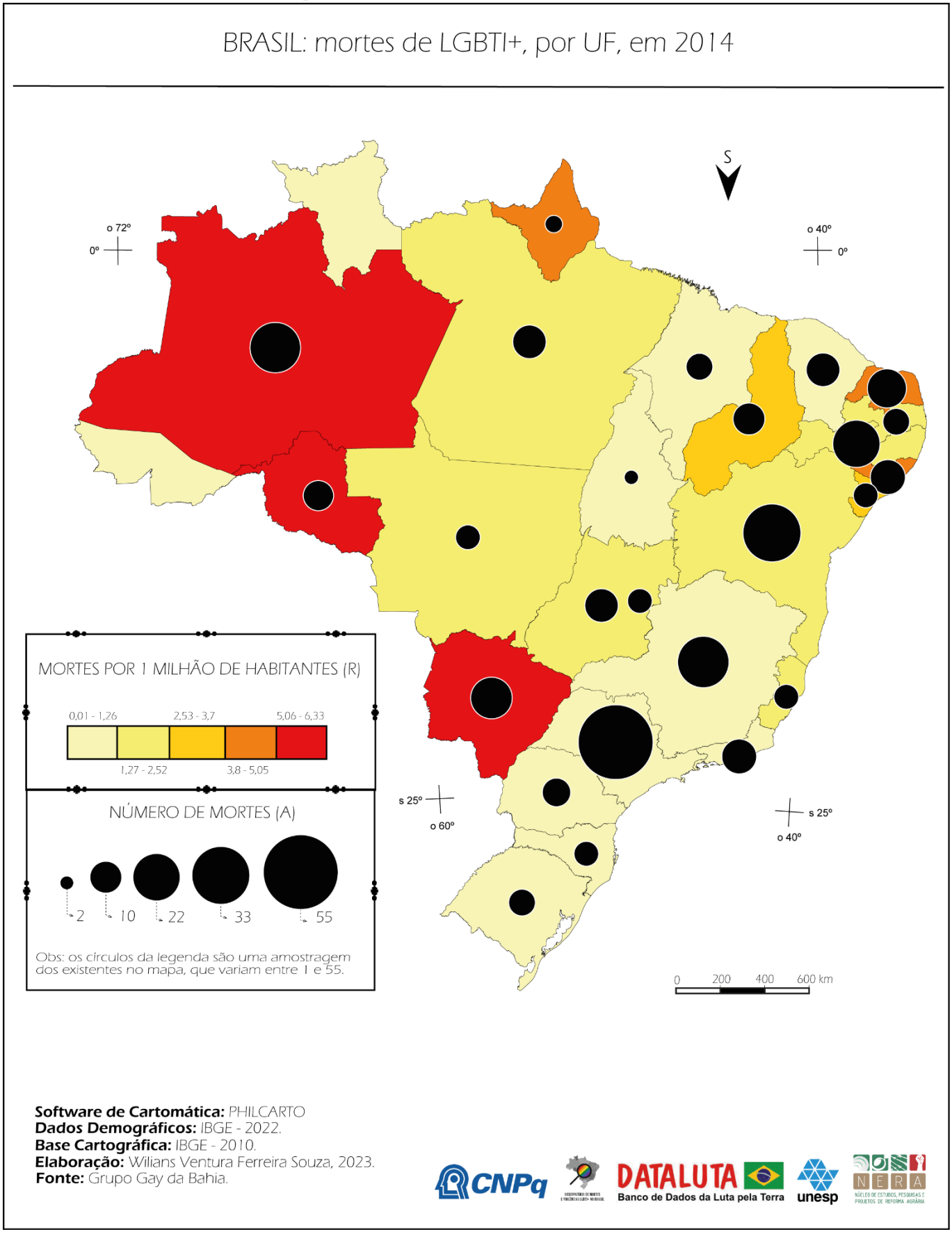
Fonte: Grupo Gay da Bahia.
Elaboração: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.

Em relação ao número absoluto de crimes em 2013, o Estado de Pernambuco acumulou o maior número de mortes com um total de 34 vítimas, seguido de São Paulo com 29 crimes, Minas Gerais com 25 crimes, Bahia e Rio de Janeiro com 20 crimes cada etc. Ao realizarmos a leitura a partir do número de crimes de ódio para cada 1 milhão de habitantes, Roraima se apresentou como o Estado mais violento com 4,73 crimes para cada um milhão de habitantes, seguido do Rio Grande do Norte com 4,54 crimes, Paraíba com 4,22 crimes, Alagoas com 4,16 crimes, Mato Grosso com 3,96 crimes etc.

Em relação ao número absoluto de crimes de ódio por região em 2013, é possível observar uma maior concentração de crimes na região Nordeste com 133 casos, seguido do Sudeste com 76 crimes, Sul com 36 crimes, Centro-Oeste com 34 crimes e, por fim, Norte com 31 crimes. Ao realizarmos a leitura a partir do número de crimes de ódio para cada 1 milhão de habitantes, a região mais violenta foi o Nordeste com 2,40 para cada um milhão de habitantes, seguido do Centro-Oeste com 2,06 crimes, Norte com 1,74 crimes, Sul com 1,17 crimes e, por fim, o Sudeste com 0,87 crimes.

No ano de 2013 foram documentados, segundo o Grupo Gay da Bahia, 312 assassinatos de LGBTQIA+ no Brasil. Novamente, os gays se colocam como público mais atingido com 186 crimes, seguido de 108 travestis, 14 lésbicas e 2 bissexuais.

Mapa 11 - Mortes de LGBTI+, por UF, em 2014



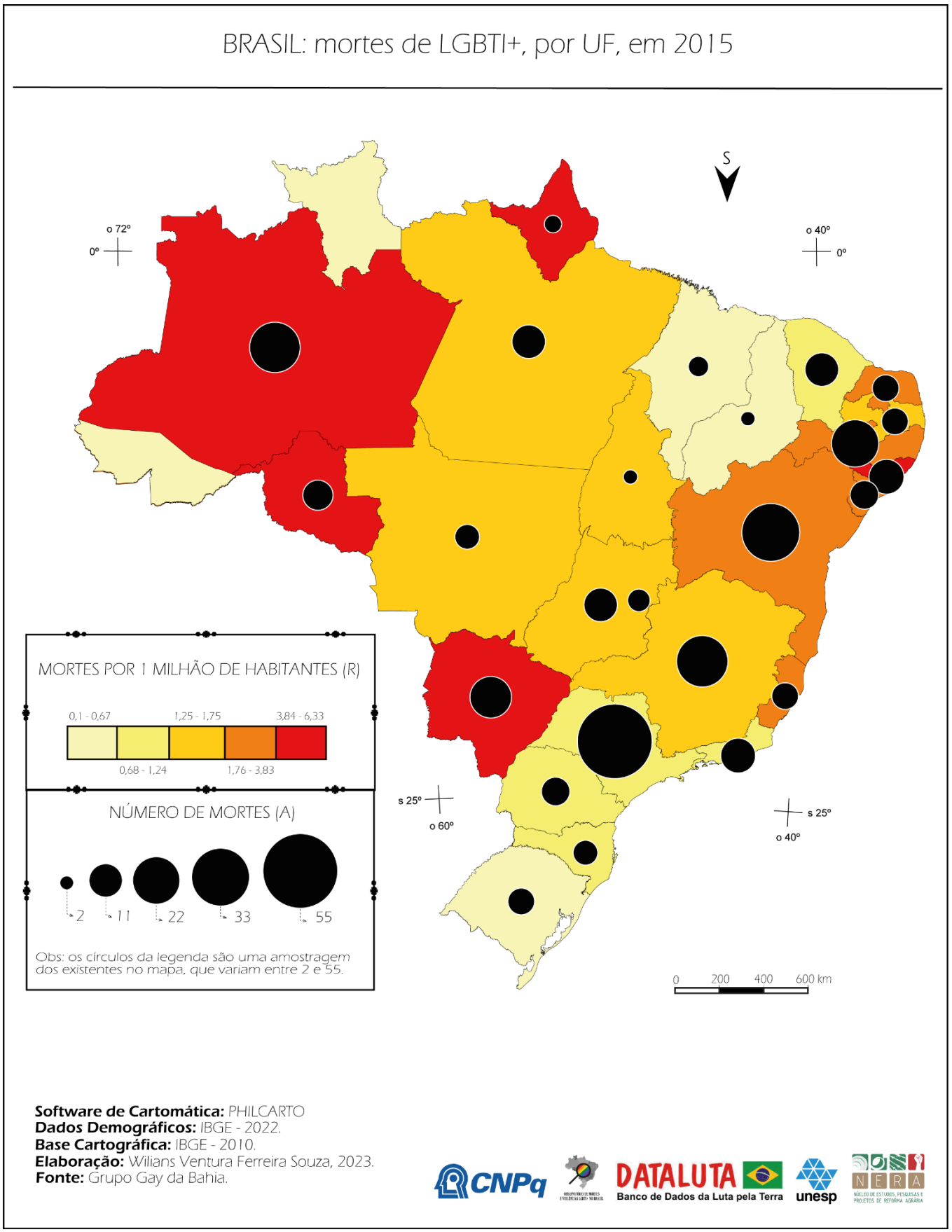
Fonte: Grupo Gay da Bahia.
Elaboração: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.

Em relação ao número absoluto de crimes em 2014, o Estado de São Paulo acumulou o maior número de mortes com um total de 55 vítimas, seguido da Bahia com 33 crimes, Minas Gerais com 26 crimes, Amazonas com 25 crimes, Pernambuco com 22 crimes etc. Ao realizarmos a leitura a partir do número de crimes para cada 1 milhão de habitantes, Amazonas se apresentou como o estado mais violento com 6,3 crimes de ódio para cada um milhão de habitantes, seguido do Mato Grosso do Sul com 6,0, Rondônia com 5,6 crimes, Rio Grande do Norte com 4,5 crimes, Amapá com 3,9 crimes etc.

Em relação ao número absoluto de crimes de ódio por região em 2014, é possível observar uma maior concentração de crimes na região Nordeste com 106 casos, seguido do Sudeste com 99 crimes, Norte com 50 crimes, Centro-Oeste com 40 crimes e, por fim, Sul com 21 crimes. Ao realizarmos a leitura a partir do número de crimes para cada 1 milhão de habitantes, a região mais violenta foi a Norte com 2,8 crimes para cada um milhão de habitantes, seguido do Centro-Oeste com 2,4 crimes, Nordeste com 1,9 crimes, o Sudeste com 1,1 crimes e, por fim, Sul com 0,7 crimes.

No ano de 2014, foram documentados, segundo o Grupo Gay da Bahia, 326 crimes contra LGBTQIA+ brasileiros. Seguindo o que se repete nos anos anteriores, os gays foram os mais atingidos pela violência concentrando um total de 163 casos, seguido das travestis com 134 casos, lésbicas com 14 casos, bissexuais com 3 casos e 7 T-lover assassinados.

Mapa 12 - Mortes de LGBTI+, por UF, em 2015



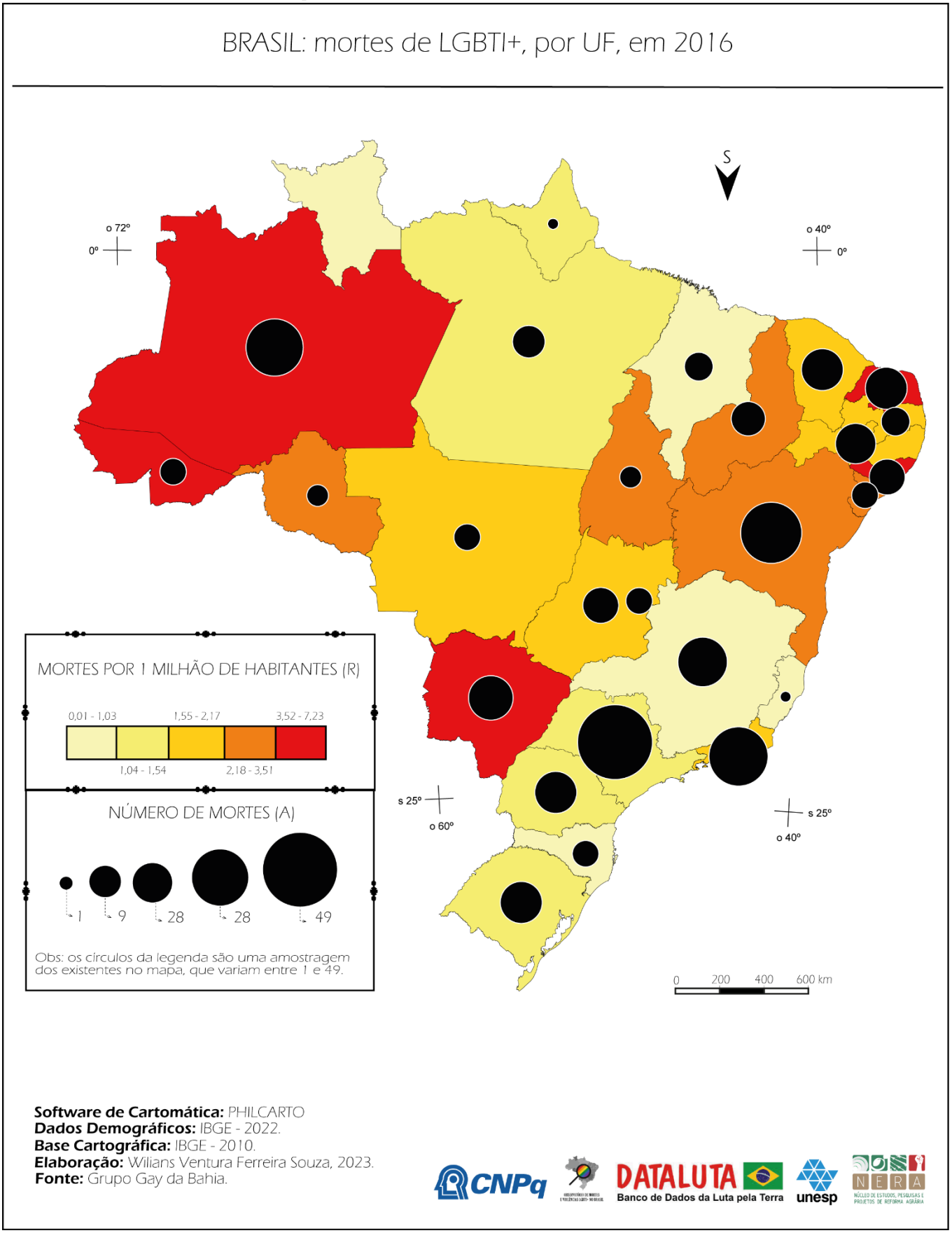
Fonte: Grupo Gay da Bahia.
Elaboração: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.

Em relação ao número absoluto de crimes em 2015, o Estado de São Paulo acumulou o maior número de mortes com um total de 55 vítimas, seguido da Bahia com 33 crimes, Minas Gerais com 26 crimes, Amazonas com 25 crimes, Pernambuco com 22 crimes etc. Ao realizarmos a leitura a partir do número de crimes para cada 1 milhão de habitantes, Amazonas se apresentou como o estado mais violento com 6,3 crimes de ódio para cada um milhão de habitantes, seguido do Mato Grosso do Sul com 6,0, Rondônia com 5,6 crimes, Rio Grande do Norte com 4,5 crimes, Amapá com 3,9 crimes etc.

Em relação ao número absoluto de crimes por região em 2015, é possível observar uma maior concentração de crimes na região Nordeste com 106 casos, seguido do Sudeste com 99 crimes, Norte com 50 crimes, Centro-Oeste com 40 crimes e, por fim, Sul com 21 crimes. Ao realizarmos a leitura a partir do número de crimes para cada 1 milhão de habitantes, a região mais violenta foi a Norte com 2,8 crimes de ódio para cada um milhão de habitantes, seguido do Centro-Oeste com 2,4 crimes, Nordeste com 1,9 crimes, o Sudeste com 1,1 crimes e, por fim, Sul com 0,7 crimes.

No respectivo ano, os gays foram os mais atingidos pela violência concentrando 164 casos de crimes, travestis, transexuais ou transgêneros agruparam 119 dos casos, 16 lésbicas e 10 bissexuais. Além da violência atingir esses segmentos, 7 heterossexuais foram assassinados por terem sido confundidos com gays, e, por fim, 1 vítima T-lover.

Mapa 13 - Mortes de LGBTI+, por UF, em 2016



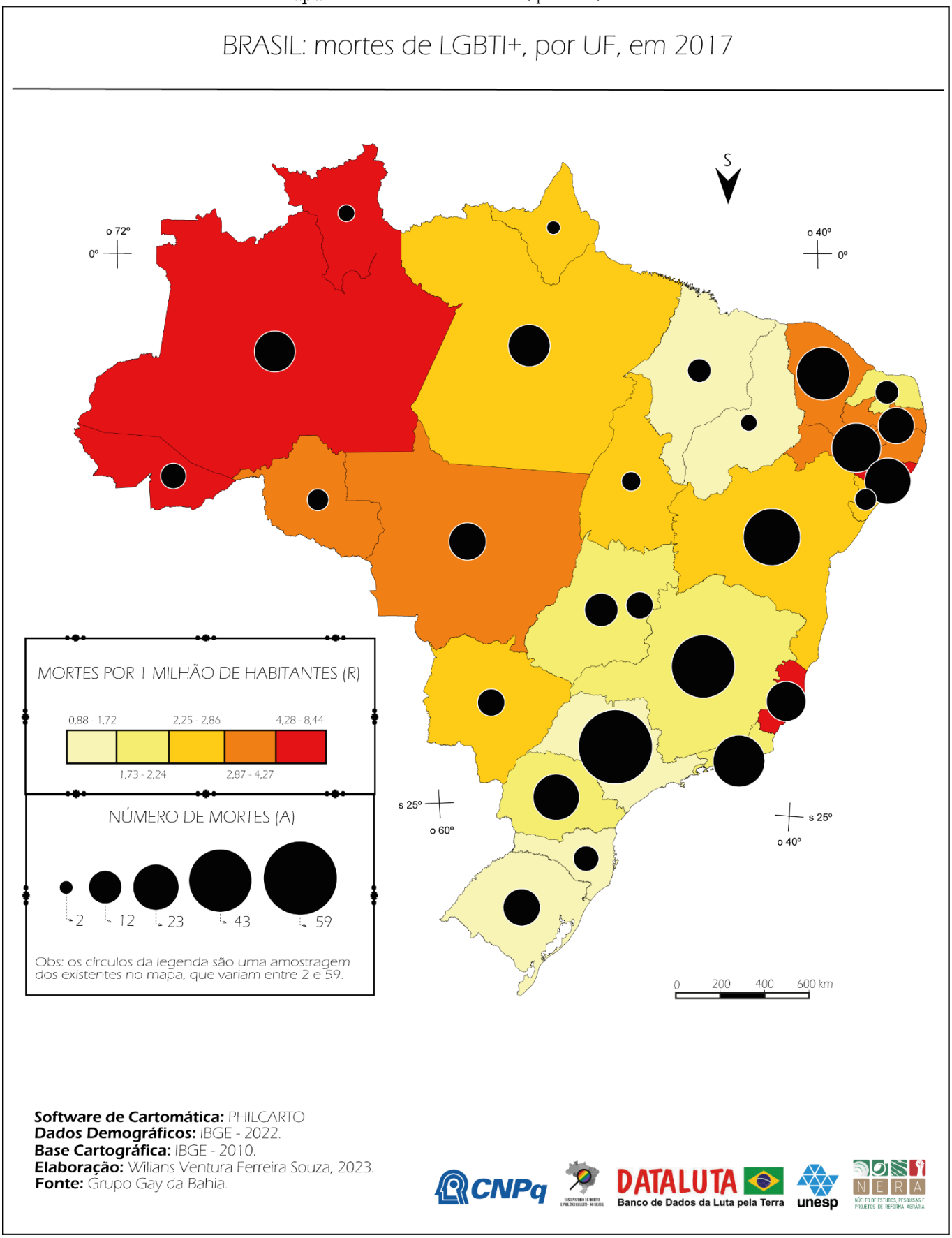
Fonte: Grupo Gay da Bahia.
Elaboração: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.

Em relação ao número absoluto de crimes de ódio em 2016, o Estado de São Paulo acumulou o maior número de mortes com um total de 48 vítimas, seguido da Bahia com 32 crimes, Rio de Janeiro com 30 crimes, Amazonas com 28 crimes, Minas Gerais com 21 crimes etc. Ao realizarmos a leitura a partir do número de crimes para cada 1 milhão de habitantes, o Acre se apresentou como o estado mais violento com 7,2 crimes para cada um milhão de habitantes, seguido do Amazonas com 7,1, Mato Grosso do Sul com 6,0, Rio Grande do Norte com 4,5, Alagoas com 3,5 etc.

Em relação ao número absoluto de crimes por região em 2016, é possível observar uma maior concentração de crimes na região Nordeste com 109 casos, seguido do Sudeste com 100 crimes, Norte com 52 crimes, Centro-Oeste com 40 crimes e, por fim, Sul com 36 crimes. Ao realizarmos a leitura a partir do número de crimes para cada 1 milhão de habitantes, a região mais violenta foi a Norte com 2,9 crimes de ódio para cada um milhão de habitantes, seguido do Centro-Oeste com 2,4 crimes, Nordeste com 2,0 crimes, Sul com 1,2 crimes e Sudeste com 1,1 crimes.

Dos 343 assassinatos que ocorreram no ano de 2016, novamente, assim como se repete nos anos anteriores, os gays foram os mais atingidos pela violência, acumulando um total de 173 crimes, seguido de 144 trans (travestis e transexuais), 10 lésbicas, 4 bissexuais e 12 heterossexuais, que foram confundidos com pessoas LGBTQIA+.

Mapa 14 - Mortes de LGBTI+, por UF, em 2017



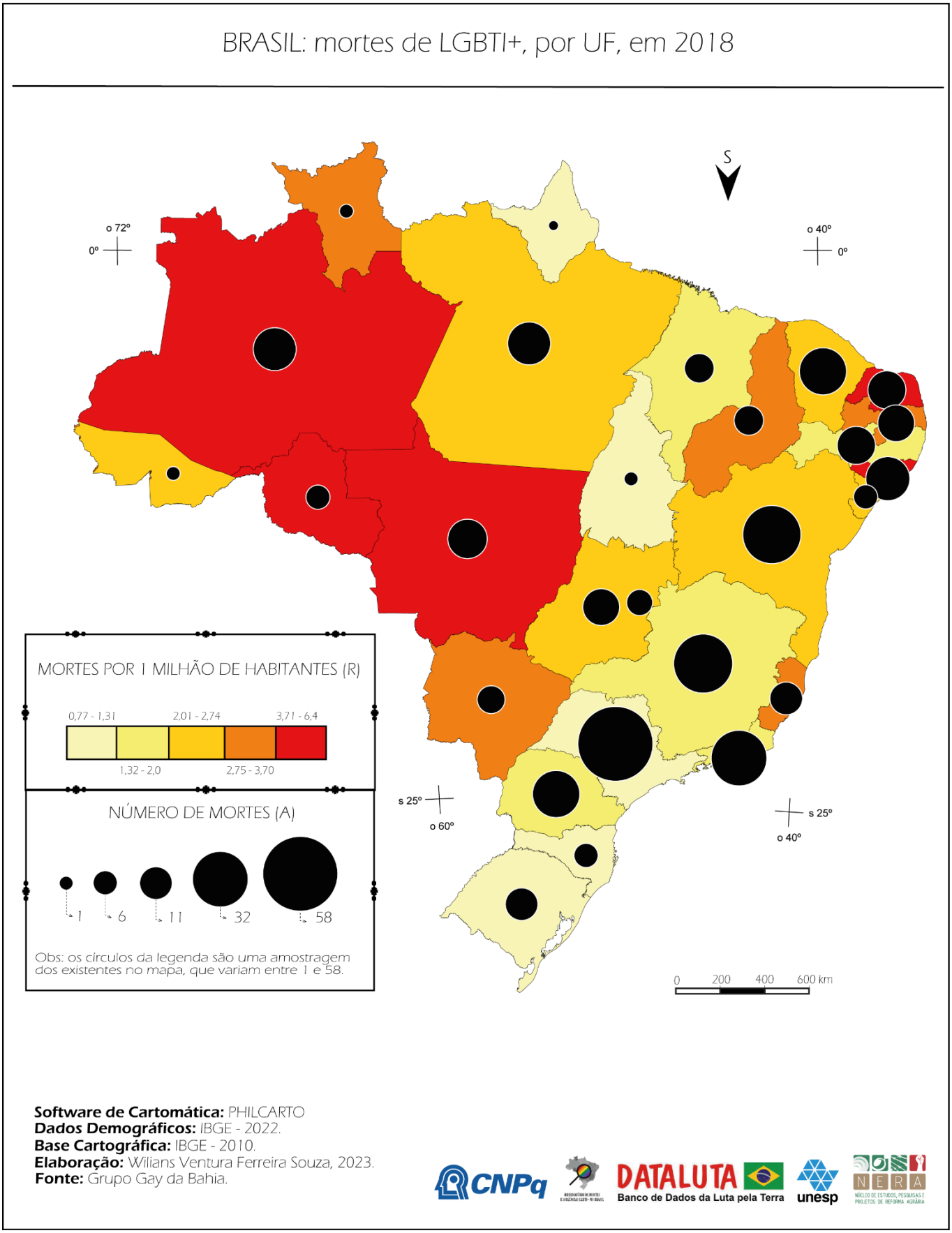
Fonte: Grupo Gay da Bahia.
Elaboração: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.

Em relação ao número absoluto de crimes em 2017, o Estado de São Paulo acumulou o maior número de mortes com um total de 59 vítimas, seguido de Minas Gerais com 43 crimes, Bahia com 35 crimes, Ceará com 30 crimes, Rio de Janeiro com 29 crimes etc. Ao realizarmos a leitura a partir do número de crimes para cada 1 milhão de habitantes, o Acre se apresentou como o estado mais violento com 8,4 crimes para cada um milhão de habitantes, seguido do Alagoas com 7,4 crimes, Roraima com 4,7 crimes, Amazonas com 4,6 crimes, Espírito Santo com 4,0 crimes etc.

Em relação ao número absoluto de crimes por região em 2017, é possível observar uma maior concentração de crimes na região Nordeste e Sudeste com 148 casos cada, seguido do Norte com 58 crimes, Sul com 45 crimes e, por fim, Centro-Oeste com 43 crimes. Ao realizarmos a leitura a partir do número de crimes para cada 1 milhão de habitantes, a região mais violenta foi a Norte com 3,3 crimes de ódio para cada um milhão de habitantes, seguido do Nordeste com 2,7 crimes, Centro-Oeste com 2,6 crimes, o Sudeste com 1,7 crimes e, por fim, Sul com 1,5 crimes.

Em 2017, os gays foram os mais atingidos pela violência, concentrando 194 casos, seguido das travestis, transexuais ou transgêneros com 191 crimes, 43 casos envolvendo lésbicas, 12 casos envolvendo heterossexuais e, por fim, 5 crimes envolvendo bissexuais.

Mapa 15 - Mortes de LGBTI+, por UF, em 2018



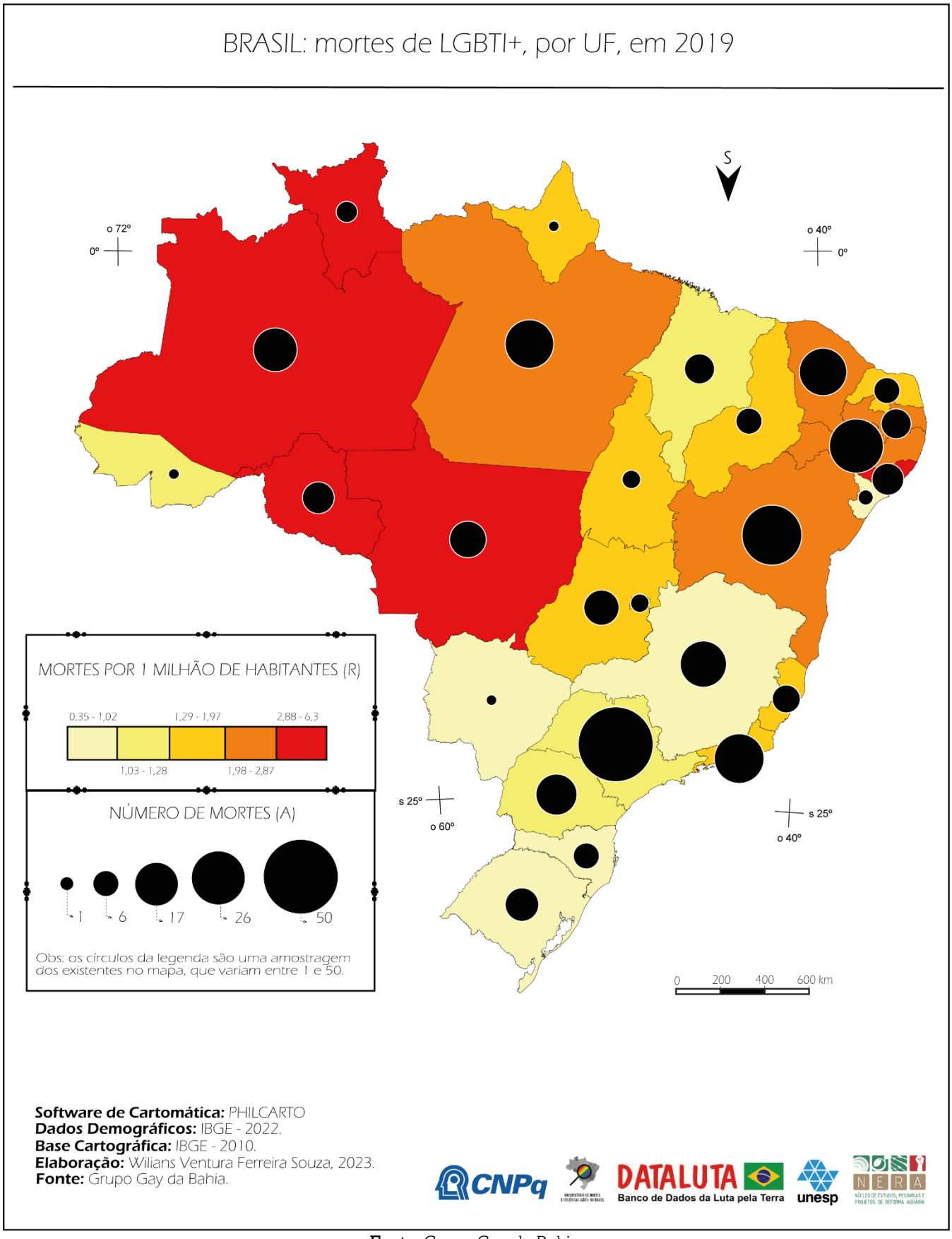
Fonte: Grupo Gay da Bahia.
Elaboração: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.

Em relação ao número absoluto de crimes em 2018, o Estado de São Paulo acumulou o maior número de mortes com um total de 58 vítimas, seguido de Minas Gerais com 36 crimes, Bahia com 35 crimes, Rio de Janeiro com 32 crimes, Ceará e Paraná com 23 crimes cada etc. Ao realizarmos a leitura a partir do número de crimes de ódio para cada 1 milhão de habitantes, o Alagoas se apresentou como o Estado mais violento com 6,4 crimes de ódio para cada um milhão de habitantes, seguido do Amazonas com 4,8 crimes, Rio Grande do Norte com 4,5 crimes, Mato Grosso com 4,2 crimes, Rondônia com 3,7 crimes etc.

Em relação ao número absoluto de crimes por região em 2018, é possível observar uma maior concentração de crimes na região Nordeste com 147 casos, seguido da região Sudeste com 137 crimes, Norte com 50 crimes, Centro-Oeste com 46 crimes e, por fim, região Sul com 40 crimes. Ao realizarmos a leitura a partir do número de crimes para cada 1 milhão de habitantes, a região mais violenta foram as regiões Norte e Centro-Oeste com 2,8 crimes para cada um milhão de habitantes, seguido do Nordeste com 2,7 crimes, Sudeste com 1,6 crimes e, por fim, a região Sul com 1,3 crimes.

No ano de 2018, foram documentados 420 assassinatos de LGBTQIA+ no Brasil segundo os dados disponibilizados pelo Grupo Gay da Bahia. Como se repete nos anos anteriores, em termos absolutos predominaram a morte de 191 gays, seguido de 164 trans, 52 lésbicas, 8 bissexuais e, por fim, 5 heterossexuais que foram confundidos com LGBTQIA+.

Mapa 16 - Mortes de LGBTI+, por UF, em 2019



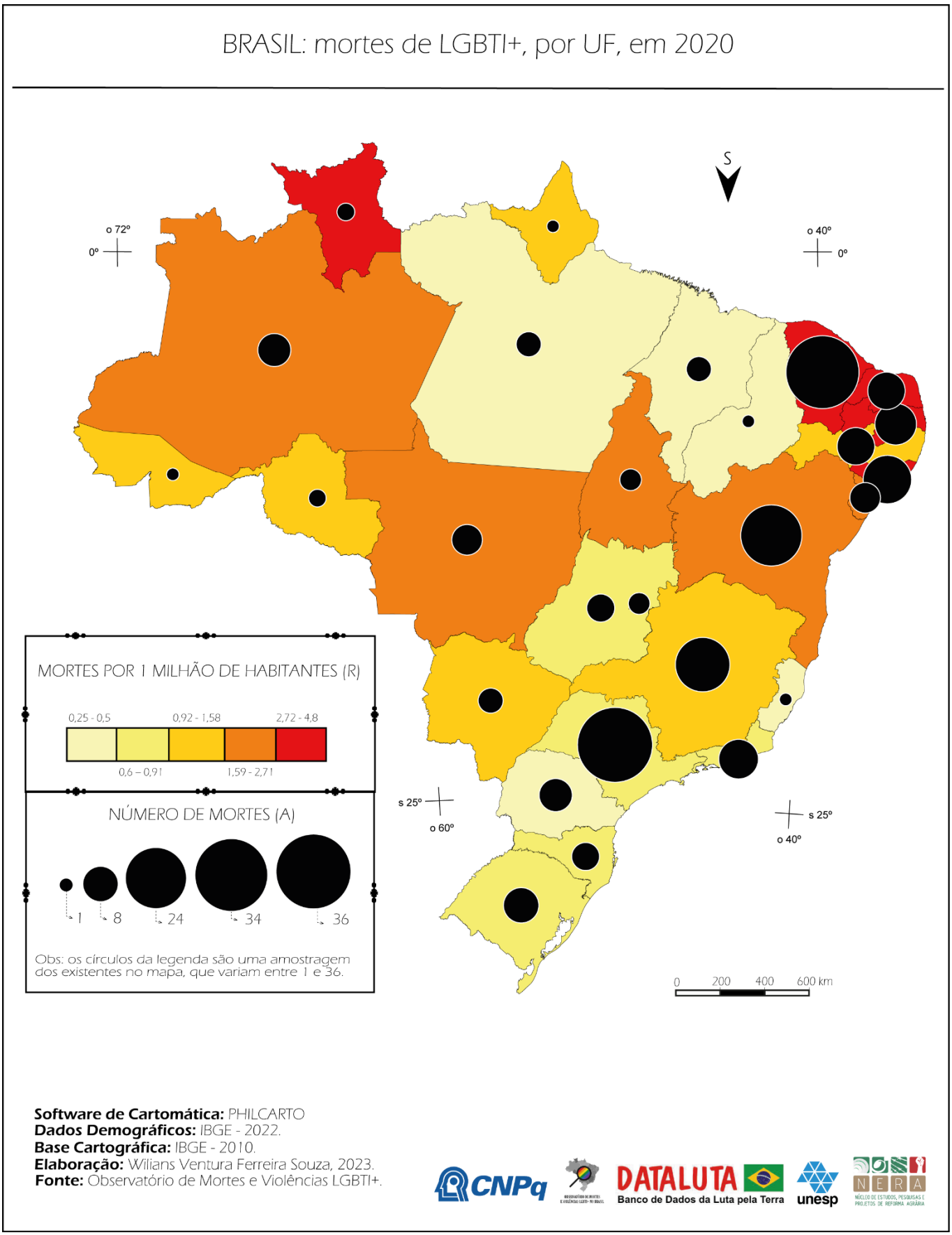
Fonte: Grupo Gay da Bahia.
Elaboração: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.

Em relação ao número absoluto de crimes em 2019, o Estado de São Paulo acumulou o maior número de mortes com um total de 50 vítimas, seguido da Bahia com 32 crimes, Pernambuco com 26 crimes, Rio de Janeiro com 22 crimes, Pará com 21 crimes etc. Ao realizarmos a leitura a partir do número de crimes para cada 1 milhão de habitantes, Roraima se apresentou como o Estado mais violento com 6,3 crimes de ódio para cada um milhão de habitantes, seguido de Rondônia com 5,6 crimes, Amazonas com 4,3 crimes, Mato Grosso com 3,2 crimes, Alagoas com 2,9 crimes etc.

Em relação ao número absoluto de crimes por região em 2019, é possível observar uma maior concentração de crimes na região Nordeste com 117 casos, seguido do Sudeste com 98 crimes, Norte com 56 crimes, Sul com 31 crimes, Centro-Oeste com 27 crimes. Ao realizarmos a leitura a partir do número de crimes para cada 1 milhão de habitantes, a região mais violenta foi a Norte com 3,1 crimes de ódio para cada um milhão de habitantes, seguido do Nordeste com 2,1 crimes, Centro-Oeste com 1,6 crimes, o Sudeste com 1,1 crimes e, por fim, Sul com 1,0 crimes.

Em 2019, foram mortos 329 pessoas LGBTQIA no Brasil, como reportado nos anos anteriores, os gays permanecem sendo as principais vítimas da violência acumulando um total de 174 crimes, seguido das travestis com 89 crimes, lésbicas com 32 crimes, homens e mulheres transgêneros com 29 crimes e, por fim, pessoas bissexuais com 5 crimes.

Mapa 17 - Mortes de LGBTI+, por UF, em 2020



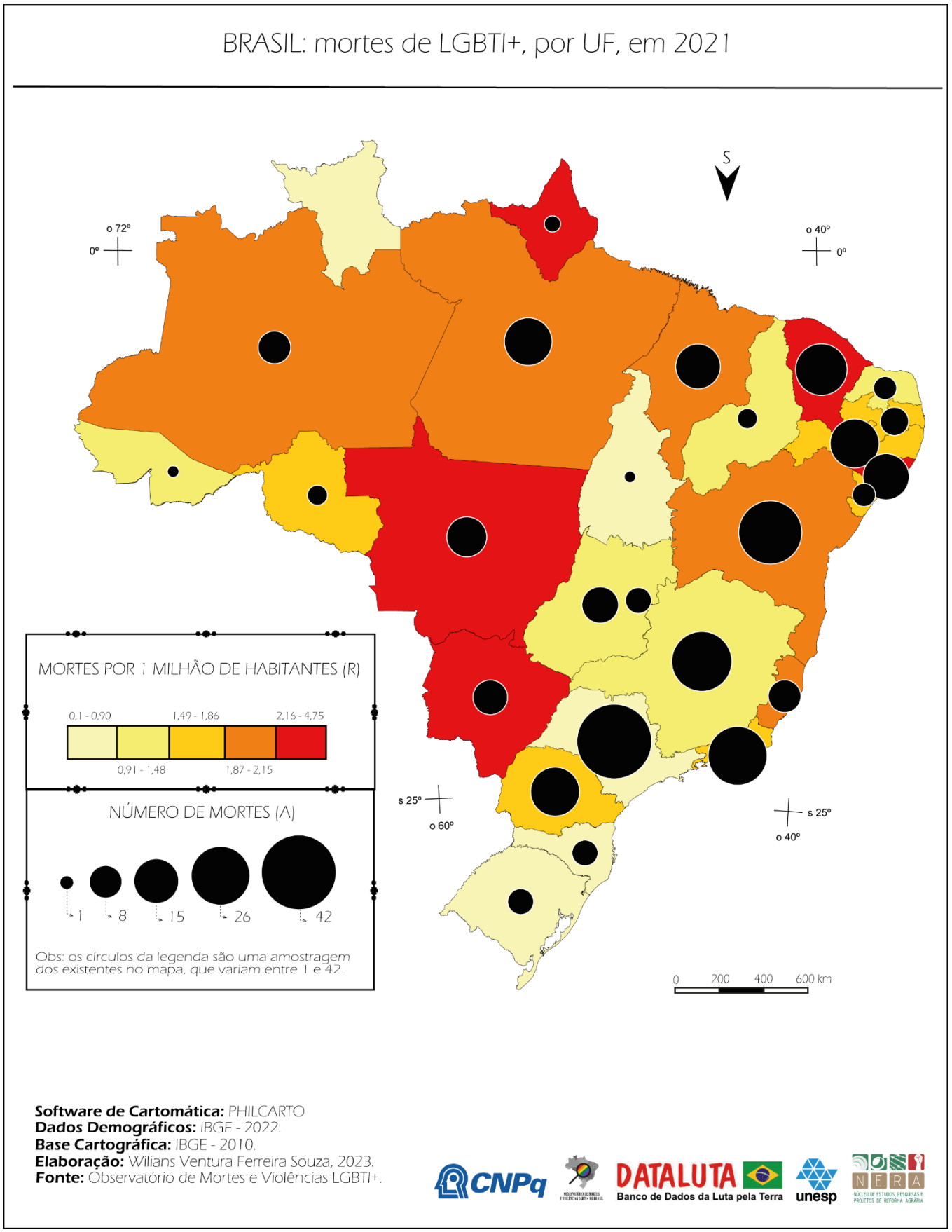
Fonte: Observatório de Mortes e Violências LGBTI+.
Elaboração: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.

Em relação ao número absoluto de crimes em 2020, o Estado de São Paulo acumulou o maior número de mortes com um total de 36 vítimas, seguido do Ceará com 34 crimes, Bahia com 24 crimes, Minas Gerais com 19 crimes, Alagoas com 15 crimes etc. Ao realizarmos a leitura a partir do número de crimes para cada 1 milhão de habitantes, Alagoas se apresentou como o estado mais violento com 4,8 crimes para cada um milhão de habitantes, seguido do Ceará com 3,8 crimes, Roraima com 3,2 crimes, Paraíba, Rio Grande do Norte e Sergipe com 2,7 crimes cada etc.

Em relação ao número absoluto de crimes de ódio por região em 2020, é possível observar uma maior concentração de crimes na região Nordeste com 113 casos, seguido do Sudeste com 66 crimes, Norte e sul com 20 crimes cada e, por fim, a região Centro-Oeste com 18 crimes. Ao realizarmos a leitura a partir do número de crimes de ódio para cada 1 milhão de habitantes, a região mais violenta foi a Nordeste com 2,0 crimes de ódio para cada um milhão de habitantes, seguido do Norte e Centro-Oeste com 1,1 crimes, o Sudeste com 0,8 crimes e, por fim, Sul com 0,7 crimes.

Em 2020, foram sistematizadas 237 mortes de pessoas LGBTQIA+, as travestis e mulheres transgêneros foram os seguimentos mais atingidos acumulando um total de 161 mortes, seguido do segmento gay com 51 crimes, lésbicas com 10 crimes, homens transgêneros com 3 crimes e, por fim, 2 pessoas heterossexuais que foram mortas por serem confundidas com pessoas LGBTQIA+.

Mapa 18 - Mortes de LGBTI+, por UF, em 2021



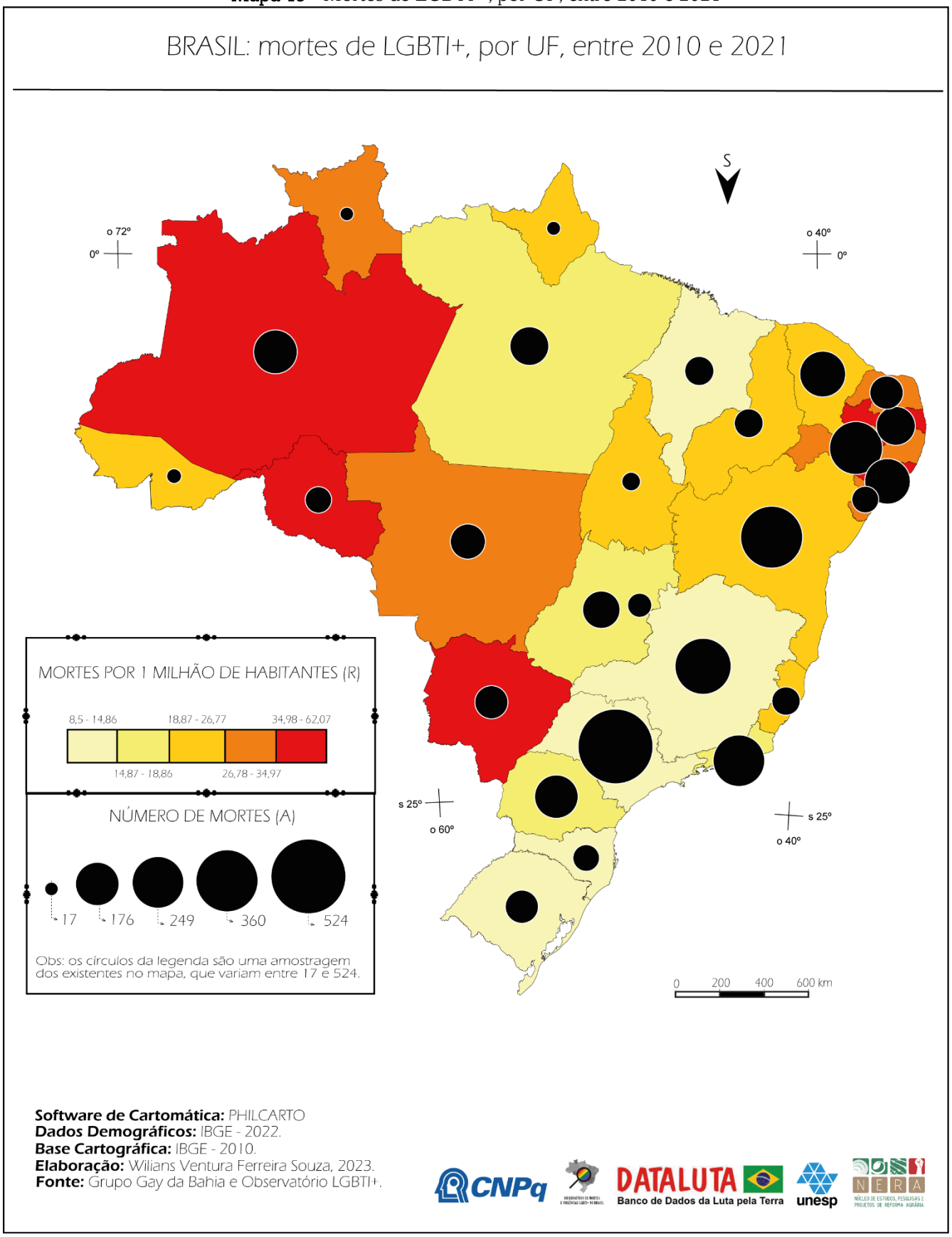
Fonte: Observatório de Mortes e Violências LGBTI+.
Elaboração: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.

Em relação ao número absoluto de crimes em 2021, o Estado de São Paulo acumulou o maior número de mortes com um total de 42 vítimas, seguido da Bahia com 30 crimes, Minas Gerais com 27 crimes, Rio de Janeiro com 26 crimes, Ceará com 20 crimes etc. Ao realizarmos a leitura a partir do número de crimes para cada 1 milhão de habitantes, Alagoas se apresentou como o estado mais violento com 4,75 crimes de ódio para cada um milhão de habitantes, seguido do Mato Grosso com 3,36 crimes, Mato Grosso do Sul com 3,17 crimes, Amapá com 2,28 crimes, Ceará com 2,16 crimes etc.

Em relação ao número absoluto de crimes por região em 2021, é possível observar uma maior concentração de crimes na região Nordeste com 116 casos, seguido do Sudeste com 103 crimes, Centro-Oeste com 36 crimes, Norte com 32 crimes e, por fim, Sul com 28 crimes. Ao realizarmos a leitura a partir do número de crimes para cada 1 milhão de habitantes, a região mais violenta foi a Centro-Oeste com 2,49 crimes de ódio para cada um milhão de habitantes, seguido do Nordeste com 2,15 crimes, Norte com 1,96 crimes, o Sudeste com 1,26 crimes e, por fim, Sul com 1 crime por um milhão de habitantes.

Em 2021 foram documentadas 316 mortes de pessoas LGBTQIA+ no Brasil, os gays aparecem como as principais vítimas acumulando um total de 145 crimes, seguido das travestis e mulheres transgêneros com 141 casos, lésbicas com 12 crimes, homens transgêneros com 8 crimes, bissexuais com 3 crimes, outros segmentos com 3 crimes e, por fim, 4 casos em que o segmento não foi definido ou identificado.

Mapa 19 - Mortes de LGBTI+, por UF, entre 2010 e 2021



Fonte: Observatório de Mortes e Violências LGBTI+.
Elaboração: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.

Em relação ao número absoluto de crimes entre 2010 e 2021, o Estado de São Paulo acumulou o maior número de mortes com um total de 524 vítimas, seguido da Bahia com 360 crimes, Minas Gerais com 294 crimes, Pernambuco com 261 crimes, Rio de Janeiro com 249 crimes etc. Ao realizarmos a leitura a partir do número de crimes de ódio para cada 1 milhão de habitantes, Alagoas se apresentou como o estado mais violento com 62,1 crimes de ódio para cada um milhão de habitantes, seguido do Amazonas com 45,3 crimes, Rondônia com 40,2 crimes, Mato Grosso do Sul com 36,3 crimes, Paraíba com 35 crimes etc.

4.2. Territórios do Medo

A definição dos territórios do medo muito se aproxima e se assemelha a nossa compreensão em torno dos territórios da morte, entretanto, a mudança qualitativa entre o medo e a morte está na sua representação e na intensidade do emprego da violência. A morte representa o sucesso da norma sobre o corpo que resiste em busca da dignidade e do cumprimento da lei. O medo, por sua vez, ao se territorializar no indivíduo, estabelece atitudes que possibilitam a diminuição da sensação de segurança, como evitar transitar e permanecer em determinados locais. O medo se territorializa no corpo da cidade: nas praças, ruas, espaços públicos etc. os quais serão entendidos como "perigosos" pela comunidade LGBTQIA+. Devido a isso, as práticas socioespaciais destes grupos são alteradas, principalmente, no ato de evitar o uso desses espaços, compreendendo os mesmos como "territórios do medo". Sendo assim, determinados discursos constituem a marginalização e a violência de partes da ocupação urbana contra a população LGBTQIA+.

Por meio de pesquisa documental etnográfica Da Costa (2016) realiza um mapeamento do fluxo de encaminhamento de denúncias de violação contra a população LGBTQIA+, observando o módulo/categoria LGBT presente no Disque 100. Essa leitura e observação, buscou entender como a denúncia é processada no âmbito institucional e quais determinantes que produzem interrupções e falhas no fluxo dos serviços, comprometendo o funcionamento adequado do serviço.

> Verificou-se que o Disque 100, apesar de ter um módulo de denúncia voltado especificamente para o público LGBT, não tem sido capaz de levar a denúncia, para o campo da legitimidade, da inteligibilidade, para ser de fato ouvida pelo poder público. Ao contrário disso, o serviço tem sido ele próprio um impedimento à realização da denúncia (COSTA, 2016, p. 5).

O quadro apresentado pelos dados disponibilizados pelo Ministério dos Direitos Humanos na plataforma disque 100 e no módulo LGBT, evidenciam um processo de marginalização do corpo, vida e da subjetividade desses sujeitos. Nos apresenta uma violência explicita, que pouco possui respaldo da segurança pública e justiça, sobretudo, no que tange às travestis e mulheres transexuais.

No entanto, se ocorre a violação dos sujeitos até mesmo onde deveriam ser protegidos (as), há um erro, que precisa ser compreendido a partir da leitura em torno do formato e organização das instituições que realizam o agrupamento desses dados.

Portanto, surgem questões em torno de como as denúncias de violência contra pessoas LGBTQIA+ são processadas e qual tratamento é destinado a elas? Como se dá o fluxo dessas denúncias no sistema de justiça criminal? Existem aspectos, para além das insuficiências inerentes ao campo da segurança pública e justiça que dificultam ou impedem o processamento dessas denúncias e a investigação dos casos? De que modo esses aspectos estão atravessados pelas dimensões de gênero e sexualidade? Estas dimensões constituem os mecanismos institucionais que compõem o fluxo?

Quando pensamos em um sistema ou uma organização social heteronormativa, devemos imaginá-la como um sistema que é legitimamente aceito, ao mesmo tempo que condena outras formas ou aparelhos, logo, a homofobia subjuga gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais e contribui para a manutenção das hierarquias sociais.

As normas atuam conferindo atributos positivos e posição de superioridade. Como aponta Da Costa (2016, p. 16), "as experiências LGBT são elencadas na hierarquia social como a fronteira do sexo considerado anormal, antinatural, pecaminoso e extravagante".

Com a realização da exposição dos mapas, gráficos e tabelas, será possível observar alguns elementos que nos trazem dúvidas e desconfortos como, por exemplo, a existência de Estados que não notificaram nenhuma violação e outros, que aparecem em um ano ranqueados como um dos mais violentos e, no outro ano, como menos violento. Portanto, como entender essa movimentação? Será que de fato os Estados que se apresentaram como menos violentos são, de fato, assim?

Os dados oficiais produzidos pelo Estado brasileiro, nos dizem muitas coisas além da informação agrupada, isto é, demonstra a capacidade da segurança pública de gerar dados qualificados sobre os múltiplos tipos de crimes e violações, como por exemplo a violência materializada nos corpos de pessoas LGBTQIA+.

Os dados sobre essa população sofrem um sério processo de subnotificação, no caso da população LGBTQIA+, as vítimas não têm a sua queixa atendida pelos órgãos receptivos, processo marcado pela violência institucional/homofobia institucional, além dos sujeitos relatarem dificuldade de acesso aos equipamentos de segurança pública. Da Costa (2016, p. 59), relata que, "por vezes deixam de realizar a queixa por naturalizarem a violência sofrida, por desconfiarem da credibilidade das instituições públicas ou por desconhecimento dos canais oficiais de denúncia".

> Outra dificuldade para a realização de pesquisa com esse tipo de dado e para o mapeamento do fluxo de denúncias nesse campo, como apontam Ribeiro e Silva (2010), é o fato de no Brasil não haver um sistema integrado de informações em nível federal que possibilite acompanhar os desdobramentos nas instituições que compõem o fluxo do sistema criminal: organizações policiais (Polícia Militar e Polícia Civil), Ministério Público, Defensoria Pública, Poder Judiciário e Sistema Penitenciário. Cada uma destas instituições gera um documento diferente com uma informação distinta, o que dificulta o acompanhamento desde a ocorrência até a sentença (COSTA, 2016, p. 60).

Quando lemos a metodologia do Disque 100, verificamos que existem muitas lacunas, protocolos de denúncias incompletos, faltam informações essenciais sobre vítimas/suspeitos e o contato das vítimas. No entanto, mesmo com todas as falhas, devemos salientar a importância da ferramenta do disque 100, já que a inclusão do modulo LGBT nessa ferramenta possui a finalidade de consolidar as metas e diretrizes que foram traçadas com base em documentos que possuem como principal objetivo a promoção dos direitos humanos de grupos vulneráveis.

Sobre a existência do Disque 100, Da Costa (2016, p. 81) relata que:

> Inicialmente, antes de se tornar um canal de denúncias de violação de direitos humanos, o Disque atendia apenas denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes. Provavelmente, isso explica o fato de ele ainda receber um maior número de denúncias relativas a esse público do que em relação aos outros grupos vulneráveis. Além disso, as crianças e adolescentes são mais prontamente considerados como vulneráveis a violações de direitos humanos devido à forma como concebemos e percebemos esses sujeitos e devido ao avanço na discussão de seus direitos após a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990.

Portanto, cabe ressaltar que o módulo LGBT é inserido posteriormente na plataforma do Ministério dos Direitos Humanos – Disque 100. O Disque 100, se tornou mais conhecido pela sociedade como um canal de recebimento de denúncias de violência contra crianças e

adolescentes, por meio do Disque Denúncia contra o abuso e a exploração sexual das crianças e adolescentes.

O Disque Denúncia contra o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes, tem o seu surgimento em 1997 e é coordenado pela Associação Brasileira Multidisciplinar de proteção à criança e ao adolescente (ABRAPIA).

No ano de 2000, o Disque Denúncia é aprovado em todo território nacional, e, em 2003, o Governo Federal assume as responsabilidades sobre o programa ao implantá-lo efetivamente. Em 2005, esse sistema é transferido para a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), atual responsável pelo serviço junto à Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, que passou a tê-lo como uma das principais estratégias de implementação do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil. Em 2006, esse canal amplo de denúncia se torna o Disque 100 (atual identificação). Como aponta Da Costa (2016, p. 83), "cria-se um sistema informatizado para o encaminhamento e monitoramento das denúncias; monitoramento que passou a ter uma cobrança mais efetiva de providências junto aos órgãos acionados".

Entretanto, o Disque 100 só é ampliado para o atendimento a outros grupos em situação de vulnerabilidade e risco no ano de 2011 atendendo: crianças, adolescentes, mulheres, idosos, pessoas LGBTQIA+, pessoas com deficiência, pessoas em situação de rua, quilombolas, ciganos, indígenas, pessoas em privação de liberdade, dentre outros.

O fluxo da denúncia do Disque 100 segue o seguinte caminho: Atendimento – recepção e escuta pelo atendente; registro da denúncia – produção do documento e protocolo para acompanhamento das providências; revisão e classificação das denúncias; encaminhamento – acesso as denúncias e análise dos critérios para encaminhamento aos órgãos adequados; monitoramento – análise e inserção dos dados recebidos do Ministério Público, insere informações sobre o encaminhamento no sistema e faz busca ativa dos retornos e os disponibiliza; Dados e tratamento da informação – mantém atualizado o banco de dados para consulta e tratamento da informação para posterior elaboração de relatórios quantitativos e qualitativos, segundo Da Costa (2016).

O relatório da violência LGBTfóbica tem por objetivo oferecer à população os principais dados referentes a violência praticada contra gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, como aponta MDH (2016, p. 6) "os dados objetivam medir a violência sofrida pela população LGBT brasileira. Os dados que produzem esse relatório são coletados pela

ouvidoria de Direitos Humanos – Disque 100, (Ministério dos Direitos Humanos), Grupo Gay da Bahia (GGB) e Rede Trans Brasil (RedeTrans).

O conteúdo deste relatório está relacionado aos temas de violência, violações de direitos humanos, mas, sobretudo, da LGBTfobia, que se materializa nos corpos dos sujeitos LGBTQIA+ de forma brutal sendo caracterizadas pelos movimentos, organizações, coletivos e associações como "crimes de ódio".

> A concepção dos termos LGBTfobia, preconceito e violência é categórico para o entendimento da dinâmica sociocultural e política no cenário de vivência atual da população LGBT. Apesar de avanços na aceitação da homossexualidade, o debate sobre esse assunto é de grande relevância para se evidenciar quais são os tipos mais recorrentes de violência sofrida por esta população no Brasil, assim como os principais resultados e atitudes a serem tomadas acerca do tema. É nesse domínio que se analisa a vulnerabilidade da população LGBT, tendo em vista que este é um grupo alvo de inúmeras violações de direitos humanos, não só no Brasil, como no mundo (MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS, 2016, p. 6).

O que os dados têm nos mostrado, segundo o MDH (2016) e GGB (2018), que existe um aumento ou estabilização do número de violência praticadas contra essas pessoas, mesmo que existam uma gama considerável de dados subnotificados. Mesmo com os dados e com as denúncias, existem poucas ações de fato por parte do poder público, para combaterem essa violência e violação em curso no país.

A metodologia utilizada para a elaboração do relatório da violência contra a população LGBTQIA+, está prioritariamente centrado nos dados do Disque 100, produzidos pelo Governo Federal.

Com o surgimento de demandas em torno do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes, foi criado no ano de 1997, um canal de recebimento de denúncias das mais diversas violências sofridas pela criança e pelo adolescente, canal que anos mais tarde foi denominado "Disque 100".

> Quando foi criando atendia pelo número 0800 99 0500 e foi coordenado pela Associação Brasileira Multidisciplinar de Proteção à Criança e ao Adolescente (ABRAPIA) até o ano de 2003, momento em que o Governo Federal assumiu suas responsabilidades (ANDRADE, 2012). Entretanto nos anos de 1999 e 2000 debates já eram realizados com proposta de criar um serviço de denúncia nacional (MDH, 2016, p. 12)

Já no ano de 2018, o canal de denúncias foi ampliado, integrando também as denúncias por e-mail, sendo criada, também, uma central de monitoramento e houve a ampliação de 12 para 20 pontos de atendimento das centrais que recebem as denúncias.

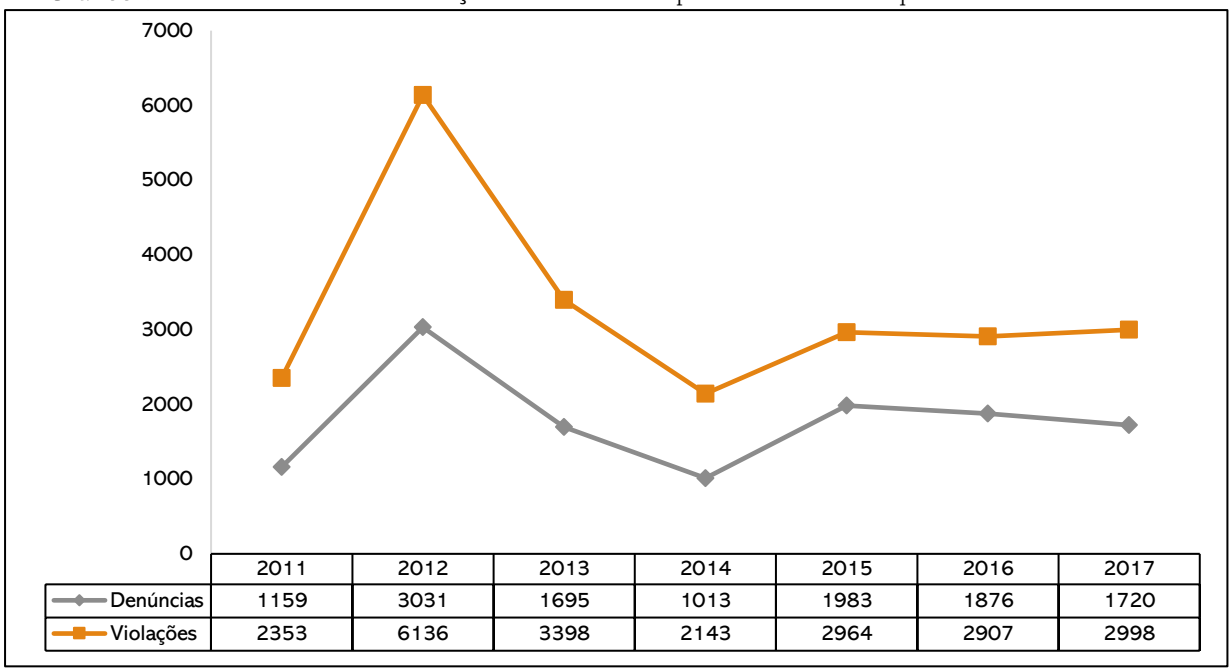
> Desta maneira o Disque 100 se torna o principal centro nacional de recebimentos de denúncias de violação de direitos humanos contra a população LGBT. Os dados do Disque Direitos Humanos - Disque 100 indicam um cenário de abusos cotidianos dos mais variados tipos contra essa população no Brasil. Este órgão não é o único que produz informação acerca deste grupo, entretanto é o que possui a série histórica com o maior número de variáveis, o que torna a sua base de dados indicada para pautar políticas públicas. Além de deixar claro o fluxo da informação desde o recebimento da denúncia até a produção da estatística final. O gráfico abaixo apresenta o total de denúncias/violações recebidas pelo Disque 100 relacionadas a população LGBT. (MDH, 2016, p. 14)

Com informações relevantes e categorizadas pelo Disque 100, tomamos como importante ferramenta a análise e a leitura dessas violências impostas a esses corpos, realizamos uma filtragem das informações (já que são muitas informações), assim como o mapeamento das denúncias por Estado e a elaboração de gráficos e tabelas que demonstram os tipos de violação contra esses sujeitos.

O número de denúncias corresponde exatamente as denúncias recebidas pelos sujeitos LGBTQIA+ que foram de alguma forma violentados, no entanto, a forma de violência/ tipos de violação podem se manifestar com mais de uma notificação sobre um único sujeito, logo, esses dados são explicados através do gráfico abaixo, já que o número de violações e tipos de violações são maiores que os números de sujeitos vitimados.

> Se no período inicial o atendimento era voltado somente para a população jovem, em 2010 o leque de proteção se ampliou, passando a contemplar também demandas de minorias que se sentiam desprotegidas, com necessidade de um canal de comunicação e resolução de conflito, tais como LGBT, população em situação de rua, população negra, pessoa idosa e pessoas com deficiência. (MDH, 2016, p. 14)

Gráfico 7 - Número Total de Violações recebidas na plataforma do Disque 100 - 2011 a 2017



	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Denúncias	1159	3031	1695	1013	1983	1876	1720
Violações	2353	6136	3398	2143	2964	2907	2998

Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.
Organização: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.

O gráfico 7 apresenta a série histórica de denúncias e violações contra a população LGBT recebidas pelo Disque 100 ao longo do período de 2011 a 2017. Desde que essa ferramenta foi criada, o número de denúncias feitas na plataforma do Disque 100 teve um pico no ano posterior a sua criação com 3031 denúncias e 6136 violações, havendo depois constante queda até o ano de 2014, onde foram recebidas 1013 denúncias e 2143 violações, quando apresentou em 2015, um aumento de 821 denúncias em relação ao ano anterior e, em 2016, uma queda de 107 denúncias, havendo também em 2017 uma queda de 156 denúncias.

Nesta etapa, realizaremos o mapeamento das denúncias por Estado e ano, para que possamos introduzir uma leitura mais precisa e comparativa dos dados, já que pela pré-análise realizada, notamos que houve uma grande variação de denúncias de um ano para o outro, realizaremos, portanto, o mapeamento anual das denúncias feitas ao Disque 100 para que seja possível verificar e realizar dadas leituras.

Os dados referentes as violações praticadas contra sujeitos LGBTQIA+ são divididos em diferentes categorias dentro da plataforma do Disque 100 e dos dados disponibilizados. Inicialmente, há uma distribuição do número de denúncias por estados, que divulgam o dado de duas formas: dados naturais que correspondem ao número absoluto de denúncias por estado e dados relativos que correspondem ao número de denúncias para cada 1 milhão de habitantes. Posteriormente, há uma tipificação das denúncias, isto é, ocorre a separação das

denúncias em grandes categorias, nomeadas pelo relatório do Disque 100 por "Tipo de Violação", dentro dessa grande estrutura existem outras formas de violações que são especificadas, que são: Abuso financeiro e econômico/violência patrimonial, discriminação, negligência, outras violações/outros assuntos relacionados a direitos humanos, tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanas e degradantes, trabalho escravo, tráfico de pessoas, violência física, violência institucional, violência psicológica e violência sexual.

Posteriormente, os dados são divididos em outras subcategorias que estão notificadas e presentes também dentro da macroestrutura "Tipo de Violação". A divisão ocorre em cinco subcategorias que abrigam o maior número de denúncias que são: discriminação-violações, violência sexual-violações, negligência-violações, violência física-violações e violência psicológica-violações.

Quadro 8 - Tipos de Violações dentro de cada subcategoria presentes na planilha do Disque 100

Discriminação-Violações	o Bullying o Contra pessoa com deficiência o De Gênero o De Origem o Em virtude de compleição física/ estética o Geracional o Outros o Por identidade de Gênero o Por orientação sexual o Racial/étnica o Religiosa o Social
Violência Sexual- Violações	o Abuso sexual o Estupro o Exploração sexual o Exploração sexual no turismo o Outros o Pornografia infantil o Sexting
Negligência-Violações	o Abandono o Autonegligência o Negligência em alimentação o Negligência em amparo e responsabilização o Negligência em limpeza/ higiene o Negligência em Medicamentos/ assistência à saúde o Outros
Violência física-Violações	o Autoagressão o Cárcere privado o Chacina/Massacre o Genocídio o Homicídio o Latrocínio o Lesão corporal o Maus tratos

	o Outros o Sequestro o Tentativa de Homicídio
Violência psicológica-Violações	o Ameaça o Calúnia/injúria/difamação o Chantagem o Destruição de Bens o Hostilização o Humilhação o Infantilização o Outros o Perseguição o Subtração de incapaz

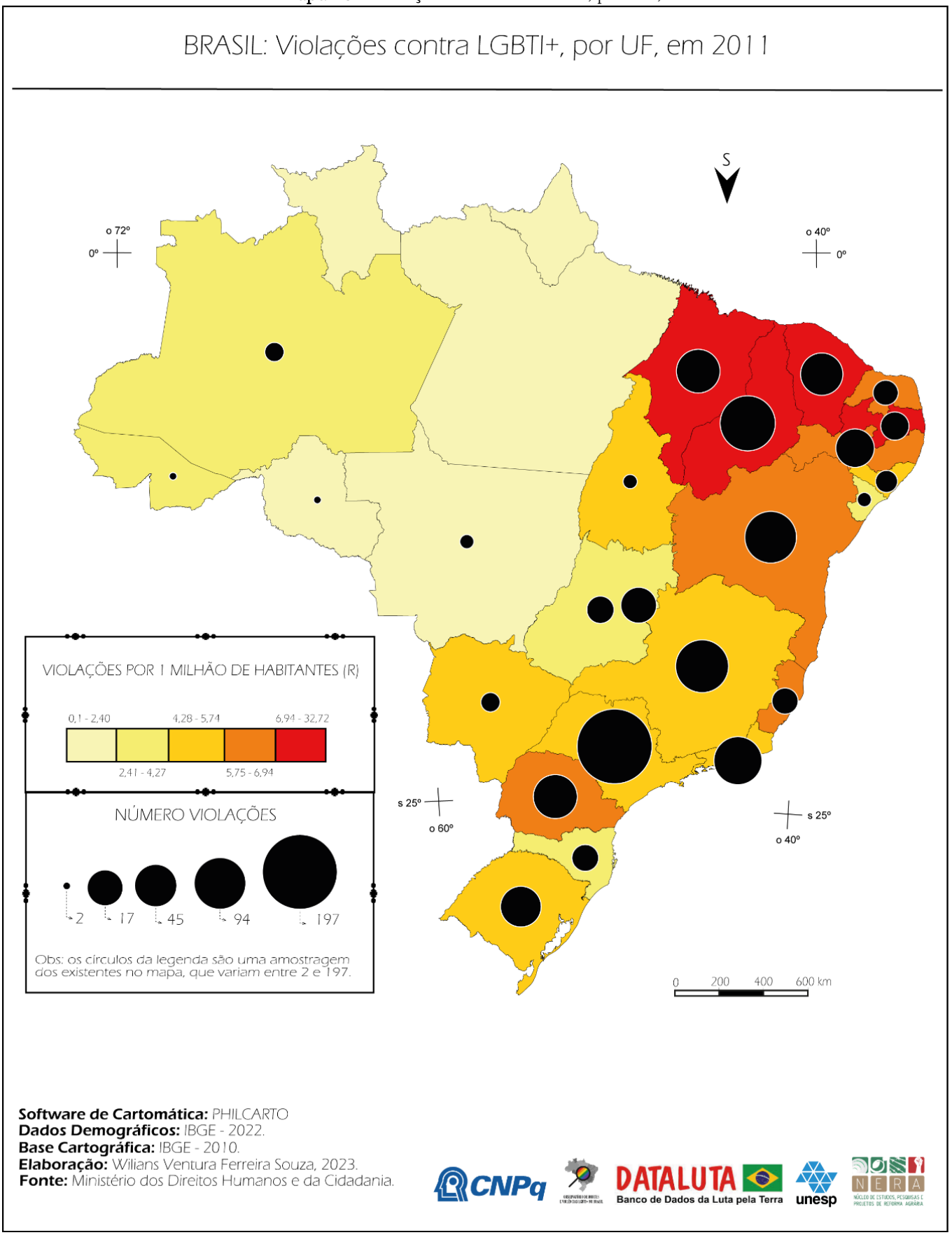
Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.
Elaboração: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.

Como expresso no gráfico 7, "total de denúncias/violações recebidas na plataforma do Disque 100", houve uma variação considerável entre os anos, no que tange o número de denúncias. No ano de 2012 foram registradas 3031 denúncias e 6136 violações, já no ano posterior 1695 denúncias e 3398 violações, ou seja, ocorre uma queda muito grande de um ano para o outro no número de denúncias e violações. Com base no exposto, optamos por realizar leitura individual dos mapas referentes a cada ano para que possamos evidenciar essas mudanças e, posteriormente, nos aprofundarmos nas causas e nos motivos da materialização espacial das denúncias e violações, como também compreender as mudanças quantitativas.

Além da leitura que será posteriormente realizada, cabe destacar algumas questões metodológicas desempenhadas nessa etapa. Realizamos o agrupamento dos dados relacionados as violações contra pessoas LGBTQIA+ disponibilizados pelo Disque 100, posteriormente aplicamos filtros, agrupamos o número de denúncias em cada estado, analisamos o número quantitativo, isto é, quantas denúncias ocorreram, como também os dados relativos, isto é, quantas denúncias ocorreram em relação ao número de habitante de cada estado. Como ferramenta de criação de mapas, utilizamos o software PHILCARTO©.

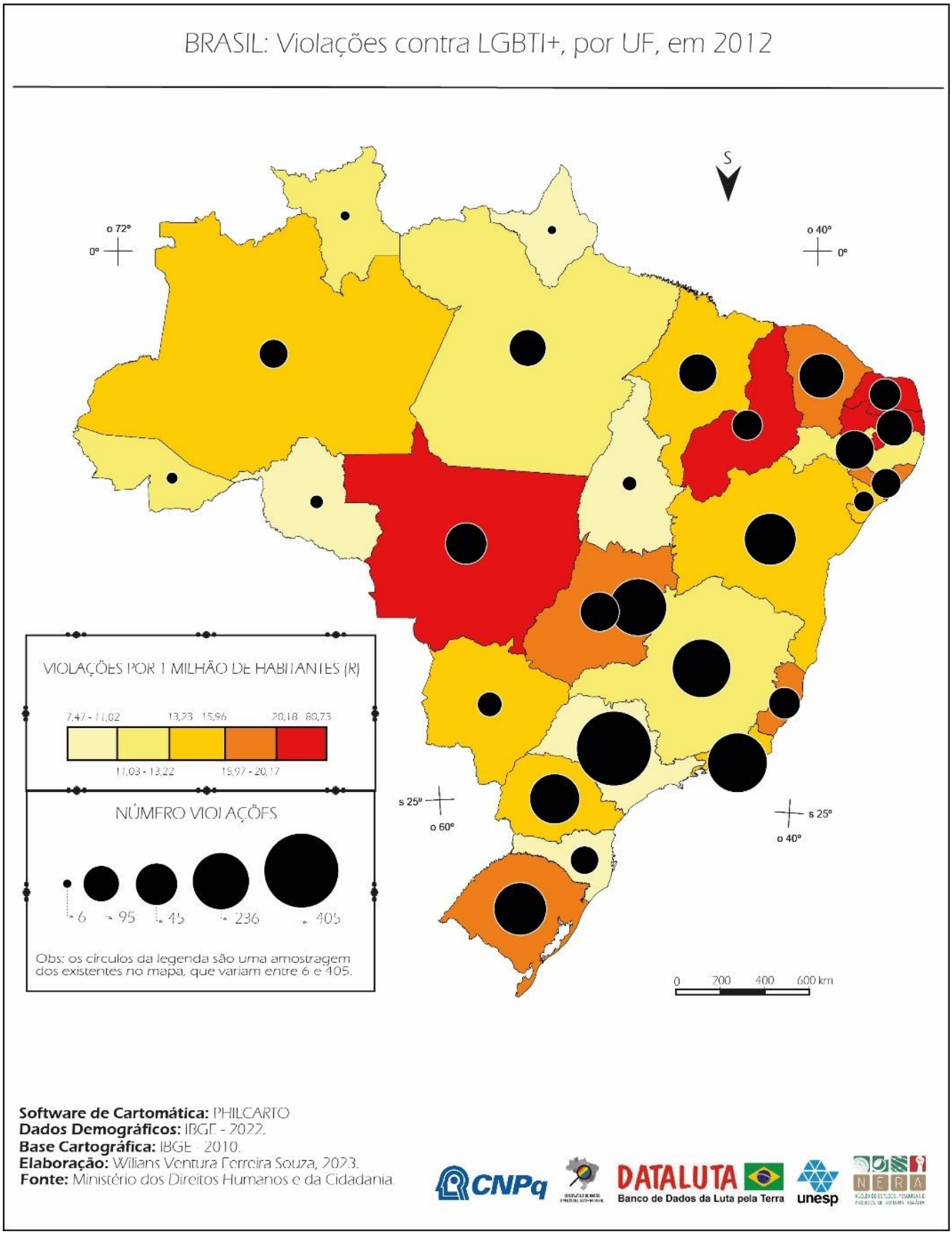
A configuração apresentada pelo mapa 20, é pertinente já que se tem uma espacialização heterogênea. Inicialmente, é importante realizar a exposição de alguns elementos e aspectos presentes no mapa, tem-se o número absoluto de denúncias agrupadas no ano de 2011, quando falamos em denúncias estamos nos remetendo aquelas macroestruturas expostas no quadro 10, as denúncias referentes aos valores absolutos estão representadas no mapa pelos círculos proporcionais, já o valor de denúncias para cada 1 milhão de habitantes está representado pelo matiz.

Mapa 20 - Violações contra LGBTI+, por UF, em 2011



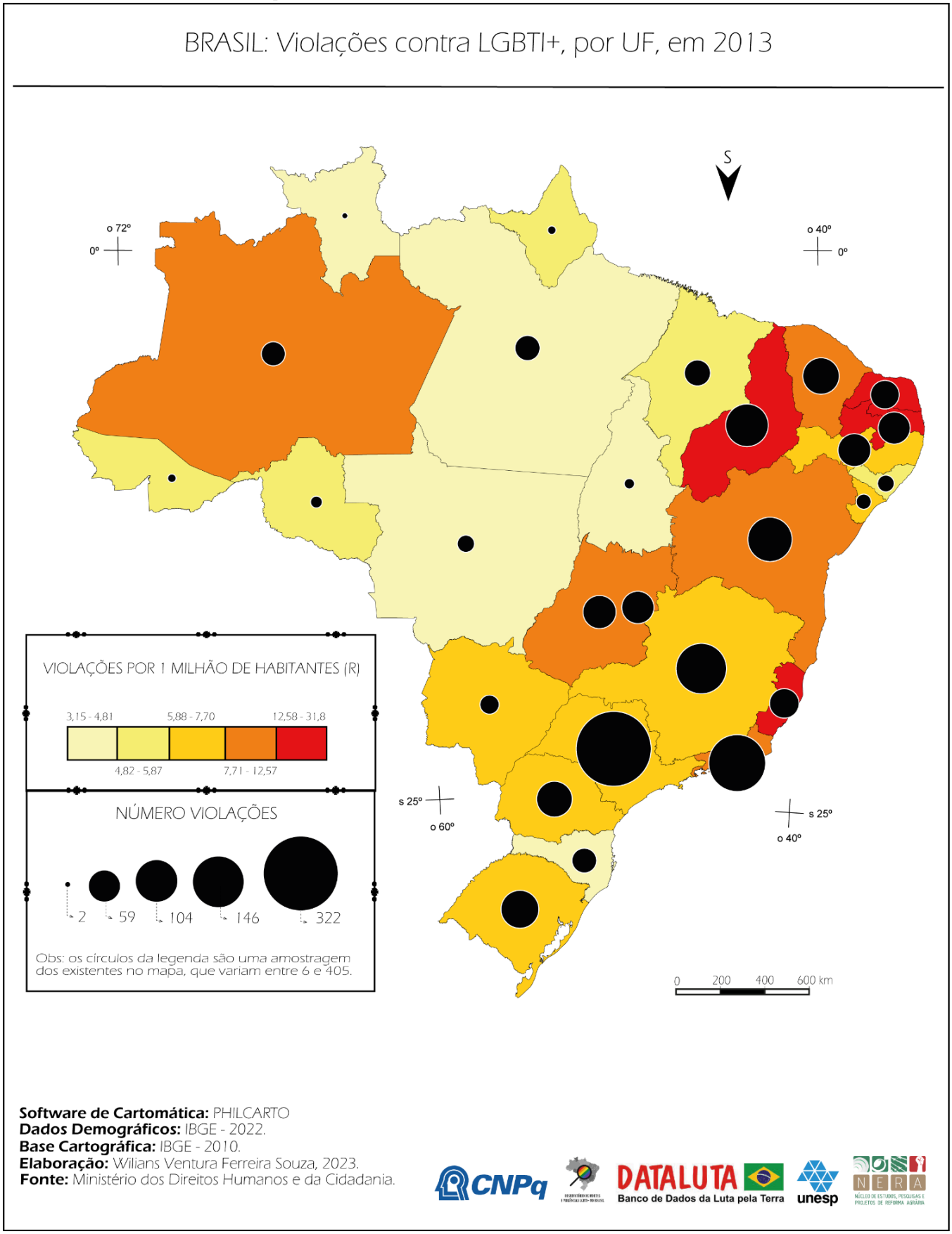
Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania
Elaboração: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.

Mapa 21 - Violações contra LGBTI+, por UF, em 2012



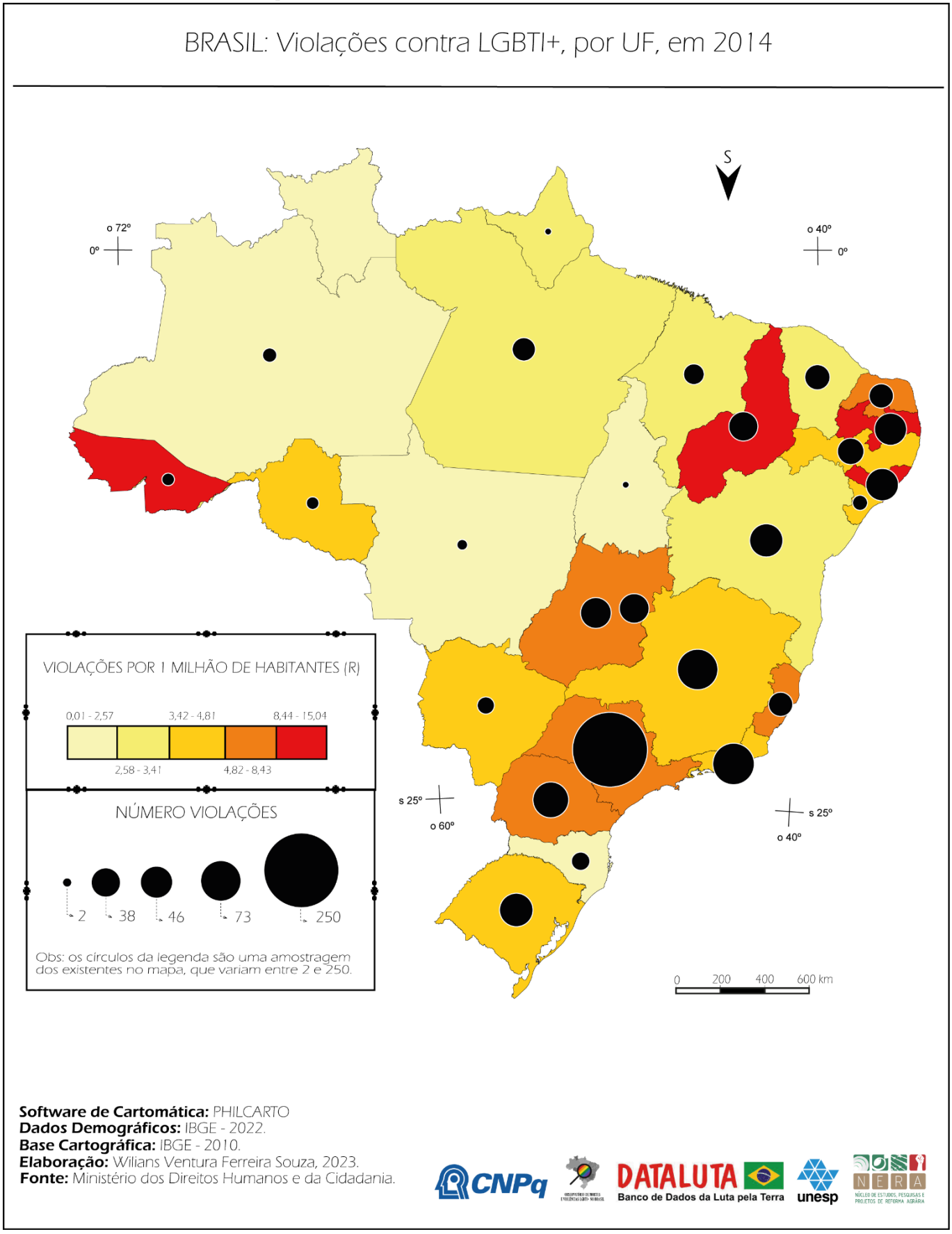
Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.
Elaboração: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.

Mapa 22 - Violações contra LGBTI+, por UF, em 2013



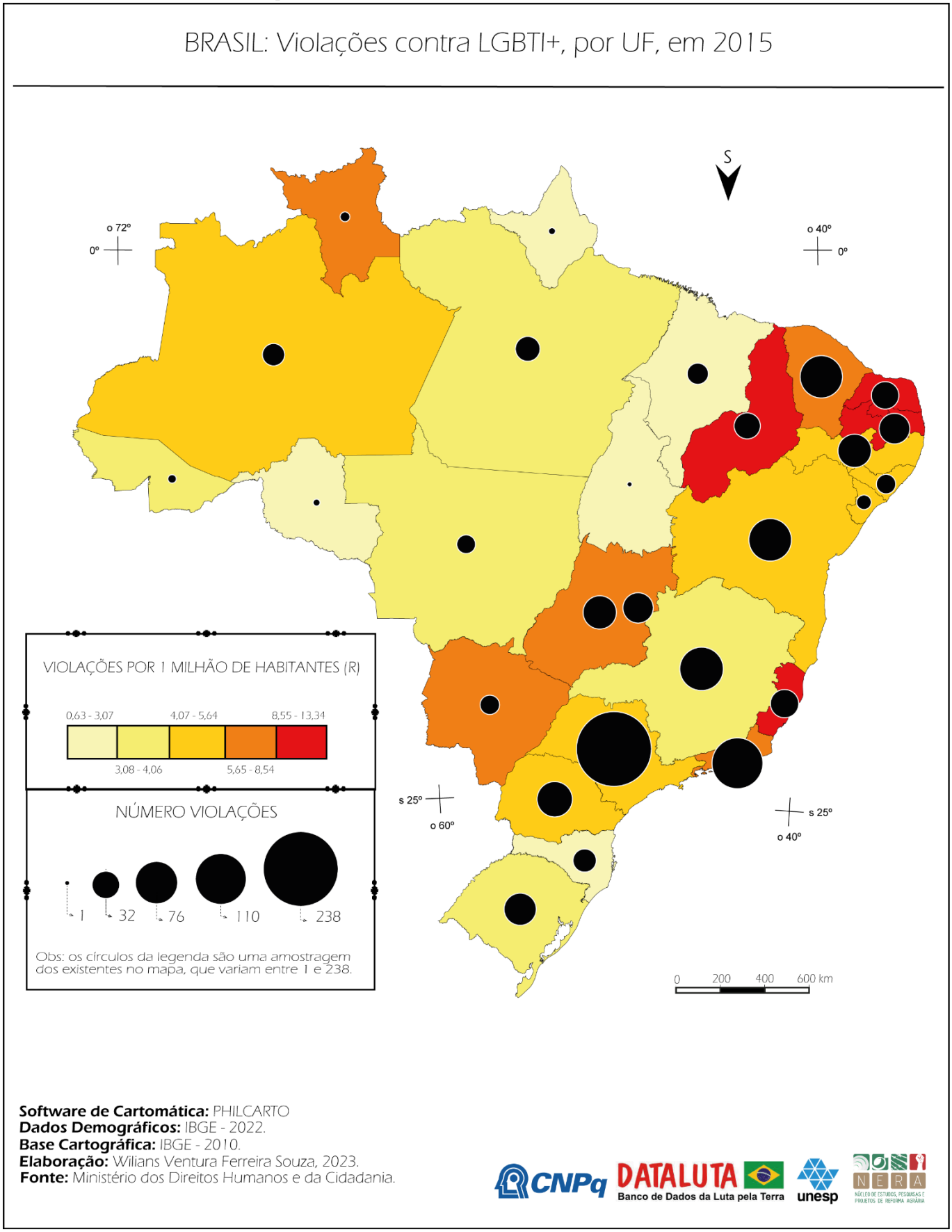
Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.
Elaboração: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.

Mapa 23 - Violações contra LGBTI+, por UF, em 2014



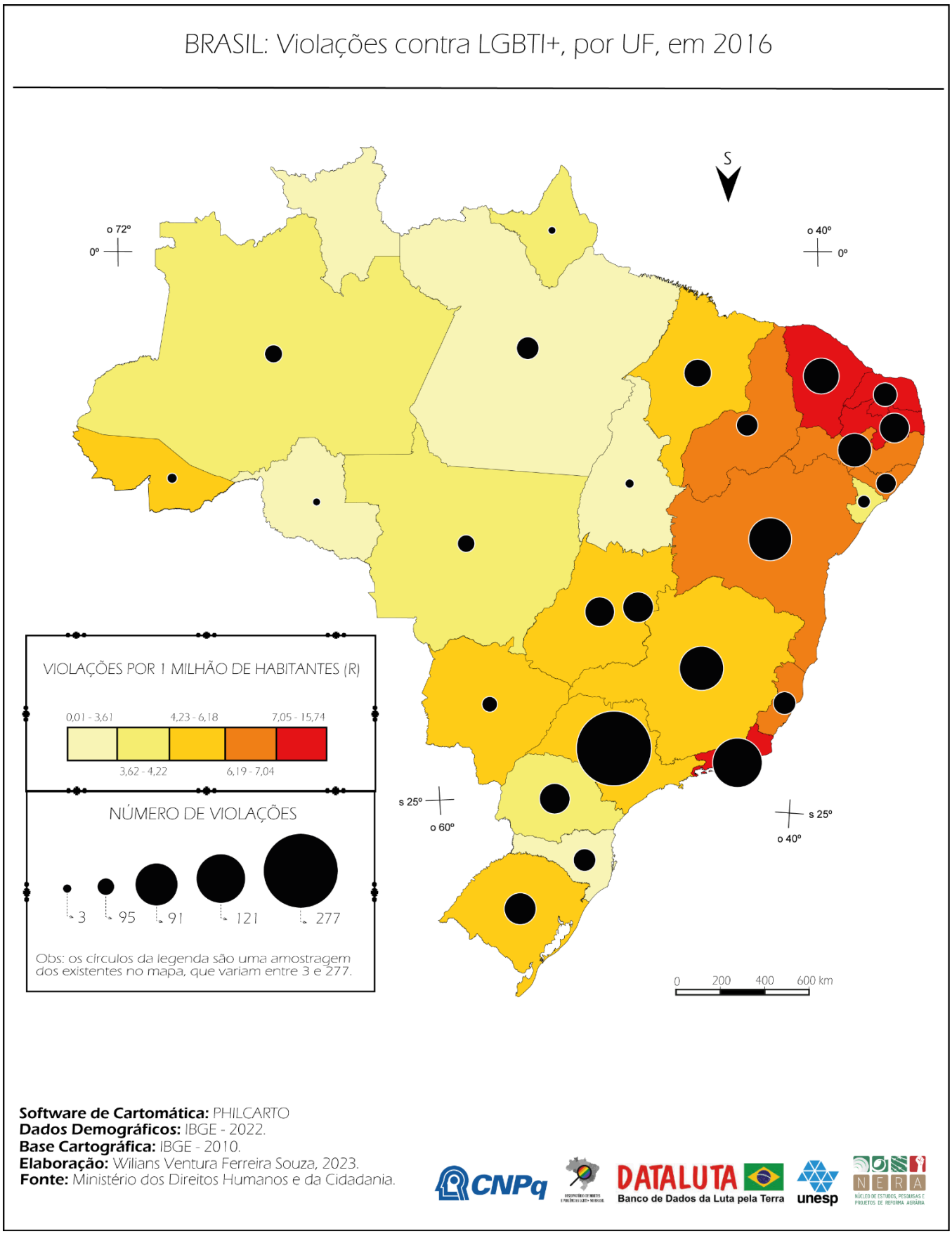
Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.
Elaboração: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.

Mapa 24 - Violações contra LGBTI+, por UF, em 2015



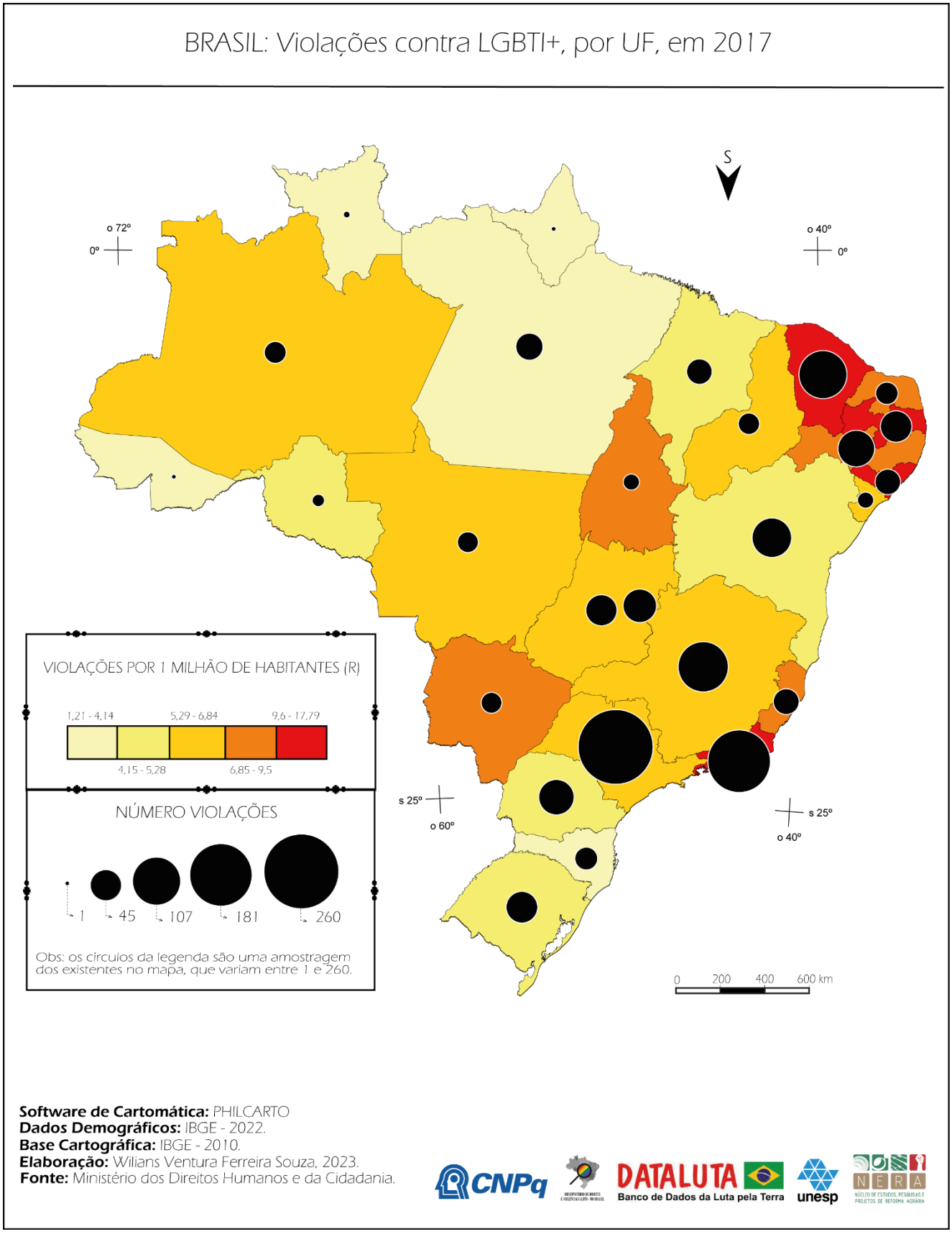
Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.
Elaboração: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.

Mapa 25 - Violações contra LGBTI+, por UF, em 2016



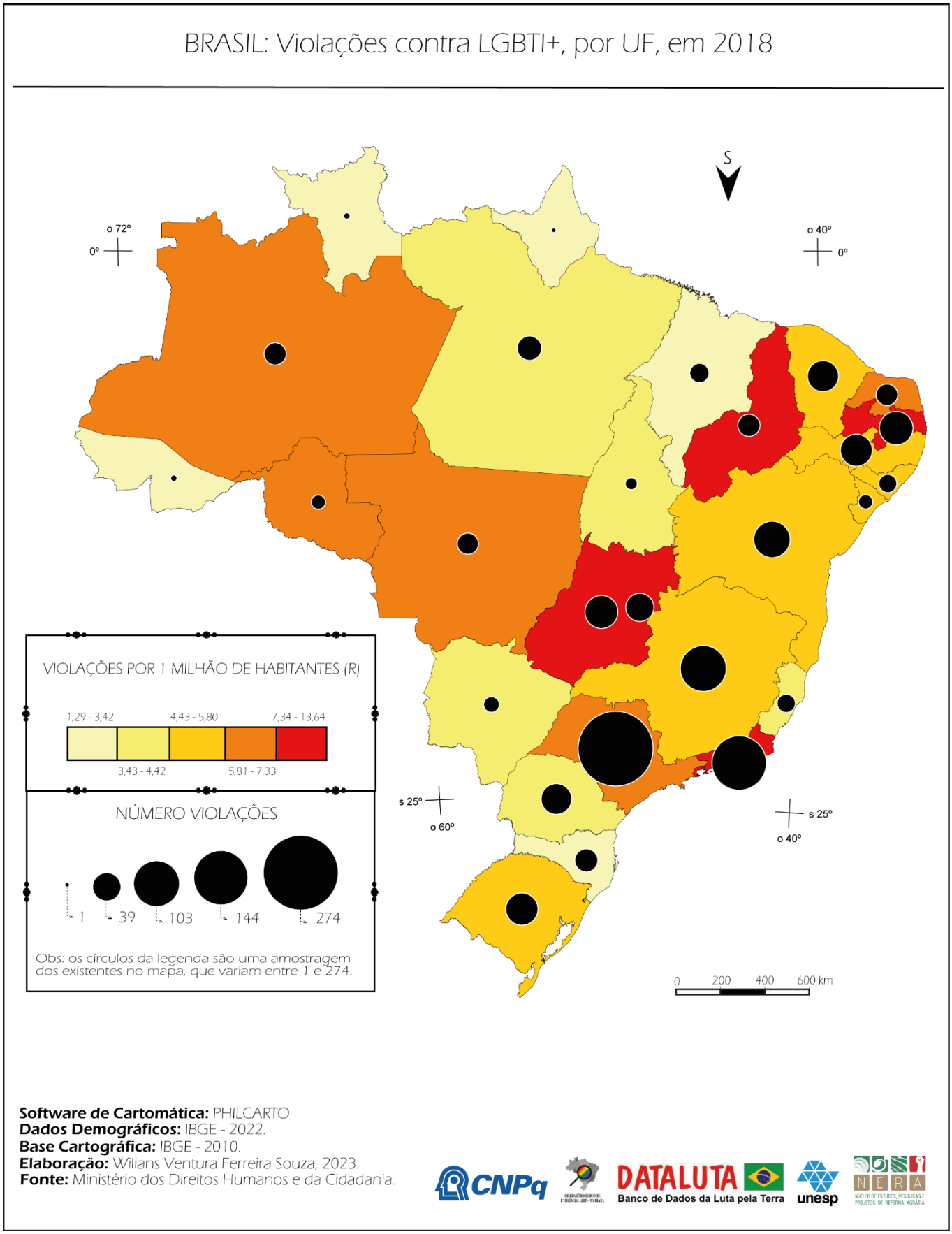
Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.
Elaboração: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.

Mapa 26 - Violações contra LGBTI+, por UF, em 2017



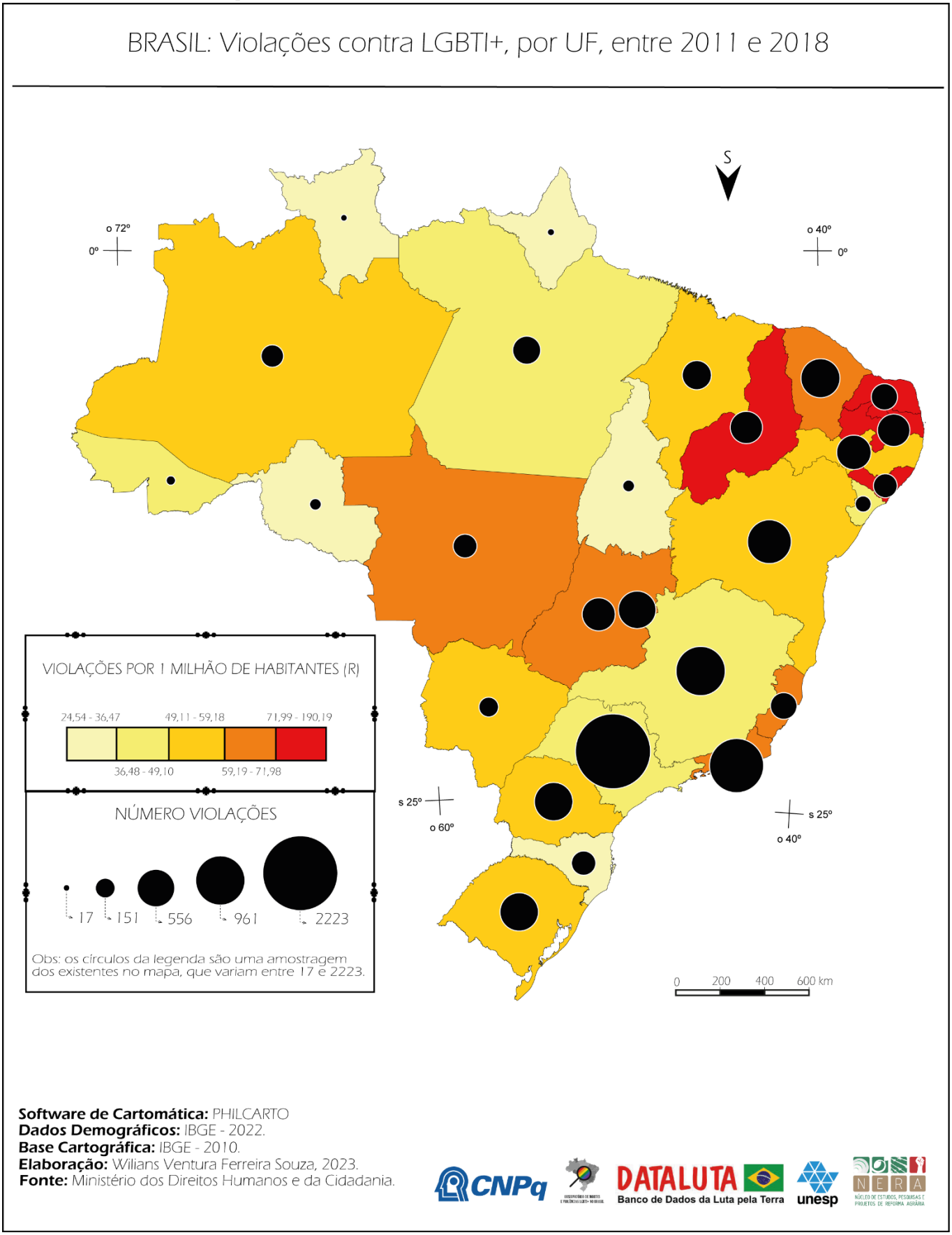
Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.
Elaboração: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.

Mapa 27 - Violações contra LGBTI+, por UF, em 2018



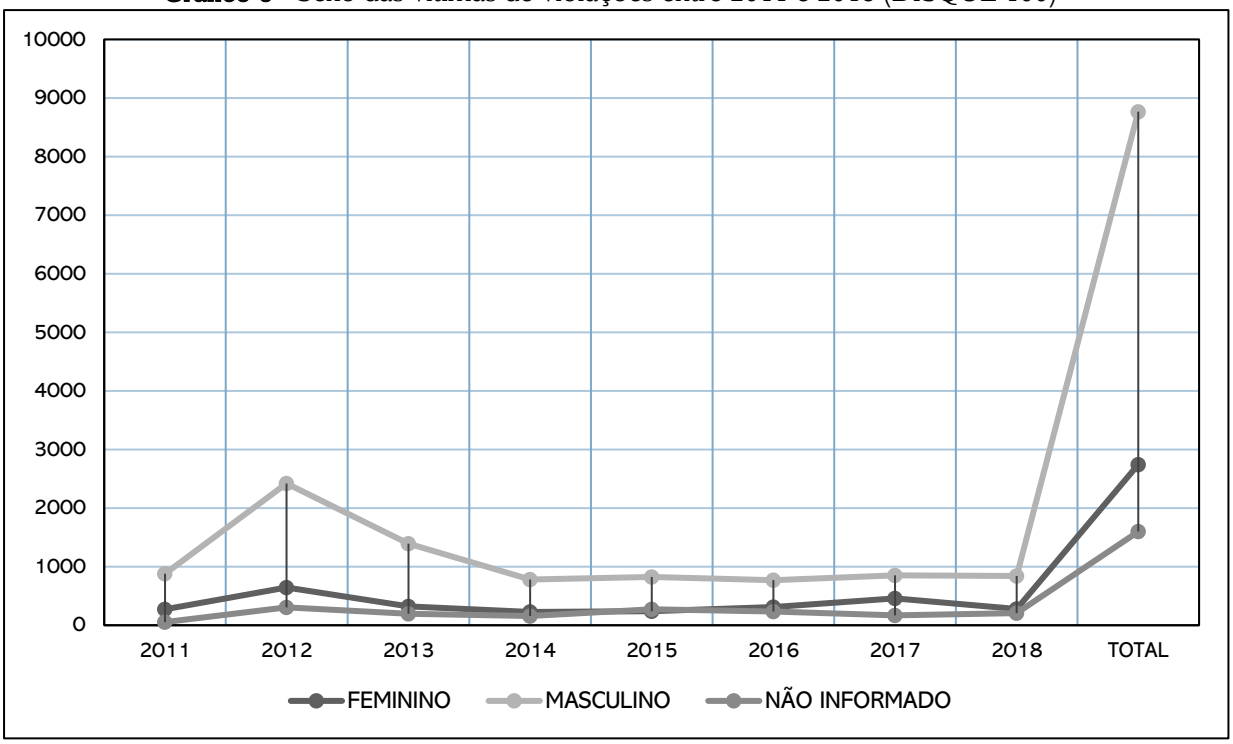
Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.
Elaboração: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.

Mapa 28 - Violações contra LGBTI+, por UF, entre 2011 e 2018



Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.
Elaboração: Wilians Ventura Ferreira Souza.

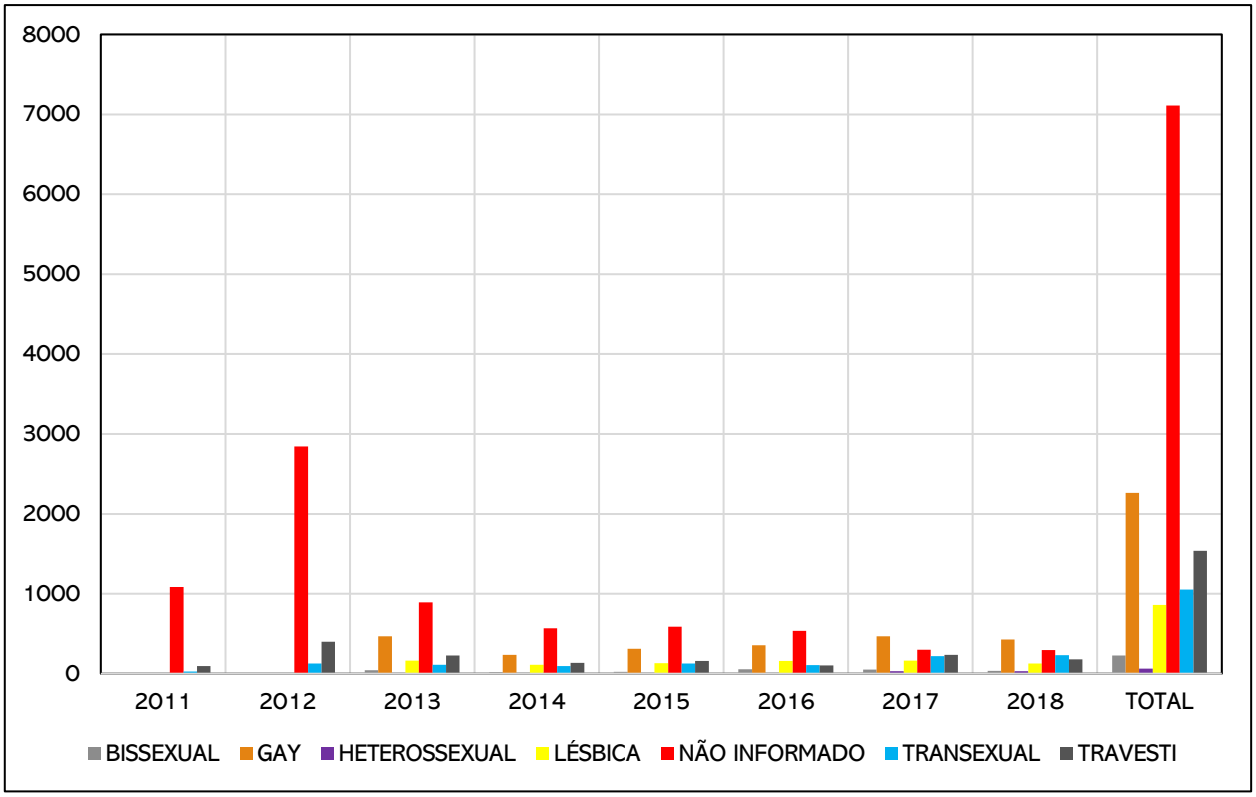
Gráfico 8 - Sexo das vítimas de violações entre 2011 e 2018 (DISQUE 100)



Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.
Elaboração: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.

O gráfico 8 concentra a série histórica (2011 e 2018) do sexo das vítimas que utilizaram a plataforma do Disque 100 para solicitar ajuda mediante a inúmeros processos de violência e violação. É possível observar a partir da observação do dado que grande parte das vítimas foram sistematizadas como masculinos concentrando um total de 8767 denúncias, seguido do sexo feminino com 2744 denúncias e, por fim, em 1598 denúncias não se obteve o sexo da vítima.

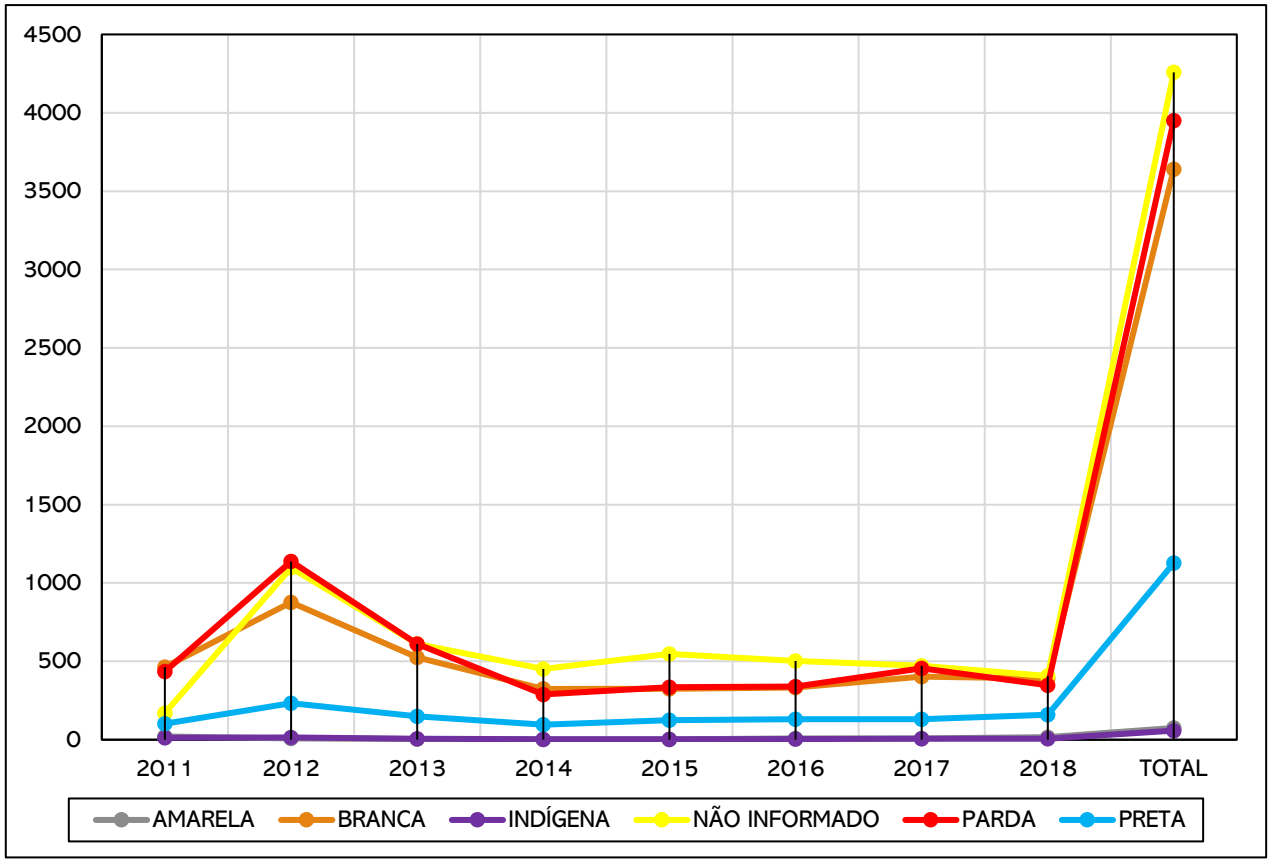
Gráfico 9 - Segmento das vítimas de violações entre 2011 e 2018 (DISQUE 100)



Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.
Elaboração: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.

O gráfico 9 concentra a série histórica (2011 e 2018) do segmento das vítimas que utilizaram a plataforma do Disque 100 para solicitar ajuda mediante a inúmeros processos de violência e violação. É possível observar que grande parte dos segmentos LGBTQIA+ foram violados sistematicamente, os gays foram os mais violados do segmento com um total de 2262 denúncias, seguido das travestis com 1537 denúncias, transexuais com 1051 denúncias, lésbicas com 859 denúncias, bissexuais com 226 denúncias e, por fim, heterossexuais com 62 denúncias.

Gráfico 10 - Cor das vítimas de violações entre 2011 e 2018 (DISQUE 100)



Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.
Elaboração: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.

O gráfico 10 concentra a série histórica (2011 e 2018) da cor das vítimas que utilizaram a plataforma do Disque 100 para solicitar ajuda mediante a inúmeros processos de violência e violação. É possível observar que grande parte das vítimas sistematizadas se autodeclararam pardas acumulando um total de 3951 denúncias, seguido de pessoas brancas com 3640 denúncias, pretas com 1127 denúncias, amarela com 75 denúncias e, por fim, indígenas com 58 denúncias sistematizadas.

Tabela 3 - Local onde as violações aconteceram entre 2011 e o primeiro semestre de 2018

LOCAL DA VIOLAÇÃO	DENÚNCIAS	%
Rua	3347	28,71%
Casa da vítima	2784	23,88%
Outros	2543	21,81%
Caso do Suspeito	883	7,57%
Casa	647	5,55%
Local de Trabalho	612	5,25%
Escola	285	2,44%
Hospital	171	1,46%
Delegacia de Polícia	112	0,96%
Igreja	73	0,62%
Ônibus	67	0,57%
Albergue	25	0,21%
Órgão da Administração Municipal	21	0,18%
Unidade Prisional – Presídio	19	0,16%
Manicômio/Hospital Psiquiátrico/Casa de Saúde	18	0,15%
Órgão da Administração Estadual	13	0,11%
Órgão da Administração Federal	11	0,09%
Unidade Prisional – Cadeia Pública	9	0,07%
Delegacia de Polícia como Unidade Prisional	7	0,06%
Transporte Coletivo Aéreo	3	0,02%
Instituição de Longa Permanência para Idoso	2	0,01%
Transporte Coletivo Rodoviário	2	0,01%
Transporte Coletivo Metroviário	1	0,008%
Unidade de Medida Socioeducativa	1	0,008%
TOTAL	**11656**	**100%**

Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.
Elaboração: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.

Os locais onde as violações e agressões aconteceram estabelecem uma relação forte com a informação apresentada anteriormente, isto é, da relação suspeito x vítima, já que a relação, laços e proximidade com a vítima de certa maneira se dá em espaços específicos como casa da vítima, casa do suspeito, igreja etc. No entanto, a violência institucional apresentada anteriormente, como exemplificada nas agressões praticadas por empregadores, também se faz presente quando realizamos uma leitura sobre o local da violação, já que muitos espaços percorrem a via institucional, como por exemplo delegacias de polícia, local de trabalho, escola, igreja etc.

A rua se apresentou como local onde as violações mais aconteceram agrupando um total de 3347 denúncias, em seguida a casa da vítima agrupando um total de 2784 denúncias, novamente reforçando a proximidade dos suspeitos/agressores as vítimas. Em seguida, temos a categoria "outros" agrupando um total de 2548. A categoria "outros" nos indica que a violação aconteceu em um espaço que não foi identificado durante a denúncia ou que não se enquadra em nenhuma das categorias. Em seguida, temos a categoria "casa do suspeito"

agrupando um total de 883 denúncias, seguido da categoria "casa" com 647 denúncias, "local de trabalho" com 612 denúncias, "escola" com 285 denúncias, "hospital" com 171 denúncias, "delegacia de polícia" com 112 denúncias, "igreja" com 73 denúncias, seguido de outras categorias que não apresentaram um número tão expressivo e podem ser identificados através da tabela.

Ressaltamos que esses dados estão relacionados intrinsicamente a violência e violações de direitos básicos de cidadãos LGBTQIA+, portanto, não estamos tratando de assassinatos, mas sim, de violências que acontecem cotidianamente sobre os corpos de pessoas LGBTQIA+ no Brasil.

4.3. Territórios de Resistência

Assim como os territórios da morte e do medo, os territórios de resistência evidenciam inúmeras disputas, conflitos e apropriações diversas do espaço de diferentes cidades brasileiras. Entretanto, a conceituação e a compreensão do que entendemos como territórios de resistência está diretamente vinculado e relacionado com as ações produzidas pelos movimentos socioespaciais e socioterritoriais, sobretudo, no formato de Paradas LGBTQIA+ e ações que objetivam promover debates e discussões sobre a comunidade. Também vale ressaltar que a apropriação pode ser efêmera ou perene, sua temporalidade é regida e mediada pelos objetivos dos movimentos que produzem as ações. Nesse sentido, o entrelaçamento das pautas de alguns movimentos socioterritorias com a temática da diversidade produz um território marcado pela forte presença e atuação de sujeitos LGBTQIA+, o Coletivo LGBT do MST e o Coletivo LGBT do MTST, são importantes exemplos dessa relação. Tanto a luta pela terra quanto a luta pela moradia e direito à cidade, acompanha um processo de disputa no cerne de cada um desses movimentos que também precisam lidar com a LGBTIfobia presente em suas organizações.

As territorialidades e espacialidades presentes na Parada LGBTQIA+ realizadas em inúmeras cidades brasileiras – ver-se-á a materialização destas a partir dos mapas - é construída a partir da marginalização de grande parte do público presente no dia da Parada, a essa grande parcela da comunidade lhes foi negada o direito ao lazer, a saúde, a educação e a cidadania. As microterritorializações se manifestam de diferentes maneiras e intensidades, desde a disputa pelo microfone e pelo tempo de fala, até as bandeiras e a participação de

partidos políticos, sindicatos e outros movimentos que buscam atrelar suas pautas a produção de um discurso inclusivo e acolhedor.

As Paradas LGBTQIA+ possuem uma certa efemeridade, entretanto, sua realização ascende debates que podem possuir uma temporalidade ainda maior e desvendar questões sociais, políticas e culturais em diferentes escalas. É possível observar a partir dos debates promovidos em cada uma das Paradas, a existência de disputas territoriais desde as grandes metrópoles até as cidades médias, desde as Paradas produzidas pelas mãos dos sujeitos atuantes em movimentos socioespaciais e socioterritoriais tradicionais até as empresas privadas que buscam vincular sua imagem e efetivamente alcançar um nicho que consumirá seus produtos.

As disputas transcendem o trio elétrico que leva e movimenta as vozes nos becos, ruas e avenidas dos centros das cidades que diuturnamente apresentam feições e comportamentos cis-heteronormativos, é esse o "momento de brilhar", de "ser quem se é", de "mostrar a sua cara" e viver, ainda que por algumas horas, uma ilusória plenitude cidadã. É nesse contexto, que cada vez mais os movimentos têm ido além das Paradas e construído verdadeiros embates e disputas sobre o significado de cidade e da importância de a diversidade estar representada nos planos municipais.

Mas antes de entrar especificamente na exposição dos dados sobre as ações promovidas pelos Movimentos LGBTQIA+ em várias cidades brasileiras, torna-se relevante compreender o papel desempenhado por outros movimentos que produzem resistências frente a estruturas complexas e opressoras que materializam sobre diferentes corpos um processo intenso de violação.

Nos últimos anos observamos um conjunto de teorizações sobre os movimentos atuantes no Brasil, esses movimentos e seu conjunto de iniciativa foram chamados de "novos movimentos sociais" ou "alternativos", já que estruturalmente apresentavam uma organização distinta e um conjunto de pautas e tipologias também diferenciadas.

As disputas territoriais que culminam na leitura sobre os territórios de resistências não surgiram nos dias de hoje, ela remonta as décadas passadas e a construção de reportórios e tipologias de ações que estavam postas no jogo das disputas e conflitos. Nos anos 2000, por exemplo, é possível observar o início de uma forte atuação no campo da incidência política de redes ativistas no judiciário brasileiro. Foram obtidos resultados importantes nesse período como as decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a união homoafetiva, etc.

Observa-se o surgimento de redes organizadas de sujeitos articulados sobre as pautas LGBTQIA+, como advogados que passaram a atuar em verdadeiras batalhas judiciais contra projetos de leis retrógrados e reacionários, bem como ações arbitrárias de chefes de executivo de diferentes escalas e níveis de governo. As associações científicas e conselhos profissionais de áreas de atuação específica também se engajaram em diferentes disputas e conflitos, o que evidencia a multiplicidade de grupos, movimentos e instituições disputando e produzindo significados sobre a diversidade nas cidades brasileiras.

Nesse sentido, os atos políticos que ocorrem em várias partes do mundo são centrais para o surgimento de novos espaços que só puderam ser produzidos a partir do conflito (não norma x normatização dos corpos), ainda que alguns grupos reproduzam a heteronormatividade em seu cotidiano. Cabe destaque para as manifestações, as Paradas, as discussões promovidas em diferentes escalas que produzem não somente um debate necessário dentro dos segmentos que representam a diversidade, mas em toda a sociedade. Assim, é necessário refletir sobre os assuntos e temas que envolvem a diversidade sexual, consequentemente, a partir dessa reflexão se produz referências e avanços na compreensão do tema.

A Parada é tida pelo Movimento LGBTQIA+ como uma estratégia central, que produz significativa visibilidade, que constrói espaços de esperança e territórios de resistência, ela acolhe corpos que geralmente não ocupariam aquele espaço por medo da violência, de violações, do apedrejamento material e imaterial.

O espaço como conceito chave para a interpretação das ações do movimento LGBTQIA+ e também o corpo como uma escala geográfica viva e potente, nos possibilita leituras como essa, em torno das dinâmicas espaciais, das ações coletivas dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais, dos processos de violação em curso, da construção de redes de movimentos e redes de esperança, entre outros temas e questões.

Verifica-se que que os movimentos socioespaciais, socioterritoriais, organizações, instituições e sujeitos organizados, ou não, de forma geral, entendem a Parada LGBTQIA+ como um importante espaço de representação política em que a articulação e a construção de redes potencializam a constituição de políticas de acolhimento e cuidado. Observa-se que dada ação produz um sentimento de pertencimento, bem como a construção de sociabilidades e referências que contribuem para a emancipação desses sujeitos na escala individual e coletiva (SOUZA; FELICIANO, 2021).

Já evidenciamos anteriormente, a partir de Butler (2003), que os discursos são responsáveis por reforçar determinadas performatividades de sexualidade e de gênero. Esses processos que visam a construção efetiva de determinadas sexualidades e gêneros em detrimento de outros, produz diretamente o que chamamos anteriormente de territórios da morte e territórios do medo. Vimos que determinados corpos são aceitos e outros são brutalmente invadidos e vilipendiados, também observamos que o território pode ser visto como uma relação direta de poder entre corpos e movimentos no qual são produzidas delimitações materiais e imateriais que atingem as pessoas, fenômenos e interações.

A construção dos territórios de resistências nas diferentes cidades brasileiras, em muitos momentos significa a transposição dos territórios da morte e do medo. Sujeitos, grupos e coletivos passam a construir referências no urbano, estas por sua vez produzem a sensação de conforto, segurança e sociabilidade. As resistências vão sendo produzidas sobre o medo e a insegurança, a fronteira entre um e outro é tênue e evidencia que alguns interesses e objetivos não podem ser ultrapassados, caso contrário repressões serão acionadas. Um exemplo dessa relação são as microterritorializações homoafetivas na cidade de Presidente Prudente (SP) investigada por Costa e Bernardes (2013), onde se notou a produção de espaços de convivência homoafetiva ao mesmo tempo em que eram ocultadas e "escondidas" seus afetos e práticas espaciais.

Realizamos uma construção minuciosa e detalhada dessa ação tão representativa, polêmica e que tem provocado debates relevantes em torno do conteúdo político e festivo contido nas Paradas, ações interpretadas por nós como territórios de resistência, pois efetivamente produzem um conjunto de significados e disputas em torno de diferentes conceitos e temas nas cidades brasileiras. A Parada é também a materialização de um desejo coletivo de inclusão, cidadania e direitos, portanto, ao falar de ações como essa estamos diretamente nos referindo aos territórios construídos sob o paradigma da diversidade e representação LGBTQIA+.

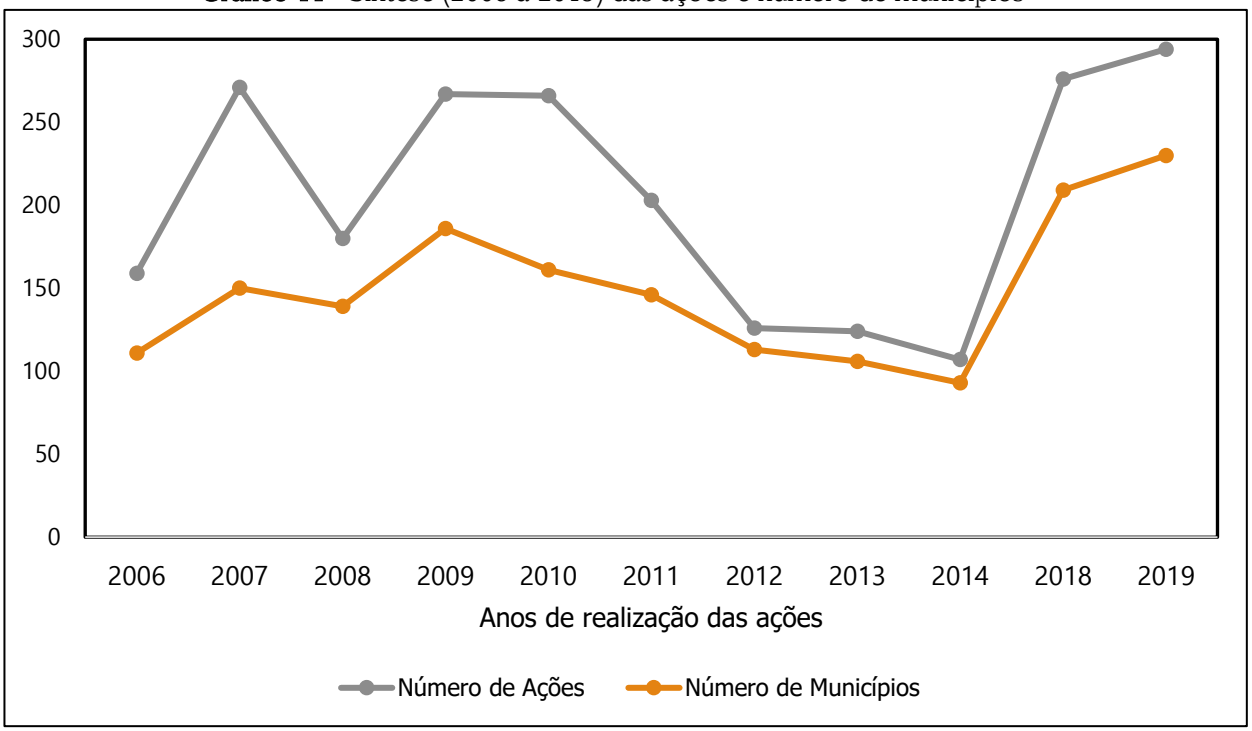
Proposto como um dos objetivos dessa nova etapa da pesquisa, pretendemos mapear e espacializar a ação dos sujeitos, movimentos sociais e coletivos que assumem uma posição combativa, política e festiva através das Paradas, assim sendo, nos apoiamos no banco de dados que criamos a partir dos dados do Grupo Dignidade que revela a participação e a mobilização desses sujeitos a partir do ano de 2006 até 2019, a linha temporal de análise é

extensa e possibilitará uma leitura completa do desenvolvimento dessas ações e da sua atuação em rede.

A leitura realizada aqui em torno da ação dos movimentos socioespaciais representado pelas Paradas foi organizada a partir de três escalas: municipal, estadual e regional. Entendemos que cada uma dessas escalas nos possibilita uma leitura e, portanto, uma análise diferenciada da espacialização dessas ações.

Assim, caminhamos de uma perspectiva específica e cheia de nuances para uma perspectiva generalista. A escala municipal revela quais os municípios mais investem nas ações como Paradas e semanas de diversidade, a escala Estadual nos revela quais os Estados que mais produzem ações e disputam os espaços da cidade e, por fim, a escala regional nos revela uma perspectiva mais geral das ações.

Gráfico 11 - Síntese (2006 a 2019) das ações e número de municípios



Fonte: Grupo Dignidade.
Elaboração: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.

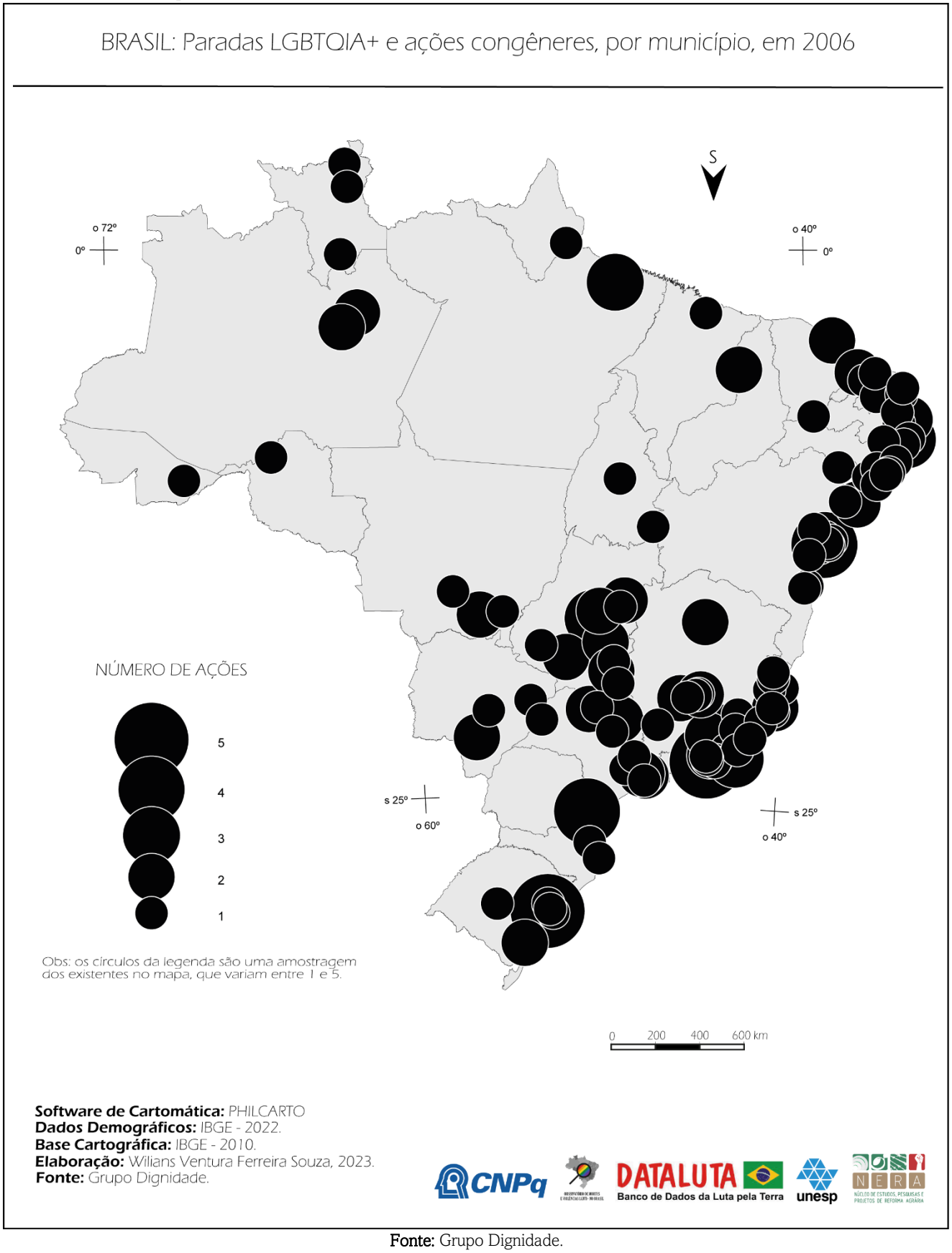
É possível observar a partir do gráfico 11, algumas oscilações no que tange o número de ações realizadas no Brasil em torno da construção de territórios de afirmação e resistência. Antes de adentrarmos especificamente na leitura dessas movimentações/oscilações, é importante destacar alguns elementos que compõem os procedimentos metodológicos que possibilitaram a construção até aqui desses mapas, gráficos e tabelas.

O Grupo Dignidade, instituição que realiza o agrupamento das Paradas realizadas em todo Brasil, torna público essas informações em seu site. Entretanto, assim como o Grupo Gay da Bahia, o Grupo Dignidade não expõe todos os dados referentes a todos os anos, o que impossibilita uma leitura completa, evidenciando algumas lacunas, como, por exemplo, a ausência dos anos de 2015, 2016 e 2017. A falta de informações ou de um rigor maior, evidencia a necessidade de auxílio e suporte para a realização deste trabalho, sabemos que ONGs são organizações sem fins lucrativos, dessa forma, a composição/quadro de ativistas que compõem os movimentos realizam a construção desses bancos e agrupamentos como podem.

O gráfico 11 torna claro o número expressivo de ações em torno da construção de territórios de resistência e afirmação no Brasil. A série histórica 2006 a 2019 (com exceção de 2015, 2016 e 2017), possibilita a realização e o acompanhamento minucioso desse processo de construção e disputa territorial a partir de ações como as Paradas.

É possível também evidenciar que o aumento do número de municípios acompanha o aumento do número de ações (Paradas, Mini Paradas, Mesas, Rodas, Marchas etc.). Assim, podemos constatar que ano após ano, outras cidades (maiores e menores) se inserem no percurso da realização de eventos como estes, o que confirma a nossa hipótese de que uma Parada produz influências diretas e indiretas na realização/construção de outras Paradas. Também é possível observar um aumento considerável nos últimos dois anos (2018 e 2019), que apresentaram, respectivamente, 276 ações em 209 municípios e 294 ações em 230 municípios.

Mapa 29 - Paradas LGBTQIA+ e ações congêneres, por município, em 2006



Fonte: Grupo Dignidade.
Elaboração: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.

No ano de 2006, registramos 159 ações representadas por Paradas, semanas da diversidade, encontro nacional universitário de diversidade sexual (ENUDS), fórum LGBT, marchas da visibilidade, seminário de direitos humanos, ciclos e mesas de debates e festas que antecedem a Parada. As 159 ações estão espacializadas em 111 municípios brasileiros que realizaram ações em torno da temática. Vale ressaltar que, apesar do número expressivo de ações e tipologia de ações, grande parte delas giram em torno da Parada do Orgulho LGBTQIA+, sendo assim, diferentes municípios registraram mais de uma ação, geralmente semanas de visibilidade ou diversidade que antecedem a ação final, a Parada LGBTQIA+.

Como exposto no mapa 29, dos 111 municípios que registraram algum número referente a ação em torno da temática LGBTQIA+, existem aqueles que se destacam por acumularem um número expressivo de ações que circundam a Parada e ações similares, como Porto Alegre (RS) e Rio de Janeiro (RJ) que registraram 5 ações cada, seguido de Curitiba (PR) e Salvador (BA) com 4 ações cada, Belém (PA), Cabo Frio (RJ), Goiânia (GO) e Recife (PE) cada um com 3 ações.

Tabela 4 - AÇÕES COLETIVAS POR UFs E MACRORREGIÕES - 2006

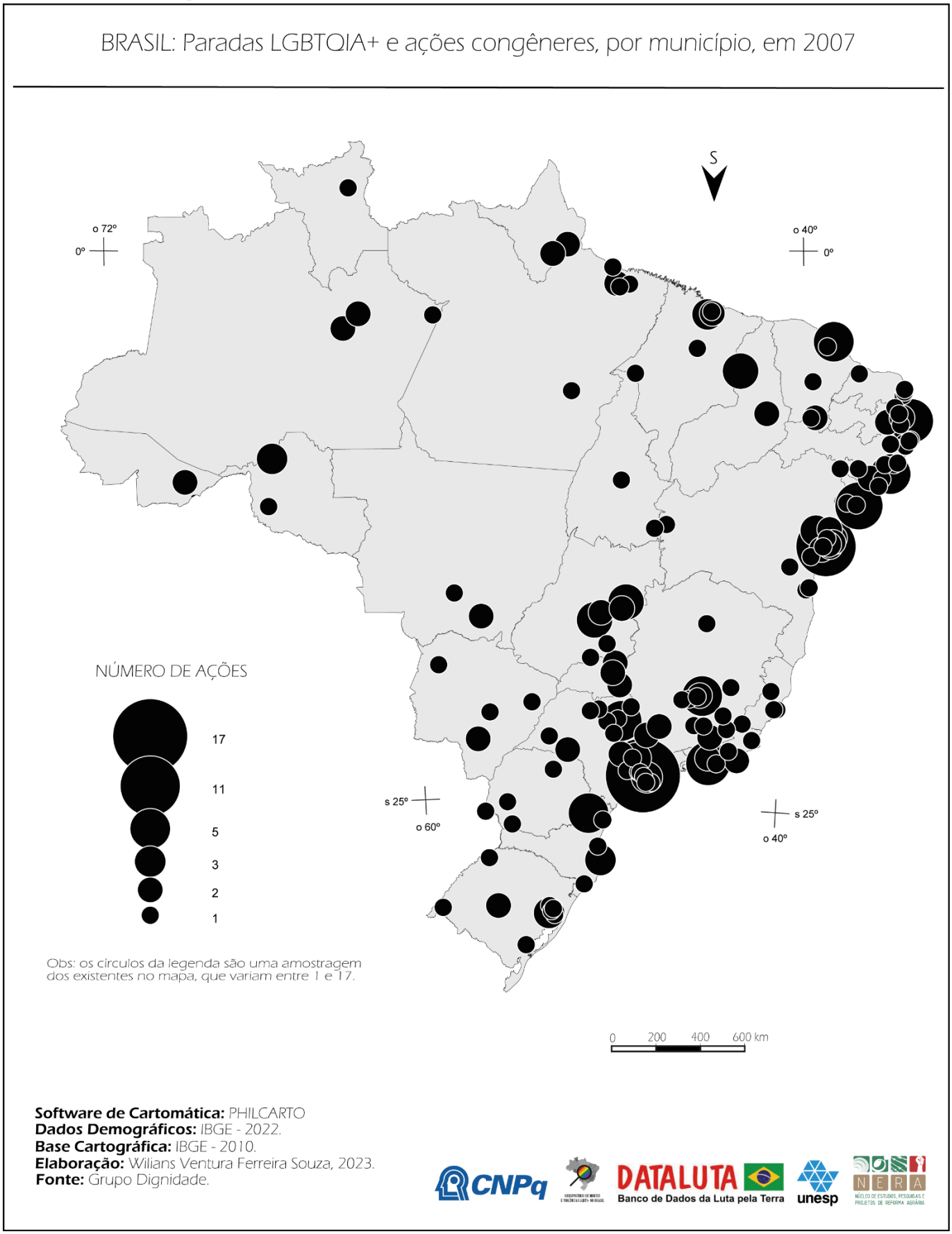
TABELA 4 - AÇÕES COLETIVAS POR UFs E MACRORREGIÕES - 2006	
REGIÃO/UF	Nº DE AÇÕES COLETIVAS
NORTE	**15**
AC	1
AM	4
AP	1
PA	3
RO	1
RR	3
TO	2
NORDESTE	**46**
AL	7
BA	13
CE	3
MA	1
PB	4
PE	6
PI	2

RN	7
SE	3
CENTRO-OESTE	**20**
DF	2
GO	11
MS	3
MT	4
SUDESTE	**61**
ES	9
MG	20
RJ	18
SP	14
SUL	**17**
PR	4
RS	11
SC	2
BRASIL	**159**

Fonte: Grupo Dignidade.
Elaboração: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.

Como exposto na tabela 4, dos 111 municípios que registraram algum número referente a ação em torno da temática LGBTQIA+, existem aqueles que se destacam por acumularem um número expressivo de ações que circundam a Parada e ações similares, como Porto Alegre (RS) e Rio de Janeiro (RJ) que registraram 5 ações cada, seguido de Curitiba (PR) e Salvador (BA) com 4 ações cada, Belém (PA), Cabo Frio (RJ), Goiânia (GO) e Recife (PE) cada um com 3 ações.

Mapa 30 - Paradas LGBTQIA+ e ações congêneres, por município, em 2007



Fonte: Grupo Dignidade.
Elaboração: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.

No ano de 2007, registramos 271 ações representadas por Paradas, semana da diversidade, fóruns com temáticas em torno da diversidade, seminários, rodas de conversa, festival de teatro e diversidade, mostra audiovisual, sessões solenes em torno da diversidade sexual, caminhada, jornada, entre outras ações que representam a construção de uma agenda centrada nos movimentos socioespaciais e socioterritoriais LGBTQIA+ ou em pautas sobre diversidade sexual e de gênero.

Muitas das ações fazem parte da construção da agenda de luta dessas localidades, no entanto, várias delas antecedem a Parada. As 271 ações estão espacializadas em 150 municípios brasileiros que realizaram ações em torno da temática LGBTQIA+. Vale ressaltar que, apesar do número expressivo de ações e tipologia de ações, grande parte delas giram em torno da Parada, sendo assim, diferentes municípios registraram mais de uma ação, geralmente semanas de visibilidade ou diversidade que antecedem a ação final, a Parada.

Como exposto no mapa 30, dos 150 municípios que registraram algum número referente a alguma ação em torno da temática, existem aqueles que se destacam por acumularem um número expressivo de ações que giram em torno da Parada, como São Paulo que registrou 17 ações, Salvador com 11, Aracaju com 7, João Pessoa e Rio de Janeiro com 6 ações cada, seguido de Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Maceió e Ribeirão Preto, com 5 ações cada etc.

Tabela 5 - AÇÕES COLETIVAS POR UFs E MACRORREGIÕES - 2007

TABELA 5 - AÇÕES COLETIVAS POR UFs E MACRORREGIÕES - 2007	
REGIÃO/UF	Nº DE AÇÕES COLETIVAS
NORTE	**19**
AC	2
AM	3
AP	4
PA	6
RO	4
RR	1
TO	3
NORDESTE	**108**
AL	14
BA	33

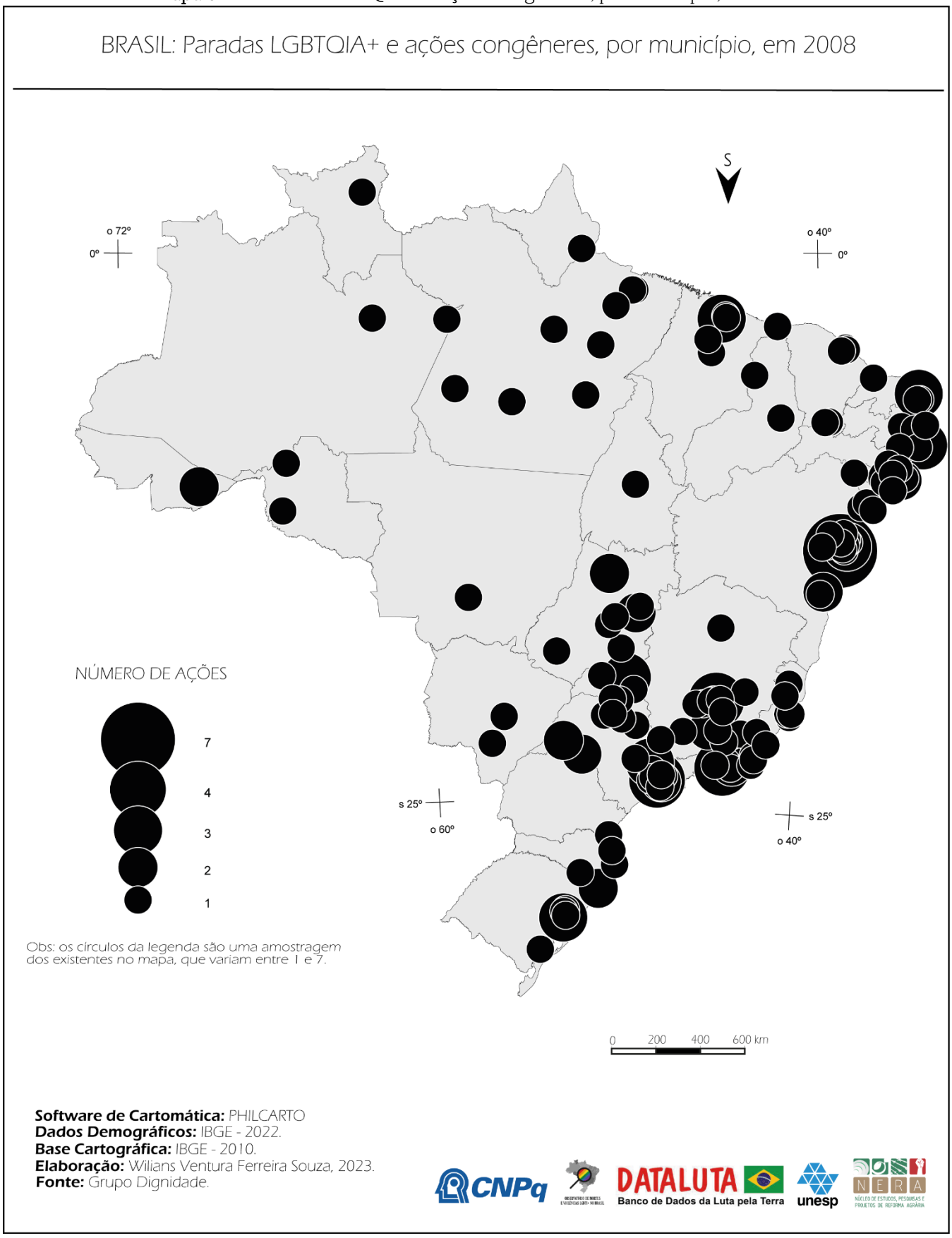
CE	11
MA	8
PB	14
PE	5
PI	6
RN	4
SE	9
CENTRO-OESTE	**23**
DF	5
GO	10
MS	5
MT	3
SUDESTE	**95**
ES	3
MG	28
RJ	16
SP	48
SUL	**26**
PR	10
RS	11
SC	5
BRASIL	**271**

Fonte: Grupo Dignidade.
Elaboração: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.

O Estado de São Paulo registrou o maior número acumulando 48 ações, seguido do Estado da Bahia com 33 ações, Minas Gerais com 28 ações, Rio de Janeiro com 16 ações etc. Os Estados que registraram os menores números de ação foram Amazonas, Espírito Santo, Mato Grosso e Tocantins cada um com 3 ações e, seguido de Acre com 2 registros e, por fim, Roraima com 1 registro.

Avaliando, por fim, a representação das ações representadas pelas Paradas e ações semelhantes, os dados agrupados por região nos darão um panorama mais generalizante, assim, a região Nordeste se destacou concentrando um total de 108 ações, seguido da região Sudeste com 95 ações, região Sul com 26 ações, Centro-Oeste com 23 e, por fim, a região Norte com 19 ações.

Mapa 31 - Paradas LGBTQIA+ e ações congêneres, por município, em 2008



Fonte: Grupo Dignidade.
Elaboração: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.

No ano de 2008, registramos 180 ações representadas por Paradas, semana da diversidade, rodas de conversa, mesas de debates, fóruns, marchas, manifestações, bate papo sobre diversidade sexual, mostra audiovisual, festival de teatro e diversidade, sessões solenes, caminhadas e jornadas e outras ações que representam a organização e a atuação dos movimentos, coletivos e organizações LGBTQIA+ no ano de 2008.

Como apresenta o mapa 31, 139 cidades realizaram alguma ação em torno da temática, assim, existem aqueles municípios que se destacam por realizarem mais de uma ação e apresentarem uma agenda programática de lutas e pautas que são levantadas de acordo com o tema e a intencionalidade do movimento. Portanto, faremos uma leitura dos municípios que se destacam a partir da promoção dessas ações.

Salvador (BA) acumulou em 2008 o total de 7 ações, seguido de Belo Horizonte (MG), Rio de Janeiro (RJ) e São Paulo (SP) respectivamente com 4 ações cada, Camaçari (BA), Campinas (SP), Natal (RN), Porto Alegre (RS), Recife (PE), São Luís (MA) e Uberlândia (MG) respectivamente com 3 ações, esses foram os municípios que registraram os maiores números de ações em 2008.

Tabela 6 - AÇÕES COLETIVAS POR UFs E MACRORREGIÕES - 2008

TABELA 6 - AÇÕES COLETIVAS POR UFs E MACRORREGIÕES - 2008	
REGIÃO/UF	Nº DE AÇÕES COLETIVAS
NORTE	**19**
AC	2
AM	2
AP	1
PA	10
RO	2
RR	1
TO	1
NORDESTE	**66**
AL	8
BA	24
CE	5
MA	7
PB	3
PE	7

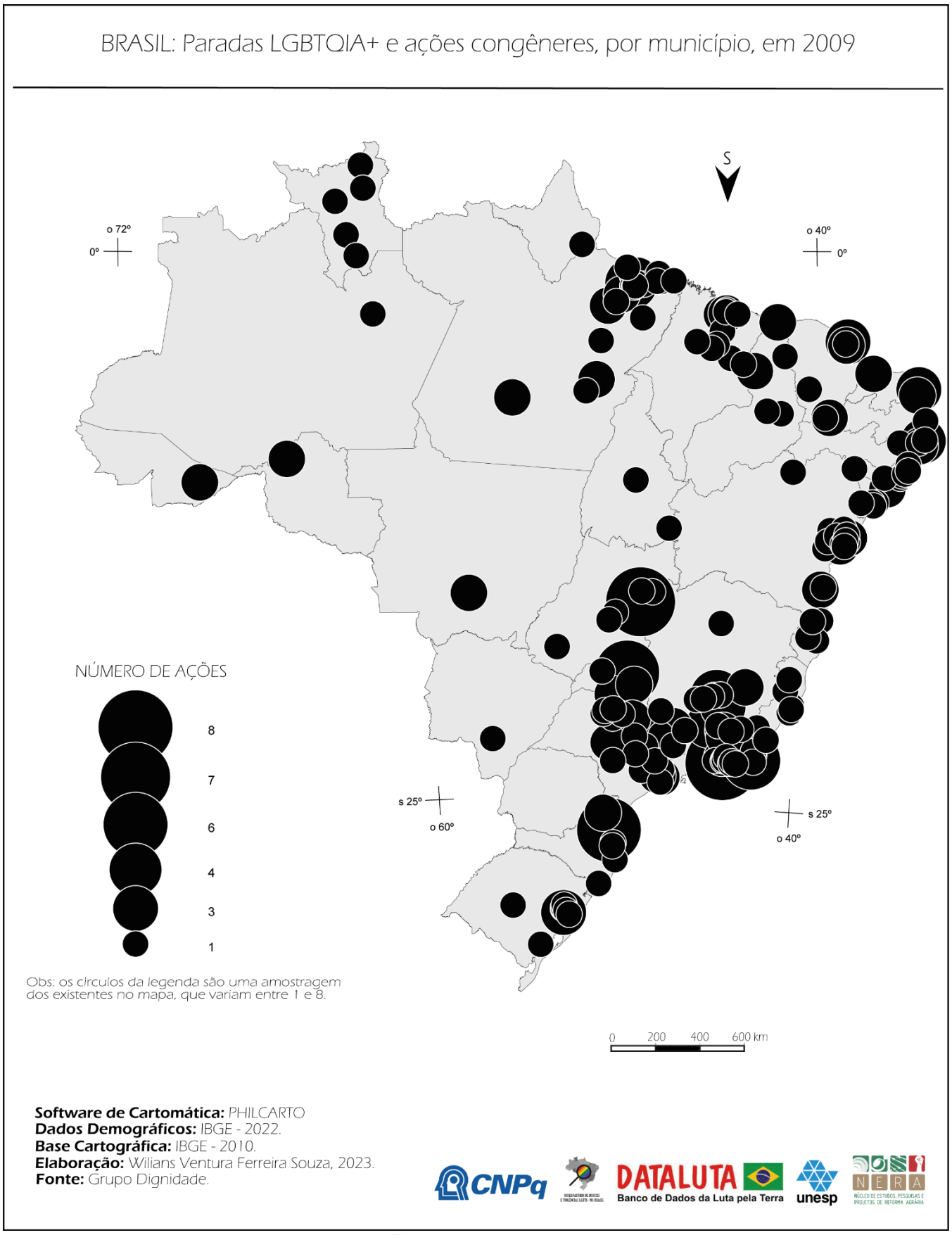
PI	3
RN	6
SE	3
CENTRO-OESTE	**10**
DF	1
GO	6
MS	2
MT	1
SUDESTE	**72**
ES	5
MG	27
RJ	16
SP	24
SUL	**13**
PR	0
RS	7
SC	6
BRASIL	**180**

Fonte: Grupo Dignidade.
Elaboração: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.

Como expressa na tabela 6, as ações e atividades realizadas pelo movimento na escala Estadual permaneceram concentradas num eixo representado por Estados da região Sudeste e Nordeste, evidenciando que esses estados continuam a assumir um protagonismo necessário que gira em torno da construção de visibilidades e debates sobre suas vidas e as políticas existentes. Assim, Minas Gerais foi o Estado que mais concentrou ações em torno da diversidade com 27 ações, seguido de São Paulo e Bahia com 24 ações cada, Rio de Janeiro com 16 ações, Pará com 10 ações etc.

Avaliando, por fim, a representação das ações representadas pelas paradas e ações semelhantes, os dados agrupados por Região nos darão um panorama mais generalizante, assim, a região Sudeste assume um protagonismo concentrando um total de 72 ações, seguido da Região Nordeste com 66 ações, Norte com 19 ações, Sul com 13 ações e, por fim, a região Centro-Oeste com 10 ações.

Mapa 32 - Paradas LGBTQIA+ e ações congêneres, por município, em 2009



Fonte: Grupo Dignidade.
Elaboração: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.

No ano de 2009, registramos 267 ações espacializadas em 186 cidades brasileiras das cinco grandes regiões, as ações surgiram em torno das Paradas, semanas da diversidade, mesas de debates, rodas de conversa, seminários acadêmicos, fóruns, marchas, manifestações, mobilizações, mostra audiovisual da diversidade, teatro com temática da diversidade, caminhada, sessões solenes, bloco de carnaval, mini Parada, jornadas, entre outras ações que representam a construção de uma agenda centrada nos movimentos socioespaciais e socioterritoriais ou em pautas sobre diversidade sexual e de gênero.

Como exposto no mapa 32, das 186 cidades que registraram alguma ação em torno da temática, existem aquelas que se destacaram por registrarem um número expressivo de ações, evidenciando, assim, a realização de ações efetivas e da presença de uma agenda de luta. Assim, o Rio de Janeiro (RJ) foi o município que concentrou o maior número de ações com 8 ações, seguido de Brasília (DF) com 7 ações, Joinville (SC) e Uberlândia (MG) com 6 ações cada, seguido de Cabo Frio (RJ) com 4 ações etc.

Tabela 7 - AÇÕES COLETIVAS POR UFs E MACRORREGIÕES - 2009

TABELA 7 - AÇÕES COLETIVAS POR UFs E MACRORREGIÕES - 2009	
REGIÃO/UF	Nº DE AÇÕES COLETIVAS
NORTE	**41**
AC	2
AM	1
AP	1
PA	28
RO	2
RR	7
TO	2
NORDESTE	**85**
AL	9
BA	23
CE	11
MA	13
PB	1
PE	8
PI	7
RN	7

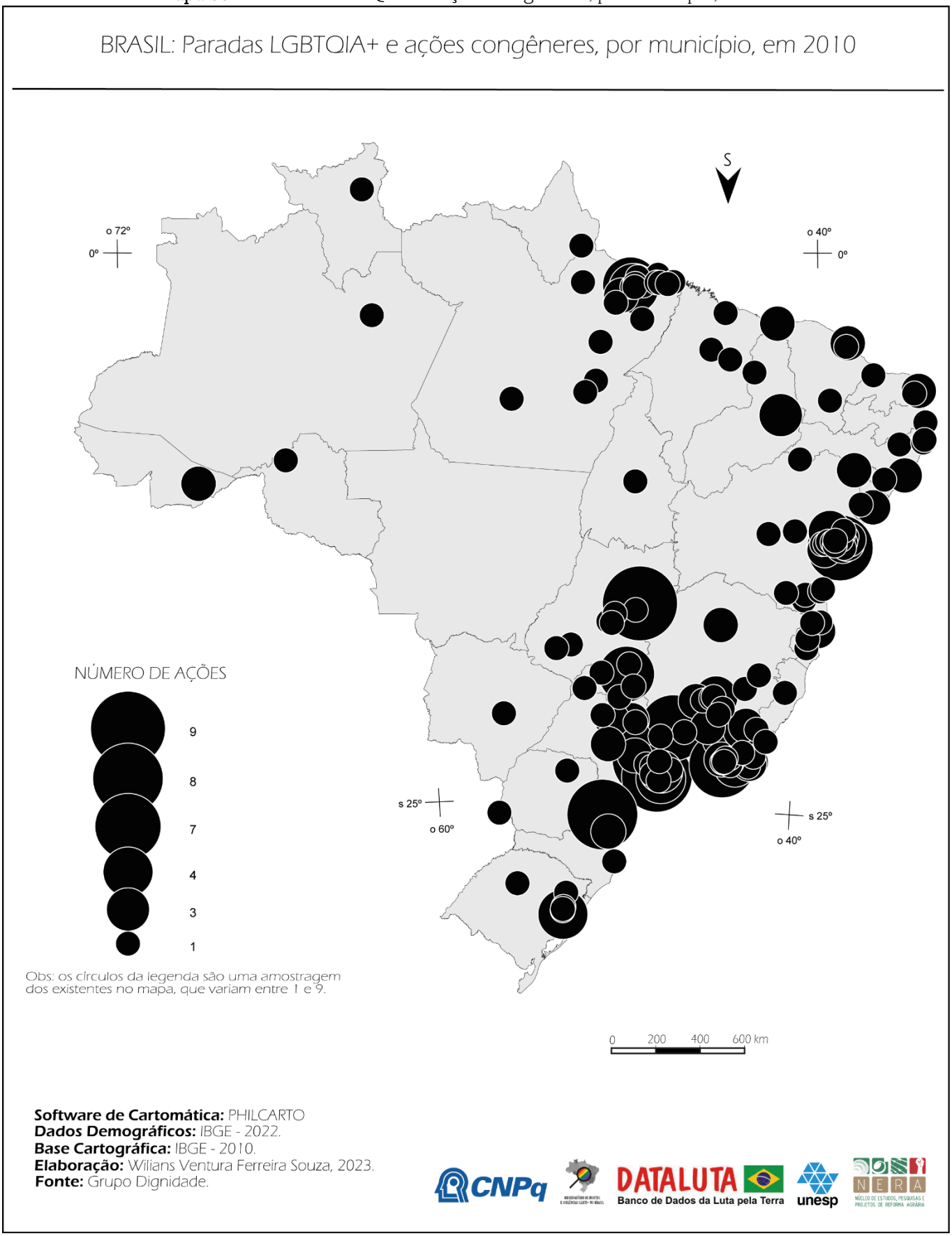
SE	5
CENTRO-OESTE	**15**
DF	7
GO	5
MS	1
MT	2
SUDESTE	**104**
ES	5
MG	42
RJ	29
SP	29
SUL	**22**
PR	2
RS	10
SC	10
BRASIL	**267**

Fonte: Grupo Dignidade.
Elaboração: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.

Como aponta a tabela 7, as ações e atividades realizadas pelo movimento na escala Estadual permaneceram concentradas num eixo representado por Estados da região Sudeste e Nordeste, evidenciando que esses estados continuam a assumir um protagonismo necessário que gira em torno da construção de visibilidades e debates sobre suas vidas e as políticas existentes. Assim, Minas Gerais foi o Estado que mais realizou ações com 42 ações, seguido de São Paulo e Rio de Janeiro com 29 ações cada, Pará com 28 ações, Bahia com 23 ações etc.

Avaliando, por fim, a representação das ações representadas pelas Paradas e ações semelhantes, os dados agrupados por Região nos dão um panorama mais generalizante, assim, a região Sudeste assume novamente o protagonismo concentrando um total de 104 ações, seguido da região Nordeste com 85 ações, Norte com 41 ações, Sul com 22 ações e, por fim, a região Centro-Oeste com 15 ações.

Mapa 33 - Paradas LGBTQIA+ e ações congêneres, por município, em 2010



Fonte: Grupo Dignidade.
Elaboração: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.

No ano de 2010 registramos 266 ações representadas por Paradas, semanas da diversidade, rodas de conversa, bate papo sobre diversidade sexual, mini Parada, seminários, amostra audiovisual, festival de teatro e diversidade, sessões solenes, jornada LGBT, festival LGBT, caminhada, mesas de debates e discussões, entre outras ações que representam a construção de uma agenda de lutas, vale relembrar que essas ações geralmente fazem parte da construção de um cronograma que gira em torno da Parada.

As 266 ações estão especializadas em 161 cidades brasileiras, que realizaram ações em torno da comunidade e de suas lutas. É importante lembrar que, apesar do número expressivo de ações e tipologia de ações, grande parte delas giram em torno da Parada, sendo assim, diferentes municípios registraram mais de uma ação, geralmente semanas de visibilidade ou diversidade que antecedem a ação final, a Parada.

Como expresso no mapa 33, dos 161 municípios que registraram ações existem aqueles que se destacam por terem realizado mais de uma ação, demonstrando assim uma disponibilidade e ação em torno das pautas que fazem parte da comunidade LGBTQIA+ local, assim a cidade que mais realizou ações em 2010 foi Brasília (DF) e Campinas (SP) com 9 ações cada, seguida de Curitiba (PR) e São Paulo (SP) com 8 ações, Alfenas (MG), Rio de Janeiro (RJ) e Salvador (BA) com 7 ações, entre outras cidades.

Tabela 8 - AÇÕES COLETIVAS POR UFs E MACRORREGIÕES - 2010

TABELA 8 - AÇÕES COLETIVAS POR UFs E MACRORREGIÕES - 2010	
REGIÃO/UF	Nº DE AÇÕES COLETIVAS
NORTE	**38**
AC	3
AM	1
AP	1
PA	30
RO	1
RR	1
TO	1
NORDESTE	**72**
AL	5
BA	43
CE	4
MA	3

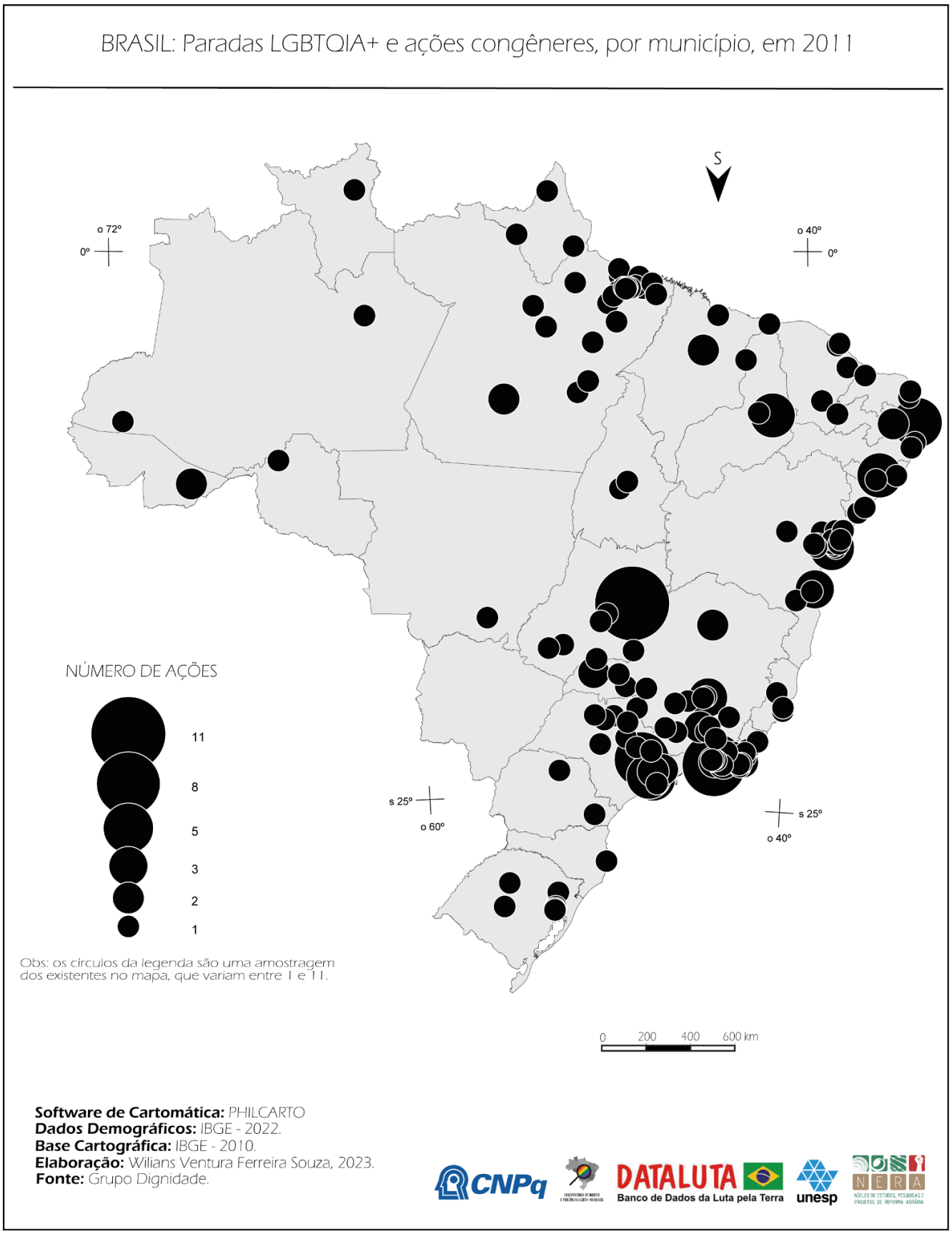
PB	0
PE	4
PI	6
RN	4
SE	3
CENTRO-OESTE	**16**
DF	9
GO	0
MS	1
MT	0
SUDESTE	**118**
ES	1
MG	42
RJ	34
SP	41
SUL	**22**
PR	10
RS	9
SC	3
BRASIL	**266**

Fonte: Grupo Dignidade.
Elaboração: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.

Como expressa a tabela 8 as ações e atividades realizadas pelo movimento na escala Estadual permaneceram concentradas num eixo representado por Estados da região Sudeste e Nordeste, evidenciando que esses Estados continuam a assumir um protagonismo necessário que gira em torno da construção de visibilidades e debates sobre suas vidas e as políticas existentes. Assim, a Bahia foi o Estado que realizou o maior número de ações com 43 ações, seguido de Minas Gerais com 42 ações, São Paulo com 41 ações, Rio de Janeiro com 34 ações, Pará com 30 ações, entre outros.

Avaliando, por fim, a representação das ações representadas pelas Paradas e ações semelhantes, os dados agrupados por Região nos dão um panorama mais generalizante, assim, a região Sudeste assume novamente o protagonismo concentrando um total de 118 ações, seguido da região Nordeste com 72 ações, Norte com 38 ações, Sul com 22 ações e, por fim, a região Centro-Oeste com 16 ações.

Mapa 34 - Paradas LGBTQIA+ e ações congêneres, por município, em 2011



Fonte: Grupo Dignidade.
Elaboração: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.

No ano de 2011 registramos um total de 203 ações representadas por Paradas, Fórum acadêmicos e de participação popular, mini Paradas, seminários, marchas, caminhadas, amostra audiovisual, festival de teatro e diversidade, sessões solenes, jornada LGBT, festival LGBT, mesas de debates e discussões, entre outras ações que representam a construção de uma agenda de lutas, vale relembrar que essas ações geralmente fazem parte da construção de um cronograma que gira em torno da Parada.

As 203 ações estão especializadas em 146 cidades brasileiras, que realizaram ações em torno da comunidade e de suas lutas. É importante lembrar que, apesar do número expressivo de ações e tipologia de ações, grande parte delas giram em torno da Parada, sendo assim, diferentes municípios registraram mais de uma ação, geralmente semanas de visibilidade ou diversidade que antecedem a ação final, a Parada.

Como expresso no mapa 34, dos 146 municípios que registraram ações existem aqueles que se destacam por terem realizado mais de uma ação, demonstrando assim uma disponibilidade e ação em torno das pautas que fazem parte da comunidade LGBTQIA+ local, assim, a cidade que mais realizou ações em 2011 foram Brasília (DF) com 11 ações, Rio de Janeiro (RJ) com 8 ações, Campinas (SP) com 6 ações, João Pessoa (PB) com 5 ações, Salvador (BA), Belém (PA), Picos (PI), Santo André (SP) e São Paulo (SP) com 4 ações cada, entre outras cidades.

Tabela 9 - AÇÕES COLETIVAS POR UFs E MACRORREGIÕES - 2011

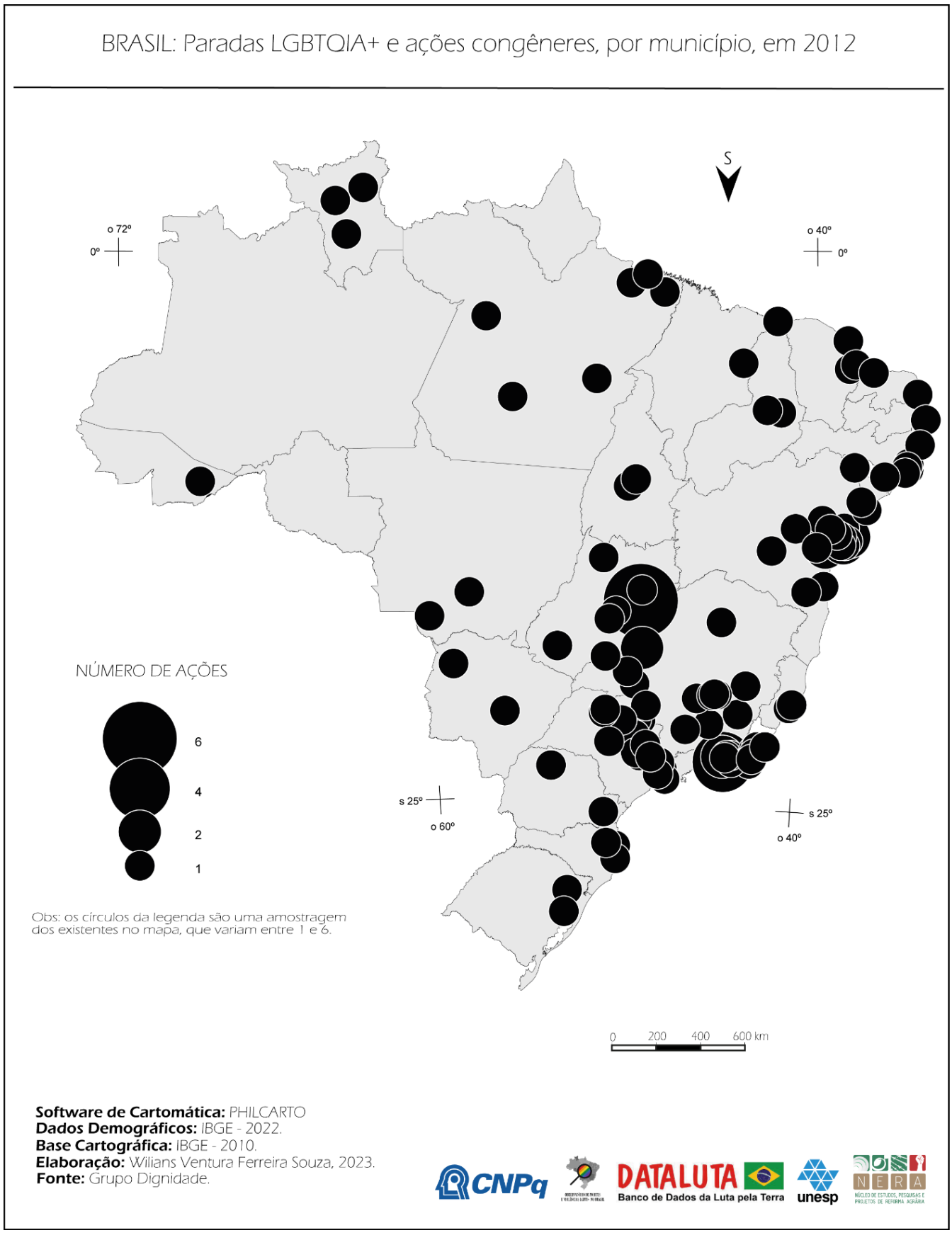
TABELA 9 - AÇÕES COLETIVAS POR UFs E MACRORREGIÕES - 2011	
REGIÃO/UF	Nº DE AÇÕES COLETIVAS
NORTE	**32**
AC	1
AM	1
AP	3
PA	24
RO	1
RR	1
TO	2
NORDESTE	**41**
AL	2
BA	18
CE	4

MA	2
PB	3
PE	2
PI	4
RN	3
SE	2
CENTRO-OESTE	**8**
DF	1
GO	6
MS	0
MT	1
SUDESTE	**55**
ES	3
MG	17
RJ	21
SP	15
SUL	**10**
PR	2
RS	6
SC	1
BRASIL	**146**

Fonte: Grupo Dignidade.
Elaboração: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.

Como expressa a tabela 9, as ações e atividades realizadas pelo movimento na escala Estadual permaneceram concentradas num eixo representado por Estados da região Sudeste e Nordeste, evidenciando que esses Estados continuam a assumir um protagonismo necessário que gira em torno da construção de visibilidades e debates sobre suas vidas e as políticas existentes. Assim, Pará foi o Estado que mais realizou ações em torno da diversidade, afirmação e resistência LGBTQIA+, acumulando um total de 24 ações, seguido pelo Rio de Janeiro com 21 ações, Bahia com 18 ações, Minas Gerais com 17 ações, São Paulo com 15 ações, Rio Grande do Sul com 6 ações, entre outros. Avaliando, por fim, a representação das ações representadas pelas Paradas e ações semelhantes, os dados agrupados por Região nos dão um panorama mais generalizante, assim, a região Sudeste assume novamente o protagonismo concentrando um total de 55 ações, seguido da região Nordeste com 41 ações, Norte com 32 ações, Sul com 10 ações e, por fim, a região Centro-Oeste com 8 ações.

Mapa 35 - Paradas LGBTQIA+ e ações congêneres, por município, em 2012



Fonte: Grupo Dignidade.
Elaboração: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.

No ano de 2012 registramos um total de 126 ações representadas por Paradas, Fórum acadêmicos e de participação popular, mini Paradas, seminários, marchas, caminhadas, amostra audiovisual, festival de teatro e diversidade, sessões solenes, jornada LGBT, festival LGBT, mesas de debates e discussões, entre outras ações que representam a construção de uma agenda de lutas, vale relembrar que essas ações geralmente fazem parte da construção de um cronograma que gira em torno da Parada. As 126 ações estão especializadas em 113 cidades brasileiras, que realizaram ações em torno da comunidade e de suas lutas. É importante lembrar que, apesar do número expressivo de ações e tipologia de ações, grande parte delas giram em torno da Parada, sendo assim, diferentes municípios registraram mais de uma ação, geralmente semanas de visibilidade ou diversidade que antecedem a ação final, a Parada.

Como expresso no mapa 35, das 113 cidades que registraram ações existem aqueles que se destacam por terem realizado mais de uma ação, demonstrando assim uma disponibilidade e ação em torno das pautas que fazem parte da comunidade LGBTQIA+ local, assim, a cidade que mais realizou ações em 2012 foram Brasília (DF) com 6 ações, Rio de Janeiro (RJ) com 4 ações, Simões Filho (BA), Santo Antônio de Jesus (BA), Mata de São João (BA), Catalão (GO) e Nova Iguaçu (RJ) com 2 ações cada, entre outras cidades.

Tabela 10 - AÇÕES COLETIVAS POR UFs E MACRORREGIÕES - 2012

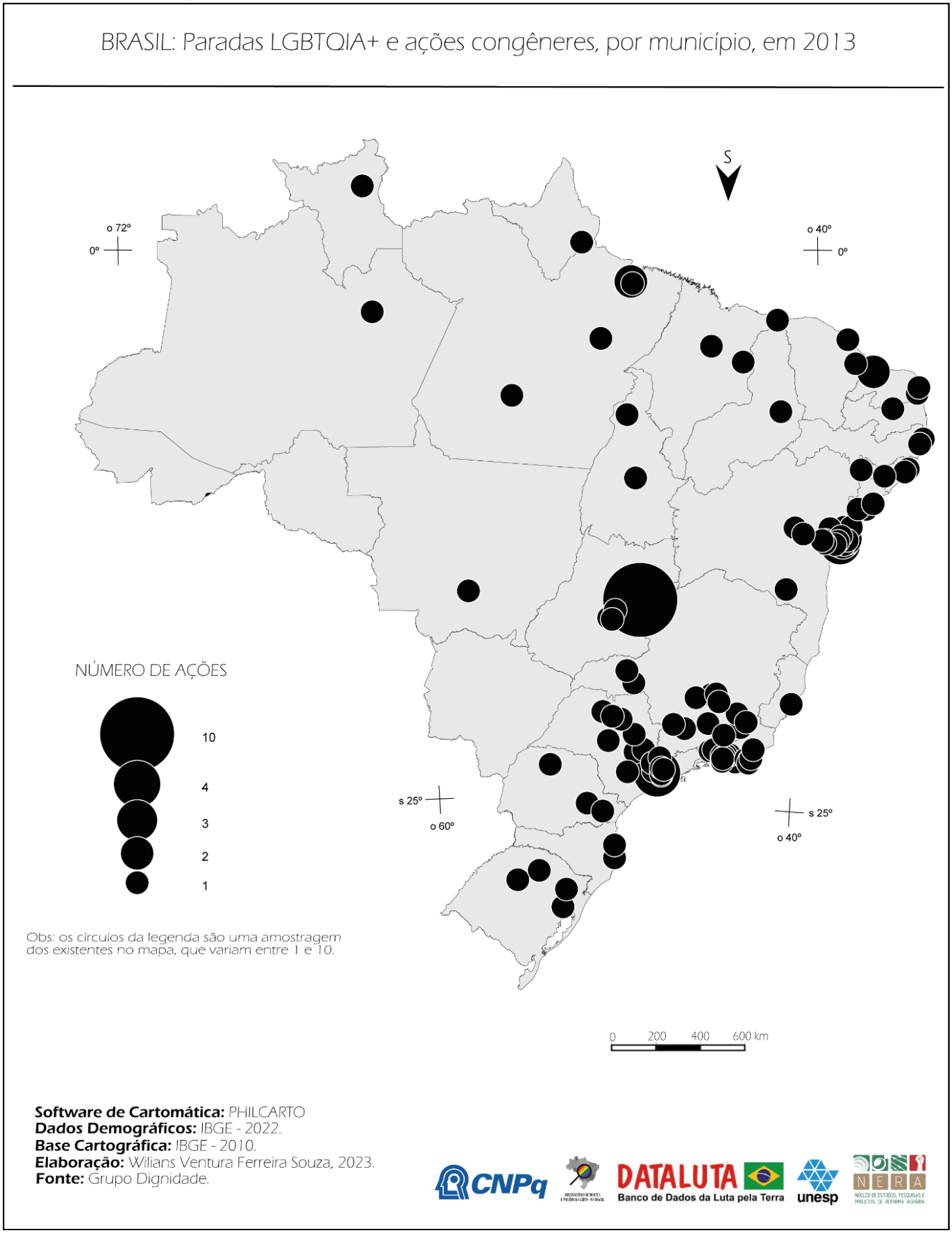
TABELA 10 - AÇÕES COLETIVAS POR UFs E MACRORREGIÕES - 2012	
REGIÃO/UF	Nº DE AÇÕES COLETIVAS
NORTE	**12**
AC	1
AM	0
AP	0
PA	6
RO	0
RR	3
TO	2
NORDESTE	**37**
AL	6
BA	18
CE	3
MA	1

PB	1
PE	1
PI	3
RN	2
SE	2
CENTRO-OESTE	**12**
DF	1
GO	7
MS	2
MT	2
SUDESTE	**45**
ES	2
MG	11
RJ	15
SP	17
SUL	**7**
PR	2
RS	2
SC	3
BRASIL	**113**

Fonte: Grupo Dignidade.
Elaboração: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.

Como expressa a tabela 10, as ações e atividades realizadas pelo movimento na escala Estadual permaneceram concentradas num eixo representado por Estados da região Sudeste e Nordeste, evidenciando que esses Estados continuam a assumir um protagonismo necessário que gira em torno da construção de visibilidades e debates sobre suas vidas e as políticas existentes. Assim, a Bahia foi o Estado que mais realizou ações em torno da diversidade, afirmação e resistência LGBTQIA+, acumulando um total de 18 ações, seguido por São Paulo com 17 ações, Rio de Janeiro com 15 ações, Minas Gerais com 11 ações, Goiás com 7 ações, entre outros. Avaliando, por fim, a representação das ações representadas pelas Paradas e ações semelhantes, os dados agrupados por Região nos dão um panorama mais generalizante, assim, a região Sudeste assume novamente o protagonismo concentrando um total de 45 ações, seguido da região Nordeste com 37 ações, Norte com 12 ações, Centro-Oeste com 12 ações e, por fim, o Sul com 7 ações.

Mapa 36 - Paradas LGBTQIA+ e ações congêneres, por município, em 2013



Fonte: Grupo Dignidade.
Elaboração: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.

No ano de 2013 registramos um total de 124 ações representadas por Paradas, Fórum acadêmicos e de participação popular, mini Paradas, seminários, marchas, caminhadas, amostra audiovisual, festival de teatro e diversidade, sessões solenes, jornada LGBT, festival LGBT, mesas de debates e discussões, entre outras ações que representam a construção de uma agenda de lutas, vale relembrar que essas ações geralmente fazem parte da construção de um cronograma que gira em torno da Parada. As 124 ações estão espacializadas em 106 cidades brasileiras, que realizaram ações em torno da comunidade e de suas lutas. É importante lembrar que, apesar do número expressivo de ações e tipologia de ações, grande parte delas giram em torno da Parada, sendo assim, diferentes municípios registraram mais de uma ação, geralmente semanas de visibilidade ou diversidade que antecedem a ação final, a Parada.

Como expresso no mapa 36, das 106 cidades que registraram ações existem aqueles que se destacam por terem realizado mais de uma ação, demonstrando assim uma disponibilidade e ação em torno das pautas que fazem parte da comunidade LGBTQIA+ local, assim, a cidade que mais realizou ações em 2012 foram Brasília (DF) com 10 ações, seguido de São Paulo (SP) com 4 ações, Salvador (BA) com 3, Dias D'ávila (BA), Simões Filho (BA), Belém (PA) e Mossoró (RB) registram cada uma 2 ações, entre outras cidades.

Tabela 11 - AÇÕES COLETIVAS POR UFs E MACRORREGIÕES - 2013

TABELA 11 - AÇÕES COLETIVAS POR UFs E MACRORREGIÕES - 2013	
REGIÃO/UF	Nº DE AÇÕES COLETIVAS
NORTE	**9**
AC	0
AM	1
AP	1
PA	4
RO	0
RR	1
TO	2
NORDESTE	**37**
AL	4
BA	19
CE	2
MA	2

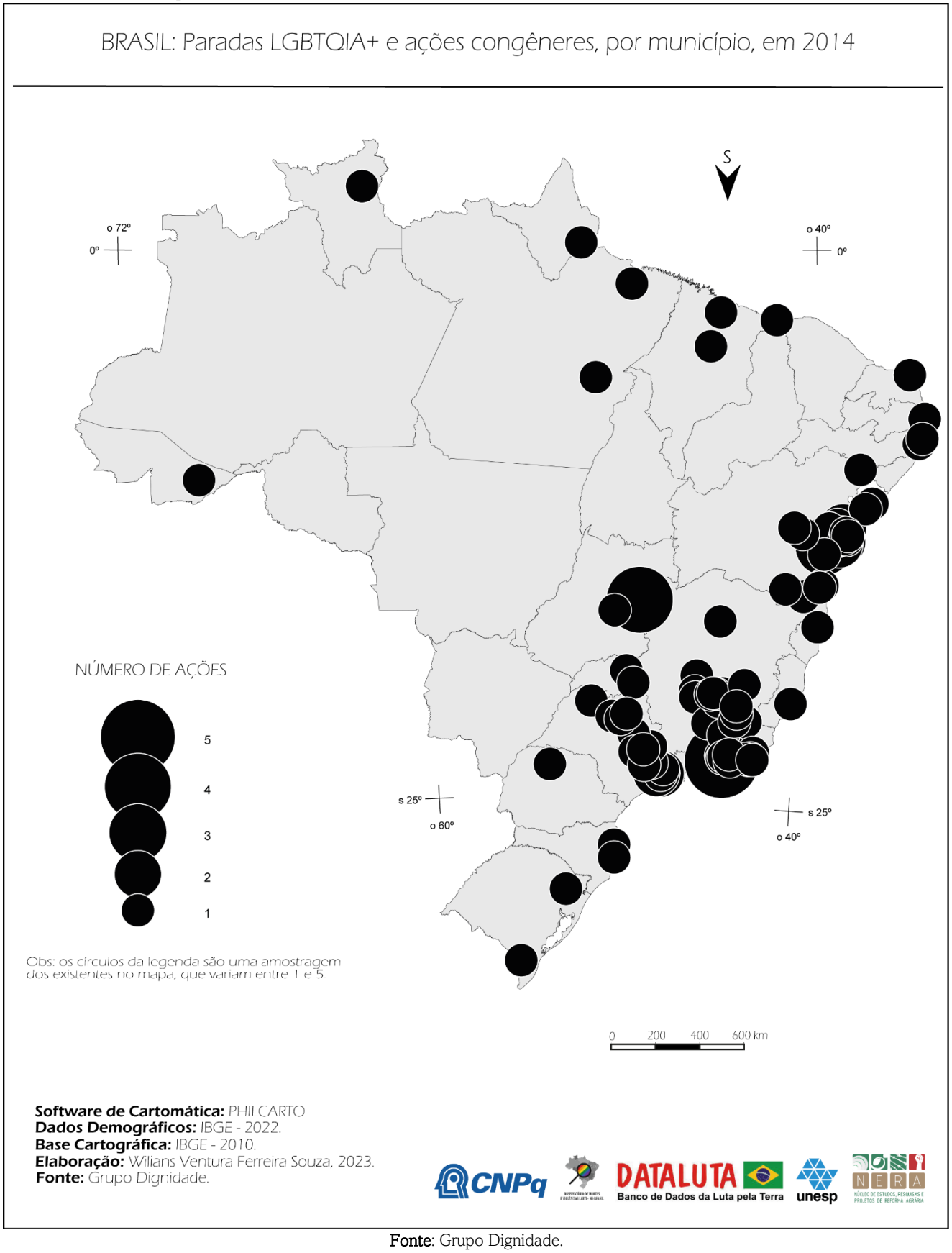
PB	1
PE	2
PI	2
RN	3
SE	3
CENTRO-OESTE	**5**
DF	1
GO	3
MS	0
MT	1
SUDESTE	**45**
ES	1
MG	14
RJ	14
SP	16
SUL	**10**
PR	3
RS	4
SC	2
BRASIL	**106**

Fonte: Grupo Dignidade.
Elaboração: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.

Como expressa a tabela 11, as ações e atividades realizadas pelo movimento na escala Estadual permaneceram concentradas num eixo representado por Estados da região Sudeste e Nordeste, evidenciando que esses Estados continuam a assumir um protagonismo necessário que gira em torno da construção de visibilidades e debates sobre suas vidas e as políticas existentes. Assim, a Bahia foi o Estado que mais realizou ações em torno da diversidade, afirmação e resistência LGBTQIA+, acumulando um total de 19 ações, seguido por São Paulo com 16 ações, Minas Gerais e Rio de Janeiro com 14 ações, entre outros.

Avaliando, por fim, a representação das ações representadas pelas Paradas e ações semelhantes, os dados agrupados por Região nos dão um panorama mais generalizante, assim, a região Sudeste assume novamente o protagonismo concentrando um total de 45 ações, seguido da região Nordeste com 37 ações, Sul com 10 ações, Norte com 9 ações e, por fim, o Centro-Oeste com 5 ações.

Mapa 37 - Paradas LGBTQIA+ e ações congêneres, por município, em 2014



Fonte: Grupo Dignidade.
Elaboração: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.

No ano de 2014 registramos um total de 107 ações representadas por Paradas, Fórum acadêmicos e de participação popular, mini Paradas, seminários, marchas, caminhadas, amostra audiovisual, festival de teatro e diversidade, sessões solenes, jornada LGBT, festival LGBT, mesas de debates e discussões, entre outras ações que representam a construção de uma agenda de lutas, vale relembrar que essas ações geralmente fazem parte da construção de um cronograma que gira em torno da Parada. As 107 ações estão espacializadas em 93 cidades brasileiras, que realizaram ações em torno da comunidade e de suas lutas. É importante lembrar que, apesar do número expressivo de ações e tipologia de ações, grande parte delas giram em torno da Parada, sendo assim, diferentes municípios registraram mais de uma ação, geralmente semanas de visibilidade ou diversidade que antecedem a ação final, a Parada.

Como expresso no mapa 37, das 93 cidades que registraram ações existem aqueles que se destacam por terem realizado mais de uma ação, demonstrando assim uma disponibilidade e ação em torno das pautas que fazem parte da comunidade LGBTQIA+ local, assim, a cidade que mais realizou ações em 2012 foram Rio de Janeiro (RJ) com 5 ações, Brasília (DF) com 4 ações, Santo Antônio de Jesus (BA) com 3 ações, Alagoinhas (BA), Salvador (BA), Simões Filho (BA), Mauá (SP) e São Paulo (SP) acumularam 2 ações cada, entre outras cidades.

Tabela 12 - AÇÕES COLETIVAS POR UFs E MACRORREGIÕES - 2014

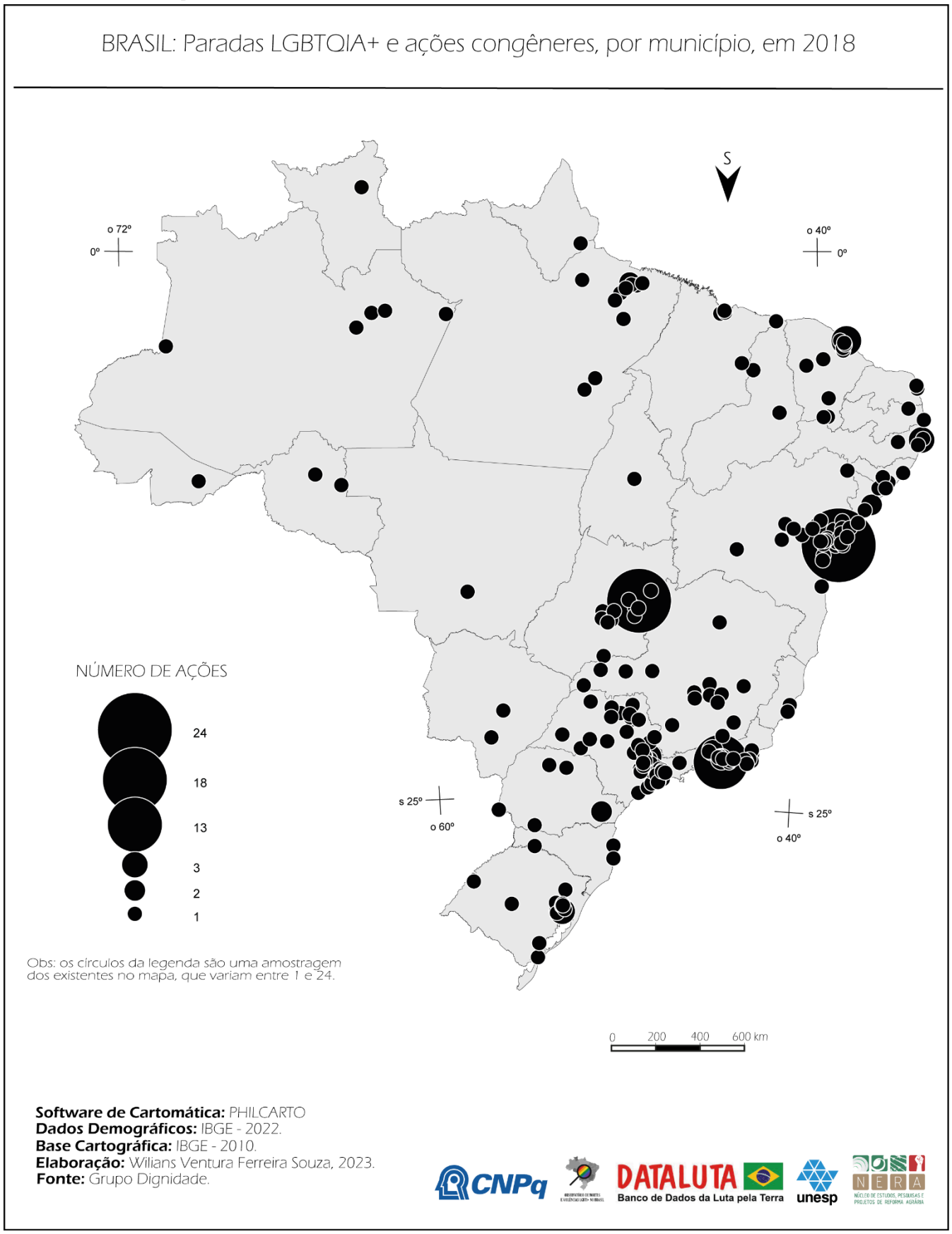
TABELA 12 - AÇÕES COLETIVAS POR UFs E MACRORREGIÕES - 2014	
REGIÃO/UF	Nº DE AÇÕES COLETIVAS
NORTE	**5**
AC	1
AM	0
AP	1
PA	2
RO	0
RR	1
TO	0
NORDESTE	**36**
AL	1
BA	27
CE	0

MA	2
PB	1
PE	2
PI	1
RN	1
SE	2
CENTRO-OESTE	**2**
DF	1
GO	1
MS	0
MT	0
SUDESTE	**45**
ES	1
MG	18
RJ	11
SP	14
SUL	**5**
PR	1
RS	2
SC	2
BRASIL	**93**

Fonte: Grupo Dignidade.
Elaboração: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.

Como expressa a tabela 12, as ações e atividades realizadas pelo movimento na escala Estadual permaneceram concentradas num eixo representado por Estados da região Sudeste e Nordeste, evidenciando que esses Estados continuam a assumir um protagonismo necessário que gira em torno da construção de visibilidades e debates sobre suas vidas e as políticas existentes. Assim, a Bahia foi o Estado que mais realizou ações em torno da diversidade, afirmação e resistência LGBTQIA+, acumulando um total de 27 ações, seguido por Minas Gerais com 18 ações, São Paulo com 14 ações, Rio de Janeiro com 11 ações, entre outros. Avaliando, por fim, a representação das ações representadas pelas Paradas e ações semelhantes, os dados agrupados por Região nos dão um panorama mais generalizante, assim, a região Sudeste assume novamente o protagonismo concentrando um total de 45 ações, seguido da região Nordeste com 36 ações, Sul e Norte com 10 ações e, por fim, Centro-Oeste com 2 ações.

Mapa 38 - Paradas LGBTQIA+ e ações congêneres, por município, em 2018



Fonte: Grupo Dignidade.
Elaboração: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.

No ano de 2018 registramos um total de 276 ações representadas por Paradas, Fórum acadêmicos e de participação popular, mini Paradas, seminários, marchas, caminhadas, amostra audiovisual, festival de teatro e diversidade, sessões solenes, jornada LGBT, festival LGBT, mesas de debates e discussões, entre outras ações que representam a construção de uma agenda de lutas, vale relembrar que essas ações geralmente fazem parte da construção de um cronograma que gira em torno da Parada.

As 276 ações estão espacializadas em 209 cidades brasileiras, que realizaram ações em torno da comunidade e de suas lutas. É importante lembrar que, apesar do número expressivo de ações e tipologia de ações, grande parte delas giram em torno da Parada, sendo assim, diferentes municípios registraram mais de uma ação, geralmente semanas de visibilidade ou diversidade que antecedem a ação final, a Parada.

Como expresso no mapa 38, das 209 cidades que registraram ações existem aqueles que se destacam por terem realizado mais de uma ação, demonstrando assim uma disponibilidade e ação em torno das pautas que fazem parte da comunidade LGBTQIA+ local, assim, a cidade que mais realizou ações em 2012 foram Salvador (BA) com 24 ações, Brasília (DF) com 18 ações, Rio de Janeiro (RJ) com 13 ações, Fortaleza com 4 ações, entre outros municípios.

Tabela 13 - AÇÕES COLETIVAS POR UFs E MACRORREGIÕES - 2018

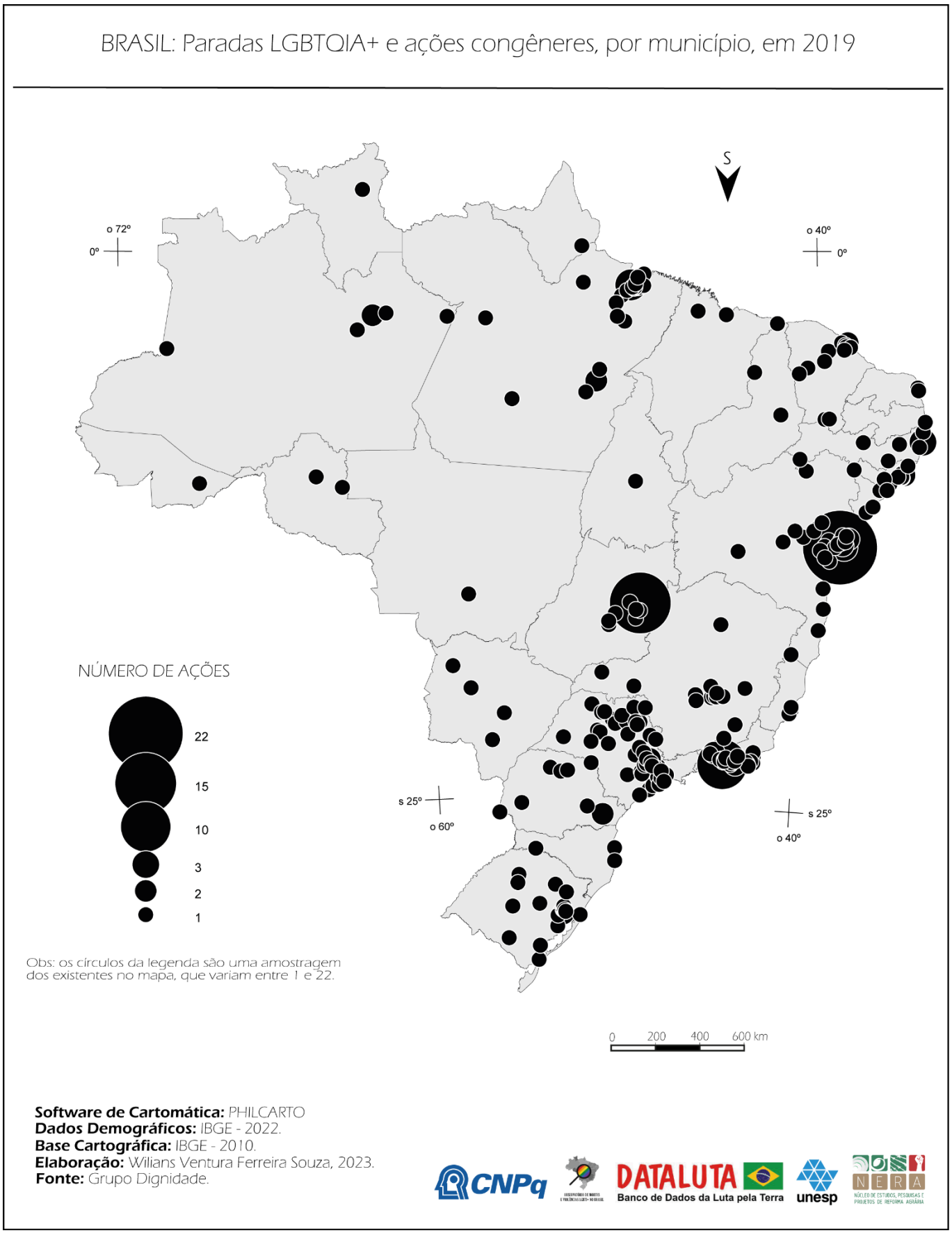
TABELA 13 - AÇÕES COLETIVAS POR UFs E MACRORREGIÕES - 2018	
REGIÃO/UF	Nº DE AÇÕES COLETIVAS
NORTE	**22**
AC	1
AM	5
AP	1
PA	11
RO	2
RR	1
TO	1
NORDESTE	**65**
AL	4
BA	31
CE	11
MA	4

PB	3
PE	4
PI	3
RN	2
SE	3
CENTRO-OESTE	**16**
DF	1
GO	12
MS	2
MT	1
SUDESTE	**84**
ES	2
MG	17
RJ	18
SP	47
SUL	**22**
PR	5
RS	14
SC	3
BRASIL	**209**

Fonte: Grupo Dignidade.
Elaboração: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.

Como expressa a tabela 13, as ações e atividades realizadas pelo movimento na escala Estadual permaneceram concentradas num eixo representado por Estados da região Sudeste e Nordeste, evidenciando que esses Estados continuam a assumir um protagonismo necessário que gira em torno da construção de visibilidades e debates sobre suas vidas e as políticas existentes. Assim, o Estado de São Paulo foi o que mais realizou ações em torno da diversidade, afirmação e resistência LGBTQIA+, acumulando um total de 47 ações, seguido da Bahia com 31 ações, Rio de Janeiro com 18 ações, Minas Gerais com 17 ações, Rio Grande do Sul com 14 ações, entre outros. Avaliando, por fim, a representação das ações representadas pelas Paradas e ações semelhantes, os dados agrupados por Região nos dão um panorama mais generalizante, assim, a região Sudeste assume novamente o protagonismo concentrando um total de 45 ações, seguido da região Nordeste com 36 ações, Sul e Norte com 10 ações e, por fim, Centro-Oeste com 2 ações.

Mapa 39 - Paradas LGBTQIA+ e ações congêneres, por município, em 2019



Fonte: Grupo Dignidade.
Elaboração: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.

No ano de 2019 registramos um total de 294 ações representadas por Paradas, Fórum acadêmicos e de participação popular, mini Paradas, seminários, marchas, caminhadas, amostra audiovisual, festival de teatro e diversidade, sessões solenes, jornada LGBT, festival LGBT, mesas de debates e discussões, entre outras ações que representam a construção de uma agenda de lutas, vale relembrar que essas ações geralmente fazem parte da construção de um cronograma que gira em torno da Parada. As 294 ações estão espacializadas em 230 cidades brasileiras, que realizaram ações em torno da comunidade e de suas lutas. É importante lembrar que, apesar do número expressivo de ações e tipologia de ações, grande parte delas giram em torno da Parada, sendo assim, diferentes municípios registraram mais de uma ação, geralmente semanas de visibilidade ou diversidade que antecedem a ação final, a Parada.

Como expresso no mapa 39, das 230 cidades que registraram ações existem aqueles que se destacam por terem realizado mais de uma ação, demonstrando assim uma disponibilidade e ação em torno das pautas que fazem parte da comunidade LGBTQIA+ local, assim, a cidade que mais realizou ações em 2019 foram Salvador (BA) com 22 ações, Brasília (DF) com 15 ações, Rio de Janeiro (RJ) com 10 ações, Belém (PA) com 4 ações, Lauro de Freitas (BA) e Recife (PE) com 3 ações cada, entre outros municípios.

Tabela 14 - AÇÕES COLETIVAS POR UFs E MACRORREGIÕES - 2019

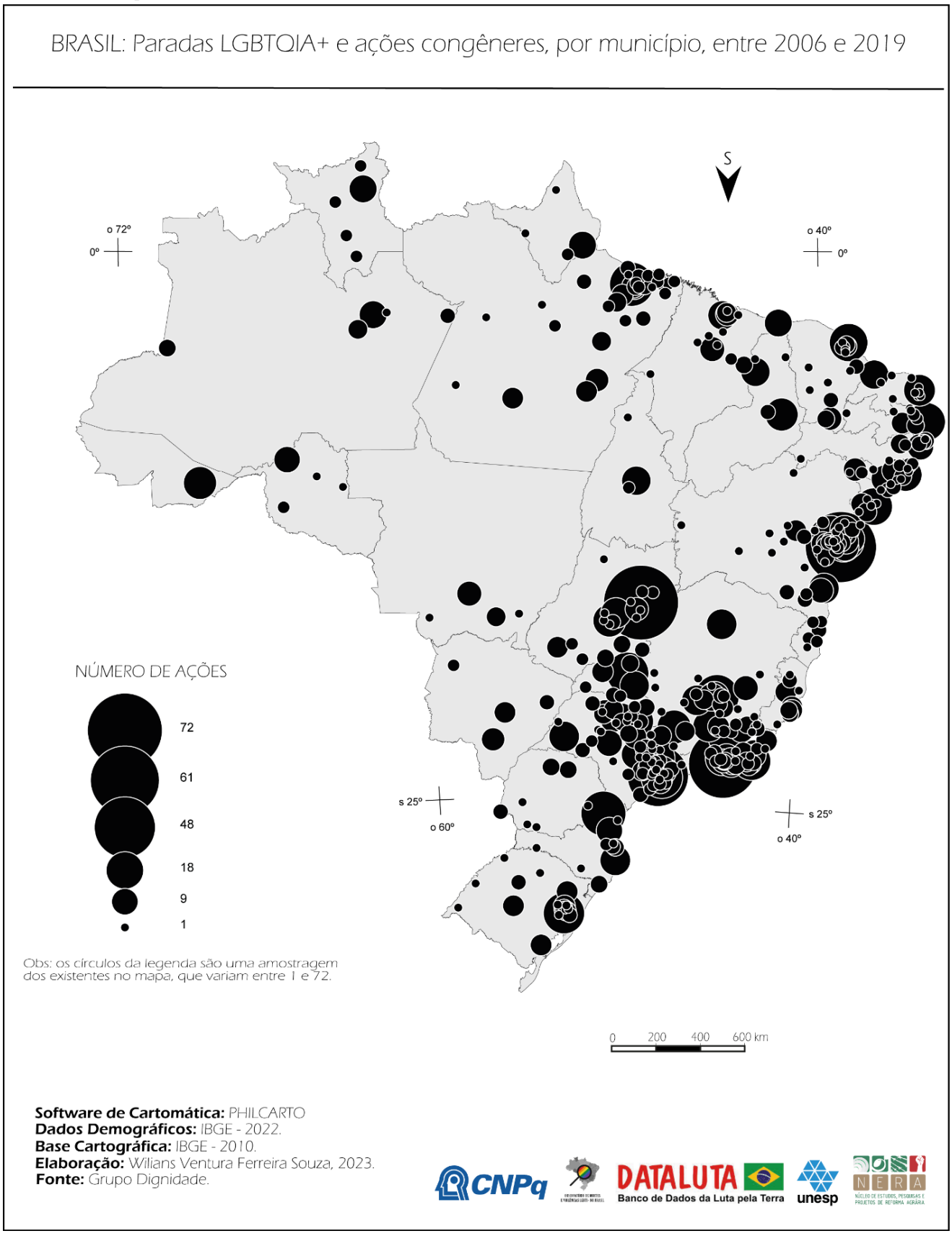
TABELA x - AÇÕES COLETIVAS POR UFs E MACRORREGIÕES - 2019	
REGIÃO/UF	Nº DE AÇÕES COLETIVAS
NORTE	**31**
AC	1
AM	5
AP	1
PA	20
RO	2
RR	1
TO	1
NORDESTE	**67**
AL	10
BA	27
CE	12
MA	2

PB	1
PE	7
PI	3
RN	2
SE	3
CENTRO-OESTE	**16**
DF	1
GO	7
MS	4
MT	1
SUDESTE	**90**
ES	3
MG	15
RJ	22
SP	50
SUL	**29**
PR	8
RS	18
SC	3
BRASIL	**230**

Fonte: Grupo Dignidade.
Elaboração: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023

Como expressa o mapa 53, as ações e atividades realizadas pelo movimento na escala Estadual permaneceram concentradas num eixo representado por Estados da região Sudeste e Nordeste, evidenciando que esses Estados continuam a assumir um protagonismo necessário que gira em torno da construção de visibilidades e debates sobre suas vidas e as políticas existentes. Assim, o Estado de São Paulo foi o que mais realizou ações em torno da diversidade, afirmação e resistência LGBTQIA+, acumulando um total de 50 ações, seguido da Bahia com 27 ações, Rio de Janeiro com 22 ações, Pará com 20 ações, Rio Grande do Sul com 18 ações, Minas Gerais com 15 ações, Ceará com 12 ações, entre outros. Avaliando, por fim, a representação das ações representadas pelas Paradas e ações semelhantes, os dados agrupados por Região nos dão um panorama mais generalizante, assim, a região Sudeste assume novamente o protagonismo concentrando um total de 90 ações, seguido da região Nordeste com 67 ações, Norte com 31 ações, Sul com 29 ações e, por fim, o Centro-Oeste com 13 ações.

Mapa 40 - Paradas LGBTQIA+ e ações congêneres, por município, entre 2006 e 2019

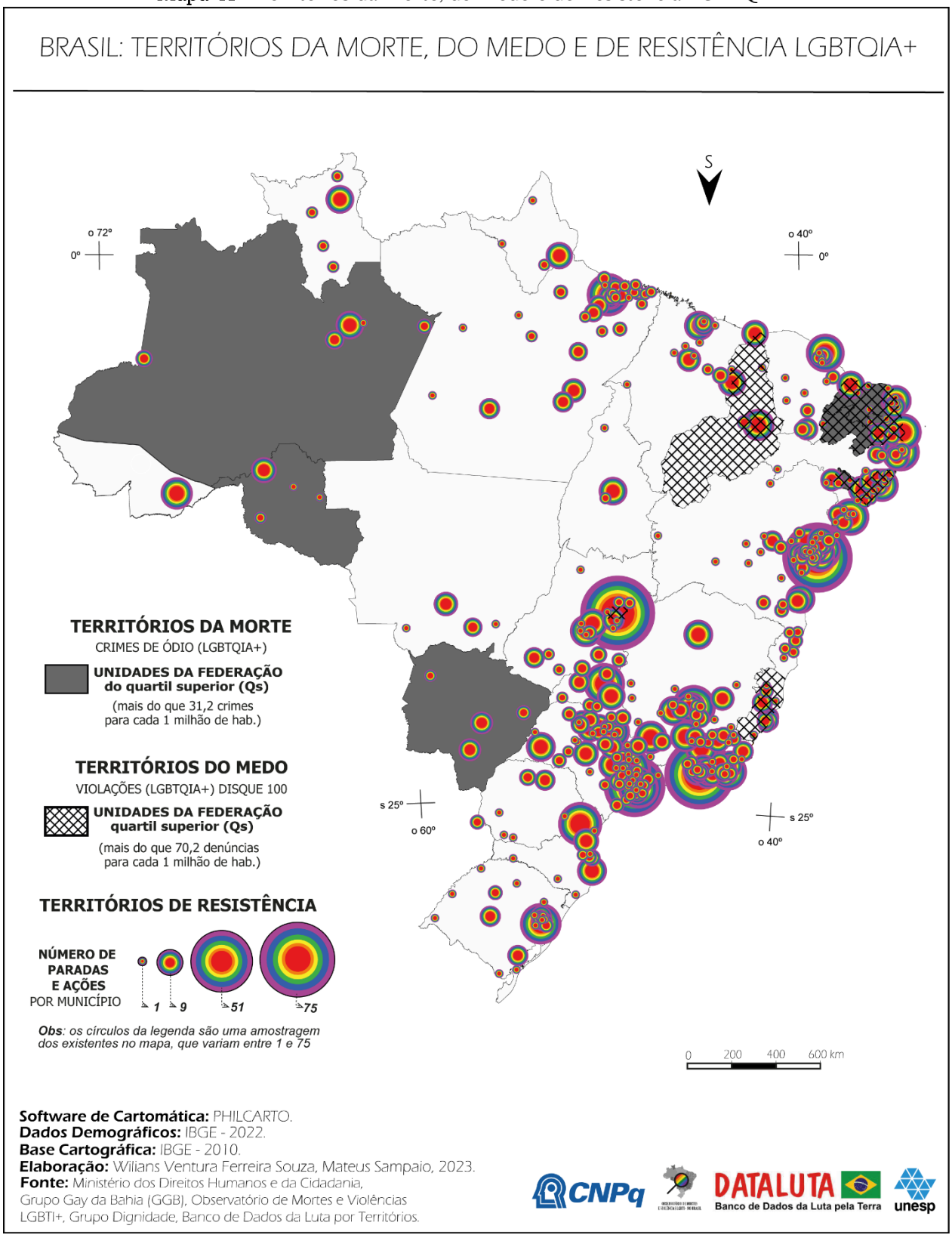


Fonte: Grupo Dignidade.
Elaboração: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023

O Mapa 40 reúne todas as ações e manifestações realizadas entre 2006 e 2019, com exceção dos anos de 2015, 2016 e 2017. É possível observar uma maior concentração de ações nos municípios que compõem a região Sudeste e Nordeste. Dessa forma, Brasília (DF) se apresenta como o município que mais acumulou ações durante esses anos com um total de 72 ações, seguido de Salvador (BA) com um total de 65 ações, Rio de Janeiro (RJ) com 61 ações, São Paulo (SP) com 48 ações, Campinas (SP) com 30 ações, Curitiba (PR) com 26 ações, Belém (PA) e Belo Horizonte (MG) com 25 ações cada, entre outros municípios.

4.4. Mapa Síntese dos Territórios da Morte, do Medo e de Resistência LGBTQIA+ no Brasil

Mapa 41 - Territórios da Morte, do Medo e de Resistência LGBTQIA+



Fonte: Grupo Dignidade, GGB, Observatório de Mortes e Violências LGBTQIA+, Ministério dos Direitos Humanos.

Elaboração: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.

O mapa síntese "TERRITÓRIOS DA MORTE, DO MEDO E DA RESISTÊNCIA LGBTQIA+", representa um avanço significativo na compreensão das mortes e processos de violação, bem como no surgimento, permanência e continuidade das resistências dos sujeitos e movimentos que surgem para enfrentar e combater as práticas de violência. Vamos apresentar alguns elementos mais significativos do mapa e lançar algumas questões que estão contidas na esfera metodológica da pesquisa.

Ressaltamos três pontos principais que facilitarão a leitura e interpretação do mapa que tentamos tornar o mais didático e polido possível. 1) O que entendemos como territórios da morte, do medo e da resistência? 2) Eles estabelecem um diálogo, quais são as aproximações entre estes territórios? 3) Utilização dos dados absolutos e relativos.

Utilizamos Territórios da Morte para designar práticas criminosas cometidas contra pessoas LGBTQIA+ (lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, queer, intersexuais, assexuais e outros segmentos) ou que não performam um padrão de feminilidade e masculinidade contidos na lógica binária e heteronormativa e, por não performarem ou se comportarem à margem desse padrão, são assassinadas e violentadas. Acreditamos que a pergunta central seja a seguinte: Por que utilizamos Territórios da Morte? Os motivos são vários e de alguma forma, direta ou indiretamente, eles se interseccionam ou fazem parte do que Efrem Filho (2016) avalia e nomeia como reciprocidades constitutivas, isto é, a capacidade de ser isto e aquilo ao mesmo tempo (ser travesti e preta por exemplo), ou então do nó górdio cunhado pela Heleieth Saffioti (2013).

O primeiro dado que nos faz pensar em um Território do Medo e da Morte está contido nas entrevistas semiestruturadas. Realizamos dezenas de entrevistas a pessoas de diferentes letrinhas do movimento, identificamos que na fala de muitas dessas pessoas, a violência é algo que faz parte do seu dia a dia e das suas experiências espaciais. Algumas delas já foram violentadas e quase perderam a vida, outras relatam a perda de amigos a partir desses crimes e processos de violação sistêmica. A segunda informação que nos faz pensar na construção de uma terminologia como essa, é a existência de uma narrativa construída pelos movimentos que lutam contra todo esse processo de violência e morte.

Os movimentos já intitulavam na década de 90 a existência desses crimes motivados pelo ódio ao que era considerado como subversivo e dissidente, assim, nós enquanto geógrafos e enquanto pesquisadores podemos pensar para além de uma leitura simplesmente discursiva; sim, os crimes de ódio existem, mas eles acontecem e se materializam em

determinados espaços do território e em outros não. Existem alguns trabalhos que evidenciam esse processo como: Serra (2019), Ortolano (2015), Cabral (2015), Cesar e Duarte (2017), Silva (2008).

Um exemplo emblemático e a que facilita a compreensão do que queremos dizer, são os casos de travestis assassinadas em via pública: 1) que se trata de um território utilizado pela prostituição ocupado, principalmente, por travestis 2) esses territórios são reconhecidos pelos militantes/ativistas, pela mídia e pelos sujeitos que dele fazem parte como perigosos e violentos. Assim, o que faz desse território, um Território da Morte é o fato de que pessoas são mortas e assassinadas cotidianamente simplesmente por ocuparem um espaço que dentro da lógica cis-heteronormativa, simbolicamente indicam que não deveria ser ocupado por determinados corpos.

O que diferencia um território da morte de um território do medo? As tipologias das práticas de violência. No território da morte as pessoas LGBTQIA+ são mortas, assassinadas, tem seus órgãos genitais decapitados, são mortas com 50 facadas, 15 tiros, etc. Já nos territórios do medo, temos um processo de violação dos direitos, ou seja, a pessoa LGBTQIA+ sofre uma violência física, psicológica, patrimonial, moral, entre outras.

Eles estabelecem um diálogo? Quais são as aproximações entre estes territórios? A possibilidade de cruzarmos essas três informações é real, primeiro porque elas estabelecem um diálogo entre si, sobretudo, os dados relacionados aos crimes de ódio e denúncias feitas pelo Disque 100, ambas retratam um processo de violência e violação de direitos básicos, a diferença está na qualidade da violência. Ex: uma travesti é morta com 30 tiros - Crimes de ódio/Território da morte. Outro exemplo, um estudante é constantemente humilhado pelos professores na universidade por ser homossexual – Território do Medo.

Os dados são diferentes, mas se interseccionam. Quando pensamos nas Paradas e ações congêneres (mesas, marchas, rodas de discussão, passeatas, carreatas, entre outros) falamos de uma categoria que só surge em resposta as duas anteriores, isto é, a violência, ao processo de violação, entre outras questões que pessoas LGBTQIA+ sofrem cotidianamente.

Nós temos um problema, o primeiro deles é a ausência das informações, vale lembrar que o STF equiparou a "homofobia" ao crime de racismo (7.716/1989) em 2019, isso interfere diretamente na existência dos dados, assim, tivemos que realizar um trabalho minucioso, ano a ano, desde 1980 a partir dos dados disponibilizados pelo Grupo Gay da Bahia (GGB) e o Observatório de Mortes e Violências LGBTI+ para entender a espacialização desses crimes

no Brasil. O segundo passo foi identificar que a ausência da informação não necessariamente faz desses territórios menos violentos, já que a subnotificação é algo muito comum no trabalho desses dados.

Produzimos mais de 100 mapas que retratam uma série histórica de mais de 19 anos, trabalhamos com duas formas de representar o mesmo dado, número de crimes de ódio absolutos e relativos (número de crimes / número de habitantes x 1 milhão), temos, portanto, um dado absoluto e um dado relativo. Temos feito isso desde o princípio por já ser uma construção dos próprios movimentos e coletivos (Grupo Gay da Bahia, Grupo Dignidade) e também pelas bibliografias retratarem especificamente os crimes de ódio a partir dessas duas variáveis. Se um mapa já possui um grau de abstração gigante, o que significa trabalharmos com dados relativos como esse, significa uma abstração ainda maior.

Por se tratar de um mapa síntese, tivemos que representar ou optamos por representar os extremos, aquilo que mais se destaque a partir do cruzamento dessas três variáveis *(Número de Paradas e Ações Congêneres + Número de Crimes de ódio/1 milhão de habitantes + Número de Denúncias/1 milhão de habitantes).* São três informações diferentes, mas que estabelecem a construção de um diálogo. Efrem Filho (2016) autor do artigo "Corpos Brutalizados: conflitos e materializações nas mortes de LGBT", realiza uma distinção muito interessante do que consiste em um crime de ódio (o que chamamos de Territórios da Morte), e a dissertação da Nicole Gonçalves da Costa "Do disque 100 ao call center: os limites do Disque 100 para a realização da denúncia de violência contra a população LGBT" nos traz reflexões sobre o que compreendemos como Territórios do Medo.

Os crimes de ódio são calculados em 1 milhão de habitantes pela qualidade de sua representação. Quando falamos em Territórios da Morte estamos nos referindo, especificamente, aos crimes de ódio, crimes que marcam os corpos e que estabelecem e solidificam os territórios da morte, existe na fala de alguns entrevistados a seguinte questão: "se você é LGBTQIA+ e pisar ali você pode ser morto".

Quando falamos sobre os Territórios do Medo estamos falando especificamente dos dados de denúncias de processos de violação (Direitos Humanos) do disque 100, esses territórios foram representados também a partir da taxa construída sobre 1 milhão de habitantes.

Nós estabelecemos essas conexões entre TERRITÓRIOS DA MORTE - DO MEDO E DA RESISTÊNCIA LGBTQIA+, exatamente pela qualidade dos dados trabalhados durante

os dois anos dessa pesquisa. Fica claro não só na fala dos militantes violados em seu direito de existir, como também no comportamento da mídia, dos governos, dos movimentos socioespaciais/socioterritoriais etc. É por esses motivos que lutamos por essa terminologia, 1) porque é representada pelos dados (a partir de sua qualidade)e 2) porque essas informações estabelecem a construção, seja simbólica ou territorial dos Territórios da Morte, do Medo e de Resistência LGBTQIA+ no Brasil.

O mapa síntese evidencia alguns processos e algumas manifestações relevantes, a primeira delas é a existência de três práticas que constroem e disputam o território definindo-os como: 1) Territórios da Morte 2) Territórios do Medo e 3) Territórios de Resistência.

Os Territórios da Morte representam o número de crimes de ódio cometidos entre os anos de 2000 a 2019 e está representado pelo matiz a partir de um valor relativo (número de crimes / número de habitantes do Estado x 1 milhão). Os Estados avaliados a partir do trabalho estatístico como Territórios da Morte são: Alagoas com 62,1 mortes para cada 1 milhão de habitantes, Amazonas com 45,3 mortes, Rondônia com 40,2 crimes, Mato Grosso do Sul com 36,3 crimes para cada um milhão de habitantes, Paraíba com 35 mortes e, por fim, Rio Grande do Norte com 31,2 crimes para cada um milhão de habitantes.

Os Territórios do Medo estão representados pelo número de denúncias de práticas de violência (violência física, psicológica, moral, patrimonial etc.) realizadas entre 2011 e 2017 no Brasil. Os Estados avaliados a partir do trabalho estatístico como Territórios do Medo são: Distrito Federal com 191,2 denúncias para cada um milhão de habitantes, Piauí com 126 crimes, Paraíba com 102,5 crimes, Rio Grande do Norte com 82,6 crimes para cada um milhão de habitantes e, por fim, Alagoas com 72 crimes para cada um milhão de habitantes.

Os Territórios de Resistência se constituem a partir das ações territoriais realizados pelos sujeitos sociais que combate ao preconceito, a violência e a todas as mazelas provocadas pelo sistema vigente. Dessa forma, é possível observar uma ampla espacialização, sobretudo, nas regiões Nordeste, Sudeste e Sul. Brasília aparece como a maior promotora de eventos dessa natureza com 72 ações, seguido de Salvador com 65 ações, Rio de Janeiro com 61 ações, São Paulo com 48 ações, Campinas com 30 ações etc.

4.5. Territorialidades e espacialidades LGBTQIA+ na cidade

O processo de construção da pesquisa cientifica e da descoberta dos caminhos que iremos trilhar é complexo e, ao mesmo tempo, dotado de responsabilidade, estamos lidando com vidas, com formas de ser, de sentir e de viver a sexualidade. Dessa forma, as entrevistas semiestruturadas se apresentam como um procedimento metodológico em potencial, já que evidencia as experiências de cada sujeito, ressalta opiniões e ideias acerca de alguns assuntos e nos ajuda a construir um caminho de avaliação e compreensão, ao mesmo tempo que repensamos as nossas práticas cientificas, repensamos por estarmos realizando um trabalho coletivo junto com os movimentos socioespaciais e socioterritoriais, junto com aqueles sujeitos que efetivamente mudam e transformam a realidade.

A construção do modelo de entrevista semiestruturada está contida num conjunto de intencionalidades e preocupações projetadas no caminho de construção desta pesquisa, assim, os resultados obtidos respondem dezenas de perguntas e questões que tínhamos inicialmente, ao mesmo tempo que aumenta o leque de dúvidas.

Para trabalhar e tratar das espacialidades e territorialidades é importante, inicialmente, reafirmar a nossa compreensão em torno de outros dois conceitos: o de espaço e território.

> Pensamos que é de suma importância a busca e a compreensão dos acontecimentos históricos para enriquecer as interpretações e os saberes acerca do espaço e de tantas outras categorias de interesse da Geografia. Isso porque acreditamos que não se pode deixar de considerar que elementos em interação como o espaço, o lugar, o território, as espacialidades e as territorialidades são fruto do devir humano e, portanto, não é possível que sejam compreendidos sem que se leve em consideração seus processos históricos (COLUCCI; SOUTO, 2011, p. 115).

Existem muitas disputas e conflitos em torno da conceituação do espaço, entretanto, existem algumas questões e indagações que devem ser feitas e que potencializam a leitura e a interpretação em torno do conceito, são elas: o que vem a ser o espaço e o que ele abriga? Quais são seus elementos formadores? O que o engloba? Seria o espaço uma abstração da consciência científica organizacional humana, concretizado a partir da estruturação das sociedades que nele assentam suas bases técnicas e produtivas, seu aparato administrativo, sua cultura? Dele elas usam e abusam como matéria inerte?

São várias as questões que envolvem a disputa para conceituar o espaço no campo do conhecimento científico, entretanto, o que dá para afirmar de antemão é que o espaço é tão

complexo e tão abrangente quanto o mundo, "catalisando o espaço encontramos todos os elementos componentes do que consideramos como mundo: desde as esferas litológicas e hídricas, até as relações culturais, artísticas, religiosas, beligerantes e comerciais" (COLUCCI; SOUTO, 2011, p. 115).

O espaço deve ser considerado a partir de um conjunto de elementos, sujeitos e instituições que se realizam e promovem constantes e incessantes mudanças e transformações, isto é, o espaço é construído a partir da interação humana em sociedade através das relações de produção estabelecidas.

Quando se fala em produção, entendida como máxima explicitação do espaço geográfico em questão, devemos ler esse movimento produtivo como aquele que catalisa e sintetiza tal realidade, ou seja, a produção e a reprodução da existência do mundo estabelecido.

O território, por sua vez, se refere ao desenrolar das relações humanas em um determinado espaço – no que concerne às especificidades socioculturais e a disponibilidade e utilização de recursos bio-fito-minerais – até mesmo o estabelecimento de relações de poder institucional sobre este espaço.

É importante ressaltar que o espaço e o território são elementos interconectados, assim, é possível dizer que o espaço está relacionado à dinâmica socioprodutiva, enquanto o território trata do estabelecimento e da extensão de poder sobre esta dinâmica. O espaço se relaciona com diferentes aspectos da relação humana na construção dos seus lugares sociais no mundo, ultrapassando os limites políticos, em geral administrativos, estabelecidos na construção territorial.

As espacialidades, por sua vez:

> [As espacialidades, inclusive, podem ser consideradas como] formas de organização espacial datadas de outros momentos. Assim, uma espacialidade é uma certa forma de organização geral do espaço social que apresenta características predominantes que a qualificam e a diferenciam historicamente das outras. [...] Além disso, a noção de espacialidade traz consigo a ideia de processo em permanente movimento, ou seja, não se trata do espaço em si [...], mas do espaço na história, pensado como processo histórico, incluindo tanto o realizado quanto o possível, num constante movimento dialético. Mesmo porque não existe espaço a priori, ele só pode ser pensado como espaço social, não sendo uma categoria independente da realidade (RAMOS, 1982, p. 68).

A compreensão das espacialidades surge a partir dos contrastes singulares, isto é, novas maneiras de reconstrução da existência: novos padrões culturais, novas tradições

político-sociais, novas padronizações no uso dos recursos naturais, reformulação de relações de produção de bens e mercadorias, novas dinâmicas de distribuição das riquezas e mobilidade social (COLUCCI; SOUTO, 2011, p. 117).

A territorialidade, por sua vez, aparece como um atributo físico-social que fomenta a efetivação do território. A territorialidade nos permite focalizar a coexistência de diferentes especificidades sociais e, não necessariamente, físico-sociais. Nesse sentido, "as territorialidades delimitam extensões do espaço nas quais as relações de poder antes consolidadas sofrem diluições, por assim dizer, e perdem sua funcionalidade" (COLUCCI; SOUTO, 2011, p. 118).

> Espacialidades representam mecanismos de apropriação dos recursos disponíveis, gerando relações humanas de produção distintas daquelas vigentes em macro escala, e consequentemente formas distintas de pensar e agir no e com o mundo, reconfigurando o espaço geográfico. A espacialidade está associada a singularidades na reprodução social, cuja maior expressão — por assim dizer — encontra-se nas relações sociais de produção de bens e mercadorias (esta última podendo incorporar, também, a cultura, os princípios da fé religiosa e a produção científica) (COLUCCI; SOUTO, 2011, p. 118).

A leitura e o olhar epistemológico que damos para o conceito revela muitas questões e, sobretudo, relações que necessitam de um maior e melhor aprofundamento, nesse sentido, o recorte referente à espacialidade nos permite focar o modo de produção dominante e as resistências locais, que quase sempre são formas contra-hegemônicas. Assim, "quando tratamos de espacialidade acentuamos o espaço" (COLUCCI, 2011, p. 118).

Ressaltamos que este tópico é, portanto, o produto dessa interação e intencionalidade, os sujeitos que participaram da pesquisa responderam dezenas de perguntas acerca de temas como: ser LGBTQIA+, violência e dificuldades por ser LGBTQIA+, movimentos sociais e coletivos LGBTQIA+, Parada LGBTQIA+, políticas públicas etc.

Quadro 9 - Características gerais dos entrevistados

Nome	Identidade de Gênero	Orientação Sexual	Idade
Entrevistado A	Homem Cisgênero	Homossexual	21
Entrevistado B	Homem Cisgênero	Homossexual	28
Entrevistada C	Travesti	Heterossexual	49
Entrevistado D	Homem Cisgênero	Homossexual	29
Entrevistada E	Mulher Transexual	Bissexual	43
Entrevistado F	Homem Cisgênero	Homossexual	23
Entrevistado G	Homem Cisgênero	Homossexual	36
Entrevistado H	Homem Cisgênero	Homossexual	31
Entrevistado I	Homem Cisgênero	Homossexual	36
Entrevistado J	Homem Cisgênero	Homossexual	38
Entrevistado K	Mulher Cisgênero	Heterossexual	65
Entrevistado L	Homem Cisgênero	Homossexual	30
Entrevistado M	Homem Cisgênero	Homossexual	26
Entrevistado N	Homem Cisgênero	Homossexual	52

Organização: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.

O resultado aqui apresentado não deve ser tomado como uma generalidade, mas como peças que compõem a subjetividade de sujeitos que fazem parte de construções históricas distintas, isto é, uns fazem parte de movimentos socioespaciais e socioterritoriais, outros não, eles se diferenciam em elementos como: classe, raça, etnia, religião, nível de escolaridade, entre outros elementos. Assim sendo, as respostas são lidas a partir das particularidades e singularidades de cada sujeito como expresso no quadro 11, é, portanto, um resultado carregado de subjetividades.

Realizamos 15 entrevistas semiestruturadas, com sujeitos de diferentes cidades do estado de São Paulo, que possuem diferentes ocupações e experiências com a causa e a luta LGBTQIA+, dessa forma, acreditamos ter importantes resultados que só foram atingidos graças a dedicação exclusiva a esse trabalho, bem como ao apoio e trabalho coletivo.

Durante essa etapa, construiremos uma redação que melhor exprima as opiniões e as considerações durante a aplicação das entrevistas semiestruturadas, dessa forma, as opiniões convergem em alguns momentos e em outros se distanciam, tornando a nossa construção e leitura sobre os temas mais rica e evidenciando as espacialidades e territorialidades presentes na fala das pessoas entrevistadas.

4.5.1. Entrevistado A

O entrevistado A é um homem branco, cisgênero, homossexual, integrante do Grupo SOMOS LGBTI+ de Presidente Prudente – SP e um dos organizadores da Parada LGBT da cidade do ano de dois mil e dezenove (2019), construída a partir do tema "se a nossa existência te incomoda o problema está em você, SOMOS contra a LGBTfobia". Além de participante ativo das lutas e causas LGBTQIA+ do município, ele também integra um coletivo de discussão e produção científica reconhecido como Laboratório de Geografia e Biogeografia onde realiza uma pesquisa sobre saúde LGBT.

Sobre ser LGBTQIA+, ressalta que é além de todos as descrições um ato de resistência, que está expressa, mas, principalmente, se manifesta no ato de se aceitar e ajudar aos outros também se aceitarem, assim:

> **P:** O que é ser LGBTQIA+ para você?
> **E:** Bom, ser LGBT para mim é um misto de sensações, de sentimentos, mas em específico é ser resistente né, porque a gente passa a vida inteira sendo apontado, sendo julgado, sendo discriminado e violentado e mesmo diante de todas essas dificuldades e externalidades que nos afetam a gente não desiste de ser quem a gente é, então para mim ser LGBT é um ato de resistência, principalmente, no país que a gente vive. (ENTREVISTADO A)

Olhando hoje para o passado entende que sempre demonstrou uma personalidade e uma forma de ser e viver seu corpo semelhante ao que é hoje, no entanto, pelos padrões impostos e pela imposição de um comportamento baseado na heteronormatividade, não se via da mesma forma, começou a se perceber e a se aceitar com aproximadamente quinze e dezesseis anos.

Um dos elementos mais difíceis de ser LGBTQIA+ é passar por momentos de extrema dificuldade em silêncio, falar sobre o primeiro beijo, sobre a primeira relação ou sobre qualquer outra forma de afetividade quando se é LGBTQIA+ é um verdadeiro ato de coragem, ultrapassar essa etapa e revelar de fato a sua identidade é um processo extremamente difícil dependendo de onde se está. Ele revela que sempre passou por essas etapas de conhecimento, reconhecimento e aceitação, sozinho, vivenciou e suportou esses momentos sozinho, pela falta de oportunidade e de espaço para falar de temas relacionados à sexualidade.

Ainda sobre ser LGBTQIA+, o ato de se assumir revela uma nova identidade, na realidade revela a verdadeira identidade, assim o entrevistado A conta como que a etapa de

aceitação só foi alcançada graças a busca do autoconhecimento, se conhecer para ele é uma etapa importante no processo de aceitação.

Se aceitar é ter coragem de enfrentar o preconceito e a discriminação cara a cara, quando ele se aceitou passou a vivenciar os processos de violência e violação com mais intensidade e em diferentes espaços, relata que já sofreu insultos, assédios e xingamentos, mas também reconhece os seus privilégios por ser um homem, branco e cisgênero que facilmente pode se passar por um homem heterossexual, ele chama esse processo de "passibilidade". Por ter uma passibilidade adequada aos parâmetros heteronormativos, vivencia os espaços de uma forma mais tranquila, ao mesmo tempo, esse reconhecimento não significa a completa ausência de violência e desrespeito.

Sobre a construção de espaços mais iguais e menos violentos pergunto sobre a opinião dele em relação às políticas públicas e os instrumentos de combate à violência e ao preconceito vividos pela população LGBTQIA+ brasileira, ele relata e faz uma retrospectiva através das políticas públicas criadas, sobretudo, durante o governo Lula, ressalta os avanços na área da saúde, acredita que as políticas poderiam ser potencializadas através de uma atuação em rede efetivada entre os municípios, estados e regiões, pois o caminho ainda é muito longo e precisa ser percorrido.

O entrevistado é integrante do Grupo SOMOS LGBTI+ de Presidente Prudente – SP, relata que o seu interesse em participar do movimento surgiu quando passou a realizar sua pesquisa e a compreender a complexidade dos temas estudados, já que é um tema que necessita de constantes pesquisas de campo, sobretudo, com essa comunidade.

> **P:** O que você entende por movimento social?
> **E:** Para mim movimento social é um coletivo de pessoas que se reúnem para discutir relações de políticas públicas, principalmente, mas também que trabalham a ação, não fica só em grupo de discussão teórica, mas é um grupo que faz, que se movimenta e que luta por algo, isso para mim se configura como movimento social, a comunidade LGBT mesmo que seja um movimento muito difícil em relação a tudo que a gente já passa, é a luta por direitos né. (ENTREVISTADO A)

Para ele o que motiva lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transgêneros a atuarem em movimentos sociais, é o preconceito, a intolerância e a violência, a politização dessas pautas é uma resposta a todo processo de estigma sofrido pela população LGBTQIA+, destaca, portanto, que o movimento social é aquele que faz, que se coloca e que reage de alguma forma produzindo um espaço mais diversos.

Nesse interim, a Parada surge como uma importante expressão do movimento, ele ressalta que a Parada é uma ferramenta política ao mesmo tempo também pode ser lida como uma festa, uma característica não excluí a outra segundo a visão do entrevistado, a Parada para ele é um ato político porque se apresenta como um momento de reivindicação, de luta por direitos e políticas públicas.

A Parada que o entrevistado participa possui uma característica muito interessante, ela é construída como o produto de diferentes eventos que são distribuídos durante uma semana, reconhecida como a "semana da diversidade", assim, ocorre uma semana antes da data da Parada diferentes ações de conscientização e debates sobre temas relevantes e caros para a comunidade LGBTQIA+.

> Sim, eu acredito que a Parada traz visibilidade porque as pessoas vão lá com suas famílias, as pessoas que estão transitando por esse espaço, de certa forma a gente estimula a discussão dessas temáticas, até mesmo em relação as críticas e aos pontos negativos né, a gente já consegue de certa forma movimentar essa discussão, a Parada não é só algo que ocorre ali assim sabe, as pessoas levam a Parada para suas casas, para suas vidas, para procurar saber mais, então é um momento de visibilidade. (ENTREVISTADO A)

Ele entende a Parada como um momento de visibilidade e reflexão acerca dos temas tratados durante essa manifestação socioespacial, lembra que o fato de todos estarem ali unidos a partir do que os diferencia torna o ato político, ocupam um espaço público, desfilam com seus corpos e sexualidades assumindo quem de fato são e que merecem espaço para se desenvolverem e vivenciarem sua cidadania plena.

Para ele a Parada é benéfica para toda a sociedade, já que envolve famílias e a cidade de forma geral, para ele "não precisa ser LGBT para lutar por LGBT". Sobre a construção da Parada LGBT e sua participação no processo ele diz:

> **P:** Você participa ou conhece alguém que participa ativamente da construção da Parada LGBT? Se sim, como é essa construção e processo? Ela parte de algum movimento ou coletivo específico ou do setor público/privado?
> **E:** Conheço pessoas, participei da última parada daqui de Presidente Prudente – SP, e assim é um processo de construção muito árduo, que nos consome muita energia, sobretudo, porque é um grupo que se reúne para organizar a Parada, falta incentivo por parte do poder público, então isso já é um agravante muito forte e que a gente sente, mas é um processo muito importante também né, quando eu me inseri no grupo Somos eu consegui ver além do que é a Parada LGBT, como a gente constrói as discussões em relação a Parada né, mas as questões LGBT como um todo, mas o processo de construção de uma Parada LGBT assim pelo que eu experimentei e pelo que vivi foi muito complicado, foi bem difícil. (ENTREVISTADO A)

Ressalta que o processo de construção da Parada é um momento de muita dedicação e compromisso, mas que a repercussão da Parada no município nem sempre é da forma como desejam, relata que são vistos como "porcos", "lixos" e "inadequados".

No município são realizados diferentes outros eventos semelhantes a organização da Parada, são marchas religiosas e políticas que também acontecem ali, mas não repercutem negativamente como a Parada, assim, ele acredita que a construção desse contexto é motivada exclusivamente pelo preconceito.

Para finalizar, pergunto ao entrevistado A se ele mudaria algo na Parada de seu município, mudanças relacionadas a politização, organização e tratamento dos temas. Ele relata que sim, que suas mudanças estariam centradas, principalmente, na politização do evento, traria mais movimentos sociais para atuarem em rede e reduziria o conteúdo festivo tornando o recado mais direto e claro.

4.5.2. Entrevistado B

O entrevistado B é homem branco, cisgênero, homossexual, candomblecista, morador da cidade de Paraguaçu Paulista – SP no interior de São Paulo que possuí em torno de 44.000 mil habitantes e a sua história pode ser cruzada com dezenas de outras histórias de luta e construção de espaços mais diversos.

Optamos por realizar a entrevista com o entrevistado pelo motivo de se engajar na luta e causa LGBTQIA+ mesmo que em seu município não haja nenhuma ferramenta concreta, isto é, um movimento LGBT ou qualquer outro coletivo que agrupe ainda que de forma genérica a diversidade existente no município. Outro elemento que me chamou bastante atenção quando realizei a entrevista com o entrevistado B, foi que no município em que ele reside nunca foi realizada nenhuma Parada ou ação dessa magnitude, já aconteceram rodas de conversa, mesas e debates, mas nada como a Parada, assim, procuramos entender os elementos existentes no município que podem de certa maneira criar uma narrativa contrária e representar um problema na construção de espaços e ações como a Parada.

Ser LGBTQIA+ para ele é ressaltar a beleza e a felicidade, é ter coragem de lutar e enfrentar as adversidades cotidianas, mas também é lembrar dos elementos impostos pelo preconceito e violência que transitam em diferentes momentos da vida, desde quando se é pequeno até quando atingimos a vida adulta. Ele relembra que com 13 anos foi o momento

em que começou a se interessar e a sentir algo diferente por meninos, ali já sabia do que gostava e o que despertava a sua atenção.

Diferentemente de muitos lares, o entrevistado B teve um processo de reconhecimento e aceitação mais tranquilo do que boa parte dos LGBTQIA+ brasileiros, sua família aceitou e acolheu a sua orientação sexual, essa atitude possibilita uma melhor experiência e suporte em um dos momentos que é primordial na vida, o momento de assumir e tornar legítimo quem de fato se é.

> **P:** Como você descreve sua vida antes e depois de assumir sua sexualidade?
> **E:** Nossa, antes de eu assumir eu convivia com aquela sensação de estar mentindo sabe, de estar me enganando, sei lá parece que todas as vezes eu me sentia mal em algum lugar e iriam perceber que eu sou gay, então depois que eu contei eu me senti melhor, me senti livre porque todos já sabem e não preciso esconder mais nada, estou muito melhor. (ENTREVISTADO B)

Ainda que o processo de se aceitar e de construir uma nova sociabilidade tenha sido mais tranquilo, ele relata que os desrespeitos e a violência ainda fazem parte do seu dia a dia, relembra um fato que ocorreu quando trabalhava numa agência bancária e que representa para ele uma atitude homofóbica e violenta, havia clientes que não gostavam de serem atendidos por ele simplesmente pelo fato de ser homossexual, alguns ficavam rindo de sua cara e até foi mandado embora por esse motivo.

A utilização dos espaços da cidade é de certa forma um reflexo para entendermos como as pessoas criam suas redes de sociabilidade e constroem afetividades em torno de suas experiências, pergunto para o entrevistado se ele já foi impedido de frequentar algum espaço na cidade ou se ele se sente limitado com relação a utilização dos espaços e ele ressalta que sim, em diferentes momentos houve a violação, sobretudo, nos bares de sua cidade.

Quando se refere aos espaços que mais frequenta na cidade relembra uma aproximação com o dono de um bar que também é homossexual, assim, ele se sente confortável, sente que não será violentado ou sofrerá qualquer tipo de insulto dentro do estabelecimento, também reforça que esse bar é frequentado por muitos LGBTQIA+ da cidade, também tem o costume de frequentar pizzarias pelo simples fato de chegar, comer e ir embora.

O entrevistado já sofreu violência física e psicológica, relembra a situação e demonstra um certo pesar, sobretudo, pelo fato de a violência ter sido cometida por alguém muito próximo, seu cunhado. A violência é uma forma de externalizar o preconceito e tornar clara a

mensagem de que não nos querem ali, assim em um momento de discussão em sua casa, seu ex-cunhado no objetivo de ofendê-lo realizou vários xingamentos e o agrediu.

Ele acredita que as políticas públicas voltadas para a população LGBTQIA+ são bem precárias, relembra que são tratados de forma diferente quando vão em um posto de saúde, quando estão num espaço de trabalho, entre outros espaços. Para ele as ações são as principais ferramentas para mudar essa realidade, considera relevante todo o material já produzido acerca de orientações de como proceder em determinadas situações, mas o que muda todo esse contexto é a ação, a forma como tudo isso acontece e quais as respostas se pode dar.

O seu engajamento e luta começa no município de Paraguaçu Paulista – SP, quando em ano eleitoral tentou montar um coletivo que pudesse debater e lutar por temas centrados nas minorias e na diversidade, no entanto, essa tentativa não deu certo, aconteceram algumas reuniões e encontros, mas muitos dos sujeitos esboçaram medo de sofrerem repressões, já que a cidade é pequena e toda notícia se espalha muito rápido. Portanto, hoje o entrevistado somente participa das Paradas realizadas em outras cidades, assim ele se desloca geralmente em caravanas ou vans alugadas até as cidades que realizarão a ação.

Pergunto como ele vê a Parada e ele reconstrói todo um contexto em torno dessa ação tão importante para os movimentos que a pautam. Ele a vê como um momento de ampla visibilidade, como uma expressão de liberdade, muitas das pessoas que participam da Parada são encorajadas a se aceitarem, recebem apoio e orientação de diferentes instituições para tomarem decisões acerca de suas vidas, do mercado de trabalho, da esfera da saúde etc.

> **P:** Você acha que a Parada LGBT traz maior visibilidade e conteúdo político para a luta e causa LGBT?
> **E:** Eu acho que sim, traz bastante visibilidade porque é um momento que a gente existe né, é um momento que tá todo mundo unido e toma as ruas e eu acho que fica bem declarado que nós existimos e resistimos, a Parada sempre traz bastante cartilha, eu sempre volto para casa com umas três cartilhas de alguma informação que a gente sabe, ou aquilo que a gente não sabe e fica como uma orientação. (ENTREVISTADO B)

O entrevistado compreende a Parada como um ato político, pois é através dela que se defendem de acusações, que levantam bandeiras desde causas mais generalistas até especificidades, é um momento de dizer para a sociedade que as acusações que fazem contra os LGBTQIA+ são infundadas, possuem família, amigos, trabalho, estão em todos os espaços exercendo tarefas importantes para a manutenção da sociedade, portanto, merecem respeito.

Pergunto se ele pudesse modificar algo na Parada o que modificaria e ele ressalta alguns elementos que já foram mencionados pelo entrevistado A acerca do conteúdo político, da festa e das maneiras de atuar durante a manifestação, acredita que se durante a caminhada houvesse mais protestos, mais gritos e bandeiras o conteúdo político da Parada LGBTQIA+ seria potencializado.

4.5.3. Entrevistada C

A entrevistada C é travesti, tem 49 anos de idade, heterossexual, branca, candomblecista e residente da cidade de São Joaquim da Barra – SP que possui aproximadamente 50.000 mil habitantes. A sua história possui uma série de informações relevantes para a construção em torno das ações dos movimentos, sobretudo, a Parada, já que participa ativamente da construção dessas ações e representa uma importante liderança.

> **P**: O que significa ser LGBT para você?
> **E**: Ser LGBT para mim significa ter coragem de assumir a minha identidade sexual perante uma sociedade que prega uma normatividade dentro dos padrões sexuais afetivos e, a resistência de a partir do momento que assumimos as nossas preferências emocionais e também as nossas preferências atrativas e sexuais de sofrer a discriminação e o preconceito por não estar dentro do padrão de comportamento hegemônico que é a heteronormatividade, então acho que ser LGBT é ser resistência para ter coragem de existir enquanto diversidade. (ENTREVISTADO C)

A entrevistada nos conta sobre o seu processo de conhecimento e aceitação, diz que o seu gênero biológico era o masculino, mas sempre se comportou e reconheceu com o gênero feminino, sempre apresentou um comportamento feminino, a partir dos 12 anos de idade parou de cortar os cabelos, aos 14 anos começou a trabalhar para comprar suas roupas femininas, seus pais sempre tentaram impor roupas masculinas na tentativa de forçar um comportamento masculino, mas ela sempre se identificou como uma criança travesti, portanto, adotava um comportamento compatível com a sua identidade de gênero.

O seu processo de reconhecimento e aceitação foi complicado, exatamente por seus pais sempre imporem um comportamento de gênero que não era o seu, durante o seu crescimento ela era sempre comparada com seu irmão e essas comparações eram sempre muito dolorosas e agressivas, ela conta um pouco desse processo, sobretudo, da sua experiência no sistema educacional.

> [...] aos seis anos ao ingressar o sistema educacional fiz minha primeira visita ao psicólogo com desvio de comportamento, naquele tempo tínhamos o RR Soares que vendia a "cura gay" então já tinha sido diagnosticada como uma doente mental, então durante a minha infância e adolescência foi algo meio conturbado, doloroso, foi um processo muito complexo de entendimento, porém, chegando a vida adulta foi um processo natural de que realmente a minha família e meus entes familiares entenderam que é a minha natureza, a minha natureza era essa, eu apenas adequei o meu corpo a minha mente. (ENTREVISTADA C)

Mesmo não aceitando abertamente a sua identidade de gênero seu pai sempre incentivou os estudos dentro do regime de sua casa, portanto, a entrevistada teve que se dedicar aos estudos e garantir seus diplomas, era algo que seu pai fazia questão, ela entende o comportamento de seu pai como uma atitude visionária. Hoje, é uma professora concursada pela Secretaria do Estado de São Paulo e, atualmente, faz pós-graduação em educação.

> **P:** Como você descreve sua vida antes e depois de assumir sua sexualidade?
> **E:** Então eu não tive esse problema de antes e depois porque eu sempre fui uma menina com nome masculino, acho que eu poderia dizer que como poderia ser a minha vida antes da retificação do nome/gênero e depois, antes os meus documentos eram todos masculinos o que trazia um certo desconforto, não só nos setores públicos e privados que eu frequentava mas em algumas situações e no ano passado em maio de dois mil e dezenove eu através do provimento 73 fiz a retificação do nome e gênero por uma questão profissional de aposentadoria, pela questão da faixa etária da aposentadoria e também por uma questão de constrangimentos e situações vexatórias que eu passava, mas ter o nome Fernando na minha carteira de identidade, na minha carteira de habilitação na minha foto eu acho que para mim era o maior orgulho de resistência de provar que sim existem homens de vagina, existem mulheres de pênis, eu acho que a maior resistência que eu tive foi apresentar essas documentações com nome civil masculino e com a minha fotografia no gênero feminino e, por uma questão profissional eu fiz a retificação pensando no meu futuro na aposentadoria devido essas reformas trabalhistas e fiscais que a gente tem passado e por uma questão de aposentadoria fiz a retificação de nome e gênero, então hoje não tem mais aquelas situações constrangedoras porque eu já apresento meu documento com o gênero feminino, então é diferente de quando eu apresentava o documento como Fernando do gênero masculino o que trazia um certo desconforto para ambas as partes, mas para mim era uma forma de resistências e de ressignificação dos papéis de gênero na sociedade. (ENTREVISTADA C)

Com relação a limitação dos usos dos espaços pela orientação sexual e identidade de gênero desempenhada, a entrevistada assume que não sentia nenhuma limitação mesmo antes de fazer a retificação do nome e do gênero, sempre ocupou todos os espaços, sempre entrou e saiu dos espaços de cabeça erguida, nunca teve problema em utilizar banheiro, espaços da universidade, relembra que ela tem que ocupar esses espaços, pois são espaços públicos e também é uma forma de dizer para a população LGBTQIA+ que todos podem

ocupar esses espaços. Os espaços que ela mais frequenta são bares, espaços culturais, artísticos e choperias, por incrível que pareça os espaços que ela menos frequenta são boates e baladas LGBT, ela relata que já se sente ultrapassada para participar desses espaços, o fator geracional acaba por atuar na produção de suas espacialidades em relação ao urbano.

A entrevistada relata que já sofreu violência física, violência psicológica e violência verbal, mas nenhuma dessas violências foi motivada pela ocupação de espaços, mas sim, por encontrar em seu caminho pessoas LGBTfóbicas, pessoas que se incomodaram com a sua presença, que fizeram piadas e brincadeiras preconceituosas.

Com relação às políticas públicas a entrevistada relata que apesar do Brasil ser o país que mais mata LGBTQIA+ no mundo, também é o país que mais tem e constrói políticas públicas para essa população, compreende que o governo, sobretudo, a esfera federal, apresenta importantes retrocessos no que tange os direitos dessa população, o que falta para a entrevistada são capacitações nos setores públicos, orientações técnicas nos setores públicos, educação, assistência social, segurança, para que se preparem para o atendimento dessa população e não desrespeitem nenhum direito.

Ela tem uma bagagem considerável de participação e representação em movimentos sociais, ela já participou do Fórum Paulista de Travestis e Transexuais, Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), Instituto Brasileiro Trans de Educação e atualmente atua mais ativamente no Coletivo LGBT Joaquinense.

> **P:** O que você acha que motiva pessoas LGBTQIA+ se organizarem em movimentos e coletivos?
> **E:** O que motiva são suas demandas, as suas necessidades, o seu dia a dia, o que essa população precisa para garantir o mínimo de dignidade enquanto ser humano, então essas pessoas elas se organizam em movimentos para garantir necessidades mínimas enquanto classe minoritária, para garantir o mínimo de dignidade, então eu acho que as pessoas se organizam em prol de um benefício coletivo, que seja para todos e que garanta o mínimo de dignidade para essas pessoas. (ENTREVISTADO C)

O interesse em participar de movimentos sociais e coletivos LGBTQIA+ surgiu a partir da necessidade conhecer e reconhecer os caminhos possíveis para lutar pelos seus direitos e por aquilo que está garantido pela constituição federal e pelas leis, ela ressalta que o que despertou o seu interesse em buscar mais informações e se organizar foi o momento que necessitou utilizar o nome social e ainda não tinha o seu nome retificado, portanto, teve que correr atrás de todas essas informações.

Ela identifica a Parada como uma ação importante para a comunidade LGBTQIA+, relata que apesar de grande parte da população não compreender o sentido da Parada ela, ainda sim, é uma construção política engajada pela sociedade civil e apoiada por partidos políticos, movimentos sociais e sindicatos é, portanto, uma reivindicação essencialmente política.

A entrevistada é uma das responsáveis pela organização da Parada do Orgulho LGBT de São Joaquim da Barra – SP, relata que essa ação é uma construção feita com a Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo, através da participação do edital junto com Associação Paulista de Artista e o Museu da Diversidade que promove ações culturais em prol da comunidade LGBTQIA+.

A partir da participação do edital, a Parada de São Joaquim foi contemplada e receberam 1 trio elétrico e 2.000 reais para contratar alguma atração artística local. Em São Joaquim da Barra – SP, não acontece somente a Parada do Orgulho LGBT, acontece também a Semana da Diversidade e Cidadania que antecede a Parada, nela são realizadas mesas, rodas de conversa, espaços de informação e esclarecimentos.

> **P:** Qual a repercussão provocada pela Parada LGBT no município?
> **E:** Nós enfrentamos uma comissão de pastores evangélicos que foram contra (risada) o nosso evento, só que é um evento apoiado pelo Governo do estado de São Paulo então meio que criaram uma situação que não deu muito certo porque era o evento que quem estava realizando apesar de ser a sociedade civil LGBT de São Joaquim da Barra que fez a solicitação, que fez o projeto e que foi contemplado a realização foi do governo do estado de São Paulo, então nós conseguimos ocupar alguns espaços que nos era negado e que nós éramos impedido de estar que é a questão política, da ocupação política para construção de políticas públicas, sou muito orgulhosa, me sinto muito orgulhosa de fazer esse evento na minha cidade, na cidade que eu nasci e que eu fui criada e trazer esse retorno para essa geração que não sabe o que foi um movimento que demorou tanto para ser construído, quantas mortes foram envolvidas na época da ditadura, da operação Tarântula dentro do estado de São Paulo, travestis se cortarem e utilizarem a Aids como defesa através de seu sangue, a Revolta de Stonewall, enfim trazer todas essas memórias e todas essas lutas anteriores para que essa população jovem LGBT entenda quantas morreram e quantas foram sacrificadas e torturadas para termos as políticas públicas que temos hoje, para termos os direitos que nós temos hoje. (ENTREVISTADA C)

Ela acredita que a Parada do Orgulho LGBT realizada em São Joaquim da Barra – SP pode, sem dúvida, alterar a dinâmica do município, ela acredita que além da mudança da dinâmica espacial, também gera renda, gera turismo, gera receita para o município que recebe o evento.

Pergunto se a Parada por si só tem o poder de acabar com a intolerância e o preconceito, ela afirma que a Parada deve ser vista como uma ferramenta de luta que traz visibilidade e projeta o movimento para um cenário e uma escala maior, ela a entende como um gatilho, "é um gatilho para que tudo comece, para que a gestão municipal tenha um olhar especial para essa população para que vejam que ela está se organizando dentro de um movimento social" (ENTREVISTADA C).

4.5.4. Entrevistado D

O entrevistado D é um homem cisgênero, tem 29 anos, homossexual, casado, morador de Araçatuba – SP, com uma população de aproximadamente 180.000 mil pessoas, é presidente da AGENDDA (Associação, Gênero, Diversidade, Direitos e Afetividade) de Araçatuba – SP.

A construção do roteiro dessa história é muito relevante, pois recentemente as organizações e movimentos que lutam pela diversidade do município foram contemplados pelo edital "+ Orgulho" e realizarão pela primeira vez a Parada em Araçatuba.

Ele acredita que ser gay é ser resiliente, ser corajoso e ter capacidade para suportar situações adversas que cobram um posicionamento mais firme, a construção de sua sexualidade e do seu comportamento perpassa, portanto, vários processos em que teve que se colocar e assumir sua opinião de forma irredutível.

Relata que durante a infância teve contato com diferentes situações e casos de desrespeito como o machismo, o racismo, a transfobia, mas acredita que por ser criança ainda não tinha a capacidade de discernir o que estava acontecendo, portanto, acredita que se identificou LGBTQIA+ a partir da adolescência quando já possui a capacidade de refletir sobre essas ações.

> **P:** Como foi para você e sua família o processo de conhecimento em relação a sua sexualidade?
> **E:** Bom, a minha família não teve muito dialogo a respeito de sexualidade, então não conseguia identificar muitas situações de discriminação contra LGBTs, diversas situações não conseguia identificar o que era de fato aqueles comportamentos né, mas depois inconscientemente eu sabia que seria uma situação não bem aceita em relação a minha sexualidade, tanto que quando eu comecei a me relacionar com homens de fato, é que no início eu me relacionava com meninas de forma afetiva e não sexual, tinha namoradas na escola e etc., mas só com a intenção de corresponder o que a sociedade e a minha família tinham de expectativa, mas a partir do momento que eu passei a me relacionar com homens a minha família não teve conhecimento

> inicialmente e, depois quando eu tive o meu primeiro namorado a minha mãe não aceitou e eles fizeram pressão em relação a ela e tal e ela acabou me mandando embora de casa, então foi um processo não muito bom de aceitação de fato, meu pai também não né e aí por conta da pressão dos meus irmãos sobre minha mãe e da minha mãe sobre meu pai a gente teve diversas situações de violência inclusive física. (ENTREVISTADO D).

Ele relembra que sua família nunca estabeleceu um diálogo direto acerca da diversidade e sexualidade, a violência mais significativa sofrida pelo entrevistado D faz parte da realidade de muitos pessoas LGBTQIA+ brasileiros que são colocados para fora de casa numa atitude extremamente violenta, assim, encontram-se vulneráveis, sem trabalho, sem educação e sem base para recomeçar e encontrar caminhos alternativos para esse novo contexto.

Quando foi expulso de casa só recebeu apoio de sua ex-cunhada que o abrigou e acolheu durante o tempo necessário para se estabilizar e procurar outros caminhos, assim, recorda desse momento com muita gratidão e afeto, principalmente, por ter sido a única pessoa a aceitar naquele momento a sua sexualidade.

Quando pergunta sobre as dificuldades do dia a dia impostas pela sua orientação sexual, ele relembra alguns momentos e situações que se colocam como dificuldades e de certa forma lhe causam desconfortos, estar distante da família é uma realidade difícil para o entrevistado, alguns amigos e familiares também se afastaram quando realmente assumiu sua sexualidade, a solidão é uma imposição, não uma opção. Relata já ter sofrido insultos e discriminações na internet, acredita que as pessoas que praticam esse tipo de ação se sentem protegidas pela tela do computador e pelo "anonimato".

O entrevistado frequenta espaços como cafés e livrarias ou então espaços que sejam "*gay friendly*", pois atesta um conforto maior, sobretudo, por não ser o único LGBTQIA+ a utilizar e frequentar aquele espaço, em contraposição, os lugares que ele menos frequenta são aqueles utilizados por pessoas heteronormativas e que performam um papel social de gênero que historicamente segundo ele é tóxico, sobretudo, onde existe uma maior masculinidade tóxica e que confronta os papéis de gênero dissidentes, em alguns momentos aplicando até a violência física.

> **P**: Você já sofreu algum tipo de violência (física, psicológica, patrimonial etc.) por ser LGBT?
> **E:** Sim, já sofri, acredito que praticamente todas as formas de violência, física, psicológica, material, moral, primeiro na escola com o bullying apesar de não saber identificar o que era ser gay a gente já tinha a dimensão que algo bom não era de

> fato, física quando eu sai um dia e meus pais sabiam que era para encontrar meu ex-namorado quando eu voltei meu pai me agrediu fisicamente, e psicológica as piadas e ofensas dentro de casa, na escola na faculdade, na internet que pode ser enquadrado como violência moral também né, é e patrimonial quando minha mãe pediu para eu sair de casa e eu fui morar com meu irmão e minha ex-cunhada o meu irmão me explorava financeiramente quando eu arrumei um emprego ele pegava praticamente o meu salário inteiro, sob o argumento de que eu teria que pagar as despesas para morar, conta de energia, água e etc. são enfim, foram essas as formas de violência e também a exclusão social né, exclusão dos espaços familiares, etc. (ENTREVISTADO D)

Ele relata uma série de violências que sofreu durante o seu processo de aceitação e conhecimento, torna claro, a partir da fala dele que existe uma relação muito similar à dos(as) outros(as) entrevistados(as), diferentes deles sofreram violência em casa, na escola, na rua, no trabalho e muitos deles tiveram que passar por essa etapa sozinhos, sem nenhum auxílio direto.

Sobre o tema relacionado a políticas públicas para LGBTQIA+ ele ressalta que as políticas evoluíram de uma forma muito interessante nas últimas décadas no país, sobretudo, na gestão do presidente Lula, mas ressalta que como foram políticas de governo e não políticas de Estado, portanto, o número de secretarias, políticas públicas contra ISTs, campanhas contra violência e outros temas deixaram a desejar, poderiam ser potencializados, mas não foram, também ressalta que as políticas públicas que foram construídas pelo judiciário se mantiveram intocáveis por conta da segurança jurídica, na área da educação acredita que deveriam ter sido implementadas ações mais incisivas de combate ao bullying, sobretudo, o bullying LGBTfóbico.

O seu histórico de enfrentamento ao sistema e a violência direcionada para LGBTQIA+ não é de hoje, ele participou do movimento "Que que isso?" na cidade de Araçatuba – SP, participou do "Movimento Popular LGBT" também no município e relata que esses movimentos não são mais tão atuantes como já foram, desde 2018 participa da Associação AGENDDA (Associação, Gênero, Diversidade, Direitos e Afetividade) e ocupa a posição de presidente do movimento.

> **P:** O que você entende por Movimento Social ou Coletivo?
> **E:** Bom, entendo por movimento social e coletivo né a junção e o encontro de pessoas com ideais, com os mesmos ideais e com os mesmos objetivos que por conta disso constroem meios de atuação para colocarem em prática determinadas ações, a exemplo do enfrentamento a homofobia e transfobia, acredito que é isso, a junção das forças que representam a união das pessoas que criam um movimento coletivo. (ENTREVISTADO D)

O que o motivou a se organizar em coletivo foi a necessidade de encontrar pares para potencializar a luta, assim, a Associação AGENDDA surge como uma possibilidade de transformação e de mudança em Araçatuba – SP. Ainda sobre as formas de ação e atuação, entramos no tema da Parada, ele a compreende como um movimento de reivindicação e direitos, formação de resistências e de diálogos com a sociedade.

A Parada para o entrevistado vem carregada de um conteúdo político importante, portanto, ele acredita que a Parada traz uma maior visibilidade para o movimento, acredita que muitas conquistas só foram alcançadas a partir dessas ações que inspiram outras pessoas a se movimentarem.

O entrevistado relata que na sua cidade a Parada ainda não acontece, portanto, é necessário que ele e um coletivo de sujeitos se mobilizem para participarem dessas ações em outras cidades da região, vê essa ausência como um problema da falta de organização e coletividade.

Relata que nas Paradas que participou identificou uma mudança na dinâmica do município, portanto, a ocupação de vias importantes da cidade traz um cenário de maior visibilidade para o movimento, também lembra das vantagens econômicas, já que todos àqueles sujeitos organizados na ação consomem diferentes produtos, assim contribuem para o aumento da receita do município.

4.5.5. Entrevistada E

A entrevistada E é uma mulher transgênero, branca, bissexual, solteira, católica, tem 43 anos e reside no município de Presidente Prudente – SP. Ativista pelo movimento LGBTQIA+ de Presidente Prudente – SP, ativista pela causa dos animais e pelas pessoas com deficiência, compreende que ser LGBTQIA+ é ser uma pessoa especial no sentido das percepções e da sensibilidade.

Relata que o seu processo de conhecimento e transição foi um pouco complicado, na realidade, ressalta que não teve um processo de aceitação propriamente dito por parte dos seus pais, já que ela saiu de casa performando o gênero masculino e voltou com características femininas. Entretanto, ressalta que teve todo um processo deles aceitarem a "a nova pessoa", evidencia que todos respeitaram a sua decisão e por esse motivo foi um processo menos doloroso.

Quando entramos no tema das dificuldades enfrentadas no dia a dia pela sua identidade de gênero e orientação sexual, ela relata que a maior dificuldade sentida desde que realizou o processo de transição e se aceitou foi de estabelecer relações afetivas, de encontrar alguém, entende que o seu caso é ainda mais complicado e agravado pela deficiência visual, ressalta que as pessoas ainda possuem muitas dificuldades em assumir um relacionamento fixo com uma pessoa trans, relembra também os problemas de âmbito acadêmico, do trabalho, da família, etc.

> P: Você se sente limitado(a) com relação ao uso/utilização dos espaços na cidade por conta da sua identidade de gênero ou orientação sexual, se sim, quais espaços?
> E: Olha eu procuro não fazer, não aplicar esse tipo de olhar para que ele realmente não me limite, eu procuro me olhar como uma pessoa que tem os mesmo direitos de uma pessoa cisgênero e que eu posso ocupar todos os lugares e aí eu acho que, é claro que no cenário geral para as pessoas trans todas o espaço é bem reduzido, eu acho que o que faz diferença toda nisso é a "passibilidade" né, se você tem uma passibilidade satisfatória, ou seja, se você é uma trans que não aparenta ser trans você vai ter um acesso muito mais livre nos espaços, se você é uma pessoa trans com características de transgêneros é a restrição é bem maior, então como eu tenho essa passibilidade bastante convincente eu sofro menos esse bloqueio que é direcionado para os transgêneros. (ENTREVISTADA E)

A entrevistada faz o uso do termo "passibilidade". A "passibilidade" é a capacidade quem uma pessoa tem de se passar ou performar o gênero que assume ter, no entanto, essa forma de conceber o gênero e a sexualidade é um tanto quanto problemática e pode ser lida como uma violência, já que os parâmetros que avaliam esses corpos são baseados em valores heteronormativos, logo, o corpo de uma mulher transgênero que mais se aproxima do corpo de uma mulher cisgênero será menos violado ou menos percebido ou entendido como um corpo dissidente e subversivo, o quadro contrário estabelece diferentes barreiras e imposições, principalmente, contidas no campo da violência e dos processos de violação que atingem em cheio a população de pessoas travestis e transgêneros.

Em relação às políticas públicas, a entrevistada E acredita que o Estado é responsável pela promoção e pela criação de políticas públicas efetivas que reduzam a desigualdade existente no cerne da população, no entanto, não tem feito o seu trabalho, sobretudo, no âmbito de criação de políticas públicas.

Ela participa do Grupo SOMOS LGBTI+, grupo responsável pela organização da Parada de Presidente Prudente – SP desde 2016, além de promoverem a Parada também realizam a Semana da Diversidade na semana que antecede a Parada e reúne uma série de

atividades de conscientização, também vale lembrar que o Grupo SOMOS LGBTI+ é hoje um dos principais movimentos existentes na cidade.

Quando pergunto sobre o interesse dela em participar de organizações e movimentos sociais, lembra que muitos(as) entrevistados(as) também por se encontrarem em alguma situação de exposição, violência ou dificuldade entenderam que a organização coletiva poderia ser uma ferramenta potente de transformação da realidade, não somente de uma pessoas, mas de todo um coletivo, assim, ela afirma que o seu interesse em partir de movimentos sociais e coletivos surgiu quando compreendeu que não se tratava somente dos seus problemas individuais, mas de uma estrutura que coloca essas pessoas em situações extremamente difíceis.

> **P:** O que você entende por Movimento Social ou Coletivo?
> **E:** Eu entendo que é uma reunião de pessoas cidadãos e que tenham o objetivo e interesse de provocar transformações na sociedade, transformações que beneficiam uma certa categoria da sociedade mas que não, sem detrimento de outras categorias, eu acho que os movimentos não querem tirar direitos de ninguém, querem sim o reconhecimento de alguns direitos ou para categorias deles ou para toda sociedade, então eu acho que o movimento legitimo ele tem só esse interesse, ele não tem outros interesses particulares assim, o movimento acho que a busca de um movimento não pode ser promover o próprio movimento, a busca do movimento tem que ser a realização daquele ideal que o movimento acredita. (ENTREVISTADA E)

O que motiva os LGBTQIA+ a se organizarem e se unirem para a entrevistada é a situação em que eles/elas estão inseridos, a pessoa LGBTQIA+ que sofre mais exclusão e que está exposto a vulnerabilidade para a entrevistada será mais mobilizado e preocupado com a causa e a luta da comunidade, ela explica esse ponto de vista a partir de sua própria vivência e de como se engajou na luta e causa no decorrer de sua vida.

Pergunto a entrevistada como ela compreende e analisa a Parada LGBTQIA+ realizada no município de Presidente Prudente – SP, ela ressalta que é um momento de grande visibilidade e resistência, lembra que a Parada tem muitos pontos positivos, mas também muitos pontos negativos, acredita que a Parada deve ser vista com uma proporção mais dosada pela comunidade LGBTQIA+ não como a principal ação do movimento, ela diz:

> [..] a sociedade quer se dizer inclusiva, a sociedade separa um dia do ano e diz "olha eu deixo você participar, faz sua folia, ganha toda a mídia, aparece em todos os jornais, só falem disso, mas amanhã eu não quero nem lembrar que você existe filho, amanhã se você vir montado na minha frente eu vou te descer o cacete", então eu

> não sei (risadas), essa questão e aí tem muita gente que se conforma com isso, acha que esse é o dia e eu acho que é bem por aí. (ENTREVISTADA E)

Ela tem um olhar mais crítico para a Parada, compreende como uma ação importante, mas não a mais importante, entende que é um momento de visibilidade, mas também entende que toda essa euforia e disposição tem que ir para além da Parada, durante todos os dias do ano, através da construção de outros espaços de discussão e promoção de debates.

Além de atuar através do Grupo SOMOS LGBTI+, Ela foi uma das fundadoras da CASASSA – Casa de Acolhimento LGBT de Presidente Prudente – SP, a CASASSA possuía uma proposta relevante de ação direcionada a comunidade LGBTQIA+, era uma casa que acolhia e oferecia serviços de profissionalização, educação e cultura para pessoas LGBTQIA+ que foram expulsos de casa. A ideia de construir a CASASSA surgiu dentro da Semana da Diversidade promovida pelo Grupo SOMOS LGBTI+ e outras organizações, movimentos e coletivos.

> [...] uma das pessoas participantes né, o Júlian, trouxe essa ideia né de organizar um espaço para acolher pessoas LGBT, da população LGBTQI+ que estive em situação de rua né, sem moradia, porque a gente entendia que a gente promovia muito debate e muita coisa, mas aí a gente refletia sobre o que estaríamos produzindo efetivamente para a sociedade, o que a gente pode, vamos tentar dar um passo além de só problematizar e refletir sobre, aí as pessoas se empolgaram com a ideia e tal, na mesma semana teve um evento no Sesc, e aí nesse dia depois no final esse rapaz anunciou, o Júlian, que é um ativista também, um professor universitário, um pesquisador, uma pessoa muito engajada também na luta, ele falou que já tinha alugado um imóvel só que o imóvel estava numas condições bem precárias e já contagiou todo mundo par um mutirão para deixar o local num estado habitável né, aí foi uma grande mobilização várias pessoas né se ofereceram como voluntárias né para ajudar de alguma forma, aí passou alguns meses precisamos de pintura no local e algumas reformas, mas realmente depois de alguns meses assim foi bastante interessante e um momento de comemoração quando a CASASSA recebeu o primeiro acolhido, e aí até o seu encerramento que foi no segundo semestre de dois mil e dezenove ela, resolveram encerrar e entregar o imóvel. (ENTREVISTADA E)

A CASASSA por motivos particulares e por falta de articulação entre os participantes teve o seu fim em 2019, no entanto, vale ressaltar que o período em que ela esteve aberta recebeu dezenas de hóspedes e possibilitou uma troca muito intensa e importante entre esses sujeitos, mostrou que é possível realizar grandes ações quando se constrói a partir da coletividade.

Ela relembra que o principal diferencial da CASASSA era oferecer moradia para as pessoas LGBTQIA+, era o mínimo de dignidade que se poderia oferecer, sem um teto, sem

uma cama, não é possível partir com o mínimo de possibilidades, de se aventurar no mercado de trabalho e procurar alguma oportunidade, segundo ela.

4.5.6. Entrevistado F

O entrevistado F é um homem cisgênero, branco, tem 23 anos, é homossexual, solteiro, espírita e morador da cidade de Lins – SP. Acredita que ser LGBTQIA+ é ter força e coragem para lutar cotidianamente contra a intolerância e o preconceito, é também viver com medo da violência, ser LGBTQIA+ para ele é a resistência da resistência, porque além de se estabelecer uma luta dentro de si também trava uma luta contra os valores construídos socialmente.

Pergunto sobre o momento em que se identificou como LGBT e como foi esse processo, ele relembra algumas etapas deste momento, com 12 e 13 anos já sentia atração sexual por meninos, no entanto, se relacionava com meninas, quando chegou aos 15 anos se aceitou e se empenhou em viver uma sexualidade mais aberta e livre, ainda no início desse processo se identificava como bissexual, mas, depois passou a se interessar somente por meninos.

> **P:** Como foi para você e sua família o processo de conhecimento em relação a sua sexualidade?
> **E:** Quando eu me percebi homossexual, eu tive uma briga interna dentro de mim pois não sabia se o que eu estava sentindo era real, se de fato fosse real era certo e ao mesmo tempo eu me questionava o porquê não seria certo, durante dois anos eu passei tentando me entender, me entendi, me assumi, primeiro aos amigos mais próximos porque existia um sentimento de confiança, uma liberdade, um sigilo, pelo menos na minha cabeça, eu me assumi em primeiro lugar para a minha mãe, foi um pouco difícil no início, ela entrou em depressão durante três meses mas não pela questão de quem eu era, mas o que a sociedade poderia fazer comigo, nos espaços que poderiam me ser negados, seja no trabalho, em âmbito escolar, entretanto, isso depois que passou essa época que meu pai me aceitou tudo caminhou de forma tranquila, então eu me coloco numa posição muito privilegiada, de ter a família que eu tenho e ter sido aceito no meu ambiente familiar. (ENTREVISTADO F)

Na fala do entrevistado é perceptível que o processo de autoconhecimento e aceitação não é nada fácil, atinge desde sua individualidade até a sua família, muda completamente a forma como as pessoas se relacionam com você, a forma como te abordam e como te enxergam na sociedade, relata que é um processo em que a solidão se faz presente e a coragem deve ser combustível para a mudança. O diferencial vivido pelo entrevistado é que

ele obteve apoio por parte de seus familiares, o que difere de muitos dos(as) entrevistados(as) que sofreram diferentes violências por realizarem e lutarem pelas suas escolhas.

A partir do instante que assume a sua sexualidade aberta e usufrui da liberdade de ser quem se é, o entrevistado também relata que os preconceitos que antes encontravam-se mais velados e brandos, se fazem mais abertos e potentes, relata que em alguns espaços sente receio e até medo de sofrer violência e preconceito, "Às vezes, em um ambiente que possui uma grande quantidade de homens, como em estádios de Futebol, onde o julgamento é mais explícito e o uso de alguns termos é comum, como xingamentos de "viado". Mas tenho um trânsito bom dentro dos espaços da cidade".

Durante diferentes momentos da entrevista faz questão de relembrar os seus privilégios e realiza comparações com outros sujeitos que estão em situações de extrema vulnerabilidade, sobretudo, social. Assim, quando pergunto sobre temas como violência e violação ele relembra que alguns fatos que aconteceram foram menos impactantes ou mais velados do que ocorrem por exemplo com mulheres e homens transgêneros, ressalta que a violência atingiu seu ponto mais agudo na escola com o bullying LGBTfóbico.

Pergunto sobre o que acha das políticas públicas direcionadas para o público LGBTQIA+ brasileiro, o entrevistado relembra e colore algumas ações representativas para a agenda de luta dos movimentos e coletivos, sobretudo, com relação a Parada, um evento que de certa forma abriu caminhos para que outras ações e manifestações em torno da temática pudessem ser realizadas.

> [...] quando nós olhamos para as políticas LGBTs nós enxergamos diversos problemas, um deles é a nossa representação onde o poder legislativo que é o poder responsável por representar a população não cumpre com o seu papel de legislar e criar direitos, garantir e assegurar direitos à população LGBT por um movimento aí grande e antagonista que existe e nós hoje temos a maioria desses direitos assegurados pelo poder judiciário, isso na esfera federal, entre eles a união homoafetiva, a adoção por casais homo parentais, tivemos recentemente a criminalização da LGBTfobia, entretanto, a gente precisa dar uma atenção as políticas socioassistenciais de saúde integral, de acesso à educação no nosso país, e quando a gente olha para essas políticas a gente percebe que muitas delas existem no papel, existe uma diretriz e um plano incrível, entretanto, ele não consegue ser efetivado, cada vez mais o movimento cria novas políticas e reivindica, entretanto, vai deixando para traz o que ainda não foi feito e que precisa de fato tornar-se realidade e, a gente olha para um ponto onde a população de pessoas trans ainda continua sendo marginalizada e que se encontra numa situação de vulnerabilidade, isso vai desde de o acesso ao emprego que é uma das questões mais debatidas a inserção das pessoas na educação, onde a gente vê pessoas trans que saem do ambiente escolar porque estão sendo excluídas lá dentro, por questões muita básicas para nós que somos pessoas cisgêneras, então é importante a gente ter esse olhar e entender qual que é a população LGBT que está mais vulnerável às políticas e que

> tem uma necessidade maior para a gente alcançar equidade [...] (ENTREVISTADO F)

O entrevistado relembra diferentes elementos que precisam ser avaliados para responder essa pergunta tão complexa, portanto, de qual sujeito falamos e qual o espaço que está sendo negligenciado a esse sujeito. Também faz questão de mapear o principal inimigo do Movimento, a Bancada Evangélica e a ala extremamente conservadora que, além de barrar as propostas e políticas de inclusão dessa comunidade, também atua para a retirada dos direitos já conquistados.

Para estabelecer um diálogo mais próximo da realidade e para atuar auxiliando outras pessoas a passarem por esse processo ele se inseriu em um coletivo chamado SOMOS de Lins – SP, Comissão Municipal da Diversidade Sexual, RedeGay e Aliança Nacional LGBTI+, dessa forma, amplia sua escala de atuação e potencializa a luta pelos direitos dessa população em diferentes escalas.

Pergunto sobre o que motiva a comunidade a se organizarem em movimentos e coletivos, ele ressalta que o que motiva é a representatividade que se pode obter a partir da organização e da luta pela causa, de certa forma é "dar voz" para aqueles que não podem ocupar aquele espaço por se encontrarem em uma situação de extrema vulnerabilidade ou por falta de conhecimento e discernimento de que a luta é um caminho importante para a conquista dos direitos que beneficiam a todos.

No cenário político a religião se apresenta como principal inimigo, entretanto, não se trata de qualquer religião mas daqueles sustentadas por uma moral judaico-cristã, que através das instituições e dos templos religiosos expandem a sua ideologia e a sua forma de conceber o mundo, a sexualidade, a família, entre outros temas, para ele o Estado deveria garantir a sua laicidade, assim "é a construção e a efetivação dentro do Estado Democrático de Direito através do Estado Laico que precisa ser, de fato, uma regra no nosso país" (ENTREVISTADO F).

Pergunto sobre como o entrevistado compreende e vê a Parada, ele a identifica como uma importante ferramenta de mobilização e visibilidade, bem como uma importante manifestação política e cultural, já que acontece a união de diferentes sujeitos que lutam por um ideal comum, a liberdade e o direito de ser quem se é.

> **P:** Você considera a Parada LGBT como um ato político? Se sim, por quê?

> **E:** Acredito que seja um dos maiores atos políticos que o movimento LGBT promove em diferentes localidades no mundo todo anualmente com o objetivo de promover os direitos humanos, a cidadania, promover o debate, proporcionar esse debate dentro desses espaços, empoderar as pessoas e trazer esses grupos para dentro do que a gente vêm realizando, de como a gente se expressa, de proporcionar e mostrar a nossa cultura, principalmente, na população LGBT e assim mostrar também que nós existimos, que nos resistimos, que nós estamos dentro daquela localidade, daquela cidade, e daí a gente precisa pensar também que as paradas elas não podem acontecer de forma isolada né, porque ela é uma celebração, e essa celebração é devida a diversas ações e atividades que a antecedem, seja numa semana, num mês, ou durante todo ano através de ações em defesa da população LGBT. (ENTREVISTADO F)

Para o entrevistado, além da Parada representar um ato político e cultural, também altera a dinâmica do município, agrupa diferentes grupos vindos de outros municípios e, portanto, movimenta a economia da cidade, acredita que o formato da Parada com trios elétricos, bandeiras, movimentos sociais, música e outros elementos atrai esses sujeitos a participarem e prestigiarem o momento. Ao mesmo tempo acredita que a Parada por si só não tem o poder de acabar com o preconceito, mas deve ser usada como um instrumento de luta e politização em defesa e promoção da causa.

4.5.7. Entrevistado G

O entrevistado G é um homem gay de 36 anos, cisgênero, branco, solteiro, espírita e residente da cidade de Mogi das Cruzes - SP. Ser gay para o entrevistado é uma condição normal e se apresenta como mais uma orientação sexual existente, se sente privilegiado por ter sido acolhido pela sua família, dessa forma, não sofreu nenhum tipo de opressão dentro de casa, deixa claro em sua fala que o maior problema está na rua e em outros espaços externos, evidencia também um esforço extra que deve ser desempenhado/induzido por pessoas LGBTQIA+ para que alcancem seus objetivos.

Desde a infância o entrevistado já se reconhecia ou pelo menos sentia que tinha uma orientação afetiva, romântica e sexual para outras pessoas do mesmo gênero que o seu, no entanto, é somente quando ganha maturidade que se assume essa orientação/identidade, vemos em outras falas que esse processo é muito comum e aparece em diferentes momentos nas outras entrevistas, isto é, já no momento da infância é possível recordar e relembrar algum momento que de certa forma marcou esses sujeitos, o passado construído por eles/as está conectado com o presente e certamente possibilitará a construção do futuro, bem como de suas identidades e expressões.

Um dos maiores problemas em se "assumir" ou se posicionar territorialmente como um homem gay para o entrevistado, está na ausência de referências, de pessoas em que pudesse se espelhar e se identificar, recorda que cresceu nos anos 1980 e 1990 e nessa época não viam muitas pessoas na televisão, relembra somente alguns personagens como "Painho" e Jorge Lafond, dessa forma, a falta de representatividade e figuras simbólicas produz também uma ausência de significados e diminui, segundo ele, a possibilidade de se colocar e de buscar pelo seu lugar no mundo.

O entrevistado relembra durante alguns momentos da entrevista o privilégio de ter tido poucas dificuldades para arrumar um trabalho e também pelo fato de sua família ter aceitado sua sexualidade de uma forma "natural" e respeitosa, segundo ele em alguns momentos o assunto incomoda um pouco, dessa forma, evitam tocar muito nesses assuntos, mas relembra que sempre foram muito receptivos e nunca foi excluído de nenhum espaço, assim, "apesar da questão da sexualidade não ser uma coisa assim muito profunda na família, no entanto, a minha vida com eles é normal, sou respeitado por todos" (ENTREVISTADO G).

Sobre o apoio familiar:

> No meu caso o apoio é muito relativo né, eu me casei por volta dos vinte e um anos, fui construir a minha vida já casado, eu fiquei casado por uns seis anos, a minha construção foi a partir daí, mas a minha família sempre frequentou a minha casa, hoje eu sou separado porque voltei a morar na casa da minha mãe que eu tomo conta e essa construção de se entender no mundo e construir um relacionamento foi a partir daí (ENTREVISTADO G).

Sobre o ato de se assumir e de se posicionar territorialmente como um homem gay, o entrevistado relata que se assumir é algo muito relativo e expõe uma reflexão acerca desse tema. Recorda que nunca chegou a falar que era um homem gay exatamente pelo fato de sair de casa para morar com seu parceiro, assim, entendia não ser necessário falar aquilo que já estava explícito e que todos tinham conhecimento, questiona a posição em que as pessoas LGBTQIA+ são colocadas, isto é, dentro do armário, as pessoas heterossexuais não necessitam sair do armário da heterossexualidade, por que LGBTQIA+ precisam?

O entrevistado relata que nunca encontrou tantas dificuldades no dia a dia pelo fato de ser homossexual, relata que aconteceram um ou dois casos, todos eles concentrados na esfera do trabalho. Uma de suas patroas o ofendeu pelo fato de ser gay, mas, acredita que por trabalhar em um ambiente que realiza uma discussão em torno dessas temáticas (artes plásticas e hotelaria) a sua inclusão nesses espaços é facilitada. Acredita que sofreu mais

preconceito por ter vindo da periferia e por ter sido pobre do que exatamente por ser gay, isso evidencia como todas as relações estão imbricadas, unidas e se interseccionam, assim, não podemos tratar somente sobre gênero, somente sobre raça, somente sobre sexualidade, somente sobre questões étnicas, visto que todas elas compõem ao mesmo tempo o corpo e fazem parte dos sujeitos.

Espacialmente, ele encontra algumas dificuldades, sobretudo, pelo medo de ser agredido e violentados nos espaços públicos, isso nos revela a existência de territórios do medo, isto é, territórios que representam a determinados corpos e sujeitos um perigo, um risco, uma zona de não circulação, um não pertencimento e exclusão. Ele relata que se sair para passear com um companheiro e quiser dar um beijo pode sofrer algum tipo de violência, o medo da agressão é muito latente em sua fala, isso impede que demonstre ou vivencie afetos em espaços públicos, algo que é feito "naturalmente" por casais heterossexuais.

Em relação a utilização as suas espacialidades:

> Olha no dia a dia eu frequento mais mercado, loja, lotérica, no dia a dia né, mas em outras questões, para sair mesmo, eu vou mais em museu, exposições, a própria vida cultural, mas curiosamente, eu moro em Mogi das Cruzes, mas eu frequento mais São Paulo, que é onde eu sou mais relacionado, onde eu frequento menos por incrível que pareça são casas noturnas LGBTs, eu acho que depois que eu fiz trinta, eu comecei a buscar lugares que dá para sentar, que nem bar, eventos que são mais calmos, tive uma mudança de comportamento cultural, então hoje que as casas noturnas são os redutos né, onde todo mundo se sente seguro, se sente bem, mas esses curiosamente são os lugares que eu menos vou, realmente eu prefiro espaços culturais que é onde eu frequento mais (ENTREVISTADO G).

Na fala anterior do entrevistado fica claro a existência de uma relação escalar (Mogi das Cruzes x São Paulo), o município de São Paulo – SP, aparece em muitas falas como um espaço de convivência e troca desejado por todas as pessoas LGBTQIA+, o principal evento, a Parada de São Paulo – SP, mobiliza milhares de pessoas que residem em município do interior do Estado e até mesmo de outros Estados. Essa mobilização e essa capacidade de atrair esse público, se dá pelo fato de o município fornecer equipamentos culturais que outras cidades não fornecem aos seus moradores.

Pergunto se ele já foi impedido de frequentar algum espaço por ser um homem homossexual e ele relata que nunca sofreu esse tipo de impedimento, no entanto, identificamos uma contradição em sua fala já que anteriormente ele havia reconhecido o medo e a sensação de perigo ao andar na rua ou em qualquer outro espaço público com um companheiro.

Sobre o sofrimento de violência ele relata que já sofreu violência psicológica no trabalho, foi perseguido, humilhado, teve seus direitos violados e também foi ameaçado pela sua antiga patroa, nesse momento teve que tomar a decisão de entrar na justiça e efetuar o cancelamento do contrato de trabalho.

Relata que esses acontecimentos provocam uma insegurança, mas também provocam uma reação que consiste no ato de se preservar. Pergunto a ele o que significa se preservar, a resposta é interessante porque também revela aquilo que muitas autoras e autores identificam como performatividade/performance de gênero, isto é, ele revela que por não ser um gay "caricato" não chama atenção e quase nunca é percebido nos espaços de tal forma, mas também ressalta que não se trata de uma forma de se esconder ou disfarçar, ele se reconhece assim, é sua personalidade.

> **P:** Você possui amigos que já sofreram algum tipo de violência?
> **E:** Sim, como eu fazia parte de uma associação que não tinha como objetivo fazer a parada, que era o Fórum Mogi LGBT, tinha várias ações sociais e uma delas era dar amparo a pessoas que sofreram alguma violência, motivo de homofobia, já teve até casos de assassinato na cidade, a gente identifica muitos grupos que são vulneráveis, os grupos das trans, principalmente, as que fazem programas na rua, elas são um dos grupos mais vulneráveis, então esses casos apareciam, desde a violência dentro de casa com os que são mais jovens, com quem ganha a vida na rua, no trabalho, na terceira idade já tivemos casos de exploração financeira pela família, porque as vezes a gente pensa que essa violência se dá só no mais novo, mas não, existe violência em todas as faixas etárias e de diferentes formas (ENTREVISTADO G).

O fato de não sofrer violência pela sua performance ou comportamento no convívio social, não o excluí desse universo cheio de problemáticas e desigualdades, ele relata que quando participou da associação e do Fórum Mogi LGBT identificou e atendeu uma série de casos de abandono, LGBTfobia e casos até de assassinatos de pessoas LGBTQIA+. Segundo ele, durante esse trabalho é possível reconhecer quais são os grupos mais vulneráveis e mais expostos a esse tipo de violência, assim, dá destaque para a população Trans e pessoas que ganham a vida realizando programas nas ruas.

Sobre a sua participação em movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais, o entrevistado relata que já participou, mas diante do governo federal que se mostrou autoritário e inflexível a essas pautas, permanece com um pouco de receio; esse afastamento dos movimentos também se deve ao fato de que essa polarização também está presente nos movimentos, segundo ele houve um posicionamento de alguns membros de transformarem a posição do movimento numa posição mais radical para a esquerda, no

entanto, essa mudança de posição e viés não o representa, assim, ele relata que "esses coletivos e associações são formados por pessoas e essas pessoas tem um envolvimento político, social e cultural, as vezes se você não apoia você é excluído" (ENTREVISTADO G).

Pergunto a ele o que entende por movimento social, a resposta é bem interessante. Segundo o entrevistado, movimento social não é só a Parada, na verdade, a Parada é só mais uma das ações realizadas pelo coletivo, é só um membro desse corpo completo, relata que agora no contexto de pandemia, tem percebido ação de muitas associações, atuantes, sobretudo, no interior do Estado, essas ações têm promovido a criação de uma ampla de rede de solidariedade que tem minimizado os impactos da pandemia na população LGBTQIA+.

> [...] uma Parada é uma mobilização social, ela tem a parte política, tem a parte de protesto, tem a parte cultural, tem a parte que é mais importante que é a reivindicação de direitos, ela é muito mais do que um show, um desfile, é muito mais do que isso, é uma mobilização social, a gente convida as pessoas a saírem de casa para participarem de uma caminhada, uma caminhada com o objetivo de se mostrar né "olha quantos somos", se a gente se mobilizar o quanto a gente ainda consegue de direito, mas não são todos que tem esse entendimento, se a gente tivesse isso mais claro teríamos avançado em muitos direitos que ainda não temos, que avançou, mas poderia avançar bastante em relação a tudo isso, então eu vejo dessa forma. (ENTREVISTADO G).

O entrevistado possui o entendimento de que a Parada comporta uma série de temas e produz uma série de significados e ressignifica outros, assim, para ele a Parada é um espaço político, de protesto, cultural, show, desfile, mobilização social, entre outros. Dessa forma, ela atende o objetivo central, isto é, de demonstrar a quantidade de pessoas que existem e se reconhecem como LGBTQIA+.

Pergunto também sobre o principal enfrentamento que uma pessoa LGBTQIA+ e segundo o entrevistado, depois da polarização política quando você se reconhece como uma pessoa que luta pela causa ou simplesmente pelos Direitos Humanos, você logo é colocado na caixinha dos movimentos/partidos de esquerda, ou então, classificado como um radical de esquerda e subversivo, ressalta que isso é um problema já que interrompe qualquer possibilidade de diálogo. Segundo ele, precisamos de representantes de todos os partidos (com exceção dos partidos de extrema direita), colocar pessoas LGBTQIA+ para ocupar cargos municipais, estaduais e, se possível, até em nível federal, questiona o fato de não termos tido até os dias atuais um governador ou presidente LGBTQIA+ e ressalta que está na hora desse processo acontecer, visto que além de ser representativo, é também uma possibilidade de transformação da realidade.

Sobre a Parada, o entrevistado reconhece alguns pontos e elementos interessantes e que nos ajudam a entender melhor esse contexto que é construído pelos movimentos sociais em torno dessa ação. Para ele, a grande referência de Parada é a de São Paulo, pela sua capacidade de aglomerar várias pessoas, pela proporção dos assuntos veiculados na grande mídia e pela repercussão internacional provocada por ela.

Quando relata a organização da Parada no município de Mogi das Cruzes – SP, aponta mais problemas do que resultados positivos, segundo ele a ação é promovida pelos coletivos e movimentos sociais e financiada pelo Estado de São Paulo que realiza o pagamento do trio e três atrações que deveriam ter um vínculo local.

A partir da segunda Parada de Mogi das Cruzes – SP, houve o financiamento também pelo governo estadual e pela APEOSP que segundo ele provocou um enorme conflito pela representação e pela tomada de protagonismos, já que essa organização inseriu diferentes bandeiras partidárias (PT/PSOL) e ao invés de ser um espaço de promoção de discussões e pautas LGBTQIA+, se tornou um desfile de partidos políticos, assim, "a bandeira do movimento ficou em último plano, aí perdeu o foco, para mim não representou, eu vejo que é isso que a gente precisa daqui para frente, eu não concordo com esse posicionamento" (ENTREVISTADO G).

Pergunto também como foram as vezes que ele participou das Paradas, se haviam bandeiras, movimentos socioespaciais/socioterritoriais, gritos de ordem, conteúdos políticos, música etc. Ele relata a existência de gritos de ordem, presença massiva de partidos políticos, muitas pessoas com bandeiras de movimentos andando no chão, relata que as bandeiras dos partidos não chegaram a ocupar o trio elétrico, relata a existência de bastante conteúdo político através de panfletos e informações sendo distribuídas durante todos os momentos da ação.

O entrevistado considera a Parada como uma mobilização social, sobretudo, porque segundo ele os LGBTQIA+ se mostram, mostram a sua força e a sua capacidade de ocupar espaços de representação e visibilidade. Além da movimentação política, ressalta também a movimentação econômica ao comparar a Parada com o evento da Fórmula I, segundo ele, esse poder econômico é o mais representativo, a Parada movimenta muito dinheiro, dessa forma, podemos exercer um discurso nesse sentido, no sentido do poder econômico e da força que os LGBTQIA+ possuem. No entanto, não se trata só de um poder econômico, é também político porque fala de saúde, questões sociais, culturais, entre outras.

> **P:** Você acredita que a Parada pode ser tanto política como festiva?
> **E**: Sim, eu acredito, tanto que isso que quer dizer a mobilização social né, ela pode ser cultural, festiva, política, social, de ações de saúde, educação e trabalho, ela é muito mais do que uma festa, ela agrega muitos outros valores juntos por isso ela é tão importante, porque ela consegue agregar vários valores que tem a ver com o nosso universo né, é uma oportunidade de reunir várias pessoas no mesmo local e aproveitar que essas pessoas estão reunidas e para diluir certos assuntos que as vezes existe uma certa resistência em falar, como questão de saúde, de política, de formação política, então ela é agregadora (ENTREVISTADO G).

A Parada traz um beneficiamento não somente às pessoas LGBTQIA+, ela beneficia as famílias heterossexuais que vão prestigiar o evento, ela beneficia marcas de empresas, beneficia pequenos empreendedores, beneficia a rede hoteleira, enfim, existe uma série de pessoas e instituições que são beneficiadas por essa ação, segundo o entrevistado.

A relação escalar entre a ideia de se construir uma ação como a Parada e a materialidade dessa ação são coisas completamente distintas, uma está contida no território imaterial, a outra ganha forma e se materializa. A construção da Parada em seu município foi muito difícil, porque nem o próprio movimento acreditava em sua realização, assim, houve a necessidade de conquistar essa ideia internamente nos movimentos, depois levar a ideia ao poder público, até a sua realização, relata que "foi tranquila, a gente conseguiu mobilizar a população do Alto do Tietê e também teve muita gente de São Paulo que veio para apoiar". (ENTREVISTADO G)

Pergunto se a Parada altera a dinâmica do município e o entrevistado traz uma série de elementos que comprovam essa mudança e essa transformação, ainda que efêmera. Ele ressalta que a transformação espacial/dinâmica que acontece na cidade no dia da realização da Parada aconteceria também em qualquer outro evento que possua essa magnitude, como por exemplo, carnaval, vestibulares nacionais, feiras, entre outros.

A Parada, segundo ele, não tem poder por si só de acabar com o preconceito e com a intolerância, mas é um caminho de promoção da diversidade e de discussões que ainda não são feitas da forma como deveriam em outros espaços. O entrevistado acredita que para combater a intolerância e o preconceito devam ser criadas leis efetivas e que funcionem, segundo ele precisamos avançar muito nessa questão, no entanto, a Parada para ele é o momento da saída do "gueto", momento de sair para luz, de mostrar a cara e também que "somos muitos"; as Paradas representam, portanto, espaços de sociabilidade, visibilidade e poder.

4.5.8. Entrevistado H

O entrevistado H é um homem cisgênero, branco, gay, 31 anos, católico, solteiro e morador da cidade de Mogi Guaçu – SP. Ser gay para o entrevistado é absolutamente normal, não considera que exista nada de especial nessa condição, sobretudo, no que diz respeito a sua vivência. No entanto, apesar de não reconhecer nada de especial e entender a homossexualidade como uma orientação qualquer, ressalta que perante a sociedade seu corpo e as suas práticas sexuais são reprovadas e colocadas numa posição ininteligível, ou seja, que não se pode entender. Assim, "somos tratados com desrespeito mesmo, com rancor, com ódio, em especial por parte da política nacional, em especial por alguns setores mais conservadores, religiosos" (ENTREVISTADO H).

O entrevistado se identificou como um homem gay a partir dos 16 e 17 anos, ressalta que o fato de se encontrar nesta condição mais tardiamente não apaga ou omite a sensação e os elementos que já reconhecia em sua personalidade, atração e afetividade em relação aos outros corpos, dessa forma, passa a se reconhecer e se autoafirmar a partir do entendimento que ganha em relação a esse universo.

O processo de conhecimento e aceitação em relação a sua sexualidade não foi turbulento, apesar de encontrar-se em uma posição de insegurança e medo. O apoio da família foi algo importante para a construção do que ele é hoje, relata que sempre teve total apoio e respeito por parte de seus familiares.

> O restante da minha família também recebeu isso de maneira muito bacana, assim, sabe, muito acolhedora mesmo, nunca foi um problema para minha família a minha sexualidade em si. Nisso eu tive sorte, na verdade, porque nem todos os casos isso acontece, então eu fui muito bem recebido, muito bem acolhido, compreendido e acho que isso é extremamente importante para a pessoa se sentir em paz, reconhecer o seu lugar no mundo, reconhecer a importância que ele tem para fazer militância por isso, pra realmente ajudar outras pessoas, então ser bem recebido pela sua família e pelos seus amigos é fundamental pro seu crescimento interno. (ENTREVISTADO H)

O questiono sobre as possíveis dificuldades que ele poderia encontrar no dia a dia pelo fato de se afirmar como um gay, a resposta vai muito de encontro ao que outros participantes desta pesquisa reconhecem como "passibilidade" ou "performance", isto é, o fato de não expressarem de forma concisa e veemente um padrão de comportamento e estereótipo construído socialmente em torno do homem gay, da mulher lésbica etc.

Dessa maneira, ele relata que não encontra dificuldades por ser um homem cisgênero e por considerar que sua aparência o ajuda a ser aceito em determinados lugares, relata, "eu sou um homem, de 1,75, barba, de aparência talvez mais sisuda, não tenho trejeitos no andar e no falar, então eu acho que não tenho esse tipo de problema" (ENTREVISTADO H).

Relata que se alguém possui uma aparência mais feminina, um jeito de andar mais "chamativo", um rosto mais delicado ou então se veste de maneira mais extravagante, essa pessoa certamente sofrerá mais violência e processos de violação, relembra alguns momentos que vivenciou junto a colegas que foram agredidos verbalmente e fisicamente por se comportarem dessa maneira. Fica claro que os símbolos que carregamos em nossos corpos, são passes de entrada livre ou proibida a partir das nossas práticas espaciais, esse debate será detalhado de forma mais precisa e teoricamente referenciado nas páginas posteriores, mas exemplos como esse nos ajudam a entender esse processo e a geograficidade de toda essa relação.

Ele afirma que os espaços que mais frequenta na cidade são centros de compra, como shoppings e lojas comerciais, também frequenta cinemas e restaurantes. Templos religiosos constituem-se como os lugares que o entrevistado menos vai pelo fato de não se sentir acolhido e também por possuir vários desacordos com algumas religiões.

Quando pergunto se o entrevistado já sofreu algum tipo de violência (física, psicológica, patrimonial etc.) ele adentra em uma leitura interessante acerca de ser LGBTQIA+ e se posicionar politicamente como tal, dessa forma, relata que todas e todos LGBTQIA+ já sofreram algum tipo de violência em sua vida por ser quem se é.

> Em determinado momento da minha vida, eu era professor de um colégio particular, então a mãe de uma aluna foi até a escola, após a reunião de pais, pediu para conversar com a direção desse colégio particular e disse que eu não era professor pra eu dar aula pra filha dela, que tinha crescido a partir de ensinamentos religiosos muito valorosos, cristãos e, por isso, eu não era um bom exemplo para a menina dela no sexto ano do ensino fundamental, eu dava aula pra menina dela. Então, ela disse que se eu não fosse demitido, ela conversaria com outros pais que pensassem como ela e tiraram seus filhos da escola e acabou que, no final do ano, eu fui demitido da escola e se foi exatamente por isso eu não posso afirmar com propriedade, mas eu tenho quase certeza que sim, é, porque não tinham outros motivos que tirasse meu papel enquanto professor daquelas crianças, não acho nem que a questão foi de comportamento, ou de eu ter me colocado de maneira muito espalhafatosa, talvez foi preconceito puro realmente, ela pode ter identificado o fato de eu ser gay ou talvez em alguma rede social ou ali no conversar pessoalmente ela deve ter tirado suas decisões, porque a gente fala e temos algumas características comportamentais, né, obviamente, que são e que acabam passando o que a gente é, até pelo fato da construção do próprio ser e tudo mais (ENTREVISTADO H).

A partir do relato anterior fica mais claro que toda a comunidade LGBTQIA+ pode em algum momento sofrer qualquer tipo de violência, é óbvio que alguns corpos sofrem mais intensamente esse processo de violação, mas os corpos que performam e tem suas práticas espaciais e comportamentos próximos do padrão heteronormativo também sofrem esse processo, no entanto, dependendo do recorte, contexto e das intersecções, sofrem com menor intensidade.

O entrevistado é integrante da Associação e Grupo Voo de Liberdade (AGVL), que consiste numa organização que atua desde janeiro de 2012 na realização de eventos, ações, palestras, seminários, exposições fotográficas, literatura, cultura, pintura, entre outras, visando a promoção da comunidade LGBTQIA+, além de produzirem várias ações na cidade durante o ano.

Ele acredita que um movimento social consiste em um agrupamento de pessoas que possuem objetivos semelhantes, ideias semelhantes e que visam elaborar projetos e lutar por uma causa, promovendo ações para que aquela causa ganhe visibilidade e força diante da sociedade.

Sobre o principal enfrentamento que uma pessoa integrante da comunidade pode sofrer, ele ressalta que os problemas e as conflitualidades que cada sujeito enfrenta e enfrentará variará muito da posição que ele/a ocupa na sociedade de forma geral, ao mesmo tempo, ressalta alguns elementos contidos na esfera da classe social, raça, gênero, etnia, entre outros, que influenciam na aceitação de determinados corpos ou não, na intensidade das opressões etc.

> Agora, de maneira geral, eu posso dizer que em Mogi Guaçu, eu encontro muita dificuldade na militância quando a gente chega em frente ao poder público e eles alegam que não tem preconceito, então a gente não precisa promover nenhuma exaltação da comunidade LGBT, porque eles não têm preconceito, né, e eles exemplificam essa falta de preconceito deles, isso foi algo que aconteceu comigo em especial com o executivo aqui em Mogi Guaçu, com o prefeito mesmo, que ele se identificou uma pessoa aberta, né, às diversidades, porque na época da faculdade dele e na casa dele tinha um rapaz que era LGBT e por ter morado com esse rapaz LGBT, na época da faculdade dele, imagina isso lá na década de 70 (risos), foi o contato mais próximo que ele teve com um LGBT (ENTREVISTADO H).

O entrevistado participou e contribui ativamente na organização de todas as Paradas de Mogi Guaçu – SP, ele aponta a participação e organização de oito Paradas, demonstra que existe uma relação de construção e aproximação com outros municípios como Campinas, São João da Boa Vista, Mogi Mirim, Araras, Rio Claro e São Paulo.

O entrevistado considera a Parada como um evento legítimo e que visa a promoção das identidades que são excluídas de vários processos na sociedade, relata que muitas pessoas acreditam que a Parada é um "oba oba", só festa, bebida e música, não conseguem identificar o elemento político contido na organização desse evento.

O entrevistado relata que as Paradas sofrem influências umas das outras, um movimento influencia o outro, assim, se foi implantado um modelo de Parada em determinado município e esse modelo obteve êxito, outras paradas serão organizadas e se inspirarão naquele município exitoso.

Em suas participações, ressalta alguns símbolos e ideias expressas nessa ação, como a presença de bandeiras de movimentos sociais, falas direcionadas ao público ali presente, rede de participação de movimentos sociais, trocas de experiências, diferentes pontos de vistas (político, econômico, social, cultural etc.).

> **P:** Você acha que a Parada traz maior visibilidade e conteúdo político para a luta e causa LGBT?
> **R:** Com certeza a Parada LGBT traz maior visibilidade e conteúdo político para a luta e para a causa. A Parada LGBT é a nossa manifestação mais vista, né, seja no Brasil ou no mundo, é a ação de maior visibilidade que a comunidade consegue produzir e tem uma visibilidade muito grande, tem um impacto muito grande. Falam muito da Parada quando ela acontecesse, seja nos municípios interioranos ou nos grandes centros, então é algo que coloca sim a comunidade em visibilidade e também deixa nossa comunidade em evidência, pra comunidade como um todo, pra sociedade como um todo, com certeza a Parada tem esse papel, ela cumpre muito bem esse papel de levar para um número maior de pessoas a causa, pra nossa em especial (ENTREVISTADO H).

O entrevistado, como um dos organizadores da Parada de Mogi Guaçu – SP, ressalta que a organização desse evento é fruto de um envolvimento político e de uma construção que parte, sobretudo, de um coletivo/movimento organizado, o apoio do poder público pode existir em determinados momentos, mas quem de fato estabelece a linha política e coloca as pessoas na rua são os coletivos e movimentos que participam dessa construção.

Pergunto sobre a repercussão das Paradas no município, entende que as Paradas possuem seus apoiadores, ou seja, aquelas pessoas que participam, que incentivam as ações e que prestigiam o evento mesmo não sendo LGBTQIA+, no entanto, existe também uma parcela da sociedade, sobretudo, religiosa, que não considera o evento legítimo. O entrevistado ressalta o posicionamento de alguns vereadores da Câmara de Mogi Guaçu – SP que são completamente contrários a esse evento.

O entrevistado relata que a Parada modifica a dinâmica espacial, econômica e cultural do município, cita a Parada de São Paulo como um exemplo do poder político e econômico contido nessa ação, relembra que essa manifestação traz recursos financeiros expressivos em apenas um único dia de realização, segundo ele a Parada movimenta o setor hoteleiro, vestuário, restaurantes, bares e boates etc.

Ele acredita que a Parada contribui em seu desenvolvimento enquanto pessoa, segundo ele a Parada trouxe mais consciência do seu lugar no mundo e da posição política que ocupa, também trouxe muita percepção de que toda essa movimentação precisa ser feita por toda a comunidade para que as desigualdades e os abismos existentes sejam superados, ou pelo menos diminuídos.

4.5.9. Entrevistado I

O entrevistado I é um homem gay, cisgênero, branco, católico, solteiro e morador da cidade de Presidente Prudente – SP. A entrevista realizada com o entrevistado I é relevante e traz diferentes elementos para a dissertação. Ele o proprietário da única boate LGBTQIA+ de Presidente Prudente – SP, esse espaço estabelece uma conexão que deve ser observada e também com algumas ações de ampla visibilidade, como a Parada por exemplo.

Ele considera que ser gay é algo diferente, ou pelo menos é considerado diferente por uma parcela da população, ao mesmo tempo reconhece essa orientação como uma expressão de orgulho e força, reconhece que "hoje é mais fácil do que anos atrás, mas ainda é carregar um preconceito, é carregar um fardo, muitas vezes, é carregar um rótulo que não é muito bem-visto pelas pessoas" (ENTREVISTADO I).

O entrevistado se identificou como homossexual já na adolescência, apesar de em muitos momentos negar ou lutar contra aquilo que entendia como um "sentimento desconhecido", ressalta que é nessa fase que passa a se sentir atraído por outros homens.

Pergunto ao entrevistado como foi para ele e sua família o processo de conhecimento em relação a sua sexualidade. Ele relembra que o seu processo de aceitação e exposição da sua sexualidade se deu de forma tardia, entende que até o momento de se assumir viveu sobre a marca da dor, ou seja, o fato de se esconder ou não demonstrar o que de fato sentia o fez esconder alguns sentimentos importantes.

Ele apresenta uma frequência maior na casa noturna New York, espaço que está sob os seus cuidados, frequenta alguns bares mais alternativos da cidade, frequenta com menor intensidade baladas de héteros pelo estilo e por haver nesses espaços uma maior negação.

> De modo direto não participo, mas de modo indireto, digamos que como boate voltada para o público LGBT, acho que a gente apoia e, muitas vezes, até coorganiza está junto mesmo com os movimentos. Em relação à Parada LGBT, por exemplo, a Casa de Apoio ao público LGBT, a gente sempre está como parceiros desses órgãos e desses movimentos que lutam pelo público LGBT (ENTREVISTADO I).

Ele apresenta o seu espaço (*New York*) como um importante encontro da comunidade LGBTQIA+ de Presidente Prudente – SP. A existência desse espaço e a sua capacidade de concentrar pessoas que se reconhecem e se respeitam nos mostra alguns elementos afirmativos e alternativos no município. Assim, entendemos que existem concretos e legítimos de construção de sociabilidades e referências para além da Semana da Diversidade e Parada.

Quando perguntando sobre o que entende por movimento social, nos revela que é aquilo que se move, pessoas juntas que se movimentam e agem em torno de uma luta, direitos e enfrentamentos, assim, ressalta que um movimento "luta pelos direitos dos outros, inclusive, não só dos meus, mas de toda uma sociedade" (ENTREVISTADO I).

Apresenta o preconceito como o principal enfrentamento, dificuldade ou combate que uma pessoa LGBTQIA+ deve enfrentar em sua vida. Ressalta que nesse processo e ação em curso, as "gays afeminadas", pessoas trans e lésbicas sofrem mais diretamente com as perdas de direitos e com as violações existentes e que se reproduzem cotidianamente.

O entrevistado considera a Parada como um evento positivo, mas relata que existem ainda muitas limitações em torno do desvio do foco e dos objetivos traçados antes do evento. Considera um momento válido para chocar a sociedade, chamar atenção e trazer uma maior visibilidade. Entende que a Parada deve ser um evento equilibrado, ou seja, tanto política como festiva. Entende que tem que ser festiva pois é um momento de orgulho e relembrar o caminho que percorremos. Entende que deve ser política, pois existem pautas e questões de luta política e direitos que precisam ainda ser conquistados.

Sobre a repercussão da Parada no município considera difícil falar sobre, mas de uma forma geral, relata que o preconceito existe, o repúdio ao evento também existe, acredita que a exposição da violência, o ato de mostrar que a violência existe é o caminho para combatermos essas formas de expressão.

Pergunto se existe uma conexão e aproximação entre a Parada e a casa noturna *New York Lounge*, ele relata que sim, que existe uma relação de parceria e troca, sobretudo, pela casa noturna se apresentar como uma apoiadora e patrocinadora do evento, relata que essa parceria já existe há alguns anos.

> **P:** No dia da Parada o consumo de LGBTs na boate aumenta? Qual a média de consumo nos dias normais de festas e no dia da Parada LGBT?
> **E:** Sim, aumenta o fluxo de pessoas, né, o número de pessoas, o movimento total, o consumo aumenta sim, até porque a gente sempre concilia os horários da Parada, das festas que são da Parada, algumas são realizadas no NYL, outras a gente concilia os horários para a gente trabalhar junto. (ENTREVISTADO I).

É evidente a existência de uma relação de apoio entre a casa noturna e a comunidade, isso se dá a partir do impulsionamento da ação e da construção de estruturas que promovem ações em torno do evento principal, ao mesmo tempo, a casa noturna também se beneficia já que, assim como relatado pelo entrevistado, o fluxo de pessoas aumenta e o consumo também.

O entrevistado afirma que em dias normais a casa recebe em torno de 250 a 300 pessoas, no entanto, no dia da festa essa média vai para 500 pessoas, assim, "a movimentação é grande, vêm muitas pessoas de fora, né, toda a região pra cá, então com certeza traz mais movimentação econômica, sem dúvida" (ENTREVISTADO I).

Além do notório aumento do público da boate e consequentemente na arrecadação, o entrevistado relata que vários outros setores se beneficiam com o evento, como os hotéis que recebem um maior volume de pessoas, vendedores ambulantes, área da alimentação, vestuário etc. Vale ressaltar que a New York Lounge é a única boate voltada para o público LGBTQIA+ de Presidente Prudente – SP.

4.4.10. Entrevistado J

O entrevistado J, é um homem de 38 anos, branco, colombiano, cisgênero, homossexual e solteiro. Ele entende que ser LGBTQIA+ é ir para além da sigla, entende que existem outras expressões, orientações e identidades que não são contempladas quando classificamos e criamos uma tipologia para entender o outro corpo ou o corpo "estranho".

Relata que o processo de aceitação e reconhecimento de sua orientação sexual se deu tardiamente, no entanto, recorda que sempre se interessou e sentiu atração por meninos,

acreditava ser somente uma admiração aos meninos que estava mais próximo, mas viu que não, que esse sentimento fazia parte de algo maior.

> E assim foi, eu tive namorada e tudo, mas foi lá na Colômbia, depois de ter namorada, foi um processo que e não consegui continuar, teve uma série de acontecimentos que me levaram a reconhecer e dizer "eu gosto de homem" e a partir desse momento eu fui um gay dentro da minha casa e fora. Foi até chegar aqui no Brasil que eu conheci o movimento LGBT que eu tenho orgulho de ser LGBT, que eu não tenho mais vergonha e comecei a participar das redes, dos projetos que eu identifiquei como LGBT. Então eu sempre falo, que ser gay, ser lésbica, ser bissexual e até transexual não é necessariamente LGBT, porque eu considero ser LGBT um vale, um clube, um grupo, como uma cor, você precisa se identificar, vai além de gostar de outra pessoa, é reconhecer que você faz parte dessas letras e isso foi mais ou menos aos 30 anos que eu me olhei e reconheci e disse "beleza, eu sou LGBT". (ENTREVISTADO J)

Relembra que ao se assumir teve que enfrentar diferentes problemas e dificuldades, sobretudo, em relação à esfera familiar, já que sua família é composta majoritariamente por católicos que identificam nessas expressões comportamentos "desviantes" e, portanto, reprovam qualquer relação que não estejam dentro do que diz as escrituras sagradas.

O fato de não poder ser quem se é trouxe para o entrevistado uma série de problemas físicos e psicológicos, acredita que todos estes problemas surgiram porque foi coibido a não se aceitar e a reprimir os seus sentimentos. Quando começou a namorar uma menina por imposição da família e dos amigos, reconheceu, de fato, que aquilo não fazia parte da sua vida e que deveria se posicionar e se aceitar.

> E mesmo já com um trabalho, sendo profissional, morando fora de casa, pra minha mãe foi um surto, foi bem tenso esse processo na minha vida, porque minha mãe foi bem violenta com as suas palavras, ela é muito religiosa, então são muitos argumentos bíblicos, como inferno e condenação, todas as palavras que possam ser imaginadas e aprendidas na igreja, num palco que a gente esteve e que ela ficou sabendo. Meu pai foi sempre omisso, ficou de longe, ele já nesse momento da minha vida sabe, todos sabem que eu tenho um relacionamento, conhecem meus posicionamentos, mas se fala muito do assunto. Agora minha irmã sempre foi muito mais aberta e meus sobrinhos têm sido uns anjos que caíram do céu, porque eles sabem, eles conhecem meu namorado, eles me perguntam sobre ele, esse processo com eles tem sido mais fácil e com a minha mãe o mais complicado da vida. (ENTREVISTADO J).

Na fala do entrevistado é possível identificar a presença da violência até mesmo dentro da sua própria casa, essas histórias são comuns no meio LGBTQIA+, muitas pessoas são expulsas de casa ou violadas cotidianamente por serem quem são.

Pergunto se ele obteve apoio da sua família e como foi esse processo. Relata que não, o apoio não existiu, no entanto, a sua vinda para o Brasil lhe trouxe uma maior liberdade e tranquilidade em se assumir, assumir a sua sexualidade e se relacionar com pessoas. Relembra que quando era criança, possuía um jeito mais delicado e mais cuidadoso e sempre era repreendido por ter esse comportamento, junto da violência veio também a timidez e a tentativa de se esconder ou fingir ser o que não era.

> Olha, eu posso dizer que minha vida era uma coisa na Colômbia e outra quando eu vim aqui para o Brasil, porque eu cheguei aqui sabendo, me reconhecendo e ter aceitado que eu gostava de homens, mas não imaginava jamais me envolver com o movimento LGBT e criticando muito o tempo inteiro as pessoas LGBTs, as marchas, depois que eu compreendi bastante. Mas foi aqui que eu comecei a conhecer as maravilhas e as belezas do vale, sabe, da comunidade LGBT e das pessoas LGBTs, do mundo LGBT e então a descrição seria basicamente isso. Antes seria a descrição da Colômbia e depois a descrição do Brasil. (ENTREVISTADO J).

Pergunto se ele sente dificuldades no dia a dia por ser um homem gay, ele ressalta que passou muito tempo fingindo ser quem não era, se comportando a partir de elementos e símbolos contidos no campo da heteronormatividade, agora se sente mais livre, sente vontade de mudar a cor do cabelo, o corte, de vestir uma roupa mais colorida, veste e faz o que desejar, identifica esse processo como uma libertação.

Vemos na entrevista do Entrevistado D, que ele nunca havia sido impedido de frequentar algum espaço por ser LGBTQIA+, no entanto, já havia sido impedido por morar em um bairro periférico e por não possuir muitos recursos, assim, a lógica da classe se alia a outros elementos que compõem o ser. Nesse mesmo sentido, ele relata que nunca foi impedido de frequentar nenhum espaço por ser LGBTQIA+, mas já foi impedido por ser estrangeiro e estar no Brasil, relata que já sofreu xenofobia e que a violência se dá e se materializa de diferentes formas e maneiras.

> Não, de fato muito pelo contrário, às vezes eu sou o amigo pet, o que justifica que a pessoa é aberta o suficiente para aceitar LGBTs, mas são LGBTs das minhas características, com as minhas atitudes e as minha expressão de gênero, um pouquinho além a coisa já começa a ser complicada, né. Então não, nunca fui impedido de frequentar nenhum espaço pela minha identidade ou pela minha orientação... Eu tenho impedido sim de frequentar espaços, mas pelo fato de eu ser estrangeiro, mas como não faz parte da entrevista, estou indo exclusivamente pela minha identidade. (ENTREVISTADO J).

Pergunto se ele conhece ou possui algum amigo que já sofreu violência por ser LGBTQIA+, ele relata que sim, que a violência atinge, sobretudo, homens e mulheres trans e pessoas que vivem ou estão à margem, sem acesso à educação, a saúde, ao trabalho etc. Nesse sentido, relata a necessidade da criação de políticas públicas que forneçam a essas pessoas a possibilidade da mudança, afirma que as políticas existem, mas são insuficientes para mudar/transformar a realidade destas pessoas.

Pergunto sobre a sua participação em movimentos socioespaciais e socioterritoriais:

> Bom, nesse momento, depois de uma pausa quase de um ano, faço parte de uma rede latino-americana de geografia e saúde LGBT que a gente está ajudando a criar. Fiz parte de um coletivo, a Casassa, Casa de Acolhimento LGBT de Prudente e Região e do Fórum de Casas de Acolhimento do Brasil, mas no ano passado, por volta de setembro, eu dei uma afastada e agora que estou voltando às atividades, na militância e aos movimentos sociais diretamente com coletivo LGBT, porque estou meio afastado de trabalho com movimentos sociais. (ENTREVISTADO J).

Pergunto sobre a construção da CASASSA – Casa de Acolhimento LGBT de Presidente Prudente – SP. Ele relata que esse projeto surgiu em 2017 quando participou da Semana da Diversidade do município organizada pelo Grupo SOMOS LGBTI+, neste dia foi realizado a construção de uma roda de conversa sobre LGBTfobia e racismo no Centro Cultural Matarazzo, relata que esse evento foi, na realidade, um desabafo, todos e todas colocaram para fora suas dores e questionamentos em torno de ser LGBTQIA+ e de todas as questões que envolvem a vida e o corpo.

> E essa ideia ficou na minha cabeça e eu fui na imobiliária e a casa ficava perto do Nagaí, lá no Jardim Paulista e no fundo da minha casa tinha uma casinha que não estava sendo alugada, quer dizer, estava pra alugar, mas não estavam conseguindo e aí fui falar com a imobiliária, ofereci um acordo e aluguei as duas casas e cheguei no dia seguinte, numa quarta, a reunião foi no Sesc, e falei "gente, lembra da casa que falamos? Agora temos casa". Aí várias pessoas se juntaram no projeto e postamos no Facebook; a ideia foi posterior, pensamos em algumas coisas, na Parada nós falamos no microfone convidando as pessoas, na segunda a gente compartilhou no Facebook e mais de mil pessoas começaram, muita gente, começamos a ver as respostas e querendo muito fazer. Convocamos para uma reunião geral, muitas pessoas, pessoas importantes nesse processo como a Fran do Levante levou várias pessoas, o Marcelo Luiz, a Olívia, a Suri comigo nessa reunião, preparamos a apresentação e o Vagner também do Somos e do Levante, de todos os movimentos da cidade e várias outras pessoas que eu estou esquecendo agora, o Rodrigues também estava aí nessa primeira etapa. Organizamos, criamos GTs, começamos a trabalhar para fazer eventos, porque tínhamos a casa, mas precisávamos pagar o aluguel casa, mobiliar a casa, fazer todo o processo e deu certo, esse primeiro semestre que foi final de 2016, foi o ano de fazer eventos culturais, fazer eventos para arrecadar dinheiro e conseguimos pagar o aluguel e ter uma poupança e janeiro de 2018 a gente abriu a casa com o primeiro acolhido que

> era um homem trans e todo ano de 2018 continuamos fazendo evento e acolhendo e recebendo as pessoas que foram expulsas de sua casa durante esse tempo. (ENTREVISTADO J)

Assim, a CASASSA surge como uma possibilidade de transformar essas vidas que não possuem se quer uma única oportunidade. O entrevistado declara que o surgimento deste projeto marca o início de algo maior, pois envolve não somente um coletivo ou organização, mas toda uma rede de pessoas e movimentos que lutaram para manter a CASASSA ativa, no entanto, recentemente este projeto se findou por falta de recursos.

4.4.11. Entrevistada K

A entrevistada K é uma mulher cisgênero, possui 65 anos de idade, é aposentada, heterossexual, moradora da cidade de Iguape, solteira, negra e espírita. A entrevista realizada com ela evidencia uma série de processos e discussões que são relevantes para os entendimentos das Paradas e de suas ações congêneres, bem como para o entendimento da organização dos Movimentos Socioespaciais e Socioterritoriais que disputam o Espaço Urbano de diferentes cidades brasileiras.

Diferentemente dos outros participantes entrevistados até aqui, ela é uma mulher cisgênero e heterossexual, portanto, não se trata de uma pessoa LGBTQA+, no entanto, seu papel e ativismo na luta pela diversidade sexual e de gênero na cidade de Iguape e Ilha Comprida é intenso e evidencia um comprometimento com a causa, veremos a partir de sua fala que existem algumas complicações pelo fato da mesma não ser LGBTQIA+, isso se dá pelo não reconhecimento de uma pequena parcela da comunidade.

> Olha, o que o mundo LGBT significa para mim, é um mundo igual a todos os outros mundos, as únicas diferenças que eu vejo pessoas, eu não vejo, é o que eu falo, mesmo sendo mulher, hétero, feliz com a minha orientação sexual de nascimento, eu não vejo diferença, eu vejo pessoas, então o que o mundo hétero representa para mim, pessoas, pessoas porque somos iguais, somos pessoas que lutam por igualdade. (ENTREVISTADA K)

O envolvimento da entrevistada com a comunidade LGBTQIA+ de Iguape e Ilha Comprida é nítido pela sua proximidade com pessoas, ativistas e militantes da causa que diariamente são violados por serem quem são. Ela, por estar envolvida nesses processos também sofre violências, assim, o fato de muitas pessoas LGBTQIA+ serem violadas tornou-se para ela um fator determinante para o início do ativismo e da luta.

Ela relembra um dos casos de violência que presenciou e que a marcou:

> Sim, vou colocar dois, vou colocar o mais triste, o Vale do Ribeira, é um vale que está mudando graças a Deus com a Parada, que é de difícil acesso, é o vale bolsonarista, machista, que os homens gostam de gritar com mulher, provavelmente quem grita bate também, o Vale é bolsonarista. Tem um caso muito sério de uma trans em registro que deram tantos golpes nela que cortaram a língua dela, ela tem dificuldade de falar, ela tem placas pelo rosto de várias agressões que teve né, então é um caso que chocou, que choca, essa menina é uma grande batalhadora, ela, por mais dificuldade que seja, essas pessoas realmente encarar essas dificuldades elas conseguem, ela foi sozinha no Ministério Público, alterou nome, se casou, foi na igreja, então com toda dificuldade ela se transformou, aqui eu presenciei também, eu tenho um bloco de carnaval e chegou dois turistas, temos uma menina linda de Eldorado, maravilhosa, e chegou dois meninos chamando ela de corinthiano e eu quando vi que estava na Avenida fui junto com ela, fiquei lá em cima e parti para cima deles também, não podemos fugir. (ENTREVISTADA K)

Ela relata um desses casos de violência que presenciou, relata também o conteúdo ideológico presente nestes territórios em que os LGBTQIA+ estão inseridos, isso significa que para ela o conteúdo conservador, bolsonarista e machista acaba por fomentar essas múltiplas violências e posicionar o corpo dessas pessoas num local de subalternidade e não reconhecimento.

Quando pergunto sobre sua visão em relação as políticas públicas, ela relata que durante os últimos anos tivemos alguns avanços muito importantes para o reconhecimento dessa população, ao mesmo tempo, tem medo de que todas essas conquistas se percam nesse novo contexto, a luta para ela deve centrar-se na manutenção dos direitos conquistados nos últimos anos, é, portanto, a luta pela permanência da vida em contraposição às leis que posicionam essas pessoas num local ainda mais instável.

Ela é organizada em vários movimentos socioespaciais e socioterritoriais, tem envolvimento com o Movimento Quilombola, com o Movimento Indígena, com o Movimento de Negros e Negras e, também, com o Movimento LGBTQIA+, principalmente, o Movimento LGBTQIA+ de Iguape e Ilha Comprida. Revela um percurso solitário e que apesar de constantemente lutar pela construção de um movimento organizado, é constantemente atacada pelos LGBTQIA+ e também pelos heterossexuais, sofre um ataque duplo e se sente, portanto, solitária nessa trajetória.

Pergunto o que a motivou a se organizar em movimentos socioespaciais e socioterritoriais:

> Olha eu sempre participei, não vem de agora, desde de menina eu sempre fui contra qualquer ato autoritário, qualquer ato discriminatório, só que eu não percebia que eu já era uma ativista, eu apanhava do meu pai mas eu continuava fazendo, lembro que uma vez eu apanhei muito porque cumprimentei um menino com uma síndrome na rua, e antigamente isso nos anos 60, você cumprimentar uma pessoa com qualquer grau de deficiência era um perigo, eu não sabia porque, então aí que eu vejo que sempre fui ativista, e aqui também, mas o que me levou mais a fazer é que um ano eu fui para feira da diversidade em São Paulo e eu encontrei com o Cássio Reis e ele perguntou onde eu morava, eu falei que eu morava na Ilha Cumprida, no Vale do Ribeira, e todas as secretarias tem a consciência de que entrar no Vale do Ribeira é muito difícil, e foi aí que eles falaram que tinham o interesse de entrar ali, porque o Vale do Ribeira ele vai sentido Curitiba, então ele vem desde de Paracatu até Curitiba, o Vale do Ribeira tem 23 cidades, eu fiquei assim, eu gosto de desafios, quando eu voltei eu sozinha comecei, a verdade é essa, eu sozinho comecei o movimento, as vezes os meninos e as meninas LGBT brigavam comigo porque elas queriam festa, então você vê que o próprio LGBT começa a criar problemas para que você não faça nada, ninguém queria palestra, ninguém queria nada, só queria balada, e eu não estou para brincadeira, eu quero um movimento sério. Quando se fala que uma andorinha sozinha não faz verão, faz verão sim, elas fazem verão, ela faz inverno, ela bota fogo. (ENTREVISTADA K)

A entrevistada também revela na fala anterior a sua ideia de movimento que partia da organização, da formação e do trabalho de base em torno de temas que atravessam a diversidade sexual e de gênero, no entanto, teve inúmeras dificuldades para que essa ideia de movimento fosse concebida, segundo ela os LGBTQIA+ tinham mais interesse em construir festas para arrecadar dinheiro do que se organizar politicamente para melhorar as condições da população LGBTQIA+ de seus municípios.

Pergunto sobre qual seria o seu principal enfrentamento:

> Aí meu bem, elas sofrem principalmente o preconceito, eu sofro preconceito por ser mais velha, a gente sofre todo tipo de preconceito, tem uns que já chegaram aqui para perguntar se eu era trans operada, porque acham que eu sou estranha, eu no meu caso sofro preconceito do próprio meio LGBT, porque muitos não aceitam que eu lute ao lado deles por essa causa, sofro preconceito por parte dos heterossexuais, sofro preconceito por ser mulher e por ser negra, esse é o meu preconceito, muitas pessoas saíram das minhas páginas, muitas pessoas me xingam, eu não respondo e continuo fazendo o que eu acredito, os preconceitos são os mais variados, talvez eu não tenha ainda sofrido agressões físicas por eu ser uma mulher e ter uma certa idade, quando você dá a cara a tapa as pessoas te atacam, eu já sabia que isso ia acontecer, mas tem dias que essa agressividade me choca, porque eles me atacam exatamente falando do que eu defendo, eu sinto a dor do que eu defendo, talvez o gay me ataca mais porque eles acham que eu sou heterossexual, o movimento estava aí, eu tenho doze anos na cidade, tem muitos que nasceram aqui e nunca fizeram nada, fazem sim, balada para ganhar dinheiro, o meu negócio não é isso. Eu sofro preconceituo diariamente por defender uma causa que eu acredito, até com os índios eu recebo críticas, porque que você o defende. (ENTREVISTADA K)

A sua participação nas Paradas é efetiva, já participou de várias Paradas no município de São Paulo, contribuiu significativamente na construção da Parada de Iguape e de outras

cidades do Vale do Ribeira. A Parada é para ela um momento de mobilização, de luta, de transformação, de reivindicar direitos, de construir pontes para quer as políticas públicas cheguem a quem realmente precisa e para que a vida de pessoas LGBTQIA+ sejam preservadas.

Ela vê a Parada como um grande movimento democrático em que todos se organizam e confraternizam com suas ideias e posições políticas, ideológicas e culturais, é também, um grande transbordamento e momento de empoderamento. Ela entende que a Parada LGBTQIA+ traz maior visibilidade e conteúdo político para o Movimento, tendo em vista que ela causa um impacto, evidenciando sua força política e visibilidade.

Perguntei como funciona a Parada de Iguape:

> Posso sim, a Parada LGBT de Iguape é uma Parada muito simples, mas muito bonita, o diferencial muito grande da Parada de Iguape é que a família apoia, e muitos LGBTs vem com seus filhos na Parada, então é uma Parada bonita, representativa, onde eu procuro trazer cultura, entendimento, lazer, palestra, que agregue valor e que mude os pensamentos preconceituosos, ela é organizada quase em sua totalidade por mim, para mim foi uma surpresa grande, apesar da enxurrada de críticas e coisas horrorosas que alguns fizeram ou tentaram fazer na justiça com mandato de segurança, com várias ações contra mim, graças a Deus foi tudo ganho de causa, e o primeiro ano teve 2.500 pessoas, o segundo ano 4.000 pessoas, esse ano tínhamos a expectativa de 5.000 mas aí veio o vírus né. Então é assim que a gente vai levando. (ENTREVISTADA K)

Fica claro a partir de sua fala que a Parada de Iguape tem conseguido avançar na construção de temas representativos e ideias progressistas, ao mesmo tempo, ela também tem conseguido aglutinar público e inserir essa ação/tipo de ação na agenda cultural do município, esse é um marco importante para a consolidação dessa ação como uma política pública promovida pela Poder Público.

4.4.11. Entrevistado L

O entrevistado L é um homem cisgênero, branco, pansexual, solteiro, 33 anos, cristão e morador da cidade de Votuporanga – SP. Ele entende que ser LGBTQIA+ significa ser resistência e encarar as dificuldades que surgem todos os dias por ser quem se é, além disso, significa também lutar para transformar o mundo e as condições dessas pessoas que são tão violadas e marginalizadas no Brasil e no mundo.

Ele relata que o seu processo de descobrimento e aceitação foi um pouco conturbado, sobretudo, em relação ao aspecto familiar. Aos 15 anos de idade, o entrevistado se separou

de uma mulher e teve uma relação com um homem, a partir daquele momento se entendeu como bissexual e passou a assumir tal postura e comportamento em suas relações, envolvendo-se ora com homens, ora com mulheres, ele relata: "partir disso eu comecei a ficar com ambos sexos, e aos 21 anos eu me descobri pansexual, a minha família, é eu moro sozinho desde os 14 anos né, foi complicado, mas como não morava mais dentro da casa dos meus pais, foi um pouco mais leve" (ENTREVISTADO L, 2020).

Durante a entrevista ele relatou em diferentes momentos suas dificuldades e problemáticas enfrentadas no dia a dia, entretanto, existe um fato que nos chama muita atenção, grande parte das dificuldades vivenciadas e enfrentadas por ele não se dão pelo fato de ser um sujeito pertencente a comunidade LGBTQIA+, mas sim, pelo fato de assumir uma postura política progressista e ocupar cargos de liderança e evidência nos movimentos socioespaciais e socioterritoriais de Votuporanga – SP.

Dessa forma, relata diferentes dificuldades e ataques que sofre constantemente por presidir um desses movimentos, afirma que em relação a sua identidade de gênero e orientação não possui nenhum limitador ou dificuldade, sobretudo, por se passar facilmente como um homem heterossexual.

> **P:** Você se sente limitado(a) com relação ao uso/utilização dos espaços na cidade por conta da sua identidade de gênero ou orientação sexual, se sim, quais espaços?
> **E:** Como pessoa, por ter orientação pan, por ser cisgênero não, esses espaços não atrapalham, não tem muito problema quanto a isso, mas como militante é bem complicado, principalmente, para fazer eventos, eventos sociais, tem um pouquinho de resistência. Quando você faz parte de movimentos sociais, tem aquela intolerância velada né, então a intolerância não é na cara né, então eles inventam algumas desculpas para não utilizarmos espaços e por aí vai, mas como pessoa é tranquilo, não tenho problemas quanto a utilização dos espaços da cidade. Eu acredito que a questão do banheiro para pessoas afeminadas, para transexuais tenha uma resistência bem significativa, mas normalmente é para trans e para pessoas fora do padrão né, para pessoas afeminadas. (ENTREVISTADO L)

Novamente, ele ressalta os atravessamentos entre ser pansexual e ser militante de movimentos socioespaciais e socioterritoriais, apesar de um elemento estar ligado ao outros, ressalta que as principais violências e preconceitos que sofre no dia a dia se dão pelo fato de assumir tal postura e não por ser pansexual, tendo em vista que a sua orientação não é percebida facilmente pelas pessoas nos espaços que ele ocupa.

Ele já sofreu inúmeras violências institucionais também pelo fato de ser uma liderança dos movimentos em Votuporanga, ao mesmo tempo, relata nunca ter sofrido violência física ou psicológica por ser pansexual. Pergunto se ele possui amigos ou conhece pessoas que já

sofreram algum tipo de violência por serem LGBTQIA+ e ele me responde que sim, que pelo fato de estar ligado aos movimentos recebe constantemente denúncias de violações e processos de marginalização no que tange pessoas LGBTQIA+ de Votuporanga, relata que as violências que mais surgem são: violência sexual, violência psicológica e violência patrimonial.

Pergunto sobre sua visão em relação as políticas públicas para pessoas LGBTQIA+, ele ressalta que apesar de termos um conteúdo extenso de políticas públicas para a comunidade, ainda são insuficientes para acabar com os graves problemas que LGBTQIA+ sofrem todos os dias como a falta de emprego, segurança, saúde e direitos de forma geral.

O entrevistado é presidente da ONG Rede de Apoio, Inclusão e Liberdade de Amar, sendo essa uma ONG que trabalha em favor da comunidade LGBTQIA+ no noroeste do Estado de São Paulo e atende mais de 33 municípios da região.

> **P:** Quando surgiu o interesse em participar de Movimentos Sociais?
> **E:** Foi em 2012, eu não era assumidamente, socialmente assumido, somente para alguns amigos meus, eu tinha um relacionamento com essa mulher trans, onde essa mulher trans morava com outra mulher trans e aí essa mulher trans foi morta, tiraram o órgão genital dela e colocou na boca dela, cortaram a orelha dela e aí na época por conta disso fomos atrás de justiça, na época tinham poucos movimentos sociais, foi muito difícil, foi quando eu me assumi publicamente, aí nós criamos um coletivo LGBT, aí desse coletivo criamos uma ONG chamada LGBT Votuporanga, aí depois de dois anos depois, foi quando mudamos o estatuto e aí foi criado a Rede de Apoio, Inclusão e Liberdade de Amar. (ENTREVISTADO L)

O ponto mais interessante da fala do entrevistado é que ele ressalta que a sua luta e o seu processo de reconhecimento enquanto um ativista/militante se deu em um caso de extrema violência e brutalização que envolveu uma mulher transexual que tinha contanto, essa resposta também aparece/surge na fala de outras pessoas entrevistadas, isto é, o reconhecimento e o interesse na luta organizada surge, principalmente, nos momentos de maiores vulnerabilidades e que necessitam urgentemente de uma resposta da sociedade e das pessoas organizadas.

Ele relata que as pessoas se organizam por diferentes motivos, no entanto, o motivo mais comum é a violência, é o direito de resposta que é construído coletivamente a partir dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais que lutam pela diversidade sexual e de gênero em terras sedentas por justiças e direitos constitucionalmente garantidos e que são violados a todo mundo.

Ele observa a Parada como uma política pública efetiva e que possui a capacidade de dar respostas e apresentar caminhos para a elaboração de mais políticas públicas e conquistas para a comunidade LGBTQIA+.

> Eu vejo que é um ato fundamental, que trabalha a visibilidade e a tolerância, tanto para o próprio LGBT quanto para a sociedade por conta de muitas realidades que vive o Movimento, é muito importante para o LGBT se sentir seguro, muitos transexuais e afeminados, casais LGBTQIA+ se sentem seguros somente nesses momentos sociais, a sociedade é muito exclusa para algumas pessoas, então tem muitos depoimentos de pessoas LGBTQIA+ que dizem que só se sentem seguros em movimentos de passeatas, de encontros, de Paradas da Diversidade, eu acho importante por conta disso, por esse sentimento que o movimento traz no coração das pessoas, essa segurança né de se sentir aceito, e eu acho importante para a criação de políticas públicas, a partir do momento que eu digo que existo e que existem números a política pública pode ser aplicada, então quando um movimento acontece e que o poder público vê que aquilo ali existe e que existe aquela população, existe anseios naquela população é quando eles começam a trabalhar, é quando eles começam a criar mecanismos para auxiliar a população, eu acho importante diversos fatores, mas esses dois são os principais. (ENTREVISTADO L)

É notório que muitas pessoas organizadas em movimentos entendem a Parada como uma política promotora de outras políticas, sobretudo, pelo caráter de mobilização e pelas massas organizadas em um ato de tamanha visibilidade. Ele ressalta durante a entrevista o seu entendimento de que os movimentos sociais são em sua essência movimentos políticos e que se utilizam de atos políticos para se manterem vivos e ativos na luta. A ação política para ele é estar lutando por uma causa, por pessoas que são violadas e por um projeto de cidade mais diversa e plural.

4.4.12. Entrevistado M

O entrevistado M é um jovem de 26 anos, de Várzea Paulista e atualmente morador de Vinhedo, cisgênero, homossexual, solteiro, pardo, nível superior e não possui religião. Ele apresentou durante a sua entrevista uma série de elementos interessantes a respeito da sua trajetória enquanto militante LGBTQIA+ de Vinhedo – SP, além de posicionar sua narrativa a partir da luta e do enfrentamento as diferenças e ao preconceito.

Ele entende que ser LGBTQIA+ é ser uma pessoa normal, uma pessoa comum como qualquer outra, uma pessoa que possui deveres e também direitos como todo e qualquer cidadão brasileiro. Ele se identificou como gay já desde a infância, relata que nunca teve

discordância com relação a sua sexualidade, teve o primeiro contato sexual a partir dos 13 anos de idade.

Ele é uma das exceções, durante o seu processo de descobrimento, reconhecimento e aceitação obteve um forte apoio de sua família e de seus amigos que pesquisaram passar a entender melhor sobre o tema e sobre os assuntos que atravessam esse campo da sexualidade humana, relata que essa aproximação facilitou bastante a sua trajetória.

> Eu descrevo a minha vida como normal, como de qualquer uma outra pessoa porque não teve nenhuma mudança, as mesmas obrigações, deveres e direitos vamos dizer assim né que uma pessoa heterossexual detém uma pessoa LGBT também detém, para mim continua a mesma coisa, nada mudou. (ENTREVISTADO M).

Ele ressalta que já teve algumas dificuldades no dia a dia por ser um homem gay, entretanto, essas dificuldades foram superadas e vencidas a partir da sua politização e do conhecimento cada vez mais profundo e adequado do tema em questão, acredita que a informação e a politização são importantes armas na luta contra o preconceito e a intolerância.

O entrevistado relata que já sofreu uma série de violências por ser homossexual, entre elas, destaca a violência física e a impunidade e falta de apoio que recebeu quando a mesma aconteceu:

> Sim, uma vez eu sofri uma agressão física no meu trabalho, depois daquilo eu fiquei totalmente limitado, não consegui trabalhar novamente em uma empresa, e por isso eu busquei outras áreas e por isso hoje atualmente eu trabalho em um escritório de advocacia de forma mais ampla né, e nesse cenário novo que estamos vivendo em tempos de pandemia estamos em *home office*, então está bem mais prático né, e quando você sofre a violência é complicado, é difícil você falar sobre, é difícil conversar sobre. (ENTREVISTADO M).

Na época da violência, ele se dirigiu até a Guarda Municipal que estava próxima ao local da agressão, no entanto, foi maltratado e desencorajado a prosseguir com a denúncia, esse acontecimento é um reflexo de como as políticas públicas existentes hoje ainda são insuficientes, pois não protegem as vítimas em todos os casos e também não garantem a legitimidade em todo o processo.

Ele relata que as políticas públicas precisam de um melhor acompanhamento, além de haver a necessidade para a criação de outras políticas públicas, é necessário também que as políticas públicas existentes sejam melhoradas a partir de um olhar intenso e cuidadoso do poder público e dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais.

> Mesmo com a decisão do STF em enquadrar a LGBTfobia ao crime hediondo de racismo eu acredito que ainda há muita coisa a ser feita em relação as questões de segurança, trabalho, educação e saúde. Saúde tiramos por conta própria da população transexual que muitas vezes não tem o atendimento adequado e fazem os tratamentos de forma inadequada a partir da automedicação né, educação quando os LGBTs sentem o constrangimento nas escolas, eles saem das escolas, optam por não estudar, por isso temos um grande índice de LGBTs que não possuem a conclusão do ensino médio e as vezes do próprio ensino fundamental, trabalho muitas empresas precisam de políticas públicas, incentivos ou até mesmo cotas para colocar um LGBT para trabalhar em sua empresa. (ENTREVISTADO M).

Ele atua em vários movimentos socioespaciais e socioterritoriais, entretanto, ressalta sua participação no movimento responsável pela organização da Semana da Diversidade e Parada do orgulho LGBT de Vinhedo – SP, a entidade da qual ele participa foi fundada em 2012 em homenagem a uma mulher transexual que foi assassinada na cidade.

Relembra que o interesse em participar de movimentos surgiu quando se deparou com uma realidade cruel, triste e que posiciona as pessoas LGBTQIA+ num lugar de subalternidade e marginalização, a organização popular foi então uma resposta e maneira de lutar contra essas desigualdades e múltiplas violências vivenciadas dia após dia.

> Bom, sempre tive aquele interesse de militar, estar em conjunto, ver como funciona, estar por fora e não ver o que acontece dentro dos movimentos sociais, não temos uma visão mais ampla, quando estamos dentro do movimento passamos a ter uma outra visão, passamos a ter um outro conhecimento e ver a situação de uma outra forma também e tentar fazer o diferencial e buscar políticas públicas para a inclusão social. (ENTREVISTADO M).

Compreende os movimentos sociais como algo que vai além da inclusão, é também aquela equipe/grupo que realiza o acolhimento, o acompanhamento e a politização dessas pessoas, para que possam caminhar com suas próprias pernas. Ele entende que o que motiva pessoas LGBTQIA+ a se organizarem e a lutarem em movimentos é a falta de representatividade, sobretudo, na esfera institucional

Ele vê a Parada como um importante movimento social, político e cultural, ele relata:

> Eu vejo a Parada como um ato político, um movimento social, ela tanto é um ato político quanto também de um movimento social, como também um movimento cultural porque ali existe diferentes expressões artísticas de uma forma que cada artista está expressando sua arte, de alguma forma acontece, eu vejo a Parada dessa forma, um movimento político e cultural. (ENTREVISTADO M).

O entrevistado acredita que a Parada por si só não tem a capacidade de acabar com o preconceito e a intolerância, no entanto, é um caminho para a criação de outras políticas públicas e benefícios para a comunidade, relata que quando o Movimento ocupa as ruas está mostrando para todos que eles existem e que precisam de assistência e cuidado.

4.4.13. Entrevistado N

O entrevistado N é um homem cisgênero, 52 anos, branco, solteiro, homossexual, católico, de nível superior e morador da cidade de Santo André – SP. Foi um dos primeiros participantes de uma das Paradas de grande expressão no país, a Parada LGBT de São Paulo – SP, além da Parada de São Paulo, ele se dedica na construção de outras Paradas em outras cidades, dando um enfoque para a Parada de Santo André – SP.

Ele entende que ser LGBT é passar por intensas mudanças e processos de transformação da sociedade, essas mudanças identitárias e de comportamento e aquisição de novas identidades fica explícito na fala do entrevistado.

> Ser LGBT tem vário sentidos, eu vejo da seguinte forma, quando você se tornava nos anos 80 tinha uma sigla, depois vem a sigla GLS, depois a sigla GLBT, depois LGBTT ou LGBT, eu vejo a sigla LGBT como uma sigla pontual que direciona diretamente para políticas públicas, ela é uma linguagem transversal que pode ser usada de maneira verticalizada ou horizontalizada na sua aplicabilidade de políticas públicas, agora quando você tem os devaneios de pessoas que inserir LGBTQIA+, LGBT+, etc. eu acho que as pessoas começam a perder o foco, então eu vejo uma grande importância de se usar a sigla LGBT para mostrar para as pessoas o que a população LGBT, é mais didático e mais tranquilo de explicar. (ENTREVISTADO N).

Durante a sua trajetória e o seu desenvolvimento pessoal o entrevistado vai se entendendo como homossexual e os acontecimentos da vida o fazem se posicionar diante dessas dificuldades e circunstâncias. Ele reconhece dois principais momentos, o primeiro momento na juventude (anos 80) em que era muito difícil ser homossexual no Brasil, no entanto, já se reconhecia como tal e o segundo momento é em 2004 quando de fato se assume a partir de um caso de brutal violência contra uma colega transexual.

> No percurso eles se tornam dois momentos, primeiro a parte da juventude, nos anos 80 era muito difícil você ser um LGBT, a minha atuação que eu acabei assumindo para a sociedade foi no ano de 2004 que eu me formei na faculdade de Teologia e Filosofia em 2003, aí acabamos fundando uma ONG LGBT e realizamos a Parada e eu acabei saindo no jornal e aí ficou escancarado. Mas eu já tenho um movimento

> de trabalho e luta desde 1989, desde essa época eu já fazia algumas manifestações e ajudava na elaboração de políticas públicas para LGBTs. (ENTREVISTADO N).

Se reconhecer e se aceitar fazem parte dos processos que envolvem o entrevistado, mas a sua vida foi cercada de dezenas de conflitos e problemáticas que envolve, principalmente, sua família e seus amigos. Ele não teve apoio de ninguém da sua família, constantemente sofria violências, sobretudo, espancamentos dentro e fora de casa, todas essas circunstâncias fizeram com que o entrevistado tomasse a atitude de sair de casa e viver sua vida de forma individual.

> Wilians, a minha parte com a família foi péssima, inclusive eu tenho até problemas pessoais e processuais com a família, eu tenho problemas de espancamento muito sério, eu fui espancado até meus 42 anos, são vários problemas, inclusive eu tive que sair da minha casa, procurar outro ambiente para residir e para morar por conta do espancamento, chegou uma certa hora que meu irmão e meu pai quiseram botar fogo em um carro que eu acabei comprando porque o carro era melhor do que o carro do Maurício, do meu irmão, que eu tinha na época, então é para você ter uma ideia a forma como eu fui vivenciado isso daí, até hoje eu tenho sérios problemas, está na justiça, recentemente eu fiquei doente e eles disseram "eu quero que morra", não é difícil, é impossível um LGBT ser aceito de forma tranquilo na família. (ENTREVISTADO N).

Apesar de todas as dificuldades que ele enfrentou durante a sua juventude e amadurecimento, ele reconhece que não possui hoje nenhuma dificuldade com relação a sua identidade de gênero ou orientação sexual, ele justifica tal acontecimento pelo fato de possuir características que se aproximam do padrão cis-heteronormativo, ao mesmo tempo, ele vivenciou diferentes momentos em que seus amigos sofreram alguma violência ou estigma.

O entrevistado declara que não se sente limitado com relação a utilização dos espaços da cidade, no entanto, ressalta novamente que isso se dá pela sua capacidade de se passar como um homem heterossexual, ele relata que "eu acabo quebrando paradigmas, aqui na cidade de Santo André – SP, você tem que estar a cada momento ocupando os espaços, para que pessoas LGBTs possam estar usufruindo dos espaços, teatros, exposições, etc." (ENTREVISTADO N).

Ele também relata algumas das violências que sofreu durante a sua trajetória:

> Sim, aí é que vem o detalhe, eu fui espancado pela minha família a vida inteira de diversas formas, eu já cheguei a ser espancado na rua por um amigo que descobriu que eu era gay, aí ele me agrediu fisicamente, eu passei por situações hiper desagradáveis, já chegou ao ponto de eu estar com o namorado, com uma pessoa, e aí chegar a pessoa e botar a gente para fora, eu passei por situações de constrangimento quando eu estava com meu namorado, nós vivemos numa

> sociedade que não aceita você estar com uma pessoa do seu mesmo sexo, agora violência psicológica no meu trabalho eu acaba sofrendo constantemente, isso é constantemente, você tem que aguentar umas brincadeiras e em determinado momento você tem que se colocar e responder à altura, mas é muito complicado quando você se torna sozinho, você para de ter a visão de que você pode ter isso ou pode ter aquilo e o poder público não quer que você avança, não quer que você seja reconhecido, isso acaba te jogando de volta para o gueto né. (ENTREVISTADO N).

Ele relata que em alguns momentos quando acionou a polícia não obteve a resposta e o cuidado que merecia, os agentes de segurança recomendaram que ele desistisse de denunciar, o processo de violência e violação não para por aí, ele se dirigiu machucado para um Posto de Saúde público e não obteve o atendimento necessário, isso evidencia as diferentes formas de violação que um LGBTQIA+ pode sofrer em um único caso de violência.

Ele também convive com muitas pessoas que também já sofreram violência, possui diversos relatos de pessoas próximas que foram assassinadas, espancadas e violadas, relata que seu ex-namorado foi assassinado com uma machadada na cabeça.

> É o que eu mais tenho porque se eu estou no movimento LGBT eu tenho relatos e relatos e relatos de pessoas que sofreram violência, só que o que acontece, muitos deles não querem falar, não querem falar sobre a violência, desde o espancamento eu perdi vários amigos assassinados, pessoas que perderam a vida por atos de homofobia, inclusive eu tenho um ex-namorado que morreu com uma machadada na cabeça, absurdamente, no Altorama, são várias histórias que você vai contanto e que se você ficar você estoura. (ENTREVISTADO N).

Em relação às políticas públicas ele entende que muitas políticas favorecerem a comunidade, entretanto, são insuficientes para diminuir por completo as desigualdades e a violência que essa população vivencia e sofre diariamente, ele questiona os partidos de esquerda e diz que "passaram por aqui e não fizeram nada pela população, os partidos de direita minimamente tentaram fazer algo pela população" (ENTREVISTADO N).

Ele é o fundador da ONG ABCDS (Ação, Brotar para Cidadania e Diversidade Sexual) do município de Santo André – SP, tal ONG se apresenta como uma importante referência na luta contra a discriminação e a violência contra LGBTs no município e na região do ABC e relata algumas das suas principais ações.

> Sim, eu participo da ONG ABCDS a ONG que eu fundei, ela foi fundada realmente no ano de 2004, ONG ABCDS a sua tradução é Ação Brotar para Cidadania e Diversidade Sexual, entre uma das ações nos tiramos o programa do João Kleber do Ar em 2005, nós levamos aquela cruz para a paulista que nós temos sérios problemas com a Parada de São Paulo por causa disso, a Parada acabou se tornando uma justiceira. (ENTREVISTADO N).

A Parada é vista por ele como um importante movimento político de resistência que posiciona as pessoas LGBTQIA+ num campo ativo de luta e disputa, ele entende que a Parada possui três diferentes frentes: 1) Capacidade de elaborar políticas públicas 2) Manifestação de Direitos Humanos 3) As Paradas são diversas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação, se constitui como um importante instrumento para identificarmos no campo de atuação científica, os aspectos que circundam as atuações dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais que lutam pela diversidade sexual e de gênero, o que essas ações provocam, modificam e alteram nas plurais dinâmicas, na relação entre corpo e cidade, entre normas e existências que as subvertem, entre o considerado normal e o anormal, entre o corpo que é considerado sadio e o que é considerado doente, entre os sujeitos que acessam os mais variados espaços da cidade e os sujeitos que não podem sair de casa à luz do dia, entre aqueles sujeitos que acessam a saúde, a educação, o trabalho, a cultura, etc., e aqueles que não acessam nada disso.

A nossa busca é incessante e necessária, tivemos por objetivo iniciar uma discussão em torno desses sujeitos e como a relação com a cidade, ou de forma mais genérica, com o espaço se dá e se estabelece, portanto, de que dinâmicas espaciais e de que processos geográficos estamos falando?

As atribuições qualitativas e conceituais feitas em torno do espaço e território são fundamentais para quem estuda e investiga os movimentos socioespaciais e socioterritoriais, especialmente os movimentos que são enquadrados em debates mais amplos, conceituais e interseccionais, como o Movimento LGBTQIA+, Negro e Feminista. É comum definirmos espaço como um conceito que atingi uma compreensão mais ampla, fala-se da totalidade. Em contrapartida, ao se definir território estamos falando de um ponto singular, deflagrado e apropriado, não somente na dimensão material. Assim, o espaço está para estrutura assim como o território está para a conjuntura.

Até os anos 1950, as disputas engendradas no contexto urbano estavam centradas nas ações e organismos do operariado fabril, eram estes sujeitos os produtores de ações e transformações. As disputas e as lutas sociais neste contexto representam um contraponto entre burguesia x proletariado fabril. É a partir dos anos 1970 que a mundialização do capital,

a urbanização e a globalização das relações industriais deram origem a novos representantes das lutas sociais, são, portanto, novos pontos de tensão e conflito, são novas compreensões do cotidiano, da vida, do urbano, são novas também as compreensões em torno dos espaços e territórios disputados por estes movimentos.

É pelo descuido de quem investiga e analisa as teorias produzidas na geografia em torno dos movimentos, que são produzidos trabalhos e diálogos que criticam e pormenorizam os estudos dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais. Essa compreensão em torno dos estudos socioterritoriais é colocada de maneira equivocada no campo dos neologismos, para alguns o que chamamos de movimentos socioespaciais e socioterritoriais são na verdade o que, sobretudo, o campo de investigação sociológico definiria como movimentos sociais. O grande equívoco produzido a partir desta leitura, é que quem a faz está preso em uma compreensão de espaço e território unidimensional e monotemático, são negligenciados nestas leituras e no vazio destas críticas: a multiescalaridade, a pluriescalaridade, a multidimensionalidade, as relacionalidades e as relatividades.

Para remontar o conceito de movimentos é preciso situá-lo em um determinado recorte histórico. Assim, a sociedade industrial é a maneira de organização que vige no mundo até os anos 1950. Neste tempo, também se observa um contexto de veloz mundialização que a própria economia mundial conhece a partir da Segunda Grande Guerra. Na medida em que as escalas de produção e de relações se alteram, as lutas, as disputas e os conflitos sociais também se modificam, produzindo novos meios de organização e estratégias. É no contexto de plurais sujeitos pertencentes a esse conjunto de elementos que se modificam velozmente que os objetivos próprios de lutas e suas pautas também vão se alterando e se diversificando. A diversidade nasce em um contexto de pluralidade e são construídas novas pautas e agendas.

Observar as mudanças nas lutas sociais dos diferentes séculos e as suas mudanças é dialogar diretamente com a conjuntura e a estrutura, ambas produtoras da (i)materialidade espelhadas de maneira antitética. A estrutura é, neste contexto, um corte temporal permanente da história. Como expressa Moreira (2018), a conjuntura explica-se na estrutura e o tempo constrói o entendimento sobre ambas, nesse mesmo sentido, o território explica-se no espaço e o espaço é compreendido a partir da totalidade. Os movimentos socioespaciais e socioterritoriais explicam-se a partir de seus objetivos, tipologias de ações e tipologias de movimentos que constroem – na mesma medida que são construídos – espaços e territórios.

Nenhuma luta se organiza sem a devida logística espacial e territorial, a luta é o caminho para a construção destas possibilidades, ainda que muito distantes e utópicas.

Manuel Correia de Andrade (1964) e Josué de Castro (1967) representaram a produção de trabalhos precursores sobre o estudo dos movimentos sociais na geografia. São contribuições que evidenciam profundamente os problemas brasileiros, as dinâmicas espaciais a partir de uma relevante tentativa de espacialização das lutas, compreensão dos quesitos ideológicos, as motivações e estratégias adotadas pelos movimentos, bem como a estrutura socioeconômica da sociedade.

Apesar de se observar esta importante tentativa de se avançar no debate geográfico em torno dos movimentos sociais, por outro lado, também se evidencia a utilização massiva de leituras sociológicas, filosóficas e das ciências sociais aplicadas para ler e interpretar os movimentos a partir da geografia. O resultado desta tentativa é a produção de trabalhos que não contribuem para a compreensão escalar, relacional e da produção de espaços e territórios. Isto é, como um determinado movimento socioespacial ou socioterritorial modifica, interfere, produz e é produzido pelos espaços e territórios nas florestas, nas cidades, no campo e nas águas? Esta é uma pergunta primordial para os estudos dos movimentos sociais desde a geografia.

A negligência de alguns pesquisadores em abordar determinados assuntos na geografia, como gênero, sexualidade e até mesmo os movimentos sociais, produz ao mesmo tempo a sensação de que aquelas pessoas que investigam esses assuntos e temas, o fazem como uma geografia de segunda mão, é uma produção tida por alguns como uma subciência ou é inferiorizada a partir de falas como “isso não é geografia!”.

O que fica explícito a partir dos estudos dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais e, sobretudo, os movimentos que lutam pela produção de espaços e territórios que permitam o nascimento e a permanência das diversidades, é que estes movimentos estudam, compreendem e se aprofundam empiricamente nos espaços e territórios a fim de compreendê-los para melhor traçar estratégias de promoção da vida. O que são os territórios de resistências produzidas pelo Movimento LGBTQIA+ dos grandes centros urbanos até as cidades médias? São verdadeiros refúgios, territórios e uma extensão do comum para aquelas pessoas que são violadas cotidianamente em todos os espaços que se inserem.

Conseguimos de forma precisa, colorir a história do Movimento LGBTQIA+ e também retrocedemos na história do Movimento em âmbito internacional e nacional, partindo de

etapas metodológicas muito bem definidas, seja através da aplicação das entrevistas semiestruturadas a militantes e ativistas, seja através da busca documental e bibliográfica, que durante o caminho tornou-se necessária e trouxe incomensuráveis contribuições no desenrolar desta pesquisa.

Identificamos que a nossa ação em ler as atuações desses sujeitos e das lutas estabelecidas por elas e eles, se torna relevante. A partir de suas oralidades e exposição de suas vivências e práticas espaciais, pudemos avançar em discussões tão relevantes para a geografia, sobretudo, para a linha teórico-conceitual desenvolvida no Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA, em torno dos movimentos socioterritoriais e socioespaciais.

É evidente, como apresentamos exaustivamente durante a construção desta pesquisa, principalmente, do capítulo três, que o processo de estigmatização direcionado a esses sujeitos é intenso e violento. Suas vidas são marcadas pelo ato de viverem de forma subversiva, configurando-se, portanto, em um ato político, o fazer corpo, o ser corpo na cidade, ao mesmo tempo que o corpo é, também, uma ferramenta política, que questiona a heteronormatividade e luta pela igualdade entre os corpos.

Constatamos através da leitura dos dados disponibilizados pelo Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC), Grupo Gay da Bahia (GGB) e Observatório de Mortes e Violências LGBTQIA+, que a violência atinge toda a População LGBTQIA+, impedindo que essas pessoas acessem espaços que são essenciais e importantes para a manutenção da vida. A partir da desigualdade existentes nestes espaços é que se torna possível a construção e consolidação de Territórios do Medo e da Morte, bem como dos Territórios de Resistência em resposta aos outros dois processos de violação em curso. A violência impede que esses corpos sejam corpos livres, aprisionando-os em espaços específicos da cidade, espaços limitados e que limitam também o corpo e suas corporeidades.

Quando colorimos a história do Movimento LGBTQIA+ brasileiro, tínhamos por objetivo trazer a discussão socioespacial e socioterritorial para dentro desse processo construtivo, isto é, corpo-cidade ou cidade-corpo. E, quando trouxemos os momentos marcantes dessa história, pudemos constatar que os sujeitos se organizaram em movimentos socioespaciais e até mesmo em esferas ou redes de sociabilidade com o principal objetivo de lutarem contra as diferentes formas de opressão.

O Grupo Somos, os jornais politizados, como o "Lampião da Esquina", são importantes ferramentas que exerceram e travaram uma incessante luta contra a violência direcionada a seus corpos, são também um produto dessa dinâmica histórica marcada pela falta de liberdade e repressão.

O surgimento do Movimento LGBTQIA+ brasileiro, marcado por um constante enfrentamento as normas vigentes, ao exercício e a prática da LGBTfobia estrutural, que fere diariamente os corpos desses sujeitos, que fere a dignidade, mas, sobretudo, a identidade desses corpos, se faz presente em todos os espaços em que esses corpos contra-heterormativos estão.

A leitura feita a partir dos mapas e denúncias, nos traz uma reflexão acerca do papel do Estado Brasileiro na adoção e criação de políticas públicas em torno de questões que envolvem: direitos humanos, saúde, segurança, trabalho etc. Os movimentos socioespaciais e socioterritoriais podem ser compreendidos como uma construção de consciência coletiva; as informações presentes nos contextos internos e externos influenciam os sujeitos na execução de suas ações políticas e sociais.

Quando falamos de movimento LGBTQIA+ temos a sua ação máxima expressa na Parada, assim, a partir de diversos contextos e por indivíduos que trazem suas escolhas e sentidos de si, bem como os significados construídos coletivamente que se montam o ideário de luta e as pautas de determinado movimento.

O que motivam os sujeitos a se organizarem em movimentos e a disputarem esses espaços? O que vivifica a luta desses sujeitos, fazendo-os lutarem incansavelmente pelo objetivo fim? Existem inúmeros elementos que compõem a geografia dos movimentos sociais e que, de certa forma, se materializam na ação desses movimentos, um elemento central pode ser compreendido a partir da forma como esses sujeitos sentem e vivem o espaço, na forma como constroem símbolos e lutam por eles.

Dessa maneira, buscamos construir essa dissertação apresentando a partir de diferentes pontos de vista e posicionamentos de diversos autores clássicos e contemporâneos acerca do que compreendem como ação coletiva, movimentos sociais, organizações, Movimentos Socioespaciais e Socioterritoriais, Paradas LGBTQIA+, Territórios da Morte, do Medo e Resistência, entre outros conceitos apresentados.

Avançamos no debate tornando a compreensão em torno desses temas mais clara e fluída, realizamos uma desconstrução das ações realizadas pelo movimento LGBTQIA+

brasileiro, sobretudo, a partir da sua ação mais visível, a Parada. Apontamos os principais pontos dessa ação, evidenciamos os importantes avanços na esfera individual de temas relacionados a diversidade sexual e de gênero no Brasil, na contramão desses avanços apresentamos os dados alarmantes da violência LGBTfóbica, seja o número de assassinatos, seja o número de violações direcionadas a esses corpos a partir do mapeamento dos crimes de ódio (GGB e Observatório de Mortes e Violências LGBTQIA+) e das denúncias (Disque 100).

As práticas espaciais e a construção do caminho percorrido por esses sujeitos também se fazem presentes nesse trabalho, a partir da história das pessoas entrevistadas podemos compor um cenário ainda que subjetivo, de símbolos e figuras presentes no ideário dos militantes, ativistas e sujeitos que compõem a luta e a causa.

Também avançamos na construção de uma leitura ampla em torno dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais LGBTQIA+ que atuaram no Brasil, dada leitura só foi possível a partir de um esforço intenso para consolidarmos a construção em torno de uma metodologia adequada para investigarmos e avaliarmos a atuação dos movimentos no Espaço Urbano.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, V. S. **Proposta de cartografia queer a partir do mapeamento da violência aos corpos dissidentes das normas sexuais e de gênero em São Paulo**. 2019. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. doi:10.11606/D.8.2020.tde-04032020-154531. Acesso em: 2023-01-02.

ASSUNÇÃO, I. Heterossexismo, patriarcado e diversidade sexual. In: NOGUEIRA, L. et al (Org.) **Hasteemos a bandeira colorida**: diversidade sexual e de gênero no Brasil. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018. p. 55-85.

ARENDT, H. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

AMENDOLA, G. **La ciudad postmoderna**. Madri: Celeste, 2000 [1997], p. 19-97.

ARAGÃO, R. F. O espaço relacional, a questão urbana e o sujeito que geo-grafia o mundo no pensamemto de Jèrôme Monnet. **Geosul,** v. 33, n. 68, p. 335-349, 2018.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. v. 1 (Fatos e mitos).

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BRUYNE, P; H. J; S. M. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**. Feminismo e subversão da identidade. Trad. br. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. 15. ed. (Sujeito & História).

BARROS, A. J. P; LEHFELD, N. A. S. **Fundamentos de metodologia**: um guia para a iniciação científica. São Paulo: McGraw-Hill, 1986.

CARVALHO, C. O; JÚNIOR, G. S. M. 'Ainda vão me matar numa rua': direito à cidade, violência contra LGBTs e heterocisnormatividade na cidade-armário. **Revista de Direitos e Garantias Fundamentais**, v. 20, n. 2, p. 143-164, 2019.

CESAR, M. R. A; DUARTE, A. M. Governamento e pânico moral: corpo, gênero e diversidade sexual em tempos sombrios. **Educ. rev.,** Curitiba, n. 66, p. 141-155, Dec. 2017.

COLLING, L. A emergência dos artivismos das dissidências sexuais e de gêneros no Brasil da atualidade. **Sala Preta**, v. 18, n. 1, p. 152-167, 2018.

CAMPOS, H. Permanência e Mudança no Quadro de Requalificação Espacial de Cidades Brasileiras: O Caso das Territorialidades do Sexo na Área Central do Recife. In: **Revista Território,** Jul/Dez 2000, Nº 9, p. 25-43.

COSTA, B. P. **A relação dialética entre funcionalização e afetividade na construção do espaço urbano:** a produção microterritorial e o caso das convivências homoeróticas subterrâneas ao social. In: Caesura, 2005, n. 27, p. 45-68.

CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

COSTA, C. L. O feminismo e o pós-modernismo/pós-estruturalismo: (in)determinações da identidade nas (entre)linhas do (con)texto. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pillar (Orgs.). **Masculino, feminino, plural:** gênero na interdisciplinariedade. Florianópolis: Editora Mulheres, 2000. p. 57-90.

CAMAROTTI, R. **A trajetória do Movimento LGBT**: a luta por reconhecimento e cidadania no contexto brasileiro e baiano. 2009, 154 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação do departamento de ciências sociais da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

COLETTO, L. H. **O movimento LGBT e a mídia**: tensões, interações e estratégias no Brasil e nos Estados Unidos. Rio de Janeiro, 2013. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013, 278p.

COLUCCI, D. G; SOUTO, M. M. M. Espacialidades e territorialidades: conceituação e exemplificações. **Revista Geografias**, p. 114-127, 2011.

CASTRO, M. G. Marxismo, feminismo e feminismo marxista – mais que um gênero em tempos neoliberais. **Revista Crítica Marxista**, 11. 2000.

CASTRO, C. A. Geografias das lutas por direitos no distrito do Grajaú-SP: o caso do movimento social "Nós da Sul", **Revista Nera**, v. 22, n. 49, p. 15-30, mai-ago. 2019.

CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança:** movimentos sociais na era da internet. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. 271 p.

CASTELLS, M. **A galáxia da internet:** reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CALDEIRA, T. **Cidade de muros**: crime segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo, Editora 34/Edusp, 400 p. 2000.

DUHAU, E; GIGLIA, A. **Metrópoli, espacio público y consumo**. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 2016, p. 189-219.

DUTRA, R. G. Territorialidades na Parada LGBT de Juiz de Fora - MG. **Caderno Prudentino de Geografia,** v. Especial, p. 136-153, 2013.

DA COSTA, N. G. **Do disque denúncia ao call center**: os limites do Disque 100 para a realização da denúncia de violência contra a população LGBT. 2016, 214 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, pós-graduação em psicologia, Belo Horizonte, 2016.

EFREM FILHO, R. Corpos brutalizados: conflitos e materializações nas mortes de LGBT. **Cad. Pagu [online]**. 2016, n.46, pp.311-340.

ENGELS, F. **A Origem da família**, da propriedade Privada e do Estado: trabalho relacionado com as investigações de L. H. Morgan. 16. ed. Rio de janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

FLAM, H; KING, D. **Emotions and social movements**. New York: Routledge, 2005.

FAUSTO-STERLING, A. Dualismos em duelo. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.17/18, pp. 09-79, 2002.

FERREIRA, G. G; & AGUINSKY, B. G. Movimentos sociais de sexualidade e gênero: análise do acesso às políticas públicas. **Revista Katálysis**, p.16-32, 2013.

FERNANDES, B. M. Sobre a tipologia de territórios. **Territórios e territorialidades:** teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, p. 197-215, 2009.

FERNANDES, B. M. Movimentos Socioterritoriais e Movimentos socioespaciais: Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. Ed. Especial. São Paulo: **Revista NERA**, 2012. p. 07-17.

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. Editora Vozes: Petrópolis, 2000a.

FERNANDES, B. M. Movimento Social como Categoria Geográfica. **Terra Livre**, v. 15, p. 59–85, 2000b.

FERNANDES, B. M. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In. **Luta pela terra, Reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2008, p.173–224.

FERNANDES, B. M. A reforma agrária que Lula fez e a que pode ser feita. SADER, E. (Org.). **10 Anos de governos pós-neoliberais no Brasil.** São Paulo: Boitempo Editorial, Flacso Brasil, 2013, p. 191–206.

FERNANDES, B. M; MARTIN, J. Y. Movimento Socioterritorial e Globalização: Algumas reflexões a partir do caso do MST. **Lutas Sociais** (PUCSP), p. 12:61, 2004.

FERNANDES, B. M.; STEDILE, J. P. **Brava gente**: A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade** 1: a vontade de saber. Trad. br. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz & Terra, 2018. 7. ed.

FOUCAULT, M. "Verdade e poder". In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz & Terra, 2014. 28. ed., p. 35-54.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FREUD, S. **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, análise fragmentária de uma histeria ("O caso Dora") e outros textos (1901-1905).** Trad. br. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

FERNANDES, M. P. **COMUNICAÇÃO E VISIBILIDADE POLÍTICA EM PARADAS LGBTS. 2018. 96 F.** Trabalho de Conclusão de Curso (Biblioteconomia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

FACCHINI, R. Entre compassos e descompassos: um olhar para o" campo" e para a" arena" do movimento LGBT brasileiro. **Bagoas-Estudos gays:** gêneros e sexualidades, v. 3, n. 04, 2009.

FACCHINI, R. RODRIGUES, J. É preciso estar atenta (o) e forte: histórico do movimento LGBT e conjuntura atual. In. **Hasteemos a bandeira colorida**: diversidade sexual e de gênero no Brasil. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018. p. 231-262.

FACCHINI, R; CARMO, I. N; LIMA, S. P. Movimentos feminista, negro e LGBTI no Brasil: sujeitos, teias e enquadramentos. **Educação & Sociedade**, v. 41, 2020.

FREIRE, L. **A máquina da cidadania: uma etnografia sobre a requalificação civil das pessoas transexuais.** 2015. 192 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

FREIRE, L. Sujeitos de papel: sobre a materialização de pessoas transexuais e a regulação do acesso a direitos. **Cad. Pagu [online].** 2016, n.48.

FREE, T. **Domestic Labour:** An Analysis of Housework andits Relation to the Production Process. The Review RadicalPolitical Economics. 1796.

SOBREIRO FILHO, J. Instrumentos teóricos para analisar os movimentos socioespaciais e a perspectiva geográfica: conflitualidade, contentious politics; terrains of resistance, socio-patial positionality e convergence spaces, **Revista Nera**, Ano 20, n. 39, p. 13-38, 2017.

SOBREIRO FILHO, J. **CONTRIBUIÇÃO À CONSTRUÇÃO DE UMA TEORIA GEOGRÁFICA DOS MOVIMENTOS SOCIOESPACIAIS E CONTENTIOUS POLITICS**: PRODUÇÃO DO ESPAÇO, REDES E LÓGICA-RACIONALIDADE ESPAÇO-TEMPORAL NO BRASIL E ARGENTINA. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, São Paulo, 2016. 440 f.

GERSTEIN, I. 1973. **Domestic Work and Capitalism**. Radical-America.

GOELLNER, S. V. A educação dos corpos, dos gêneros e das sexualidades e o reconhecimento da diversidade. **Cadernos de formação RBCE**, v. 1, n. 2, 2010.

GOHN, M. G. **Teorias dos movimentos sociais**. Paradigmas clássicos e contemporâneos. 8ª Ed. São Paulo. Ed. Loyola, 2010.

GOHN, M. G. **Movimentos sociais no início do século XXI**: antigos e novos atores sociais. Petrópolis: Vozes, 2003.

HALVORSEN, S. Spatial dialectics and the geography of social movements: The case of Occupy London. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v. 42, n. 3, p. 445–57, 2017.

OLIVEIRA, Z. L. C; VIANNA, M. C. S. Trabalho feminino e a situação familiar da mulher nas áreas metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, e Recife. In: **RBG,** 1980, vol. 50, n° 2, p. 5-48.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Trad. Flavio R. Kothe. Rio de Janeiro. Editora Tempo Brasileiro, 1984.

HOCQUENGHEM, G. **El deseo homosexual.** Con terror anal de Beatriz Preciado. S. l. [Espanha]: Melusina, 2009.

HARVEY, D. O espaço como palavra-chave. **GEOgraphia**, v. 14, n. 28, p. 8-39, 2012.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização:** do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HALVORSEN, S; FERNANDES, B. M. TORRES, F. V. Movimentos Socioterritoriais em Perspectiva Comparada. **Revista NERA**, v. 24, n. 57, p. 24-53, Dossiê I ELAMSS, 2021.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Trad. Flavio R. Kothe. Rio de Janeiro. Editora Tempo Brasileiro, 1984.

KOCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. Caxias do Sul: UCS; Porto Alegre: EST, 1979.

KERLINGER, F. N. **Foundations of behavioral research**. 2. ed. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1973.

LAURETIS, T. **Diferencias:** etapas de un camino a través del feminismo. San Cristóbal, Madrid: Horas, 2000.

LOURO, G. L. **Um corpo estranho:** ensaios sobre sexualidade e a teoria Queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

LOURO, G. L. Epistemologia feminista e teorização social – desafios, subversões e alianças. In: ADELMAN, Miriam; SILVESTRIN, Celsi Brönstrup. (Orgs). **Coletânea Gênero Plural.** Curitiba: Editora UFPR, 2002. p. 11-22.

LACERDA, T. W. F. **A Parada LGBT e os espaços públicos**: a afirmação da diversidade sexual em Campinas. 2012. 153 f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Pontíficia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2012.

LEITE, M; ZANETTI, V; TONIOLO, M. A. TERRITORIALIDADES LGBTs. **Sociedade e Território,** v. 32, n. 1, p. 96-114, 2020.

LEFEBVRE, H. **The Production of Space**. Cambridge: Blackwell Publishers, 1991.

MCADAM, D; TARROW, S; TILLY, C. Para mapear o confronto político. **Lua Nova: revista de cultura e política**, p. 11-48, 2009.

MCADAM, D. TARROW, S. TILLY, C. **Dynamics of Contention**. Cambridge: Cambridge University Press. 2001.

MARTIN, D; MILLER, B. Space and contentious politics. **Mobilization: An International Quarterly**, v. 8, n. 2, p. 143-156, 2003.

MARIANO, A; PAZ, T. T. I. Diversidade Sexual e de Gênero no MST: primeiros passos na luta pela liberdade sexual. In: NOGUEIRA, L. et al (Org.) **Hasteemos a bandeira colorida**: diversidade sexual e de gênero no Brasil. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018. p. 289-313.

MATTOS, R. B; RIBEIRO, M. Â. C. Territórios da prostituição nos espaços públicos da área central do Rio de Janeiro. In: **Revista Território**, 1996, vol. 1, nº 1, p. 59-76.

MARIANO, S. A. O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo. **Rev. Estud. Fem.** [online]. 2005, vol.13, n.3, pp.483-505. ISSN 1806-9584.

MOORE, H. L. **Feminism and Anthropology.** Cambridge, Polity Press, 1988.

MEAD, M. **Sexo e temperamento em três sociedades primitivas**. Trad. br. Rosa Krausz. São Paulo: Perspectiva, 2006.

MOTA, M. P. Do espetáculo da diversidade sexual à performatividade do corpo identitário: olhares sobre a XX Parada do Orgulho LGBT de São Paulo. **BAGOAS - ESTUDOS GAYS: GÊNEROS E SEXUALIDADES**, v. 10, p. 60-74-74, 2017.

MAIA, C. E. S. Festividade e territorialidades na Parada LGBT goianiense. **TERR@ PLURAL (UEPG. ONLINE),** v. 6, p. 273-288, 2012.

MELO, K. M. M. **"CONSCIÊNCIA, NEWS E GLAMOUR":** A INTERNET COMO ESPAÇO ALTERNATIVO DE SOCIABILIDADE E ATIVISMO ENTRE PESSOAS TRANS. 2016. 111 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Marília, 2016.

MOUFFE, C. **The democratic paradox**. London; New York: Verso, 2000.

MELUCCI, A. A Invenção do Presente: **Movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis: Editora Vozes, 1989.

MOREIRA, R. A Geografia Serve para desvendar máscaras sociais. **Território Livre**, n. 1, São Paulo: UPEGE, 1979.

MOREIRA, R. Assim se passaram dez anos: a renovação da Geografia no Brasil, 1978-1988. **GEOgraphia,** ano II, n. 3, p. 27-48, 2000.

MOREIRA, R. O espaço e o território: conceitos e modos de uso em tempos de movimentos sociais. In: SANTOS, Edinusia Moreira Carneiro; NETO, Agripino Souza Coelho; SILVA, Onildo Araújo. **Espacialidade e Movimentos Sociais**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018. p. 15-26.

MATTOS, R. B; RIBEIRO, M. A. C. Territórios da prostituição nos espaços públicos da área central do Rio de Janeiro. In: **Revista Território**, 1996, vol. 1, nº 1, p. 59-76.

MENDES, L. Cidade pós-moderna, gentrificação e a produção social do espaço fragmentado. **Cadernos Metrópole, São Paulo**, v. 13, n. 26, p. 473-495, 2011.

MILLETT, K. **A Política Sexual**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1970.

MINAYO, M. C. S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. **aed. rev. e aprimorada**. São Paulo: Hucitec, 2006.

NICHOLSON, L. "Interpretando o gênero". **Revista Estudos Feministas**, v. 8, n. 2, p. 9- 41, 2000.

NOGUEIRA, L. As determinações patriarcais-heterossexistas da sociedade capitalista. In: NOGUEIRA, L. et al (Org.) **Hasteemos a bandeira colorida**: diversidade sexual e de gênero no Brasil. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018. p. 29-55.

NASCIMENTO, E. C. do. **Movimentos sociais e instituições participativas**: efeitos organizacionais, relacionais e discursivos. 2012. 399 f. Tese (Ciência Política) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

OBERSCHALL, A. **Social Conflit and Social Moviments**. Englewood Cliffs. New Jersey, Prentice Hall In. 1973.

OLIVEIRA, J. M. D; Mott, Luiz. Mortes violentas de LGBT+ no Brasil – 2019: **Relatório do Grupo Gay da Bahia** – 1. ed. – Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2020.

ORNAT, M. J. Sobre espaço e gênero, sexualidade e geografia feminista. **Terr@ Plural**, v. 2, n. 2, p. 309, 2008.

OLIVEIRA, J. M. D. **Desejo, Preconceito E Morte**. Clube de Autores, 2013.

ORTOLANO, F. Psicologia dos movimentos sociais e as paradas LGBT de São Paulo e Campinas. **Revista de Estudos Universitários**, v. 39, p. 105-123, 2013.

ORTOLANO, F. Turismo e Hospitalidade: um olhar para a juventude nas paradas do orgulho LGBT. **Revista Gestão & Políticas Públicas**, v. 2, p. 314-330, 2012.

ORTOLANO, F. **Concepções de sexualidade e direitos humanos:** uma análise psicopolítica a partir das Paradas LGBT de São Paulo e Campinas. 2015. 236 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

OLIVEIRA, A. U. **Agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

OLIVEIRA, Z. L. C; VIANNA, Márcia Coelho de Segadas. Trabalho feminino e a situação familiar da mulher nas áreas metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, e Recife. In: **RBG,** 1980, vol. 50, n° 2, p. 5-48.

PARIS, G; **Parada do Orgulho LGBT do Rio de Janeiro**: um desfile-mobilização e suas estratégias comunicativas. Rio de Janeiro, 2015, 156 p. Advisor: Janice Caiafa. Dissertation (Master's degree in Communication and Culture) — Communication School, Federal University of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

PELÚCIO, L. "Desfazendo o Gênero". MISKOLCI, R; LEITE JÚNIOR, Jorge. **Diferenças na Educação:** outros aprendizados. São Carlos: EdUFSCar: 253p. 2016.

PISCITELLI, A. "Recriando a (categoria) mulher?" In: ALGRANTI, Leila (Org.). **A prática feminista e o conceito de gênero**. Campinas: IFCH-Unicamp, 2002.

PRÉVÔT, M. S. **Fragmentación espacial y social:** conceptos y realidades. Perfiles Latinoamericanos, Cidade do México, n. 19, p. 33-56, 2001.

PRECIADO, P. B. Manifesto contrassexual. **Práticas subversivas de identidade sexual**. Trad. br. Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1, 2017. 3. ed., 2. reimp.

PEDON, N. R. MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS: **Uma Contribuição Conceitual à Pesquisa Geográfica.** 2009. 240 f. Tese de Doutorado - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009.

PILE, S; KEITH, M. **Geographies of Resistance**. London and NY: Routledge, 1997.

PEAKE, L. Race and sexuality: challenging the patriarchied structuring of urban social space. In: **Environment and Planning**: Society and Space, 1993, vol. 11, p. 415-432.

POLETTO, E. R. A nova territorialidade dos movimentos sociais na América Latina: do ajuste neoliberal à construção de alternativas. **Encontro dos Geógrafos da América Latina**, 2009.

QUINALHA, R. **Lampião da Esquina na mira da ditadura hetero-militar de 1964**. cadernos pagu, 2021

RICHARDSON; R. J. et al. **Pesquisa Social:** métodos e técnicas. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RAFFESTIN, C. **Por Uma Geografia do Poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

SAFFIOTI, H. **Emprego doméstico e capitalismo**. Petrópolis, Vozes. 1978.

SCOTT, J. W. Prefácio a gender and politics of history. **Cadernos Pagu**, n. 3 (Desacordos, desamores e diferenças), p. 11-27, 1994.

SCOTT, J. **Gênero:** uma categoria útil para análise histórica. Educação e Realidade, Porto Alegre, v.16, n. 2, jul./dez, 1990.

SPOSITO, M. E. B. produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, Ana Fani; SOUZA, Marcelo; SPOSITO, Maria Encarnação (Org.). **A produção do espaço urbano:** agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011. p. 123-145.

SERPA, A. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto/EDUFBA, 2007.
SAFFIOTI, H. Gênero e Patriarcado. In**: Marcadas a ferro.** Violência contra a mulher, uma visão multidisciplinar. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005.

SCRIBANO, A. Acciones colectivas, movimentos y protesta social: preguntas y desafios. **Conflicto Social,** Ano 2, n. 1, p. 86-117. Buenos Aires, jun. 2009.

SCHWARCZ, L. M; STARLING, H. M. **Brasil**: Uma Biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SANTOS, M. **Metrópole corporativa fragmentada**. O Caso de São Paulo. São Paulo: Nobel, 1990. 136 p.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2012, 4. ed., 7. reimp.

SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo: Editora Hucitec,1988.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. 7ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**: diretrizes para o trabalho científico-didático na universidade. 5. ed. São Paulo: Cortez & Moraes, 1980.

SANTOS, A. R. B. dos. **Movimento LGBT e direito**: identidades e discursos em (des)construção. 2017. 234 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

SALES, A. L. L. F. **Militância e Ativismo**: Cinco ensaios sobre ação coletiva e subjetividade. 2019. 134p. Tese de Doutorado em Psicologia Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2019.

SILVA, H. C. G. M. **Sobre lonas e lutas:** Análise da espacialização da luta pela terra do campo à cidade a partir das ações do MST e MTST na região de Campinas e Grande São Paulo (1997-2016). 2018. 143 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2018.

SANT'ANNA, L. M. Rolezinhos: movimentos socioespaciais do cotidiano, **Revista Nera**, Ano 20, n. 39, p. 211-230, 2017.

SCHERER-WARREN, I. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado,** Brasília, v. 21, p. 109-130, 2006.

SIQUEIRA, C. E; CASTRO, H; ARAUJO, T. M. A globalização dos movimentos sociais: resposta social à Globalização Corporativa Neoliberal. **Ciênc. saúde coletiva,** São Paulo, v. 8, n. 4, p. 847-858, 2003.

SECHI, B. A cidade contemporânea e seu projeto. In: REIS Filho, Nestor, PORTAS, Nuno, TANAKA, Marta. **Dispersão urbana.** Diálogo sobre pesquisas Brasil-Europa. São Paulo: FAU, 2007, p. 111-139.

SOUZA, W. V. F; FELICIANO, C. A. Diversidade, redes e territórios de resistência e afirmação no Estado de São Paulo: uma leitura a partir da Parada LGBTQIAP+. **Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, v. 10, p. 144-168, 2021.

TARROW, S. **Power in movement**. Cambridge: Cambridge Press, 1994.

TOURAINE, A. Na fronteira dos movimentos sociais. **Sociedade e Estado,** v. 21, n. 1, p. 17-28, 2006.

TREVISAN, J. S. **Devassos no paraíso**. A homossexualidade no Brasil, da cônolia à atualidade. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018. 4.ed. rev., atual. e amp.

TRUJILLO FERRARI, A. **Metodologia da ciência**. 3. ed. Rio de Janeiro: Kennedy, 1974.

THIOLLENT, M. J. M. **Crítica metodológica, investigação social & enquete operária**. São Paulo: Polis, 1980.

TORRES, F. Estado y Movimientos Sociales: disputas territoriales e identitarias. La organización Barrial Tupac Amaru - Jujuy-Argentina, **Revista Nera**, Ano 20, n. 39, p. 86-106 - Dossiê 2017, 2017.

TOURAINE, A. Na fronteira dos movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, v. 21, p. 17-28, 2006.

TILLY, C. **From mobilization to revolution**. Nova York: Random House, 1978.

VIEIRA, F. C; COSTA, M. L, A. A PARADA DO ORGULHO LGBT NO CALENDÁRIO DE EVENTOS DA CIDADE E NA GERAÇÃO DE NEGÓCIO PARA A REDE HOTELEIRA PAULISTANA. **Revista de Investigación em turismo y desarrolo local**, v. 7, n. 16, 2014.

VIANNA, C. P. O movimento LGBT e as políticas de educação de gênero e diversidade sexual: perdas, ganhos e desafios. **Educ. Pesqui. [online].** 2015, vol.41, n.3, pp.791-806.

ANEXOS

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Faculdade de Ciências e Tecnologia
Campus de Presidente Prudente-SP
Pós-Graduação em Geografia

ROTEIRO PARA APLICAÇÃO DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS

Presidente Prudente – SP
2023

Roteiro de entrevista semiestruturada aplicável a militantes, ativistas e participantes e movimentos socioespaciais e socioterritoriais LGBTQIAP+ na cidade

Nome do Pesquisador Responsável	Wilians Ventura Ferreira Souza
Orientador	Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes
Instituição Sede	Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – Campus de Presidente Prudente - SP
Linhas de Fomento	Bolsas no País – Mestrado
Agência de Fomento	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)
Número do Processo	130342/2021-1

Algumas disposições prévias:

1. todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Somente o pesquisador (a) e seu orientador (a) (e/ou equipe de pesquisa) terão conhecimento de sua identidade e nos comprometemos a mantê-la em sigilo ao publicar os resultados dessa pesquisa.
2. Ao participar desta pesquisa o/a sr/a. não terá nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que este estudo traga informações importantes sobre pistas e indicações que possam contribuir para estudos da Geografia e servir de fundamento para outros estudos sobre o assunto, proposta de planejamentos, transformação de relações, mudanças institucionais, dentre outras possibilidades, de forma com que o conhecimento que será construído a partir desta pesquisa possa trazer resultados positivos tanto para o meio acadêmico e científico quanto para os participantes de cunho social, onde o pesquisador se compromete a divulgar os resultados obtidos, respeitando-se o sigilo das informações coletadas, conforme previsto no item anterior.
3. o/a sr (a) não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação. O/A sr (a) tem liberdade de se recusar a participar e ainda a se recusar continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo para o/a sr (a). Sempre que quiser poderá pedir mais informações sobre a pesquisa através do telefone do (a) pesquisador (a) do projeto e, se necessário através do telefone do Comitê de Ética em Pesquisa.

Data____/____/____

Nome do/a Entrevistado/a:_____

Idade:_____ **Naturalidade**:_____

Sexo:_____

Identidade de Gênero:_____

Orientação Sexual:_____

Estado Civil:_____

Cor Autodeclarada: ( ) Branca ( ) Preta ( ) Parda ( ) Amarela ( ) Indígena

Religião:_____

Nível de Escolaridade:_____

- **SOBRE SER LGBTQIA+**

- O que significa ser LGBTQIA+ para você?
- A partir de que momento da sua vida você se identificou como LGBTQIA+?
- Como foi para você e sua família o processo de (re)conhecimento em relação a sua sexualidade?
- Você obteve apoio por parte de seus amigos e familiares?

- **DIFICULDADES E OBSTÁCULOS POR SER LGBTQIA+**

- Você encontra dificuldades no dia a dia pela sua identidade de gênero ou orientação sexual, se sim, quais?
- Você se sente limitado(a) com relação ao uso/utilização dos espaços na cidade por conta da sua identidade de gênero ou orientação sexual, se sim, quais espaços?
- Quais espaços você mais frequenta na cidade e quais você menos frequenta?
- Você já foi impedido(a) de frequentar algum espaço por ser LGBTQIA+, se sim, qual espaço e como isso aconteceu?
- Você já sofreu algum tipo de violência (física, psicológica, patrimonial, etc.) por ser LGBTQIA+?
- Em algum desses momentos você acionou a polícia militar ou município, se sim, como foi?
- Você possui amigos que já sofreram algum tipo de violência (física, psicológica, patrimonial, etc.) por ser LGBTQIA+?
- **Sobre o corpo**, como você vê/interpreta o seu corpo: ele é resistência, é central para a luta, é um território em disputa?
- Qual a sua visão em relação as políticas públicas para as pessoas LGBTQIA+? Questões por exemplo como: saúde, educação, trabalho, segurança, etc.

- **MOVIMENTOS SOCIOESPACIAIS E SOCIOTERRITORIAIS E COLETIVOS LGBTQIA+ (somente para os sujeitos organizados em algum movimento)**

- Você participa de algum movimento social ou coletivo LGBTQIA+? Se sim, qual?

- Quando surgiu esse interesse em participar do movimento social ou coletivo LGBTQIA+?
- O que você entende por Movimento Social ou Coletivo?
- Quais espaços da cidade esse movimento utiliza para reivindicar e construir suas ações?
- O que você entende por militância e ativismo LGBTQIA+?
- O que você acha que motiva pessoas LGBTQIA+ a se organizarem em movimentos e coletivos?
- Qual o principal enfrentamento, dificuldade ou combate que um sujeito militante do Movimento LGBTQIA+ sofre?

- **TIPOS DE AÇÕES**

- Quais são os tipos de ações construídas pelos movimentos socioespaciais e socioterritoriais que você faz parte?
- Você já participou de alguma Parada LGBTQIA+, se sim, de qual cidade e ano?
- Como você vê a Parada LGBTQIA+?
- Pode contar um pouco das vezes em que você participou da Parada LGBTQIA+ ou de outras ações?
- Você acha que essas ações trazem maior visibilidade e conteúdo político para a luta e causa LGBTQIA+?
- Você considera essas ações como atos políticos? Se sim, por quê?
- Você considera a Parada LGBTQIA+ como uma festa? Se sim, por quê?
- Você acredita que a Parada LGBTQIA+ pode ser tanto política como festiva? Se sim, por quê?
- Você acha que a Parada LGBTQIA+ beneficia somente a comunidade LGBTQIA+?
- Você participa ou conhece alguém que participa ativamente da construção desses tipos de ações? Se sim, como é essa construção e processo? Ela parte de algum movimento ou coletivo específico ou do setor público/privado?
- Qual a repercussão provocada pela Parada LGBTQIA+ ou outras ações no município?
- Você acredita que essas ações alteram a dinâmica espacial, econômica, política e cultural do município?

- **AGORA FALANDO DE VOCÊ**

- Você acha que essas ações te trazem algum benefício?

- Você acredita que esses tipos de ações por si só tem o poder de acabar com a intolerância e com o preconceito?

- Você acha que a Parada LGBTQIA+ contribui para o seu desenvolvimento enquanto cidadão? Se sim, por quê?

- Se você pudesse modificar algo nessas ações o que mudaria? Por quê?

- **SOBRE A CIDADE**

- Como você definiria a cidade?

- Quais são os espaços da cidade que você mais frequenta? Por quê?

- Quais os espaços da cidade que você menos frequenta? Por quê?

- Você frequenta boates, bares ou outros espaços que concentram uma quantidade relevante/significativa de LGBTQIA+? Se sim, quais?

- Você acredita que pessoas LGBTQIA+ produzem o espaço urbano? Se sim, de que maneira?

- Você acredita que pessoas LGBTQIA+ são excluídos de alguns espaços da cidade, sem sim, quais?

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: ¿AQUI SE RESPIRA LUTA, AQUI SE PINTA DIVERSIDADE¿: por uma leitura socioespacial e socioterritorial do Movimento LGBTQIAP+ brasileiro

Pesquisador: WILIANS VENTURA FERREIRA SOUZA

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 45112521.6.0000.5402

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JULIO DE MESQUITA FILHO

Patrocinador Principal: MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.920.411

Apresentação do Projeto:

Reproduzindo o que já foi relatado no primeiro parecer, neste item e nos próximos, até o item de apreciação dos termos:

Trata-se de um projeto abrangente, à escala nacional, que tem como foco os movimentos sociais protagonizados por grupos LGBTQIAP+, no campo e na cidade, em articulação ou não com outros movimentos sociais, como MTST ou MST, ou ainda que só realizem as paradas do orgulho gay (que tem sido a forma predominante e mais popularmente conhecida de manifestação. Além disso, a partir de dados secundários, pretende realizar mapeamento dos crimes contra esta população.

Objetivo da Pesquisa:

OBJETIVO GERAL

Identificar e analisar as espacialidades e territorialidades dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais que atuam no Brasil em torno da Diversidade Sexual e de Gênero a partir do Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA) no campo e na cidade criando tipologias analíticas destes movimentos e de suas ações.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Analisar os conceitos de movimento socioespacial e socioterritorial a partir dos estudos sobre o surgimento de movimentos que atuam em torno da Diversidade Sexual e de Gênero no Brasil, por meio do levantamento teórico-bibliográfico que a ciência geográfica vem construindo em consonância com os dados quantitativos do DATALUTA, buscando compreendê-los no contexto da discussão dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais.
2. Estudar e mapear nas territorialidades do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) entre outros movimentos socioespaciais e socioterritoriais a Diversidade Sexual e de Gênero, contribuindo com a criação de tipologias de ações e de movimentos, produzindo um banco de dados que nos permitirá avançar em tal debate dentro da ciência e na análise dos Territórios de Resistência e Vida.
3. Analisar e mapear as violências contra os sujeitos e movimentos socioespaciais e socioterritoriais que atuam em torno da Diversidade Sexual e de Gênero no Brasil, tais como os Crimes de Ódio e processos de violação, avançando na análise dos Territórios da Morte e do Medo.
4. Analisar de modo específico, às Paradas LGBTQIAP+/Diversidade e ações congêneres em cidades brasileiras, buscando compreender suas historicidades/territorialidades, bem como a construção dos Territórios de Resistência e o estabelecimento das redes de movimentos a partir da ação dos movimentos e sujeitos.
5. Trabalhar para o desenvolvimento teórico-conceitual dos Territórios da Morte, Medo, Resistência e Vida LGBTQIAP+, contribuindo com a ciência geográfica na compreensão de suas ações, espacialidades e territorialidades.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

A pesquisa não oferece riscos aos sujeitos colaboradores, visto que não pretende divulgar identidades individuais. A intenção é trabalhar com coletivos e movimentos. Os benefícios não são diretos, mas tem o potencial de produzir um panorama das resistências e das violações de direito e morte dos movimentos LGBTQIAP+.

Além disso, nos modelos de entrevista apresentados, as questões não ferem princípios éticos.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Apesar do texto ser um pouco confuso, pela multiplicidade de frentes de ação, foi possível identificar que fará basicamente 3 operações metodológicas: levantamento de dados em ONGs, órgãos oficiais, grupos de pesquisa e na imprensa, tanto sobre movimentos, paradas LGBTQIAP+, quando sobre violência e mortes; trabalho de campo de reconhecimento nas cidades que têm paradas LGBT, para conhecer as realidades específicas; entrevistas semiestruturadas com sujeitos LGBTQIAP+ ligados a movimentos movimentos sociais no campo e na cidade, ou mesmo que estejam atuando na organização das paradas do orgulho gay. Neste item, foi considerado que se deve acessar um total de 30 sujeitos.

Com isto, a pesquisa pretende realizar um amplo mapeamento das resistências e das vulnerabilidades à escala de Brasil.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Nesta nova submissão os problemas foram sanados: o TCLE corrigido; o termo de responsabilidade corrigido; bem como o cronograma da pesquisa.

Recomendações:

não há novas recomendações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

projeto aprovado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Em reunião realizada no dia 17.08.2021, o Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências e Tecnologia - Unesp - Presidente Prudente, em concordância com o parecerista, considerou o projeto APROVADO.

Obs: Lembramos que pesquisas que se enquadram na resolução 466/12 devem apresentar

relatório parcial e final, e pesquisas que se enquadram na resolução 510/16 devem apresentar relatório final.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1725733.pdf	08/07/2021 15:09:56		Aceito
Outros	carta_resposta_corrigida_08_07_2021.pdf	08/07/2021 15:09:33	WILIANS VENTURA FERREIRA SOUZA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto_de_pesquisa_wilians_cronograma_atualizado_08_07_2021.pdf	08/07/2021 15:05:07	WILIANS VENTURA FERREIRA SOUZA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termo_de_consentimento_livre_esclarecido_novamente_corrigido_08_07_2021.pdf	08/07/2021 14:58:10	WILIANS VENTURA FERREIRA SOUZA	Aceito
Outros	termo_de_responsabilidade_dos_arquivos_novamente_corrigido_08_07_2021.pdf	08/07/2021 14:53:10	WILIANS VENTURA FERREIRA SOUZA	Aceito
Cronograma	plano_de_trabalho_e_cronograma_de_execucao_atualizado_corrigido.pdf	11/06/2021 15:26:07	WILIANS VENTURA FERREIRA SOUZA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	declaracao_autorizacao_localll.pdf	29/03/2021 16:11:58	WILIANS VENTURA FERREIRA SOUZA	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto.pdf	29/03/2021 16:11:03	WILIANS VENTURA FERREIRA SOUZA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	termo_de_compromisso_wilians_berna.pdf	29/03/2021 12:38:47	WILIANS VENTURA FERREIRA SOUZA	Aceito
Outros	banco_de_dados_secundario.pdf	28/03/2021 00:32:07	WILIANS VENTURA FERREIRA SOUZA	Aceito
Outros	entrevista_semiestruturada_modelo_campo.pdf	28/03/2021 00:16:02	WILIANS VENTURA FERREIRA SOUZA	Aceito
Outros	entrevista_semiestruturada_modelo_cidade.pdf	28/03/2021 00:15:35	WILIANS VENTURA FERREIRA SOUZA	Aceito
Outros	termo_de_outorga_cnpq.pdf	27/03/2021 19:39:22	WILIANS VENTURA FERREIRA SOUZA	Aceito

Situação do Parecer:
Aprovado

Endereço: Rua Roberto Simonsen, 305
Bairro: Centro Educacional **CEP:** 19.060-900
UF: SP **Município:** PRESIDENTE PRUDENTE
Telefone: (18)3229-5315 **Fax:** (18)3229-5353 **E-mail:** cep@fct.unesp.br

Necessita Apreciação da CONEP:
Não

PRESIDENTE PRUDENTE, 20 de Agosto de 2021

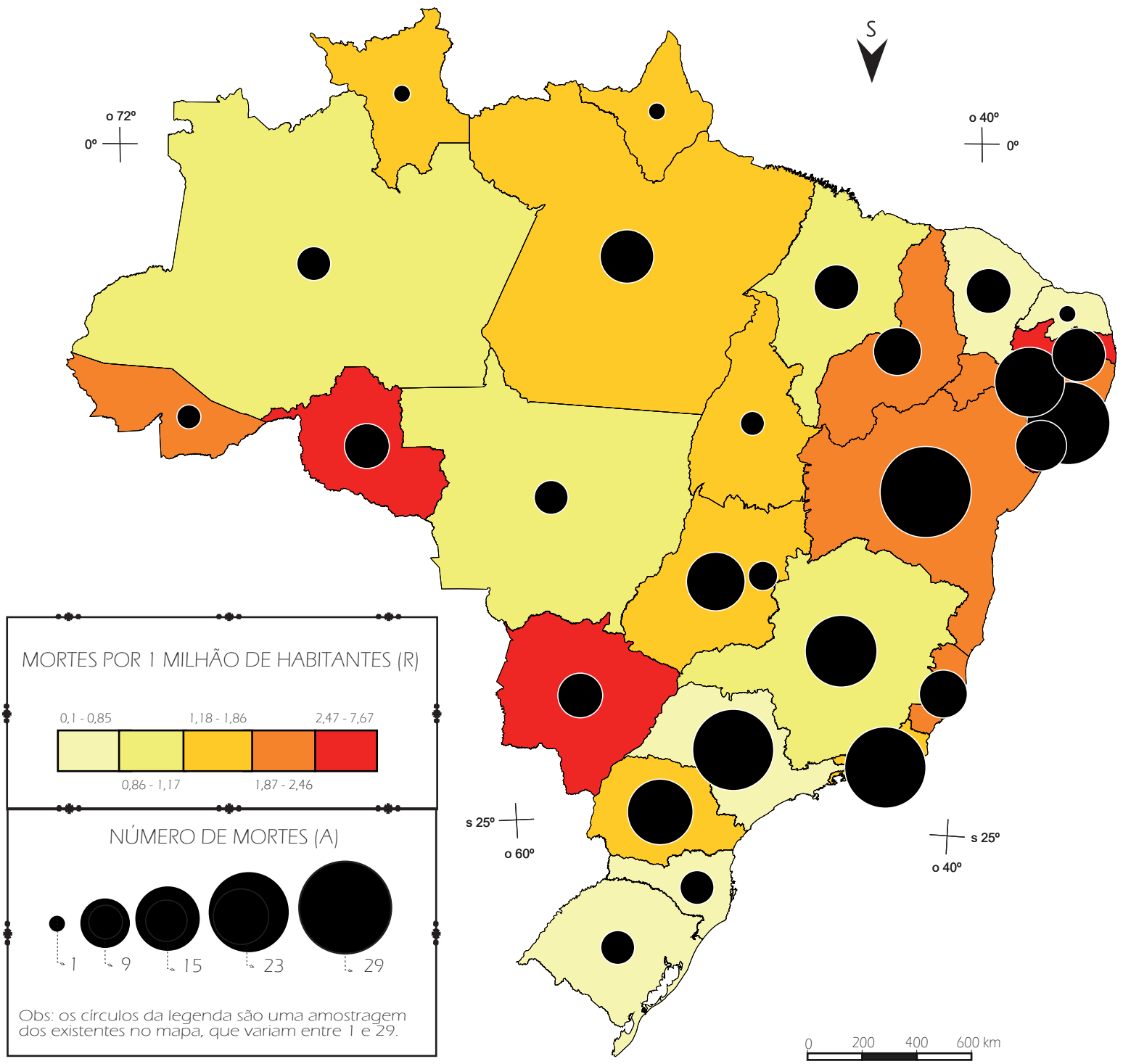
Assinado por:
Edna Maria do Carmo
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Roberto Simonsen, 305
Bairro: Centro Educacional **CEP:** 19.060-900
UF: SP **Município:** PRESIDENTE PRUDENTE
Telefone: (18)3229-5315 **Fax:** (18)3229-5353 **E-mail:** cep@fct.unesp.br

MAPOTECA

TERRITÓRIOS DA MORTE

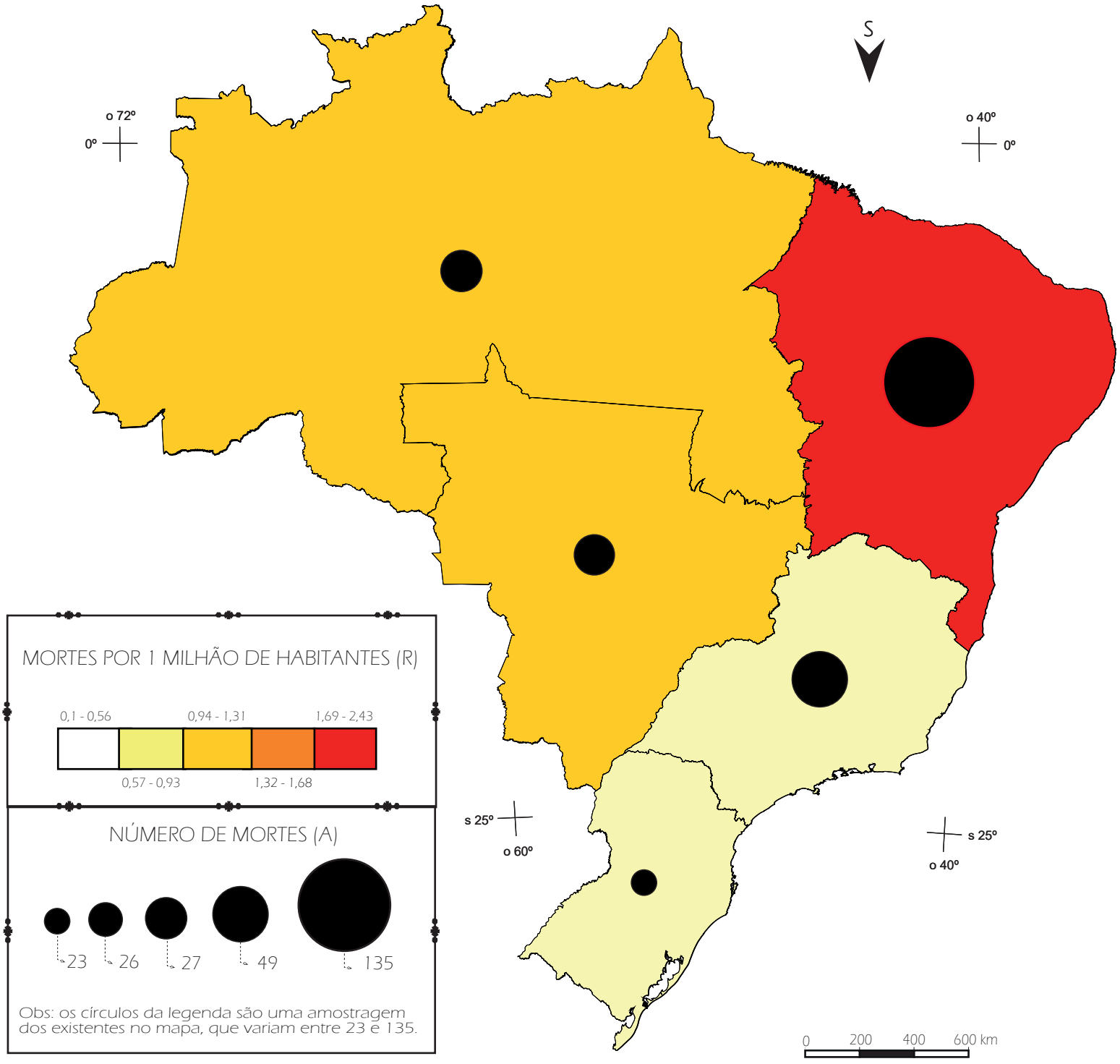
BRASIL: mortes de LGBTI+, por UF, em 2010



Software de Cartomática: PHILCARTO
Dados Demográficos: IBGE - 2022.
Base Cartográfica: IBGE - 2010.
Elaboração: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.
Fonte: Grupo Gay da Bahia.

CNPq
DATALUTA Banco de Dados da Luta pela Terra
unesp
NERA Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária

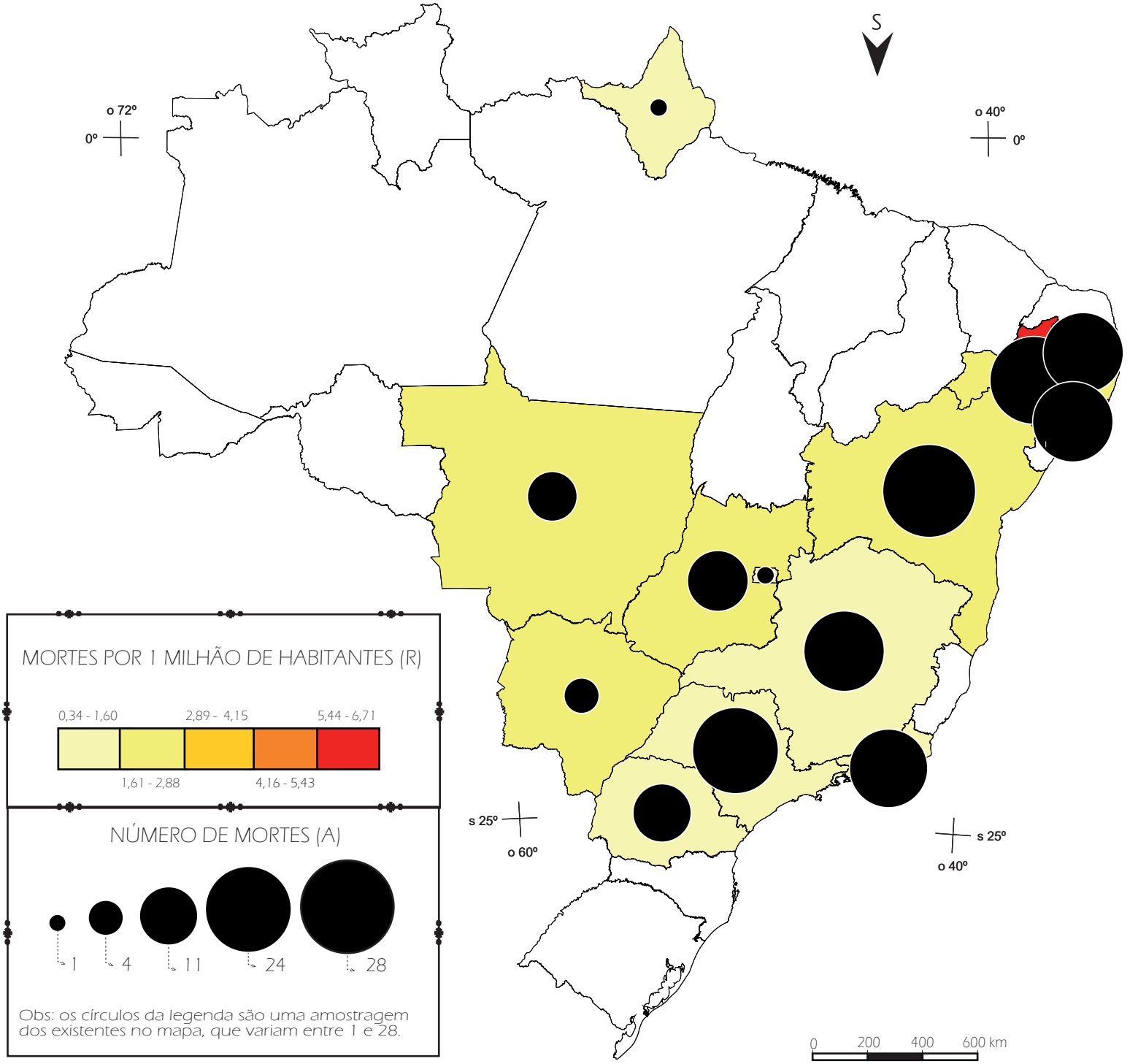
BRASIL: mortes de LGBTI+, por região, em 2010



Software de Cartomática: PHILCARTO
Dados Demográficos: IBGE - 2022.
Base Cartográfica: IBGE - 2010.
Elaboração: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.
Fonte: Grupo Gay da Bahia.

CNPq
DATALUTA Banco de Dados da Luta pela Terra
unesp
NERA Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária

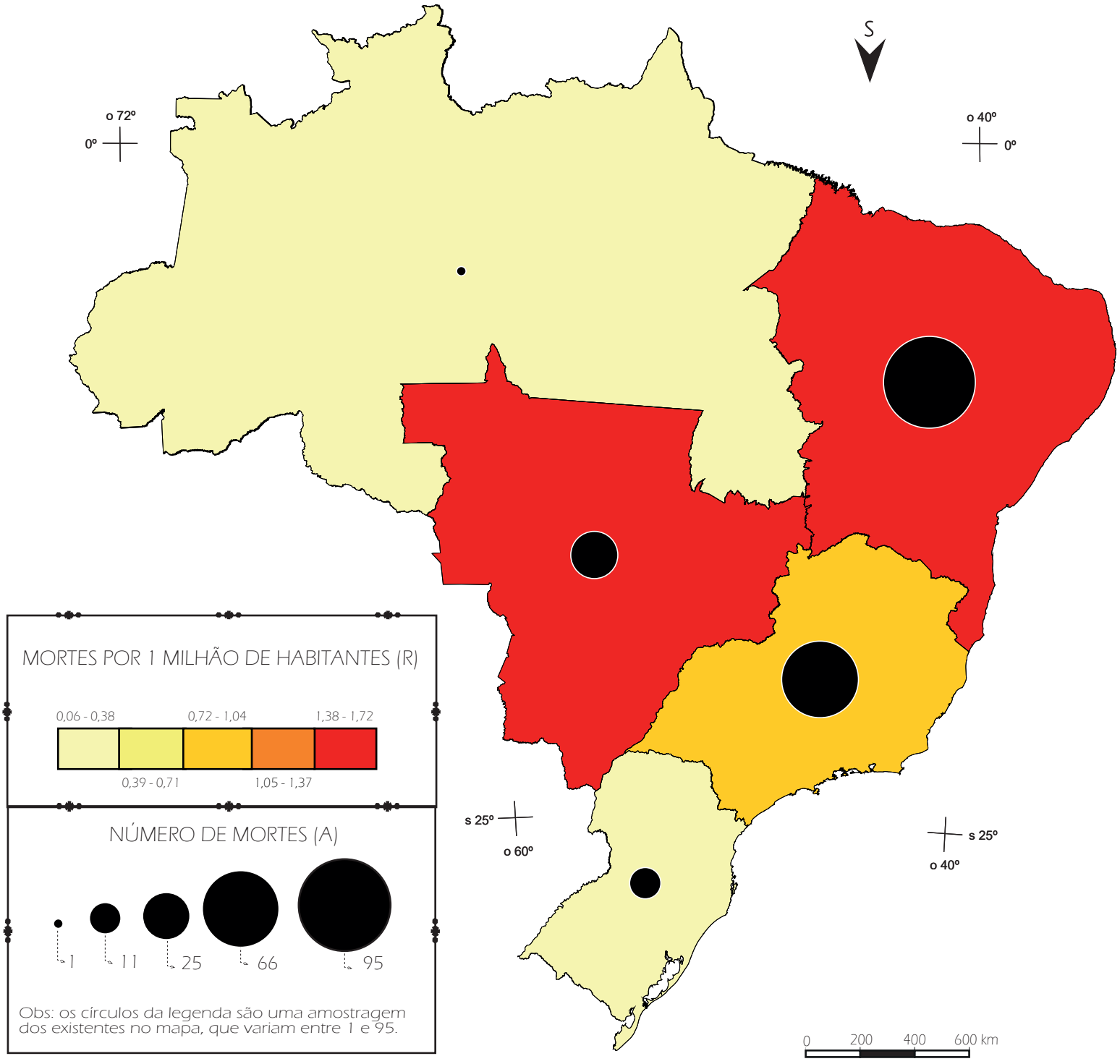
BRASIL: mortes de LGBTI+, por UF, em 2011



Software de Cartomática: PHILCARTO
Dados Demográficos: IBGE - 2022.
Base Cartográfica: IBGE - 2010.
Elaboração: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.
Fonte: Grupo Gay da Bahia.

CNPq
DATALUTA Banco de Dados da Luta pela Terra
unesp
NERA Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária

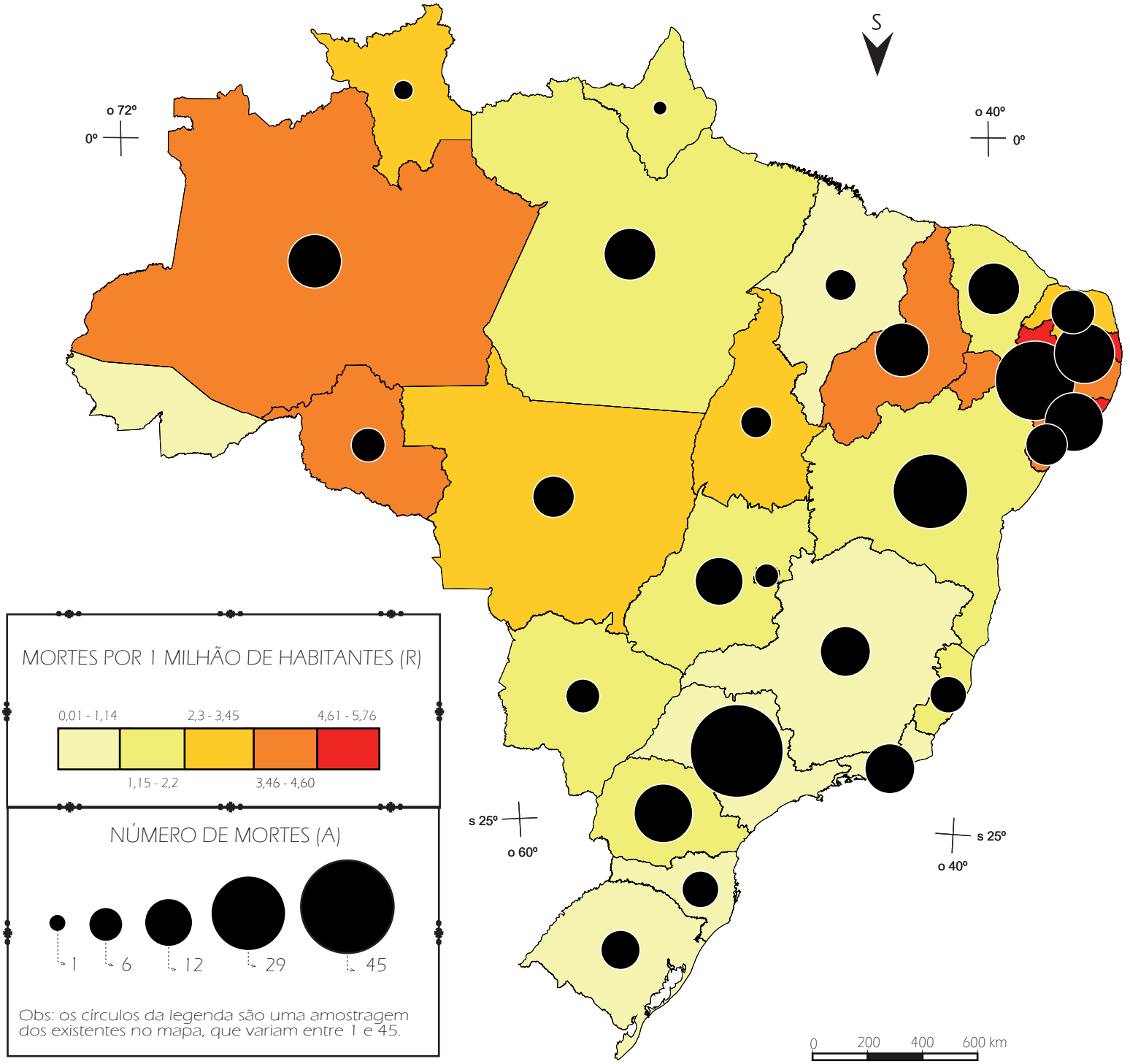
BRASIL: mortes de LGBTI+, por região, em 2011



Software de Cartomática: PHILCARTO
Dados Demográficos: IBGE - 2022.
Base Cartográfica: IBGE - 2010.
Elaboração: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.
Fonte: Grupo Gay da Bahia.

CNPq
DATALUTA Banco de Dados da Luta pela Terra
unesp
NERA Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária

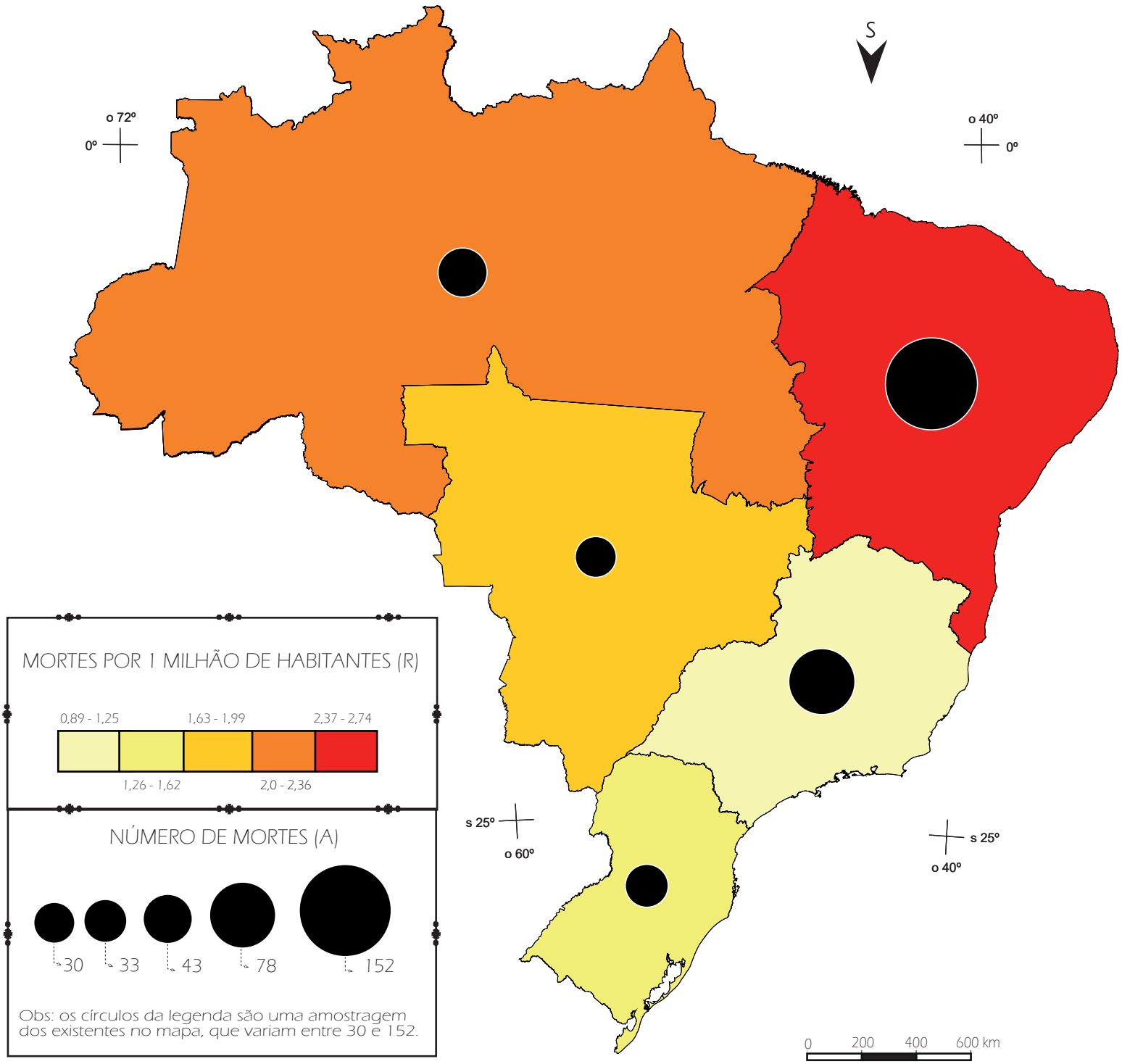
BRASIL: mortes de LGBTI+, por UF, em 2012



Software de Cartomática: PHILCARTO
Dados Demográficos: IBGE - 2022.
Base Cartográfica: IBGE - 2010.
Elaboração: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.
Fonte: Grupo Gay da Bahia.

CNPq
DATALUTA Banco de Dados da Luta pela Terra
unesp
NERA Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária

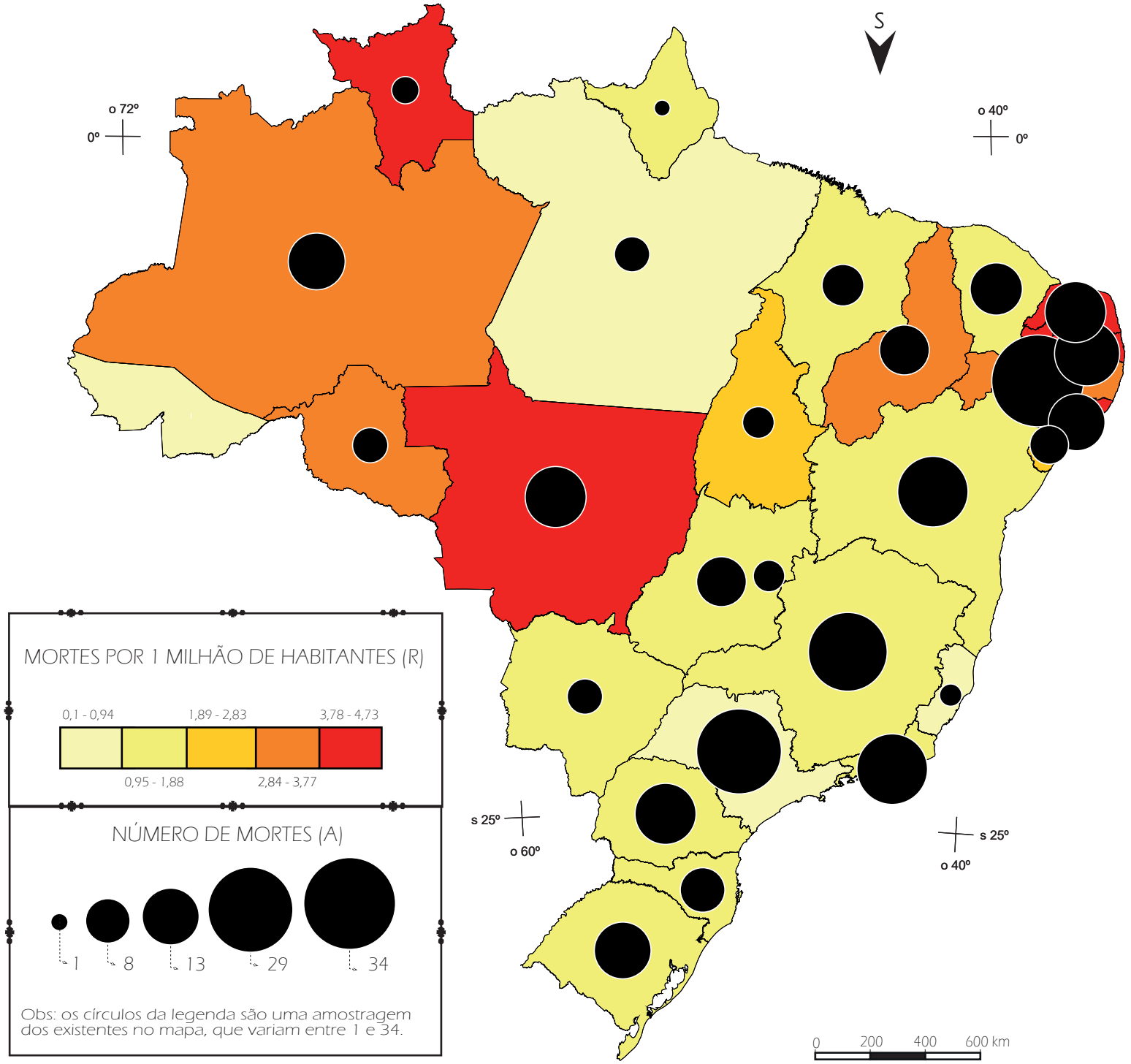
BRASIL: mortes de LGBTI+, por região, em 2012



Software de Cartomática: PHILCARTO
Dados Demográficos: IBGE - 2022.
Base Cartográfica: IBGE - 2010.
Elaboração: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.
Fonte: Grupo Gay da Bahia.

CNPq
DATALUTA Banco de Dados da Luta pela Terra
unesp
NERA Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária

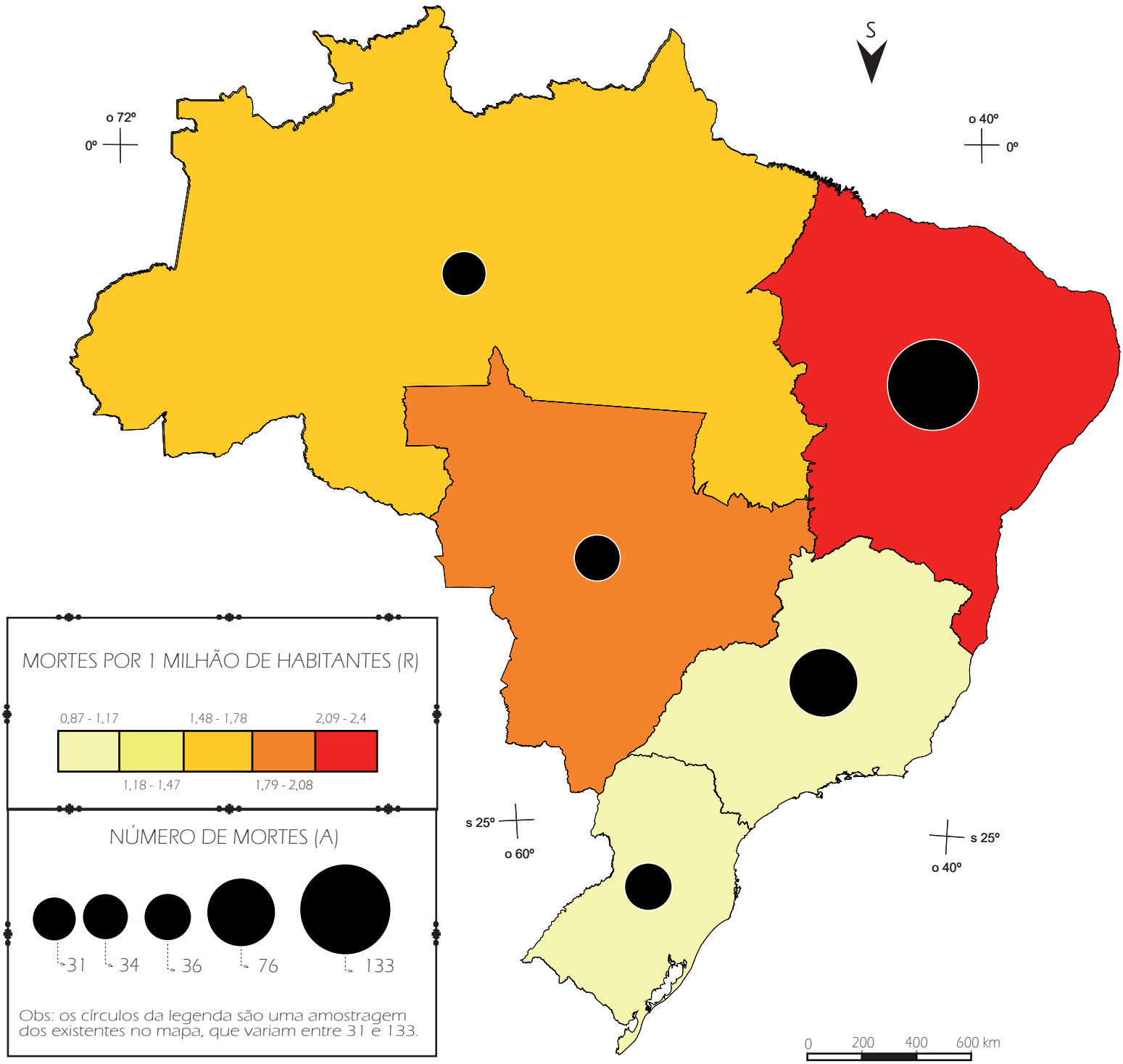
BRASIL: mortes de LGBTI+, por UF, em 2013



Software de Cartomática: PHILCARTO
Dados Demográficos: IBGE - 2022.
Base Cartográfica: IBGE - 2010.
Elaboração: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.
Fonte: Grupo Gay da Bahia.

CNPq
DATALUTA Banco de Dados da Luta pela Terra
unesp
NERA

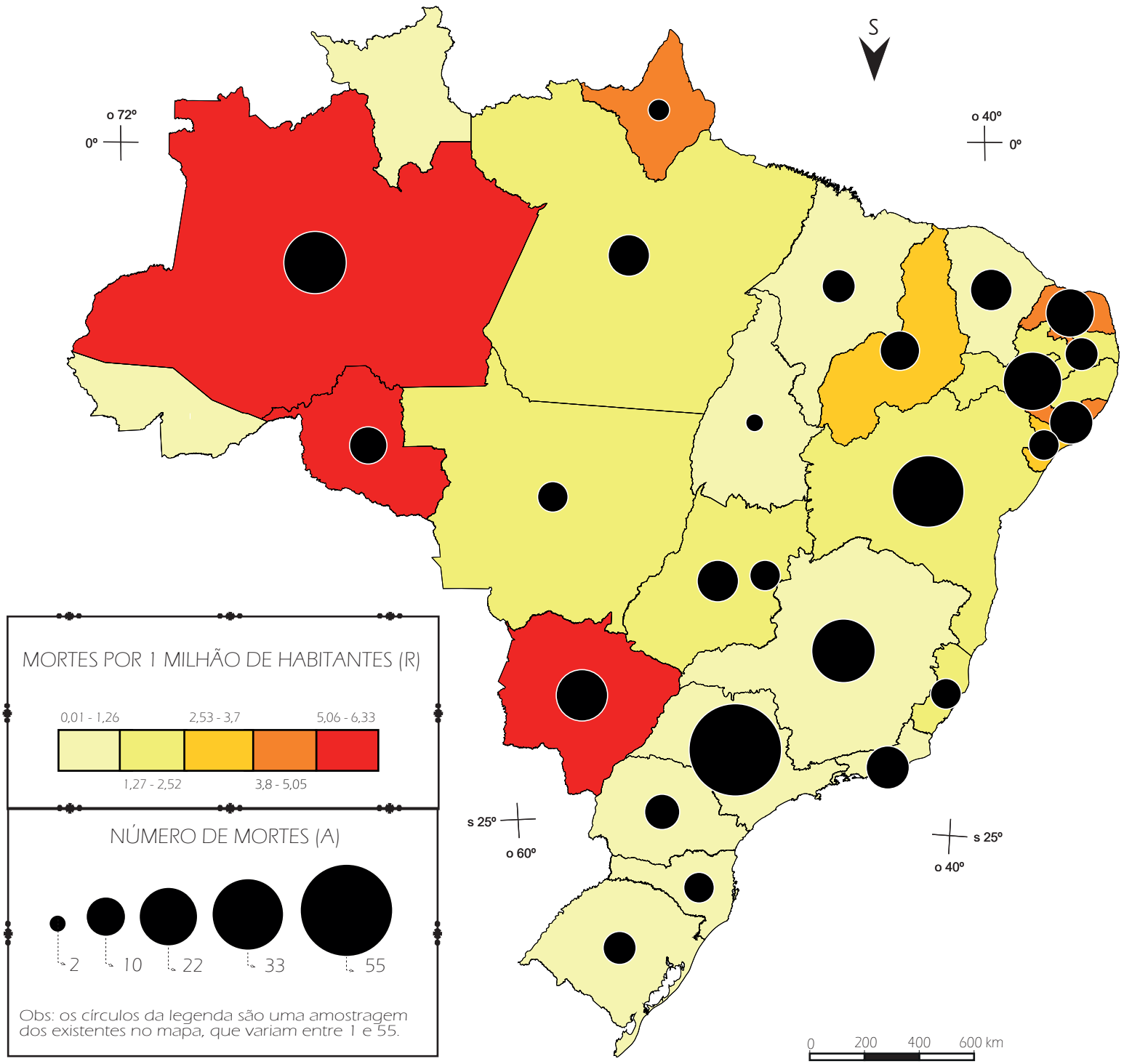
BRASIL: mortes de LGBTI+, por região, em 2013



Software de Cartomática: PHILCARTO
Dados Demográficos: IBGE - 2022.
Base Cartográfica: IBGE - 2010.
Elaboração: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.
Fonte: Grupo Gay da Bahia.

CNPq
DATALUTA Banco de Dados da Luta pela Terra
unesp
NERA Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária

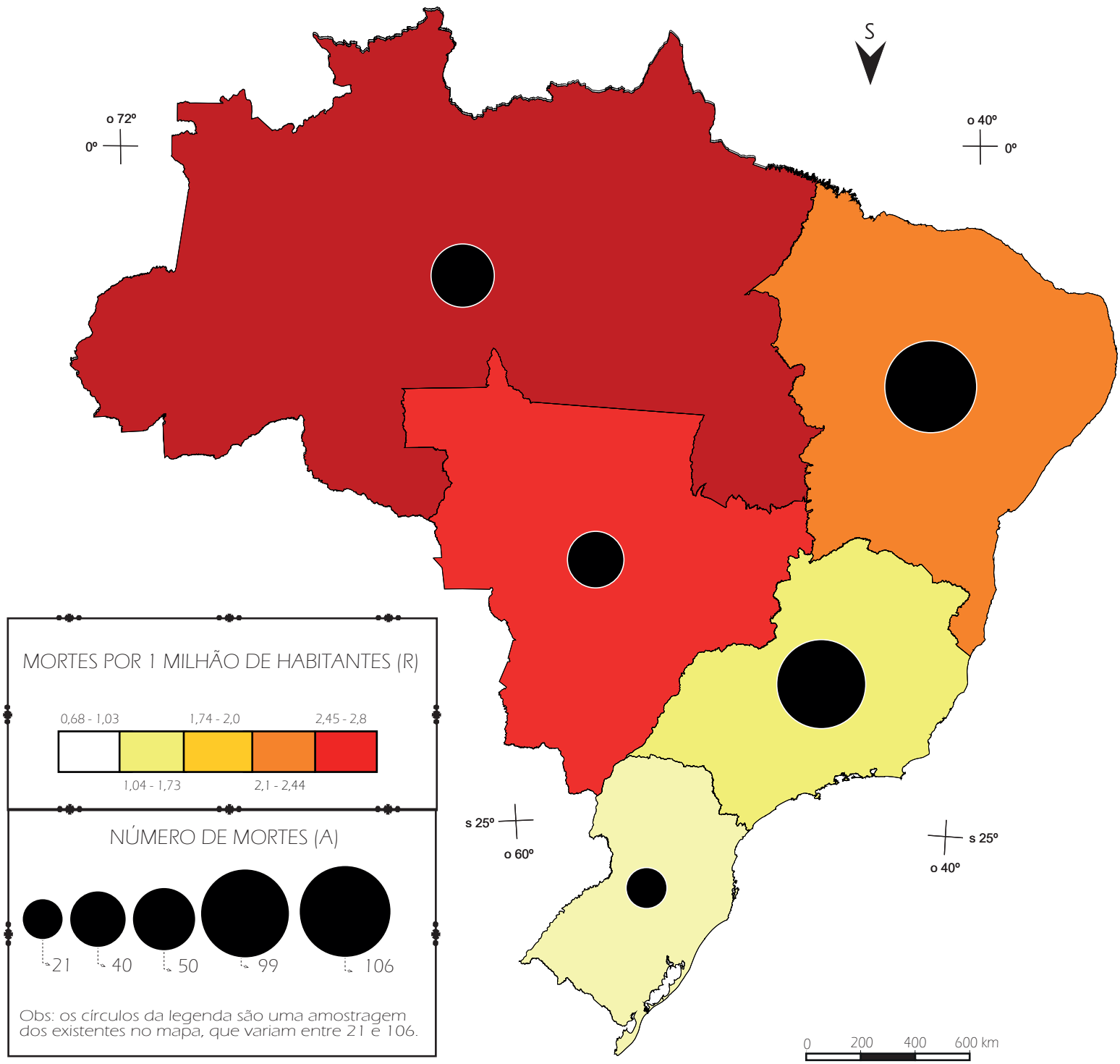
BRASIL: mortes de LGBTI+, por UF, em 2014



Software de Cartomática: PHILCARTO
Dados Demográficos: IBGE - 2022.
Base Cartográfica: IBGE - 2010.
Elaboração: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.
Fonte: Grupo Gay da Bahia.

CNPq
DATALUTA Banco de Dados da Luta pela Terra
unesp
NERA NÚCLEO DE ESTUDOS, PESQUISAS E PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA

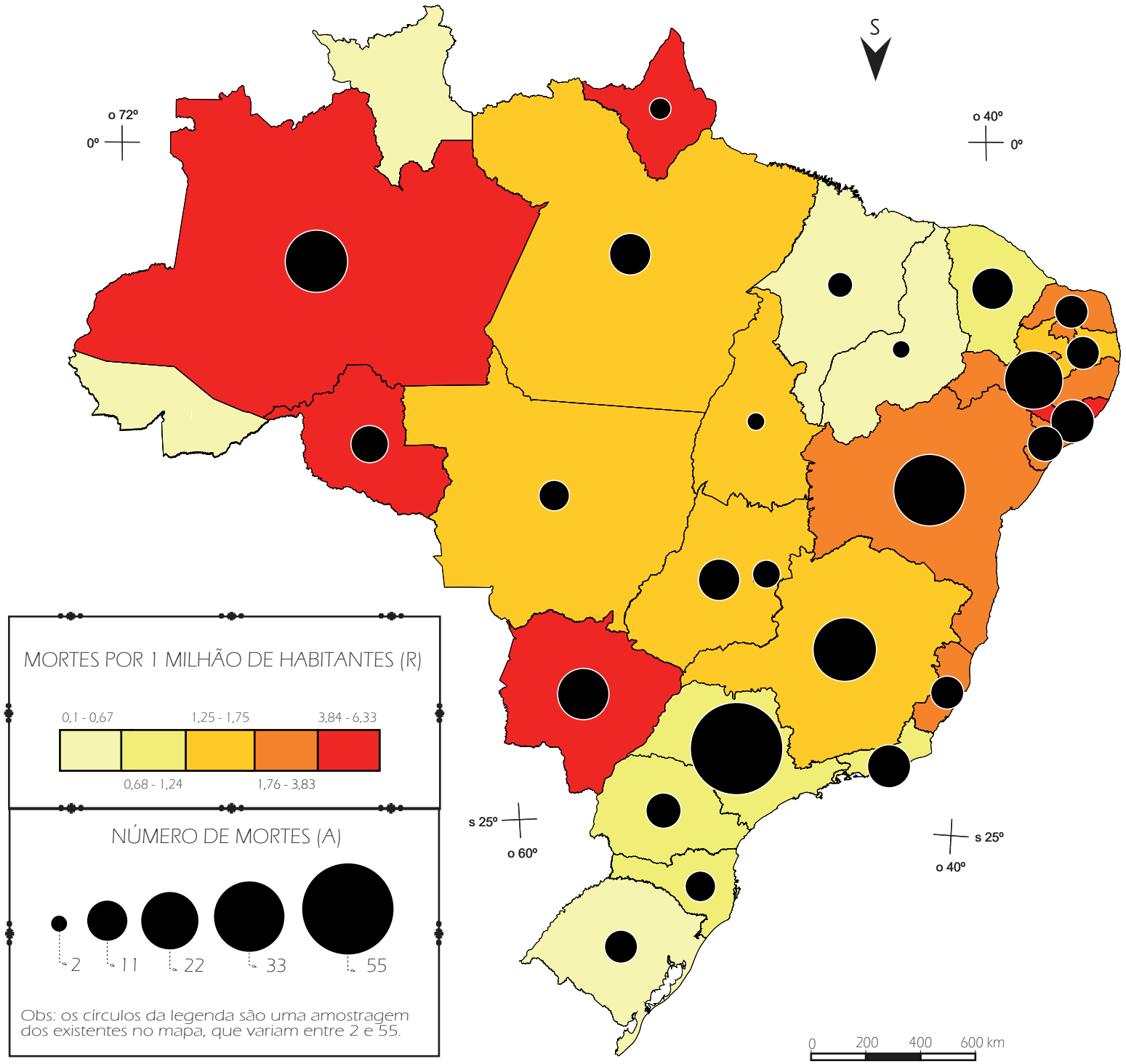
BRASIL: mortes de LGBTI+, por região, em 2014



Software de Cartomática: PHILCARTO
Dados Demográficos: IBGE - 2022.
Base Cartográfica: IBGE - 2010.
Elaboração: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.
Fonte: Grupo Gay da Bahia.

CNPq
DATALUTA Banco de Dados da Luta pela Terra
unesp
NERA Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária

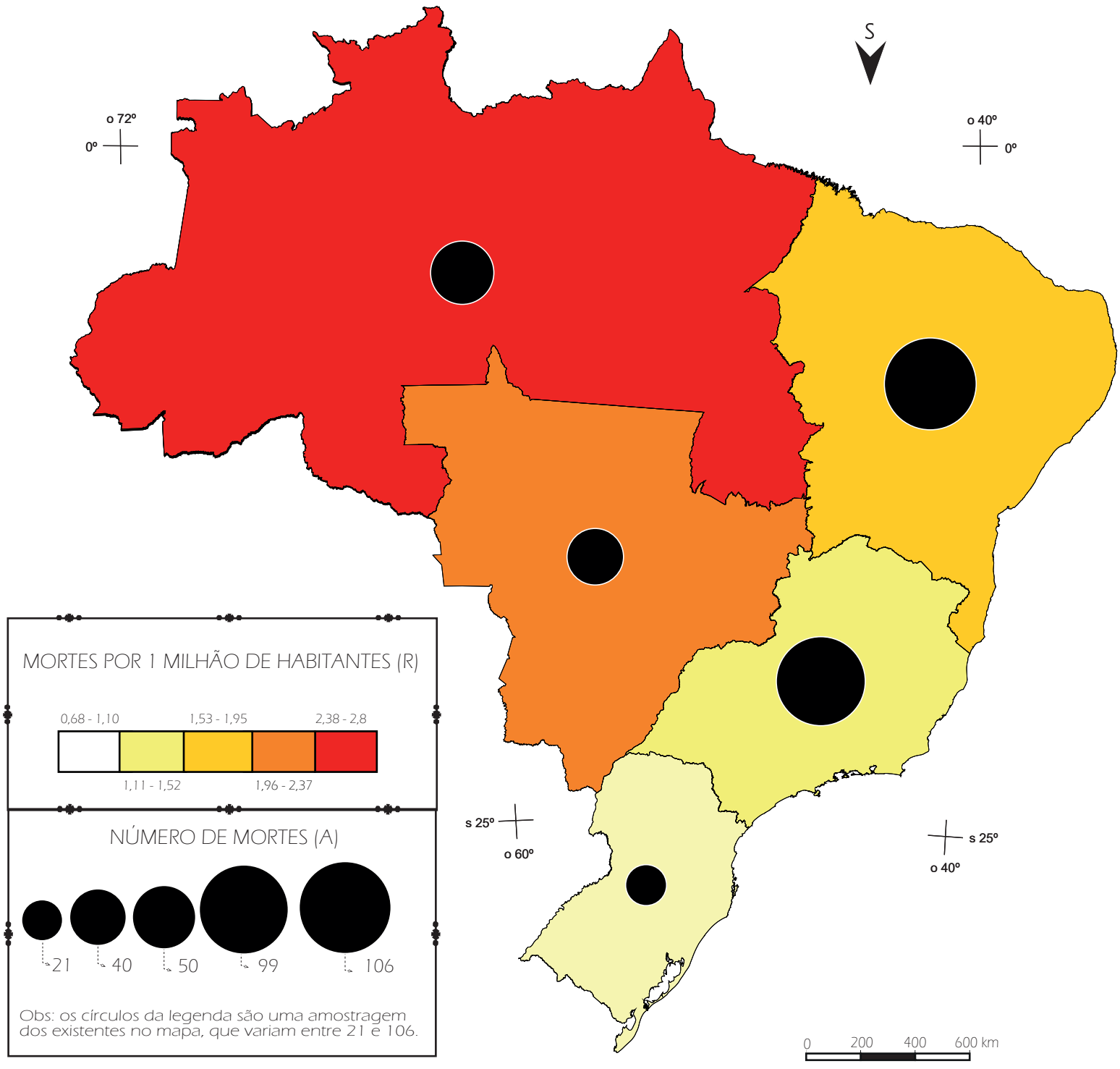
BRASIL: mortes de LGBTI+, por UF, em 2015



Software de Cartomática: PHILCARTO
Dados Demográficos: IBGE - 2022.
Base Cartográfica: IBGE - 2010.
Elaboração: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.
Fonte: Grupo Gay da Bahia.

CNPq
DATALUTA Banco de Dados da Luta pela Terra
unesp
NERA NÚCLEO DE ESTUDOS, PESQUISAS E PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA

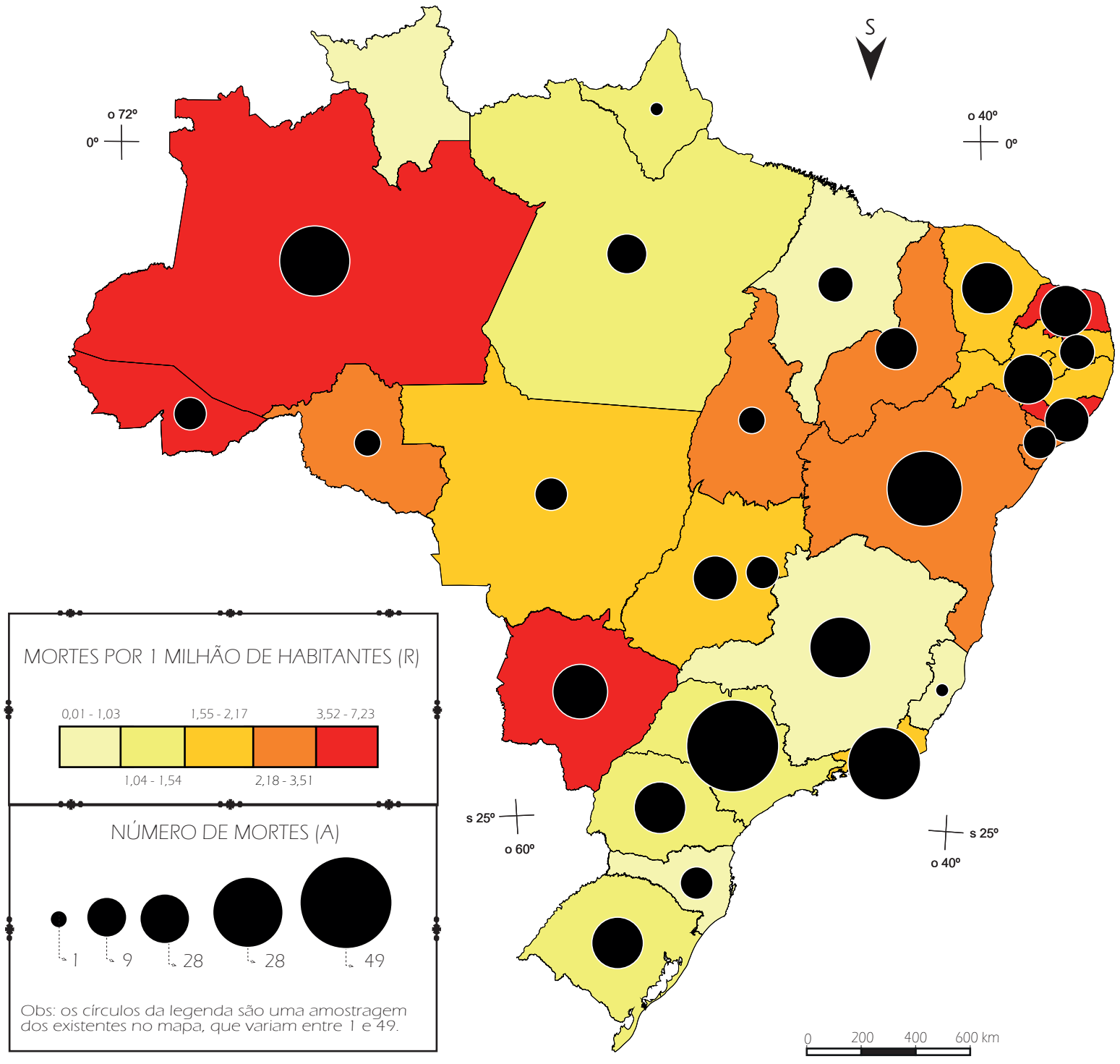
BRASIL: mortes de LGBTI+, por região, em 2015



Software de Cartomática: PHILCARTO
Dados Demográficos: IBGE - 2022.
Base Cartográfica: IBGE - 2010.
Elaboração: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.
Fonte: Grupo Gay da Bahia.

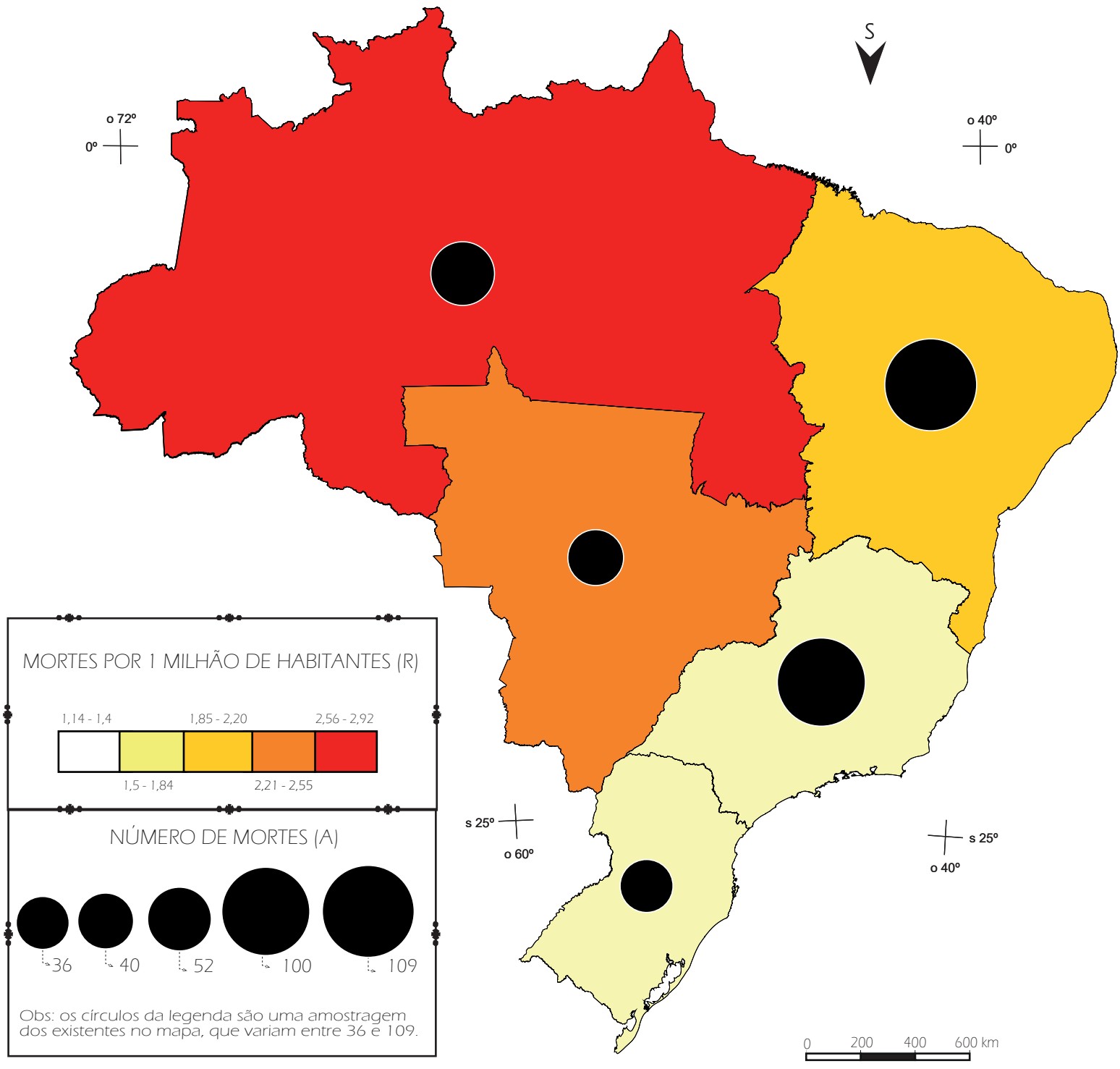
CNPq
DATALUTA Banco de Dados da Luta pela Terra
unesp
NERA NÚCLEO DE ESTUDOS, PESQUISAS E PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA

BRASIL: mortes de LGBTI+, por UF, em 2016



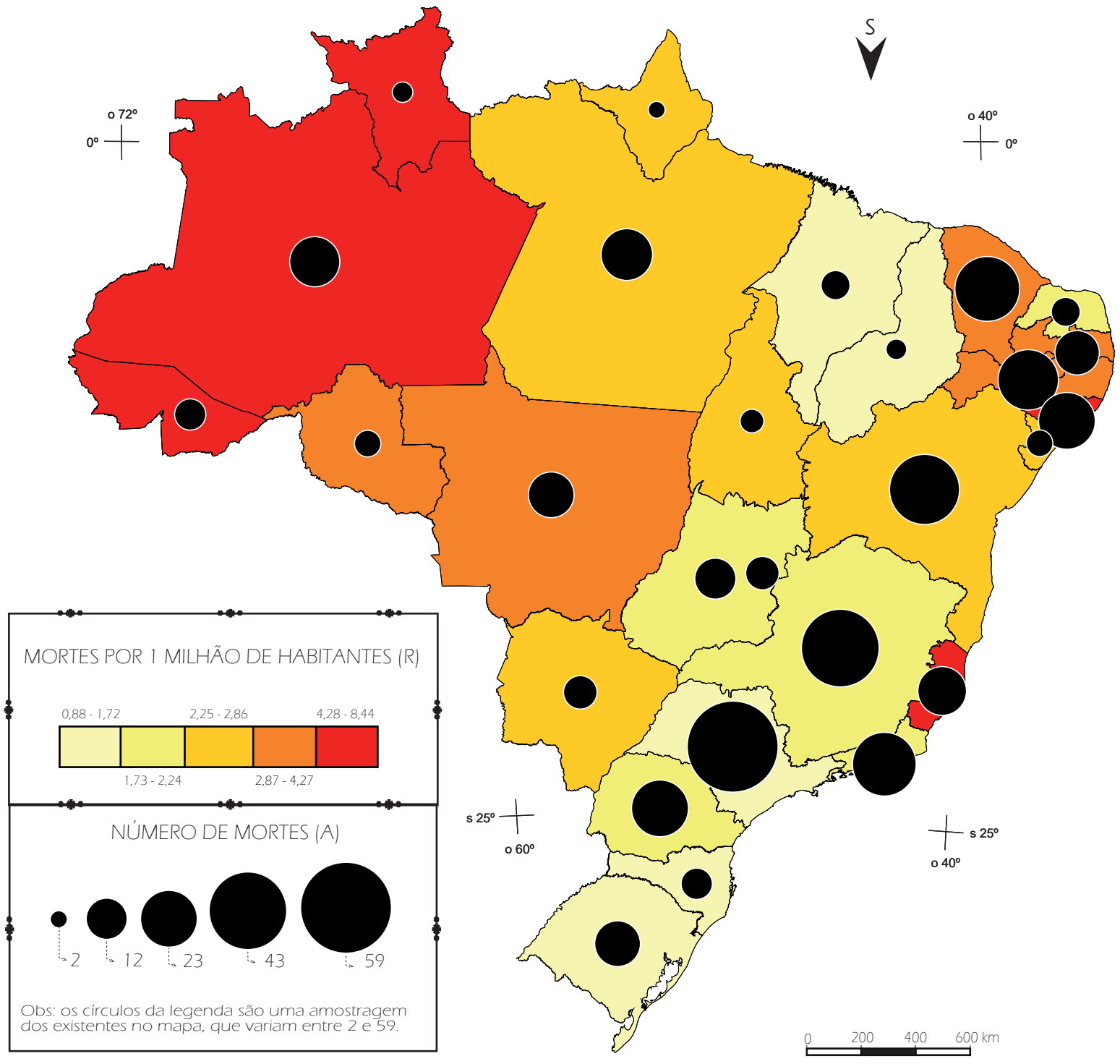
Software de Cartomática: PHILCARTO
Dados Demográficos: IBGE - 2022.
Base Cartográfica: IBGE - 2010.
Elaboração: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.
Fonte: Grupo Gay da Bahia.

BRASIL: mortes de LGBTI+, por região, em 2016



Software de Cartomática: PHILCARTO
Dados Demográficos: IBGE - 2022.
Base Cartográfica: IBGE - 2010.
Elaboração: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.
Fonte: Grupo Gay da Bahia.

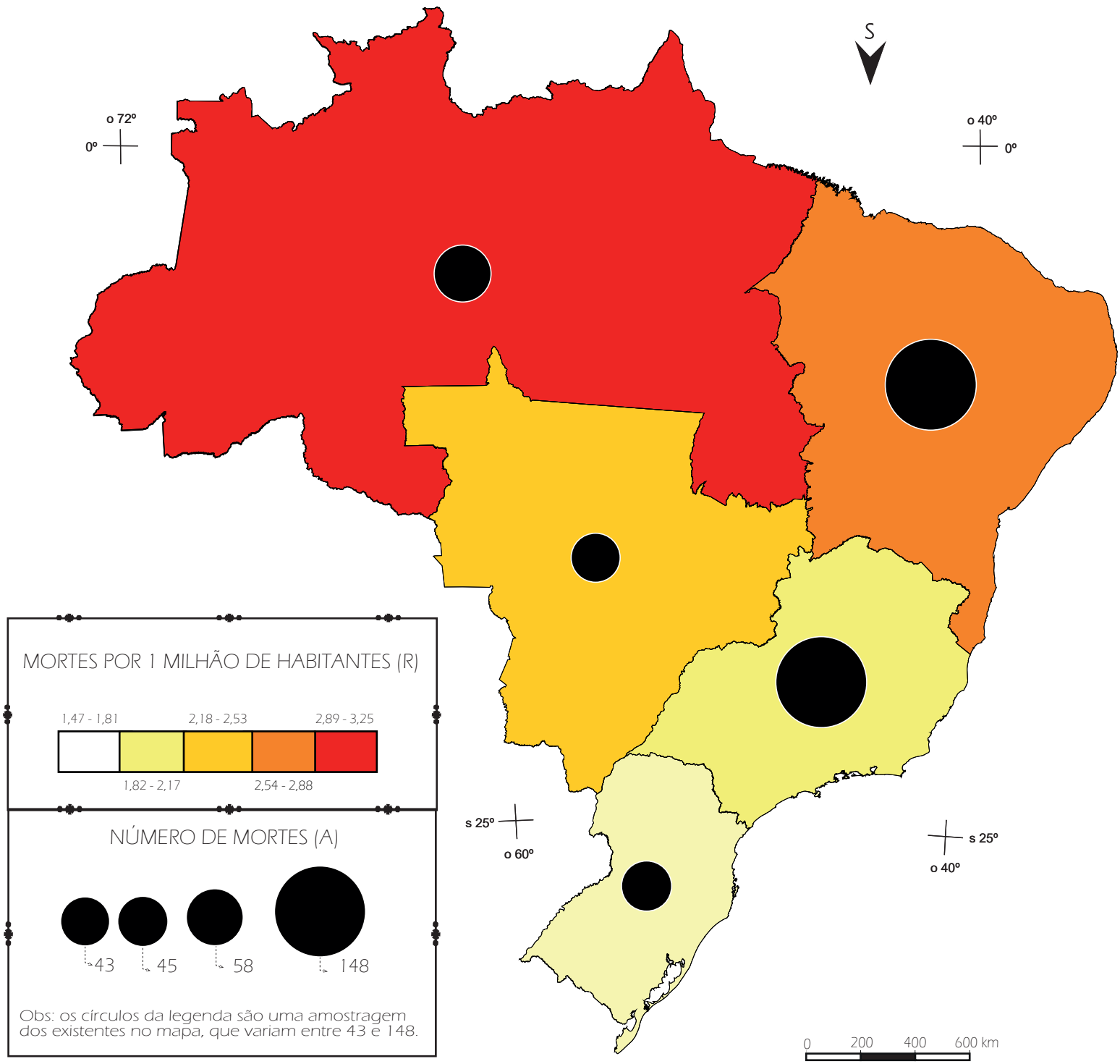
BRASIL: mortes de LGBTI+, por UF, em 2017



Software de Cartomática: PHILCARTO
Dados Demográficos: IBGE - 2022.
Base Cartográfica: IBGE - 2010.
Elaboração: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.
Fonte: Grupo Gay da Bahia.

CNPq
DATALUTA Banco de Dados da Luta pela Terra
unesp
NERA NÚCLEO DE ESTUDOS, PESQUISAS E PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA

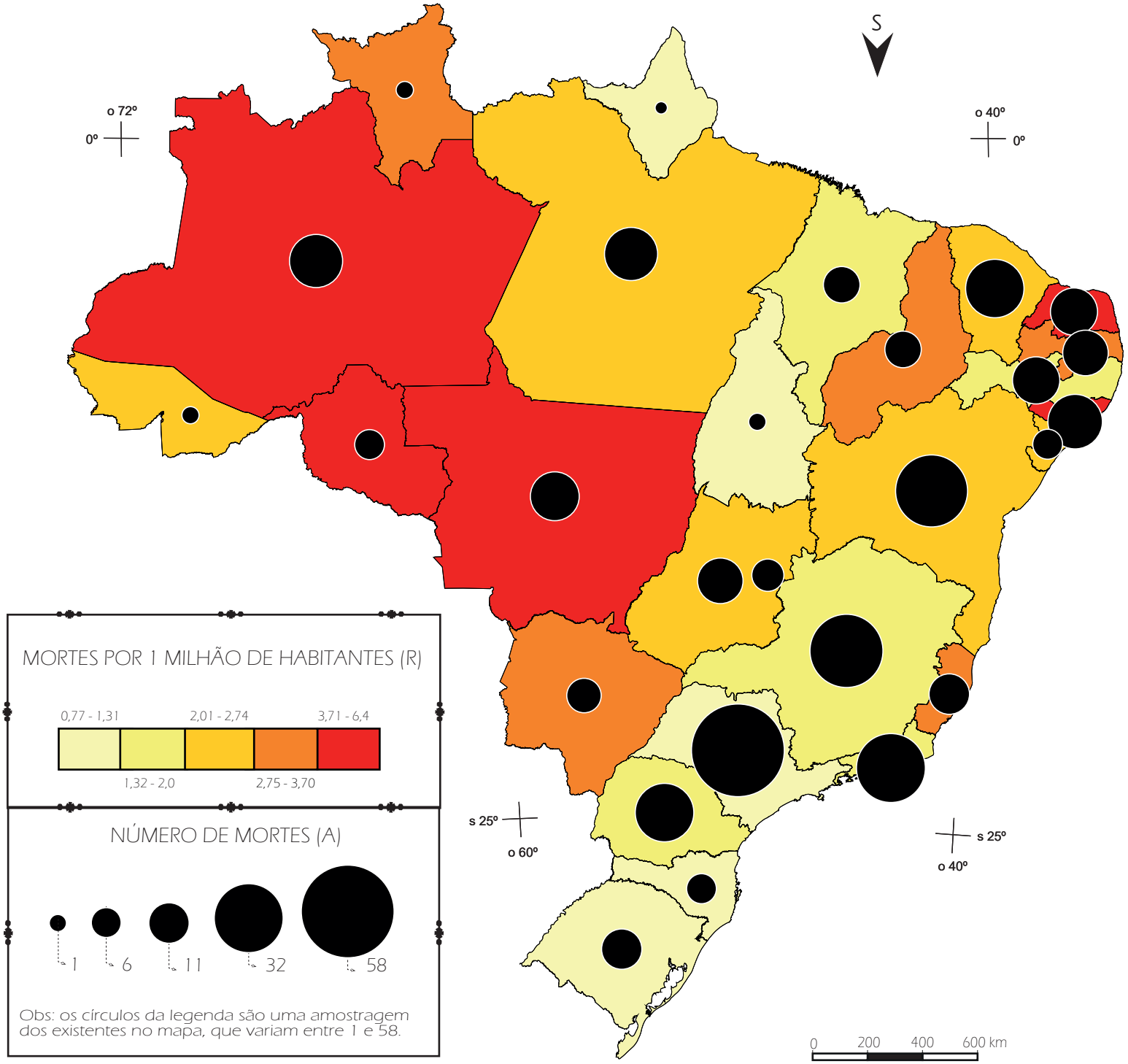
BRASIL: mortes de LGBTI+, por região, em 2017



Software de Cartomática: PHILCARTO
Dados Demográficos: IBGE - 2022.
Base Cartográfica: IBGE - 2010.
Elaboração: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.
Fonte: Grupo Gay da Bahia.

CNPq DATALUTA Banco de Dados da Luta pela Terra unesp NERA

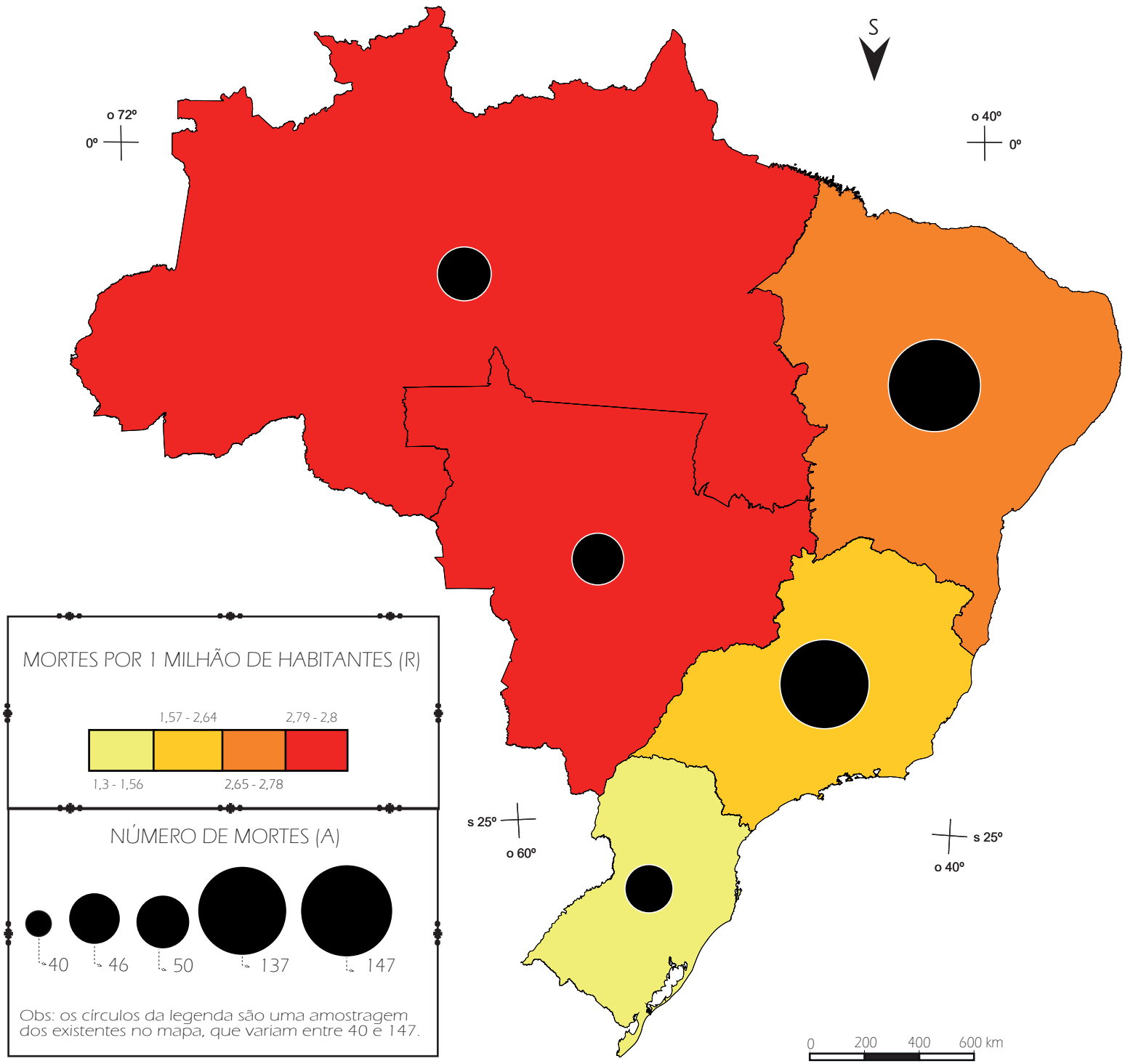
BRASIL: mortes de LGBTI+, por UF, em 2018



Software de Cartomática: PHILCARTO
Dados Demográficos: IBGE - 2022.
Base Cartográfica: IBGE - 2010.
Elaboração: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.
Fonte: Grupo Gay da Bahia.

CNPq
DATALUTA Banco de Dados da Luta pela Terra
unesp
NERA NÚCLEO DE ESTUDOS, PESQUISAS E PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA

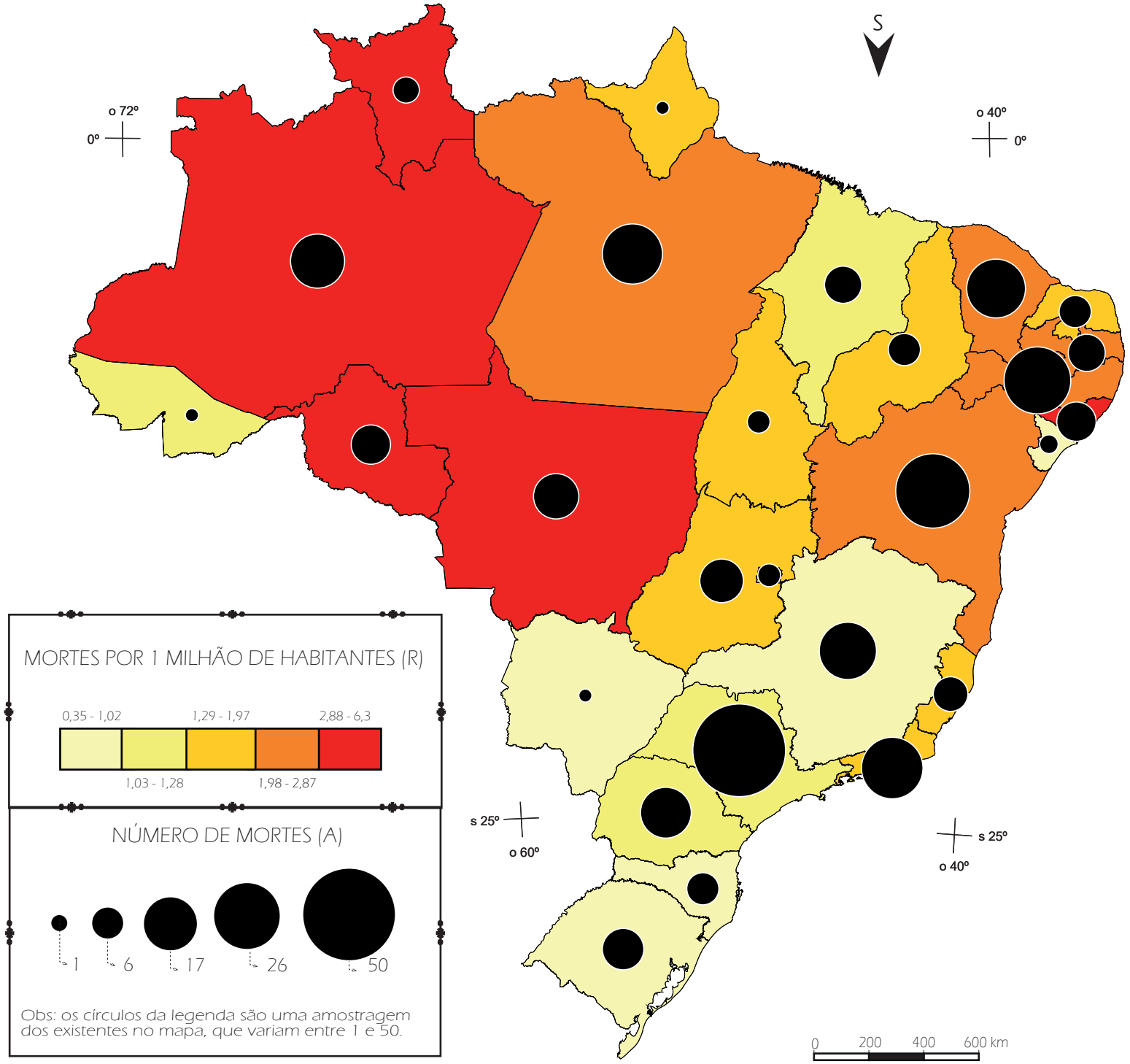
BRASIL: mortes de LGBTI+, por região, em 2018



Software de Cartomática: PHILCARTO
Dados Demográficos: IBGE - 2022.
Base Cartográfica: IBGE - 2010.
Elaboração: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.
Fonte: Grupo Gay da Bahia.

CNPq
DATALUTA Banco de Dados da Luta pela Terra
unesp
NERA NÚCLEO DE ESTUDOS, PESQUISAS E PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA

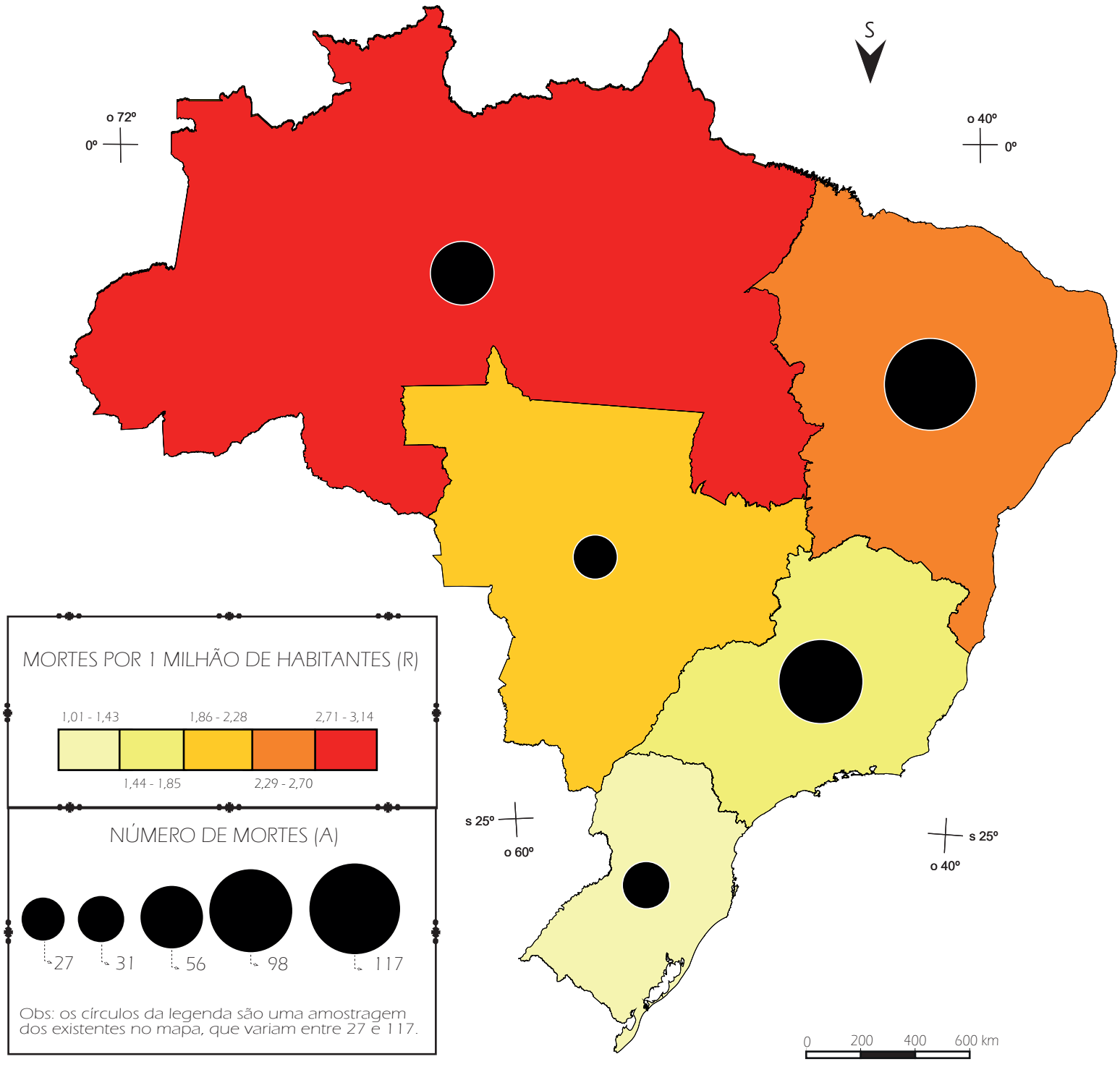
BRASIL: mortes de LGBTI+, por UF, em 2019



Software de Cartomática: PHILCARTO
Dados Demográficos: IBGE - 2022.
Base Cartográfica: IBGE - 2010.
Elaboração: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.
Fonte: Grupo Gay da Bahia.

CNPq
DATALUTA Banco de Dados da Luta pela Terra
unesp
NERA NÚCLEO DE ESTUDOS, PESQUISAS E PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA

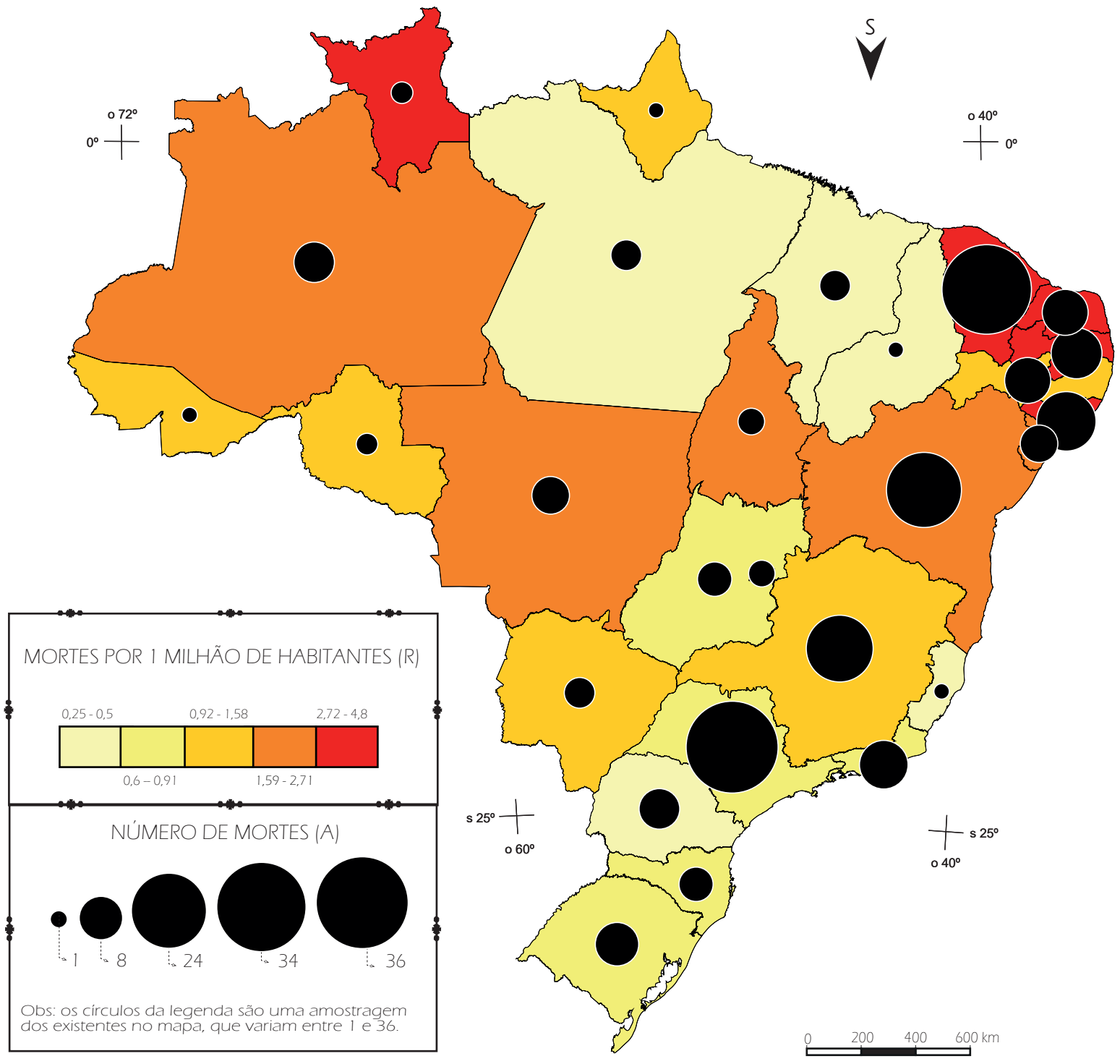
BRASIL: mortes de LGBTI+, por região, em 2019



Software de Cartomática: PHILCARTO
Dados Demográficos: IBGE - 2022.
Base Cartográfica: IBGE - 2010.
Elaboração: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.
Fonte: Grupo Gay da Bahia.

CNPq
DATALUTA Banco de Dados da Luta pela Terra
unesp
NERA Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária

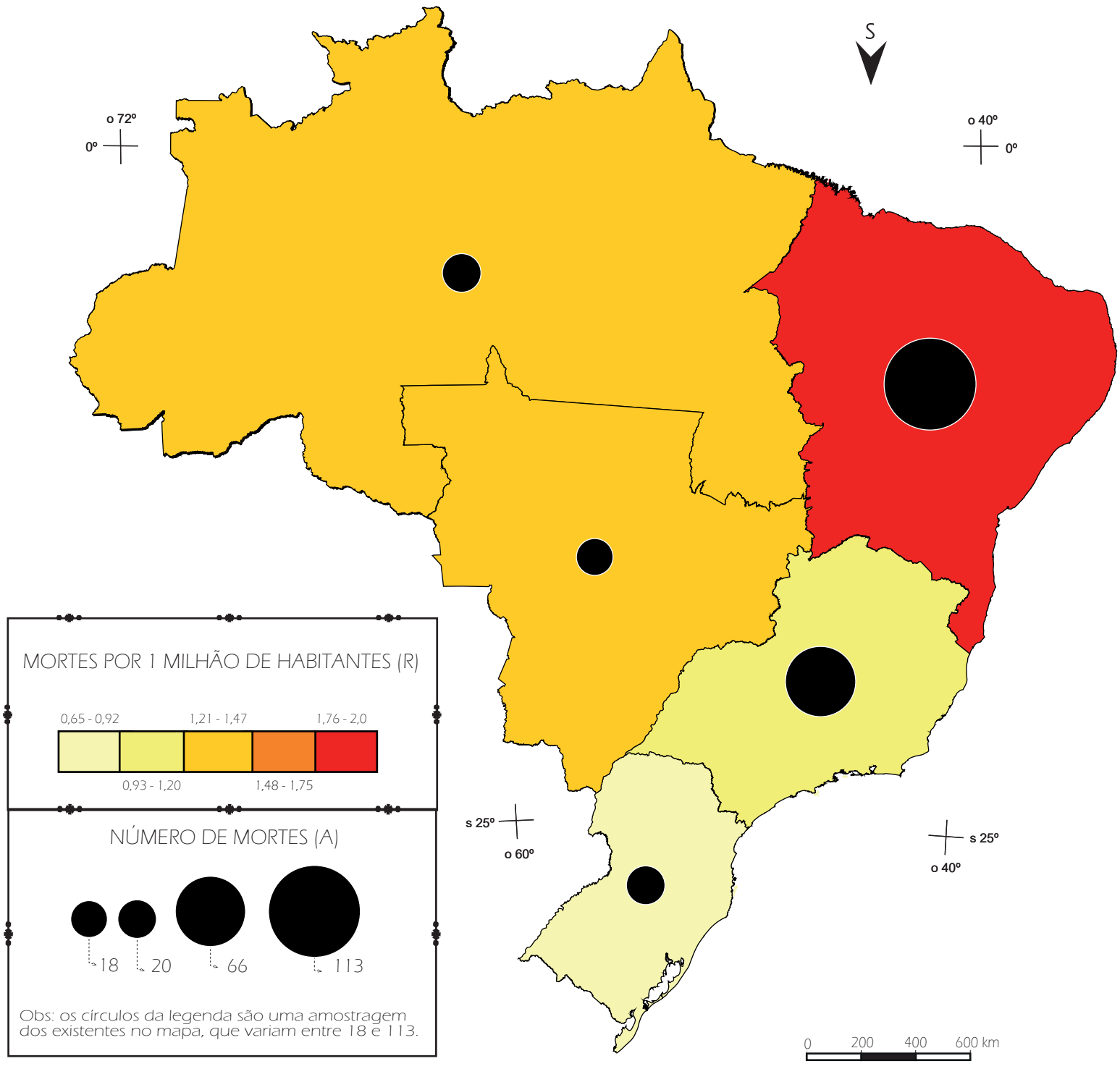
BRASIL: mortes de LGBTI+, por UF, em 2020



Software de Cartomática: PHILCARTO
Dados Demográficos: IBGE - 2022.
Base Cartográfica: IBGE - 2010.
Elaboração: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.
Fonte: Observatório de Mortes e Violências LGBTI+.

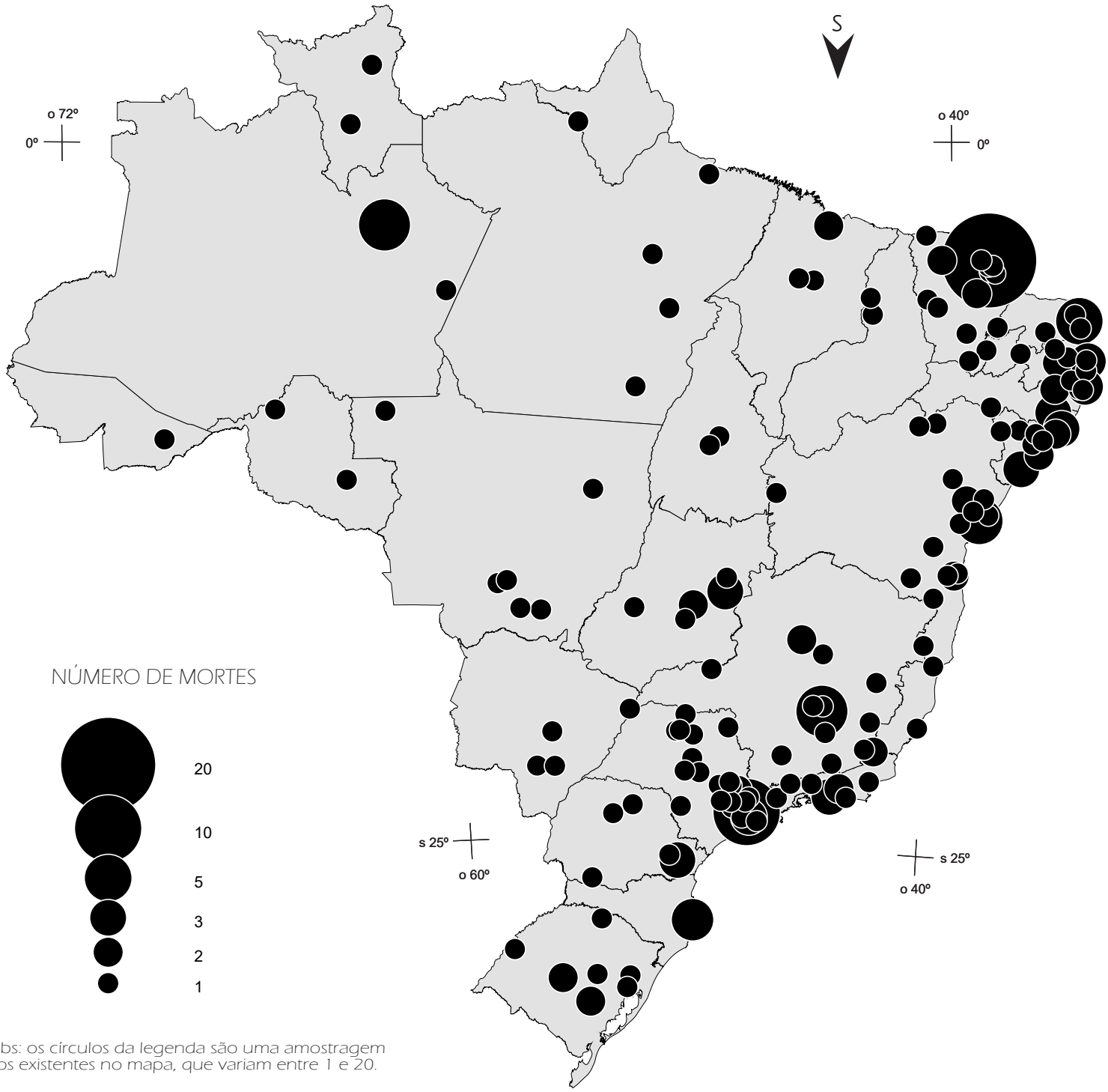
CNPq
DATALUTA Banco de Dados da Luta pela Terra
unesp
NERA NÚCLEO DE ESTUDOS, PESQUISAS E PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA

BRASIL: mortes de LGBTI+, por região, em 2020



Software de Cartomática: PHILCARTO
Dados Demográficos: IBGE - 2022.
Base Cartográfica: IBGE - 2010.
Elaboração: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.
Fonte: Observatório de Mortes e Violências LGBTI+.

BRASIL: mortes de LGBTI+, por município, em 2020

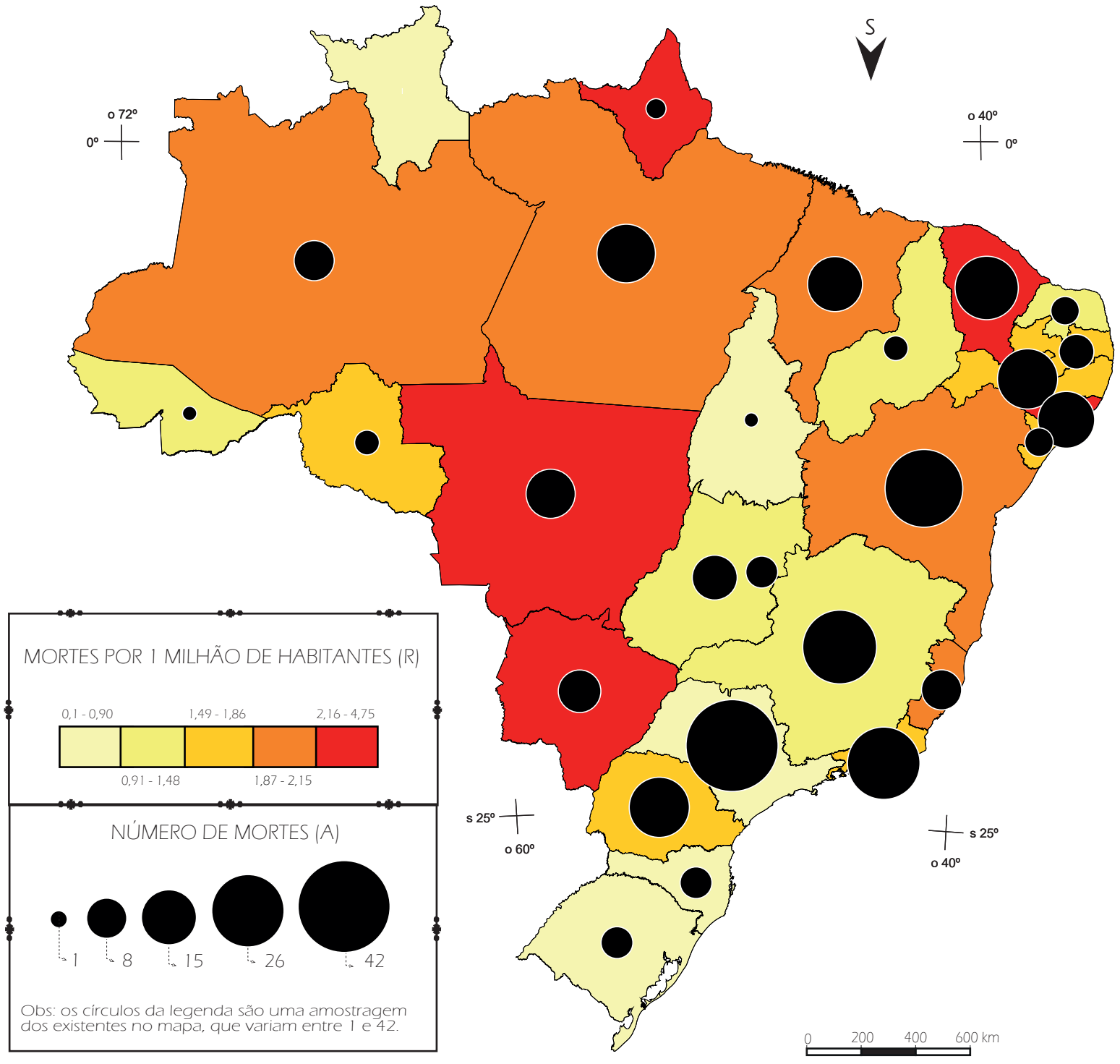


Obs: os círculos da legenda são uma amostragem dos existentes no mapa, que variam entre 1 e 20.

Software de Cartomática: PHILCARTO
Dados Demográficos: IBGE - 2022.
Base Cartográfica: IBGE - 2010.
Elaboração: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.
Fonte: Observatório de Mortes e Violências LGBTI+.

CNPq DATALUTA Banco de Dados da Luta pela Terra unesp NERA

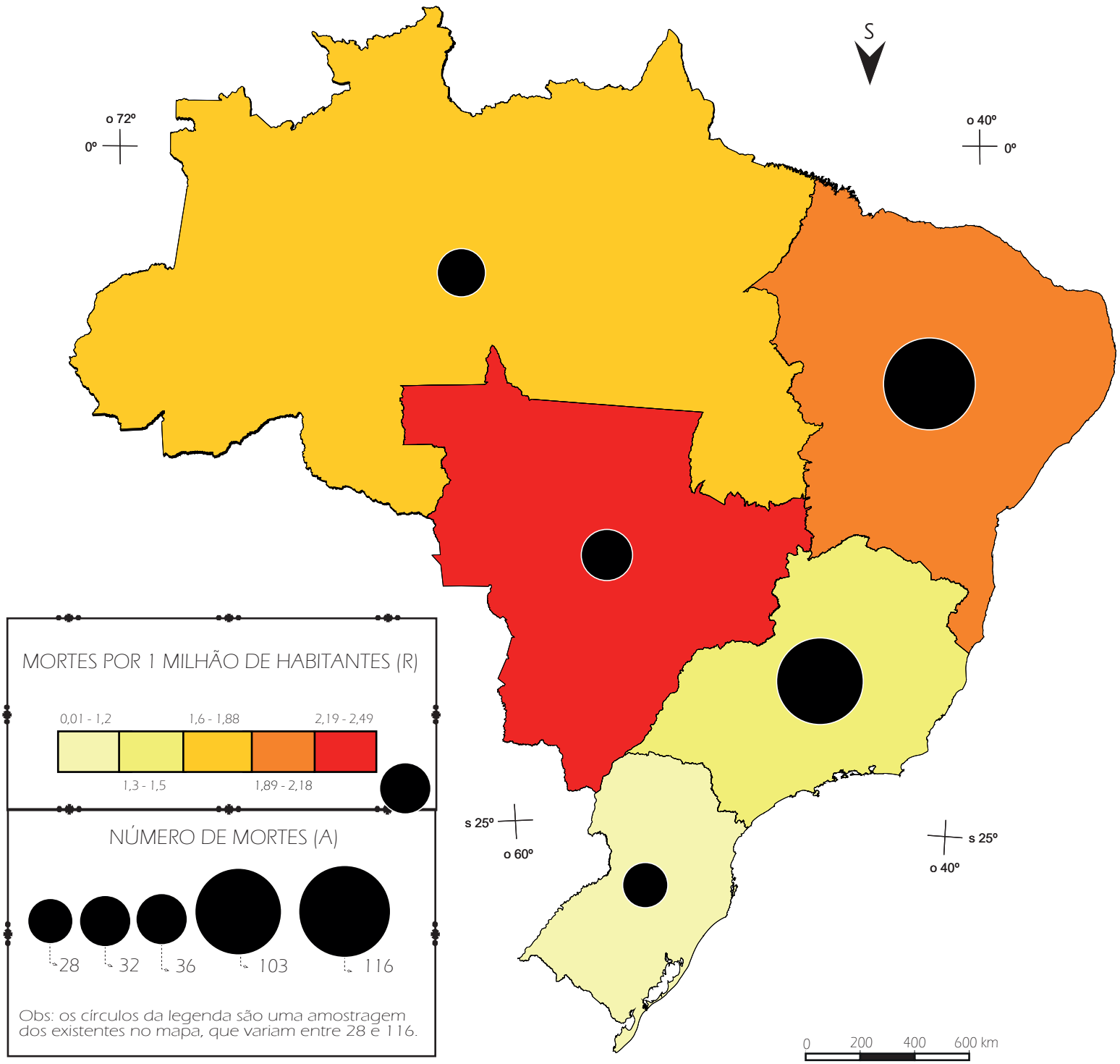
BRASIL: mortes de LGBTI+, por UF, em 2021



Software de Cartomática: PHILCARTO
Dados Demográficos: IBGE - 2022.
Base Cartográfica: IBGE - 2010.
Elaboração: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.
Fonte: Observatório de Mortes e Violências LGBTI+.

CNPq
DATALUTA Banco de Dados da Luta pela Terra
unesp
NERA Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária

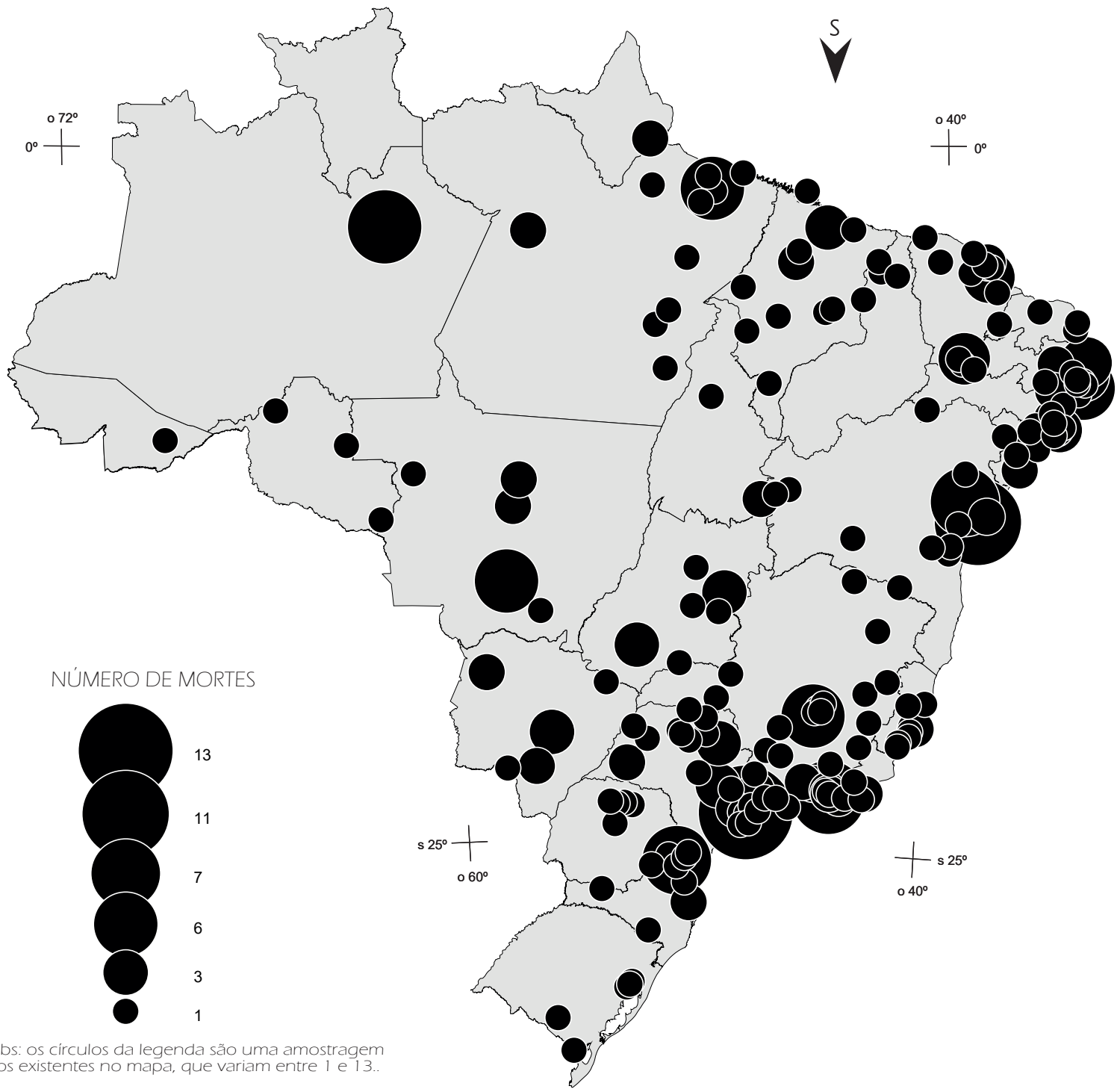
BRASIL: mortes de LGBTI+, por região, em 2021



Software de Cartomática: PHILCARTO
Dados Demográficos: IBGE - 2022.
Base Cartográfica: IBGE - 2010.
Elaboração: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.
Fonte: Grupo Gay da Bahia.

CNPq
DATALUTA Banco de Dados da Luta pela Terra
unesp
NERA Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária

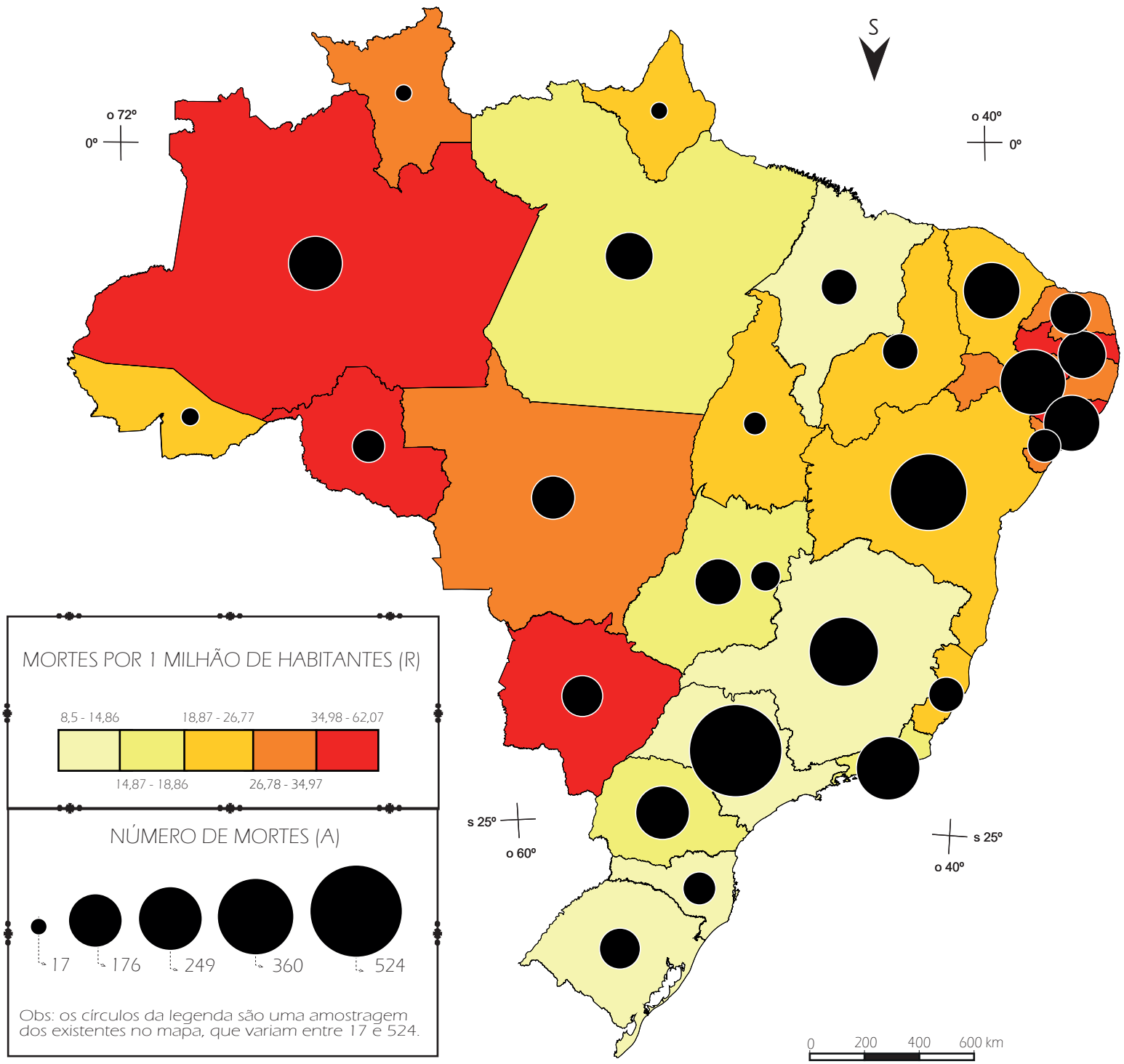
BRASIL: mortes de LGBTI+, por município, em 2021



Software de Cartomática: PHILCARTO
Dados Demográficos: IBGE - 2022.
Base Cartográfica: IBGE - 2010.
Elaboração: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.
Fonte: Observatório de Mortes e Violências LGBTI+.

CNPq
DATALUTA Banco de Dados da Luta pela Terra
unesp
NERA Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária

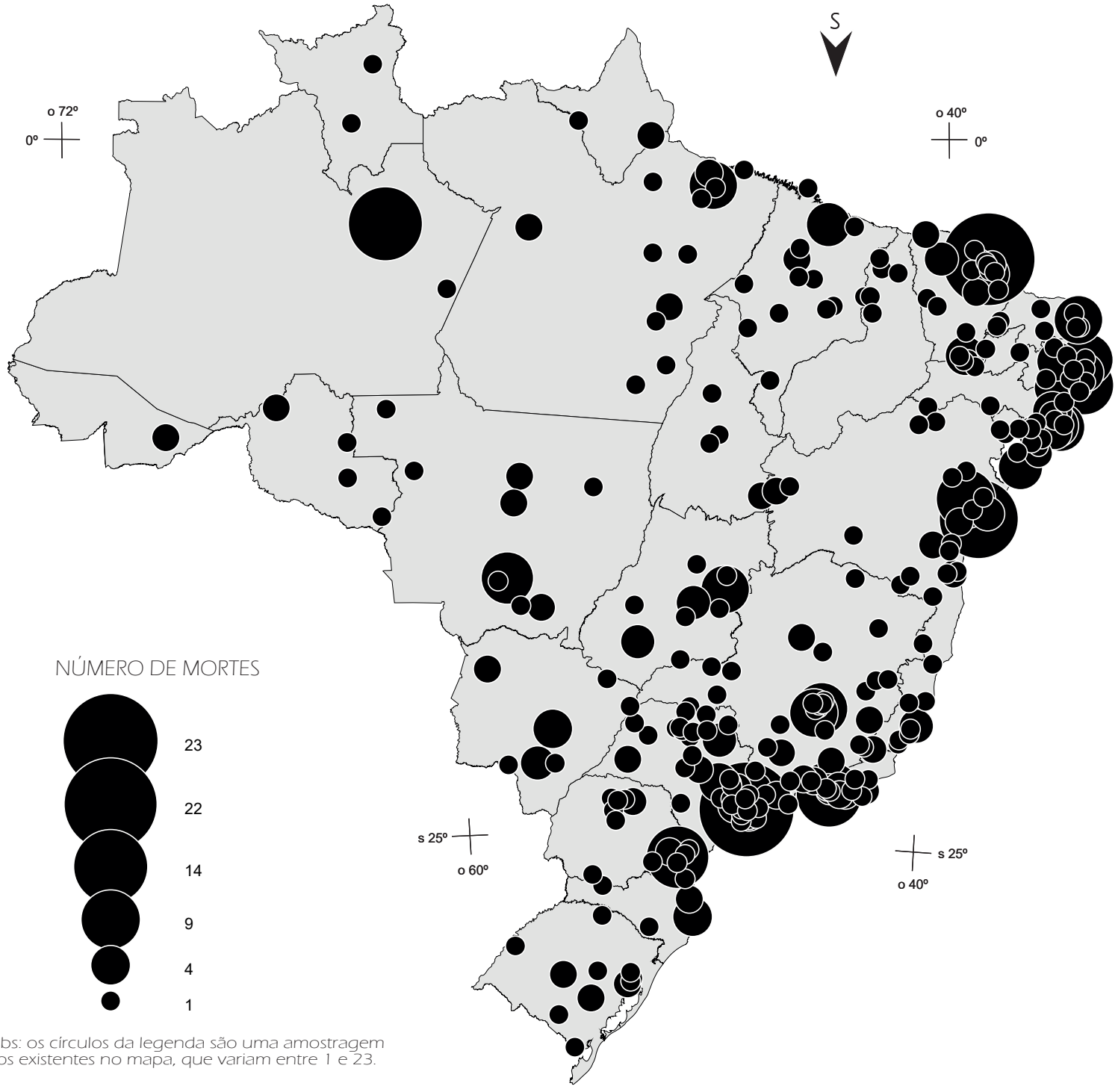
BRASIL: mortes de LGBTI+, por UF, entre 2010 e 2021



Software de Cartomática: PHILCARTO
Dados Demográficos: IBGE - 2022.
Base Cartográfica: IBGE - 2010.
Elaboração: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.
Fonte: Grupo Gay da Bahia e Observatório LGBTI+.

CNPq
DATALUTA Banco de Dados da Luta pela Terra
unesp
NERA NÚCLEO DE ESTUDOS, PESQUISAS E PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA

BRASIL: mortes de LGBTI+, por município, entre 2020 e 2021



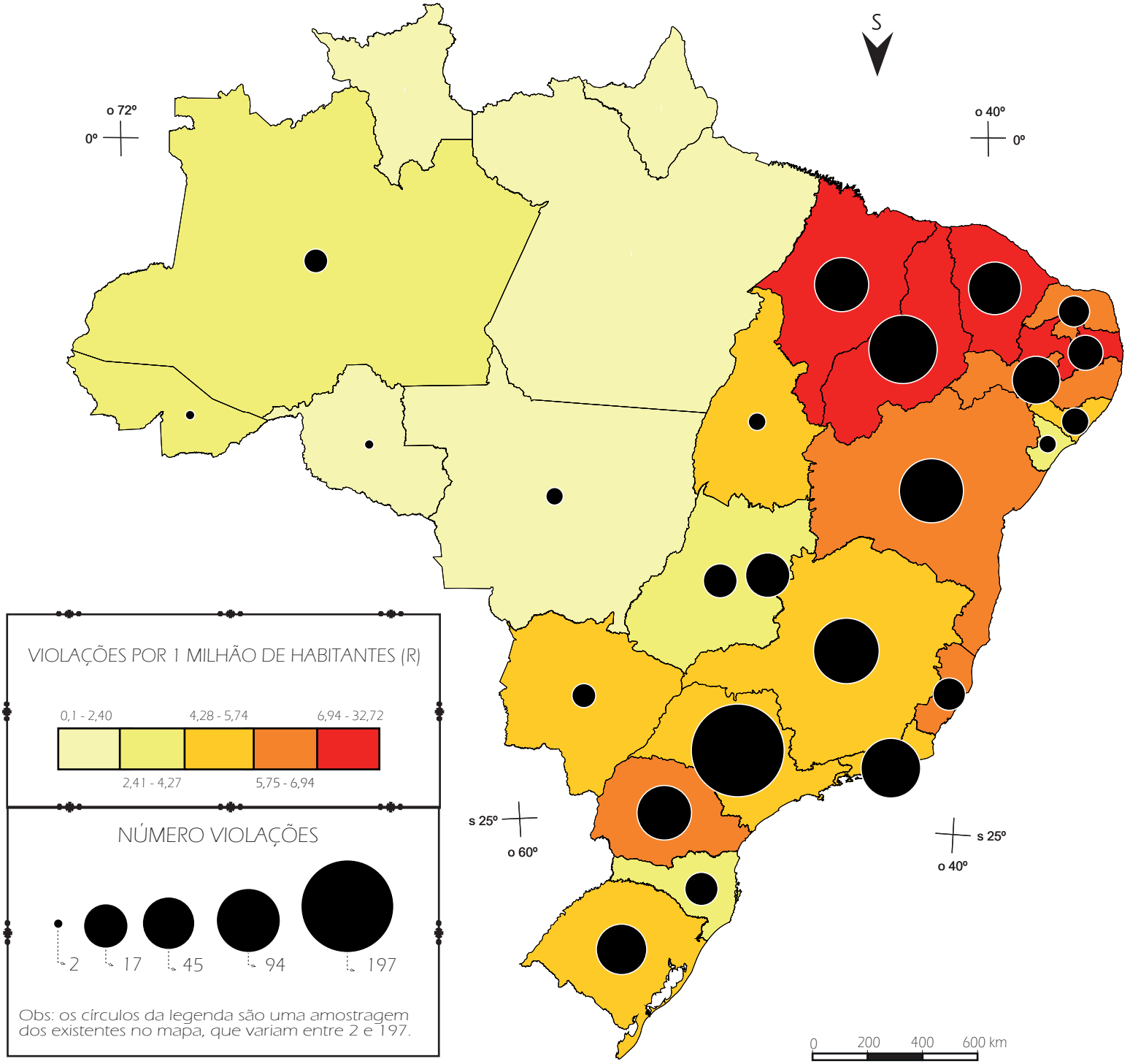
Obs: os círculos da legenda são uma amostragem dos existentes no mapa, que variam entre 1 e 23.

Software de Cartomática: PHILCARTO
Dados Demográficos: IBGE - 2022.
Base Cartográfica: IBGE - 2010.
Elaboração: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.
Fonte: Observatório de Mortes e Violências LGBTI+.

CNPq
DATALUTA Banco de Dados da Luta pela Terra
unesp
NERA Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária

TERRITÓRIOS DO MEDO

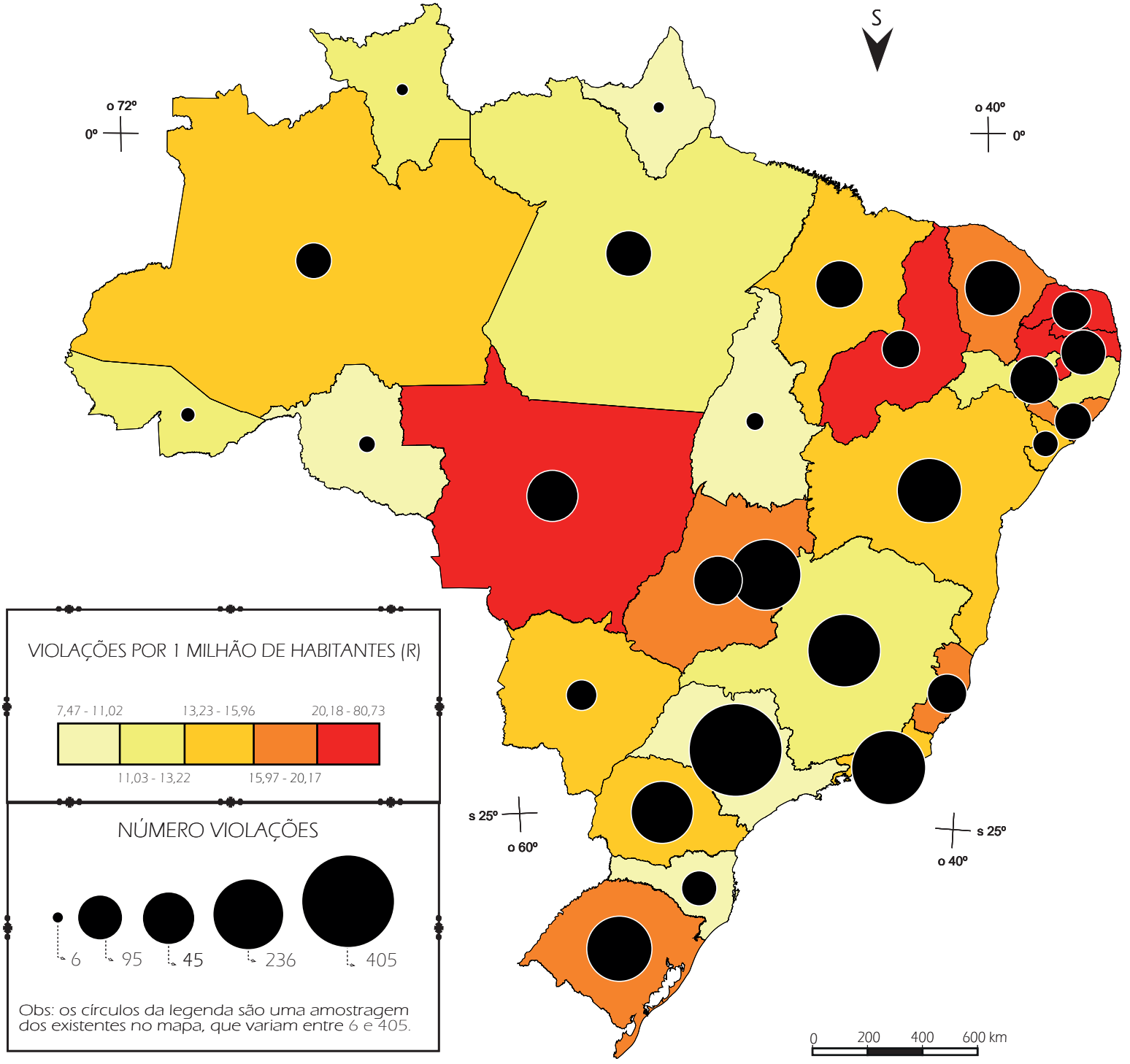
BRASIL: Violações contra LGBTI+, por UF, em 2011



Software de Cartomática: PHILCARTO
Dados Demográficos: IBGE - 2022.
Base Cartográfica: IBGE - 2010.
Elaboração: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.
Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

CNPq
DATALUTA Banco de Dados da Luta pela Terra
unesp
NERA Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária

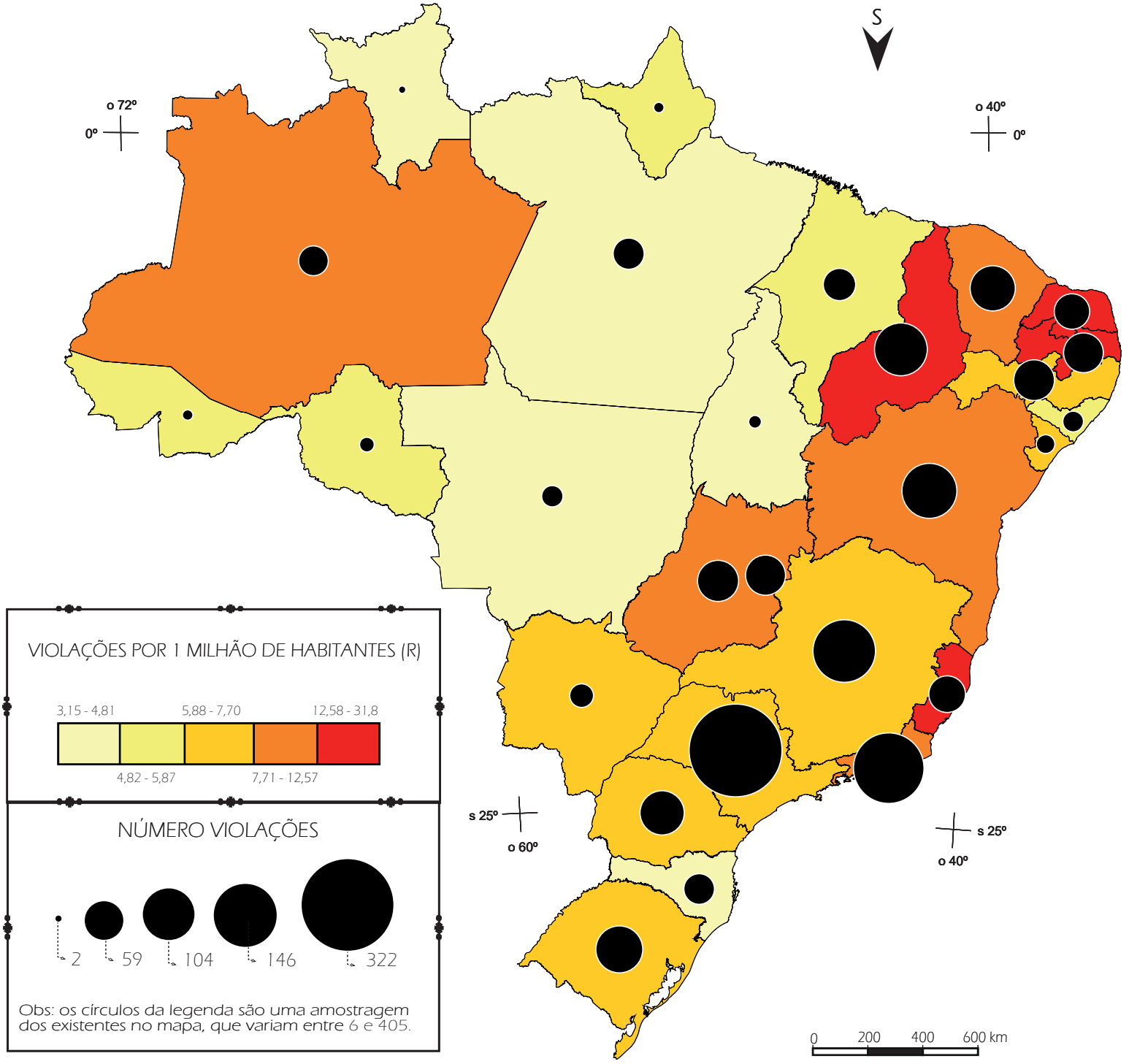
BRASIL: Violações contra LGBTI+, por UF, em 2012



Software de Cartomática: PHILCARTO
Dados Demográficos: IBGE - 2022.
Base Cartográfica: IBGE - 2010.
Elaboração: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.
Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

CNPq
DATALUTA Banco de Dados da Luta pela Terra
unesp
NERA Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária

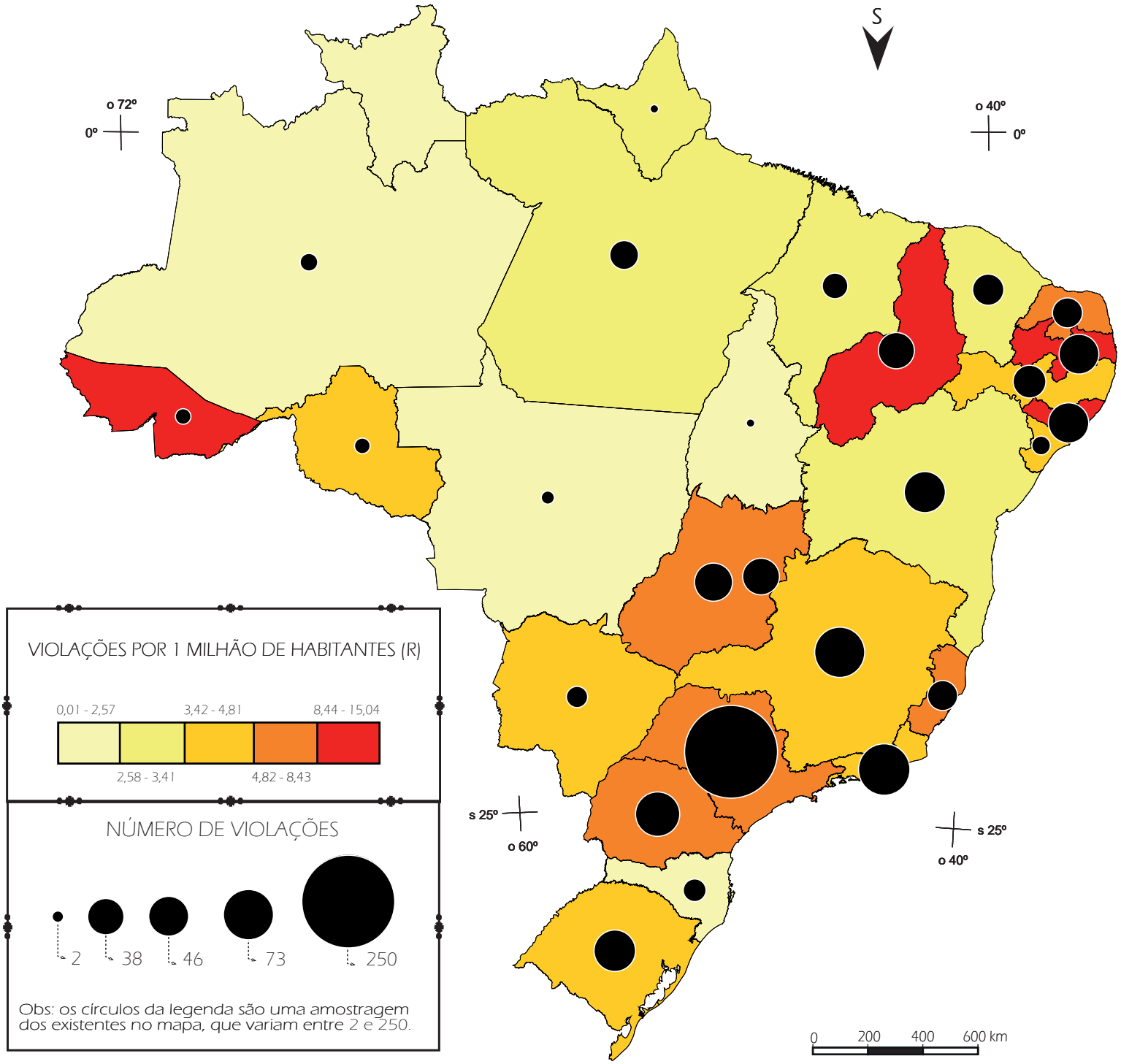
BRASIL: Violações contra LGBTI+, por UF, em 2013



Software de Cartomática: PHILCARTO
Dados Demográficos: IBGE - 2022.
Base Cartográfica: IBGE - 2010.
Elaboração: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.
Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

CNPq
DATALUTA Banco de Dados da Luta pela Terra
unesp
NERA Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária

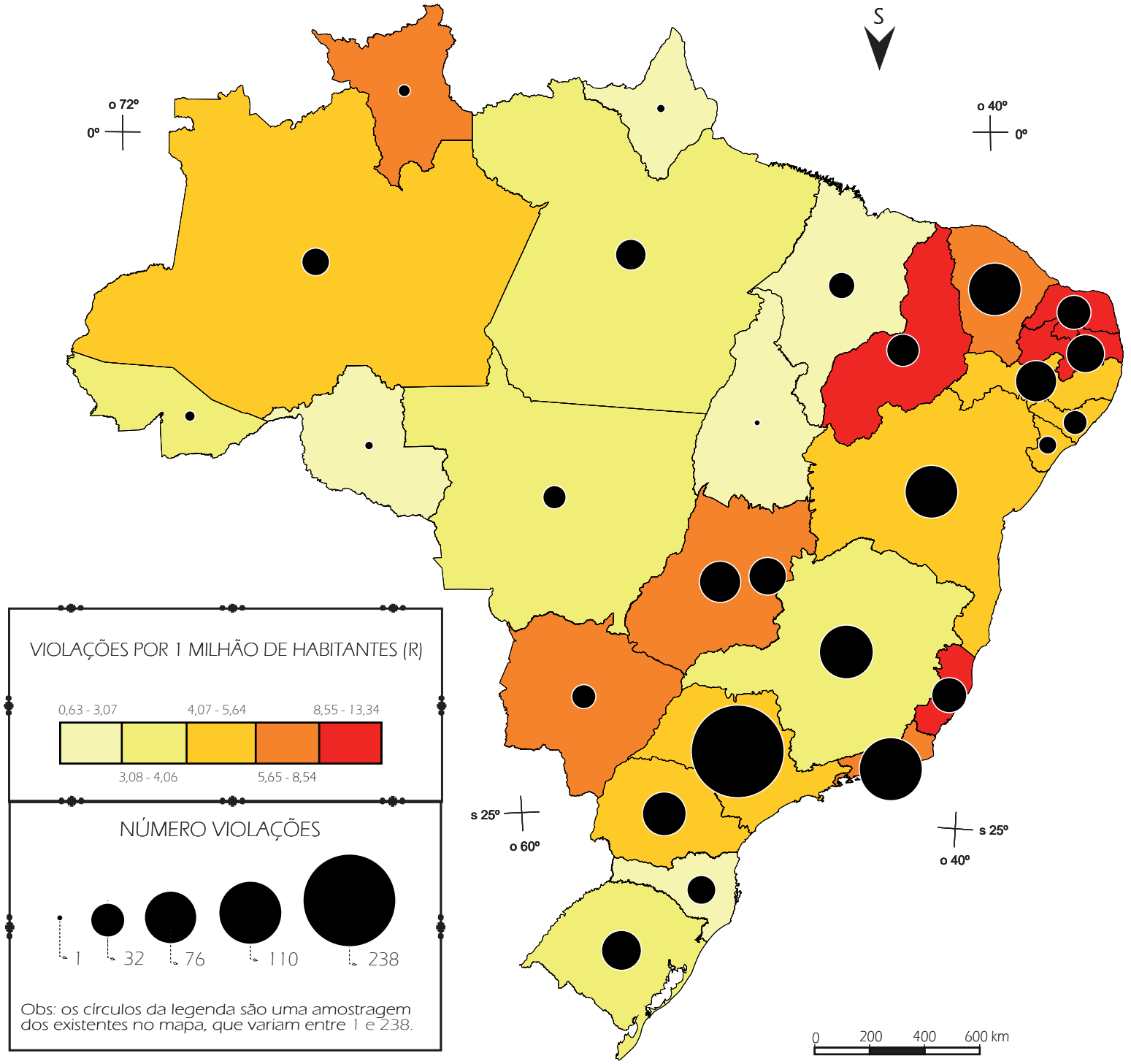
BRASIL: Violações contra LGBTI+, por UF, em 2014



Software de Cartomática: PHILCARTO
Dados Demográficos: IBGE - 2022.
Base Cartográfica: IBGE - 2010.
Elaboração: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.
Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

CNPq
DATALUTA Banco de Dados da Luta pela Terra
unesp
NERA Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária

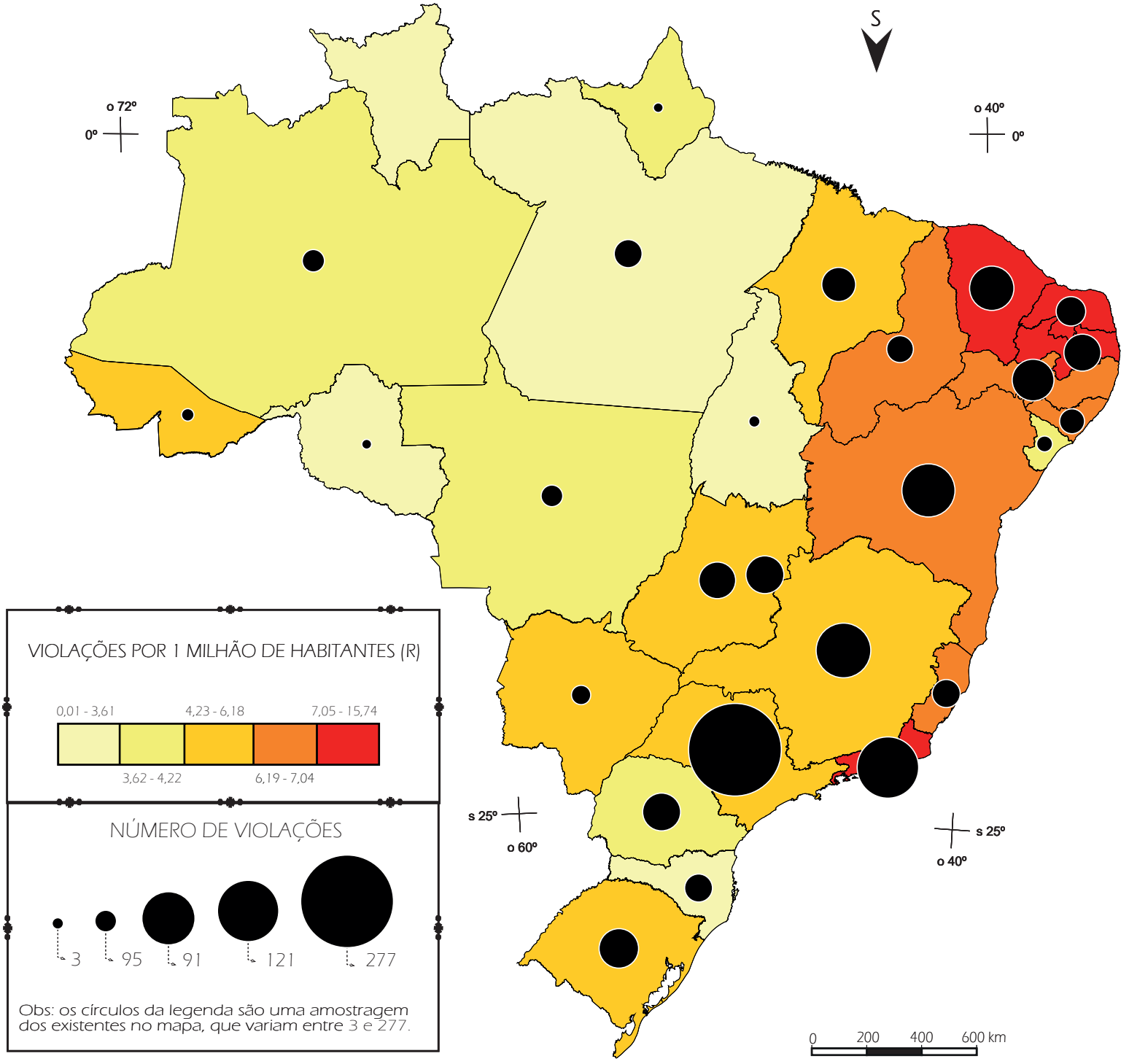
BRASIL: Violações contra LGBTI+, por UF, em 2015



Software de Cartomática: PHILCARTO
Dados Demográficos: IBGE - 2022.
Base Cartográfica: IBGE - 2010.
Elaboração: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.
Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

CNPq DATALUTA Banco de Dados da Luta pela Terra unesp NERA NÚCLEO DE ESTUDOS, PESQUISAS E PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA

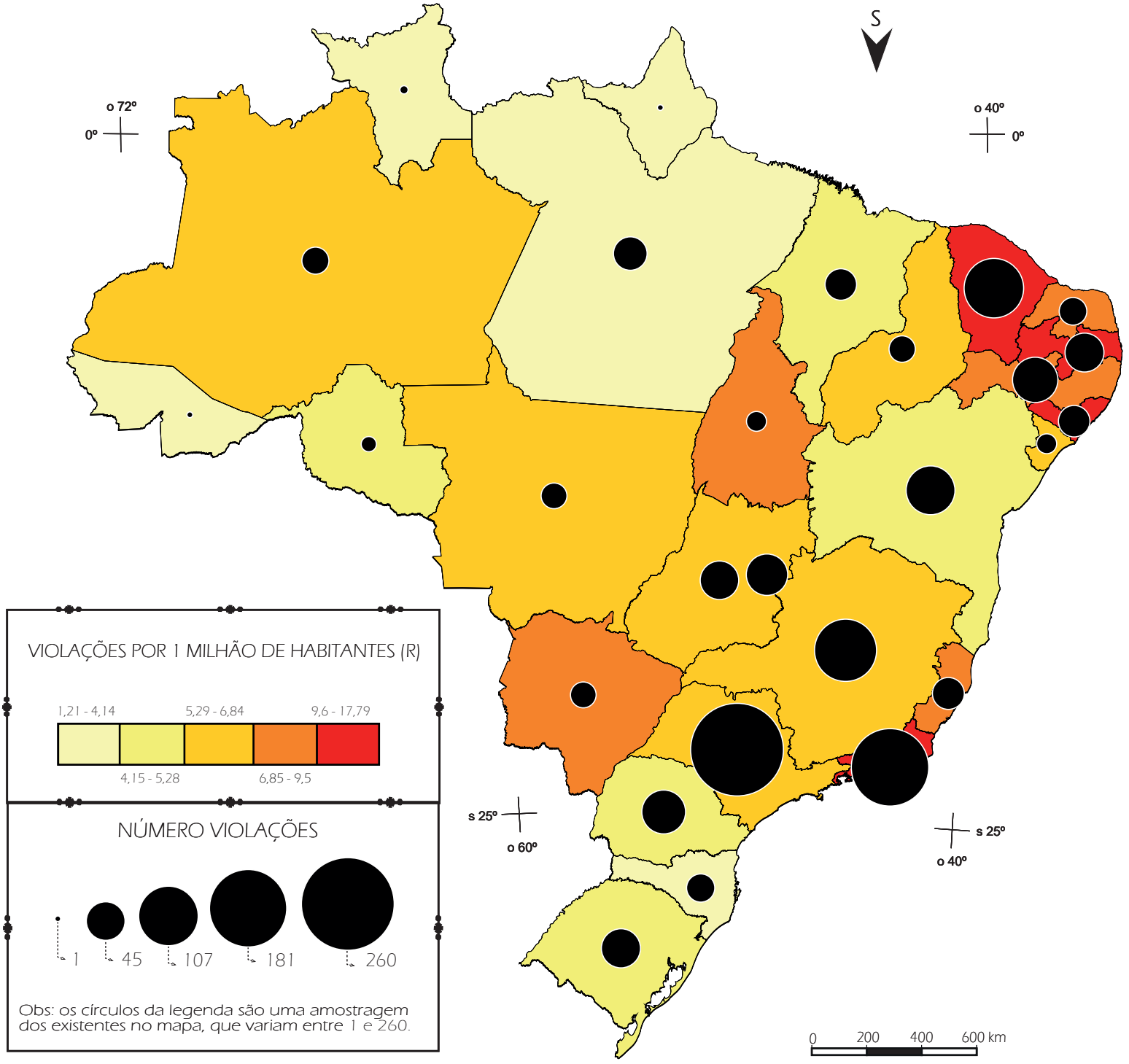
BRASIL: Violações contra LGBTI+, por UF, em 2016



Software de Cartomática: PHILCARTO
Dados Demográficos: IBGE - 2022.
Base Cartográfica: IBGE - 2010.
Elaboração: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.
Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

CNPq
DATALUTA Banco de Dados da Luta pela Terra
unesp
NERA Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária

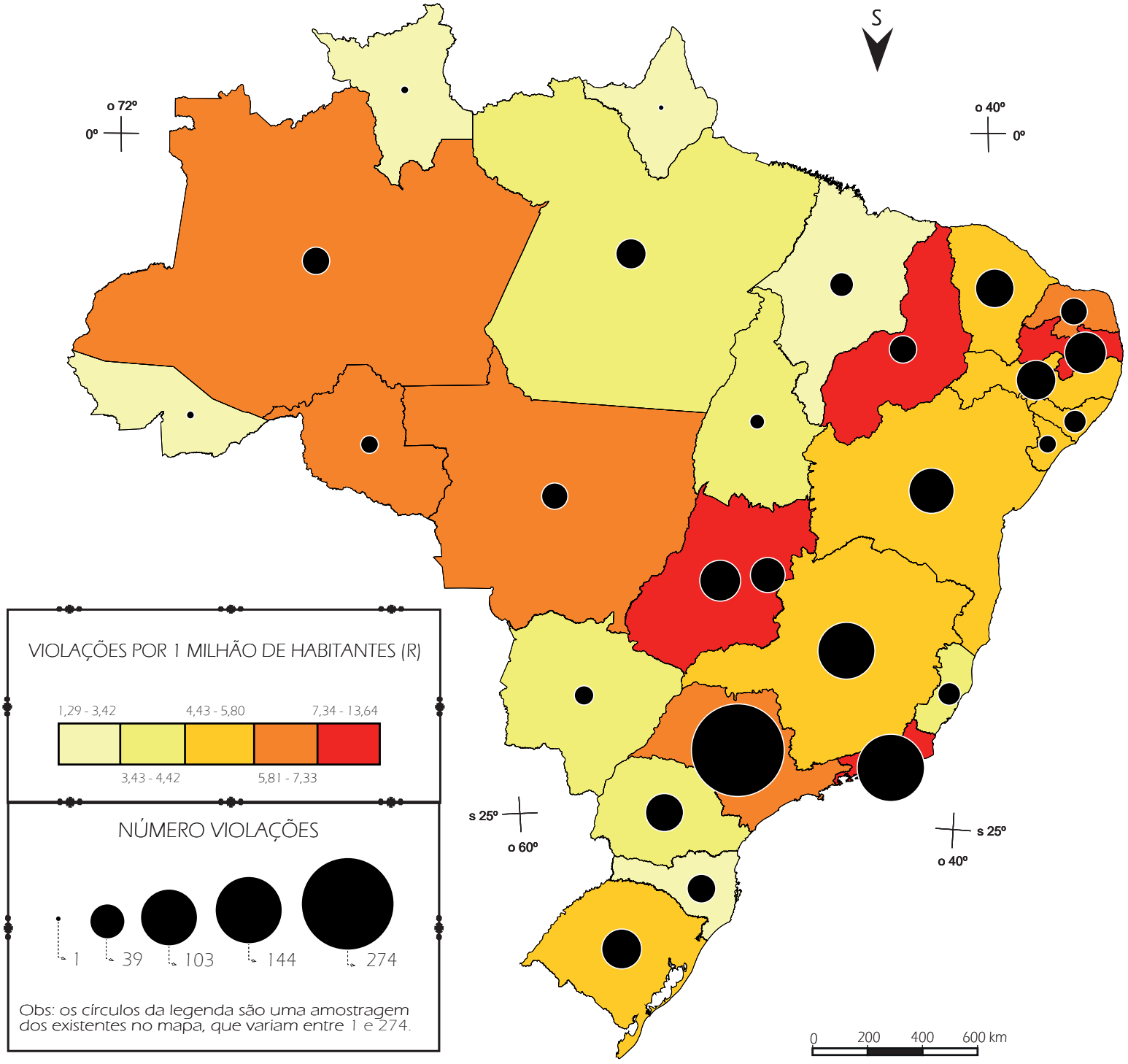
BRASIL: Violações contra LGBTI+, por UF, em 2017



Software de Cartomática: PHILCARTO
Dados Demográficos: IBGE - 2022.
Base Cartográfica: IBGE - 2010.
Elaboração: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.
Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

CNPq
DATALUTA Banco de Dados da Luta pela Terra
unesp
NERA Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária

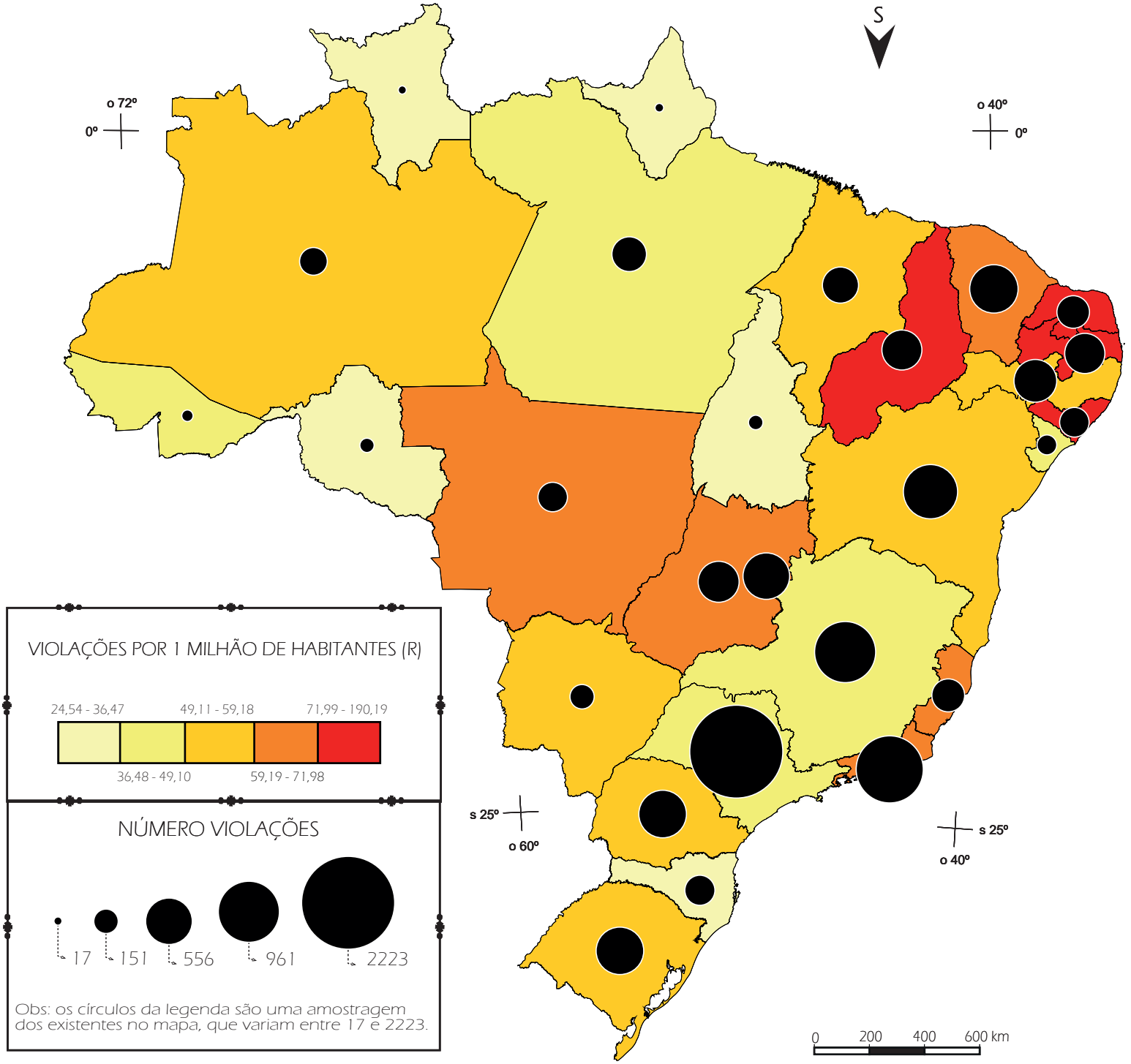
BRASIL: Violações contra LGBTI+, por UF, em 2018



Software de Cartomática: PHILCARTO
Dados Demográficos: IBGE - 2022.
Base Cartográfica: IBGE - 2010.
Elaboração: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.
Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

CNPq
DATALUTA Banco de Dados da Luta pela Terra
unesp
NERA Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária

BRASIL: Violações contra LGBTI+, por UF, entre 2011 e 2018

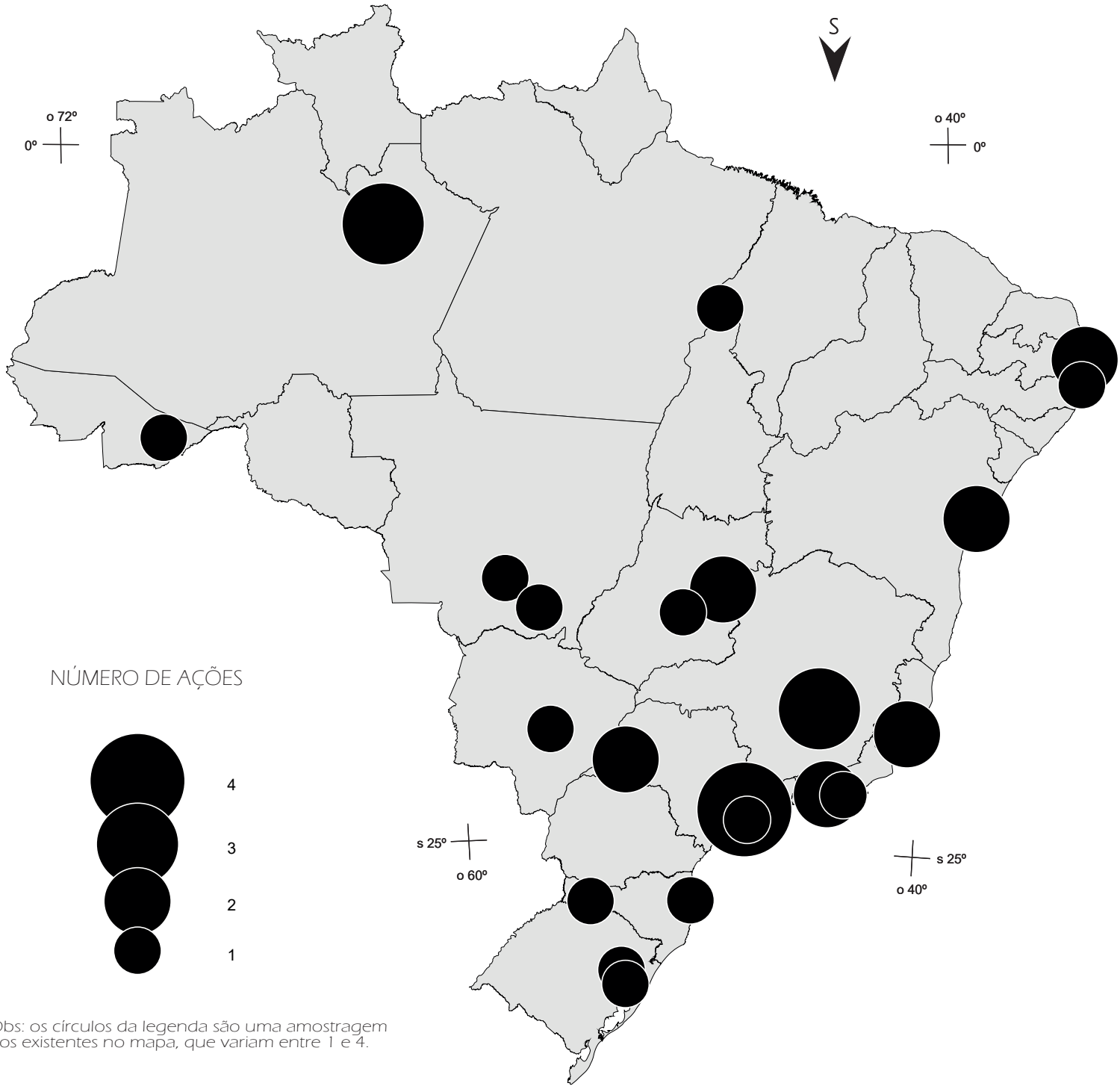


Software de Cartomática: PHILCARTO
Dados Demográficos: IBGE - 2022.
Base Cartográfica: IBGE - 2010.
Elaboração: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.
Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

CNPq
DATALUTA Banco de Dados da Luta pela Terra
unesp
NERA Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária

TERRITÓRIOS DE RESISTÊNCIA

BRASIL: Ações do movimento LGBTQIA+ e congêneres. por município, em 2020

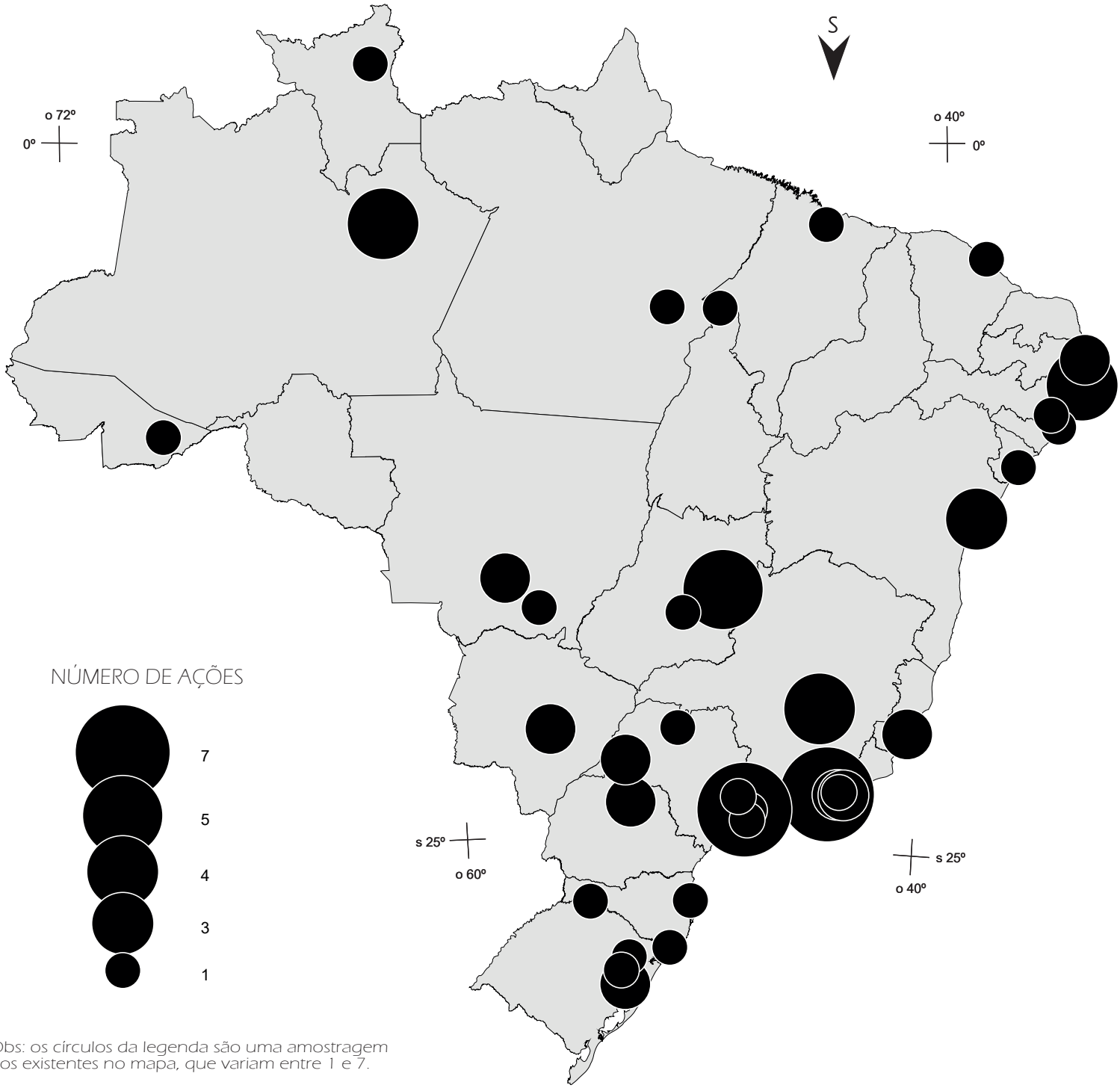


Obs: os círculos da legenda são uma amostragem dos existentes no mapa, que variam entre 1 e 4.

Software de Cartomática: PHILCARTO
Dados Demográficos: IBGE - 2022.
Base Cartográfica: IBGE - 2010.
Elaboração: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.
Fonte: DATALUTA

CNPq DATALUTA Banco de Dados da Luta pela Terra unesp NERA

BRASIL: Ações do movimento LGBTQIA+ e congêneres. por município, em 2021

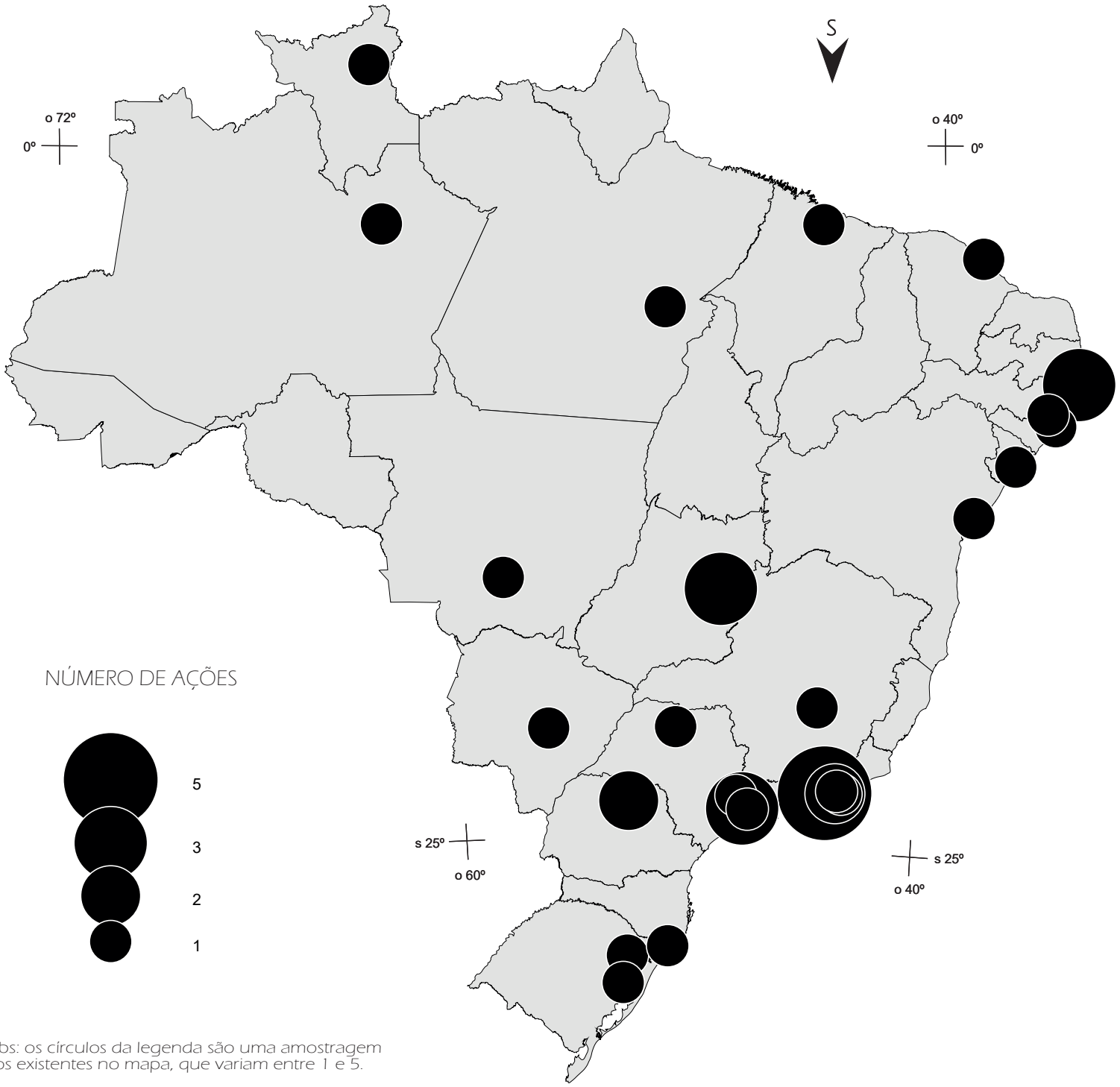


Obs: os círculos da legenda são uma amostragem dos existentes no mapa, que variam entre 1 e 7.

Software de Cartomática: PHILCARTO
Dados Demográficos: IBGE - 2022.
Base Cartográfica: IBGE - 2010.
Elaboração: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.
Fonte: DATALUTA.

CNPq
DATALUTA Banco de Dados da Luta pela Terra
unesp
NERA Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária

BRASIL: Ações do movimento LGBTQIA+ e congêneres. por município, entre 2020 e 2021

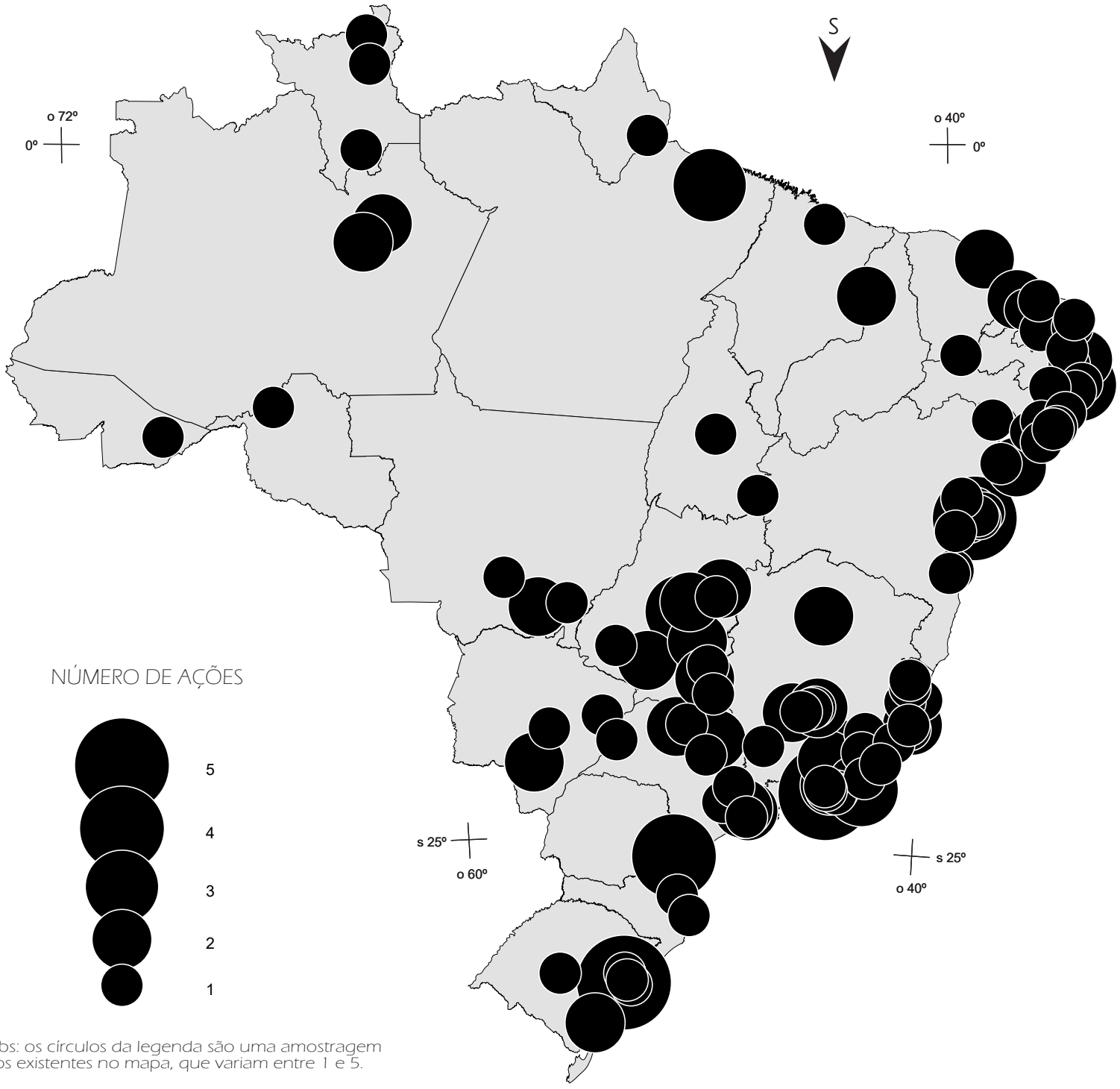


Obs: os círculos da legenda são uma amostragem dos existentes no mapa, que variam entre 1 e 5.

Software de Cartomática: PHILCARTO
Dados Demográficos: IBGE - 2022.
Base Cartográfica: IBGE - 2010.
Elaboração: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.
Fonte: DATALUTA.

CNPq DATALUTA Banco de Dados da Luta pela Terra unesp NERA

BRASIL: Paradas LGBTQIA+ e ações congêneres, por município, em 2006

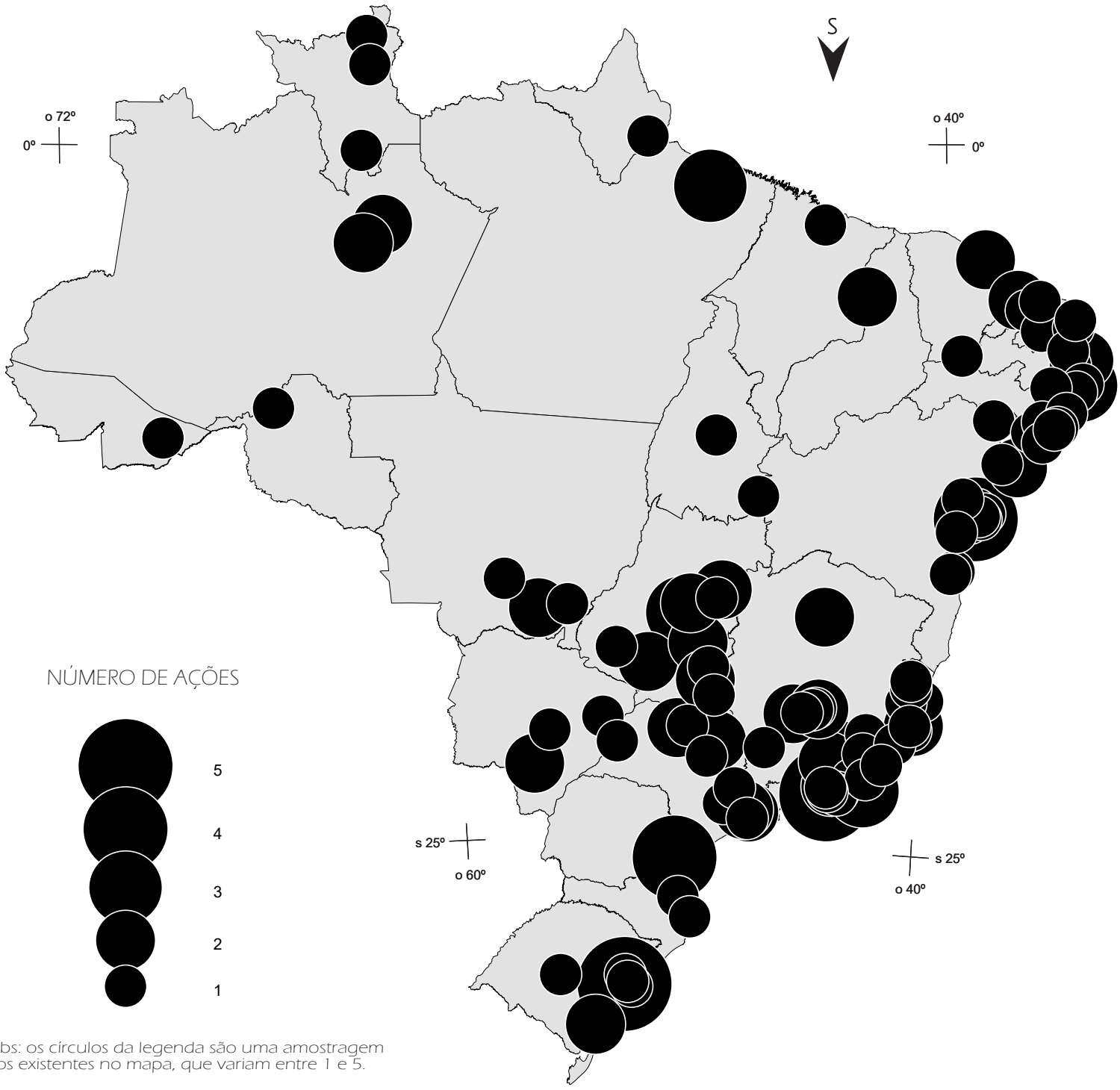


Obs: os círculos da legenda são uma amostragem dos existentes no mapa, que variam entre 1 e 5.

Software de Cartomática: PHILCARTO
Dados Demográficos: IBGE - 2022.
Base Cartográfica: IBGE - 2010.
Elaboração: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.
Fonte: Grupo Dignidade.

CNPq DATALUTA Banco de Dados da Luta pela Terra unesp NERA

BRASIL: Paradas LGBTQIA+ e ações congêneres, por município, em 2006

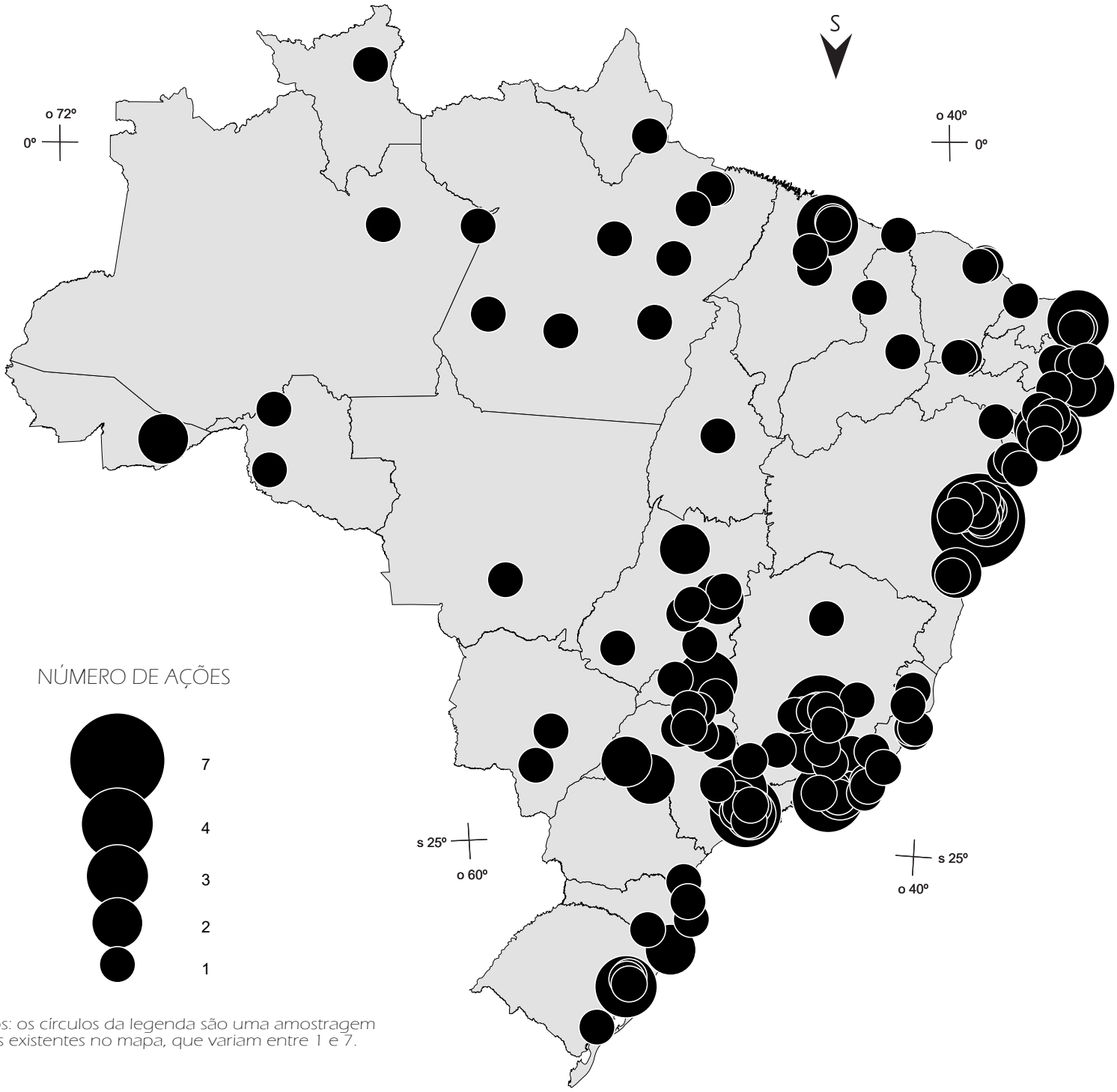


Obs: os círculos da legenda são uma amostragem dos existentes no mapa, que variam entre 1 e 5.

Software de Cartomática: PHILCARTO
Dados Demográficos: IBGE - 2022.
Base Cartográfica: IBGE - 2010.
Elaboração: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.
Fonte: Grupo Dignidade.

CNPq DATALUTA Banco de Dados da Luta pela Terra unesp NERA

BRASIL: Paradas LGBTQIA+ e ações congêneres, por município, em 2008

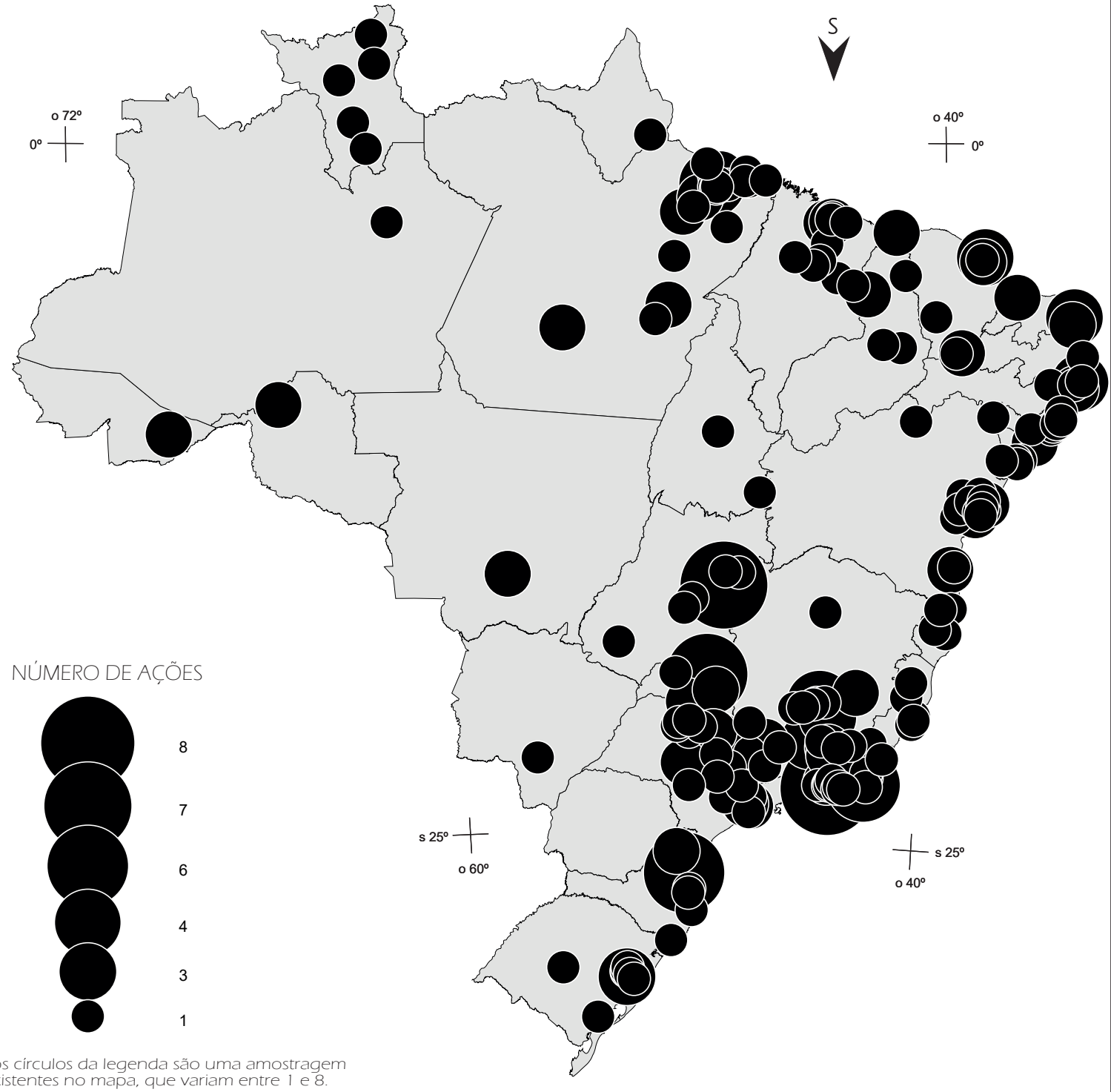


Obs: os círculos da legenda são uma amostragem dos existentes no mapa, que variam entre 1 e 7.

Software de Cartomática: PHILCARTO
Dados Demográficos: IBGE - 2022.
Base Cartográfica: IBGE - 2010.
Elaboração: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.
Fonte: Grupo Dignidade.

CNPq DATALUTA Banco de Dados da Luta pela Terra unesp NERA

BRASIL: Paradas LGBTQIA+ e ações congêneres, por município, em 2009

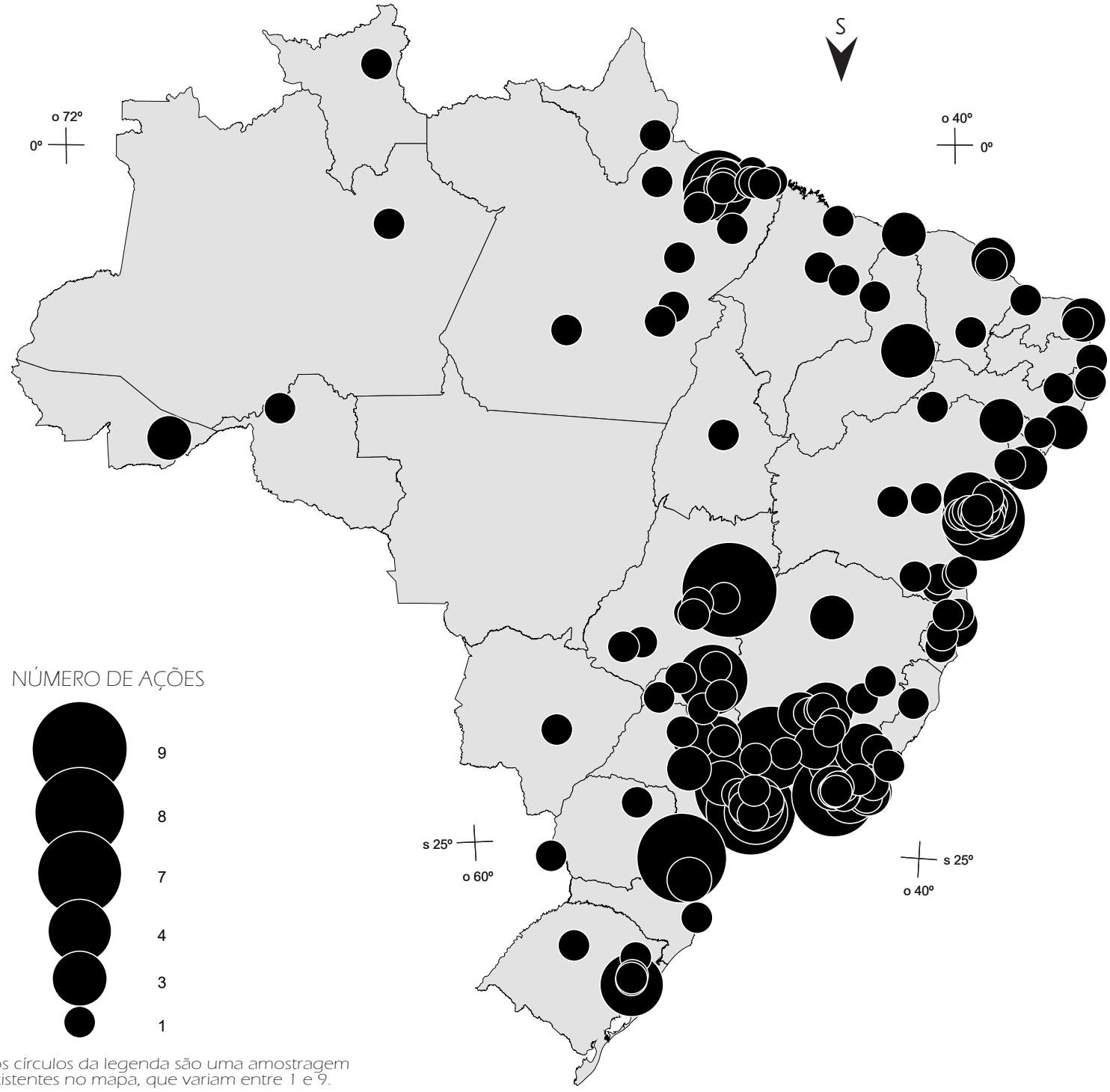


Obs: os círculos da legenda são uma amostragem dos existentes no mapa, que variam entre 1 e 8.

Software de Cartomática: PHILCARTO
Dados Demográficos: IBGE - 2022.
Base Cartográfica: IBGE - 2010.
Elaboração: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.
Fonte: Grupo Dignidade.

CNPq DATALUTA Banco de Dados da Luta pela Terra unesp NERA

BRASIL: Paradas LGBTQIA+ e ações congêneres, por município, em 2010

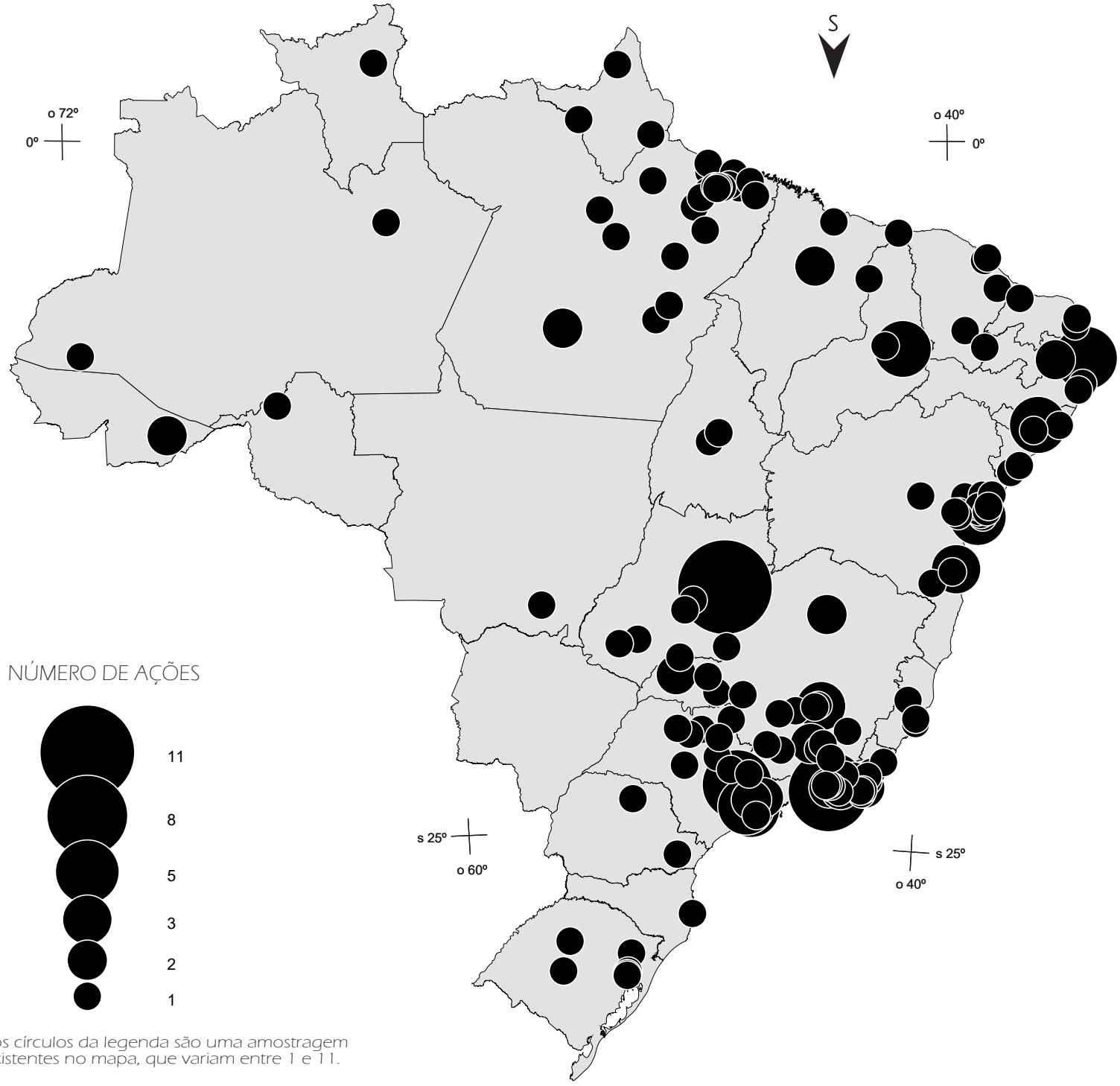


Obs: os círculos da legenda são uma amostragem dos existentes no mapa, que variam entre 1 e 9.

Software de Cartomática: PHILCARTO
Dados Demográficos: IBGE - 2022.
Base Cartográfica: IBGE - 2010.
Elaboração: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.
Fonte: Grupo Dignidade.

CNPq DATALUTA Banco de Dados da Luta pela Terra unesp NERA

BRASIL: Paradas LGBTQIA+ e ações congêneres, por município, em 2011

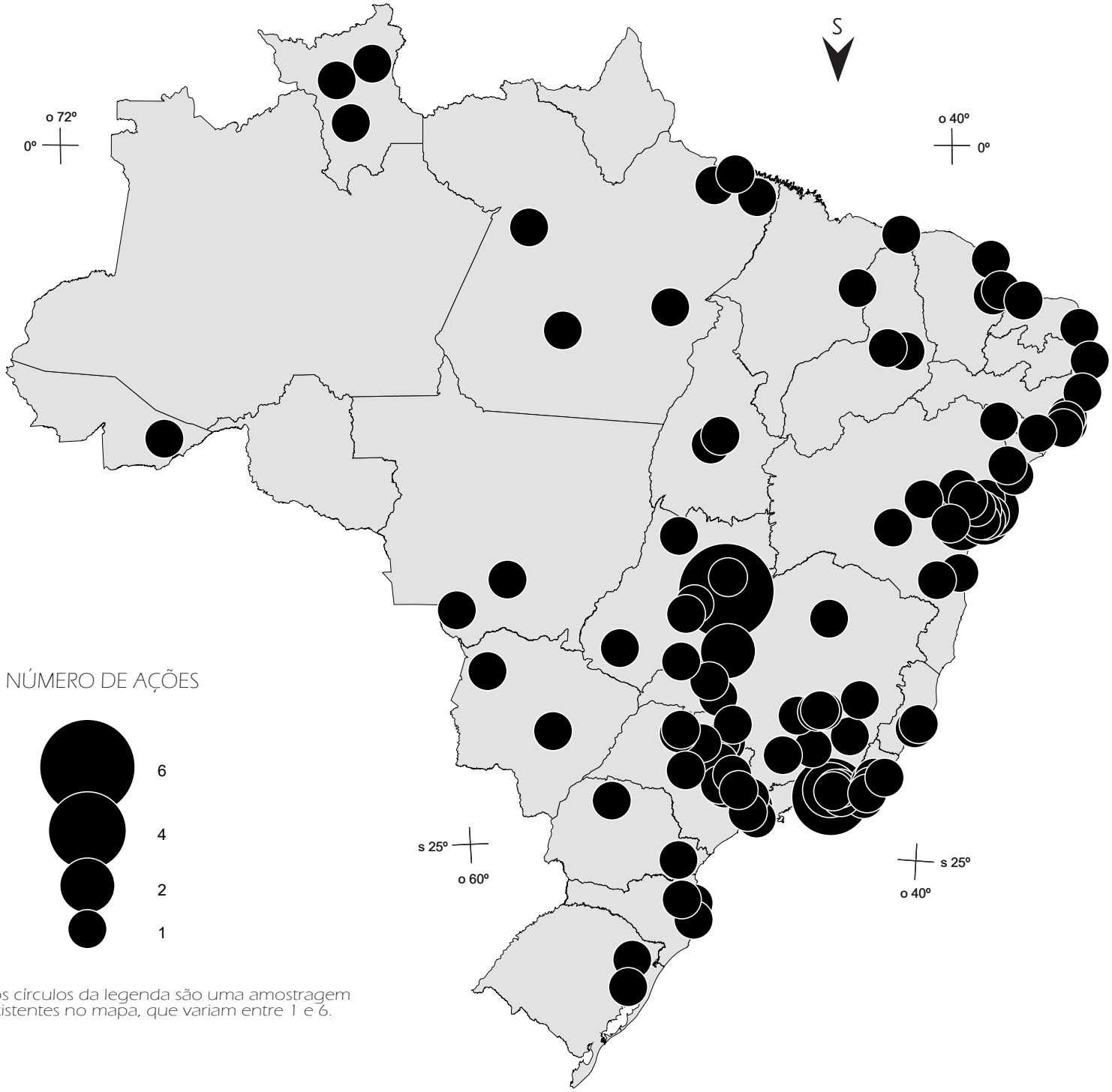


Obs: os círculos da legenda são uma amostragem dos existentes no mapa, que variam entre 1 e 11.

Software de Cartomática: PHILCARTO
Dados Demográficos: IBGE - 2022.
Base Cartográfica: IBGE - 2010.
Elaboração: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.
Fonte: Grupo Dignidade.

CNPq DATALUTA Banco de Dados da Luta pela Terra unesp NERA

BRASIL: Paradas LGBTQIA+ e ações congêneres, por município, em 2012

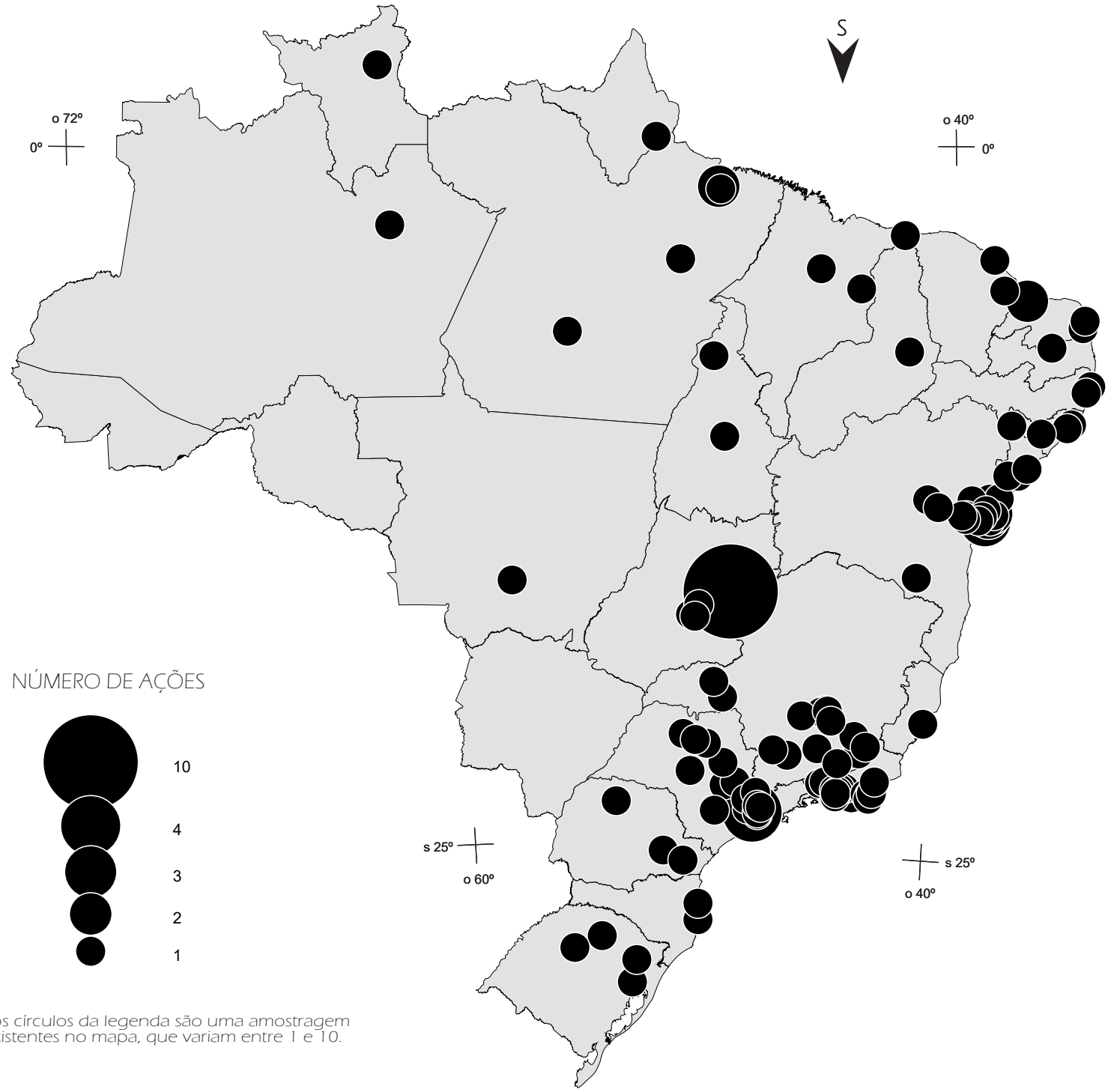


Obs: os círculos da legenda são uma amostragem dos existentes no mapa, que variam entre 1 e 6.

Software de Cartomática: PHILCARTO
Dados Demográficos: IBGE - 2022.
Base Cartográfica: IBGE - 2010.
Elaboração: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.
Fonte: Grupo Dignidade.

CNPq DATALUTA Banco de Dados da Luta pela Terra unesp NERA

BRASIL: Paradas LGBTQIA+ e ações congêneres, por município, em 2013

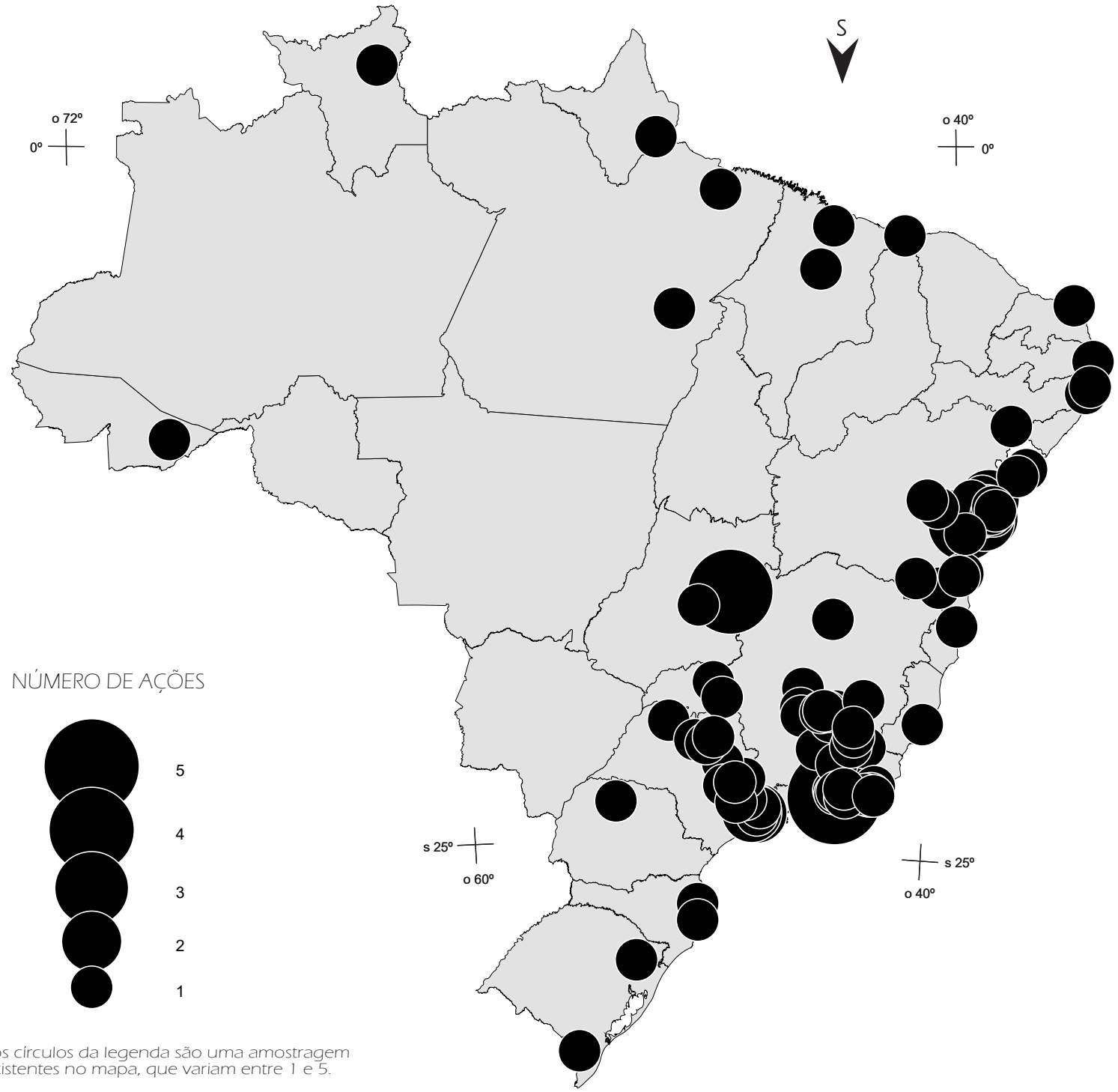


Obs: os círculos da legenda são uma amostragem dos existentes no mapa, que variam entre 1 e 10.

Software de Cartomática: PHILCARTO
Dados Demográficos: IBGE - 2022.
Base Cartográfica: IBGE - 2010.
Elaboração: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.
Fonte: Grupo Dignidade.

CNPq DATALUTA Banco de Dados da Luta pela Terra unesp NERA

BRASIL: Paradas LGBTQIA+ e ações congêneres, por município, em 2014

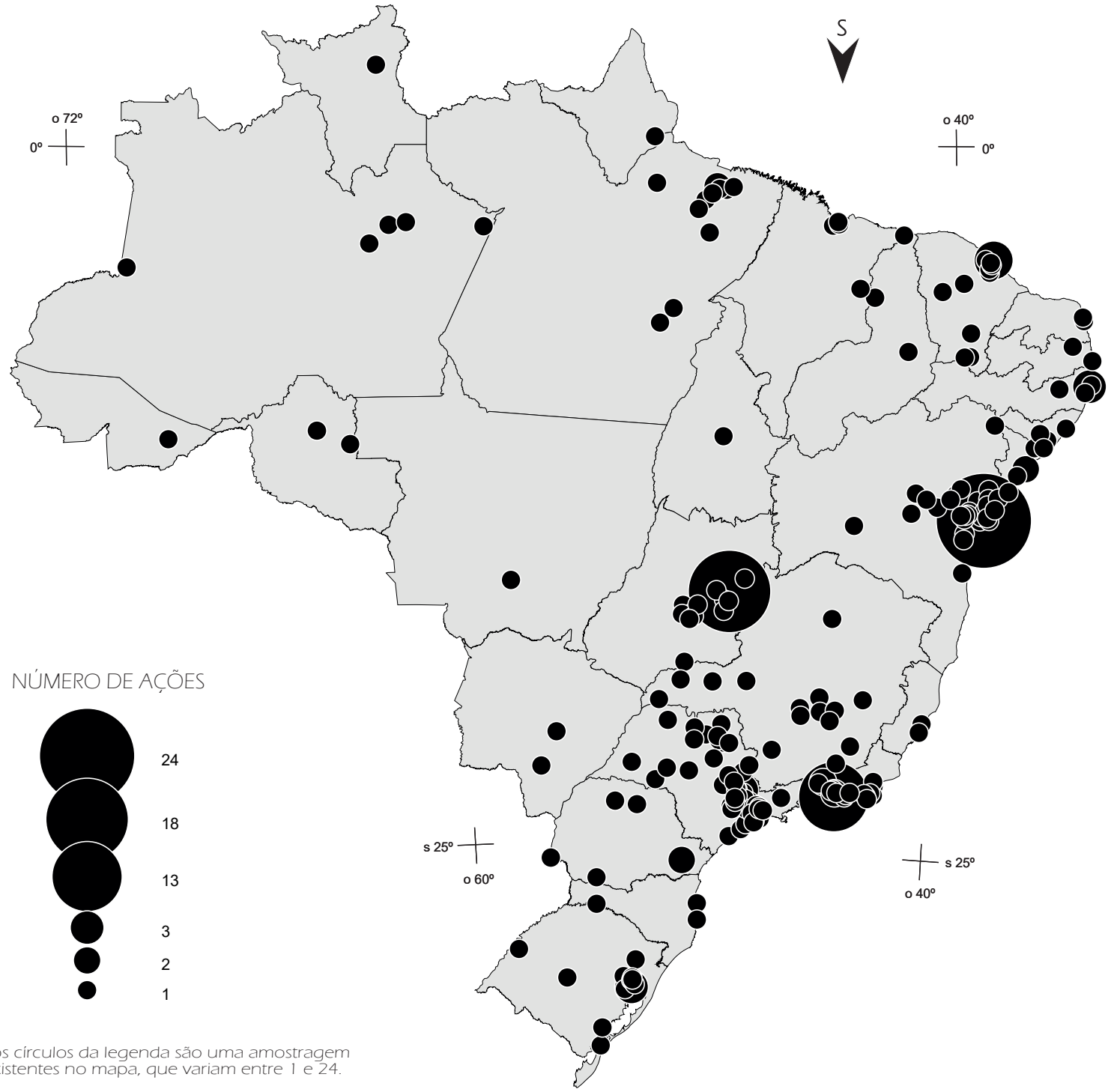


Obs: os círculos da legenda são uma amostragem dos existentes no mapa, que variam entre 1 e 5.

Software de Cartomática: PHILCARTO
Dados Demográficos: IBGE - 2022.
Base Cartográfica: IBGE - 2010.
Elaboração: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.
Fonte: Grupo Dignidade.

CNPq DATALUTA Banco de Dados da Luta pela Terra unesp NERA

BRASIL: Paradas LGBTQIA+ e ações congêneres, por município, em 2018

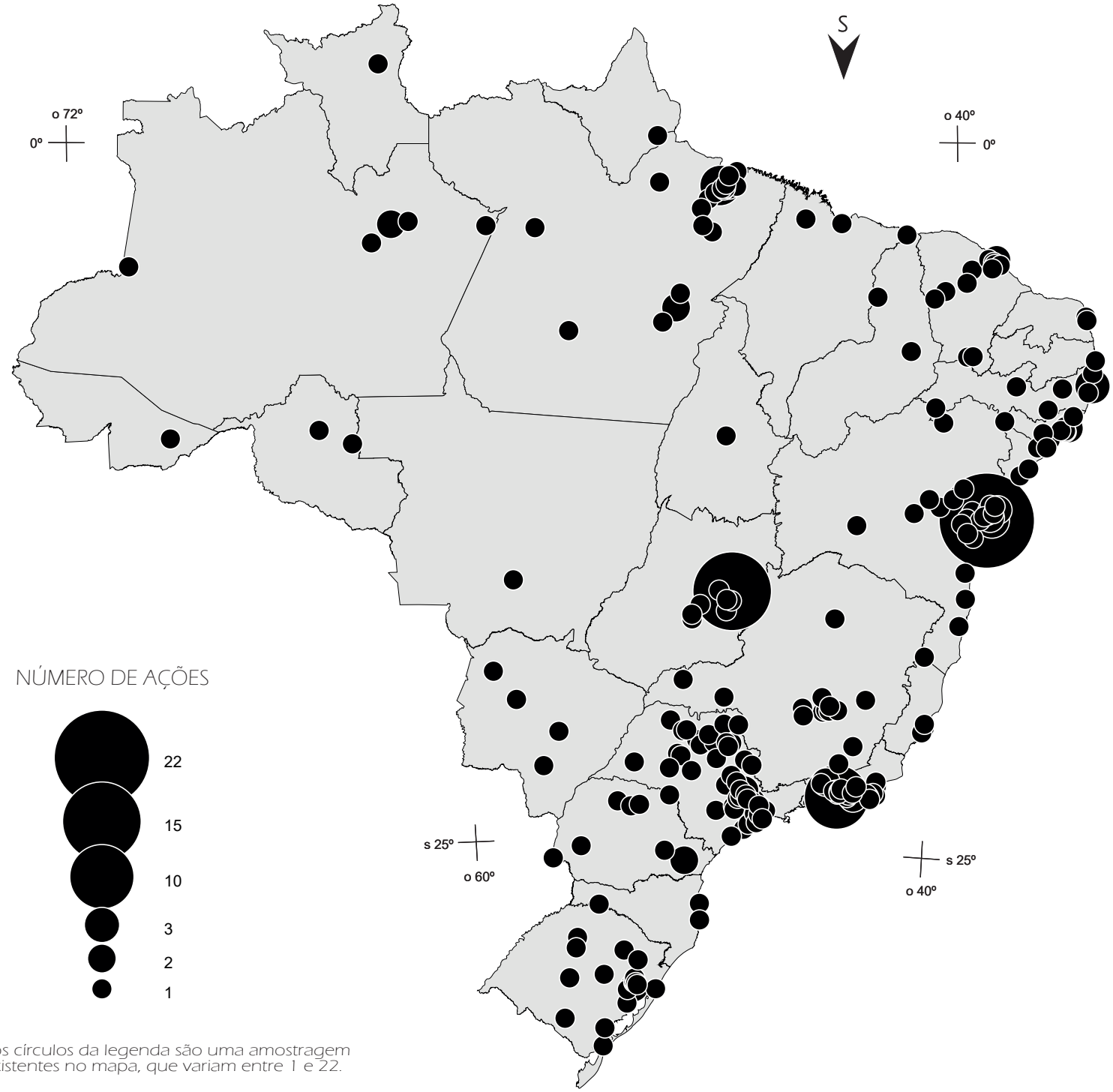


Obs: os círculos da legenda são uma amostragem dos existentes no mapa, que variam entre 1 e 24.

Software de Cartomática: PHILCARTO
Dados Demográficos: IBGE - 2022.
Base Cartográfica: IBGE - 2010.
Elaboração: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.
Fonte: Grupo Dignidade.

CNPq DATALUTA Banco de Dados da Luta pela Terra unesp NERA

BRASIL: Paradas LGBTQIA+ e ações congêneres, por município, em 2019

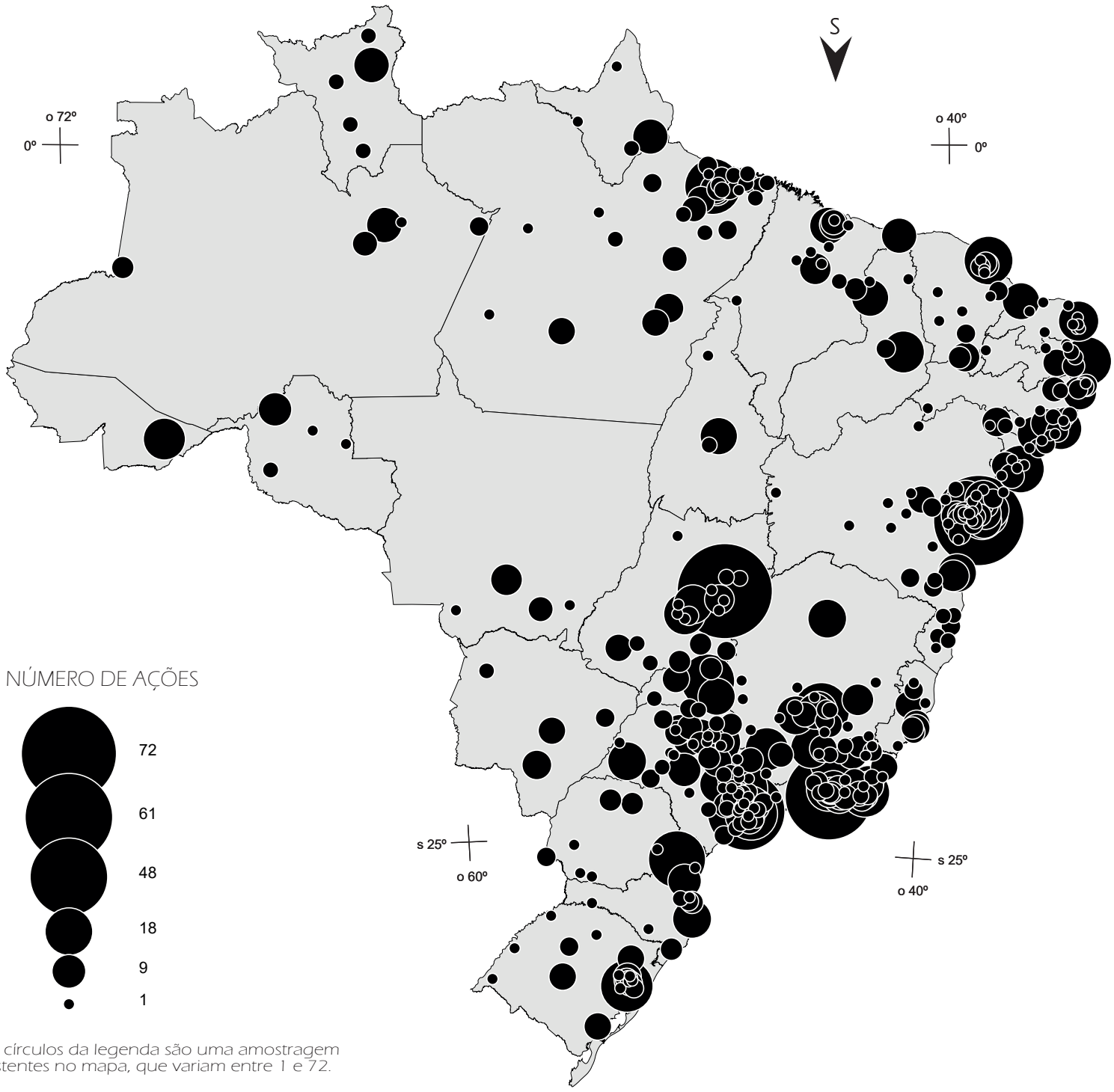


Obs: os círculos da legenda são uma amostragem dos existentes no mapa, que variam entre 1 e 22.

Software de Cartomática: PHILCARTO
Dados Demográficos: IBGE - 2022.
Base Cartográfica: IBGE - 2010.
Elaboração: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.
Fonte: Grupo Dignidade.

CNPq DATALUTA Banco de Dados da Luta pela Terra unesp NERA NÚCLEO DE ESTUDOS, PESQUISAS E PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA

BRASIL: Paradas LGBTQIA+ e ações congêneres, por município, entre 2006 e 2019

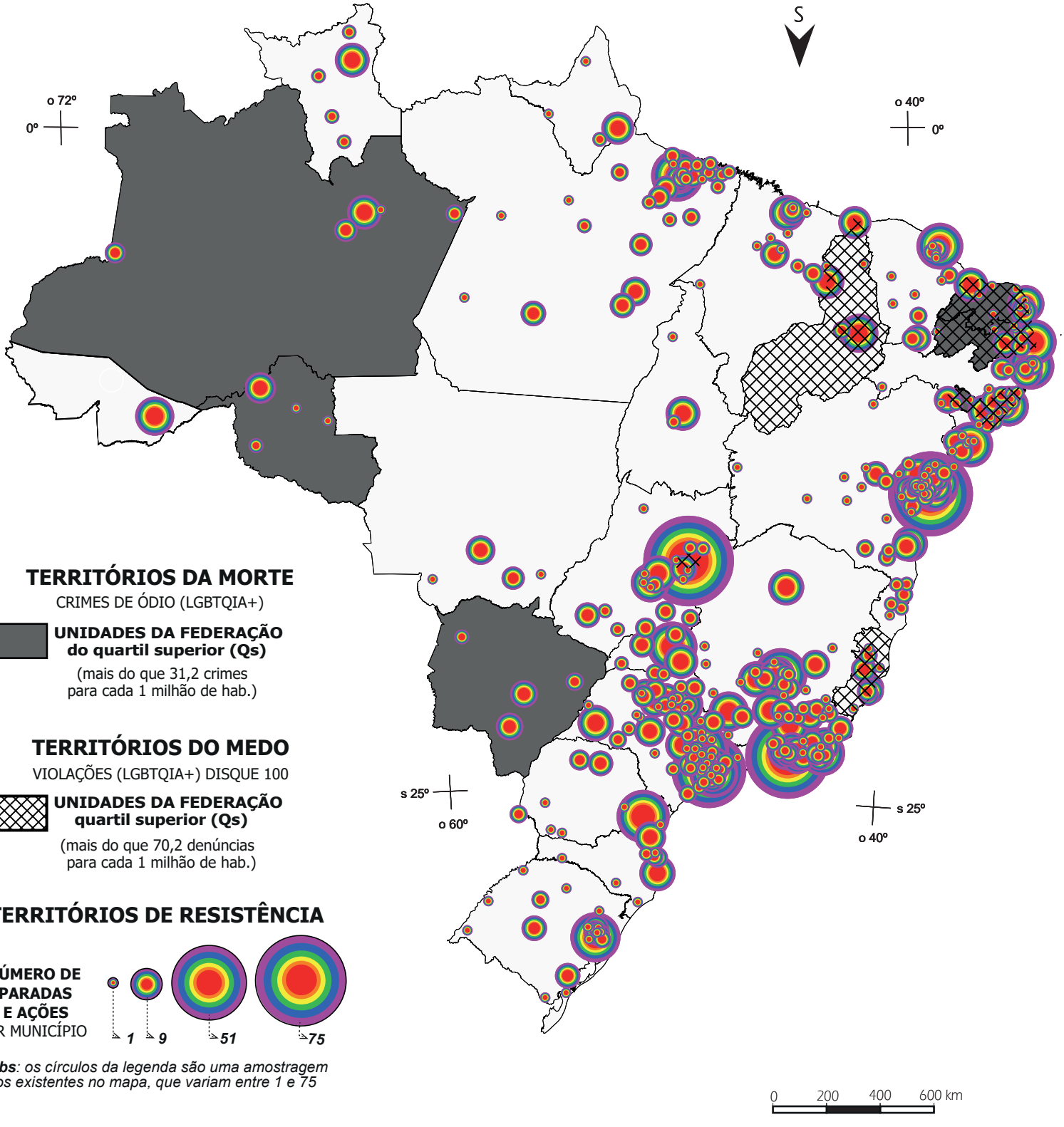


Obs: os círculos da legenda são uma amostragem dos existentes no mapa, que variam entre 1 e 72.

Software de Cartomática: PHILCARTO
Dados Demográficos: IBGE - 2022.
Base Cartográfica: IBGE - 2010.
Elaboração: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2023.
Fonte: Grupo Dignidade.

CNPq DATALUTA Banco de Dados da Luta pela Terra unesp NERA

BRASIL: TERRITÓRIOS DA MORTE, DO MEDO E DE RESISTÊNCIA LGBTQIA+



Software de Cartomática: PHILCARTO.
Dados Demográficos: IBGE - 2022.
Base Cartográfica: IBGE - 2010.
Elaboração: Wilians Ventura Ferreira Souza, Mateus Sampaio, 2023.
Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, Grupo Gay da Bahia (GGB), Observatório de Mortes e Violências LGBTI+, Grupo Dignidade, Banco de Dados da Luta por Territórios.

CNPq
DATALUTA Banco de Dados da Luta pela Terra
unesp